UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – PRPG
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – FFLCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA – PPGGH

FAGNO DA SILVA SOARES

ESCRAVOS NA AMAZÔNIA

Geografando histórias de trabalhadores rurais do Maranhão no Pará

Versão final corrigida

Amorim FILHO
2015

São Paulo-SP
2017

FAGNO DA SILVA SOARES

Versão final corrigida

ESCRAVOS NA AMAZÔNIA

Geografando histórias de trabalhadores rurais do Maranhão no Pará

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH da Universidade de São Paulo – USP, para obtenção do título de Doutor em Ciências – Geografia Humana.

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Suzuki.

São Paulo-SP
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Biblioteca Florestan Fernandes - Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Soares, Fagno da Silva.
S676e

Escravos na Amazônia: geografando histórias de trabalhadores rurais do Maranhão no Pará / Fagno da Silva Soares; Júlio César Suzuki.
– São Paulo, 2017.
507 f.

Tese [Doutorado] – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.
Área de concentração: Geografia Humana.

1. Escravização Contemporânea. 2. Território – Fronteira – Migração. 3. Geografia Humana. – 4. História oral. I Suzuki, Júlio César.
II Título.

FAGNO DA SILVA SOARES

ESCRAVOS NA AMAZÔNIA

Geografando histórias de trabalhadores rurais do Maranhão no Pará

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH da Universidade de São Paulo – USP, para obtenção do título de Doutor em Ciências – Geografia Humana.

Tese defendida em ____ de _____ de 2017. Versão corrigida de acordo com o orientador.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Júlio César Suzuki – Orientador.
Doutor em Geografia Humana pela USP.
Universidade de São Paulo.

Prof. Dr. Carlos de Almeida Toledo – Examinador Interno.
Doutor em Geografia Humana pela USP.
Universidade de São Paulo – USP.

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves – Examinador Externo.
Doutor em Geografia Humana pela USP.
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes – Examinador Externo.
Doutor em Geografia Humana pela USP.
Universidade Federal do Tocantins – UFT.

Prof. Dr. André Eduardo Ribeiro da Silva – Examinador Externo.
Doutor em Geografia Humana pela USP.
Instituto Federal de São Paulo – IFSP.

Prof. Dr. Hervé Émilien René Théry – Examinador Suplente.
Doutor em Geografia pela Université Paris 1-Panthéon-Sorbonne.
Universidade de São Paulo – USP.

Profa. Dra. Valéria de Marcos – Examinadora Suplente.
Doutora em Geografia Humana pela USP.
Universidade de São Paulo – USP.

A todos/as os/as incautos/as **trabalhadores/as migrantes**, que mesmo diante dos infortúnios da vida se fazem timoneiros/as de sua própria história. Ode a estes/as bravos/as homens e mulheres de espírito espartano!

A todos os **familiares dos trabalhadores rurais do Maranhão**, que se fazem resilientes aos percalços da vida e não sucumbiram face ao monstro da escravidão por dívida na Amazônia Paraense. Ode a estes ávidos guerreiros, que tem na esperança seu último alento, que dias melhores virão.

À minha esposa **Vera Oliveira** e ao meu amado filho **Fagno Enzo**, que deram história à minha insólita vida e vida à minha história. Sentimentos inauditos!

AGRADECIMENTOS

Ao onipotente incognoscível pela minha vida, sobretudo, por me fazer tão resiliente e recrudescido frente aos desafios da vida. Por isso, creio no mantra *plantar o bem, fazer o bem que o resto vem*. Alastro eternos agradecimentos, a minha querida esposa Vera Oliveira, irrestritamente pelo amor e compreensão que tivera nestes anos de dedicação aos estudos doutorais, minha perspicaz leitora, fiel transcritora e revisora co-partícipe que sempre advogou meus sonhos. E ao grande ‘pequeno príncipe’ Fagno Enzo para quem verto todo meu amor e dedicação, obrigado por seus sorrisos, abraços e por vezes lágrimas, todos inenarráveis. Estendo aos meus irmãos Afonso e Odiney Soares pelo amor fraterno.

Dilato meus cumprimentos a todos os consagrados mestres da FFLCH, mormente à *plêiade* de pesquisadores do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo – USP, berço da *intelligentsia* geográfica brasileira, excelência na formação de pesquisadores de ressonância internacional, pela oportunidade de crescimento intelectual e acadêmico-profissional. Comprometidos sacerdotes de Atlas e Gaia, cujas reflexões inumeráveis são substanciais na consolidação da geografia latino-americana. Vertemos agradecimentos aos conspícuos Profs. Drs. Carlos Toledo, Vicente Eudes Alves, André Eduardo Ribeiro e Alberto Lopes, pela solicitude e por suas generosas interlocuções teórico-metodológicas durante o exame de qualificação e defesa, nos permitindo analisar a escravização contemporânea na Amazônia, a partir das lentes da geografia, estas clivagens orientações, deram o tom da tese.

À orientação arguta e competente do Prof. Dr. Júlio César Suzuki, a quem medro meu incontido orgulho de ser uspiano e espero estar à altura de sua circunspecção e pronta generosidade, que diante da peleja de esquadrihar a escravização por dívida na Amazônia, não tergiversou, de pronto anuiu meu projeto de tese, ajudando-me a perscrutá-lo. Mui grato pela confiança e meticulosidade nos apontamentos e orientação e, especialmente, por apontar-me os percursos teórico-metodológicos a seguir e assim, fez-me tributário da influência acachapante da geografia. És exemplo de geógrafo convicto e um comprometido intelectual que transita habilmente entre o rural e o urbano na geografia agrária. Flertador incontestado das imbricadas relações entre geografia e literatura no vasto e rico *métier* da Geografia Cultural e da Geografia Social. Um exemplo a ser seguido por aqueles que se dedicam incondicionalmente ao universo acadêmico, sem perder de vista a sapiencial generosidade de que lhe é própria. Entre outras coisas, ensinou-me a *olhar para o mundo com os óculos da geografia*, incoercível ao fortalecimento teórico desta tese. Por seu turno, tenho assumido a geografia como ofício.

A então coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, durante

a seleção e cumprimento dos créditos, Profa. Dra. Rita de Cássia Ariza que com seu afincado ensinamento aos seus aprendizes que todo trabalho científico espelha sua autoria e que devemos esgrimir com palavras os conceitos estruturantes da geografia, através de uma síncrese propedêutica do pensamento geográfico, para quem devemos dominar conceitualmente, fundamentar teoricamente e sustentar metodologicamente nossos objetos de pesquisa, reintera ainda, que nossas teses se descolam de nós, e passam a ter vida própria. Apresentou-nos teóricos imprescindíveis para hidratar e fortalecer ainda mais a musculatura teórica deste estudo, interfaciando a geografia humana com a história social. Por fim, alertou-nos quanto aos perigos e armadilhas da esquizofrenia teórico-metodológica e nos lembra que a neutralidade científica é uma quimera e não um *mainstream* como querem fazer acreditar.

Ao geógrafo português Prof. Dr. Eduardo Manuel Dias de Brito Henriques, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, que sapiencialmente nos encantou com seu refinamento intelectual e parcimônia na fala elegante e objetiva, próprio do grande intelectual que és, em suas digressões acerca dos problemas contemporâneos da chamada geografia cultural, provocando-nos uma catarse intelectual e afetiva ao verter elogiosos comentários acerca do poder da produtiva comunidade geográfica brasileira no mundo, a você todo o meu respeito e gratidão pelos *insights* geográficos e reflexões sobre o *ser* da Geografia Humana. Adito votos, a Profa. Dra. Carme Miralles Guasch da Universidade Autônoma de Barcelona, por suas valorosas discussões acerca do conceito de território, em que pese certa dissonância, nos foi deveras útil.

Ao vívido combatente intelectual, Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino, cujos pensamentos extrapolam os cânones acadêmicos, pela sua dedicação e domínio nas discussões relativas ao campesinato e às pertinentes proposições, chaves interpretativas e sugestões de leitura durante a disciplina *Agricultura e Capitalismo no Brasil*, que foram fundantes para este estudo. Minha admiração por sua dedicação incansável, marxista e confesso ortodoxo, *argumentum ad nauseam*: - *Não tenho medo da ortodoxia nem da heterodoxia, mas temo o sectarismo!*

E aos colegas da Cátedra Jaime Cortesão vinculada aos Programas de Pós-Graduação em História Social e História Econômica que me acolheram no curso *Escrever a História da Geografia Moderna. Questões Epistemológicas, Problemas Historiográficos*, ministrada pelo Prof. Dr. Jean-Marc Besse, CNRS – Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, que magistralmente discutiu os regimes de historicidade e geograficidade. O curso foi coordenado pela Profa. Dra. Iris Kantor, sua voz plácida e eloquente argumentação acerca da cartografia histórica encorajou-nos a usar outros filtros na interface entre a história e a geografia a quem medro sinceros votos de agradecimento. Estendo agradecimento, ao comedido Prof. Dr. Eduardo Girardi da UNESP,

por compartilhar tão generosamente seu estudo cartográfico e, conversas sobre o mundo kafkiano da cienciometria e do *homo lattes*, tens meu apreço.

Ao Prof. Dr. Maurício Cardoso, descolado, didático, intermitente indagador, professor efusivo, *underground* pesquisador, um educador deveras encantador que nos ensina a ler documentos e dissecar livros e filmes sem fetichizá-los. Falou-nos do instante impregnante, qual seja a representação ímpar que nos ajuda a acessar os signos de um dado passado social. Medro votos, ao Prof. Dr. Marcos Silva com quem pude aprender que há um mundo com uma miríade de outros mundos incognoscíveis ou não, também a este, meus agradecimentos, parafraseando uma máxima de Sartre “*nós somos o que fazemos do que fizeram de nós*”,¹ esta questão me mobiliza em seu *bricoleur*² lévi-straussiano.

Votos filosóficos às Profas. Dras. Marílana Chauí e Sara Albieri, com quem tive minhas melhores aulas de filosofia e história intelectual, respectivamente. Para quem todo historiador, filósofo e geógrafo são anacrônicos, aferrados pelo eterno presente, não superam os caguetes e pechas temporais, qual seja, a relação passado-presente, por sempre prefiro Foucault “*não me pergunte quem sou e não me peça para permanecer o mesmo*”.³ Alastro agradecimentos ao Prof. Dr. Alberto Lins Caldas, um alquimista *hipster* para quem a história e a geografia são equipolentes, apesar das aparentes digressões, não apresentam mimetismos.

Indistintamente aos nobres colegas geógrafos da turma 2013 do Doutorado em Geografia Humana da FFLCH-USP, pela acolhida no *milieu* da geografia, permitindo-me sair da zona de conforto e trilhar com acurácia por outros caminhos, ainda mais enriquecedores.

Ao jovem alemão Paul Schweizer, doutorando em geografia da globalização, pela Universidade Johann Wolfgang Goethe de Frankfurt, com quem dividimos por tantas vezes, a sala de estudos da pós-graduação, pela parceria e escuta sensível, interlocutor com quem pude renovar as leituras de David Harvey e Thomas Piketty e conhecer um pouco de Yi-Fu Tuan. Medro votos de admiração ao geógrafo itinerante Newton Campos, pupilo intelectual do Prof. Dr. Jurandyr Ross, pelo contagiante e mobilizador desejo de romper com o paradigma da teoria tectônica das placas, aduziu que um dado nunca é dado, é sempre construído a muitas mãos e idéias. Afinal, navegar é preciso, flunar também, para açambarcar experiências.

Aos jovens amazônidas procadianos intercambistas UFPA-USP, Cassiano Lobato, Cleisson Bastos, José Figueiredo e Vânia Barreto pela acuidade teórico-metodológica com que aferiram seus díspares objetos de estudo e pela capacidade de alinhar com destreza os fios da

¹Ipsis litteris, “*o importante não é o que fazemos de nós, mas o que nós fazemos daquilo que fazem de nós*”. Do filósofo francês Jean-Paul Sartre. Ver, MACIEL, Luis Carlos. **Sartre vida e obra**. Editora Paz e Terra, 1986.

²Termo cunhado por LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. São Paulo: EDUSP, 1970.

³FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.20.

ciência geográfica que vão desde os impactos da dendeicultura entre a segurança alimentar e a soberania local de alimentos nas comunidades tradicionais do nordeste da Amazônia paraense até a geografia da percepção ecológica da paisagem amazônica quatapurense, passando pela geografia do turismo de base comunitária. Guardarei na memória, a escalada ao topo da Torre do Relógio do Campus Universitário, 50 metros de altura entre degraus, escadas e conversas, me fez sentir menos *outsider* na cidade, ao olhar do alto.

À equipe da secretaria da pós-graduação, pela solicitude e eficiência com que sempre resolveu nossas demandas, *Mayday! Mayday!* Estendo votos a César Augusto acadêmico da PUC-SP, pelas desfribilações de estima ao tratar dos muros invisíveis e da *bolha uspiana*.

Ao baluarte-mor no combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil, o alvissareiro Dom Pedro Casaldáliga, por dedicar a sua vida no enfrentamento desta chaga, nosso mensageiro da libertação, sedento por equidade e justiça se fez arauto da liberdade na defesa dos Direitos Humanos dos trabalhadores rurais brasileiros, de uma força inabalável na saga pela conquista ao direito de ser livre em seu fundamento mais profundo. Meus protestos de estima e consideração a este homem de fé, sempre compromissado com seu rebanho, e não com os lobos que o ameaçam. Primeiro a denunciar o trabalho escravo hodierno no Brasil.

Ao Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán de Açailândia/MA – CDVDH/CB, antes de tudo por ser o que é, uma instituição ilibada, exemplo incontestado da exequibilidade na defesa da Vida Digna e dos Direitos Humanos na Amazônia Maranhense e Paraense, por disponibilizar documentos envoltos às responsabilidades e encaminhamentos indispensáveis ao substrato empírico deste estudo. Sinceros agradecimentos à coordenadora do Atendimento Psicossocial Brígida Rocha dos Santos e à Secretária Executiva do CDVDH/CB Fabrícia Carvalho da Silva, que se fizeram imanescentes à pesquisa e aos delineamentos desta e por serem tão solícitas às nossas demandas, por vezes extrínsecas, sem as quais este trabalho não seria conclusivo. Estendo gratulações à Organização Internacional do Trabalho – OIT e às ONGs Repórter Brasil e Anti-Slavery Internacional, por todo apoio facultado ao acesso de informações valiosas que contribuíram ao substrato teórico-prático desta tese. Por seu turno, são foros da mais alta eficiência e eficácia.

Ao Museu da Pessoa, por disponibilizar em sua plataforma virtual e colaborativa, uma tecnologia social da memória através de entrevistas do tipo histórias de vida, verdadeira poliglossia da oralidade, algumas das quais foram úteis à nossa tese. O mesmo se aplica, ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC/FGV e ao Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense – LABHOI/UFF, instituições pioneiras quanto ao uso da metodologia da história

oral no Brasil, por conservarem e disponibilizarem seu acervo de entrevistas em áudio e vídeo à consulta de pesquisadores de todo o mundo. Esta multivocalidade se fez importante.

Ao Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo – GPTEC/UFRJ, *hors concours* na área, pela acolhida ao grupo de pesquisadores ao lado de grandes expoentes nos estudos em trabalho escravo contemporâneo no Brasil, a exemplo do intrépido Prof. Dr. Ricardo Rezende Figueira. És um exemplo admirável, sob sua rubrica somos todos combatentes intelectuais na guerra contra a escravidão por dívida na Amazônia. Verto singulares agradecimentos às Profas. Dras. Adonia Prado e Edna Galvão escudeiras fiéis, nossas flores de lótus do grupo. Nos últimos dias, temos reiterado que havia mais futuro no passado do que no presente e um longo passado no futuro, nestes tempos TEMERosos.

Ao Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – NEHO/USP, especialmente ao nosso coordenador Prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy, aduzindo que conhecimento e saber coadunam com sensibilidade e generosidade. Com quem aprendi que é possível ser competente e profissional respeitado, sendo absolutamente humano, equacionando a família ao açodado mundo acadêmico. Afinal, nem toda sumidade intelectual é arrogante e pernóstica. Extensivo às caríssimas Marta Rovai, Vanessa Generoso e Márcia Mura, doxógrafas da oralidade, por suas valiosas alterações teóricas e práticas de seus estudos poliedrais em história oral e pelo carinho compartilhado nesta caminhada.

Aos amigos capitais e solícitos, Márcia e Iranaldo, pós-doutor em química - que me acolheram tão gentil e generosamente na gélida São Paulo, apresentando-me, a Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira e as draconianas regras da vida na capital paulista, a cidade do labor, cinza, tropel e barulhenta. E por isso, agradecer-lhes-ei sempre pelo carinho e atenção, permitindo-me [re]geografizar a vida na selva de pedra.

Aos colegas pesquisadores e estudantes do CLIO & MNEMÓSINE – Centro de Estudos e Pesquisas em História Oral e Memória do IFMA/Campus Açailândia, grupo de pesquisa que coordeno, por pactuarem tão entusiasticamente na sua consolidação e no apoio durante a criação da Revista Clio & Mnemósine. A estes, *homo internéticus* meu cordial cumprimento *namastê!* O ser que habita meu coração, saúda o ser que habita em você.

Ao IFMA/Proqualis e aos meus caríssimos alunos e orientandos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/Campus Açailândia – IFMA e do Centro de Ensino Mary Dalva Castro Rocha, nobres interlocutores com quem tenho aprendido que o conhecimento e a juventude nem sempre se estranham e que devemos capturar palavras e ações, e alinhá-las com afeto e respeito. Grato pelos infindáveis debates que indubitavelmente corroboram para minha *práxis* pedagógica, que me faz ser o que sou, no mais belo dos ofícios,

ser professor, a estes caríssimos, meus agradecimentos e cumprimentos *high fives*.

Ao amigo e artista plástico maranhense, Morais Filho, que de modo mui gentil produziu a arte em p&b denominada *Escravos hodiernos na Amazônia*, mormente para ilustrar artística e poeticamente a capa e os capítulos deste estudo com *Flanando, O que parte e os que ficam, Mãe-Gaia e Atlas-trabalhador*. Reitero sinceros votos de agradecimento ao jovem caricaturista, Vagner Santana, que produziu a ilustração *Ilações transmutadas*, inspirada na xilogravura nordestina para a abertura do capítulo de introdução da tese.

Adito agradecimentos a Mariana de la Fuente, ‘taumaturga das letras’ a quem devo as revisões orto-gramaticais e semânticas em acuidosas leituras e perspicazes sugestões. Aos caros/as Marcelo Cruz, Rodolfo Finatti e Cláudia, devo a estes, respectivamente, parte significativa das fotos, mapas e transcrições presentes nesta. Mui grato a Ana Venturi e Aquários pela impressão final da tese. E a Rosangela, secretária do PPGGH/USP pelo apoio.

Mui grato às amizades que construímos no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo – CRUSP, especialmente aos jovens doutorandos do Butantan, Márcio Rodrigues e Diego Muniz, vidas dedicadas à ciência. Medro votos aos historiadores sociais Tathianni Silva, Marcos Rafael e a geógrafa Mari Macêdo pela acolhida, com eles aprendi um pouco mais sobre a vida CRUSPiana, no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo.

E em particular, a todos e a cada um dos trabalhadores migrantes, protagonistas deste estudo, que generosamente partilharam suas histórias, permitindo-nos geografá-las acuidadamente como numa espécie de bricolagem, capaz de capturar lampejos de memória e vocalizá-las para que pudéssemos fazê-las em narrativas histórico-geográficas. Com eles, aprendemos *pari passu* que os sonhos nos fazem realizar o que a realidade não nos permite sonhar e de que não há vida sem esperança. Pois nunca estamos sozinhos, haverão sempre àqueles, que assim como nós, ainda desejam um mundo melhor e possível para viver.

Enfim, a todos os que contribuíram para a culminância deste estudo doutoral, que demandou um esforço quase hercúleo, meus mais sinceros agradecimentos. Pois este representa um rito de passagem, de amadurecimento acadêmico-intelectual para uma longa jornada que está apenas começando, e que certamente reservará gratas surpresas no *métier* da geografia humana. *Maktub*,⁴ Saudações geo-históricas e alvissareiras, somos todos *ubuntu*.⁵

⁴Vocábulo árabe, cuja raiz etimológica vem do termo *kitab*, que significa livro, aqui empregada com o mesmo sentido do fatalismo muçulmano de ‘destino’ denotando expressões do tipo ‘já estava escrito’ ou ‘tinha que acontecer’ para representar resignação quanto aos desígnios da vida.

⁵Termo de origem africano, refere-se a solidariedade e respeito, ‘*sou quem sou, porque somos todos nós*.’ Para mais, vide TUTU, Desmond; TUTU, Mpho. **O livro do perdão - para curarmos a nós mesmos e o nosso mundo**. Rio de Janeiro: Valetina, 2014, p. 83.

“Geógrafo não vê, mapeia.

Geógrafo não come, ingere alimentos de origem vegetal ou animal;

Geógrafo não respira, troca O^2 e CO^2 com a troposfera;

Geógrafo não resume, analisa a totalidade de maneira interdisciplinar;

Geógrafo não ensina, forma cidadãos críticos;

Geógrafo não exclui, distingue diferentes elementos da paisagem;

Geógrafo não elogia, descreve fenômenos positivos.

Geógrafo não trabalha em outra cidade, desloca-se pendularmente;

Geógrafo não casa, faz simbiose múltipla!

Geógrafo não faz turismo, faz viagem de campo;

Geógrafo não pensa, analisa as dinâmicas sócioespaciais;

Geógrafo não admite algo sem resposta, analisa as vertentes;

Geógrafo não toma chuva, molha-se com precipitações atmosféricas;

Geógrafo não cultiva plantas, pratica agricultura extensiva;

Geógrafo não vai à praia, visita plataforma continental que dá acesso a talude;

Geógrafo não sente calor, transfere energias térmicas.

Geógrafo não é pobre, tem carência de recursos econômicos;

Geógrafo não vai ao centro da cidade, ela visita o centro capitalista urbano.

Geógrafo não vai à Índia, visita a região indo-malaia;

Geógrafo não evolui, sofre Anagênese;

Geógrafo não desce ladeira, caminha sob acidente geomorfológico;

Geógrafo não é forte, é uma rocha magmática intrusiva;

Geógrafo não te ama apenas, define o seu Espaço Geográfico!”.

Autor desconhecido.

“O centro do mundo está em todo lugar. O mundo é o que se vê de onde se está”.

Milton Santos, O mundo global visto do lado de cá, 2006.

“A história da humanidade tem sido desde o princípio, a história de sua luta pela obtenção do pão-nosso-de-cada-dia”.

Josué de Castro, A Geopolítica da Fome, 1953.

*“Esta cova em que estás com palmos medida,
 É a conta menor que tiraste em vida.
 É de bom tamanho, nem largo nem fundo,
 É a parte que te cabe deste latifúndio.
 Não é cova grande, é cova medida,
 É a terra que querias ver dividida.
 É uma cova grande pra teu pouco defunto,
 Mas estarás mais ancho que estavas no mundo.
 É uma cova grande pra teu defunto parco,
 Porém mais que no mundo te sentirás largo.
 É uma cova grande pra tua carne pouca,
 Mas a terra dada, não se abre a boca.
 É a conta menor que tiraste em vida,
 É a parte que te cabe deste latifúndio.
 É a terra que querias ver dividida.
 Estarás mais ancho que estavas no mundo”.*

João Cabral de Melo Neto, *Morte e Vida Severina*, 1955.

*“Primeiro levaram os negros
 Mas não me importei com isso, eu não era negro.
 Em seguida levaram alguns operários, mas não me importei com isso
 Eu também não era operário.
 Depois prenderam os miseráveis, mas não me importei com isso
 Porque eu não sou miserável.
 Depois agarraram uns desempregados, mas como tenho meu emprego
 Também não me importei.
 Agora estão me levando, mas já é tarde.
 Como eu não me importei com ninguém,
 Ninguém se importa comigo”.*

Bertolt Brecht, *Intertexto*, 1956.

© SOARES, Fagno da Silva. **Escravos na Amazônia: geografando histórias de trabalhadores rurais do Maranhão no Pará.** 2017. 507p. Tese [Doutorado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RESUMO

Este estudo doutoral enseja a contribuição com o avanço das reflexões acerca da migração e escravidão por dívida na Amazônia Paraense, no amplo espectro conceitual da geografia humana, perscrutando as narrativas de trabalhadores rurais do Maranhão submetidos à ‘condição análoga a de escravo’ no Estado do Pará, através da metodologia da história oral entrecruzada com a geografia humana e geografia social, no que chamamos de geografia oral, amalhada a outras fontes documentais como hemerográficas, judiciárias e relatórios técnico-institucionais, com o intento de geografar as memórias e identidades forjadas por estes trabalhadores e suas intrínsecas relações com o território e a migração temporária, enquanto categorias geográficas para compreender o processo de escravidão por dívida, escopo de nosso trabalho. Defendemos, pois, a noção de ‘trabalho escravo’, enquanto escolha político-militante, por entender que nossos narradores assim são tratados na Amazônia. O universo pesquisado foi composto por uma cuidada análise entrevistas realizadas com trabalhadores de 19 a 84 anos de idade, no município de Açailândia/MA, localizado na Amazônia Maranhense, fronteira entre os Estados do Tocantins, Maranhão e Pará, palco de pujantes conflitos e impactos que tem sua origem na implantação do Programa Grande Carajás em meados dos anos 80, favorecendo a formação de um cenário de contradições sociais, econômicas e ambientais. Neste contexto, consubstanciamos uma discussão histórico-geográfica da noção de territorialidade migratória, acessada através das narrativas construídas pelos protagonistas deste estudo e as dimensões identitárias que emergem da análise de seu processo de [des/re]territorialização. Outrossim, discutimos filigranadamente os conceitos de território e migração à luz da ciência geográfica, cotejando-os. Nestes termos, pretende-se lançar novas perspectivas de análise e reflexão a este candente objeto de estudo.

Palavras-chave: Escravidão por dívida. Territorialidade migratória. Amazônia. Geografia oral.

© SOARES, Fagno da Silva. **Slaves in the Amazon: geographing stories of rural workers from Maranhão in Pará.** 2017. 507p. Thesis [Ph.D. in Human Geography]. Faculty of Philosophy and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, Paulo, 2017.

ABSTRACT

This doctoral study expects to contribute with the advance of the reflections about immigration and slavery by debt in the Paraense Amazon, in the broad conceptual spectrum of human geography, peering the narratives of Maranhão rural workers submitted to the ‘analogous condition of slave’ in the state of Pará, through the methodology of oral history, intertwined with human geography and social geography, in what we call oral geography, gathered to other documentary sources, such as hemerographic, judiciary and technical-institutional reports, it aims to map the memories and identities forged by those workers and their intrinsic relations with the territory and the temporary migration, as geographical categories, to understand the process of slavery by debt, the scope of our research work. We defend, therefore, the notion of ‘slave labor’ as a political militant choice, by understanding that our narrators are treated like that in the Amazon. The universe researched was composed by a prudent analysis of interviews, conducted with workers between 19 and 84 years old, in the county of Açailândia/Maranhão, localized in the Pre-Maranhense Amazon, border among the states of Tocantins, Maranhão and Pará, stage of thriving conflicts and impacts whose origins the implantation of Grande Carajás Program, mid 80’s, favoring the formation of this scenery with social, economic and environmental contradictions. In this context, we consubstantiate a historical-geographic discussion about the notion of migratory territoriality, accessed through narratives built by the protagonists of this study and the identity dimensions that emerge from the analyses of deterritorialization, reterritorialization and territorialization processes. Furthermore, we filigreed discuss the concepts of territory and migration under the light of geographic science, collating them. In these terms, we intend to approach new perspectives of analyses and discussion to this ardent object of study.

Keywords: Slavery by debt. Migrate territoriality. Amazon. Oral geography.

© SOARES, Fagno da Silva. **Los esclavos en la Amazonia: georafando historias de los trabajadores rurales del Maranhão en Pará.** 2017. 507p. Tese [Doctor en Geografía Humana]. Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de Sao Paulo, São Paulo, São Paulo, 2017.

RESUMEN

Este estudio doctoral pretende contribuir en el avance de las reflexiones acerca de la migración y la esclavitud por deuda en la Amazonas Paraense, en el amplio espectro conceptual de la geografía humana, escudriñando las narrativas de los trabajadores rurales del Estado de Maranhão sometidos a la “condición análoga a la de esclavo” en el Estado de Pará, a través de la metodología de la historia oral, asociada con la geografía humana y geografía social, en lo que llamamos geografía oral, analizadas a otras fuentes documentales como las hemerográficas, judiciales e informes técnico-institucionales, con el intento de geografiar las memorias e identidades forjadas por estos trabajadores y sus relaciones intrínsecas con el territorio y la migración temporal en como categorías geográficas, para comprender el proceso de la esclavitud por deuda, objetivo de nuestro trabajo. Defendemos, pues, la noción de “trabajo esclavo” como elección político-militante, por entender que nuestros narradores así son tratados en la Amazonia. El universo investigado fue compuesto por un cuidadoso análisis de entrevistas realizadas con trabajadores de entre 19 y 84 años de edad en el municipio de Açailândia/Maranhão, localizado en el Amazonas Maraense, frontera entre los Estados de Tocantins, Maranhão y Pará, escenarios de pujantes conflictos e impactos que tienen su origen en la implantación del Proyecto Grande Carajás a mediados de los años 80, favoreciendo la formación de un escenario de contradicciones sociales, económicas y ambientales. En este contexto, consubstanciamos una discusión histórico-geográfica de la noción de territorialidad migratoria, accedida a través de las narrativas construidas por los protagonistas de este estudio y las dimensiones de identidad, que emergen del análisis de su proceso de [des/re]territorialidad. Así mismo, discutimos afiligranadamente los conceptos de territorio y migración bajo la luz de la ciencia geográfica, cotejándolos. En estos términos, se pretende lanzar nuevas perspectivas de análisis y reflexión sobre este candente objeto de estudio.

Palabras clave: Esclavitud por deuda. Territorialidad migratoria. Amazonas. Geografía oral.

LISTA DE SIGLAS

AAL	Academia Açailandense de Letras.
ABHO	Associação Brasileira de História Oral.
ABIN	Agência Brasileira de Inteligência.
ACIA	Associação Comercial e Empresarial de Açailândia.
ACMP	Associação Comunitária dos Moradores do Piquiá de Baixo.
ADEPAL	Asociación Derechos, Paz y Libertad.
ADUFPA	Associação de Docentes da Universidade Federal do Pará.
AGB	Associação de Geógrafos Brasileiros.
AGED	Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão.
ALEMA	Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.
ALFASOL	Alfabetização Solidária.
ANPEGE	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia.
ARCA FM	Associação de Rádio Comunitária de Açailândia.
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.
CBP	Código Penal Brasileiro.
CD	Compact Disc.
CDVDH	Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos.
CDVDH/CB	Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán.
CEAO	Centro de Estudos Africanos e Afro.
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social.
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.
CEJIL	Centro pela Justiça e o Direito Internacional.
CEM	Centro de Estudos da Metrópole.
CESI	Centro de Estudos Superiores de Imperatriz.
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos.
CIDHA	Clínica de Direitos Humanos da Amazônia.
CLIO & MNEMÓSINE	Centro de Estudos e Pesquisas em História Oral e Memória.
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

CNRS	Centre National de la Recherche Scientifique.
CNV	Comissão Nacional da Verdade.
CODIGMA	Cooperativa para Dignidade do Maranhão.
COECV	Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade.
CONATRAE	Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.
COETRAE/MA	Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo do Maranhão.
COMUCAA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes.
CONATRAE	Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
COETE	Controle de Erradicação do Trabalho Escravo.
COMUCAA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.
CPB	Código Penal Brasileiro.
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.
CPT	Comissão Pastoral da Terra.
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social.
CRDHA	Centro de Referência em Direitos Humanos de Açailândia.
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social.
CRH	Centro de Recursos Humanos.
CRS	Catholic Relief Services.
CRUSP	Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo.
CUT	Central Única dos Trabalhadores.
DRT	Delegacia Regional do Trabalho.
DRT/MA	Delegacia Regional do Trabalho no Maranhão.
DSI/MJ	Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça.
DVD	Digital Versatile Disc.
EdUERJ	Editora da Universidade do Estado de Rio de Janeiro.
EdUFAL	Editora da Universidade Federal de Alagoas.
EdUFF	Editora da Universidade Federal Fluminense.
EdUFMA	Editora da Universidade Federal do Maranhão.
EdUFG	Editora da Universidade Federal do Goiás.
EdUFSM	Editora da Universidade Federal de Santa Maria.
EdUFPE	Editora da Universidade Federal de Pernambuco.

EdUFRGS	Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
EdUFPI	Editora da Universidade Federal do Piauí.
EdUFRO	Editora da Universidade Federal de Rondônia.
EdUFSCar	Editora da Universidade Federal de São Carlos.
EdUNESP	Editora da Universidade Estadual Paulista.
EdUNISC	Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul.
EdUSC	Editora da Universidade do Sagrado Coração.
EDUSP	Editora da Universidade de São Paulo.
EFC	Estrada de Ferro Carajás.
EFVM	Estrada de Ferro Vitória-Minas.
EJA	Educação de Jovens e Adultos.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
EPIs	Equipamentos de Proteção Individual.
ESPCA	Escola São Paulo de Ciência Avançada.
FERGUMAR	Ferro Gusa do Maranhão.
FETEMA	Fundo Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo.
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
FIDH	Federação Internacional de Direitos. <i>Humanos Fédération Internationale des Droits de L'homme.</i>
FOREM	Fórum de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão.
GAETE/PA	Grupo de Articulação para Erradicação do Trabalho Escravo do Pará.
GEFM	Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho.
GEOLITERART	Grupo de pesquisa Geografia, Literatura e Arte.
GETRAF	Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado.
GITE	Grupo de Inteligência Territorial Estratégica.
GPTEC	Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo.
HUCITEC	Editora de Humanidades, Ciência e Tecnologia.
IBA	Imperatriz, Balsas e Açailândia.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICC	Instituto do Carvão Cidadão.
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
IFCS/UFRJ	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.
IHU	Instituto Humanitas Unisinos.
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Sociais e Cartográficos.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.
ISSN	International Standard Serial Number.
ITERMA	Instituto de Colonização e Terras do Maranhão.
IUPERJ	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
LABHOI	Laboratório de História Oral e Imagem.
MATOPIBA	Estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social.
MHuD	Movimento Humanos Direitos.
MPF	Ministério Público Federal.
MPT	Ministério Público do Trabalho.
MPT/MA	Ministério Público do Trabalho no Maranhão.
MPT/PA	Ministério Público do Trabalho no Pará.
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego.
MTE/SDTR	Ministério do Trabalho e Emprego/Seguro de Desemprego ao Trabalhador.
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social.
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.
NEAD	Núcleo de Educação a Distância.
NEHO	Núcleo de Estudos em História Oral.
NEIM	Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios do Rio de Janeiro.
NEPP/DH	Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos.
NPPGI	Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil.

OEA	Organização dos Estados Americanos.
OIT	Organização Internacional do Trabalho.
ONG	Organização Não Governamental.
ONU	Organização das Nações Unidas.
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte.
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista.
PCB	Partido Comunista Brasileiro.
PEC	Proposta de Emenda Constitucional.
PF	Polícia Federal.
PGC	Programa Grande Carajás.
PIB	Produto Interno Bruto.
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.
PIBIC/JR	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior.
PIQUIÁ	Polo Industrial e Químico de Açailândia.
PL	Projeto de Lei.
PLS	Projeto de Lei do Senado.
PPGG	Programa de Pós-Graduação em Geografia.
PPGGH	Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana.
PROALFA	Programa de Alfabetização Popular Alternativa de Jovens e Adultos Libertados do Trabalho Escravo ou em Risco de Aliciamento.
PRPG	Pró-Reitoria de Pós-Graduação.
PRPGI	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.
PSC	Polo Siderúrgico de Carajás.
PT	Partido dos Trabalhadores.
PUC	Pontifícia Universidade Católica.
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
RAICE	Rede de Ação Integrada para o Combate à Escravidão.
RBHP	Rede Brasileira de História Pública.
S.A	Sociedade Anônima.
SAGRIMA	Secretaria da Agricultura, Pecuária e Pesca do Maranhão.
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão.
SDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.

SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SEDIHC	Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Cidadania.
SEDIHPOP	Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular do Estado do Maranhão.
SEDUC	Secretaria Estadual da Educação.
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social.
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento.
SESI	Serviço Social da Indústria.
SIDEPAR	Siderúrgica do Pará S/A.
SIFEMA	Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Maranhão.
SIMASA	Siderúrgica do Maranhão S/A.
SINAIT	Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.
SINE	Sistema Nacional de Emprego.
SINOBRAS	Siderúrgica Norte Brasil S/A.
SISACTE	Sistema de Acompanhamento do Trabalho Escravo.
SIT	Secretaria de Inspeção do Trabalho.
SNI	Serviço Nacional de Informações.
SPP/KSR	Suzano Papel e Celulose.
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.
SUS	Sistema Único de Saúde.
TAC	Termo de Ajuste de Conduta.
TE	Trabalho Escravo.
TRAMA	Grupo de Pesquisa Terra, Trabalho, Memória e Migração.
TRT/MA	Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão.
UAEM	Universidad Autónoma del Estado de México.
UAM/Iz.	Universidad Autónoma Metropolitana/Unidad de Iztapalapa.
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina.
UEA	Universidade do Estado de Amazonas.
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão.

UFBA	Universidade Federal da Bahia.
UFC	Universidade Federal do Ceará.
UFF	Universidade Federal Fluminense.
UFG	Editora da Universidade Federal de Goiás.
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais.
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
UFPA	Universidade Federal do Pará.
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco.
UFPI	Universidade Federal do Piauí.
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro.
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina.
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos.
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria.
UFT	Universidade Federal do Tocantins.
UHE	Usina Hidro Elétrica.
UnB	Universidade de Brasília.
UNESP	Universidade Estadual Paulista.
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas.
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
UNISULMA	Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão
URCA	Universidade Regional do Cariri.
URE	Unidade Regional de Educação.
USDOL	Departamento do Trabalho dos Estados Unidos - <i>United States Department of Labor.</i>
USP	Universidade de São Paulo.
VHS	Video Home System.

LISTA DE MAPAS E GRÁFICOS

MAPA 01: Amazônia – Paraense e Amazônia Maranhense.....	33
MAPA 02: Brasil – Índice de probabilidade de escravização contemporânea.....	122
MAPA 03: Brasil – Índice de vulnerabilidade à escravização contemporânea.....	123
MAPA 04: Brasil – Fluxo migratório dos/as trabalhadores/as escravizados/as 1995-2006.....	142
MAPA 05: Brasil – Trabalhadores/as escravizados/as libertos/as por ano e microrregião 1995-2006	143
MAPA 06: Brasil – Domicílio e naturalidade dos trabalhadores escravizados resgatados 1995-2006..	144
MAPA 07: PA, MA, TO e MT – Índice de vulnerabilidade ao aliciamento, fatores sociais e lugar de nascimento dos trabalhadores escravizados.....	145
MAPA 08: PA, MA, TO e MT – Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso – Local de libertação e naturalidade dos trabalhadores escravizados, 1995-2006.....	170
MAPA 09: PA, MA, TO e MT – Caracterização dos trabalhadores escravizados, por município.....	176
MAPA 10: Estado do Maranhão – Escravização contemporânea por município, 1996-2005.....	178
MAPA 11: Maranhão – Índice de probabilidade de escravização contemporânea, média geral e presença de trabalhadores escravizados.....	179
MAPA 12: Estrada de Ferro Carajás - Parauapebas/PA a São Luís/MA.....	201
MAPA 13: Microrregião de Imperatriz – Açailândia.....	208
MAPA 14: Açailândia - Perímetro urbano entre duas rodovias.....	209
MAPA 15: Da ida a chegada. Origem e destino de nossos trabalhadores.....	217
MAPA 16: Estado do Pará – Mesorregiões do Pará e Microrregião de Marabá/PA.....	218
MAPA 17: Brasil – Analfabetismo funcional.....	312
MAPA 18: PA, MA, TO e MT – Naturalidade dos trabalhadores escravizados e analfabetismo funcional por município, 1995-2006.....	313
MAPA 19: De onde vieram I. Origem geográfica dos trabalhadores entrevistados.....	335
MAPA 20: De onde vieram II. Origem geográfica dos trabalhadores do II encontro.....	339
GRÁFICO 01: Brasil – Conflitos no campo em 2016.....	183
GRÁFICO 02: Brasil – Conflitos pela terra 2001-2016. Assassinatos pela terra no MA 1985-2016...	183
GRÁFICO 03: Origem dos trabalhadores entrevistados.....	335
GRÁFICO 04: Da ida à chegada. Origem e destino de nossos trabalhadores.....	336
GRÁFICO 05: Escolaridade dos entrevistados.....	336
GRÁFICO 06: Renda familiar dos entrevistados.....	337
GRÁFICO 07: Casos de trabalho escravo rural por estado, 2003-2014.....	470
GRÁFICO 08: Distribuição do trabalho escravo por atividade econômica na Amazônia.....	371

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 01: <i>Piquiá</i> . Placa de fundação da unidade escolar de 31 de julho de 1974.....	195
FOTO 02: <i>Pequiá antes de Piquiá</i> . Imagens áreas de Pequiá em meados dos anos de 1980.....	195
FOTO 03: <i>A cidade do ferro ou da fumaça?</i> Vistas panorâmicas da Piquiá e Guseiras.....	197
FOTO 04: <i>Distrito da fumaça</i> . Impactos socioambientais em Piquiá de Baixo.....	199
FOTO 05: <i>De minério a ferro-gusa</i> . Vista panorâmica de uma Guseira em Piquiá.....	199
FOTO 06: <i>A cidade [fora] dos trilhos</i> . Ponte do Quarenta, Piquiá – Açailândia/MA.....	201
FOTO 07: <i>Locomotiva da [de]esperança</i> . Estrada de Ferro Carajás – Sentido São Luís/MA.....	202
FOTO 08: <i>Entre vagões e sonhos</i> . Trecho da Estrada de Ferro Carajás, Marabá/PA.....	202
FOTO 09: <i>Pelo reassentamento de 300 famílias</i> . Marcha da Indignação em Piquiá.....	203
FOTO 10: <i>Colônia Agrícola Gurupi</i> . Primeiros colonos, período de 1967-1972.....	204
FOTO 11: <i>A cidade do ferro ou da escravidão?</i> Vista panorâmica de Açailândia/MA.....	211
FOTO 12: <i>A cidade do ferro ou da escravidão?</i> Vista panorâmica de Açailândia/MA II.....	211
FOTO 13: <i>Vila Ildemar</i> . Um dos locais de aliciamento, maior bairro de Açailândia/MA.....	212
FOTO 14: <i>Terra de esperança</i> . Assentamentos Francisco Romão e João do Vale, Açailândia/MA.....	214
FOTO 15: <i>Viveres</i> . Assentamento Francisco Romão e Acampamento Hugo Chávez, Marabá/PA.....	214
FOTO 16: <i>Protagonizando</i> . II e III Encontro de Trabalhadores/as Resgatados/as realizados 2015 e 2016.....	253
FOTO 17: <i>Aciaria em construção</i> . A Aciaria Aço Verde Brasil e Vista área de Piquiá e Ponte do Quarenta.....	295
FOTO 18: <i>CDVDH/CB</i> . Sede e atendimento aos trabalhadores no CDVDH/CB.....	398
FOTO 19: <i>Carvão ecológico</i> . Núcleo de Produção de Carvão Ecológico, Açailândia/MA.....	305
FOTO 20: <i>CODIGMA</i> . Núcleo de Produção de Brinquedos e Artefatos de Madeira Reciclada.....	306
FOTO 21: <i>Reciclagem</i> . Núcleo de Produção de Artefatos de Papel Reciclado.....	307
FOTO 22: <i>PROALFA</i> . Programa de Alfabetização Popular Alternativa de Jovens e Adultos Libertados.....	316
FOTO 23: <i>Afixirê</i> . Atividades culturais desenvolvidas pelo CDVDH/CB.....	329
FOTO 24: <i>Atividades Culturais</i> . Atividades culturais nas comunidades em situação de vulnerabilidade.....	331
FOTO 25: <i>Capoeira Cidadã</i> . Atividades culturais desenvolvidas pelo CDVDH/CB.....	331
FOTO 26: <i>Resgatados</i> . I Encontro de Trabalhadores/as Resgatados/as do Trabalho Escravo em Santa Luzia/MA.....	334
FOTO 27: <i>Resgatados</i> . II Encontro de Trabalhadores/as Resgatados/as do Trabalho Escravo em Açailândia/MA.....	338

FOTO 28: <i>Da opressão do pai à militância da filha.</i> Homenagem ao trabalhador Antônio Pedra.....	340
FOTO 29: <i>Resgatados.</i> III Encontro de Trabalhadores/as Resgatados/as em Açailândia/MA.....	342
FOTO 30: <i>O Carvoeiro.</i> O trabalho nas carvoarias em Açailândia/MA.....	346
FOTO 31: <i>O forneiro.</i> Enfornando e empilhando toras de eucalipto, carvoaria em Açailândia/MA.....	347
FOTO 32: <i>Resgate dos trabalhadores.</i> O trabalho dos agentes policiais e sociais.....	350
FOTO 33: <i>Marcas da Escravidão Contemporânea.</i> Trabalhadores acolhidos pelo CDVDH/CB.....	351
FOTO 34: <i>De Escravizado a Militante.</i> Participação de Miguel Cavalcante nos 20 anos do CDVDH/CB.....	355
FOTO 35: <i>Enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo nos últimos anos.</i> Mesa redonda II....	356
FOTO 36: <i>Prêmio Nacional de Direitos Humanos 2016.</i> Trabalhador Marinaldo Soares.....	360
FOTO 37: <i>Todos contra a escravidão.</i> Celebração Ecumênica.....	361

LISTA DE FIGURAS, TABELA E QUADROS

FIGURA 01: <i>Documento</i> – Trabalho escravo contemporâneo rural 1954 no Paraná.....	119
FIGURA 02: <i>Amazônia</i> – Radiografia da Amazônia Legal.....	126
FIGURA 03: <i>Escravizados</i> – Perfil do trabalhador submetido à escravização no Brasil.....	167
FIGURA 04: <i>CDVDH/CB</i> . Eixos de atuação do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos...	300
FIGURA 05: <i>Atendimento Comunitário</i> . Da acolhida aos desdobramentos jurídico-sociais.....	302
FIGURA 06: <i>Logomarcas dos Núcleos da CODIGMA</i> . Os três núcleos de produção.....	304
FIGURA 07: <i>Escravos Nem Pensar</i> . Etapas do Processo de Formação de Educadores Comunitários.	320
FIGURA 08: <i>Empoderamento</i> . A quebra do ciclo do trabalho escravo no CDVDH/CB.....	323
FIGURA 09: <i>20 Anos de História</i> . Linha do tempo do CDVDH/CB.....	345
TABELA 01: <i>Polo Carajás</i> . Composição do Polo Siderúrgico de Carajás.....	296
QUADRO 01: <i>Organicidade do PROALFA</i> . Conselhos e atribuições do programa.....	314
QUADRO 02: <i>Propostas de Combate ao Trabalho Escravo</i> . Grupo de debate das instituições.....	344
QUADRO 03: Municípios brasileiros com maior incidência de trabalho escravo no Brasil.....	367

SUMÁRIO

RESUMO.....	15
ABSTRACT.....	16
RESUMEN.....	17
LISTA DE SIGLAS.....	18
LISTA DE MAPAS E GRÁFICOS.....	25
LISTA DE FOTOGRAFIAS.....	28
LISTA DE FIGURAS, TABELA E QUADROS.....	28
FAZ-SE GEÓGRAFO, GEOGRAFANDO: flanando entre a geografia e a história.....	30

ESTAÇÃO I – TERRITÓRIOS

ESCRAVIZADOS NA AMAZÔNIA: juquirando sonhos ucrônicos nas senzalas da floresta.....	92
1.1 Entre a Esfinge e a Fênix: notas sobre a escravização contemporânea no Brasil.....	108
1.2 Do Suplício de Tântalo ao Flagelo de Sísifo na Amazônia: escravização hodierna.....	120

ESTAÇÃO II – MIGRAÇÕES

CALEIDOSCÓPIO DE GAIA: esquadrinhando migração e identidades fronteiriças.....	135
2.1 Migrações e fronteiras: do lugar das narrativas às [des]construções identitárias.....	146
2.2 Ser ou não ser migrante? Eis o imbróglio! Epifanias identitárias entre Açailândia/MArabá..	189

ESTAÇÃO III– TERRITORIALIDADES MIGRATÓRIAS

NARRADORES DE ATLAS: geografando histórias de vida nos palimpsestos da memória.....	238
3.1 Por uma geografia oral da memória: trabalhadores rurais do Maranhão no Pará.....	249
3.2 Filhos de Bascarán: incursões do/no Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos.....	279
3.3 A geografia do tempo, a história do espaço: territorialidades migratórias.....	363
ÚLTIMA PARADA: o devir, o tornar-se o que se é; escravizados sim, escravos nunca!.....	396

CORPUS DOCUMENTAL.....	427
REFERÊNCIAS.....	451
APÊNDICES.....	484
ANEXOS.....	497

Poema a Antônio Gomes

Não! Não estou no Brasil de 500 anos atrás.
Não! Não cheguei aqui em um navio negreiro.
Não! Não fui raptado em uma tribo.
Não! Não tenho correntes.
Não! Não conheço a Princesa Isabel.
[...]

Xico Cruz

*Faz-se Geógrafo, Geografando:
Flanando entre a história e a geografia*

INTRODUÇÃO

FAZ-SE GEÓGRAFO, GEOGRAFANDO. Flanando entre a história e a geografia.

“A geografia deve ser para o espaço o que a história é para o tempo, uma e outra levam em consideração certa gama de dimensões espaço-temporais”.⁶

Yves Lacoste, 1988.

A epígrafe acima apresenta a tese e serve de mote ao nosso *flâneur*⁷ inicial a este prólogo acerca das imbricadas relações entre a história e a geografia, na construção deste estudo doutoral. Nestes termos, esta é uma tese ambiciosa, mas nunca pretenciosa, tal como nos aponta Yves Lacoste para quem “saber-pensar o tempo e saber-pensar o espaço que outrora fora apanágio de uma minoria dirigente”,⁸ hoje é condição *sine qua non* à melhor compreensão da realidade do que fomos e somos no tempo e no espaço, categorias indissociáveis, reconhecendo-se enquanto cidadão local e planetário, inscritos numa espacialidade e temporalidade que lhes são próprios. Eis mais um desafio, posto aos historiadores e geógrafos, rompendo *just-in-time*, com visões anacrônicas, maniqueístas e deterministas. À guisa deste intento, construímos, este loquaz intróito, inspirados em Claval, ao aduzir que “todo homem é geógrafo”.⁹

Compreendemos, pois, que um projeto de tese é uma espécie de bússola, poderoso instrumento norteador do processo investigativo, sua construção pressupõe uma organização de ideias que conduzem à operacionalização de diferentes etapas, sem, contudo, engessá-las, a

⁶LACOSTE, Yves. **A geografia** - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988. p. 255.

⁷Vocábulo aplicado com o sentido semelhante ao atribuído por Charles Baudelaire, em que pese *uma pessoa que anda pela cidade a fim de experimentá-la*. Retomado e resignificado por Walter Benjamin. Vide as obras: BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade**: O pintor da vida moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 170. BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. 3ª ed., Obras escolhidas. Vol. III. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 35.

⁸LACOSTE, op. cit., p. 256.

⁹CLAVAL, Paul. **Terra dos homens**: a geografia. Paul Claval. São Paulo: Contexto, 2010, p. 11.

saber: identificar a situação-problema; eleger o tema da pesquisa; construir, formular e confrontar hipóteses que respondam os objetivos propostos; delimitar espaço-temporalmente o objeto de estudo; levantar e concatenar um repertório de fontes que converjam para a coerência e pertinência da análise; justificar a relevância acadêmica e social; eleger os fundamentos metodológicos e realizar um amplo debate com os teóricos da área para iluminar a empiria. Palmilhadas estas etapas, acreditamos tê-lo convertido num projeto coerente, pertinente e operacional, contribuindo sobremaneira na exequibilidade deste estudo geográfico. Afinal, uma boa pesquisa se faz com um projeto conciso, coeso e exequível.

Não obstante, esta introdução porta outro desafio ainda maior, alinhar as relações entre tempo e espaço, categorias seminais aos estudos históricos e geográficos, ao debruçar-se na análise temporal do homem espacializado, nodal à compreensão de nosso objeto de estudo que se inscreve no âmbito da geografia social, que para a qual, a interpretação e visão de mundo constitui a nossa efetiva contribuição numa abordagem geográfica com elementos históricos e sociológicos, constitui-se a *pedra de toque*,¹⁰ desta tese. Neste sentido, este estudo enseja contribuir com o avanço das reflexões acerca da migração e escravidão contemporânea na Amazônia Paraense, perscrutando as narrativas de trabalhadores rurais do Maranhão, aqui chamados de *Escravos na Amazônia* por terem sido submetidos ao trabalho escravo contemporâneo no período de 1996 a 2016, na Amazônia Paraense geografando as memórias e identidades forjadas por estes trabalhadores e suas intrínsecas relações com o território e a migração, enquanto categorias geográficas para a compreensão do processo de escravidão por dívida, escopo de nossa reflexão, temática ainda pouco corrente nos anais acadêmicos da geografia. Este foi o nosso *abre-te sésamo* para adentrar ao mundo dos geógrafos. Estaríamos diante de um desafio, do qual sem hesitar, ousamos trilhar, e aqui chegamos.

Nestes termos, a propositura deste estudo emerge, enquanto demanda socioeconômica latente e significativamente relevante à região, uma vez que Açailândia/MA é caudatária de um amplo processo de espoliação socio-ambiental, um espaço historicamente subalternizado, tornando-o num estratégico centro exportador de *deserdados da terra* que se tornam mão-de-obra escravizada e descartável¹¹ na [re]divisão social do trabalho, na Amazônia

¹⁰Tal expressão faz alusão ao jaspado-negro, material lítico usado para avaliar a pureza de outros metais. Aplicamos, pois, em sentido equivalente ao tomar a geografia como referência para nossas reflexões acerca do objeto de estudo.

¹¹Faz referência ao atual estágio fisiológico da escravatura contemporânea na economia mundial, a exemplo de países como Brasil, Índia, Mauritânia, Paquistão, Tailândia, entre outros que se utilizam da força produtiva de trabalhadores em regime de escravidão e dispensa-os à própria sorte, no que se denominou de *gente descartável*,

Paraense, de modo a figurar no topo da lista do trabalho escravo contemporâneo no Maranhão, o que demonstra a pertinência deste estudo, sendo este um dos gargalos que comprometem o desenvolvimento social e humano da região. Nestes termos, investigamos, pois, em recorte escalar, o processo de migração temporária destes trabalhadores da Amazônia Maranhense à Amazônia Paraense, conforme Mapa 1, na página a seguir.

Mapa 01: Amazônia Paraense e Amazônia Maranhense.

Fonte: IBGE, elaborado por NASCIMENTO, Amanda e Org. por SOARES, Fagno. 2016.

Fundamentalmente, elegemos um recorte cronológico de duas décadas, em perspectiva não linear, por compreender a importância da elasticidade temporal na potencialização dos usos do passado no presente em nosso estudo, o que nos permitiu investigar um tempo do qual fazemos parte,¹² que nos termos de Roger Chartier é compartilhar “com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais”,¹³ pois somos contemporâneos do objeto. E, por conseguinte, a análise das fontes se dá ao calor dos fatos, numa história em processo, tendo à frente um grande desafio, “manter-

expressão utilizada por BALES, Kevin. **Gente descartável:** a nova escravidão na economia global. Lisboa; Editorial Caminho, 2001.

¹²AREND, Silvia Maria Fávero. MACEDO, Fábio. Sobre a história do tempo presente: Entrevista com o historiador Henry Rousso. **Tempo e argumento.** Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, v. 1, n. 1, p. 201-216, jan./jun. 2009, p. 202.

¹³CHARTIER. Roger. **A visão do historiador modernista.** In.: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. [Coords.]. Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 216.

se a distância face ao próprio presente”,¹⁴ rompendo com o continuísmo e solapando as linearidades, lançando ao passado, perguntas sobre o presente e no presente questões ao passado. E assim, intentamos fazer durante todo nosso percurso investigativo, parafraseando Benjamin, para quem devemos ‘escovar a geografia a contrapelo’¹⁵ e à revelia dos donos do poder. Eis mais um desafio do fazer geográfico, de uma geografia que se quer social e humana.

Do firmamento, jaz Gaia,¹⁶ mãe-terra que com seu olhar complacente compartilha com sua filha Mnemósine,¹⁷ deusa da memória, e sua neta Clio,¹⁸ musa de história, a responsabilidade de narrar histórias no espaço e no tempo, enunciando: - Decifrem-nos ou lançamos-te em um não-lugar¹⁹ em um não-tempo, atirando-o ao limbo.²⁰ Destarte, a memória gera a história e a história registra a memória, sob a mira atenta da deusa Gaia e do titã Atlas.²¹ Nos termos desta metáfora, compreendemos, pois, a intrínseca relação entre tempo e espaço para compreensão de nosso objeto de estudo. Entrementes, conduzo-os ao *briefing*²² da pesquisa, ou seja, o *modus operandi* de sua construção.

¹⁴Idem, p. 216.

¹⁵BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 225.

¹⁶Divindade primordial na mitologia grega, também conhecida como Geia ou Gea, personificação da terra, mãe-terra geradora da criação. Segundo Hesíodo em Teogonia, Caos gerou a deusa-mãe Gaia, que por sua vez, gerou Ponto [mar], Óreas [montanhas], Urano [céu], com quem deu origem aos três ciclopes, hecatônquiros e doze titãs, a saber: Céos, Crio, Febe, Hiperião, Jápeto, Mnemósine, Oceano, Reia, Teia, Tétis, Têmis e por último Cronos, o deus grego do tempo. A este respeito, ver HESÍODO. **Teogonia: a origem dos deuses**. 2ª ed., São Paulo: Iluminuras, 1992. Poema mitológico de origem grega, escrito no século VIII a.C. por Hesíodo, formado por 1022 versos hexâmetros, descreve a genealogia do conjunto das deidades gregas, no que podemos chamar de *mito cosmogônico* descrevendo a constituição do universo, dos deuses e dos humanos.

¹⁷Dos deuses Zeus e Mnemósine nasceram nove musas, guardiãs das artes e portadoras de atributos, a saber: Calíope [eloquência], Clio [história], Euterpe [música], Erato [elegia], Melpômene [tragédia], Tália [comédia], Terpsícore [dança], Polínia [poesia lírica] e Urânia [astronomia].

¹⁸A proclamadora, musa da história, cujo nome relaciona-se a celebração e perpetuidade, seus símbolos são o clarim e a clepsidra. Representada como uma jovem coroada que descansa serenamente sobre o globo terrestre, trazendo nas mãos uma trombeta e um pergaminho.

¹⁹Conceito forjado no contexto da pós-modernidade, antônimo de lugar, refere-se a espaços transitórios que se constituem de todos e de ninguém. Conceito detidamente analisado em AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Papirus, Campinas: 2010, p.73.

²⁰Vocábulo latino que vigorou na teologia católica durante séculos, possuía um caráter escatológico. Referia-se a um lugar entre o céu e a terra sem a presença divina. Neste modo, ser lançado ao limbo, é, portanto, habitar um não-lugar e um não-tempo.

²¹É um titã, personificação da terra, responsável pelo equilíbrio entre os continentes e oceanos, símbolo do globo terrestre. Segundo a mitologia grega, Atlas ou Atlante fora condenado por Zeus a carregar os céus em seus ombros pela eternidade. Para saber mais, ver VERNANT, Jean-Pierre. **O universo, os deuses, os homens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

²²Vocábulo emprestado da comunicação que assume, aqui, um sentido de síntese das etapas de construção de uma pesquisa. Originariamente significa um documento com um conjunto de informações necessárias ao início de um trabalho, que correspondem às etapas de um plano de trabalho de uma marca ou empresa, contendo elementos que vão desde os objetivos, passando pelas estratégias até as fraquezas e potencialidades de uma organização.

Salta-nos aos olhos, um ponto de atenção deste estudo. É exatamente a convergência entre a geografia e as demais ciências humanas, nodal, numa relação dialógica, possa ser exatamente o aspecto inovador do estudo, erigido numa zona de fronteira disciplinar entre a história, a geografia e antropologia, entremeadas à sociologia rural e unidas pelos aspectos social, humano e cultural, respectivamente, no que convencionamos chamar de história social, geografia humana e antropologia cultural. Sob esta perspectiva de análise, este trabalho se pretende como ponto de intersecção entre a geografia humana e a história social, através do diálogo permanente, foi possível obter satisfatórios resultados acerca do objeto de estudo, na urdidura e nas tramas da geografia. E assim, adotamos uma abordagem interdisciplinar historicizada, tangenciada pela própria natureza dos fenômenos que envolvem nosso objeto de estudo, exigindo-nos uma postura metodológica que opere na perspectiva da interdisciplinaridade. Para isso, valhemo-nos de Milton Santos ao asseverar que

[...] o princípio da interdisciplinaridade é geral a todas as ciências. Toda ciência se desenvolve nas fronteiras de outras disciplinas e com elas se integram por meio de uma filosofia. A geografia, sociologia e economia são interpretações complementares da realidade humana.²³

Neste sentido, buscamos ao longo de toda a pesquisa solapar em certa medida o conhecimento estanque que tendem a eclipsar visões inter/multi e trans, lançando diferentes perspectivas sob o mesmo objeto. E assim, considerar a multiplicidade de aspectos em suas idiossincrasias, a partir das contribuições de diferentes áreas do conhecimento, compreendendo, pois, o todo, a partir de diversos ângulos, sob a condução do olhar arguto conflagrado pela geografia. Neste sentido, se faz útil a proposição de Brandão para quem

a geografia abre janelas e escancara portas, e conclama às suas vizinhas que derrubem também as suas cercas – como os homens e as mulheres do trabalho com a terra gritam aos senhores dos negócios com a terra –, que abram as suas portas e que venham, baixados os seus muros acadêmicos e as suas armas científicas, dialogar em grandes praças de palavras, de ideias e de teorias [sólidas o bastante para, em algum tempo, desmancharem-se no ar].²⁴

Dada à complexidade social e histórica do mundo contemporâneo, acreditamos que nenhum campo do conhecimento é capaz, de modo isolado, de elucidar os hodiernos e emergentes fenômenos da sociedade atual. Logo, defendemos que, nenhum objeto de estudo pode ser completamente haurido neste ou noutro estudo. Considerando tais motivações, a

²³SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6ª ed., São Paulo: EDUSP, 2012, p.131.

²⁴BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Prefácio. In.: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. [Orgs.]. **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009, p. 15.

construção teórico-metodológica desta tese, situa-se na fronteira, prática que se fez cara, entretanto necessária a esta pesquisa, exigindo-nos um constante diálogo interdisciplinar. A esse respeito, Lilia Schwarcz nos lembra que estudos nas zonas de fronteiras disciplinares “são palcos de litígio [...]”²⁵ capazes de engendrar relações tensas, mas no entanto enriquecedoras, como o que este estudo propõe. São como feixos policromáticos, rompendo com os estanques disciplinares, que por tanto tempo têm engessando o conhecimento acadêmico. Nestes termos, seja ela simbólica ou mesmo material “[...] a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. [...] É na fronteira que encontramos o humano no seu limite histórico”,²⁶ assinala Martins. Configura-se, pois, a multiplicidade da fronteira, os espaços de poder, ocupados por diferentes grupos sociais, cujos interesses estão para além das fronteiras espaciais. Neste sentido, seguimos a concepção contida na obra de Milton Santos ao sublinhar que

[...] uma interdisciplinaridade que não leva em conta a multiplicidade de aspectos com os quais se apresenta aos nossos olhos uma mesma realidade poderia conduzir à construção teórica de uma totalidade cega e confusa, incapaz de permitir uma definição correta de suas partes, e isso agravaria ainda mais o problema de sua própria definição como realidade.²⁷

Nos termos de Milton Santos, ao iniciarmos um estudo geográfico, faz-se necessário encontrarmos conceitos e categorias analíticas conexas que sejam capazes de abarcar o movimento dialético da totalidade²⁸ e sirvam como ferramentas intelectuais para a apreensão da concretude humana no espaço, num pertinaz fragmentar e reconstruir-se permanente e articuladamente, produzindo a imperiosa compreensão da complexidade que nos adensa e nos cerca. Sobre essa perspectiva, enlevemo-nos, pois, à constatação de Ruy Moreira para quem o desafio do geógrafo do século XXI seja

[...] saber ler o sentido e o significado do que dizem as imagens, que fazem do espaço a categoria por excelência de explicação do mundo como história. Desafio de mudar sempre de novo. E com isso habilitar-se à contemporaneidade espaço-temporal da sociedade do presente.²⁹

²⁵SCHWARCZ, Lilia K. História e Etnologia. Lévi-Strauss e os embates em região de fronteira. **Revista de Antropologia**, v. 42, n.1-2 São Paulo, 1999, pp. 199-222.

²⁶Este debate pode ser encontrado em MARTINS, José de Souza. **Fronteira** - a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo, Contexto, 2009, p. 11.

²⁷SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6ª ed., São Paulo: EDUSP, 2012, p.141.

²⁸SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5ª ed., São Paulo: EDUSP, 2008, pp. 15-31.

²⁹MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2011, p. 22.

Para o filósofo Immanuel Kant, enquanto a história se ocupa dos fenômenos no tempo, a geografia se ocupa de suas relações com o espaço, essas máximas não se aplicam frente à teoria da relatividade de Albert Einstein para quem *espaço-tempo* constitui-se numa entidade geométrica unificada. Para Milton Santos “[...] a geografia, na verdade, deve ocupar-se em pesquisar como o tempo se torna espaço e de como o tempo passado e o tempo presente têm, cada um, papel específico no funcionamento do espaço atual”.³⁰ Nestes termos, devemos historiar o espaço e geografar o tempo, na compreensão do espaço, enquanto constructo histórico-cultural, fugidio e atravessado por múltiplas temporalidades, exsurge como *locus* privilegiado de reflexão, em face de sua historicidade. Assim, geógrafos e historiadores do século XXI possuem um vasto universo de pesquisa, o que fazem de seu *métier* um constante desafio, dada a crescente complexificação e [re]configuração do conhecimento humano. Para Milton Santos a relação entre história e geografia é bilateral e por anos considerava-se “[...] como uma espécie de irmãs-siamesas”,³¹ são como ondas que se encontram. Cumpre observar ainda que existem, por conseguinte, relações interdisciplinares umbilicais, dimensões estruturantes do conhecimento humano e fundantes à compreensão das ações humanas.

A respeito disto, cumpre-nos ressaltar o contributo de Fernand Braudel na obra *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*,³² ao trazer o Mediterrâneo à condição de sujeito da história, onde os elementos geográficos foram, em certa medida, convertidos em fatos geográficos para analisar as semelhanças e diferenças entre os homens da planície e os homens da montanha, compreendendo a escala espacial como sendo parte da reflexão histórica. E, nesta coadunação, Braudel tipologizou os tempos históricos em analogia ao espaço geográfico. A temporalidade da longa duração³³ refere-se aos aspectos estruturais, a média duração aos conjunturais e a curta duração aos aspectos acontecimentais. Assim Braudel propôs uma historicização do espaço, incorporando-o ao tempo histórico. Suas reflexões

³⁰SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6ª ed., São Paulo: EDUSP, 2012, p.135.

³¹SANTOS, 2012, p.134.

³²BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1983. Destacamos o trabalho conjunto do historiador Fernand Braudel no *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, com o cartógrafo francês Jacques Bertin autor de BERTIN, Jacques. **Sémiologie graphique: les diagrammes, les réseaux, les cartes**. Paris: Gauthier-Villars, 1967. A este respeito desta parceria, vide: VILLA, Carlos Valencia; GIL, Tiago. **O retorno dos mapas: sistemas de informação geográfica em história**. [Orgs.]. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.

³³Conceito de abordagem temporal dos acontecimentos criado pelo historiador francês Fernand Braudel em sua tese de doutorado em 1949, com título *La Méditerranée et Le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Para mais informações, vide BRAUDEL, Fernand. A Longa Duração. In.: **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

sofreram grande influência de Vidal de La Blache,³⁴ que nos alerta de que “[...] o relógio do geógrafo não é exatamente o mesmo que o do historiador”.³⁵ Assim, a geografia foi primordial às reflexões e escritas braudelianas e o contrário.³⁶ Em sentido equivalente, temos o contributo do historiador Marc Bloch, inestimável ao delineamento conceitual da geografia agrária,³⁷ sobretudo, na França. Vejamos na fala de Durval Muniz, que procura pensar o espaço em sua historicidade, considerando-o nas parênteses, as aproximações-distanciamentos, rupturas-permanências, conflitualidades-mudanças dentre outras. Assim, para o autor:

Cada atividade humana carrega em si uma dimensão espacial que a ela pertence e por ela é definida. As fronteiras, as identidades espaciais, os territórios, os lugares passam a ser pensados como tendo sido definidos a partir de contendas, de conflitos, sendo frutos de relações que se estabelecem entre diferentes agentes e agências em um dado momento histórico, sendo portanto, passíveis de dissolução, desconstrução, sempre que as relações sociais que os engendraram sejam modificadas, que os saberes que os puseram de pé sejam desmontados e que as relações de poder que os sustentam sofram deslocamentos.³⁸

Neste sentido, ressaltamos que o domínio e a operacionalização dos conceitos conexos de espaço e tempo, constituíram-se *sine qua non*, ao nosso estudo, enquanto noções imprescindíveis à apreensão e interpretações dos fenômenos sociais, uma vez que estamos todos circunscritos e atravessados por tempo[s] e espaço[s] com indeléveis marcas identitárias que confazem-nos enquanto seres histórico-sociais e geográficos. Deste modo, para compreender os fenômenos da sociedade, há que sempre operarmos numa perspectiva holística,³⁹

³⁴Para aprofundamentos, vide POBLET, Maria Del Mar Ferrer Jordá. **A dimensão espaço-temporal em Fernand Braudel**: aportes teóricos para a geografia. 165f. Dissertação [Mestrado em Geografia]. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2011. / LACOSTE, Yves. Braudel geógrafo. In.: **Ler Braudel**, São Paulo: 1989. Sobre alguns dos entrecruzamentos possíveis entre história e geografia, vide: BARROS, José D’Assunção. **História, Espaço e Geografia**: diálogos interdisciplinares. Petrópolis: Vozes, 2017.

³⁵LA BLACHE, Paul Vidal de. Sur L’Esprit Géographique. **Revue politique et littéraire**. Paris: 1914, p. 557.

³⁶A postura interdisciplinar e inovada de Braudel custou-lhe uma reprovação parcial de sua tese defendida na Sorbonne em 1947, por Gaston Zellner para quem Braudel teria “[...] sido geógrafo demais e historiador de menos”. DAIX, Pierre. **Fernand Braudel**: uma biografia. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 267.

³⁷Sobre o atual delineamento teórico-metodológico e conceitual da geografia agrária brasileira, cabe a leitura do artigo deveras esquemático de síntese SUZUKI, Júlio César. Percursos teórico-metodológicos da geografia agrária brasileira: da formação à atunomia intelectual. In.: SAQUET, Marcos Aurélio; SUZUKI, Júlio César; MARAFON, Glaucio José [Org.]. **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011, pp. 23-40. Neste sentido, destacamos ainda a importância da obra-coletânea MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo. [Orgs.]. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. Ademais, indicamos a obra de VALDERDE, Orlando. **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

³⁸ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **Nos destinos de fronteira**: história, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008, pp. 71-72. Em termos equivalentes dadas as reservas, sugerimos a leitura das obras: HARTOG, François. **Crer em História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. / DUMOULIN, Oliver. **O papel social do historiador**: da cátedra ao tribunal. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

³⁹Referimo-nos à perspectiva holística da temática central da tese, a qual não realizamos um diálogo *stricto* com a bibliografia especializada sobre escravidão contemporânea, por reconhecermos que para a realização de um rico debate, prescindimos das problematizações, ancoragens, clivagens, rupturas, categorias conceituais e outros elementos igualmente possíveis de diferentes áreas do conhecimento operando sob nosso objeto de estudo.

considerando as inscrições e [re]configurações espaciais e temporais, face às transformações e variáveis impressas pela historicidade e geograficidade, que são inerentes aos processos sociais e como estes se plasman no tempo e no espaço, a exemplo do trabalho escravo contemporâneo que vem se recriando em diferentes tempos e espaços. Operando por este viés de entendimento, podemos afirmar que enquanto as análises geográficas atentam às temporalidades que lhes são próprias, urge destacar que o mesmo ocorre com as reflexões da história, das quais não podemos apartar de suas indissociáveis relações com o espaço. Apesar de consagrados e aparentemente consensuais, tempo e espaço são sempre conceitos passíveis de interpretações concorrentes. E, portanto, não estão isentos de controvérsias.

Dessa sorte, é preciso pensar o tempo da natureza e o tempo da sociedade, posto que, “hoje, a história não é mais uma ciência apenas dos homens, mas também dos lugares [...] a geografia não é somente ciência dos lugares, mas também e, sobretudo, dos homens”.⁴⁰ Logo, concluímos que o pensamento geográfico representa para a geografia, em suas devidas proporções, o que a historiografia representa para a história. Posto isto, na nossa pesquisa, o tempo presente só faz sentido quando confrontado à temporalidade pretérita, para trazer à lume, sentidos outros contidos na fala de cada narrador, que atravessam os campos do tempo, naquilo que Sirinelli chamou de “polder do tempo próximo”,⁴¹ fazendo referência aos deslindamentos do tempo presente e os imbricamentos de seus usos em suas relações com o espaço. Há, portanto, uma não linearidade, um tempo não estratificado, formado entre a sincronia e a diacronia temporal que aparecem nas narrativas orais, apresentadas por nossos sujeitos histórico-geográficos, via de regra, ao projetarmos luz sobre este tempo presente, consideramos os estratos do tempo,⁴² para usar uma expressão proposta por Reinhart Koselleck, ressignificamos o presente com as centelhas do passado. E assim, conferindo-lhe sentido ao solapar os distanciamentos. Pois, o presente nunca é um dado pronto e acabado, exige ser problematizado na esteira das temporalidades. Assim como a luz cruza o espaço, a memória rompe o tempo. Urge ajustarmos as lentes com as quais lemos e analisamos nossos objetos de estudo à melhor captação possível das informações que chegam até nós, entre as aproximações e distanciamentos possíveis, ora como um microscópio, ora um telescópio.

⁴⁰QUAINI, Massimo. **Riflessioni e ipotesi in tema di geografia storica**. Pubblicazioni dell'Istituto di Scienze Geografiche, Università di Genova, VII, 1968, p. 08.

⁴¹SIRINELLI, Jean-François. **Abrir a história: novos olhares sobre o século XX francês**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 10.

⁴²Segundo o autor “graças aos ‘estratos do tempo’ podemos reunir em mesmo conceito a contemporaneidade do não contemporâneo, um dos fenômenos históricos mais reveladores”. KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto / PUC-Rio, 2014, p. 09.

Somos, pois, convidados a revisitar espacialidades e temporalidades diversas, tracejando entre velhos e novos objetos, problemas e abordagens, formando uma espécie de caleidoscópio com infinitas possibilidades de reflexão, onde as barreiras disciplinares parecem solapadas, para iluminar outros caminhos possíveis de análise. Deste modo, um objeto pode ser interpretado, amalgamando diferentes enfoques e interfaces, seja o econômico, o político e/ou cultural para a compreensão da sociedade.⁴³ Ao dispor de um grande arcabouço de documentos orais e escritos num profícuo e necessário diálogo, potencializa-se o risco de afogamento face ao ‘simulacro da ignorância’,⁴⁴ podendo constituir-se em nosso *calcanhar de Aquiles*.⁴⁵ O que neste caso não se aplica, dado ao caráter impreterível dos prazos e a seletividade das fontes orais utilizadas como fio condutor aos outros documentos, solapando a ditadura positivista do documento escrito como único portador ‘das verdades’, que costumeiramente relega ao limbo as memórias e histórias das classes subalternizadas, como se as fontes orais, operassem como um *delay* das fontes escritas. Neste sentido, é preciso fugir das armadilhas teórico-metodológicas impostas pelos documentos, esquadrinhando-os amiúde, como fazem os arqueólogos, cujo objeto de estudo já não existem mais, restando-lhes escavar nas camadas do tempo, os restos materiais, ou seja, os documentos, com os quais buscará compreender sociedades extintas. Assim nos deixamos guiar pelas palavras de Jóina Borges, para quem o documento “é, portanto, criado, urdido na trama teórico-metodológica [...] é uma espécie de artefato: alguém o fabricou e deu-lhe significado, assim como alguém o ressignificou, o leu”.⁴⁶ Sendo assim, faz-se necessário decifrá-lo, a contento, geografizando arqueologicamente tais documentos.

Faz-se necessário uma breve inflexão temporal para explicar as motivações da escolha temática. O tema da escravidão contemporânea chegou até nós em meados do ano 2000. Na ocasião, atuávamos como alfabetizadores de jovens e pessoas adultas, no Programa

⁴³SOARES, Fagno da Silva. **Escravizados do carvão**: historiando identidades e memórias em Açailândia-MA, no tempo presente. 2012. 300p. Dissertação. [Mestrado em História do Brasil], Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012, pp. 25-27.

⁴⁴Derivação da expressão ‘euforia da ignorância’, cunhada por Carlo Ginzburg, remete ao sentimento de euforia, próprio do início de um estudo e dos desafios advindos das escolhas teórico-metodológicas deste, bem como, da tipologização das fontes. A este respeito, ver GINZBURG, Carlo. Feiticeiras e xamãs. In.: **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso e fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 296.

⁴⁵Diz-se neste caso, dos pontos de atenção deste estudo, fazendo alusão ao mito grego de Aquiles.

⁴⁶BORGES, Jóina Freitas. Sob os areais, histórias de vida. In.: CASTELO BRANCO, Julinete Vieira. SOLON. Daniel Vasconcelos. [Org.] **Histórias em poliedros**: cidade, cultura e memória. Teresina: EdUFPI, 2008, p. 93.

Alfabetização Solidária,⁴⁷ numa escola pública de um bairro popular de Açailândia/MA.⁴⁸ Alguns alunos relatavam os maus tratos que haviam sofrido em fazendas e/ou carvoarias no Estado do Pará, e também no entorno ao município de Açailândia/MA. Alguns anos mais tarde, mais precisamente em 2006, atuando como mobilizadores comunitários no Programa Educação nos Trilhos⁴⁹ na Estação Ferroviária de Açailândia, éramos paulatinamente inquietados ao acompanhar, quase que diariamente, as chegadas e partidas de muitos trabalhadores migrantes inter-regionais que, em busca de melhores condições de vida, sofriam processos de exclusão e sujeição no Pará. Motivação primeira que nos levou à realização da dissertação,⁵⁰ resultado da pesquisa acerca das memórias e identidades dos trabalhadores do carvoejamento em Açailândia-MA realizada em 2011-2012. Dois anos antes do ingresso no mestrado, participamos na cidade de Açailândia do *I Encontro Nacional do Escravo, Nem Pensar!* Organizado pela ONG Repórter Brasil, a Comissão Pastoral da Terra – CPT e o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB, apresentando a pesquisa *Grilhões do passado no tempo presente: trabalho escravo contemporâneo na Pré-Amazônia Maranhense*. Do conjunto destas experiências, nasceu, por conseguinte, o obsedante propósito em perscrutar a escravidão por dívida à baila dos estudos históricos e geográficos entremeados pelo trabalho com fontes orais e seu diálogo profundo com o tempo e o espaço,⁵¹ categorias de análise de primeira ordem à compreensão do mundo em que vivemos.

Desde então, passamos a utilizar, também durante nossa prática docente, a linguagem fílmica como recurso didático-pedagógico a partir de excertos de documentários e filmes relacionados ao temário da luta pela terra e do trabalho escravo contemporâneo, a

⁴⁷Criado em 1996 para oferecer alfabetização inicial a jovens e pessoas adultas visando combater o analfabetismo absoluto e funcional em alguns municípios, destacadamente, no norte e nordeste do Brasil.

⁴⁸Nosso contato inicial com a temática, dadas as devidas reservas e idiosincrasias têm relações de similitudes apesar das diferenças, com a experiência descrita nos termos da socióloga Marilda Menezes em sua dissertação desenvolvida no campo da sociologia rural, vide: MENEZES, Marilda Aparecida. **Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba: migração, família e reprodução da força-de-trabalho**. 221p. Dissertação. [Mestrado em Sociologia Rural] Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1985.

⁴⁹Programa sócio-educativo criado em 2000 e desenvolvido em parceria com a Fundação Vale e a Fundação Roberto Marinho e posteriormente como o Serviço Social da Indústria – SESI, através do Canal Futura nas estações ferroviárias da então Companhia Vale do Rio Doce, atualmente Vale, espalhadas na Estrada de Ferro Carajás – EFC e Estrada de Ferro Vitória-Minas- EFVM com a realização de oficinas pedagógicas sobre saúde, educação, meio ambiente, geração de renda, dentre outros, como trabalho escravo contemporâneo.

⁵⁰SOARES, Fagno da Silva. **Escravidão do carvão: historiando identidades e memórias em Açailândia-MA no tempo presente**. 2012. 300p. Dissertação. [Mestrado em História do Brasil], Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí-UFPI, Teresina, 2012.

⁵¹SOARES, Fagno da Silva. Para que serve a história? **Revista Mundo Jovem**. Porto Alegre; v. 413, p. 09, 01 fev., 2011.

exemplo de *13 de maio*,⁵² de Cícero Silva; *Aprisionados por promessas – a escravidão rural contemporânea no Brasil* produzido pela Comissão Pastoral da Terra;⁵³ *Nas terras do bem virá*,⁵⁴ de Alexandre Rampazzo e Tatiana Polastri; *Correntes*⁵⁵ de Caio Cavechini e Ivan Paganotti; *Migrantes*⁵⁶ de Beto Novais; *Que trabalho é esse?*⁵⁷ de Rodrigo Portela; *Frentes de Trabalho*,⁵⁸ de Caio Cavechini; *Esse homem vai morrer – um faroeste caboclo*,⁵⁹ de Emílio Galo; *A peleja do povo contra o dragão de ferro*,⁶⁰ de Murilo Santos e *Pulmões de aço* -

⁵²O documentário realizado em 2005 pelo Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão – FOREM, versa sobre o processo de escravização por dívida no Estado do Maranhão, a partir da narrativa de diferentes atores sociais como os trabalhadores rurais sobreviventes do trabalho escravo contemporâneo, especialistas, militantes e representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil organizada no combate a esta prática. Vide **13 MAIO**. Direção de Cícero Silva. Fórum de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão. São Luís: FOREM, VHS, 2005, documentário, 18 min.

⁵³Documentário lançado em 2006, retrata desde o processo de aliciamento até o resgate de trabalhadores submetidos à escravização por dívida em fazendas e carvoarias do Pará e Maranhão, apontando os desafios a serem enfrentados no combate ao trabalho escravizante no Brasil. **APRISIONADOS POR PROMESSAS: A ESCRAVIDÃO RURAL CONTEMPORÂNEA NO BRASIL**. Produzido pela Comissão Pastoral da Terra, Centro pela Justiça e o Direito Internacional, WITNESS, 2006, documentário, 17 min.

⁵⁴Documentário lançado em 2009 aborda a questão dos conflitos agrários no Brasil e a violação dos direitos humanos na Amazônia brasileira, a partir da migração passando pelo ciclo do trabalho escravo, o massacre de Eldorado dos Carajás até o assassinato da missionária Dorothy Stang. **NAS TERRAS DO BEM VIRÁ**. Direção de Alexandre Rampazzo, roteiro de Tatiana Polastri e Alexandre Rampazzo, produção de Tatiana Polastri, edição de Fernando Dourado. São Paulo: DVD, 2009, filme, 68 min.

⁵⁵Lançado em 2006, título faz referência não só aos grilhões e elos que aprisionam, mas também a ‘corrente’ de pessoas e instituições que lutam para rompê-los. Retrata o trabalho escravo contemporâneo nos estados da fronteira agrícola amazônica, evidenciando momentos que vão desde o processo de aliciamento até o resgate e a volta para casa, passando pela escravização narrada pelos trabalhadores sobreviventes. **CORRENTES**. Direção de Caio Cavechini e Ivan Paganotti. São Paulo: DVD, 2005, documentário, 58 min.

⁵⁶Lançado em 2007, o documentário retrata a realidade dos migrantes nordestinos de municípios como Codó/MA, Barras/PI e Francinópolis/PI para os canaviais paulistas. **MIGRANTES**. Direção de Beto Novais, Francisco Alves e Cleisson Vidal. São Paulo: DVD, 2007, documentário, 46 min.

⁵⁷Uma série com 8 episódios que retratam o trabalho escravo, a partir do diálogo entre três bonecos [o trabalhador, um amigo e o dono da fazenda]. Programa criado pelo Canal Futura, para vinculação dentro do trem da Vale e nas Estações Ferroviárias da Estrada de Ferro Carajás, durante as oficinas de mobilização comunitária do Programa Educação nos Trilhos. Durante a realização de uma oficina especial sobre trabalho escravo na Estação Ferroviária de Açailândia/MA em 13 de maio de 2007, lembramos da fala de um dos transeuntes que associou o trem da Vale, ao Navio Negreiro do século XXI, que leva trabalhadores do Maranhão para a escravidão no Pará. **QUE TRABALHO É ESSE?** Direção de Rodrigo Portela, Produção Casa de Cinema de Porto Alegre, Fundação Vale/Organização Internacional do Trabalho/Fundação Roberto Marinho/Canal Futura. Rio de Janeiro: DVD, 2006, série, 8 episódios, 56 min.

⁵⁸Documentário de 2009, revela o cotidiano da fiscalização do combate ao trabalho escravo no Brasil. **FRENTES DE TRABALHO**. Direção de Caio Cavechini. Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, São Paulo: DVD, 2009, documentário, 23 min.

⁵⁹Documentário de 2011, narra a história de pessoas mortas e ameaçadas de morte na disputa pela terra municípios Rio Maria e Rondon do Pará da Amazônia Paraense. São narrativas de medo, violência, resistência e, sobretudo impunidade. **ESSE HOMEM VAI MORRER – UM FAROESTE CABOCLO**. Direção e produção de Emílio Galo. Roteiro de Luciana Lopes e Emílio Galo. Produção associada de Dira Paes, Rio de Janeiro: DVD, 2011, documentário, 75 min.

⁶⁰Documentário de 2014 aborda os conflitos sócio-ambientais das comunidades ao longo do Corredor Carajás nos estados do Maranhão e Pará. Retrata histórias de pessoas, lutas, culturas e sonhos impactados pela duplicação da ferrovia e ampliação do Projeto Grande Carajás. A produção resulta do conjunto das atividades desenvolvidas durante o Seminário Internacional Carajás 30 Anos: mobilizações e resistências frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia Oriental. **A PELEJA DO POVO CONTRA O DRAGÃO**. Roteiro, direção e câmera de Murilo Santos, Edição Marcos Camilo. São Luís: Justiça nos Trilhos, DVD, 2014, documentário, 68 min.

resistências locais frente a injustiças globais,⁶¹ de Paolo Annechini e Andrea Sperotti. Mais recentemente o filme: *Descalço sobre a terra vermelha*,⁶² de Oriol Ferrer. Além da farta produção acadêmica da qual tivemos contato de diferentes áreas sobre o tema; utilizamos também, notícias veiculadas a grande imprensa. Mas nos detivemos com especial atenção nas informações que chegaram até nós via imprensa alternativa, a exemplo dos noticiosos nacionais como *Brasil de Fato*, *Caros Amigos*, *Carta Capital* e regionais como o *Boletim da Vida* do CDVDH/CB [vide os anexos D ao F], do *Boletim Justiça nos Trilhos* e, principalmente das inúmeras publicações da Repórter Brasil e da Comissão Pastoral da Terra – CPT,⁶³ sobretudo, Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo *De Olho Aberto Para Não Virar Escravo*. Também destes, endorsou, portanto, o interesse em perscrutarmos a matéria como *devoir* de ofício.

Nossas primeiras incursões acadêmicas sobre o tema ocorreram por ocasião de uma pesquisa realizada em 2007 e aprofundada em 2011, como trabalhos de conclusão do curso de duas especializações.⁶⁴ Sendo esta última, um projeto de intervenção pedagógica, de caráter interdisciplinar, aplicado no Centro de Ensino Mary Dalva Castro Rocha em Açailândia/MA, com o objetivo de sensibilizar os educandos, educadores, gestores e membros da comunidade

⁶¹Conta a história de luta e resistência de três comunidades impactadas pela atuação das empresas siderúrgicas ligadas à Vale no distrito industrial do Piquiá-Açailândia/MA, em Santa Cruz-Rio de Janeiro/RJ e em Taranto na Itália. **PULMÕES DE AÇO: RESISTÊNCIAS LOCAIS FRENTE A INJUSTIÇAS GLOBAIS**. Direção de Paolo Annechini e Andrea Sperotti. Justiça nos Trilhos, Brasil/Itália: DVD, 2014, documentário, 31 min.

⁶²Produção fílmica de 2012, recebeu várias menções honrosas, baseada na biografia homônima escrita por Francesc Escibano, narra a história do missionário catalão da ordem dos claretianos, o bispo emérito, Dom Pedro Casaldàliga, durante sua atuação na prelazia de São Félix do Araguaia/MT na luta pelo direito à terra e a vida das comunidades e dos povos indígenas na região. **DESCALÇO SOBRE A TERRA VERMELHA**. Direção de Oriol Ferrer, roteiro de Marcos Bernstein e Maria Jaén, 2012, 156 min.

⁶³A respeito da atuação da Comissão Pastoral da Terra – CPT, no combate e enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil, destacamos aqui as reflexões empreendidas por Moíses Pereira, para quem a CPT constituiu conjuntamente a outras instituições, um marco no avanço conceitual e enfrentamento à prática no Brasil rural, sobretudo na Amazônia, vide: DA SILVA, Moíses Pereira. **O trabalho escravo contemporâneo e a atuação da CPT no campo (1970-1995)**. 2016. 245p. Tese [Doutorado em História Social]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 2016. Para mais informações sobre o histórico e atuação da instituição, indicamos: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **CPT: 40 anos de fé, rebeledia e esperança**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

⁶⁴Respectivamente intitulados, *Escravos do aço: trabalho escravo contemporâneo em Açailândia/MA, no século XXI*, durante a especialização em Metodologia da Pesquisa em História e Geografia do Brasil no Centro Universitário das Faculdades Integradas de Amparo, sob orientação da Profa. Dra. Sônia Mourae *Ser ou não ser escravo? Eis a questão: escravização contemporânea em Açailândia/MA* durante a especialização em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Maranhão, sob a orientação da Profa. Dra. Marly de Jesus Sá Dias. Vide os estudos SOARES, Fagno da Silva. **Escravos do aço: trabalho escravo contemporâneo em Açailândia-MA no século XXI**. 102f. Monografia [Especialização em Metodologia da Pesquisa em História e Geografia do Brasil]. Centro Universitário das Faculdades Integradas de Amparo, Amparo: 2007. / SOARES, Fagno da Silva. **Ser ou não ser escravo? Eis a questão: escravização contemporânea em Açailândia/MA**. 110f. Monografia [Especialização em Direitos Humanos]. Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, 2013.

escolar, quanto à persis[exis]tência do trabalho escravo contemporâneo no município de Açailândia/MA, através de diferentes linguagens pedagógicas e narrativas históricas, quanto aos perigos do trabalho escravo contemporâneo na região, visando pensar em estratégias cotidianas de combate e enfrentamento a esta espúria prática na comunidade. Para tal, efetivamos um projeto de intervenção pedagógica, com um conjunto de ações articuladas, a partir da realização de visitas técnicas, pesquisas de campo e palestras em parceria com o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB, sob o nome de *Historiar a Escravidão, Grafitar a Liberdade*.⁶⁵ O projeto pedagógico contou com o apoio financeiro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, através do Programa Escravo Nem Pensar! da ONG Repórter Brasil. Ao final, produzimos panfletos, cartazes, poemas, paródias, dramatizações, mostra cinematográfica, exposição fotográfica e oficina de grafiteagem acerca do tema, para a culminância junto à comunidade.⁶⁶ No período de 2011 a 2013, submetemos à aprovação e orientamos dois projetos de iniciação científica⁶⁷ junto à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – PRPGI/IFMA, cujo mote central era o trabalho escravo contemporâneo nos municípios de Açailândia/MA e Buriticupu/MA, destas inquietações plasmadas no tempo e no espaço e na relação entre a empiria e teórica, resultaram esta tese.

Noutros termos, sublinhamos, pois, que nos semestres 2013.2 e 2014.1, fomos para além do cumprimento obrigatório de créditos os quais concluímos no semestre seguinte, mais a efetiva participação em eventos científicos regionais e nacionais, fulcrais ao objeto de estudo de nossa tese. Tendo realizado, preliminarmente, um levantamento bibliográfico acerca do tema

⁶⁵A este respeito, na condição de coordenador do projeto, afirmamos enfaticamente que, “[...] durante a pesquisa de campo, nos deparamos com muitos relatos de trabalhadores que experienciaram, em carvoarias, o amargo sabor da desilusão de um sonho que se fez pesadelo, numa realidade que muitos ainda julgam ter findado em 1888, o trabalho escravo. Vamos continuar a combatê-lo”. Para mais informação, ver FALCÃO, Marina; OHARA, Gustavo; SUZUKI, Natália. **Experiências comunitárias de combate à escravidão 2012**. Catholic Relief Services – CRS e Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, São Paulo: 2012, pp. 08-09.

⁶⁶Para além da culminância, o produto final foi transformado em narrativa e publicado em formato de artigo, em SOARES, Fagno da Silva; OLIVEIRA, Vera Lúcia Silva. *Historiar a Escravidão, Grafitar a Liberdade*. **Revista Mundo Jovem**. Porto Alegre; v. 452, p. 08, nov., 2014.

⁶⁷Os referidos projetos foram aprovados no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC e PIBIC/JR e registrados no Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – NPPGI/IFMA, todos contaram com o apoio financeiro parcial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Em 2010, aprovamos *Suplício de Tântalo: trabalho escravo contemporâneo em Buriticupu/MA*, três anos depois, outros seis projetos foram aprovados, a saber: *Filhos de Sísifo - histórias de vida de trabalhadores escravizados em Açailândia/MA*; *Entre a Hidra e a Medusa - tensões políticas em Açailândia/MA no período de 1975-92*; *Decifre-me ou lanço-te no limbo - história oral de vida dos primeiros trabalhadores de Açailândia 1960-1970*; *Narradores da Vila - fractais de memória e identidade dos pioneiros da Vila Ildemar 1993-2003*; *Ifaradá, histórias para além de Mojobá - ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena*; *Filhos de Sísifo no Suplício de Tântalo - trabalhadores escravizados em Açailândia/MA 1996-2006*.

em periódicos, livros, dissertações e teses, visitamos instituições como Repórter Brasil, Coração Azul e no Arquivo Público de São Paulo como parte da pesquisa de campo em São Paulo/SP, onde pudemos submeter ao escrutínio alguns documentos. Somam-se a isto, a participação em eventos científicos internos organizados pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo – USP, como palestras, conferências e minicursos.

Já durante o segundo semestre de 2014, de volta ao Maranhão, realizamos um novo levantamento bibliográfico acerca do tema para a fundamentação teórica, uma vez que já havíamos realizado estudos nesta área desde a especialização. Retomamos algumas entrevistas transcritas por ocasião da pesquisa de mestrado, das quais utilizamos apenas uma, as demais nos indicaram outras a fazer. Outrossim, reelaboramos e reestruturamos os roteiros para as novas entrevistas agendadas através de contatos preliminares. O conjunto destas entrevistas foi realizado durante a pesquisa de campo, por todo o mês de dezembro junto aos trabalhadores indicados pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB,⁶⁸ nosso *lócus* endereçador, onde escarafunchamos em meio de uma farta documentação oficial. E assim, garimpamos alguns outros importantes dados que formaram um primeiro quadro documental e estatístico aqui utilizado.

Deste modo, trata-se de uma pesquisa qualitativa, metodologicamente pautada na descrição, análise e interpretação dos dados e, sobretudo, das entrevistas. Para tal lançamos mão do referencial metodológico da história oral para apropriação prática que orientou nosso trabalho de campo, que vai desde a elaboração do projeto até a devolutiva aos nossos atores sociais estudados, passando pelo processo de transcrição. Somam-se a esta, os registros e excertos de subjetividades e reflexões com os quais também fomos grafados como partícipe no

⁶⁸O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos/Carmen Bascarán de Açailândia/MA é uma organização não governamental, fundada em 18 de novembro de 1996, em Açailândia/MA, destinada à defesa da vida e a promoção dos direitos humanos, guiada pela missão *‘a defesa da vida aonde for mais ameaçada e os Direitos Humanos onde forem mais desrespeitados, com atenção privilegiada aos mais pobres, explorados e oprimidos’*. [Cf. Art. 3º, Estatuto Social]. Atua para além do combate ao trabalho escravo contemporâneo na Amazônia, cujo trabalho é referência nacional e internacional no encaminhamento e acompanhamento de denúncias de trabalho escravo na região. Desenvolve também inúmeros projetos de formação de agentes comunitários e culturais, bem como, a promoção do protagonismo juvenil. Seu portfólio de atuação demanda uma rede de parceiros, entre outros; Manos Unidas, Agencia de Cooperación del Principado de Asturias, Asociación Derechos, Paz y Libertad – ADEPAL, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Ministério Público do Trabalho no Maranhão – MPT/MA, Ministério Público do Trabalho no Pará – MPT/PA, Repórter Brasil, associações, sindicatos entre outros. Atualmente, entre suas ações se destaca a construção do Programa Rede de Ação Integrada para o Combate à Escravidão – RAICE em parceria com a Comissão Pastoral da Terra nos Estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. Para mais informações: www.cdvdhacai.org.br

caderno de campo⁶⁹ [diário/fonte de pesquisa] que contiguamos a outras fontes documentais, como judiciárias e relatórios técnico-institucionais, com intento de corroborar a melhor compreensão das narrativas orais e bases documentais.

Assim, para atingir os objetivos desta pesquisa, foi necessário percorrermos variadas fontes e empreendermos diferentes abordagens metodológicas para atender o elenco e tipologia das fontes, formatando um escopo documental e empírico fundante ao nosso propósito de pesquisa: orais, escritas, cartográficas, hemerográficas e bibliográficas. Deste modo, foi possível acessar e visualizar diferentes pontos de vista sobre uma mesma particularidade ao entrecruzar fontes. Destarte, o estudo que propomos e realizamos, não é uma transcrição pura e simples daquilo que as fontes e os documentos dizem, mas pelos que estes iluminaram na compreensão do fenômeno da escravidão contemporânea nesta parte do Brasil. Afinal, a diversidade de fontes favorece a multiplicidade de olhares possíveis num mesmo objeto, enriquecendo sobremaneira nosso objetivo de estudo, como é indicado na narrativa. E assim, nos foi possível oferecer mais de uma visão sobre o tema, também por isso, avançamos com o intento de inscrever no que chamamos aqui de geografia oral e história oral híbrida, que elucidaremos no parágrafo seguinte. Fundamentalmente, cumprindo o *devoir* de pesquisador em história oral, devemos aqui pontuar que optamos na utilização da citação fragmentar das entrevistas articuladas à dimensão integral da oralidade e textualidade, para não incorrer a objetificação da entrevista e seu entrevistado. Muito embora, tenhamos grande apreço pela transcrição desenvolvida por José Carlos Sebe Bom Meihy inspirado na teoria haroldiana⁷⁰ da transcrição como recriação, por motivações metodológicas, preferimos não utilizá-la neste estudo; o mesmo se aplica à incipiente metodologia da geografia oral,⁷¹ a qual desejamos

⁶⁹Trata-se de um exemplo de fonte primária de pesquisa, imprescindível ao trabalho de campo. É também um repositório com o registro detalhado de informações diversas do trabalho de campo do pesquisador. São nas fissuras destes diários que encontramos, por vezes, valiosas informações acerca dos objetos e sujeitos estudados.

⁷⁰Teoria desenvolvida pelo tradutor brasileiro, Haroldo de Campos [1929-2003], que influenciado por Ezra Pound e Walter Benjamin, partiu da primícia do tradutor como recriador, e ao longo de sua vida, traduziu e transcreveu para a língua portuguesa poemas e textos do grego, inglês, mandarim, alemão, japonês, russo, francês, espanhol e italiano de grandes ícones da literatura mundial como Homero, Dante Alighieri, Goethe e Mayakovski. Sobre a teoria haroldiana, vide SANTAELLA, Lucia. Transcriar, transluzir, transluciferar: a teoria da tradução de Haroldo de Campos. In.: MOTTA, Leda Tenório da. **Céu acima:** para um tombeau de Haroldo de Campos. São Paulo: Perspectiva, 2005.

⁷¹Trata-se de uma perspectiva metodológica aberta em 1997 por Alberto Lins Caldas, quando de sua pesquisa de doutoramento na comunidade ribeirinha de Calama na Amazônia Rondoniense, objetivando compreender o espaço e sua construção, através da oralidade utilizou-se do termo geografia oral e deu início os seus primeiros ensaios teórico-empíricos que serviram de sustentação à prática metodológica que por sua vez, resultaram na defesa em 2000 da tese de doutoramento de Alberto Lins Caldas no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, fundante ao delineamento e atual quadro teórico-metodológico e conceitual da geografia oral, tendo sido inaugural, dado o contexto acadêmico, ao propor noções como cápsula narrativa e geografia oral em seu estudo. A grosso modo, a geografia oral é uma variante de uma história oral maior. Segundo o autor, é uma categoria epistemológica mediadora que opera na relação entre o conhecimento geográfico e a

empreender incursões futuras.⁷² Diante do exposto, decidimos transcrever, conferir, categorizar, problematizar, textualizar e analisar criticamente cada entrevista e o seu conjunto, na perspectiva da história oral híbrida, não necessariamente cotejada às fontes escritas, como ratificado no decurso da tese. Cabe assinalarmos ainda, o registro de que fomos tomados e efetivamente influenciados, pelas recentes publicações do Grupo de pesquisa Geografia, Literatura e Arte – Geoliterart,⁷³ como se pode notar na composição estrutural, narrativa e nalgumas elucubrações, por vezes, poéticas e literárias presentes no corpo da tese.

história oral, amalgamando-o, potencializando-o e ampliando a prática geográfica, cujo eixo articulador é o conceito de cápsula narrativa, amplamente desenvolvido pelo autor em outras reflexões advindas da tese CALDAS, Alberto Lins. **Calama**: uma comunidade no Rio Madeira. 2000. 206p. Tese [Doutorado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2000. Neste sentido, cabe também a indicação de leitura, sobretudo, pela aplicação, ainda que incipientemente do método hermenêutico-fenomenológico da ‘cápsula narrativa’ e da metodologia em geografia oral no contexto da geografia cultural na dissertação de SANTOS, Sheila Castro dos. **Experiência e lugar**: geografia oral com judeus. Dissertação [Mestrado em Geografia] 2012. 247p. Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho: 2012. Ainda nestes termos, acrescentamos a contribuição realizada pelas reflexões de alguns artigos e livros que versam sobre as experiências teórico-empíricas em geografia oral, a saber: CALDAS, Alberto Lins. Espaço e experiência: história oral e geografia humana. **Revista Online Zona de Impacto**, ISSN 1982-9108: Vol.8, Ano VIII, 2006. / CALDAS, Alberto Lins A noção de cápsula narrativa. **Revista Caderno de Criação**. Porto Velho: ano VI, Nº 20, outubro, 1999. / CALDAS, Alberto Lins. Geografia oral. **Oralidades**. São Paulo, v. 5, n. 10, jul/dez/2011, pp. 173-186. / CALDAS, Alberto Lins. **Nas águas do texto palavra, experiência e leitura em história oral**. Porto Velho: EdUFRO, 2001. / CALDAS, Alberto Lins. **Espaço e oralidade**. Curitiba: Editora Prismas, 2015. Cabe também, o destaque a reflexão pioneira empreendida entre os geógrafos por Júlio César Suzuki acerca dos usos e práticas da história oral aplicada aos estudos de geografia agrária. SUZUKI, Júlio César. Histórias orais: relato de experiência em pesquisas geográficas. **Oralidades**. São Paulo, v. 5, n. 10, jul/dez/2011, pp. 75-88. Por fim, trazemos a indicação de uma obra que reúne o conjunto da produção do autor, em CALDAS, Alberto Lins. **Experiência e narrativa**: uma introdução à história oral. Maceió: EdUFAL, 2013.

⁷²Donde partiremos da compreensão emprestada de Alberto Lins Caldas de que a geografia oral é parte de um esforço e desdobramento teórico-metodológico empreendido, a partir, das perspectivas mais renovadas da história oral brasileira, entrecruzada com a geografia humana, o autor defende que a “Geografia Oral não se apresenta especificamente como uma técnica, mas como um conjunto articulado de procedimentos num ‘discurso’, [...] é uma História Oral aplicada à Geografia Humana”. [CALDAS, 2011, p. 173]. Neste sentido, o precursor da geografia oral, Alberto Lins Caldas acrescenta ainda que a história oral opera como um tensor para pensar o geográfico, com o intento de oxigenar as práticas acadêmicas, por vezes, positivistas. Propõe um pensar e fazer geográfico humanizado, que [as]respire ares renovados, jorradores de vida, de modo a realizar “conexões, aprender a ouvir as ressonâncias, abrir as redes, os fluíres entre domínio de saberes e domínios de vida, campos de práticas”. [CALDAS, 2011, pp. 179-180]. Desta forma, o autor classifica a geografia oral como um “campo nômade que articula espaço-lugar com oralidade-narrativa, articula vivamente o narrador, com narradores e seu *lôcus* vivo, com o pesquisador através das narrativas”. [CALDAS, 2011, pp.179-180, passim]. A este respeito, vide CALDAS, Alberto Lins. Geografia oral. **Oralidades**. São Paulo, v. 5, n. 10, jul/dez/2011, pp. 173-186.

⁷³Grupo criado em 2011, vinculado ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo – USP, sob a coordenação dos professores Júlio César Suzuki e Eguimar Felício Chaveiro, cujo mote são as relações entre a geografia e a arte. O GEOLITERART em grande medida foi embrionado no contexto do Grupo de Pesquisa Geografia e Literatura, e do conjunto de esforços arregimentados durante o IX Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia – ANPEGE, realizado em Goiânia em 2011. O grupo tem promovido eventos periódicos nacionais e internacionais, a exemplo do II/III Simpósio Nacional de Geografia, Literatura e Arte/ I/II Simpósio Internacional de Geografia, Literatura e Arte. Destacamos ainda, nesse processo, a importância da linha de pesquisa *Geografia da oralidade - Uma recuperação da história oral de populações tradicionais* pertencente ao também consolidado Grupo de Pesquisa Agricultura e Urbanização, cujo ponto de atenção reverbera-se nos estudos e reflexões entre o urbano e o rural, registrado na base de dados do diretório dos grupos de pesquisa no Brasil em 2003, no mesmo departamento, sob a coordenação do professor Júlio César Suzuki, que também coordena o Grupo de Pesquisa Geografia e Cinema na mesma universidade. Cabe destacarmos o volume e a qualidade das publicações deste grupo de pesquisadores que combinam filigranadamente no seu campo de

Destarte, tomamos como corpus documental para além dos relatos orais, informações e documentos do Balcão de Direitos da ONG Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB, do extinto Centro de Referência em Direitos Humanos de Açailândia – CRDHA, da Comissão Pastoral da Terra – CPT/MA. Somam-se a estes, outros dados compilados do Instituto Maranhense de Estudos Sociais e Cartográficos – IMESC, da Superintendência Regional do Trabalho no Maranhão, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, e documentos produzidos e/ou disponibilizados pela Repórter Brasil e a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE, bem como, levamos em consideração os dados dos relatórios globais sobre o trabalho escravo contemporâneo, produzidos e publicados pela Organização Internacional do Trabalho – OIT. Esses documentos nos deram uma visão de conjunto, quando somadas às fontes orais permitiram-nos uma relação entre o social e o individual, entre o macro e o micro, tendo o inaudito das fontes escritas nos levado à escuta sensível das fontes orais, a respeito da arte da escuta,⁷⁴ mergulhamos apeticidamente nas reflexões de Alessandro Portelli, seguindo suas pistas teórico-metodológicas, ao revirar o baú de ossos das memórias através da oralidade, sua influência nos foi acachapante durante o percurso metodológico das entrevistas.

investigação e reflexão Geografia, Literatura e Arte. Estas publicações em formato de livro eletrônico são resultado de simpósios nacionais e internacionais dos pesquisadores da área, a saber: SUZUKI, Júlio César; LIMA, Angelita Pereira de; CHAVEIRO, Eguimar Felício. [Orgs.]. **Geografia, literatura e arte: epistemologia, crítica e interlocuções**. [Livro eletrônico]. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016. / SUZUKI, Júlio César; SILVA, Valéria Cristina Pereira da. [Orgs.]. **Imaginário, espaço e cultura: geografias poéticas e poéticas geografias**. [Livro eletrônico]. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016. / SUZUKI, Júlio César; COSTA, Everaldo Batista da; STEFANI, Eduardo Baidier. **Espaço, sujeito e existência: diálogos espaço geográfico das artes** [livro eletrônico]. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016. / SUZUKI, Júlio César; SILVA, Valéria Cristina Pereira da; FERRAZ, Cláudio Oliveira Benito. [Orgs.]. **Educação, arte e geografias: linguagens em (in)tens(ç)ões**. [Livro eletrônico]. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016. / SUZUKI, Júlio César; SILVA, Adriana Carvalho. [Orgs.]. **Estética, poética e narrativa: entre a fluidez e permanência nas artes**. [Livro eletrônico]. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016.

⁷⁴Definição grafada pelo professor da Università degli Studi di Roma La Sapienza, Alessandro Portelli à história oral, a quem têm dedicado décadas de estudos. E, por conseguinte, tem se tornado referência obrigatória a todos/as que desejam trilhar nos estudos em história oral e memória. Para aprofundamentos acerca das questões teórico-metodológicas da história oral, vide as obras PORTELLI, Alessandro. **A história oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. / PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. Somam-se a estas, alguns artigos publicados no Brasil, a exemplo de PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, significados e interpretação nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro: vol.1, n. 2, 1996, pp. 59-72. / PORTELLI, Alessandro. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, n. 29, São Paulo: 1995, pp. 9-27. / PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto História**. História e Oralidade. PUC-SP, São Paulo: PUC, n. 22, São Paulo: 2001, pp. 09-36. / PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? **Projeto História**. Cultura e Representação. PUC-SP, São Paulo: PUC, n. 14, 1997, pp. 25-39. / PORTELLI, Alessandro. Forma e significação na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**. Cultura e Representação. PUC-SP, São Paulo: PUC, n. 14, 1997, pp. 07-24. / PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos: memória e possíveis mundos dos trabalhadores. Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Projeto História**. Cultura e Cultura. PUC-SP, São Paulo: n. 10, 1993, pp. 41-58. / PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**. Ética e História oral. PUC-SP, São Paulo: n. 15, 1997, pp. 13-49.

Sublinhamos, pois, que das reuniões no Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo – GPTEC, no Rio de Janeiro/RJ e em visitas ao Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB, em Açailândia/MA, mantivemos contato com a pesquisadora do Humboldt-Universität zu Berlin, Lisa Cartensen, doutoranda em *Global Social Policies and Governance pela Universität Kassel* na Alemanha; destes diálogos sobre o tráfico de pessoas e o trabalho escravo contemporâneo, resultaram a construção e publicação de um artigo científico em revista internacional sobre o tema.⁷⁵ Durante as duas visitas que realizamos em Marabá/PA, estivemos na sede da Comissão Pastoral da Terra – CPT/PA, que nos informou das condições operacionais para a realização das atividades de campo no município e nos endereçou ao núcleo da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH, onde estivemos em contato com um jovem pesquisador estadunidense, pós-doutorando em Direitos Humanos pela Harvard University, com quem discutimos os riscos de se criar unicórnios, dragões e ornitorrincos em uma tese.

Consubstanciando, o fortalecimento da musculatura empírica, e, por conseguinte, a ampliação das fontes deste estudo, fomos noutros bancos de dados como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, e Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB. Estes dados subsidiaram estatística e analiticamente na construção de mapas, quadros, gráficos e tabelas neste estudo. Nossa preocupação neste sentido repousou no método de análise empreendido sobre estas fontes, o qual foi delineado na compreensão destas, de acordo com suas origens, assim como o período em que foram elaboradas, o lugar social dos sujeitos que faziam uso destes aparelhos e dispositivos de discurso, bem como, da finalidade dos mesmos e seus acirramentos. Longe, no entanto, de constituir um corolário com resultados acabativos, pois se trata de um processo ainda em curso, resvala até mesmo entre aos mais experientes pesquisadores, que apesar, das mais qualificadas análises na busca por uma unidade de princípio conceitual à curto prazo, assumem um caráter eminentemente custoso, e sempre parcial. E, ainda mais, incita a que realizemos a árdua tarefa de constituir uma reflexão que se propõe a equacionar os desafios próprios de um estudo doutoral, exigindo de nós, um hercúleo esforço reflexivo, na tentativa de afinar e completar o projeto de pesquisa que ora se cumpre, para além do dever de ofício.

⁷⁵CARTENSEN, Lisa; SOARES, Fagno da Silva. Tráfico de pessoas e trabalho escravo contemporâneo: contextualizando o caso brasileiro no debate internacional. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**. Universidad de Málaga, Espanha, abril-junio, 2016.

Assim como os relatórios do CDVDH/CB colocaram à disposição informações relevantes quanto ao processo de aliciamento e resgate destes trabalhadores na região, bem como a política de atuação da entidade. Para isso, tivemos de considerar as diferentes fontes e linguagens durante a composição documental, operando a pesquisa, também em fontes hemerográficas, cujo papel desempenhado em nossa análise foi singular para compreender como as mídias locais informam e classificam o fenômeno do trabalho escravo contemporâneo na região. Desta forma, buscamos dois jornais de circulação regional *O Estado do Maranhão*⁷⁶ e *Açaí Folha*⁷⁷ compreendendo-os como espaços diversificados de escrita, um mecanismo de comunicação com a sociedade, importante à época, e uma ferramenta de localização dos lugares de fala dos diferentes produtores de discurso, permitindo leituras poliédricas, reveladoras de disputas. Ao considerar as fontes hemerográficas como fonte de pesquisa é necessário percebê-las não como um instrumento neutro que informa apenas o fato sem posicionamento e juízo de valor, pois ela é permeada de interesses, faz uso do poder para influenciar seus leitores. E acabamos por encontrar, um documento que julgamos valioso nas páginas do *Jornal Terra Livre*,⁷⁸ datado de agosto de 1954, que traz a entrevista com dois trabalhadores escravizados que fugiram de uma fazenda do norte do Paraná, onde funcionava já naquela época nos idos anos 50 do século XX, como numa espécie de campo de concentração de trabalhadores. Assim, importou-nos encontrar, nestes jornais, elementos que permitiram conhecer e desvendar os movimentos sociais, pensamentos, sentimentos e interesses de um conjugado tempo e espaço, lócus privilegiados para o pesquisador que, como tal, se reconhece como sujeito histórico e geográfico do lugar social de onde fala e sobre o que fala. Neste sentido, esta tese deve ser lida com a consciência de que esta, espelha fractais de todos e de cada um dos sujeitos que direta ou indiretamente a compôs, dados a conhecer de modo explícito ou não, no decurso deste estudo doutoral.

Destarte, gravamos outras entrevistas em 2015 e 2016 para fechar o quadro geral de colaboradores; ampliamos a amostra dos entrevistados, e praticamos uma economia dos

⁷⁶Fundado em maio de 1959, na cidade de São Luís/MA como jornal O Dia, em 1973 passou a circular com o nome *O Estado do Maranhão*, e rapidamente tornou-se o mais importante veículo de comunicação impresso no Estado. Vale destacar que é parte das Organizações Mirante pertencente ao grupo Sarney.

⁷⁷Fundado nos anos 90 com este nome para homenagear a cidade de Açailândia. Já em 2015 passou a ter circulação regional, passando a ser chamado de Jornal do Maranhão.

⁷⁸Jornal de circulação nacional, ligado ao Partido Comunista Brasileiro – PCB, cuja periodicidade se manteve regular de 1949 até março de 1964, por ocasião do golpe militar brasileiro, deixou de circular. Tratava-se de um jornal mensal clandestino, portanto, não encontrado nas bancas. Em geral, seus exemplares eram enviados pelos correios aos assinantes, apoiadores e simpatizantes da causa comunista, em todo o país. Foi um importante instrumento de representação e voz para a classe trabalhadora a época. Assim como outros, a exemplo do Jornal de Sem Terra e Liga, ambos ligados ao movimento camponês brasileiro.

conceitos, conforme sugestão da banca durante o exame de qualificação. Considerando os objetivos desta, a pesquisa se caracteriza como exploratória⁷⁹ ao proporcionar um quadro geral do objeto de estudo, registrando-o, analisando-o e interpretando-o, priorizando a identificação e tessitura das causas. Faz-se explicativa, por alinhar teoria e empiria na busca de explicações mais fidedignas ao nosso objeto de estudo, solapando os apriorismos. Notadamente, o próprio itinerário da pesquisa aponta uma diversidade de documentos utilizados antes, durante e depois das entrevistas que conduzimos, sempre na perspectiva de relacionar as memórias individuais e as coletivas. O mesmo se aplica na relação com a identidade dos trabalhadores e dos agentes defensores dos direitos humanos.

Também nesta, e em muitas passagens, utilizamos o termo trabalhadores/ras, por sugestão dos próprios defensores dos direitos humanos do CDVDH/CB, por entendermos que embora o trabalho escravo contemporâneo na Amazônia afete majoritariamente homens na região em estudo, há sempre a presença, por vez, invisibilizada, de mulheres tanto no campo quanto na cidade, e mesmo nas regiões de origem, são mães, esposas e filhas que ficam a espera dos seus. Noutras regiões do mundo, a exemplo da escravização contemporânea nalguns países da Ásia, a presença da mulher é majoritária, no que denominamos aqui de escravidão feminina contemporânea,⁸⁰ que utiliza-se principalmente do tráfico internacional de mulheres destinada à exploração sexual. Neste sentido, indubitavelmente, a mulher tem sido vítima de inúmeras outras formas de exploração. Urge destacar, que estamos convencidos de que ainda temos uma linguagem sexista, refratária, primariamente masculina e masculinizada no mundo acadêmico, carregada de efeito discriminatório. Assim, este tipo de linguagem, que deveria representar ambos os sexos, acaba por invisibilizar às mulheres no processo, além de soterrar totalmente a diversidade de gêneros.

Fundamentalmente, fazem parte desta tese um total 24 entrevistas.⁸¹ Destas, 11 foram realizadas no período de 2014 a 2016, com trabalhadores que foram submetidos à escravidão por dívida em fazendas no município de Marabá/PA. Aditamos duas outras entrevistas realizadas em 2012 por ocasião da dissertação com o Sr. Antonio Gomes;⁸² 84 anos,

⁷⁹GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6ª ed., São Paulo: Atlas, 1999.

⁸⁰Sobre a escravização de meninas e mulheres para fins sexuais na Amazônia, destacamos uma série de reportagens realizadas entre fins dos anos 80 e meados dos anos 90, que narra histórias de exploração sexual infantil e o cárcere privado de jovens mulheres nordestinas e amazônicas, publicadas pelo jornal Folha de S. Paulo, que resultaram em livro, vide a obra: DIMENSTEIN, Gilberto. **Meninas da noite**: a prostituição de meninas escravas no Brasil. São Paulo: Ática, 1992.

⁸¹Lista de entrevistados e descrição, vide Apêndice C.

⁸²A entrevista realizada ainda durante o mestrado em 2012, com o senhor Antônio Gomes, um guardião de memória, foi certamente o *ponto zero* desta pesquisa, ancorando-nos nas palavras de Meihy para quem é a “[...]”

primeiro caso notificado pelo CDVDH/CB, por isso emblemático; e a entrevista com Antonio José Ferreira Filho, na época Secretário Executivo do CDVDH/CB. Acrescentamos ainda, trechos das entrevistas realizadas em 2016 com Fabrícia Carvalho da Silva e Brígida Rocha dos Santos,⁸³ Secretária Executiva e Coordenadora do Atendimento Psicossocial do CDVDH/CB, respectivamente, para adensar as entrevistas já realizadas. Ademais, pudemos utilizar recortes das entrevistas dos/as trabalhadores/as Elenilde Dias Fernandes,⁸⁴ José Alves de Souza⁸⁵ e José⁸⁶, bem como, dos defensores dos direitos humanos Milton Teixeira Santos Filho,⁸⁷ Ivanete da Silva Sousa,⁸⁸ Leonardo Moretti Sakamoto⁸⁹ e Carmen Bascarán Collantes⁹⁰ depositadas nos acervos do Museu da Pessoa,⁹¹ e por fim, excertos de entrevistas com Jean Marie Xavier

história do grupo ou com quem se queira fazer a entrevista central. Deve-se, depois de tomar ciência do que existe escrito sobre o caso, fazer uma ou mais entrevistas em profundidade com essa pessoa, que é a depositária da história grupal ou referência para histórias de outros parceiros”. [MEIHY, 2005, p. 178]. Diante disto, entendemos ser esta primeira entrevista nosso ponto zero, nos encaminhando às demais, e apresentando-nos uma visão que atingi todo o grupo, conforme constatado nas entrevistas realizadas posteriormente.

⁸³Do conjunto das entrevistas realizadas, no âmbito das gravações do documentário *A Força dos Pequenos*, elegemos duas para utilizarmos extratos em nosso estudo. **A FORÇA DOS PEQUENOS**. Direção de Patricia Simón. Asociación Derechos, Paz y Libertad – ADEPAL Espanha: DVD, 2016, documentário, 48 min.

⁸⁴Ex-sócia cooperada do Núcleo de Produção de Brinquedos e Artefatos de Madeira Reciclada da Cooperativa para Dignidade do Maranhão – CODIGMA, criada pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán como um dos eixos das práticas de combate a escravidão contemporânea, qual seja, a inserção dos trabalhadores resgatados da escravidão por dívida ao mundo do trabalho, a partir, de atividades de formação e capacitação profissional. Vale destacar, que a cooperada Elenilde Dias presidiu a Cooperativa para Dignidade do Maranhão – CODIGMA em seus últimos anos de funcionamento.

⁸⁵Trabalhador empoderado, oriundo da escravidão contemporânea, ex-cooperado ocupou concomitantemente a chefia do Núcleo de Produção de Carvão Ecológico Reciclado e a vice-presidência da Cooperativa para Dignidade do Maranhão – CODIGMA.

⁸⁶Trabalhador escravizado em uma fazenda aos 17 anos de idade. Depois de dois anos mantido em cativeiro, empreendeu fuga em outubro de 2008. A entrevista foi realizada pela equipe do Museu da Pessoa, um dia depois de fuga, logo da chegada e acolhida no Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB. Por motivações de segurança recebeu o criptônimo de Zé.

⁸⁷Educador e militante dos direitos humanos, tendo ocupado a função de Secretário Executivo do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB, no período de 2008-2011.

⁸⁸Uma das sócias-fundadoras do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB, desde então têm atuado diretamente na instituição, atualmente ocupa a função de Secretária Administrativa.

⁸⁹Jornalista, cientista político brasileiro, diretor-presidente da ONG Repórter Brasil e Conselheiro do Fundo das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravidão. Professor de jornalismo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Destacamos que a entrevista com Leonardo Sakamoto, não aparece em trechos de modo tão explícito como as demais. Mas está contida, ao longo de quase toda a narrativa em nossa argumentação teórica a respeito do tema.

⁹⁰Missionária espanhola leiga, uma das sócias-fundadoras do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB, que atualmente recebe seu nome.

⁹¹Museu colaborativo, considerado o mais importante museu virtual do Brasil, fundado em 1991, com objetivo de registrar, preservar e divulgar histórias de vida de pessoas anônimas ou não. Atualmente, possui um acervo de aproximadamente 20 mil entrevistas em áudio e vídeo, texto, fotografias e documentos digitalizados.

Plassat⁹² e Marinaldo Soares Santos⁹³ para nuançar os dados empíricos, sobretudo, da primeira e última parte da tese.

Esta pesquisa resulta da coleta de um conjunto filigranado de entrevistas, parte precípua do escopo documental deste estudo, que foi cautelosamente amealhado a outras fontes, como s registros fotográficos, em sua maioria cedidos pelo CDVDH/CB. Material que muito nos ajudou na compreensão de nosso objeto e na construção desta narrativa em curso. Dispomos de um número considerável de entrevistas transcritas com carvoeiros, geograficamente circunscritas em Açailândia/MA que não foram utilizadas, uma vez que elencamos para este, somente as entrevistas dos trabalhadores rurais do Maranhão escravizados em fazendas do município de Marabá/PA,⁹⁴ nosso segundo cenário espacial. Nestes termos, a história oral e sua análise qualitativa, tornam-se o caminho técnico-metodológico mais indicado para o estudo do tempo presente, e nos permitiu apreender melhor a complexidade da problemática abarcando suas idiossincrasias, a partir das narrativas dos migrantes que emergem como numa espiral de imagens e falas. Diante disto, tomamos emprestado conceitos como colônia, rede e colaborador, todos cunhados e desenvolvidos ao modo do oralista José Carlos Sebe Bom Meihy, para quem a co-labor-ação⁹⁵ é a pactuação entre narrador e narratário, considerando os interesses envolvidos entre as partes, mas, sobretudo, a relação ética durante todo o processo de construção das narrativas, onde o colaborador não é um mero doador de memórias, mas um construtor arguto de narrativas, cabendo ao pesquisador uma escuta sensível com vistas a

⁹²Frade da ordem dos dominicanos, radicado no Brasil desde 1989. Atualmente é coordenador da Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo da Comissão Pastoral da Terra – CPT “De olho aberto para não virar escravo”, tendo sido condecorado com a Medalha Chico Mendes de Resistência e com o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, em 2006 e 2008, respectivamente.

⁹³Trabalhador rural sobrevivente do trabalho escravo contemporâneo. Atualmente militante em defesa dos direitos humanos, o que lhe rendeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos de 2016. É também, agente cultural na Microrregião da Baixada Maranhense, um conjunto de bacias lacustres, espécie de Pantanal Maranhense. Considerada uma das regiões mais empobrecidas do Maranhão. Entrevista concedida a Xico Cruz, em 13 de dezembro de 2016.

⁹⁴As disputas pela terra nas últimas décadas do século passado nessa parte do território amazônico podem ser encontradas em PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. 2013. 278p. Tese [Doutorado em História]. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2013. Esta tese resultou no livro PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. Recife: EdUFPE, 2015. / PINTO, Lúcio Flávio. Conflitos de terras no Sul do Pará. **Reforma agrária**, Campinas, v.12, Nº. 02, mar./abr., 1982, pp.03-12.

⁹⁵MEIHY, José Carlos Sebe Bom. SALGADO RIBEIRO, Suzana L. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011, pp. 23-24. Para estes autores, o termo colaborador, supera outras referências para além da semântica, e serve para pontuar o protagonismo e valorar a autoria dos narradores, a revelia dos que tomam seus entrevistados como meros doadores de memória, coisificados. Desta feita, os termos colaborador/colaboração fundamentam-se na perspectiva democrática e respeitosa com o narrador “resultado de propostas de um tipo de história oral que advoga a participação conveniada de partes que dispõe a produzir um trabalho de pesquisa de fundo social. Nesta linha, colaborador é termo que supera outras referências como ‘atores sociais’, ‘informantes’ ou objetos de pesquisa”. [MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 25].

esmiuçar pormenorizadamente os relatos orais dos trabalhadores, que ora aparecem como em uma catarse,⁹⁶ num processo mnemônico de libertação das memórias traumáticas, para as quais tivemos de ter ações e posturas contingenciais para lidar.

Não por acaso, Portelli nos adverte que a memória não funciona como “um depósito passivo de fatos, mas um processo ativo de criação e sentidos”,⁹⁷ nunca um monólito, mas uma construção coletiva. Caminhamos neste sentido, apetrechados de que tal preocupação, também se faz notar, no decurso deste estudo doutoral. Por vezes, o leitor poderá imaginar de que o autor carregou nas tintas de sua escrita em meio à tentativa de fazer fluir e imprimir/expressar sua marca, emprestando estilo à narrativa, compreendendo sempre, que uma tese deve em alguma medida, traduzir-se na fala e escrita de seu autor, enquanto recurso estilístico de todo um esforço de teoria e pesquisa, conflagrando-se aqui, na forma de narrativa escrita. Sob este prisma, rememoramos Michel de Certeau para quem as *maneiras de se fazer* a história,⁹⁸ dependem essencialmente do contexto, do lugar social donde parte a visão do pesquisador. Aplicado aos estudos geográficos, compreendemos que a prática geográfica se centra em transformar o objeto de pesquisa em geográfico, geografizando-o, a partir das ferramentas intelectuais de que dispõe o profissional, que por sua vez, é reverberado do seu lugar social e do elenco de práticas científicas,⁹⁹ por ele escolhidas e operacionalizadas, nos dão a ver e conhecer o ser pesquisador das ciências humanas, cuja dimensão, permite revelar as especificidades e facetas poliédricas do ato de geografiar.

Afora isto, ressaltamos ainda que, nem todas as *entre-vistas*¹⁰⁰ realizadas foram integral ou parcialmente utilizadas nesta, em que pese o avanço da pesquisa, certas escolhas se fizeram necessárias. Tivemos de assegurar o direito ao anonimato de alguns entrevistados, que por motivações de foro íntimo, optaram em não revelar suas identidades, temendo retaliações futuras. Com efeito, preferimos cognominá-los acionando referência aos nomes de importantes militantes e defensores dos direitos humanos, para assim homenageá-los como Aílton, Cosme,

⁹⁶Utilizamos o termo, dadas as suas reservas, ao sentido que habitualmente lhe é conferido na psicanálise, enquanto, experiência da liberdade ao relatar aleatória e efusivamente as experiências traumáticas das relações laborais e cotidianas de nossos sujeitos geográficos.

⁹⁷PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In.: **Projeto História** Nº 14. São Paulo, PUC, 1997, p. 33. Em sentido próximo, sugerimos a seguinte obra: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena [Orgs]. **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – FGV, 2000.

⁹⁸CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

⁹⁹Idem. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 66.

¹⁰⁰Decomposição do vocábulo entrevista, formado pelo prefixo *entre* e o radical *vista*, fazendo alusão à relação de cumplicidade entre o entrevistado versus entrevistador. Dá nome a coletânea, FERREIRA, Marieta de Moraes [Coord.]. **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994.

João, José Maria, Zé Pereira, Josimo, Manoel, Mendes, Osvaldo e Oziel, ao invés da habitual ordem alfabético-numérica, aplicada de modo corrente em pesquisas acadêmicas que, acabam por pasteurizar e, portanto, desumaniza a relação com o entrevistado. Assim, tomados por uma boa dose de cautela, resguardamos o sigilo de certas informações e asseguramos a privacidade sempre que necessário ou solicitado.

Desta feita, a passagem do oral para o escrito é sempre uma negociação que, a priori, ocorre ainda nos primeiros contatos, e segue até a devolutiva do texto escrito para a autorização final, passando pela assinatura da carta de cessão¹⁰¹ para usos acadêmicos, com as devidas reservas visto que, primamos por assegurar a anônimato dos colaboradores, dada a complexidade envolvida na maioria dos casos, como dito acima. Diante disto, o diálogo travado com os nossos colaboradores foi pautado na relação de alteridade e respeito mútuo, sobretudo, ao tratarmos com sutileza os meandros mais delicados e traumáticos de suas experiências de vida. Assim, no decurso da realização das entrevistas com os agentes defensores dos direitos humanos, se fez nítida a preocupação com a performance narrativa, sempre ratificando seu lugar social no processo, ao passo que, os demais colaboradores se fizeram mais genuínos às suas narrativas, embora não menos inocentes, pois reconheciam a importância desta. E assim, por vezes, ensinaram narrativas floreadas de fatos heroicos e desbravantes, para os quais também buscamos entendimento.

Outrossim, valemo-nos da arte da escuta sensível em história oral sintetizada na máxima de Marta Gouveia Rovai ao grafar que “[...] é preciso saber ouvir o escravizado e escravizador, o torturado e torturador, o estuprado e estuprador, o que não significa neutralidade, mas dialogicidade”,¹⁰² equivalente ao uso da escuta sensível enquanto instrumento metodológico de René Barbier¹⁰³ para acessar os códigos do mundo [inter]subjetivo dos entrevistados e suas memórias traumáticas, realizamos filtragens. Tarefa complexa sobre a qual tomamos como princípios norteadores: a confiança, a deferência e a ética durante nossas entrevistas. Da prospecção nos arquivos, sobrenadou duas questões de ordem à

¹⁰¹Seguem nos apêndices A e B, o roteiro aplicado às entrevistas e o termo de cessão utilizado na pesquisa, respectivamente.

¹⁰²ROVAI, Marta. **20 anos de ABHO: fontes orais, ética e conhecimento**. 2014. Mesa redonda. XII Encontro Nacional de História Oral Política, Ética e Conhecimento, Teresina: ABHO/UFPI, 2014. / ALBERTI, Verena. **Diálogos sobre história oral**. 2014. Minicurso. XII Encontro Nacional de História Oral Política, Ética e Conhecimento, Teresina: ABHO/UFPI, 2014.

¹⁰³Esta analogia se insere no campo da escuta sensível em BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002. Série Pesquisa em Educação, v.3. / BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. In.: BARBOSA, Joaquim [Coord.]. **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: Editora da UFSCar, 1998. pp. 168-199.

análise, de um lado a oralidade apreendida pela história oral, do outro, o documento escrito burilado nos arquivos do CDVDH/CB, ambos tratados na mesma dimensão de documento, evitando hierarquização do tipo beliche, muito embora este seja um trabalho de memórias que nutre um pendor particular e pulsante pela história oral,¹⁰⁴ valorando os labirintos narrativos para a escrita da geografia.

Importa-nos dizer, inicialmente, que para a constituição das narrativas, elegemos a entrevista semidirigida do tipo trajetória de vida,¹⁰⁵ utilizando um roteiro não diretivo, por acreditarmos que esta seja mais densa do que a história oral temática, portanto, rica em detalhes, permitindo-nos acessar informações que não encontraríamos em nenhuma outra fonte disponível. Assim, construímos o escopo documental e empírico deste estudo. A cada colaborador foi devidamente explicado a finalidade da entrevista, da assinatura da carta de cessão e do processo de transcrição, que pretende em termos de escrita, ser a passagem fiel do dito para a grafia, bem como sua análise qualitativa associada a outros documentos anteriormente compilados. Depois da transcrição, realizamos a conferência, e retornamos aos colaboradores para as devidas vistas e algumas adaptações, e de pronto, autorizaram seu uso científico, o fez ganhar sentido e motivação, pois tivemos a clareza da força da temática e da riqueza de sua análise.

Nestes termos, elegemos como *comunidade de destino*¹⁰⁶ um grupo de trabalhadores atendidos pelo CDVDH/CB no período de 1996-2015, que foram resgatados ou fugiram das fazendas no Estado do Pará. Entrementes, a *colônia*¹⁰⁷ são os trabalhadores oriundos do Maranhão, e mesmo maranhenses escravizados no Pará e a *rede*,¹⁰⁸ os

¹⁰⁴No transcurso da pesquisa de campo, fomos tomados por um sem-número de indicações documentais às quais tivemos que delimitar para atender aos propósitos iniciais bussolados pelo projeto de tese, ou mesmo pelos contingenciamentos situacionais próprios de uma pesquisa de doutoramento.

¹⁰⁵Para Meihy a história oral apresenta-se sob três modalidades, a saber: história oral de vida, história oral temática e tradição oral. Aplicamos em nosso estudo a história oral de vida, “[...] narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa”. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 2ª ed., São Paulo: Edições Loyola, 1998, p.45.

¹⁰⁶Conceito derivado de *comunidade afetiva* cunhado no contexto da memória coletiva por Halbwachs [1990] e desenvolvido por Ecléia Bosi [1995], José Carlos Sebe Bom Meihy [1996; 2005; 2007] e Fabíola Holanda [2005]. Os conceitos desenvolvidos por Meihy e Holanda de *comunidade de destino*, *colônia* e *rede* são eleições procedimentais e não delimitadores de fronteiras sociais ou de pesquisa; o mesmo se aplica dadas suas reservas, a *ponto zero* e *pergunta de corte*. Por comunidade de destino à luz das reflexões de Meihy compreendemos como “o resultado de uma experiência que qualifica um grupo, dando-lhe princípios que orientam suas atitudes de maneira a configurar uma coletividade com base identitária”. [2007, p.72].

¹⁰⁷Para Meihy [2005, pp. 50-53], refere-se a um fragmento da comunidade de destino estabelecido pelos padrões gerais. Seguindo os passos de este autor, destacamos ainda, a importância da *pergunta de corte* que nada mais é do que uma problematização ligada à comunidade de destino. É, portanto um elemento de ordem identitária e de sentimento de pertença, que perpassa todos os colaboradores durante as entrevistas.

¹⁰⁸Nos termos de Meihy e Holanda [2007, p.55], referem-se a um recorte de elementos da colônia, tais como: gênero, etnia, etariedade, nacionalidade, entre outros. Desta forma, compreendemos a rede como “uma subdivisão

trabalhadores escravizados em fazendas no município de Marabá/PA. Referenciamos-nos em Freitas, para quem o mais importante não é a quantidade, mas, a qualidade das entrevistas realizadas.¹⁰⁹ Entrementes, fomos cautelosos quanto ao uso de fotografias¹¹⁰ para que não identificassem nossos narradores. Mantivemos por vezes o anonimato, com o intento de preservá-los de futuras retaliações, se fazendo imperioso primar por resguardá-los. Ainda nos termos da utilização da fotografia como documento, destacamos seu papel como fonte “detonadora de emoções”¹¹¹ como sublinha Kossoy ao exortar que “o documento fotográfico se presta à denúncia social”.¹¹² O autor acrescenta ainda que “toda imagem fotográfica tem atrás de si uma história. Se, enquanto documento, ela é um instrumento de fixação da memória e, neste sentido, nos mostra como eram os objetos, os rostos, as ruas, o mundo, ao mesmo tempo [...]”,¹¹³ como um texto traz à tona, outras informações a serem criticamente analisadas em seu contexto fotográfico.¹¹⁴ Para isso, comungamos com o adágio popular transformado em máxima por Kurt Tucholsky asseverando que “uma imagem vale mais do que mil palavras”¹¹⁵ sem contudo perder de vista a crítica da fonte como nos informa Lewins Hine para quem “[...] as fotografias não mentem, mas mentirosos podem fotografar”,¹¹⁶ neste sentido nos dispusemos a fazer, embora em parâmetros não satisfatórios ao nosso ver, tentamos mergulhar pelos caminhos da leitura de imagem, para extrair os elementos que julgamos indispensáveis ao nosso estudo.

da colônia e que visa estabelecer parâmetros para decidir sobre quem deve ser entrevistado ou não [...]”, [1996, p. 53]. Para aprofundamento, MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5ª ed., revis. e ampl., São Paulo: Edições Loyola, 2005. / MEIHY, José Carlos Sebe Bom. HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007. / MEIHY, José Carlos Sebe Bom. [Org.]. **[Re]Introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996b.

¹⁰⁹FREITAS, Sônia Maria. **História oral: possibilidades e procedimentos**. Humanitas, São Paulo; 2006, p. 86.

¹¹⁰ Para outras leituras introdutórias sobre o uso da fotografia como documento, ver KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. 2ª ed., São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. / KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia: efêmero e o perpétuo**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

¹¹¹KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. 2ª ed., São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 28.

¹¹²Idem. O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, Nº 49, 2005, pp. 35-42, p. 39.

¹¹³Ibid., p. 41.

¹¹⁴FRANCO, Maria Ciavatta. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia com fonte histórica** [Rio de Janeiro, 1900-1930]. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 56.

¹¹⁵Expressão popularizada em alemão como “*Ein Bild sagt mehr als 1000 worte*”, célebre frase atribuída ao jornalista Kurt Tucholsky [1890-1935], segundo JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papius, 2003. BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: EDUSC, 2004, p. 11. Neste sentido, a fotografia é um ato onde o visível e o lisível se confundem, ou seja, há que ler o visível e ver o lisível.

¹¹⁶BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: EDUSC, 2004, p. 25. Frase atribuída ao sociólogo e fotógrafo norte-americano Lewis Wickes Hine [1874-1940], ícone da fotografia social e documental. Neste estudo, valemo-nos de Peter Burke ao defender que “[...] as imagens, assim como textos e testemunhos orais que se constituem numa forma importante de evidência histórica. Elas registram atos de *testemunho ocular*”. [BURKE, 2004, p. 17. Grifo nosso].

Realizadas as entrevistas, deu-se, um cauteloso e fulcral processo de transcrição e análise do *corpus* das narrativas, perfazendo o escopo documental e empírico necessário ao estudo. Ao fechamento da pesquisa, os dados foram tratados quantitativa e qualitativamente, respeitando suas idiossincrasias e devolvidos aos atores sociais estudados. Elegemos a entrevista do tipo trajetória de vida, por defendermos que esta é mais densa do que a temática e mais objetiva do que a história de vida. Deste modo, pudemos acessar as memórias que não estavam contidas em nenhuma outra fonte, perfazendo o escopo documental e empírico necessário. Amalgamando, pois, “[...] os dois métodos em cada entrevista, estimulando o informante a expressar-se livremente”,¹¹⁷ a partir de tópicos listados num roteiro não-diretivo com mínimas intervenções do pesquisador em uma relação de respeito mútuo e colaboração reiterada na liberdade de fala do entrevistado. É nesta perspectiva ética, que se desenvolveu a pesquisa e a análise das fontes orais¹¹⁸ e igualmente das fontes escritas prospectadas em arquivos. Nesta perspectiva de análise de documentos com a qual operamos, o documento funciona como referente e não como referência. Apoiamo-nos na propositura investigativa do historiador e geógrafo Alberto Caldas Lins, para quem o vivido dotado de significados e simbolismos nunca permanece depois do ocorrido. Para o autor “o vivido, no momento do seu acontecer, não é uniforme, unilinear, visual, unifocal, mas presença viva de todas as dimensões, de todas as perspectivas, de todas as interioridades, olhos, mãos, corpos, sonhos, enganos, desejos, objetos, tecnologias”.¹¹⁹ O que temos pois, são esfumaçadas representações escritas, arquitetônicas, orais, imagéticas e sonoras do real, pela relação de verossimilhança, mas nunca a realidade. A grosso modo, uma espécie de espelho do acontecido,¹²⁰ um reflexo.

Dispusemos de um conjunto de documentos devidamente concatenados no acervo documental do CDVDH/CB que vai desde relatórios de atendimentos, passando por mapas de

¹¹⁷THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 44.

¹¹⁸A respeito do trabalho do pesquisador com as fontes orais, o Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense – LAHOI/UFF lançou quatro coletâneas de experiência práticas com o uso das fontes orais, a saber: MATTOS, Hebe [Org.]. **História oral e comunidade:** reparações e culturas negras. Coleção História Oral e Dimensões do Público. São Paulo: Letra e Voz/LABHOI, 2016. / ALMEIDA, Juniele Rabêlo [Org.]. **História e movimento social:** narrativas públicas. Coleção História Oral e Dimensões do Público. São Paulo: Letra e Voz/LABHOI, 2016. / MAUAD, Ana Maria [Org.]. **História oral e mídia:** memórias em movimento. Coleção História Oral e Dimensões do Público. São Paulo: Letra e Voz/LABHOI, 2016. / SANTHIAGO, Ricardo [Org.]. **História oral e arte:** narração e criatividade. Coleção História Oral e Dimensões do Público. São Paulo: Letra e Voz/LABHOI, 2016.

¹¹⁹CALDAS, Alberto Lins. **Espaço e experiência:** história oral e geografia humana. Caderno de Criação. Centro de Hermenêutica do Presente, Porto Velho, 2001.

¹²⁰Cabe citarmos, o contributo de François Dosse na obra *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador*, que nos traz importantes reflexões epistemológicas, acerca da noção histórica de acontecimento no âmbito da historiografia. O autor propõe outras possibilidades interpretativas à compreensão das emergentes relações entre o acontecimento e a sociedade contemporânea. Vide DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento:** um desafio para o historiador. São Paulo: EdUnesp, 2013.

denúncias e registros fotográficos, até folders desenvolvidos nas campanhas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo. [Re]burilando nestes arquivos¹²¹ nos foi possível montar um mosaico documental com informações que endereçou aos nossos colaboradores, do mesmo modo que subsidiou a realização das entrevistas com as informações que havíamos escarafunchado. Compreendemos, pois, o documento como produto histórico e social, que porta as impressões de quem o fabricou,¹²² à vista disso, as fontes não são repositórios neutros, como muitos querem nos fazer acreditar. Nos termos de Yázigi, “[...] os documentos não falam por si sós: é apenas com a leitura das entrelinhas, dos subtextos, com auxílio da imaginação, que podemos trazer a luz sobre o que se procura”,¹²³ cabendo a nós, apesar das dissimetrias, compreendermos as intencionalidades, os inauditos e labirínticos discursos e sentidos forjados durante o processo de construção e depósito dos acervos documentais, o que exige um tratamento metodológico específico para atender a idiossincrasia de cada fonte, a exemplo das entrevistas onde tivemos de fichá-las em um quadro comparativo para uma melhor análise, dialogando com as fontes escritas que garimpamos em acervos, como demonstrado alhures.

O *estado da arte* nos estudos sobre escravidão contemporânea no Brasil apontam índices alarmantes de trabalhadores oriundos do Maranhão que migram para diferentes partes do Brasil,¹²⁴ na busca de trabalho, oriundos, em grande parte, da chamada Região da Pré-Amazônia Maranhense,¹²⁵ mormente, do município de Açailândia, motivação primeira para a escolha da temática e sua localização. Somam-se a esta, outras como: a pertinência e relevância social e acadêmica do tema; a acessibilidade às fontes; a viabilidade dos recursos; e certa

¹²¹Quanto à pesquisa em arquivos, vale destacar a reflexão experiente expressa na obra FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009. Soma-se a esta, BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi [Org.]. **Fontes históricas**. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2008.

¹²²Esta já é uma questão amplamente discutida entre historiadores em obras como: PINSKY, Carla Bassanezi [Orgs.]. **Fontes históricas**. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2008. / PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tânia Regina de. [Orgs.]. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

¹²³YÁZIGI, Eduardo. **Deixe a sua estrela brilhar**: criatividade nas ciências humanas e no planejamento. São Paulo: Plêiade, 2005, p. 27.

¹²⁴De acordo com dados de 2016 do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC e Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

¹²⁵Expressão cunhada por políticos maranhenses em meados da década de 80, sem amparo científico, biológico ou geográfico, utilizada por muitos, como objeto das lutas de representação, e de outros como negação da presença de elementos amazônicos no Estado, em defesa do discurso de maranhensidade nordestina na região. Aplicação da expressão aqui não implica em aceitação tácita, justifica-se pela divisão geo-estratégica do Governo do Estado do Maranhão definida pela Secretaria Estadual de Planejamento, Orçamento e Gestão, em 1998, correspondendo a uma área que abrange oito municípios, são eles: Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Cidelândia, Itinga do Maranhão, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios. Em 2007, o Governo do Estado do Maranhão através da Lei Complementar N.º 108/07, cria uma nova regionalização política, com a divisão do Estado em 32 regiões de planejamento. Considerando os estudos do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC renomearam para *Região dos Carajás*. Vale destacar, o grande potencial industrial e econômico da região.

originalidade dado ao enfoque teórico-metodológico sob o vértice da história oral híbrida.¹²⁶ Dito de outra forma, amalhando fontes orais às escritas e a presença de lacunas quanto ao recorte espacial do tema, havendo hiatos bibliográficos quanto à abordagem proposta, tornando-a exequível, dando provas de sua pertinência e operacionalidade cronológica e financeira. Os resultados desta pesquisa foram devolvidos à comunidade estudada, bem como, às instituições parceiras e a sociedade acadêmica. Ademais, o recorte espaço-temporal, os objetivos, as hipóteses, a tipologia das fontes e a metodologia aplicada à pesquisa concatenadamente operadas, estão pormenorizadas adiante. O conjunto filigranado destas, somando ao valor social à comunidade estudada, constitui o verdadeiro e principal contributo da tese, para além do quadro teórico-metodológico operacionalizado, que não destoa em muito de tantos outros, tampouco a discussão geográfica, ou mesmo nossa interpretação dos fenômenos socioespaciais, mas as memórias vivas de nossos atores geográficos, é de fato, o ponto alto deste estudo.

Como recorte espaço-temporal, elegemos o município de Açailândia¹²⁷ [local de origem dos trabalhadores] e o município de Marabá¹²⁸ [destino] localizado na Mesorregião do Sudeste Paraense e na Microrregião homônima dos anos noventa até o ano de 2016 por

¹²⁶Assim denominada, por cruzar fontes orais obtidas da metodologia da história oral a outros documentos. [MEIHY, 2005, p 229].

¹²⁷Município maranhense localizado, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, à sudoeste do Estado, na chamada Microrregião de Imperatriz, parte da Mesorregião Oeste Maranhense. Já com base na nova regionalização política, resultado do trabalho da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN, em conjunto com o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, localiza-se na chamada Região de Carajás, uma das trinta e duas regiões geo-estratégicas do Estado. Emancipado no início dos anos 80, do século passado, possui um total de 108.765 habitantes segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2014. Sua destacada posição geográfica, em uma das mais importantes zonas de entroncamento ferro-rodoviário da região, entre as Ferrovias Carajás e Norte-Sul e BRs 010 e 222, no que se convencionou dizer, portal de entrada na Amazônia Oriental Brasileira. Atualmente, o município é o mais importante polo agroindustrial do interior do Estado, o que lhe confere o terceiro maior Produto Interno Bruto – PIB e maior renda *per capita* do Maranhão, aproximadamente 13 mil reais por habitante. No contraponto, a cidade figura entre os municípios brasileiros com o maior número de trabalhadores/as escravizados/as regatados/os na Amazônia.

¹²⁸Município localizado a Sudeste do Pará possui 257.062 habitantes com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 2014, figura como o principal centro socioeconômico do sul e sudeste paraense. A respeito desta região e sua história social do trabalho rural ou geografia agrária, tem no debate: GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O posseiro da fronteira:** campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense. Belém: UFPA/NAEA, 2001. / HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira:** 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: ADUFPA, 2004 [Vol. I, II, III e IV]. / IANNI, Octavio. **A luta pela terra:** história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978. / MARTINS, José de Souza. Migrações e tensões sociais na Amazônia. In.: **Expropriação e violência:** a questão política no campo. 3ª ed., São Paulo: Hucitec, 1991, pp. 61-83. / PINTO, Lúcio Flávio. Conflitos de terras no sul do Pará. **Reforma agrária**, Campinas, v.12, Nº 02, março/abril, 1982, pp. 03-12.

apresentar¹²⁹ o período de maior fluxo de trabalhadores rurais do Maranhão que migraram rumo ao Pará¹³⁰ e, sobretudo, pelo arcabouço documental disponível deste período.

Retomemos uma questão de ordem, da qual consideramos não ter sido devidamente aclarada, sobre o universo amostral da pesquisa. Assim, importa-nos destacar que este foi composto por uma acuidada análise de dez entrevistas¹³¹ realizadas com trabalhadores sobreviventes¹³² com faixa etária entre 25 a 84 anos de idade, todos residentes no município de Açailândia/MA, localizado na Amazônia Maranhense, na região de fronteira entre os Estados do Tocantins, Maranhão e Pará, palco de pujantes conflitos e impactos originários da implantação do Programa Grande Carajás em meados dos anos 80, favorecendo a formação de um atual cenário de contradições sociais, econômicas e ambientais. Neste contexto, consubstancializamos uma discussão histórico-geográfica da noção de territorialidade migratória, acessada através das narrativas construídas pelos protagonistas deste estudo e as dimensões identitárias que emergem da análise de seu processo de [des/re]territorialização. A propósito disso, discutimos filigranadamente os conceitos território e migração à luz da ciência geográfica no decurso da tese, cotejando-os. Nestes termos, pretende-se lançar novas perspectivas de análise e reflexão a este candente objeto de estudo, à luz da metodologia da história oral¹³³ como dantes frisado.

¹²⁹Dados levantados, com base nas estimativas expressas nos arquivos de processos judiciais e relatórios do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB, em Açailândia/MA.

¹³⁰De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, trata-se de uma área geográfica do Estado do Pará, composta por seis mesorregiões, possui uma população de 1.819.301 habitantes, distribuídos em 39 municípios, agrupados em sete microrregiões, a saber: Conceição do Araguaia, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Redenção, São Félix do Xingu e Tucuruí.

¹³¹Somam-se a estas, outras 10 entrevistas realizadas com trabalhadores resgatados de carvoarias e agentes defensores dos direitos humanos, algumas destas foram utilizadas apenas excertos narrativos.

¹³²Compreendemos, pois, como sobreviventes do trabalho escravo contemporâneo, os trabalhadores libertos, resgatados e/ou que fugiram de situações de escravização.

¹³³Sobre a metodologia da história, vide ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004; ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª ed., Rio de Janeiro: FGV, 2005. / ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In.: Carla Bassanezi Pinsky. [Org.]. **Fontes históricas**. 1ª ed., São Paulo: Contexto, 2005, v. 1, pp. 155-202. / ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989. / DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo e identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. / FERREIRA, Marieta de Moraes; FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. [Orgs.] **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006. / FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**. dez. 2002, pp. 314-332. / FERREIRA, Marieta de Moraes [coord.]. **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994. / MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5ª ed., revis. e ampl. São Paulo: Edições Loyola, 2005. / MEIHY, José Carlos Sebe Bom. [Org.]. **[Re]Introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996b. / MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007. / MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SALGADO RIBEIRO, Suzana L. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011. / MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 5ª ed., São Paulo: Contexto, 2003. / PORTELLI, Alessandro. **Biografia di una città**. Torino: Giulio Einaudi Editores, 1985. / PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In.: FENELON, Déa et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo:

Dessarte, escrevemos esta tese na primeira pessoa do plural, por compreendermos que uma pesquisa doutoral é sempre um trabalho feito a muitas mãos, é de certo, uma obra coletiva por excelência, assentada no amplo espectro da geografia humana ancorada nos termos da geografia social, corrente geocrítica, uma vez que, toma como abordagem uma leitura crítica de inspiração marxista das percepções dos trabalhadores espacializados, ou seja, a interpretação das relações do homem com o espaço, num constante processo de reterritorialização. Desta forma, compreendemos território para além de um recorte espacial, portador de referenciais simbólicos e identitários, definidos pelas relações da apropriação e interações socioespaciais e, sobretudo, de poder, sob os ditames do controle socioeconômico e político-cultural,¹³⁴ o que envolve os processos de subalternização, ou seja, dominação e exclusão.

Defendemos reiteradamente, neste estudo, a noção de escravização contemporânea, enquanto escolha político-militante, por entender que nossos narradores, assim são tratados na Amazônia, cativos por uma dívida impagável, para além da sujeição física do trabalhador. Ademais, realizamos um debate acerca da disputa conceitual encampada em torno das expressões *escravidão contemporânea*, *trabalho escravo contemporâneo* e *trabalho em condições análogas à escravidão*. Esta última, usual entre os operadores do direito, recorrente em suas documentações, nos parece mais um eufemismo do que uma definição conceitual, muito embora reconheçamos sua validade no campo do direito, este se faz inócua a realidade sócio-histórica, que tenta abarcar, como querem nos fazer crer as leituras de afogadilho. Diante disto, um dos objetivos imanentes a esta tese, é também, refletir as denominações possíveis e plausíveis a esta prática ignóbil aviltante dos direitos fundamentais da pessoa humana e, suas formas e adequações tanto por seus teóricos, quanto por seus militantes e, sobretudo, os/as atingidos/as.

Compreendemos, pois, este como fenômeno intrínseco à acumulação de capital e, por conseguinte, do processo de reprodução da *previous accumulation* de capital. Deste modo, entendemos a reprodução e permanência do trabalho escravo contemporâneo como parte constitutiva do sistema capitalista, e esse enquanto “[...] fenômeno permanente e não como arcaico ou transitório. Na perspectiva da pobreza como elemento de reprodução do capital, [...]

Olho D’água, 2004, p. 300. / THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

¹³⁴Respalando-nos nas profícuas reflexões de Haesbaert [2004], Santos [2004] e Saquet [2007].

pode ser vislumbrado como forma-limite de exploração do trabalho”.¹³⁵ Assim buscamos aclarar o debate, com contribuição de Angela de Castro Gomes para quem as

formas de trabalho compulsório sempre existiram através do tempo e do espaço, elas nem sempre existiram com as mesmas características específicas, nem foram reconhecidas e interpretadas por seus contemporâneos da mesma maneira. A historicidade dessas formas, combinando linhas de continuidade e descontinuidade através do tempo, adverte-nos tanto para uma tradição de práticas de trabalho compulsório, no Brasil e no mundo, como para as especificidades que tais práticas possam ganhar em determinados períodos históricos [...] compreender o fenômeno social designado como trabalho análogo a de escravo como um fato novo da história recente do Brasil que, se de um lado tem relações com práticas seculares de exploração do trabalhador, de outro possui singularidades próprias ao contexto das últimas quatro décadas de sua emergência e disseminação.¹³⁶

Durante a *Conference on Free and Unfree Labour*, organizada pelo Instituto Internacional de História Social em Amsterdã, na Holanda em 1995, o sociólogo José de Souza Martins defendeu que a escravidão por dívida na Amazônia tem por motivação o açodado processo de expansão do capital, marcado por inúmeros casos de violência psicológica, física e até assassinatos. Nos termos dispostos por Martins “[...] a escravidão por dívida é variação extrema do trabalho assalariado em condições de superexploração”¹³⁷ e “[...] que se dá especialmente quando mecanismos de acumulação primitiva são incorporados no processo de reprodução ampliada do capital”.¹³⁸ O autor, acrescenta que

alguns acadêmicos têm notória e compreensível dificuldade para dar a essa relação de trabalho o nome que lhe é mais apropriado: escravidão. Ainda que se trate, claramente, de uma relação de sujeição, que vai ao ponto de fazer o patrão supor que tem um direito absoluto ao corpo do trabalhador, além do próprio trabalho, como se vê quando este é submetido à humilhação, à tortura, ao castigo e até à morte. Essa dificuldade decorre, no meu modo de ver, de opções teóricas inadequadas ao tratamento do tema.¹³⁹

A adoção do conceito de trabalho escravo contemporâneo vem ganhando força no campo acadêmico, com objetivo de gerar a visibilidade política e social úteis ao combate, ou seja, para além de um conceito, trata-se de uma estratégia de enfrentamento. Há quase uma profusão de expressões sinônimas para designar o que chamamos, aqui, de trabalho escravo contemporâneo ou escravização contemporânea, que iremos debater no decurso da tese. Para

¹³⁵RODRIGUES, Sávio José Dias. **Quem não tem é escravo de quem tem: migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo**. 2016. 213p. Tese [Doutorado em Humana]. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, 2016, pp. 36-37.

¹³⁶GOMES, Angela de Castro. Trabalho análogo à de escravo: construindo um problema. In.: História oral: **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, v.11, n.1-2, jan/dez. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2008, p.12.

¹³⁷MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. In: **Tempo social: Revista de Sociologia USP**, 6, 1-2. São Paulo: 1995, p. 01.

¹³⁸MARTINS, 1995, p. 01.

¹³⁹MARTINS, 1995, p. 20.

tanto, é preciso reconhecer as relações de similitudes e diferenças dentre os diferentes modelos de escravatura, embora este não seja nosso propósito. O autor esclarece que

ao contrário da escravidão do período colonial e imperial, o escravo contemporâneo não possui cor definida ou raça identificável. Não é mais mercadoria legalmente vendida nos mercados, é transacionado como coisa descartável, ao arrepio da lei, na negociação entre ‘gatos’ e fazendeiros, arregimentado em municípios onde predominam os índices mais deploráveis de desenvolvimento.¹⁴⁰

Sabemos, pois, que o trabalho escravo contemporâneo é parte das consequências engendradas pelo capital em seu processo de reprodução ampliada. Configura-se, pois, uma extremada forma de espoliação do trabalhador. Neste sentido, o termo *fronteira* e a expressão *trabalhadores migrantes* ou, se quisermos, lugar e *homo geographicus*¹⁴¹ são aqui tomados como categorias historicamente delimitadas numa relação entre o nosso recorte espacial e suas histórias de vida, [re]significadas a cada memória retomada, trazem à tona um enredo de trama social. Nossos protagonistas forjam seus *les lieux de mémoire*,¹⁴² a partir do seu *lugar de fala* como em um relicário de relampejantes lembranças com traços memorialísticos capturados entre o vivido e o construído na relação presente-passado, restando-nos um labiríntico trabalho de bricolagem com as recordações¹⁴³ dos trabalhadores migrantes no tempo e no espaço.¹⁴⁴ E, a esse respeito, faremos algumas digressões no capítulo derradeiro.

Tomamos o processo migratório dos camponeses, especialmente, maranhenses para a Amazônia Paraense¹⁴⁵ como parte do processo de desenvolvimento da produção e expansão capitalista no campo, *pari passu*, a própria dinâmica territorial do capital e do trabalho em suas desiguais e contraditórias formas de reprodução das condições de existência. Neste ensejo, a categoria trabalho torna-se central para nossa análise, no contexto de sua relação ontológica

¹⁴⁰CAMPOS, M. G. A política nacional para erradicação do trabalho escravo. In.: Brasil. **Direitos Humanos no Brasil 2004**: Relatório da rede social de justiça e direitos humanos. São Paulo, 2004, p. 118.

¹⁴¹SACK, Robert David. **Homo geographicus**: a framework for action, awareness and moral concern. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.

¹⁴²Expressão cunhada por Pierre Nora, para quem os ‘lugares de memória’ sejam materiais, simbólicos ou funcionais que emanam da memória coletiva enquanto construção histórico-social. Conceito recorrente entre os estudiosos da memória, geralmente, plissados a outros estudiosos como Michel Pollak e Jacques Le Goff.

¹⁴³Termo aqui aplicado, considerando a origem da raiz etmológica *recordar*, que deriva do latim *core*, para designar o ato de fazer voltar à memória pelo coração. Portanto, são memórias, que como tal, são carregadas de subjetividades e [res]sentimentos.

¹⁴⁴KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

¹⁴⁵Sobre a migração de trabalhadores rurais maranhenses para a Amazônia Oriental, vide DA SILVA, Idelma Santiago. **Migração e cultura no sudeste do Pará**: Marabá [1968-1988].188f. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2006. / Idelma Santiago. **Fronteira cultural**: A alteridade maranhense no sudeste do Pará [1970-2008]. 230f. Tese [Doutorado em História]. Universidade Federal de Goiás. Goiânia; 2010. Já, acerca da migração de famílias para Amazônia entre as décadas de 1960-70, destacamos as reflexões de VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **À procura das bandeiras verdes**: Viagem, missão e romaria - movimento sócio-religioso na Amazônia Oriental. 2011. 673f. Tese [Doutorado em Ciências Sociais], São Paulo, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

homem e natureza. Constituindo, portanto, relações de poder imanentes à espacialidade humana, no bojo da atual sociedade capitalista. Se o trabalho fora um dos elementos de distinção dos homens aos outros animais, já não mais se aplica, uma vez que, o trabalho tem perdido seu aspecto humanizador, desde que foi apropriado pelo capital.

Considerando-se que toda pesquisa nasce de uma situação problema, e desta devemos construir um questionamento, elencamos o seguinte como mote a este estudo geográfico: - Em que medida, o processo de conformatação do município de Açailândia/MA, enquanto *espaço de subalternização*¹⁴⁶ e centro de exportação de trabalhadores rurais para a escravidão nas fazendas da Amazônia Paraense, tangenciou as memórias e conflitou as identidades dos trabalhadores rurais migrantes em seus desdobramentos socioespaciais? Embora pareça aparentemente óbvio, não o é. Destarte, elencar um problema e arquitetá-lo numa sentença interrogativa de modo explícito e compreensivelmente operacional, não é tarefa fácil. Pois sabemos que a formulação de um problema pressupõe a imersão no objeto na busca por uma especificidade tangível, considerando o *estado da arte* do objeto, as variáveis suscetíveis de observação e os procedimentos da pesquisa, assentando-as na esteira de sua importância e viabilidade, de modo que, a clareza ou não da problemática de estudo reverbera-se na elaboração dos objetivos e, por conseguinte, no desenvolvimento e conclusão da pesquisa. Como se sabe, nem todo problema é passível de trato científico, para Gil “pode-se dizer que um problema é testável cientificamente quando envolve variáveis que podem ser observadas”.¹⁴⁷ Na busca por um recorte adequado fazendo da nossa situação-problema um norteador e de uma prática exequível, fugindo do que Umberto Eco chamou de tautológico, indemonstrável e irrefutável.¹⁴⁸

Ao pensarmos nas razões primeiras que dão justificativa ao nosso estudo, digamos desde já, que uma das indagações que nortearam nossa reflexão, qual seja: - Quais contribuições efetivas nossa pesquisa pode trazer aos estudos da escravidão contemporânea à comunidade, à região e à academia? Ocupar-nos-emos desta questão ao longo de todo nosso trabalho de pesquisa, para pensar o verdadeiro sentido de uma tese de doutoramento. Para

¹⁴⁶Reapropriação geográfica da concepção sociológica de *classes subalternas* de Gramsci por RODRIGUES, Sávio José Dias. **Quem não tem é escravo de quem tem: migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo**. 2016. 213p. Tese [Doutorado em Humana]. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, 2016.

¹⁴⁷GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2008, p. 49.

¹⁴⁸Para o autor, devemos evitar a definição de problemas de pesquisas que sejam por natureza tautológico, ou seja, circular e retórica, sem quaisquer apontamentos que leve à reflexão rompendo com o óbvio; que sejam indemonstráveis, ou seja, que escapem da averiguação científica ou mesmo irrefutáveis, sem margem científica para quaisquer contraposições. ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 24ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2012.

respondermos a essa e outras questões, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar como se deu o processo de escravização contemporânea na fronteira entre os Estados do Maranhão e Pará, a partir das entrevistas com os trabalhadores rurais oriundos do Maranhão, escravizados no Pará no período de 1996-2016, as memórias e identidades por eles forjadas, bem como, suas intrínsecas relações com o território, a fronteira e o processo migracional enquanto produções históricas e geográficas conflagradas em territorialidades migratórias.

Em função do supracitado objetivo central da pesquisa, elegemos dois outros objetivos específicos que nortearam a busca pelo primeiro em nossa investigação, a saber: analisar as memórias produzidas pelos trabalhadores rurais enquanto legítimos protagonistas sociais, considerando as condições socioeconômicas da região, e seus desdobramentos na histórias narradas por estes trabalhadores e suas percepções espaciais; refletir esquadrinhadamente o processo migratório destes e em seus desdobramentos socioespaciais, suas percepções quanto ao ser ou não ser escravo e suas relações entre território e poder, bem como, os motivos que os levaram a migrar em busca de trabalho à Amazônia Paraense; cotejar os conceitos e as relações entre geografia e história, ou seja, suas noções sempre conexas de espaço e tempo, considerando os posicionamentos das instituições de enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo, para compreender a criação e operacionalização das políticas públicas de combate à prática na região.

Desta feita, apresentamos como hipótese analítico-fenomenológica central: a discriminação estrutural e histórica com os camponeses, sobretudo, do Norte e Nordeste do Brasil, bem como, o posicionamento em região de expansão da *fronteira agrícola*,¹⁴⁹ palco de conflitos pela disputa da terra, nas regiões entre os Estados do Tocantins, Maranhão e Pará; a expulsão/expropriação dos trabalhadores rurais promovido pelo avanço do capital no campo, e os impactos socioeconômicos gerados a partir da implantação do polo Siderúrgico Piquiá em Açailândia/MA, somado às más condições estruturais do município, tornando-o um *espaço de subalternização*, um dos elementos motivadores à migração de trabalhadores do campo, em

¹⁴⁹Para compreender o processo de expansão da fronteira agrícola na Amazônia, a partir dos fundamentos da questão agrária, faz-se necessário distinguir a *frente pioneira* da *frente de expansão*. Neste sentido, valemo-nos da proposição de José de Souza Martins, para quem a frente de expansão refere-se à ocupação dos *espaços vazios*, ou seja, apropriação de terras devolutas sem a mediação direta do capital, e a frente pioneira refere-se ao avanço do grande capital, tangenciando inúmeros problemas sócio-ambientais no campo. São expressões distintas de um mesmo processo histórico da expansão territorial do capital no campo. Este debate é encontrado em MARTINS, José de Souza. *A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão*. In.: MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 71-100.

face da vulnerabilidade da população *campesina maranhense*,¹⁵⁰ formando um cenário gerador de potenciais e efetivos *escravos da precisão*,¹⁵¹ filhos da necessidade lançados à própria sorte nos rincões da Amazônia, entendida como sintomática da fisiologia do modo de produção do capital. Por vezes, aparecem no corpo da tese, as palavras Pequiá e Piquiá, a primeira, usamos para fazer referência à comunidade antes da chegada do Projeto Grande Carajás, já a segunda para remeter ao Distrito Industrial, as quais, explicaremos no decurso de nossas reflexões. Nalguns trechos, aplicamos as expressões *Trabalho Escravo* e *Direitos Humanos* colocando o ‘T’, ‘E’ e ‘D’, ‘H’ em maiúsculo para enfatizá-las.

Das inúmeras hipóteses levantadas para responder qualificadamente esta indagação e das apurações empíricas e teóricas resultaram nesta narrativa geográfica, ora apresentada, para a qual tivemos que realizar uma inflexão espaço-temporal para cada narrativa analisada amalhada a outras fontes. Sendo a hipótese o enunciado prévio, que tem como horizonte de perspectiva dar resposta à situação problemática, uma suposição a ser cuidadosamente verificada para confirmá-la ou refutá-la, evitando em certa medida as hipóteses lógicas dadas

¹⁵⁰A expressão *campesinato maranhense*, aqui empregada, serve para designar enquanto classe social marcada pelas vicissitudes das forças produtivas do capitalismo contemporâneo, considerando suas singularidades de (re)criação no contexto histórico e geográfico. Para mais informações, vide CLIFFORD, Andrew Welch. et al [Orgs.]. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v.1. Coleção História Social do Campesinato no Brasil. EdUNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: 2009. / FERNANDES, Bernardo Mançano. et al [Orgs.]. **Lutas camponesas contemporâneas condições, dilemas e conquistas v. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. EdUNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: 2009. / FERNANDES, Bernardo Mançano. et al [Orgs.]. **Lutas camponesas contemporâneas - a diversidade das formas das lutas no campo v.2: a diversidade das formas das lutas no campo**. EdUNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: 2009. / GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARTIN, Rosa Acevedo. [Orgs.]. **Diversidade do campesinato expressões e categorias v.1: construções identitárias e sociabilidades**. EdUNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: 2009. / GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARTIN, Rosa Acevedo. [Orgs.]. **Diversidade do campesinato expressões e categorias v.2: estratégias de reprodução social**. EdUNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: 2009. / NEVES. Delma Pessanha. et al [Orgs.]. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil - Vol. 01: formas tuteladas de condição camponesa**, EdUNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: 2009. / NEVES. Delma Pessanha. et al [Orgs.]. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil - Vol. 02: formas dirigidas de constituição do campesinato**. EdUNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: 2009. / MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo et al [Orgs.]. **Formas de resistência camponesa visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história vol.1: concepções de justiça e resistência nos Brasis**. EdUNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: 2009. / MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo et al [Orgs.]. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história vol.2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado 1930-1960**. EdUNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: 2009. / PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: EdUNESP, 2006.

¹⁵¹Expressão nascida no bojo das pesquisas realizadas por Flávia Moura junto aos trabalhadores rurais no município de Codó/MA que, expropriados de suas terras, são forçados a migrar pelo que denominam de ‘precisão’ em busca de trabalho, e acabam sendo submetidos à condições degradantes de trabalho. Logo, a migração é uma estratégia de sobrevivência familiar. O resultado da pesquisa foi transformado em livro, a saber: MOURA, Flávia de Almeida. **Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó/MA**, São Luís, EdUFMA, 2009.

aprioristicamente. A esse respeito, atentemos para a afirmação de Barros, ao assinalar que “[...] as hipóteses são sempre instrumentos importantes e multifuncionais na sua capacidade de nortear, delimitar, interpretar, argumentar [...] os materiais e a pesquisa”.¹⁵² Buscamos elementos outros para confirmar ou não, as proposições abaixo elencadas e ainda encontrar novos caminhos, ainda que labirínticos e sinuosos. Assim como perspectivas de análise e reflexão da citada realidade e suas possíveis bifurcações, visando capturar recortes verdadeiramente significativos, bem como, o entendimento de seus desdobramentos sociais.

Destarte, para uma segunda hipótese, chamaremos aqui como sub-hipótese ou hipótese adjacente: a ausência de políticas públicas de geração de emprego e renda, na Região dos Carajás, deixando os camponeses sem opção de trabalho, acaba por favorecer a exploração das organizações e latifúndios, isto tem estimulado um crescente número de trabalhadores sem qualificação e não alfabetizados a migrar para outros Estados em busca de melhores condições de sobrevivência. O Estado do Maranhão não só exporta, mas também escraviza; aproximadamente 40% de todo trabalho escravo utilizado no Brasil vem do Maranhão, com destaque para o município de Açailândia; a escravidão contemporânea não está ligada a cor, raça ou etnia, mas a uma série de fatores sociais como a ausência de condições de subsistência do trabalhador e de sua família em sua região de origem, forçando a migração. Somam-se a estes, o sentimento de impunidade e ganância capitalista. Buscamos, pois, em grande medida, estabelecer uma correspondência entre os objetivos e a sub-hipótese central e secundária. Contudo, buscamos ao longo da pesquisa, confirmar ou não estas hipóteses levantadas estabelecendo correspondência aos objetivos investigatórios traçados, e ainda encontrar outros caminhos e perspectivas de análise e reflexão da realidade analisada, de modo a capturar recortes para a melhor compreensão de seus desdobramentos sociais através de relatos orais, importantes alternativas documentais para qualificar nossas respostas.

Avançando no debate da práxis metodológica em história, buscamos um grupo de entrevistados definidos por suas fronteiras sociais e trajetória comum, ligados por um sentimento de pertença ao grupo. Neste sentido, explorar as fontes orais, fez-se preponderante aos propósitos deste estudo, trazendo à baila nossos sujeitos geográficos ao centro do debate. Para além dos registros do gravador, tomamos nota de elementos outros expressos pela linguagem corporal dos narradores em nosso caderno de campo [2012, 2014] instrumento complementar de trabalho através do qual, nos foi possível registrar um repertório de reações

¹⁵²BARROS, José D’Assunção. **O projeto de pesquisa em história:** da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 155.

e descrições que nos ajudaram a interpretar melhor as narrativas orais. Neste sentido, temos um registro escritural que põe em cena as percepções do narratário na notação atenciosa de elementos subjetivos de um dos narradores, não expressos na linguagem verbal.

Com os olhos fitos e cheios de cólera, um olhar triste de um homem aguerrido, um destemido guerreiro na vida que nunca sucumbiu a derrota, nem mesmo quando sua vida esteve por um fio, se entregou. E apesar de tudo, demonstra-se ainda disposto a continuar lutando para que seus direitos sejam respeitados. Houve momentos que com os movimentos do corpo ele reproduziu partes das cenas que o mesmo viveu [...] O seu modo rude de expressar é mais uma forma de resistência à bruteza a que foi submetido, tendo demonstrado muita coragem e valentia em atos e falas talvez para não deixar aparecer o seu lado mais sensível, *si, pero no mucho* mais difícil de capturar [...]. Em todos os momentos fez questão de não esconder o sentimento de ojeriza aos que lhe fizeram algum mal, jurando inclusive vingança. Constatamos também a admiração e o respeito deste narrador à cidade de Açailândia e especialmente ao Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos na pessoa de Carmen Bascarán a quem, por repetidas vezes, demonstra grande afeição.¹⁵³

Para realização deste estudo, valemo-nos dos estudos de Ricardo Rezende e Neide Esterci para analisar a escravidão por dívida no Brasil e seu movimento conceitual. Para pensar o conceito de território e territorialidades, tomamos as conspícuas e pilares reflexões de Claude Raffestin, Marcos Aurélio Saquet, Rogério Haesbaert e Milton Santos; para alinhavarmos a migração e fronteira lançamos mãos dos estudos de Edward Said, Bertha Becker e José de Souza Martins, proporcionando um salto qualitativo em nossas análises. Entrementes, utilizamos as reverberações dos escritos de Ecléa Bosi, Michael Pollak, Pierre Nora, Jacques Le Goff e Maurice Halbwachs para compreender os conceitos de memória individual e memória coletiva; e os *insights* de Stuart Hall e Tomaz Tadeu para pensar identidade, enquanto chave explicativa do objeto em estudo. Estes foram alguns dos nossos interlocutores, dentre tantos outros não menos importantes, horizontes de leitura.

Ainda a respeito da natureza interdisciplinar dos aportes teóricos utilizados nesta tese, compreendemos, pois, que o objeto nos informou a teoria mais adequada a ser aplicada. Diante disto, fomos a diferentes campos do saber na busca de contribuições ao nosso objeto de pesquisa, aditamos a análise apurada de obras antropológicas consideradas seminais aos estudos acerca do tema, Ricardo Rezende Figueira¹⁵⁴ e Neide Esterci, respectivamente *Pisando fora da*

¹⁵³SOARES, Fagno da Silva. **Caderno de campo**. Açailândia; 2012, p. 15.

¹⁵⁴Professor da Escola de Serviço Social e da Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Sua tese de doutoramento *Pisando fora da própria sombra: A escravidão por dívida no Brasil Contemporâneo*, apresentada ao Programa de Ciências Humanas com ênfase em Antropologia da UFRJ, tem sido uma das maiores referências intelectuais e militantes dos estudos em escravidão contemporânea no Brasil, com trabalho seminal. Suas articulações para debelar o trabalho escravo contemporâneo no Brasil, junto a artistas e intelectuais, têm ganhado ampla repercussão junto à sociedade. Coordena o Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo – GPTEC no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos – NEPP-DH/UFRJ, atuando também na coordenação do Movimento Humanos Direitos – MHuD e da

própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo e *Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*,¹⁵⁵ que analisam de modo original o fenômeno, também por isso tornaram-se referência para sua compreensão. Somam-se a estas de igual importância para este estudo, as obras da linguísta Binka Le Breton e da pesquisadora Alison Sutton, *Vidas roubadas - a escravidão moderna na Amazônia brasileira*¹⁵⁶ e *Trabalho Escravo - um elo na cadeia da modernização no Brasil hoje*,¹⁵⁷ que analisam de forma contundente algumas das facetas da escravidão por dívida na Amazônia brasileira. Para adensar o debate teórico, utilizamos elementos importantes da obra do sociólogo José de Souza Martins, o que nos serviu, portanto, para pensar problematizadamente a escravidão por dívida nos rincões da Amazônia, sob uma perspectiva, também sociológica. Estes teóricos, assim como muitos outros, ajudaram-nos a escoimar a base teórica deste estudo, partindo da asserção de que um estudo de densidade teórica e envergadura empírica se faz à guisa de um repertório de fontes, sustentado por bons teóricos, de modo a constituir a acurácia científica desejada neste estudo.

Sobrelevamos ainda que, um dos mais destacados desafios encontrados durante a pesquisa foi encontrarmos referências da área, capazes de dar sustentação teórica e empírica à temática em estudo, em certa medida, incipientemente exígua entre os geógrafos. Neste sentido, sublinhamos em relevo as contribuições das teses de doutoramento *Vidas fora do Compasso*¹⁵⁸ e *Territorialidades e Redes de Migração Maranhenses nos Canaviais Paulistas*,¹⁵⁹ respectivamente dos geógrafos Alberto Pereira Lopes e André Eduardo Ribeiro da Silva que, habilmente, apresentam-nos a escravidão por dívida enquanto objeto de análise no campo da geografia, com as quais contraímos uma dívida intelectual, na construção deste estudo. Somam-

Rede Social Justiça e Direitos Humanos. Como padre atuou durante duas décadas na Diocese de Conceição do Araguaia/PA, inclusive, como coordenador da Comissão Pastoral da Terra – CPT, na Região do Araguaia-Tocantins, mesmo frente à constante ameaça de morte. Vide, FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

¹⁵⁵Cabe-nos analisar o relevo das ressalvas acerca da escravidão por dívida, feitas por ESTERCI, Neide. **Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje**. Rio de Janeiro: CEDI, Koinonia, 1994.

¹⁵⁶LE BRETON, Binka. **Vidas roubadas - a escravidão moderna na Amazônia brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

¹⁵⁷SUTTON, Alison. **Trabalho escravo: um elo na cadeia da modernização no Brasil hoje**. São Paulo: CPT/Anti-Slavery International, 1994.

¹⁵⁸LOPES, Alberto Pereira. **Escravidão por dívida no norte do Estado do Tocantins: vidas fora do compasso**. 2009. 317p. Tese [Doutorado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

¹⁵⁹DA SILVA, André Eduardo Ribeiro. **Territorialidades e redes da migração maranhense nos canaviais paulistas**. 2012. 262p. Tese [Doutorado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

se a estas, o *Atlas do Trabalho Escravo no Brasil*¹⁶⁰ elaborado por um grupo de geógrafos da Universidade de São Paulo – USP e da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Presidente Prudente e o *Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil*,¹⁶¹ plataforma de dados construída pelo Smart Lab, em parceria com o Ministério Público do Trabalho – MPT e a Organização Internacional do Trabalho – OIT. Constitui-se num banco de dados que disponibiliza um conjunto de análises preditivas e diagnósticas com foco no combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil, nos dando a ver do conjunto de seus dados, que 91% dos trabalhadores/as resgatados/as da escravidão contemporânea no Brasil, no período entre 2003 e 2017, são oriundos de regiões e municípios brasileiros de baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M. O contato com estes textos e dados, foi nevrálgico à constituição desta tese, sobretudo, à construção do quadro referencial e escolha das categorias geográficas de análise. Para além de alguns clássicos da geografia, *sine qua non* a uma tese, lançamos mão de outras obras atualizadas, bem como o uso exaustivo de periódicos especializados e documentos/relatórios dos órgãos interlocutores, se deram, à medida que avançávamos na pesquisa, nossas escolhas teórico-metodológicas, somadas às contingências próprias do labor com fontes orais, nos impuseram inúmeros desafios pessoais e acadêmicos, superados, com os quais tivemos que lidar com compromisso e, sobretudo, ética.

Não obstante, buscamos compreender o processo migratório dos camponeses maranhenses, como constitutivo da dinâmica do capital na formação do atual espaço agrário brasileiro que tradicionalmente vem sendo forjando pelas classes hegemônicas e em oposição às classes subalternas com a grande concentração fundiária, marca da realidade agrária brasileira.¹⁶² Logo, a migração torna-se um dos mecanismos de reprodução dos trabalhadores do campo, o que para o pesquisador Sávio José, configura-se como determinante “[...] na constituição de fluxos migratórios e de regiões de carência e de onde se origina a mão de obra

¹⁶⁰THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida; GIRARDI, Eduardo Paulon; HATO, Júlio Takahiro. **Atlas do trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra, 2012.

¹⁶¹Trata-se de uma plataforma digital, com sistema de coleta, sistematização e cruzamento de informações de diferentes bancos de dados sobre a questão do trabalho escravo no Brasil. Sua concepção se deu no laboratório multidisciplinar Smart Lab de Trabalho Decente, resultado de um ato de cooperação técnica internacional, firmado entre o Ministério Público do Trabalho – MPT e a Organização Internacional do Trabalho – OIT. A plataforma organiza e disponibiliza dados e informações sobre o trabalho escravo contemporâneo, ao passo que desenvolve ferramentas diagnósticas de planejamento, monitoramento e avaliação que servem às políticas públicas de enfrentamento e combate ao trabalho escravo no país. Constitui-se, no mais novo instrumento de combate a prática no país. Para mais informações, vide: <https://observatorioescravo.mpt.mp.br/>

¹⁶²MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2003.

barata para a reprodução e ampliação do ciclo do capital nas regiões de sua expansão”.¹⁶³ Diante disto, utilizamos as profícuas reflexões de José de Souza Martins, acerca do fenômeno da migração camponesa,¹⁶⁴ como parte do ciclo de reprodução do modo de produção capitalista no espaço agrário brasileiro, para compreender as indelévels marcas dos processos de acumulação, concentração de capital, reprodução de desigualdades e, por conseguinte, expropriação e violência no espaço agrário maranhense. Neste contexto, compreendemos, pois, o camponês como trabalhador que “[...] mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que [e]migrar [...] É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de [e]migrações”.¹⁶⁵ Mas, cabe assinalarmos que preferimos em não seguir, amiúde os itinerários e trajetórias migratórias dos sujeitos geográficos como em uma espécie de estudo etnográfico do movimento migratório, como realizado por André Dumans Guedes em *O Trecho, as Mães e os Papéis*.¹⁶⁶ Neste sentido, optamos pelas territorialidades migratórias e memórias evocadas pelos narradores. A estas, intentamos esquadriñar, mesmo tendo a mobilidade como tom, ou seja, a nota à qual se constrói as territorialidades migratórias, nosso instrumento de afino foram exatamente as memórias geográficas que conferiram como em diapasão nosso estudo, tendo permitido compreendermos os sons, as frequências, as vibrações e as ondas deste processo geográfico, de modo revelador, pelos que viveram-no, trazendo à tona [res]sentimentos ao rememorar-lo.

Faz-se mister pontuarmos que desde a escolha do objeto de estudo até a constituição final da tese, passando pela eleição das fontes e metodologias, imprimindo nossas marcas contingenciadas por nossas escolhas e seus efeitos potenciais. Sendo que assumimos, consequentemente os riscos e possíveis críticas advindas destas. Assim, sublinhamos que, o

¹⁶³RODRIGUES, Sávio José Dias. **Quem não tem é escravo de quem tem: migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo**. 2016. 213p. Tese [Doutorado em Humana]. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, 2016, p. 27.

¹⁶⁴Sobre a migração de camponeses para a Amazônia Oriental, encontramos respostas em VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **À procura das bandeiras verdes: viagem, missão e romaria**. Movimento Sócio-religioso na Amazônia Oriental. 2011. 673f. Tese [Doutorado em Ciências Sociais], Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2001. Já sobre a questão agrária no sul e sudeste do Pará, vide ALMEIDA, Rogério Henrique. *Territorialização do campesinato no Sudeste do Pará*. Belém: UFPA, Dissertação [Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento], Belém: Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA, 2006. / FEITOSA, Terezinha Cavalcante. **Questão agrária, violência e poder público na Amazônia brasileira: o assassinato do líder sindical João Canuto de Oliveira**. Tese [Doutorado em Ciências Sociais], Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, 2011. / GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense**. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

¹⁶⁵OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labor edições, 2007, p. 11.

¹⁶⁶GUEDES, André Dumans. **O trecho, as mães e os papéis: etnografia de movimentos e durações no norte de Goiás**. São Paulo: Garamond, 2013.

estudo geográfico que ora apresentamos em narrativa é resultado de um conjunto de ações pactuadas, conjugando o compromisso social com os sujeitos estudados e com nossos pares acadêmicos. Eis o nosso verniz geográfico onde um estudo é sempre uma “[...] construção que reflete a imaginação e a inventividade de seu criador”.¹⁶⁷ Posto que pertencemos a um tempo e a um espaço, sob os quais operamos e somos operados, o geógrafo tem um compromisso com a sociedade, e assim a sua geografia refletirá suas escolhas desde a eleição do objeto a ser estudado até os usos finais dos resultados da pesquisa. Acreditamos assim como Yázigi na “[...] ideia de que a criatividade sempre significa algum rompimento”.¹⁶⁸ Neste sentido, tomando, pois, a assertiva de Paul Claval para quem a “[...] geografia é uma ciência da observação”,¹⁶⁹ cabe ao geógrafo intercruzar os elementos das su[o]bjetividades, a partir de observação durante o processo de pesquisa. Observe-se que ele reitera, ao afirmar que

aquele que a pratica, ama andar, olhar ao redor, cheirar os odores e sentir a atmosfera: é também um homem de contato, sempre pronto a interrogar as pessoas e escutá-las. A configuração da pesquisa geográfica apresenta um sentido triangular: o pesquisador, a realidade observável e as populações envolvidas. A ênfase deve ser colocada na imagem que estes fazem do mundo e na maneira como se apropriam do espaço.¹⁷⁰

Destacamos ainda que, enquanto maranhense que somos, com mais de três décadas vivendo na região, os contatos anteriores com os entrevistados, a familiaridade com o fenômeno e seus envolvimento, ajudaram-nos a apreender amiúde determinados aspectos locais à luz dos procedimentos metodológicos aplicados. Dito isso, cabe aqui assumirmos o risco de ‘possíveis reducionismos’ ao interpretarmos o mundo social do qual estamos muito próximos, restando-nos distanciar-nos o quão possível para melhor analisá-lo e compreendê-lo. Ainda nessa perspectiva, rememoramos a máxima bourdieusiana ao aduzir que “[...] o *homo academicus*, classificador entre os classificadores, nas suas próprias classificações”,¹⁷¹ para confirmar que o compromisso social estabelecido com a comunidade estudada está impresso para além das

¹⁶⁷HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002, p. 57. Ainda em sentido equivalente temos salutar reflexões de YÁZIGI, Eduardo. A criatividade científica em geografia. **Revista do Departamento de Geografia - USP**, São Paulo: Nº 11, 1997, pp. 29-39.

¹⁶⁸YÁZIGI, Eduardo. **Deixe a sua estrela brilhar: criatividade nas ciências humanas e no planejamento**. São Paulo: Plêiade, 2005, p. 38.

¹⁶⁹CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia**. Florianópolis: Ed.UFSC, 2011, p. 62. Obra *sine qua non*, à compreensão do pensamento geográfico na elaboração de concepções de mundo na ótica da geografia cultural.

¹⁷⁰CLAVAL, 2011, p. 62.

¹⁷¹BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Florianópolis: Ed.UFSC, 2011, p. 287. Nesta obra, o autor analisa sociologicamente o mundo acadêmico francês do qual fazia parte, a partir da relação conflitante entre dois polos: de um lado o polo do poder, atuando como legitimador das práticas acadêmicas e do outro o polo do saber que evoca a liberdade. Em linhas gerais, Bourdieu aponta as dificuldades enfrentadas por aqueles que tomam seu próprio mundo social como objeto de análise.

páginas deste estudo. Mas, inscrito nesta, com a mesma simbologia daqueles que usam o *anel de tucum*.¹⁷²

Na qualidade de historiador e geógrafo em formação nada ortodoxo, convém fazer algumas ressalvas, visto que o tempo nos impõe certas limitações. Sendo a primeira, não concebemos a expressão trabalho escravo contemporâneo por completo por reconhecê-lo ainda como problemático, embora o mais próximo de nomear este fenômeno histórico-social e econômico, parte da lógica orquestrada, pelo sistema capitalista. Mas afinal, qual termo não é problemático à história e a geografia? É natural que profissionais de outras áreas, incorram a análises anacrônicas, e por vezes maniqueístas. Mas é preciso ratificar que o nosso estudo tem compromisso não só acadêmico, mas também social, com interesse particular, na comunidade e região estudadas, objetivando que este sirva para além da reflexão. A segunda ressalva refere-se, ao contexto jurídico-parlamentar, político-social e midiático que atravessamos no Brasil nos últimos semestres, uma conjuntura da perda de direitos, sobretudo o trabalhista, e com o escamoteamento dos Direitos Humanos. Neste sentido, destacamos que se por um lado, a aprovação da *PEC do Trabalho Escravo* em 2014, representou um avanço na conquista dos Direitos Humanos, enquanto importante instrumento de combate às formas contemporâneas de escravidão no Brasil, por outro, a sua regulamentação que prevê a alteração do conceito de trabalho degradante, que é fundamental à garantia do combate ao trabalho escravo

¹⁷²Durante o Brasil Império, enquanto a elite ostentava suas alianças de ouro, os menos abastados utilizavam o anel de tucum, feito de talhe da semente de uma palmeira amazônica, como símbolo de pacto de amizade e aliança matrimonial, ou mesmo, como símbolo de resistência a qualquer tipo de exploração muito comum entre religiosos e fiéis católicos compromissados na luta em defesa dos direitos dos mais pobres e oprimidos. Atualmente, simboliza engajamento social, utilizando por membros de entidades, movimentos sociais e ONG's que militam contra a expoliação capitalista, a favor das causas populares. Para mais informações, vide **O ANEL DE TUCUM**. Direção, roteiro e produção de Conrado Berning, Verbo Filmes, Rio de Janeiro: DVD, 1994, filme, 68 min. Trata-se de um filme documental, que promove uma reflexão, quanto à atuação das Comunidades Eclesiais de Base junto aos trabalhadores rurais contra os males dos latifúndios tendo como mote a militância e a justiça social. Sobre o uso do anel de tucum, o Bispo Dom Pedro Casaldáliga explica numa passagem do filme, com as seguintes palavras: “[...] É sinal da aliança com a causa indígena e com as causas populares. Quem carrega esse anel normalmente, significa que assumiu estas causas. E, as suas consequências. Você toparia levar/usar o anel? Olha, isso compromete, viu? Queima! Muitos e muitas, por esta causa e com este compromisso foram até a morte [...]”. Noutra passagem do mesmo filme, o padre Ricardo Rezende é enfático ao afirmar da existência de uma lista da morte “[...] uma lista enorme de pessoas ameaçadas de morte no país, e as mortes se concretizam, muitos são mortos, a pistolagem tem crescido e o número das pessoas assassinadas também, observa que no Brasil de 1964 a 1992, cerca de 1700 pessoas foram mortas, mais de 95 lideranças sindicais estão entre estas mortes, diversos advogados, padres, agentes de pastorais, lavradores e lideranças estão sendo assassinadas. Mas há uma concentração, há uma incidência maior nesta região no sul do Pará, as maiores empresas, empreendimentos nacionais e estrangeiros concentraram a terra e promoveram assassinatos, trabalho escravo e devastação ecológica [...]”. [O ANEL DE TUCUM, 1994]. Já sobre os assassinatos de religiosos e ativistas dos direitos humanos na Amazônia, vide LE BRETON, Binka. **Todos sabiam:** a morte anunciada de Padre Josimo. São Paulo: Edições Loyola, 2000. / VENTURA, Zuenir. **Chico Mendes:** crime e castigo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. / LE BRETON, Binka. **A dádiva maior:** a vida e a morte corajosas da irmã Doroty Stang. São Paulo: Editora Globo, 2008. / MURPHY, Roseanne. **Mártir da Amazônia:** vida da irmã Dorothy Stang. São Paulo: Paulus, 2008. / OLIVEIRA FILHO, Moacyr de Oliveira. **Rio Maria:** a terra da morte anunciada. Garibaldi: Editora Anita, 1991.

contemporâneo no Brasil, através do Projeto de Lei do Senado – PLS 432/2013,¹⁷³ poderá ser um grande retrocesso no enfrentamento do trabalho escravo no Brasil, uma vez que a bancada ruralista, notadamente arrivista, defende um conceito bastante evasivo de *trabalho em condições análogas à de escravo*, excluindo as condições degradantes de trabalho e a jornada exaustiva como elementos característicos. E assim, dificultando o enquadramento jurídico deste crime.¹⁷⁴ A nova lei poderá legalizar a prática de trabalho degradante em detrimento ao direito à dignidade do trabalhador, em benefício dos neo-escravocratas. Trata-se de uma história em construção à lume de múltiplos interesses, tornando a temática uma questão ainda muito aberta,¹⁷⁵ conflagrando-se palco de noveladas disputas conceituais e sócio-políticas. Neste sentido, faz-se mister pontuarmos, que o trabalho escravo contemporâneo, sobretudo, nos Estados do Maranhão e Pará está intimamente ligado, a discriminação estrutural e histórica com os camponeses, que reverberam-se, em ações de extrema violência no campo, a exemplo daquele que ficou conhecido como o Massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996, no município sul-paraense de Eldorado do Carajás, onde foram assassinados dezenove trabalhadores rurais sem-terra.¹⁷⁶

Neste sentido, reportamo-nos, para um dos casos mais graves ocorridos durante a Ditadura Civil-Militar na Amazônia revelado recentemente, a partir dos documentos levantados e parcialmente analisados pela Comissão Nacional da Verdade – CNV,¹⁷⁷ trata-se do atroz

¹⁷³Projeto de Lei do Senado em discussão, em por função disciplinar o processo de expropriação dos bens e regular a diferenciação entre descumprimento da lei trabalhista e crime de escravidão.

¹⁷⁴A respeito da literatura jurídica sobre o tema, elencamos os seguintes: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves. [Orgs.]. **Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação**. São Paulo: LTR, 2006. / SCHWARZ, Rodrigo Garcia. **Trabalho escravo: a abolição necessária**. São Paulo: LTR, 2008. / NETO, Vito Palo. **Conceito jurídico e combate ao trabalho escravo contemporâneo**. São Paulo: LTR, 2008. / LOTO, Luciana Aparecida. **Ação civil pública trabalhista contra o trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: LTR, 2008. / GAZOLA, Cristiane de Melo Mattos Sabino. **Do escravismo colonial ao trabalho forçado atual: a supressão dos direitos sociais fundamentais**. São Paulo: LTR, 2009. / BRITO FILHO, José Claudio Monteiro. **Trabalho decente: análise jurídica da exploração do trabalho, trabalho escravo e outras formas de trabalho indigno**. 2ª ed., São Paulo: LTR, 2010. / MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. **Trabalho escravo contemporâneo: conceituação à luz do princípio da dignidade da pessoa humana**. São Paulo: LTR, 2011. / SCHWARZ, Rodrigo Garcia. **Terra de trabalho, terra de negócio: o trabalho escravo contemporâneo na perspectiva (da violação) dos direitos sociais**. São Paulo: LTR, 2014. / REIS, Daniela Muradas; MIGRAGLIA, Livia Mendes Moreira; FINELLI, Lília Carvalho. **Trabalho escravo: estudos sob as perspectivas trabalhista e penal**. Belo Horizonte: Editora RTM, 2015. / TREVISAM, Elisaide. **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo: entre as presas da clandestinidade e as garras da exclusão**. Curitiba: Juruá, 2015. / BORGES, Paulo César Correa. [Org.]. **Formas contemporâneas de trabalho escravo**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2015.

¹⁷⁵A este respeito, tratamos no artigo de nossa autoria publicado na forma de capítulo, a saber: SOARES, Fagno da Silva. Para além de uma disputa conceitual: trabalho, escravidão, escravização à guisa dos estudos históricos. In.: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna [Org.]. **Discussões contemporâneas sobre trabalho escravo: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, pp. 275-301.

¹⁷⁶A respeito do Massacre de Eldorado do Carajás, indicamos a leitura do livro: NEPOMUCENO, Eric. **O massacre - Eldorado do Carajás: uma história de impunidade**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

¹⁷⁷Comissão instituída pela Lei Nº 12. 528/2011 e instalada em maio do ano seguinte, cujo objetivo central têm sido o exame das violações aos direitos humanos ocorridos durante a Ditadura Militar Brasileira de 1964-1985.

assassinato de 60 camponeses promovido pelo Grupo Bradesco, em Conceição do Araguaia/PA em 1974, conforme aparecem nos registros documentais da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça – DSI/MJ [vide, Anexo A], analisados pela Comissão Nacional da Verdade do Pará, cujo objetivo é desvelar casos de abusos ocorridos durante a Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense, com vistas à reparação de danos e a visibilização social, através do projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional, um mergulho nas narrativas impressas naqueles documentos, como fizemos revelam a grave situação social do país, naquele momento histórico, pois tratam-se de relatos e fatos profundos da realidade como alguns dos que trazemos neste nosso estudo sobre a escravidão contemporânea. Tratava-se de um crime, até então desconhecido pela historiografia brasileira e até mesmo pelos jornais regionais da época. Documentos tidos como secretos, revelados por esta comissão, comprovam a existência de trabalho escravo contemporâneo nas quatro grandes propriedades rurais do Grupo Bradesco, localizadas no Pará. Os registros mostram denúncias isoladas de tortura que datam desde a década de 1970 até 1987, com o aliciamento de trabalhadores rurais, recrutados para a derrubada da floresta, sob o regime de trabalho escravo nos latifúndios do grupo bancário, especialmente no município de Conceição do Araguaia/PA. Encontramos entre os inúmeros documentos e narrativas digitalizadas pela Comissão Nacional da Verdade do Pará, uma que nos parece merecer grande destaque, a do então chefe do Serviço Nacional de Informações – SNI,¹⁷⁸ João Baptista de Oliveira Figueiredo, ao narrar o assassinato destes 60 trabalhadores rurais, queimados na propriedade rural do Grupo Bradesco,

recentemente, em uma das fazendas do Grupo BRADESCO, teria sido desmatada uma grande área. Antes de ser iniciada a ‘queimada’, um dos capatazes determinou aos empregados para completarem o trabalho de desmatamento na parte central da área. Quando os mesmos lá se encontravam foi ateado fogo à mata e teriam morrido cerca de 60 trabalhadores dos 100 que realizavam a tarefa.¹⁷⁹

Noutros termos, durante o doutorado, participamos entre 2013-2016, de diversos eventos científicos nacionais e regionais relevantes ao objeto de estudo de nossa tese, apresentando comunicações orais, versando acerca da escravidão por dívida na Amazônia, em

¹⁷⁸Órgão criado em 1964, cujo objetivo era supervisionar secretamente e controlar as atividades de [contra]informações políticas no Brasil e exterior. Extinto durante o governo Fernando Collor de Mello, outros órgãos similares, mas com finalidades diferentes, foram criados no governo Itamar Cautiero Franco e Fernando Henrique Cardoso, a exemplo da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN criada em 1999. Uma quantidade expressiva de documentos do antigo SNI foram propositalmente extraviados. Dentre os seis militares, adpetos da doutrina de segurança nacional que ocuparam a chefia do SNI, destacamos dois que se tornaram presidentes no Regime Militar: Emílio Garrastazu Médici e João Baptista Figueiredo.

¹⁷⁹ARQUIVO NACIONAL. **Coordenação de Documentos Escritos**. Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça: Inventário dos dossiês avulsos da série Movimentos Contestatórios/Equipe de Documentos do Executivo e Legislativo, 2ª ed., Rio de Janeiro: Arquivo, 2013.

diversos simpósios, congressos e reuniões, como na VI/VII/VIII Reunião Científica Trabalho Escravo Contemporâneo e Questões Correlatas, promovida pelo Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo – GPTEC,¹⁸⁰ na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, na capital fluminense e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, na capital paulista; XII Encontro Nacional de História Oral: Política, Ética e Conhecimento, na Universidade Federal do Piauí – UFPI, em Teresina; VII Simpósio Nacional de História Cultural - Escritas, Circulação, Leituras e Recepções na Universidade de São Paulo – USP, em São Paulo; I Encontro Digital de Geografia Fora da Sala organizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB/Seção Londrina; III Simpósio Internacional de História Pública - História pública em debate na Rede Brasileira de História Pública – RBHP em parceria com a Universidade Regional do Cariri – URCA, no Crato/CE; I Seminário Internacional Carajás 30 anos de resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia Oriental, na Universidade Federal do Maranhão; XIII Encontro Nacional de História Oral - História Oral, práticas educacionais e interdisciplinaridade na Associação Brasileira de História Oral – ABHO em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, em Porto Alegre; II Encontro Inter-Regional dos Trabalhadores/as Resgatados/as do Trabalho Escravo Contemporâneo promovido pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán CDVDH/CB, em Açailândia/MA; e por fim, coordenamos o Grupo de Trabalho Precarização e Trabalho durante o I Encontro do Observatório do Mercado de Trabalho do Maranhão, em São Luís/MA. Socializamos, também, os resultados parciais deste estudo, durante a IX Reunião Científica Trabalho Escravo Contemporâneo e Questões Correlatas promovido pelo GPTEC/UFRJ, coordenado pelos professores Ricardo Rezende Figueira e Adonia Antunes Prado na Universidade Federal do Pará – UFPA, em Belém. Ressaltamos ainda que na ocasião foi assinada a Carta de Belém,¹⁸¹ contrária as propostas de

¹⁸⁰Fundado em 2003, constitui-se, hoje, num centro de referência na documentação e pesquisa acerca da escravidão contemporânea no Brasil, com ressonâncias internacionais, contribuindo na produção e difusão de conhecimentos sobre o tema. O Grupo de pesquisa está vinculado ao Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos – NEPP/DH do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – CFCH/UFRJ, suas linhas de pesquisa são: trabalho e direitos humanos; migração, rotas de aliciamento, territórios e fronteiras; educação e trabalho escravo contemporâneo; trabalho escravo contemporâneo, identidade e resistência. Reúne uma equipe multidisciplinar de pesquisadores acerca do tema que desenvolvem estudos, promovem reuniões científicas com outros pesquisadores e estudantes brasileiros e estrangeiros com publicações regulares de artigos e livros. Seus arquivos reúnem um farto acervo documental das últimas quatro décadas sobre o tema, a saber: entrevistas com trabalhadores resgatados, relatórios governamentais, peças judiciais, artigos, textos jornalísticos, monografias, dissertações, teses sobre o tema, entre outras fontes que subsidiam o desenvolvimento de pesquisas nacionais, internacionais, publicações diversas e reuniões científicas, visando a promoção de políticas públicas de combate e enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil. Vide sítio, <http://www.gptec.cfch.ufrj.br>

¹⁸¹Documento manifesto assinado pelos/as pesquisadores/as do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo – GPTEC, vinculado ao Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos – NEPP/DH do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – CFCH/UFRJ,

alteração da chamada PEC do Trabalho Escravo.¹⁸² Sendo que pretendemos, apresentar, em cena contemporânea, os resultados conclusivos desta tese na X Reunião Científica Trabalho Escravo Contemporâneo e Questões Correlatas do GPTEC/UFRJ, no Rio de Janeiro em novembro de 2017. Em síntese, queremos destacar que todas estas interlocuções acadêmicas, foram fundamentais aos enquadramentos teóricos e ao desenvolvimento da pesquisa.

Outrossim, convém repontuarmos, que a gestação desta pesquisa e sua escritura, se deram no íterim da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, no Brasil do início do século XXI. E assim, cabe assinalarmos que o período dos últimos 10 anos, certamente entrará para os anais da história como o de maior desenvolvimento social e de importantes avanços no combate à fome e a miséria, até então, jamais mais visto em toda a história do país. Foram os tempos dos grandes eventos, para os quais temos inúmeras críticas, que não convém aqui pontuá-las. Mas que agora, somos tomados pela pecha da intolerância histórica e do crescente avanço do conservadorismo, que nos tem mergulhado em uma das mais agudas e profundas crises político-econômicas, sócio-midiáticas e jurídico-parlamentares, de sua história recente, dando prova, que sua jovem e ainda frágil democracia não se fez consolidar, portanto, não foi capaz de suplantar os fantasmas dos não tão idos tempos da velha Ditadura Militar Brasileira [1964-1985]. Presumimos, pois, que seus espectros continuam entre nós, na forma da grande mídia e da articulada ação da bancada política ultraconservadora à serviço do grande capital. São, portanto, máculas das quais, ainda não conseguimos superar. A

pelos pesquisadores/operadores do direito da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia – CIDHA da Universidade Federal do Pará – UFPA, pesquisadores estrangeiros, artistas, professores e demais participantes da IX Reunião Científica Trabalho Escravo Contemporâneo e Questões Correlatas, realizada em novembro de 2016 em Belém/PA, reafirmando a defesa férrea da manutenção do conceito atual de trabalho análogo ao de escravo, previsto no art. 149 do Código Penal. Posicionando-se publicamente contrários aos Projetos de Lei – PL 2464/15, 3842/12 e aos Projetos de Lei do Senado – PLS 432/2013 e 236/12, instrumentos regulamentadores da PEC do Trabalho Escravo, Proposta de Emenda Constitucional Nº 81, de 05 de junho de 2014. Ressaltamos que dentre os membros conservadores do Poder Legislativo, muitos compõem, a chamada bancada ruralista que têm avançado na tentativa de modificar a legislação brasileira, objetivando esvaziar o conceito de trabalho escravo, podendo assim resultar num inaceitável e preocupante retrocesso no combate à escravidão contemporânea no Brasil. Destacamos que, nas últimas duas décadas, a Organização Internacional do Trabalho – OIT, coloca a atuação do Brasil, como referência mundial no combate ao trabalho escravo contemporâneo, por atender as normas previstas nas convenções internacionais contra o trabalho forçado, ao aplicar o artigo 149 do Código Penal Brasileiro. Mas paradoxalmente, foi o único país do mundo a ser condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos – CIDH, em dezembro de 2016, por tolerar a escravização em suas formas contemporâneas, durante o julgamento do caso dos trabalhadores rurais escravizados na Fazenda Brasil Verde, no sul do Pará. O caso havia sido encaminhado à Organização dos Estados Americanos – OEA, pelo Centro pela Justiça e o Direito Internacional – CEJIL e pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, a este respeito, falaremos mais adiante.

¹⁸²Proposta de Emenda Constitucional – PEC 57A/1999, aprovada pelo Senado Federal em 27 de maio de 2014, que altera a redação do artigo 243 da Constituição Federal de 1988, prevê a expropriação de propriedades rurais e urbanas, onde for flagrada a existência de trabalho escravo, sendo destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular. Para muitos, esta PEC representou inicialmente uma espécie de Segunda Abolição da Escravatura, por assegurar a liberdade e a dignidade do trabalhador. Mas como dito alhures, encontra-se ameaçada, em vias de alteração pelos legisladores brasileiros.

este novo velho período da história do Brasil que se inicia simbolicamente no dia 31 de agosto de 2016, com aprovação pelo Senado do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, a nosso ver, constitui num marco da ruptura com o ciclo da redemocratização. E é neste contexto, que trazemos a denominação de Sétima República,¹⁸³ uma definição em construção, que como tal, porta inúmeros problemas, como qualquer outra periodização. Portanto, trata-se de uma proposição sinalizada por alguns historiadores brasileiros, voltados aos estudos de história do tempo presente e imediata, dos quais me incluo, bem como, dos especialistas em História do Brasil Contemporâneo, com ênfase ao período ditatorial, a exemplo, dos professores Marcos Napolitano da FFLCH/USP e Carlos Fico do IFCS/UFRJ. Conquanto se deva destacar, que tal assertiva carece de acuradas análises historiográficas que será avalizada à baila de seus atuais e futuros desdobramentos, que darão conta de afinar, concatenar e, por assim, muscularizar o debate historiográfico¹⁸⁴ aclarando-o, teórico e metodologicamente.

Assinalamos que durante o doutorado, no período de 2013-2017, realizamos algumas publicações em periódicos nacionais e internacionais sobre a temática, sendo nove

¹⁸³Partindo do entendimento já consagrado entre os historiadores, de que a Sexta República Brasileira, também conhecida como Nova República teve seu marco inicial com o fim da Ditadura Civil-Militar, cujo marco simbólico foi à promulgação da Constituição de 1988, cognominada de cidadã, por institui o Estado Democrático de Direito e, pondo fim há um ciclo, dando origem a outro, sublinhamos que a série de fatores que culminaram na deflagração do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, representam um movimento de ruptura com os elementos e princípios democrático, dando origem ao que aqui chamaremos de Sétima República Brasileira. Mas é preciso reconhecermos tanto as fraturas da expressão, quanto suas complexas relações de disputas que emergem no/do processo de nomeação e demarcação temporal, para o qual não poderíamos nos furtar a esse *devoir*, que é próprio dos pesquisadores do tempo presente, cuja tarefa é manterem-se atentos e reflexivos às emergentes demandas da sociedade contemporânea.

¹⁸⁴No decurso dos fatos, um grupo intergeracional de historiadores de reconhecida competência, reuniram um conjunto de reflexões e exercícios de história imediata, num livro-coletânea de crônicas em uma espécie de diagnóstico historiográfico, fruto de um movimento formado em abril de 2016, em torno de uma preocupação comum, os ataques sofridos pela democracia brasileira, chamado de Historiadores pela Democracia, a partir da criação de um grupo de discussão na rede social facebook, de mesmo nome [hoje com aproximadamente 30 mil membros], realizaram uma compilação de pequenos vídeos gravados por historiadores que foram convertidos num vídeo-manifesto e exibido durante a reunião de debate do grupo, cujo mote era “Nenhum Direito a Menos”, realizada na Universidade de Brasília – UnB, em 7 de junho de 2016, e posteriormente, disponibilizado na internet, sem pretender tornar-se a voz de todos. Por fim, elegeram de um conjunto de textos originários de publicações em diversas mídias [revistas e jornais impressos, sites de notícias, blogs, facebook entre outros] alguns para compor uma crônica histórica dos dias atuais. A obra traz de pronto, um alerta oportuno aos seus leitores, ao sublinhar: “*É preciso esclarecer, em tempos de louvor a pensamentos que se querem únicos, que a operação historiográfica que informa o discurso do historiador não supõe a construção de qualquer verdade unívoca da história*”. [MATTOS; BESSONE; MAMIGONIAN, 2016, p. 11]. É possível afirmar que este movimento seja um desdobramento maior do blog Conversa de Historiadoras criado em 2014, pelas professoras Hebe Mattos e Martha Abreu, congregando em rede outros experientes historiadores brasileiros, a saber: Beatriz Mamigonian, Carlos Fico, Dulci Pandolfi, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Francisco Carlos Palomanes Martinho, Isabel Lustosa, Jurandir Malerba, James Green, Laura de Mello e Souza, Luiz Felipe de Alencastro, Marcos Napolitano, Lília Moritz Shwarcz, Keila Grinberg, João José Reis, João Fragoso, Iris Kantor, Sidney Chalhoub, Sílvia Hunold Lara, Suzette Bloch, Tânia Bessone e dentre outros. Para saber mais, a este respeito, vide: MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia Gallotti; MAMIGONIAN, Beatriz. [Orgs.] **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 - a força do passado**. São Paulo: Alamenda, 2016.

artigos na Revista Mundo Jovem da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS; dois artigos na Revista História Unisinos do Programa de Pós-Graduação em Estudos Históricos Latino-Americanos da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; um artigo na Contraponto Revista do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí – UFPI; um outro na Revista Perspectiva da Universidade Federal do Ceará – UFC; um na Revista Piauiense de História Social e do Trabalho; sete na Revista Observatório da Universidade Federal do Tocantins – UFT em parceria com a Universidade Estadual Paulista – UNESP; um na Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e 22 na revista Contribuciones a las Ciencias Sociales da Universidade de Málaga, na Espanha. Somam-se a estas, duas outras publicações em livros, sendo um capítulo de abertura do livro-coletânea *Trabalho Escravo Contemporâneo reflexões e militância do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán* e outro, no livro *Discussões Contemporâneas sobre Trabalho Escravo – teoria e pesquisa*, organizado pelo Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo – GPTEC assentado no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos – NEPP/DH da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em 2016.

Reluzem, no interior desta tese, elementos construídos durante a pesquisa realizada no mestrado em História do Brasil, que resultou na dissertação: *Escravidos do Carvão: historiando identidades e memórias em Açailândia/MA no tempo presente*.¹⁸⁵ Desta nasceu o imaneente desejo de estudar o fluxo migratório dos trabalhadores da região¹⁸⁶ para o Estado do Pará, também por isso, desde aquela época, temos acompanhado um grupo de trabalhadores egressos da escravidão por dívida, atendidos pelo CDVDH/CB. Motivação esta, que nos levou à geografia para o aprofundamento e ampliação da temática no doutorado, demandando um

¹⁸⁵SOARES, Fagno da Silva. **Escravidos do carvão: historiando identidades e memórias em Açailândia-MA, no tempo presente**. 2012. 300p. Dissertação. [Mestrado em História do Brasil], Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí-UFPI, Teresina, 2012.

¹⁸⁶Acerca do conceito de região, destacamos a reflexão madurada expressa nas obras, SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1991. / SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1997. / SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. Aditamos também, CORRÊA, Roberto Lobato. **Região: um conceito complexo**. In.: Região e organização espacial. 7. Ed. São Paulo: Ática, 2000. / COSTA, Rogério Haesbaert. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. / GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In.: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. [Org.]. **Geografia: conceitos e temas**. 15ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, pp. 49-76. / JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. O objeto em fuga: algumas metamorfoses do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados: 2008, p. 55-67. / SANTOS, Milton. Região: globalização e identidade. In.: LIMA, Luiz Cruz [Org.]. **Conhecimento e reconhecimento: uma homenagem ao geógrafo cidadão do mundo**. Fortaleza: Eduece/LCR, 2003, p. 53-64.

esforço interdisciplinar na análise dos processos de territorialização, o que não seria possível sem as chaves explicativas do viés geográfico, tendo nos permitido uma análise um tanto mais completa das relações espaciais, entremeadas pelas narrativas, permitindo o fluir geográfico de uma história oral no campo da geografia humana.

Consustanciamos uma discussão histórico-geográfica da noção de territorialidade migratória proposta por Maria Aparecida de Moraes Silva,¹⁸⁷ inspirada em Laurent Faret¹⁸⁸ e desenvolvida na tese de André Eduardo Silva,¹⁸⁹ considerando as reflexões sobre territórios-rede assentadas na propositura de Haesbaert.¹⁹⁰ Neste sentido, as narrativas dos protagonistas neste estudo e suas dimensões identitárias emergiram nas entrevistas da análise de seu processo de desterritorialização,¹⁹¹ ou seja, a ‘exclusão sócio-espacial’¹⁹² no Maranhão, levando-os a migrar e [re]territorializar-se no Estado do Pará, dando a ver o complexo processo de multiterritorialidades por eles forjadas. Para tanto, apoiamo-nos em Haesbaert para compreender a multiterritorialidade, a partir do intercruzamento território-territórios, percebemos a

[...] existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade”.¹⁹³

¹⁸⁷MORAES SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. **Cadernos CERU**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 165-180, junho, 2008.

¹⁸⁸FARET, Laurent. **Les territoires de la mobilité: migration et communautés transnationales entre le Mexique et les États-Unis**. Paris CNRS Ed., 2003.

¹⁸⁹Pesquisa de doutoramento acerca das territorialidades e redes de migração dos trabalhadores maranhenses do município de Timbiras/MA que migraram para os canaviais paulistas nas cidades de Gariba/SP e Pradópolis/SP. DA SILVA, André Eduardo Ribeiro. **Territorialidades e redes da migração maranhense nos canaviais paulistas**. 2012. 262p. Tese [Doutorado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

¹⁹⁰Referenciamo-nos, nas reflexões acerca de territórios-rede e multiterritorialidade desenvolvidas por HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade**. 7ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. / HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 3ª ed., São Paulo: Contexto, 2012. / HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede ‘gaúcha’ no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

¹⁹¹Traz um balanço crítico acerca do tema nas palavras do autor, HAESBAERT, Rogério. **O mito da Desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

¹⁹²Nos termos do autor a desterritorialização constitui-se na exclusão sócio-espacial, vide HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In.: SANTOS, Milton [Org.]. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Niterói: PPGG/UFF, AGB, 2002, p. 36.

¹⁹³HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade**. 7ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 344.

Nestes termos, a desterritorialização não se configura tão somente na perda ou ‘extinção de territórios’, mas na incompreensão do experimentar diferentes territórios a um só tempo, “[...] mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo”,¹⁹⁴ são relações de poder que têm marcas na espacialidade de cada grupo social. Deste modo, as “[...] redes, em diferentes níveis, precisam se territorializar, ou seja, necessitam da apropriação e delimitação de territórios para sua atuação”,¹⁹⁵ considerando as intrínsecas relações entre território e identidade. Do mesmo modo, discutimos filigranadamente os conceitos de território, territorialidades e migração à luz da ciência geográfica, cotejando-os o que nos levou apropriarmos o relevo das reflexões acerca da territorialidade migratória de que nos fala o geógrafo André Eduardo Silva em sua tese. Nestes termos, pretendemos lançar novas perspectivas de análise e reflexão, a este candente objeto de estudo.

O mote geográfico deste, centra-se nas abordagens e concepções de território contidas nas reflexões de Haesbaert, que articula diferentes dimensões ao território,¹⁹⁶ das quais alinhamos ao clássico conceito thompsoniano de ser social e experiência vivida,¹⁹⁷ bem como, às pertinentes reflexões acerca das táticas e estratégias em Michel de Certeau,¹⁹⁸ nos foi servível para acessar às práticas cotidianas de resistências de nossos sujeitos geográficos com suas diferentes formas de [sub]invertê-las, nos fazendo evocar um adágio popular “*o preto velho nos ensina a ser ladino sem deixar de ser boçal*”.¹⁹⁹

¹⁹⁴Idem. O mito da desterritorialização e as “regiões rede”. In.: Congresso Brasileiro de Geografia, 1994, Curitiba. **Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia**. Curitiba: AGB, 1994, p. 214.

¹⁹⁵Ibid., p. 209.

¹⁹⁶A este respeito, ver HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multi-territorialidade**. 7ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. / HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede ‘gaúcha’ no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997. / HAESBAERT, Rogério. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In.: Lopes, L. e Bastos, L. [org.] **Identities: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

¹⁹⁷Sobre o assunto, valemo-nos de THOMPSON, Edward Palmer. Exploração. In.: **A formação da classe operária inglesa II: a maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁹⁸A definição de tática e estratégias, nos termos de Michel de Certeau são invenções e práticas cotidianas do que ele chama de *táticas de resistência, maneiras de fazer, astúcias sutis e artes do fazer* em que o *homem ordinário* utilizar-se para escapar e [re]apropriar-se criativamente do espaço social que lhe é imposto. Estes conceitos são atravessados pela influência de Michel Foucault e Pierre Bourdieu na obra, CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

¹⁹⁹Os pretos-velhos são divindades anciãs da umbanda, em sua fase terrena foram africanos escravizados. Estão para os ancestrais africanos, assim como o caboclo está para a ancestralidade indígena. São entidades personificadoras da experiência, contadores de histórias de cativo. A grosso modo, podemos afirmar que os escravos chamados de ladinos, nascidos no Brasil, detinham o domínio sobre o idioma e o conhecimento sobre a cultura brasileira, ao contrário dos boçais, recém-chegados da África, ainda não possuíam o domínio da língua portuguesa, tampouco dos costumes locais.

É nesta perspectiva que se inscreve este estudo, e assim nos empenhamos a fazê-lo como em uma ópera, cantada lamuriosamente por seus barítonos, tenores e sopranos da vida real, que entoaram em narrativas fragmentos de suas histórias de vidas no teatro da sociedade. Nossos atores sociais, mártires da resistência, evocam memórias que [re]constroem cenas e cenários do espetáculo da vida real, com as quais o corpo reage e fala como em um *déjà vu*, fazendo-lhes [re]sentir medos e dores na invocação de suas memórias traumáticas. Entre o esquecer, o partilhar e o silenciar, estes optaram por compartilhar suas memórias subterrâneas,²⁰⁰ e fazê-las um *libreto*, um canto de libertação.

* * *

Durante o cumprimento dos créditos obrigatórios do doutorado, cursamos algumas disciplinas, imprescindíveis à construção desta tese, a saber:

Escrever a História da Geografia Moderna. Questões Epistemológicas, Problemas Historiográficos, ministrada pelo Prof. Dr. Jean-Marc Besse do Panthéon-Sorbonne, que magistralmente discutiu os regimes de historicidade e a escrita da geografia moderna, acompanhado pela Profa. Dra. Iris Kantor. O curso foi desenvolvido a partir de três conferências. A primeira conferência, *Regimes de historicidade e regimes de geograficidade: O impacto das abordagens espaciais na escritura da história dos saberes*. A segunda, *Grandezas da terra: novas questões sobre a geografia moderna [XVI-XVIII]*. E por fim, a terceira conferência, *Totalidade e dispersão. O Atlas e as figuras da racionalidade na época moderna*. De modo geral, tais conferências, objetivaram sintetizar as práticas historiográficas e as questões contemporâneas e seus impactos sobre o modo de escrever a história da geografia, a partir das problemáticas pós-coloniais e da emergência de novas escalas de análise na compreensão dos fenômenos geográficos e históricos.

Pesquisa em Geografia: Método e Projeto, ministrado pela Profa. Dra. Rita de Cássia Ariza Cruz. O curso altercou questões pertinentes à identificação de um problema, a construção de hipóteses, a definição de objetivos e a escolha dos fundamentos teórico-metodológicos relacionados à geografia humana, visando analisar a operacionalização dos projetos de pesquisa e assim, instrumentalizar a [re]construção com as chaves espaciais idiossincráticas a cada pesquisador. O curso foi assentado sobre seis eixos temáticos, que versaram sobre: a introdução à pesquisa em geografia, com ênfase em geografia humana; os

²⁰⁰POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, 1992, p. 204.

fundamentos teórico-metodológicos; as categorias de análise e a operacionalização de conceitos em geografia; leitura crítica e análise de textos de história do pensamento geográfico e epistemologia em geografia humana; os instrumentos/procedimentos investigativos aplicados à geografia e, por último, a [re]construção de um projeto de pesquisa [problema/hipóteses/variáveis/objetivos]. Ao término do curso, realizamos seminários dos projetos que foram detidamente analisados.

O curso *Problemas Atuais da Geografia Cultural* ministrado pelo Prof. Dr. Eduardo-Henriques Brito do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa teve como questão central dar a conhecer as abordagens surgidas na Geografia Cultural depois dos anos 1980, com a chamada Nova Geografia Cultural e suas intrínsecas relações com o econômico, o social e o político, a convite do Prof. Dr. Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde. Interessou-nos, mormente, as reflexões acerca das identidades numa perspectiva relacional e contingente, que não são vistas como fixas nem imanescentes, mas sim, como realidades contingentes e negociadas na vida social, ou seja, realidades que partem de dados do mundo físico, os quais são depois codificados e dotados de sentido na relação dos humanos uns com os outros. Vistas nesta perspectiva relacional, as identidades surgem como algo sempre em permanente formação e mutação, mais em fluxo do que estáticas, com fronteiras porosas através das quais perpassam trocas culturais.

Por fim, o curso *Agricultura e Capitalismo no Brasil*, ministrado pelo Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino. No transcurso da disciplina, discutimos as correntes teóricas de desenvolvimento do capitalismo e de suas influências na agricultura brasileira e suas ressonâncias na América Latina, com o intento de compreender a agricultura sob diferentes modos de produção, considerando a análise dos movimentos sociais, a reforma agrária, lutas pela terra e nas formas particularmente violentas de resposta do Estado. Novelados num debate franco e fecundo, nalguns momentos insólitos, mas marcados por certa agudeza teórica na busca de verdades inéditas e/ou insuspeitas, de que lhe foi própria durante todo o curso.

Somente depois de concluídos os créditos obrigatórios, foi-nos possível reunir todo o arcabouço documental e bibliográfico da pesquisa que nos permitiu avançar no trabalho de campo para posterior construção de seus mapas, gráficos, quadros e tabelas e, por conseguinte, iniciar a escritura desta que começou a ser nitidamente desenhada, a partir, da estruturação do sumário. Neste ínterim, passamos a integrar o quadro de pesquisadores do Grupo de Pesquisa História do Tempo Presente na Amazônia, da Universidade Federal do Pará – UFPA, sob a

coordenação do Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha, ao passo que, assumimos a Cadeira 12 da Academia Açailandense de Letras – AAL e, posteriormente, sua presidência no biênio 2014-2015. E em 2017, participamos, durante 14 dias da Escola Doutoral Internacional, que se constitui um seminário avançado de pós-graduação no formato de disciplina acadêmica concentrada interinstitucional com aulas concentradas em módulos, com duas visitas técnicas em comunidades quilombolas, grupos de estudos com defesas de projetos de pesquisa, aulas-conferências e seminários temáticos com professores da Alemanha, Brasil, Itália, Estados Unidos e Senegal durante a XVIII Fábrica de Ideias com o tema “Patrimônio, Desigualdade e Políticas Culturais”, ligado Centro de Estudos Africanos e Afro-Orientais – CEAO, vinculado ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Em experiência semelhante e não menos produtiva, foi a nossa participação no mesmo ano, na Escola São Paulo de Ciência Avançada – ESPCA em Metodologia em Ciências Humanas no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, realizado na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, num grupo de 100 pesquisadores, destes 50 eram de diferentes nacionalidades.

A pesquisa que ora apresentamos, gestada à baila das problematizações teórico-empíricas da escravização contemporânea,²⁰¹ aponta caminhos e perspectivas de análise e

²⁰¹Há uma disputa conceitual em torno da definição de uma expressão mais adequada ao fenômeno em questão. Diante disto, utilizamos nalgumas passagens da tese, a expressão *escravização contemporânea*, fazendo referência ao caráter temporário desta nova velha face da escravidão atual, considerando as similitudes e umbilicalidades deste fenômeno antinatural entre o passado e o presente sem perder de vista, os riscos e pegas do anacronismo, uma vez que, estes homens em mulheres não são/foram escravos/as, mas escravizados/as. Noutras, nos apropriamos do adjetivo – contemporâneo – na forma de *escravidão contemporânea* e *trabalho escravo contemporâneo* para assim, diferenciar da escravidão greco-romana, bem como, da escravidão moderna/colonial, a que foram submetidos os povos africanos, e em menor número, alguns povos indígenas nas Américas. Neste sentido, encontramos diferentes denominações na tentativa de designar o fenômeno, a exemplo de *escravidão temporária* presente nos estudos de José de Souza Martins, *escravidão por dívida* empregada pelos antropólogos Neide Esterici e Ricardo Rezende e *escravidão contemporânea*, expressão recorrente nos documentos da Comissão Pastoral da Terra – CPT, tratam-se das expressões mais usuais e benquistas entre os teóricos das ciências humanas. Outra expressão de cunho incisivamente mais técnico, que as anteriores para este fenômeno, foram forjadas no campo do direito, que coaduna com o artigo 149 do Código Penal, por evidenciar que o trabalhador não é escravo, mas posto à/ou redução a *condições análogas à de escravo* e *trabalho em condições análogas à escravidão*, dentre outras derivações e expressões correlatas utilizadas pelos operadores do direito. No âmbito mundial, a Organização Internacional do Trabalho – OIT utiliza a expressão *trabalho forçado* como sinônimo de degradante e destaca ser um fenômeno global e multifacetado que envolve desde servidão por dívida, tráfico de pessoas e formas variadas de escravidão contemporânea. Ademais, expressões como trabalho indigno ou mesmo superexploração do trabalho, caracterizam o descumprimento da norma trabalhista, porém não dá conta de explicar a dimensão do fenômeno e sua atual operaciodade. Por fim, a expressão *escravidão branca* empregada por Binka Le Breton, é deveras *strictu sensu*, limitada, imprecisa e inadequada como definição conceitual. O mesmo se aplica a *semiescravidão*, *trabalho indecente*, expressões sem efeito para denotar o fenômeno que se propõe. A respeito desta disputa conceitual, tratamos em três artigos de nossa autoria, publicados em: SOARES, Fagno da Silva. Para além de uma disputa conceitual: trabalho, escravidão, escravização à guisa dos estudos históricos. In.: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna [Org.]. **Discussões contemporâneas sobre trabalho escravo: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, pp. 275-301. / SOARES, Fagno da Silva. Por um conceito de escravidão contemporânea: uma disputa conceitual à baila dos estudos históricos. In.: ZAPAROLI, Witembergue

reflexão, a luz da ciência geográfica sob o viés das relações/transformações do homem espacializado, ator de nossa análise acadêmica, com porosidades que lhes são próprias em seus contornos e matizes sócio culturais. Trata de fragmentos de histórias de camponeses em sua maioria maranhenses que, em face da expropriação da terra, buscam no trabalho assalariado, sua sobrevivência e a de seus familiares. Neste sentido, a proletarianização, opera na limiaridade social.

* * *

A tese está arquitetada em três capítulos estruturados, fazendo alusão às estações ferroviárias da Estrada de Ferro Carajás e ao trem da Vale que corta os Estados do Maranhão e Pará, carregado de pessoas, sonhos e histórias. Seguem filigranados, um breviário dos capítulos que desejam grassar como flechas de muitas aljavas, a saber:

Introdução: **Faz-se geógrafo, geografando:** *flanando entre a geografia e a história* - realizamos um balanço do nosso percurso intelectual do fazer-se geógrafo, numa espécie de *ego-história*²⁰² recorrendo a uma *écriture de soi*,²⁰³ durante a elaboração e execução do projeto, bem como um breve relato do *mise en scène* da pesquisa, da escolha das ferramentas e pressupostos teóricos que nortearam a aplicação dos métodos e técnicas e uma sucinta descrição da metodologia adotada, em que pesa a verificação das hipóteses formuladas, a caracterização dos sujeitos e a tipologização, o trato das fontes utilizadas e suas pertinências, para responder os objetivos inicialmente propostos. Somam-se a isto, a justificativa e adequação do estudo à linha de pesquisa do programa. Por fim, falamos dos desafios encontrados durante a pesquisa e feitura da tese, sintomaticamente, na opção pelo poliédrico conceito ‘escravos/escravizados por/pela dívida’, uma patologia socioeconômica do sistema capitalista, com suas [re]apropriações de reprodução, a partir de diferentes formas não-capitalistas de expansão, a

Gomes; SILVA, Fabrícia Carvalho da [Orgs.]. **Trabalho escravo contemporâneo: reflexões e militância** do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos – Carmen Bascarán. Imperatriz: Editora Ethos, 2015, pp. 21-51. / SOARES, Fagno da Silva; FERRERAS, Norberto Osvaldo. Por um outro conceito de escravidão contemporâneo: reflexões historiográficas acerca dos conceitos. **Revista Santo Agostinho**. Teresina, v. 13, n. 4, jul./ago. 2016, pp. 161-186.

²⁰²Termo composto, cunhado por Pierre Nora, configura-se numa construção narrativa autobiográfica como sendo de outrem, aplicando o máximo de distanciamento possível. Sobre este assunto, Nora fornece valiosa e original contribuição na obra NORA, Pierre [Org.]. **Ensaio de ego-história**. Lisboa: Edições 70, 1989.

²⁰³Expressão francesa forjada por Michel Foucault, compreende uma forma discursiva autonarrativa, para quem o ato de escrever é também um mostrar-se aos outros. Neste sentido, o ato de escrever é em grande medida, uma prática confessional. Para mais, vide FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **O que é um autor?** Lisboa: Passagens. 1992, pp. 129-160. Reapropriada por pesquisadores brasileiros, como *escrita de si*, a exemplo da coletânea: GOMES, Angela de Castro [Org.]. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

exemplo do processo de escravização contemporânea dos camponeses²⁰⁴ na Amazônia brasileira.

Estação I: **Escravizados na Amazônia:** *juquirando sonhos ucrônicos nas senzalas da floresta* - o capítulo traz um debate conceitualmente fecundo acerca da escravidão por dívida no Brasil por um viés político-jurídico, geográfico e sociológico à baila da história social do trabalho, bem como, o delineamento espacial e a identificação dos protagonistas deste estudo. Tomamos, problematizadamente o temário da escravização contemporânea em analogia aos mitos da Esfinge e da Fênix, em seu caráter enigmático e infindo respectivamente, operados na lógica da reprodução ampliada do capital. A rigor, pontuamos que a expressão trabalho escravo contemporâneo, é ainda conceitualmente frágil para dar conta de toda complexidade sócioeconômica e histórica, que envolve o tema, daí os embates e disputas conceituais tão prementes. Ademais, realizamos uma breve contextualização dos estudos sobre a escravidão contemporânea na Amazônia, a partir da imersão na análise e particularmente no cruzamento dos dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT, com a Comissão Pastoral da Terra – CPT, e com relevante acervo, atuação e histórico do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB à luz da abordagem geográfica, considerando as dimensões históricas desta complexa temática. O capítulo/estação está cindido em duas seções, sendo a primeira designada ao debate acerca da polissemia do trabalho escravo contemporâneo. À seção derradeira, cujo objetivo inicial era destrinçar a espacialização do capital na Amazônia brasileira à guisa dos estudos geográficos, para explicar o trabalho escravo contemporâneo, deu lugar as falas de agentes defensores dos direitos humanos. Desta forma, o debate inicialmente a respeito da espacialização do capital, fora diluído ao longo dos capítulos seguintes, explicando o contexto das relações de produção e reprodução do capitalismo, coadunando a espacialização do capital com o trabalho escravo contemporâneo na Amazônia. Esta primeira estação encerra-se, com um breve epílogo com algumas entrevistas que dão a ver, complexidade da temática em cena.

²⁰⁴ A respeito do sempre candente debate acerca do camponato, vale destacarmos a reflexão a partir das seguintes obras, vide: CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985. / MARQUES, Marta Inez Medeiros. A Atualidade do conceito de camponês. **Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa: 2002. / MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986. / MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010. / OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. / PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: EdUNESP, 2006. / SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista. **CEBRAP**. São Paulo: Brasileira de Ciências, N°. 26, 1980.

Estação II: **Caleidoscópio de Gaia: esquadrinhando migração e identidades fronteiriças** - tem como mote precípuo a análise dos conceitos de migração e identidade que emergem das narrativas de nossos *sujeitos na/de fronteira*, enquanto condição de organização socioespacial; tomamos como elã, o processo de formação das redes de migração, a partir do conceito territórios-rede desenvolvido por Haesbaert para quem o território, a [des/re]territorialização e a multiterritorialidade são caminhos possíveis para o entendimento das labirínticas relações espaciais na/da sociedade contemporânea.²⁰⁵ Posto isto, compreendemos a migração enquanto processo histórico, geográfico e sociológico cujas bases heterogêneas invariavelmente alargam as fronteiras ao tempo que forjam identidades e diferenças. Rompendo assim, com uma representação que se quer, por muitos homogeneizadora dos migrantes e de suas razões migratórias, por uma visão mais holística de migração.²⁰⁶ Soma-se a isto, o papel dos fluxos migratórios na dinâmica espacial da região e, por conseguinte, o lugar dos Estados do Maranhão e do Pará na reprodução do trabalho escravo contemporâneo no Brasil. Outrossim, exploramos o conceito de fronteira²⁰⁷ em José de Sousa Martins e suas contradições para discutimos os impactos gerados pela implantação do Programa Grande Carajás na região. Tratamos neste, a análise de fotos, elementos e histórias narradas por nossos sujeitos migrantes entre a região de origem e de destino,²⁰⁸ traduzindo em alguns mapas que produzimos e outros que extraímos do Atlas do Trabalho Escravo no Brasil,²⁰⁹ que trazem os

²⁰⁵HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade**. 7ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

²⁰⁶Tomamos como referência os estudos de Idelma Santiago, que defende a tese da etnicização do ‘maranhense’ no sudeste do Pará, resultado do processo de controle da expropriação socioespacial, para quem a identidade maranhense no sudeste do Pará tem sido permanentemente estereotipada como forma de dominação exclusão socioespacial, a saber: DA SILVA, Idelma Santiago. **Fronteira cultural: A alteridade maranhense no sudeste do Pará [1970-2008]**. 230f. Tese [Doutorado em História]. Universidade Federal de Goiás. Goiânia; 2010.

²⁰⁷A respeito deste conceito, apoiamo-nos em MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora de Ciências Humanas/USP, 1979. / MARTINS, José de Souza. **Fronteira - a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

²⁰⁸Com relação ao lugar de destino, a cidade de Marabá/PA, a pesquisadora Idelma Santiago, considera que a “[...] migração alargou as fronteiras da cidade e ao mesmo tempo dividiu-a nas diferenças que descentrou qualquer tentativa de uma representação única e homogênea”, vide DA SILVA, Idelma Santiago. **Migração e cultura no sudeste do Pará: Marabá [1968-1988]**. 2006. 188f. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal de Goiás. Goiânia; 2006, p. 26.

²⁰⁹Para além do objetivo de compreender o trabalho escravo contemporâneo no Brasil, em sua dimensão espacial, fez-se uma composição diagnóstica, através da análise dos dados, e demais indicadores de regiões em situação de vulnerabilidade ao aliciamento e de maior probabilidade de ocorrência da prática. Deste conjunto, se compôs o Atlas do Trabalho Escravo no Brasil, por equipe de geógrafos, visando contribuir com estes dados à formulação de políticas públicas de combate ao trabalho escravo contemporâneo no país. Para a elaboração dos mapas, a equipe realizou o levantamento e sistematização de um conjunto de dados fornecidos pela Comissão Pastoral da Terra – CPT e pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, cruzando-os, a partir de três eixos principais, a saber: a violência, o econômico e o social tomando como referência os índices de probabilidade e vulnerabilidade à escravidão, naturalmente focais, nas regiões ocorrências do fenômeno, explicitando os lugares de origem e destino dos trabalhadores/as. A grosso modo, os dados gerais utilizados na pesquisa para elaboração do Atlas, foram: 44.425 trabalhadores/as libertados/as pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE entre 1995 e 2012 e o um total de 165.808 trabalhadores do conjunto de denúncias à CPT entre 1986-2012. Para mais informação,

fluxos de origem e destino, bem como, os índices de probabilidade e vulnerabilidade à escravidão, dentre outras características deste tipo de migração e inúmeras outras informações, a respeito do trabalho escravo contemporâneo no Brasil. Por fim, para acessar os discursos de representação produzidos acerca da região, que se querem dominantes pelos grupos político-econômicos locorregionais, tivemos que estabelecer diálogo com excertos de hinos e poesias, utilizamos também passagens de obras de memorialistas²¹⁰ e poetas, que nos pareceu uma boa trilha, mesmo as conversas aparentemente despretensiosas e informais que mantivemos com outros trabalhadores, patrões, fazendeiros e defensores dos direitos humanos e até aspirantes a ‘gatos’, trouxeram pistas importantes às nossas reflexões, na captura de elementos identitários e algumas representações possíveis da cidade e região espelhadas em prosa, verso e narrativa oral.

Estação III: Narradores de Atlas: *geografando histórias de vida nos palimpsestos da memória* - dedicada ao estudo das relações imbricadas e dialética entre memória e espacialidade, a partir da análise dos relatos coletados, objetivando geografiar as memórias e experiências migratórias de lutas e resistências contra a exploração e pobreza, forjadas por estes trabalhadores e suas intrínsecas relações com o território e a migração temporária, enquanto categorias geográficas para compreender o processo de escravidão por dívida, tendo como teoria maior, a noção de territorialidade migratória, acessada através das narrativas construídas pelos protagonistas deste estudo e suas dimensões identitárias forjadas no processo de [des/re]territorialização vivido por nossos sujeitos histórico-geográficos, enquanto combates pela memória espacializada da migração resultante das contíguas interações socioespaciais. Amalgamamos, pois, a atuação de uma das mais importantes instituições do Brasil, no enfrentamento à escravidão por dívida, sobretudo, na região das Amazônias Paraense e

inclusive acerca das ferramentas cartográficas utilizadas, vide: THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida; GIRARDI, Eduardo Paulon; HATO, Júlio Takahiro. **Atlas do trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra, 2012, p. 26.

²¹⁰São escritos de autores locais que se utilizam de fontes e ferramentas variadas de pesquisa, para a construção de suas narrativas que se pretendem autobiográficas, literárias ou mesmo histórica. Para isto, valem-se de sua vivência pessoal e de práticas da oralidade, sobre as quais constituem obras sobre suas cidades e regiões. Vale ressaltar que em geral, a maioria destes autores não deter as ferramentas teórico-metodológicas próprias do campo historiográfico para a realização de seus estudos, mas há de se dizer, que em alguns casos, estas obras constituem a única fonte em livro de pequenos municípios brasileiros. Neste sentido, faz-se mister afirmarmos que no caso dos memorialistas de Açailândia, são poucas e esparsas obras. Estas por sua vez, naturalmente não se valeram do *modus operandi* do fazer acadêmico, de forma sequer a indicar os arquivos pesquisados, as fontes consultadas e as referências utilizadas, também por isso, é comum a distinção clara entre uma pesquisa historiográfica de um trabalho memorialístico, sendo o primeiro uma prática metódica de análise e interpretação das fontes. Apesar disto, estamos convencidos de que o segundo, serve dadas as devidas considerações, caso a caso, como substrato à análise histórica, visto que, não podemos ignorar a importância do conjunto das produções memorialísticas à compreensão da historicidade local, sobretudo, nas cidades pequenas.

Maranhense, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB, como ponto de partida para nossas reflexões que reverberaram sonasticamente da análise acuidada de extratos narrativos de nossos sujeitos geográficos em suas experiências vivenciais e redes, com articulação escalar local-regional com diálogo nas escalas nacional, e por vezes, internacional.

Destarte, deixamos o objeto falar através das fontes orais levando-nos às documentais que foram judiciosa e circunspectamente classificadas, sistematizadas e analisadas ao longo de todos os capítulos/estações, concatenados por conceitos-chave,²¹¹ fundamentais à compreensão dos dados empíricos. Sendo a categoria geográfica território e os conceitos de migração[s] e fronteira[s], o mote do primeiro e segundo capítulo, respectivamente. O terceiro e último, faz um debate geográfico acerca das territorialidades migratórias, categoria analítica de fôlego que ocupa papel importante na tese, emergida nas narrativas de nossos protagonistas como chave explicativa para este estudo. Fomos guiados por incursões de caráter descritivo/analítico e compreensivo/interpretativo, sem qualquer *parti pris*, valorizando as histórias de vida e o papel dos sujeitos individual e coletivamente na construção simbólica e material de sua realidade, que fizeram emergir elementos intersubjetivos da experiência, que foram *sine qua non* à compreensão da formação das redes e das territorialidades migratórias, enquanto cambiantes, plurais e labirintícas.

Já o epílogo denominado de Última Parada: **O devir, o tornar-se o que se é: escravizados sim, escravos nunca!** - traz o escopo acabativo da tese, sem ambicionar uma visão com algum sentido conclusivo sobre o tema, aborda e recupera os objetivos da pesquisa, extraíndo a essência conjuntural deste candente objeto de estudo e suas perspectivas de reflexão e aprofundamento, a partir da acuidosa análise dos dados levantados na pesquisa de campo, retomando a hipótese central em suas variáveis testadas conceitual e empiricamente, ou seja, seguimos os aspectos observáveis do fenômeno estudado, buscando respostas para a problemática bussolar à nossa pesquisa. E mesmo diante de um tema de tamanha abrangência e complexidade, do qual não ousamos açambarcar, tão pouco exaurir. Fomos capazes de trilhar por outros caminhos possíveis de análise, os quais ainda se apresentavam lacunares. É nesta senda que surge o nosso contributo ao geograficizar²¹² a escravidão por dívida, através de fragmentos de memórias de homens que buscam respeito e dignidade ao narrarem suas histórias, fazendo-nos rememorar a assertiva poética, apresentada por Eduardo Galeano no

²¹¹BARROS, José D'Assunção. **Os conceitos:** seus usos nas ciências humanas. Petrópolis: Vozes, 2016.

²¹²SANTOS, Milton. **La nature de l'espace l'espace:** technique et tempos, raison et emotion. Paris, 1997, p.113.

lançamento de sua última obra, *Os Filhos dos Dias* em 2012, entusiasticamente declamou “os cientistas dizem que somos feitos de átomos, mas um passarinho me diz que somos feitos de histórias”.²¹³ Somos verdadeiros caleidoscópios de histórias fractadas por memórias, cada narrativa corresponde a um giro no caleidoscópio, permitindo-nos ver o inaudito e ouvir o invisível pelas sendas da memória, para discutirmos elementos conjunturais e perspectivos.

Entrementes, desejo boas-vindas a todos e a cada um que se faz[em] a bordo deste trem da *geografia humana*, que parte de Açailândia/MA rumo a Marabá/PA. Faremos uma intrigante e reveladora viagem no trem da vida por entre as aventuras e desventuras de nossos incautos guerreiros, através das páginas que se seguem. Posto isto, apresentamo-lhes, pois, em cena contemporânea, histórias de vidas de homens, verdadeiros heróis que ousaram vislumbrar para além da realidade imposta e, ao aprender, também nos ensinaram que outra realidade é possível. Por isso, tão generosamente partilharam conosco suas memórias e substratos, por acreditar que estas sejam capazes de alguma forma de ajudar a romper com o ciclo da escravização e seu papel na construção de novos territórios. Foi também com este desiderato que construímos este estudo, numa escrita a contrarrelevo, portando um obsedante desejo de que este possa ressoar para além da academia, como numa espécie de libelo em defesa destes/as e de outros/as trabalhadores/as escravizados/as. Esta narrativa geográfica, a isto se propõe, mirando no *ex libris*²¹⁴ de Mindlin que afirmava ‘*je ne fay rien sans gayeté*’, traduzível em, não faço nada sem alegria e sem motivação. E com este afã, esperamos poder solapar outros espaços e outros tempos para compreender um outro homem, seguindo a trilha de Thompson para quem “o que se requer é uma história que leve à ação; não para confirmar, mas para mudar o mundo”.²¹⁵ E assim, guardamos o desejo de que esta tese encontre outras ressonâncias para para além da academia. Contrariando a conclusão dita a Pedro por seu amigo Raul Seixas: “É que tudo acaba onde começou”.²¹⁶ Evoé!²¹⁷

²¹³GALEANO, Eduardo. **Os filhos dos dias**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

²¹⁴Expressão latina, cujo significado literal é ‘dos livros de’, utilizada para indicar a quem pertence um livro ou associar a biblioteca de origem com inscrições bibliográficas do tipo brasão, selo, alegoria, logotipo, citação ou lema. Também é aplicado como efígie de um lugar e, destarte, diz-se que ‘o Cristo Redentor é o *ex libris* do Rio de Janeiro’. O *ex libris* utilizado por Mindlin tem inspiração em Michel de Montaigne.

²¹⁵THOMPSON, Paul. História e comunidade. In.: **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, pp. 20-45.

²¹⁶SEIXAS, Raul. Meu amigo Pedro. In.: SEIXAS, Raul. **Há 10 mil anos atrás**. São Paulo, Philips – Phonogram, 1976, LP, Lado A, faixa 2, 4: 49.

²¹⁷O termo da mitologia clássica, utilizado pelas sacerdotisas como evocação do deus Dionísio ou Baco. Empregamo-nos aqui, num sentido *stricto sensu*, como brado de alegria de se fazer o que se gosta.

Poema a Antônio Gomes

[...] Sou Antônio,
Antônio Gomes,
Antônio Pedra.
Moro na periferia,
As margens da agonia,
Perto do barulho do trem de ferro,
Trem de escuridão.

Escravocratas não passarão!
Pedi emprego, me algemaram.
Pedi salário, me jogaram em um curral.
Não tenho vergonha de dizer que preciso
trabalhar, mas não na escravidão.
Escravocratas não passarão! [...]

Xico Cruz

MORSIS FILHO
2015

Escravizados na Amazônia:
Juquirando sonhos ucrônicos nas senzalas da floresta

ESTAÇÃO I: TERRITÓRIOS

ESCRAVIZADOS NA AMAZÔNIA Juquirando sonhos ucrônicos nas senzalas da floresta

*Senhor Deus dos desgraçados! Dizei-me vós, Senhor Deus! Se é loucura... se é verdade. Tanto horror perante os céus?! [...]. Ontem simples, fortes, bravos. Hoje míseros escravos, sem luz, sem ar, sem razão [...]*²¹⁸

Castro Alves, O Navio Negreiro, 1868.

*[...] Em tal contextualização, que remonta aos tempos em sucessão, os homens foram criando,[re]inventando formas de subordinação e sujeição, de uns homens a outros homens, através da escravidão... [...]Em faces dadas de tal hodierna realidade, em produções artesanais, industriais e na agricultura disseminadas por campos e cidades, a escravidão ainda impera e se apura renitente, persistente, cruel e dura... A escravidão hodierna não é, portanto, apenas um conto de caserna. Ela se aloja, de modo atido, ativo, ambíguo, subreptício, mas repetido das épocas mais ancianas até as eras modernas e contemporâneas. [...] ou a sociedade se desfaz dessa vergonha, dessa brutal perversidade ou a escravidão devora os homens, a sociedade.*²¹⁹

Luiz Carlos Flávio, Escravidão Hodierna, 2016.

*Defender a vida onde for mais ameaçada e os direitos humanos onde sejam menos reconhecidos, com atenção privilegiada às pessoas mais pobres, exploradas e oprimidas.*²²⁰

CDVDH/CB, Estatuto da Entidade, 1996.

²¹⁸ALVES, Castro. **Os melhores poemas de Castro Alves**. São Paulo: Global, 1983, p. 96.

²¹⁹Fragmento do poema Escravidão Hodierna do geógrafo Luiz Carlos Flávio que, de nosso fortuito encontro, gentilmente o produziu para o nosso estudo. É autor do livro *Geografia em poesias: tempos, espaços, pensamentos* publicados em 2008, é também compositor e intérprete do CD *Tramas da Geografia Acústico*, lançado no mesmo ano. A versão integral do poema encontra-se em <http://www.recantodasletras.com.br>

²²⁰CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. **Estatuto 1996 e sua atualização em 2016**. Açailândia: 2016.

As três epígrafes que apresentam este primeiro capítulo traduzem bem a escravidão no Brasil, um fenômeno social que irrompe no tempo e que nos faz acreditar que persistirá transmutadamente no porvir. Temos pois, como prefacial, o poema *O Navio Negreiro – Tragédia no Mar* de 1868, escrito pelo abolicionista Castro Alves, cognominado “poeta dos escravos”, quase vinte anos depois da promulgação da Lei Eusébio de Queirós que vetou o tráfico de escravos. É certamente um dos mais notáveis da literatura brasileira com seu estilo hiperbólico, que entremeia o tétrico ao transcendente com clara referência hugoana.²²¹ O poeta narra dramaticamente episódios de uma das maiores tragédias protagonizadas na história da humanidade, o dantesco tráfico oceânico de milhões de pessoas em *tumbeiros*. Uma poesia evidentemente condoreira²²² e exclamativa com forte apelo político na luta pela abolição. A segunda epígrafe evidencia o caráter atemporal e as espacialidades da escravidão na história da humanidade, nas leituras do geógrafo Luiz Carlos Flávio. Já a terceira, trata-se da missão sobre a qual se assenta toda a ideologia que norteia os princípios que se reverberam nas práticas do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán, entidade *ad hoc*, na defesa da vida e promoção dos direitos humanos no combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil; instituição símbolo na denúncia, acompanhamento e enfrentamento a este flagelo nas senzalas das Amazônias,²²³ cujas atrocidades cometidas, que chegaram até nós pelas narrativas dos trabalhadores e mesmo na fala dos defensores dos direitos humanos, parecem beirar a ucrônia.²²⁴

As cartas pastorais do início dos anos de 1970 de Dom Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia/MT, sobretudo a publicada em 10 de outubro de 1971, por ocasião de sua ordenação episcopal a bispo claretiano, publicou sua mais emblemática Carta Pastoral, que se chama *Uma igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*,²²⁵ o que era para ele um grito profético, se constituiu um importante

²²¹Refere-se à influência do poeta e ativista dos Direitos Humanos, Victor-Marie Hugo no conjunto da obra literária do também poeta Castro Alves, turibulário confesso do autor francês, por vezes, se auto-denominou hugólatra, marcadamente influenciado pelo engajamento social hugoano.

²²²O poeta evoca o condor, cujo símbolo é a liberdade, maior ave voador do mundo, é capaz de alçar vôos em grandes alturas, símbolo pátrio da Bolívia, Chile, Colômbia e Equador. O condoreirismo é parte de um movimento literário da poesia brasileira, fortemente marcada pelo temário social.

²²³Pluralização intencional com o intento de evidenciar a diversidade sociocultural e a imensidão territorial e biogeográfica de que a compõe, aplicam-se, mormente as Amazônias Maranhense e Paraense. Optamos em não realizar um debate profundo acerca da Amazônia, por compreendermos ser este um temário de escrúncio recorrente no *melieu* dos geógrafos, sobretudo, brasileiros.

²²⁴Fazendo referência ao conhecido artigo, sobre história oral: PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memória e possíveis mundos dos trabalhadores. Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Projeto História**. Cultura e Cultura. PUC-SP, São Paulo: n. 10, 1993, pp. 41-58.

²²⁵CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. São Félix do Araguaia, 1971. Considerado como o primeiro documento oficial que denuncia o trabalho escravo

marco de denúncia e de luta contra as práticas de trabalho escravo contemporâneo na Amazônia brasileira. Para as organizações de enfrentamento ao trabalho escravo no Brasil, sobretudo as instituições religiosas, o bispo claretiano “simboliza em seu próprio aspecto a frugacidade, a simplicidade perseverante, a solidariedade, a entrega e o desprendimento”.²²⁶ Sua luta encontrou eco no papel desenvolvido pela Igreja Católica no Brasil, sobretudo a partir da criação, em 1975, da Comissão Pastoral da Terra – CPT, em Goiânia, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, cuja convocação foi realizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB no auge da Ditadura Civil-Militar Brasileira, como ação em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, posseiros, peões escravizados, deserdados da terra, dentre outros camponeses explorados pelo sistema capitalista, sobretudo na disputa pela posse da terra na Amazônia.²²⁷

Como se sabe, a temática ganhou certa visibilidade nacional e relevo social a partir da denúncia realizada pela Comissão Pastoral da Terra no início dos anos 1980, da presença de trabalho escravo há quase uma década na fazenda Vale do Rio Cristalino – latifúndio do Grupo Volkswagen em Santana do Araguaia, no Sul do Pará. Após se constatar a denúncia de que os trabalhadores eram mantidos em cárcere e em regime de escravidão na fazenda, o caso ganhou repercussão mundial. Abaixo, um trecho da narrativa de um destes trabalhadores rurais, sobrevivente da escravidão contemporânea no interior do Pará, Senhor Manuel, entrevista realizada em 1983, no município de Conceição do Araguaia/PA, e depositada do GPTEC/UFRJ.

Meu nome é Manuel. Sou natural de Couto Magalhães, Estado de Goiás. Sou solteiro. Tenho 22 anos. Em abril de 1981, vim trabalhar na fazenda Vale do Rio Cristalino, da Volkswagen. No serviço de derrubada. O empreiteiro [o ‘gato’] de nome Walte prometeu pagar Cr\$ 7.000,00 o alqueire. Chegando lá começamos a trabalhar. A água que tinha para beber era de um poço, água muito suja, com mosquito em cima. Logo todos pegamos a maleita, a febre [febre amarela]. Como não estava me sentindo bem, na metade da derrubada resolvi vim embora. Eu e mais 16 companheiros fomos procurar o pagamento. Eles não quiseram pagar. Quando a gente estava na estrada apareceu o Walte e o seu cunhado de nome Chicô armados e obrigaram nós a voltar para continuar a trabalhar. Depois disso é que a coisa ficou preta mesmo para o nosso lado. As vezes a gente ser obrigado a entrar para fazer derrubada direto de terreno que

contemporâneo na Amazônia brasileira. Trata-se de um documento-síntese, cuja reverberação era cobrir as percepções da Prelazia que como tal, coadunava com os primados da Igreja Católica na América Latina. Lançando as bases do que viria a ser os fundamentos da Comissão Pastoral da Terra em cinco anos depois. Já a respeito da escravidão contemporânea no sul do Brasil, encontramos, no acervo da hemeroteca digital Luta pela Terra, as edições do *Jornal Terra Livre* de 1954, um importante registro histórico, que traz a entrevista com dois trabalhadores sobreviventes dos campos de concentração, localizados em uma fazenda no Norte do Paraná.

²²⁶FORCANO, Benjamin; LALLANA, Eduardo; CONCEPCIÓN, José Maria; CEREZO, Maximino. [Org.]. **Pedro Casaldáliga**: as causas que imprimem sentido à sua vida – retrato de uma personalidade. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2008, p. 05.

²²⁷BOFF, Leonardo. A causa dos pobres. In.: FORCANO, Benjamin; LALLANA, Eduardo; CONCEPCIÓN, José Maria; CEREZO, Maximino. [Org.]. **Pedro Casaldáliga**: as causas que imprimem sentido à sua vida – retrato de uma personalidade. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2008, pp. 109-116.

no dia anterior tinha sido queimado. E a gente trabalhando naquele lugar quente ainda, e com malária em cima. Fui obrigado a trabalhar todos os dias, mesmo domingo, não tinha descanso. Só no mês de setembro de 1981 é que eu mais seis companheiros conseguimos vim embora. Viemos sem receber nada pelo nosso serviço. E muito doente. Eu estava só um restinho.²²⁸

Outro caso emblemático, ocorrido em período anterior, mais precisamente em 1974, foi a queima de 60 trabalhadores rurais, mantidos como escravos na fazenda Bradesco em Conceição do Araguaia/PA,²²⁹ conforme já dito na introdução. Desde então, passaram a ocorrer denúncias e fiscalizações com a criação de órgãos para este intento nos anos seguintes, a exemplo da própria Comissão Pastoral da Terra – CPT, instituição com mais de quatro décadas de existência na luta pelos Direitos Humanos, dedicada à causa do trabalhador do campo, na promoção e defesa do trabalho digno no campo, do direito à posse da terra, e com destacada atuação no enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo rural no Brasil. Foi neste contexto, que

em 1977, chegou à Diocese de Conceição do Araguaia, Sul do Pará, o Padre Ricardo Rezende Figueira, que logo se integrou à CPT, Regional Araguaia-Tocantins e entregou-se a ação pastoral junto aos trabalhadores rurais. Viu de perto a situação dos peões das fazendas do Sul do Pará e as denunciou ao Estado brasileiro e a organismos internacionais, não se atemorizando ante as ameaças, calúnias e difamações constantes de que era vítima, a exemplo de Dom Pedro Casaldáliga. Também foi responsável pela construção de ponte entre a CPT, entidades e grupos da sociedade, Estado, entidades e organismos internacionais na busca por Justiça e erradicação do trabalho escravo.²³⁰

Destacamos também, o contributo do padre Antônio Canuto, como membro fundador da CPT, que tem atuado desde então, no combate ao trabalho escravo. Durante as décadas de 1970 e 1980, ele foi uma espécie de “cavaleiro andante, em sua bicicleta, veículo usado para o seu trabalho, [...] registrando e denunciando as ocorrências e amparando as vítimas ou, em casos extremos, dando-lhes um enterro mais adequado à condição de pessoa humana.”²³¹ Atualmente, a CPT tem sido referência internacional na coleta, sistematização, e análise crítica

²²⁸A entrevista completa encontra-se no conjunto de Documentos do arquivo do Grupo de Pesquisa sobre o Trabalho Contemporâneo – GPTEC, volume 06 [38], na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

²²⁹Em correspondência oficial do Serviço de Segurança Nacional à Presidência da República, aparece referência à prática de trabalho escravo em fazendas da Amazônia desde o início da década de 1970, embora saibamos que é bem anterior como nos informa Euclides da Cunha em: CUNHA, Euclides. *À margem da história*. São Paulo: Martin Claret, 2006. Transcrito um excerto no anexo A, verificamos o flagrante quadro de escravização em meio a Floresta Amazônica, ao nos dizer: “Existem na área quatro grandes fazendas do Grupo BRADESCO. Através de ‘gateiros’, os representantes do Grupo BRADESCO contratam trabalhadores para realizar as derrubadas, submetendo-os a um regime de trabalho escravo e a torturas”. Segue no anexo A, a cópia de documento do Serviço de Segurança Nacional – SSN, datado de 05 de junho de 1974 que trata da presença de trabalho escravo em fazendas do Grupo Bradesco.

²³⁰MORAES, Maria José Souza. **Trabalho Escravo**: da omissão do Estado a CONATRAE passando pela bicicleta do Padre Canuto. 2007. Disponível em: <<http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br>> Acesso em: 11 mar. 2014.

²³¹MORAES, Maria José Souza. **Trabalho Escravo**: da omissão do Estado à CONATRAE passando pela bicicleta do Padre Canuto. 2007. Disponível em: <www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br> Acesso em: 11 mar. 2014.

documental a respeito dos conflitos no campo no Brasil, com o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, que realiza publicações anuais, com destacado papel do Caderno de Conflitos no Campo Brasil, e disponibiliza outros dados através do Fundo Comissão Pastoral da Terra²³² a pesquisadores e interessados. Temos percebido um esforço da instituição em dar uma organicidade histórica às lutas e movimentos sociais no campo, coadunando a entrega quase irrestrita de Dom Pedro Casaldáliga à causa camponesa, sobretudo “dos trabalhadores, dos peões, dos posseiros, as causas indígenas e negras, as causas da infância, dos idosos, das mulheres, a causa dos direitos humanos”.²³³ Certa vez o próprio bispo, dirigindo-se aos camponeses, falou sobre as constantes ameaças que vinha sofrendo “como vocês eram oprimidos, passamos a ser perseguidos por seus opressores [...] fomos tratados como comunistas, terroristas, subversivos. Puseram nossa vida a preço”,²³⁴ por ocasião da repercussão do livro-denúncia, a saber: *Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*,²³⁵ que como dito alhures, constitui obra seminal de combate à escravização contemporânea no Brasil. Não por acaso, o agostiniano Félix Valenzuela Cervera, depois de anos de convivência com Casaldáliga, sublinha “embora Pedro diga que as causas pelas quais vive, trabalha e luta são muito mais importantes que sua vida, para nós, que compartilhamos o dia-a-dia com ele durante tantos anos, é difícil distinguir ou separar sua vida de suas causas”.²³⁶ Para muitos estudiosos e militantes das questões agrárias no Brasil, a ação episcopal do bispo espanhol é “uma espécie de trincheira simbólica que impedia que o capital tomasse conta de uma forma voraz daquelas imensas áreas de terras que estavam ocupadas por comunidades de posseiros”.²³⁷ Em um de seus muitos escritos, Dom Pedro chegou a afirmar de modo contundente: “eu sempre digo que quando me fizerem a autópsia, encontrarão terra em meu coração e em meu fígado. No coração, por amor à terra, e no fígado, pelo mal que a terra sempre me causou”.²³⁸

Sabemos, pois, que o trabalho de pesquisa realizado pelos agentes da CPT nos primeiros anos não teve ressonância no universo da academia. Neste sentido, as contribuições teórico-conceitual-interpretativas e empíricas realizadas por estudiosos como Neide Esterci,

²³²Para mais informações, a respeito da Comissão Pastoral da Terra – CPT, vide: www.cptnacional.org.br

²³³FORCANO, 2008, p. 13.

²³⁴Ibidem, p. 56.

²³⁵CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. São Félix do Araguaia, 1971. [Mimeo.], p. 106.

²³⁶FORCANO, 2008, p. 13.

²³⁷STÉDILE, João Pedro. A causa da terra. In.: FORCANO, Benjamin; LALLANA, Eduardo; CONCEPCIÓN, José Maria; CEREZO, Maximino. [Org.]. **Pedro Casaldáliga: as causas que imprimem sentido à sua vida – retrato de uma personalidade**. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2008, pp. 33-56, p. 48.

²³⁸FORCANO, 2008, p. 321.

José de Souza Martins e Ricardo Rezende Figueira²³⁹ – estes dois últimos tiveram participação ativa junto à Comissão Pastoral da Terra – CPT – foram fundamentais para o desvelamento da problemática e sua chegada na universidade. O sociólogo José de Souza Martins empreendeu inúmeras pesquisas de campo e realizou importantes contribuições teóricas sobre a temática. Por certo, a chegada do padre Ricardo Rezende Figueira na universidade, primeiro como doutorando e, depois, como professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ foi de extrema importância; a posterior fundação do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo – GPTEC,²⁴⁰ congregando pesquisadores de diferentes áreas e de diversas partes do mundo, através dos encontros anuais chamados de Reunião Científica Trabalho Escravo Contemporâneo e Questões Correlatas, e a criação do Movimento Humanos Direitos – MHuD,²⁴¹ têm sido pontos fundamentais, para o processo de consolidação da temática junto à pós-graduação brasileira em diferentes áreas do saber, com destacado papel na antropologia, direito, sociologia e, mais recentemente, na geografia e na história. Deste modo, o trabalho escravo passou a ter um largo espectro de alcance, tanto na academia quanto na mídia,

²³⁹Cabe destacar três obras que pontuam a trajetória sacerdotal, militante, mas também acadêmica, do padre e antropólogo Ricardo Rezende no combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil, em: FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Rio Maria:** canto da terra. Rio de Janeiro: Vozes, 1992. / FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **A Justiça do Lobo.** Petrópolis, Vozes, 1986. / FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

²⁴⁰Enquanto centro de referência em documentação e na produção de pesquisas voltadas ao temário da escravidão contemporânea no Brasil e no mundo, o GPTEC/UFRJ realiza desde 2007, com periodicidade anual, a Reunião Científica Trabalho Escravo Contemporâneo e Questões Correlatas. Geralmente ocorre no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos – NEPP/DH do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – CFCH/UFRJ, na cidade do Rio de Janeiro, mas tendo sido realizada em outras como Cuiabá/MT em 2012 e em Belém/PA em 2016, nas quais são apresentadas pesquisas concluídas e/ou em andamento por pesquisadores de diferentes áreas, oriundos de diversas universidades do Brasil e do mundo. Do conjunto de suas periódicas publicações, elegemos algumas que julgamos importantes, a saber: CERQUEIRA, Gelba Cavalcante; FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; COSTA, Célia Maria Leite. [Org.]. **Trabalho escravo contemporâneo no Brasil:** contribuições críticas para sua análise e denúncia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. / FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. [Org.]. **Trabalho escravo contemporâneo:** um debate transdisciplinar. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. / FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; [Org.]. **Olhares sobre a escravidão contemporânea:** novas contribuições críticas. Cuiabá: EdUFMT, 2011. / FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna [Org.]. **Privação de Liberdade ou Atentado à Dignidade:** escravidão contemporânea. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. / FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna [Org.]. **A universidade discute a escravidão contemporânea:** práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. / FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna [Org.]. **Discussões contemporâneas sobre trabalho escravo:** teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

²⁴¹Entidade criada em janeiro de 2003, por um grupo de artistas e intelectuais brasileiros, a exemplo de Marcos Winter e Ricardo Rezende Figueira junto outros como: Camila Pitanga, Dira Paes, Letícia Sabatella, Leonardo Vieira, Paulo Betti; realizam chamadas informativas vinculadas à televisão, e visitas em lugares onde ocorrem ameaças e conflitos, objetivando ampliar a visibilidade dos crimes contra os Direitos Humanos no Brasil, cujas metas prioritárias são apoiar, articuladamente, ações de combate e erradicação do trabalho escravo; exploração sexual infantil, a favor da demarcação das terras indígenas e quilombolas, e de ações socioambientais. O MHuD se mantém ativo em debates e atos públicos que versam sobre tais temáticas promovendo a reflexão e o debate, tendo criado desde de 2004, o Fórum dos Direitos Humanos, onde outorga o Prêmio João Canuto, [em homenagem ao dirigente sindical, assassinado com 18 tiros, em dezembro de 1985, no Pará.], dedicado a pessoas e entidades, pela atuação na defesa dos Direitos Humanos. Para mais informações, vide: <http://www.humanosdireitos.org>

ampliando sua visibilidade na sociedade brasileira e, portanto, abrindo frentes e possibilidades outras de enfrentamento. Também é preciso considerar os avanços na formatação de políticas públicas de combate ao trabalho escravo no Brasil a partir da mobilização das entidades civis que surtiram efeitos inclusive internacionais. O conjunto destas pressões resultaram no reconhecimento por parte do governo do Brasil da existência de trabalho escravo no ano de 1995, mas é preciso retroceder um pouco para compreendê-las. Nas palavras de Soares

a relevante denúncia realizada pelo padre Ricardo Rezende, em 1992, à Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – ONU e a Organização Internacional do Trabalho – OIT, bem como, o apoio de instituições como a estadunidense *American Human Rights Watch* e da britânica *Anti-Slavery* que ajudaram a visibilizar internacionalmente o fenômeno da escravização contemporânea que ocorre no Brasil. Inúmeras denúncias foram realizadas neste período junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos – OEA. E como fruto destas frentes de atuação, o governo brasileiro reconheceu a existência em seu território desta prática, sendo, portanto, seu dever erradicá-la.²⁴²

Antes de readentrarmos o debate sobre escravidão, faz-se necessário um *flâneur* sobre o conceito de trabalho em suas metamórficas semânticas, no decurso da introdução desta seção. Por este motivo, trazemos um breve retrospecto do conceito de trabalho ao longo da história. A primeira diz respeito à origem do termo trabalho, geralmente associado à ideia de sacrifício que remonta ao latim tardio, *tripalium*, uma ferramenta agrícola, com pontas em ferro, para bater o trigo e o milho. Um segundo entendimento possível para o vocábulo, e um tanto mais comum, é o de instrumento de suplício usado para flagelar escravos durante o Império Romano, cuja variação principal *trepaliadore*,²⁴³ refere-se, ao indivíduo que suplicia ou é supliciado, e que equivale ao termo trabalhador. Uma terceira interpretação etmológica possível é a de uma ferramenta imobilizadora de animais para serem ferrados. Não por acaso, existe a variante *tripaliare*, traduzível como torturar. Em sentido equivalente, ainda temos a tradição judaico-cristã que fundamentada em seu livro sagrado, a Bíblia, traz o trabalho como condenação, dando o sentido de trabalho como expiação do pecado original. Para Albuquerque Júnior “se Eva foi condenada a parir com dor, Adão foi sentenciado a ganhar a vida com o suor do seu rosto [...] representa a saída do homem do paraíso”.²⁴⁴

Coube ao cristianismo, a serviço do sistema capitalista, ataviar o termo trabalho a uma atividade passível de prazer ao homem. O termo é polissêmico, carregado de sentidos

²⁴²SOARES, 2012, p. 64.

²⁴³ALBORNOZ, 2008, p. 10.

²⁴⁴ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Mundo e imundos de[o] trabalho: por uma crítica histórica da categoria trabalho. In.: ACIOLI, Vera Lúcia Costa. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. MONTENEGRO, Antonio Torres. [org]. **História, cultura, trabalho:** questões da contemporaneidade. Recife: EdUFPE, 2011, p. 57.

os quais nos interessa neste estudo, o relacionado ao esforço incessante e ao padecimento como o descrito na mitologia grega, precisamente no mito de Sísifo. Atualmente, o termo sisifismo foi incorporado ao dicionário para designar um eterno recomeço, traduzindo o caráter maçante de uma tarefa que parece não ter fim, aqui associado a fardo, considerando que o sentido da palavra trabalho altera-se no tempo e no espaço. [...] Na Antiguidade Clássica, fortemente marcada pelo escravismo antigo, o trabalho era tido como uma prática considerada desonrosa e destinada aos menos abastados da sociedade. Assim sendo, aos nobres e filósofos cabiam o ócio para pensar e refletir. Durante o Medievo Europeu, restava aos camponeses em regime de servidão, o trabalho nos feudos, o trabalho enquanto sacrilégio. A religião sempre teve influência quanto ao modo de representar o significado de trabalho na história da sociedade humana, em especial na sociedade medieval. Se por um lado o trabalho era considerado uma penitência, por outro, uma redenção divina, tudo em consonância com interesses da senhora feudal, a Santa Madre Igreja Católica Apostólica Romana, grande detentora de poder, à época.²⁴⁵

Numa perspectiva da história mais recente, destacamos que é preciso rememorar os usos e sentidos do trabalho operados na lógica do nazismo alemão, materializado na inscrição em metal erigida pelos nazistas, e feita por trabalhadores-prisioneiros com a seguinte divisa: “*Arbeit macht frei*” traduzível na forma “*o trabalho liberta*”, colocada nos portões de entrada de alguns campos de trabalho como uma sentença e expiação aos tidos como “impuros”. Na verdade constituíam-se em campos de extermínio humano do regime totalitário nazista durante a Segunda Guerra Mundial, a exemplo do portão de entrada de Auschwitz I. Assim nos reportamos ao poema *Tagesfuge/Fuga da Morte*, do ensaísta de origem judaica e sobrevivente do Holocausto Paul Celan, que nos diz “*Ele brada toquem a morte mais doce a morte é um dos mestres da Alemanha / Ele brada toquem mais fundo os violinos vocês aí sobem como fumaça no ar / Aí vocês têm um túmulo nas nuvens lá não se jaz apertado [...]*”²⁴⁶ Poema inspirado no tango *Plegaria* de Eduardo Bianco, tocado em momentos bem específicos nos campos de concentração, como: durante as marchas de ida e volta ao trabalho forçado ou enquanto os prisioneiros abriam as covas para os mortos, durante as sessões de tortura e marcações gravadas a ferro e fogo na pele dos prisioneiros, no perfilamento rumo às câmaras de gás, torturas, execuções e incineração. Para o poeta, subir como fumaça no ar e tomar as nuvens como jazigo seria a chegada aos céus e o encontro com a liberdade. Desta forma, o poema alude ao horror

²⁴⁵SOARES, 2012, p. 47.

²⁴⁶CELAN, Paul. Fuga da morte [*Tagesfuge*]. Tradução de Modesto Carone. In.: GUINSBURG, J.; TAVARES, Zulmira Ribeiro. **Quatro mil anos de poesia**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1969. Mais tarde, tomado pelos fantasmas do nazismo, o poeta romeno, Paul Celan cometeu suicídio, ao se lançar no rio Sena, três décadas depois de haver sobreviver a campos de trabalho forçado na Romênia. O leite negro a que se refere o poema, nada mais é do que, a fumaça negra que saía das chaminés do crematório com o cheiro da morte. Um poema, cuja estética é de uma ciranda da dor e da morte, onde cavar mais fundo, é a ordem dada aos prisioneiros, naquele que ficou conhecido pelos sobreviventes como o *Tango de La Muerte*.

do Holocausto, que apesar de tétrico, é pertinente na compreensão dos usos, abusos e sentidos que podem ser atribuídos ao trabalho e seus desdobramentos sociopolíticos e econômicos.

É relevante salientarmos, que o conceito de trabalho é essencialmente histórico e também geográfico, como qualquer outro. Mas na sociedade capitalista ele ganhou status e centralidade. Foi durante os últimos séculos que esta categoria conceitual conheceu seus maiores avanços, mas nem sempre foi assim. Em alguns outros momentos da história o trabalho não deteve tamanha centralidade, foi sendo metamorfoseado ao longo do tempo e do espaço, perdendo, resignificando e ganhando novas aderências conforme as sociedades se transformavam e as relações que estas com ele estabeleceram. De expiação, sob a égide do protestantismo tomado pela dominância do capital, o trabalho passou à redenção do indivíduo na sociedade capitalista, *sine qua non*, a volta ao paraíso sob o manto da teologia da prosperidade financeira tão em voga no mundo protestante. Não por acaso, o adágio “o trabalho dignifica o homem” tornou-se muito popular entre a classe trabalhadora impigida pelos donos dos meios de produção, como forma de alienação. As práticas discursivas das classes dominantes tentam fazer do trabalho pedra de toque, “aos outros” da sociedade, uma espécie de filtro purificador da honradez humana, como algo que lhe faça mais digno.

Tomado como adágio popular, este pensamento burguês somado à ética protestante defende que o progresso financeiro é um sinal de salvação, assim o trabalho passou a ser redenção, uma espécie de imperativo moral da realização pessoal, social e espiritual do homem moderno. [...] Exaltado ou preterido em diferentes temporalidades históricas, o trabalho, sobretudo na sociedade pré-capitalista, foi redimido e catapultado à condição *sine qua non* de sobrevivência na sociedade capitalista, locada na centralidade da vida moderna, legitimando-a. Mas, foi a partir da Revolução Industrial que o mesmo auferiu prestígio, atingindo *status quo* e honraria a todos que nele se destacam. Atualmente, somos convocados a nos tornar, como denominam os estadunidenses, *workaholics*, viciados em trabalho, com total abnegação ao trabalho, sob o pretexto de alcançarmos o padrão capitalista de vida: o consumismo, patologia social da modernidade. Esta categoria é vacilante e complexa, dela emergem muitos perigos interpretativos com os quais tivemos que lidar durante todo o percurso desta pesquisa sem a pretensão de dirimi-los.²⁴⁷

Na longa jornada da história da humanidade, o trabalho esteve proeminente em grande parte, mas sua centralidade, ao que parece, volta à cena no mundo capitalista em face de sua sociedade industrializada. O termo é centro de atenções e profusas reflexões em todo o mundo, sofrendo contínuas recriações²⁴⁸ como fenômeno social, em suas singularidades e

²⁴⁷SOARES, 2012, p. 48.

²⁴⁸ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11ª ed., São Paulo: Cortez, 2006, pp. 47-63. / ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005, pp. 12-69.

atividade humana, por excelência, em cada tempo e espaço. Trata-se de uma categoria basilar das relações humanas para com a natureza, cujo cerne é o elemento de distinção do homem dos outros animais, portando um sentido verdadeiramente ontológico, qual seja, o ser e o existir.²⁴⁹ Ainda neste enlevo, Soares nos informa que:

A respeito disto, recorremos ao substrato teórico, ancorado nas discussões conceituais de Marx que apontam a Revolução Industrial como marco em que o homem passou a vender a sua força de trabalho e, desde então, viu-se um paulatino processo de desumanização, uma peça da engrenagem, desposuído de inteligência e criatividade, condenado assim como Sísifo a realizar uma mesma tarefa repetidas vezes, num processo interminável, alienante e insólito, capaz de dinamitar qualquer atividade intelectual. Pois, na visão dos industriais, a não reflexão do trabalhador sobre as suas práticas laboriosas catatonicamente mecânicas parece ser condição primeira para a manutenção da ordem vigente, como bem representada no filme *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin, caso contrário, poderia perceber-se enquanto expoliado e então revoltar-se.²⁵⁰

Uma das dimensões do trabalho em suas relações de parêntese humanizante-alienante é sua dotação de sentido. A crítica feita na clássica cena do filme *Tempos Modernos*, dirigido e protagonizado por Charles Chaplin, em 1936, ainda se faz contemporânea; é a representação de um operário que entra em colapso numa linha de montagem durante o processo produtivo, apertando parafusos, que o leva ao hospício. Denota uma faceta das mais inglórias e proeminentes do labor na sociedade contemporânea que leva à catatonia, subordina, aliena, degrada e escraviza.

E assim constatamos uma série de açodadas reflexões quanto aos desdobramentos semânticos e históricos acerca da categoria conceitual do trabalho na parêntese castigo/recompensa, desonra/dignidade, preterido/exaltado e, por fim, infortúnio/prosperidade. Caracterizando, assim, a mutabilidade de sentidos que o termo recebeu ao longo do tempo e em diferentes espaços, o mesmo se aplica à expressão trabalho escravo, derivação anômala do significado primeiro do termo.²⁵¹

Feita nossa digressão inicial acerca do conceito trabalho, seguimos para pensar uma categoria tão ou mais complexa, pois deriva da primeira, a escravidão. Qualquer definição possível de escravidão deve passar pela compreensão de que um fenômeno social tão multifacetado, que ocorre em escala mundial, deve ao menos assumir uma abrangência que teve em conta as diferentes e labirínticas semânticas que lhe foram atribuídas no tempo e no espaço por distintas sociedades, conferindo-lhe a historicidade necessária, para não perder de vista, suas variações ao longo do tempo. Neste enlevo, elegemos uma definição que nos pareceu

²⁴⁹MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 112.

²⁵⁰SOARES, 2012, p. 51.

²⁵¹Ibid., 2012, p. 52.

contemplar, em certa medida, os diferentes contextos históricos, para os quais tivemos que recorrer a Claude Meillassoux, para quem

a escravidão é um *modo de exploração* que toma forma quando uma *classe distinta de indivíduos* se renova continuamente a partir da exploração de outra classe. Ou seja, a escravidão aparece quando todo um sistema social se estrutura com base na exploração e na perpetuação de escravos continuamente reintroduzidos seja por comércio ou reprodução natural. [...]. Para a escravidão existir é preciso uma rede de relações entre diferentes sociedades: há aquelas nas quais os escravos são capturados, aquelas que dispõem de uma estrutura militar para capturar os cativos das primeiras, aquelas sociedades ditas mercantis que controlam o escoamento dos escravos e, por fim, há sociedades mercantis consumidoras de escravos. Essa definição demonstra o quanto a escravidão mobiliza um conjunto econômico e social geograficamente extenso.²⁵²

Cumpramos observar que a história humana é também uma história do trabalho, da qual não é possível descolarmos a sua relação com a instituição da escravidão, que se fez presente desde os primórdios e se mantém metamorfoseada nos dias atuais; fez parte das mais simples às mais complexas civilizações da humanidade. O uso da violência física, a ameaça psicológica e coação cultural compõe uma tríade sobre a qual repousa o estratagema da dominação que engendra o fortalecimento da escravidão em seus modos de subordinação e exploração por séculos, chegando até nós. Como intuímos, esta tríade se mantém em face de suas singularidades espaciotemporais. De modo geral, as sociedades escravagistas se valeram dos discursos reificadores na tentativa de coisificar o escravo, tomado como um ser despossuído de alma, como estratégia de dominação, com o intento de mascarar as atrocidades cometidas, na medida em que valeria do *habitus* para legitimá-la e, por vezes, da própria lei, como podemos assim observar na reflexão seguinte:

Desde o Egito antigo, passando pela Babilônia, Assíria, Grécia, Roma, Índia, China e em parte da Europa medieval, as sociedades escravagistas elaboraram arcabouços jurídicos para definir o escravo como coisa. Apesar disso, a escravidão e a identidade do escravo não podem ser definidas pelo aspecto meramente jurídico. Os próprios sistemas legais que definiram o escravo como coisa, como o sistema romano, admitiram a face humana do escravo ao puni-lo por delitos e ao reconhecer um mínimo de proteção contra o assassinato e danos corporais graves por parte do poder arbitrário de seus senhores. Os juristas romanos, portanto, reconheceram abertamente que o escravo era tanto uma coisa quanto uma pessoa. Para David Brion Davis, a escravidão ultrapassa a definição jurídica e deve ser encarada como *uma instituição real que envolve funções econômicas e relações interpessoais*. Ou seja, essa instituição apresenta uma face cotidiana e tensa, com diferentes formas de negociações e conflitos entre senhores e escravos.²⁵³

²⁵²SILVA, Vanderlei Kalina; SILVA, Maciel Henrique. Escravidão. In.: **Dicionário de conceitos históricos**. 3ª ed., São Paulo: Contexto, 2015, pp. 110-114.

²⁵³SILVA, Vanderlei Kalina; SILVA, Maciel Henrique. Escravidão. In.: **Dicionário de conceitos históricos**. 3ª ed., São Paulo: Contexto, 2015, pp. 110-114.

Com efeito temos, pois, a escravidão com um complexo e dinâmico sistema social, atravessado por transformações advindas dos interesses e lutas de diferentes grupos sociais por ela enredados. Em sentido equivalente, Orlando Patterson, sublinha que o fenómeno da escravidão enquanto instituição “implica uma morte social”,²⁵⁴ fundada no que ele mesmo chamou de “parasitismo humano”²⁵⁵ conceito operado a partir de uma leitura hegeliana da relação dialética entre escravizado-escravizador, dado que este último se utiliza de variados instrumentos físicos e simbólicos de dominação. Para este sociólogo, a dominação é permanentemente violenta e se valeu da captura e escravização de estrangeiros, como se configurou o tráfico para longas distâncias e de difícil acesso como estratégias de aprisionamento, num esforço que se fez eficiente, mas não completamente eficaz, no processo de dominação, uma vez que, não impediu revoltas e enfrentamentos. Neste sentido, um problema fundamental nas sociedades escravagistas era estabelecer distinções entre os grupos sociais escravos dos não-escravos. Esse esforço foi útil para impor estigmas aos subjugados, marcas que os caracterizassem como tal, a exemplo das marcações humanas com ferro em brasa. No medievo europeu, a instituição da escravidão manteve-se associada à ideia de pecado, compreendida como expiação e fundante para ordenação do mundo. Somente séculos depois, com o fortalecimento de um discurso antiescravista, fundamentado na liberdade natural do homem, sobretudo com o Iluminismo,²⁵⁶ fez a senda pela qual se instaurou um movimento de novas forças intelectuais, que culminariam em frentes abolicionistas em diversas partes do mundo. Desta forma, a escravidão passa a ser percebida na esteira da degradação humana, com a perda da dignidade, visto que o conceito de liberdade passa a ser amplamente difundido, ganhando novos contornos.

Diante do exposto, é um ledó engano afirmarmos que a escravização foi extinta, quando da abolição poeticamente historicizada por muitos em 1888, com a promulgação da Lei Áurea resultado do desdobramento de três outras leis que a antecederam como a Lei Euzébio de Queiroz de 1850, a Lei do Ventre Livre de 1871 e a Lei dos Sexagenários de 1885. Para os abolicionistas André Rebouças, Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, o ‘13 de maio’ não representou a liberdade aos escravos, tampouco, a carta de alforria configurou-se no passaporte para sua cidadania à época. A escravização resistiu às proibições normativas, reforçando-se no tempo e no espaço. Passados mais de um século da aprovação de sua ilegalidade no país, ela mantém-se nos mais recônditos lugares, quer seja nos espaços urbanos ou rurais, de

²⁵⁴PATTERSON, Orlando. **Escravidão e morte social: um estudo comparativo**. São Paulo: Edusp, 2008.

²⁵⁵Ibidem. Escravidão como parasitismo humano. In.: **Escravidão e morte social: um estudo comparativo**. São Paulo: Edusp, 2008, pp. 457-472.

²⁵⁶Enquanto movimento intelectual, opunha-se ao Antigo Regime para o qual sintetizado na máxima “*o homem só será livre quando o último rei for enforcado nas tripas do último padre*”, embora atribuída ao filósofo Voltaire, pertence a Jean Meslier em crítica ao absolutismo monárquico e os abusos cometidos pela Igreja Católica, e este último, enquanto resquícios feudais, por ideais outros que iluminaram as grandes revoluções. Vide a este respeito: VOLTAIRE, François Marie Arouet. **Estrais des sentiments de Jean Meslier**. Paris: Gallimard, 1965.

norte a sul do Brasil, dada as devidas especificações deste fenômeno tanto no passado quanto no presente.²⁵⁷

Ao mergulhar no profundo universo dos estudos e reflexões sobre a escravidão é preciso atentarmos aos sutis, e por vezes, aparentemente dúbios, sentidos das multifacetadas práticas e relações de resistências-acomodações, conflitos-negociações²⁵⁸ entre escravizados e escravizadores, para acessar as relações noutra parêntese diferenças-similaridades, e então perceber o espectro possível em aproximações e distanciamentos, pois não se trata de algo dado, tão pouco equânime, são relações desiguais, e por isso complexas.

A historiografia brasileira tem vasta e consagrada profusão teórica no campo dos debates acerca da escravidão, tributária de uma renovação historiográfica iniciada por volta dos anos 1980, validada e difundida pelos cursos de pós-graduação, especialmente em história social²⁵⁹ e sociologia do trabalho, encontrando nos estudos do historiador Edward Palmer Thompson²⁶⁰ a ressonância necessária para pensar os processos históricos que tomam a experiências dos indivíduos como parte decisiva para compreensão dos fenômenos sociais, e por extensão, dos processos históricos, privilegiando as percepções dos homens comuns em suas experimentações comuns, mas também singulares, não mais como vítimas, mas como agentes do processo.²⁶¹ Neste sentido, urge compreender a atual dinâmica na qual se [re]confaz a escravidão em sua variante contemporânea que, assim como a fênix mitológica, ressurgue

²⁵⁷SOARES, 2012, p. 56.

²⁵⁸Estudo pioneiro a respeito da rebeldia negra no Brasil, cujo locus espaço-temporal de investigação foram as revoltas na Bahia da primeira metade do século XIX. Sobre esta questão, vide a obra a seguir: MOURA, Clóvis. **Rebeliões na senzala**. São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

²⁵⁹Decidimos em não percorrer na escrita, embora o faça de modo enviesado em todo texto, uma história social da escravidão Brasil. Diante de tal, para aprofundamentos da escravidão enquanto instituição tanto no Brasil quanto no mundo, vide: GORENDER, Jacob. **Escravidão colonial**. São Paulo: Ática, 1978. / GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1991. / MEILLASSOUX, Claude. **Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. / CARVALHO, Marcus. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo**, Recife, 1822-1850, Recife, EdUFPE, 1998. / DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. / COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebeca J. **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. / LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

²⁶⁰Em sua obra *A Formação da Classe Operária Inglesa*, dividida em três volumes escritos no contexto da tradição marxista, constitui-se num clássico da historiografia no campo dos estudos em história social do trabalho. Vide as três obras: THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1987. / THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa II: a maldição de Adão**. São Paulo: Paz e Terra, 1987. / THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa III: a força dos trabalhadores**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

²⁶¹Influenciados pelo pensamento thompsonianiano de trabalho, historiadores brasileiros como Silvia Hunold Lara, Sidney Chalhoub e Robert Slenes em obras como: LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. / CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. / SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor**. Esperanças e recordações na formação da família escrava no sudeste do Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

quando pensávamos que já não mais existia.

Defendida pela historiografia dos anos 1960, a teoria da coisificação do escravo, começou a ser criticada nos idos anos 1980, dando início a uma mudança de paradigma historiográfico da escravidão brasileira. [...] Deste modo, os escravos não seriam apenas ‘coisas’ tampouco inertes, como antes se queria pensar, mas seres pensantes e portadores de uma identidade, capazes de tomar decisões traçando estratégias de sobrevivência e forjando percepções de suas condições cativas e do sistema escravista do qual fazia parte, mesmo numa sociedade que tentava embrutecê-los e invisibilizá-los. [...]. Destacamos que a maioria dos escravos não empreendeu fuga ou participou de revoltas e insurreições como querem acreditar os mais libertários teóricos. Mas isso não significa que estes não tenham demonstrado outras formas mais sutis de resistência à escravidão, embora tendo de se adaptarem a ela. [...]. Não pretendemos aqui defender, que este processo de adaptação signifique necessariamente passividade, mas o contrário, também fora uma forma de sobreviver frente às atrocidades cometidas pelos seus senhores. Assim, para Gorender, pequenos atos de resistências eram partes constitutivas do processo individual de adaptação a que todos os escravos tinham de passar.²⁶²

É preciso manter-se alerta, como pontua Gorender, para quem cada escravidão detém uma tipologia e uma “produção historicamente nova”.²⁶³ Neste sentido, o autor nos auxilia na compreensão de que a escravização colonial brasileira, em sua forma arquetípica, tem aspectos que lhes são próprios; há peculiaridades, as quais não nos cabe aqui destringir, mas devemos pontuar ao menos um de seus aspectos, certamente o mais importante: trata-se das indeléveis marcas desta instituição que se fizeram enraizar ao longo de séculos na formação histórico-cultural do Brasil. Não seria exagero afirmar, nos termos descritos por Stuart Schwartz, que quando um intérprete da escravidão debruça-se em seus estudos, o que faz é mergulhar na própria história do Brasil em seus cinco séculos,²⁶⁴ pois há muito de passado em nosso presente. Assim, a escravidão pode ser operada como *pedra de toque* à história do Brasil, mote para compreendê-la, sobretudo as manifestas práticas preconceituadas que a elite intenta naturalizar, num país que recebeu mais de 40% do universo de africanos traficados. A escravidão espalhou-se por quase todo o território nacional e seu legado visto é visível na sociedade brasileira, no que temos chamado de história e cultura afro-brasileira. Deste modo, a preservação da cultura, aqui é entendida como forma de resistência, como assevera Soares.

Outrossim, o vínculo com as raízes culturais com a velha mãe África, constituíam uma das mais poderosas formas de resistência dos trabalhadores escravizados no Brasil. Embora proibidos de falar em suas línguas de origem e de praticar seu credo religioso, as faziam veladamente, garantindo a preservação e continuidade de suas tradições. Deste modo, negar a cultura daqueles que lhe impunham a dominação se constituía

²⁶²SOARES, Fagno da Silva. **Escravizados do carvão: historiando identidades e memórias em Açailândia/MA, no tempo presente**. 2012. 300p. Dissertação. [Mestrado em História do Brasil], Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012, pp. 57-59.

²⁶³GOENDER, Jacob. **Escravidão colonial**. São Paulo: Ática, 1978, pp. 54-55.

²⁶⁴SCHWARTZ, Stuart. **Escravos roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001. p. 93.

numa forma eficiente de resistência. Outra forma de resistência era a fuga, tarefa nada fácil, pois para tal ainda teriam de estabelecer contatos, conhecer os espaços e buscar abrigo antes mesmo de escapar de seus senhores, caso contrário, seriam rapidamente capturados. Em geral, os quilombos eram o melhor destino para se obter sucesso na fuga. No entanto, somente uma minoria conseguia chegar ao seu destino antes de serem interceptados pelos capitães-do-mato, sendo esta a forma mais eficiente de resistência.²⁶⁵

Afora isto, fomos o último país a abolir a escravidão mercantil no Mundo Ocidental, que continua coadunada à perversa “inclusão cultural”, com a exclusão social sob o mito de uma escravidão branda²⁶⁶ pautada em relações sociais relativamente harmoniosas contra uma escravidão perversa, que serve à dimensão explicativa de uma realidade racial do pós-abolição enquanto processo inconcluso, ambos são perspectivas conceituais abertas por uma historiografia que se revisita constantemente.²⁶⁷ Enfoques historiográficos contemporâneos acerca da escravidão negra no Brasil lançam luz à temática e abrem uma importante senda interpretativa, ao perceber o sujeito escravizado como um agente social e histórico, conforme sinalizou as obras de Alberto da Costa e Silva,²⁶⁸ Flávio dos Santos Gomes,²⁶⁹ Luiz Felipe de

²⁶⁵SOARES, 2012, p. 59.

²⁶⁶Tese defendida por teóricos como Gilberto Freyre, Nina Rodrigues e Oliveira Viana, tendo ecos na historiografia tradicional que tomava o escravo como passivo frente a exploração, mas foram duramente criticadas e refutadas por não encontrar fundamento documental, e por isso, revista algumas décadas depois.

²⁶⁷Nos últimos anos, alguns historiadores como Hebe Mattos, Marta Abreu e Ana Maria Lugão Rios têm centrado suas preocupações na pós-abolição como problema histórico, de modo que, configura-se algo como uma historiografia das sociedades pós-abolição. Trata-se de um enfoque teórico que recupera importantes aspectos da experiência de ex-escravos nos anos seguintes da abolição.

²⁶⁸Considerado um de nossos maiores africanólogos, Alberto da Costa e Silva tem largas contribuições a respeito do contributo dos negros na constituição de um Brasil africano, em obras como: COSTA E SILVA, Alberto da. **A enxada e a lança:** a África antes dos portugueses. São Paulo: Rio de Janeiro: Nova Fronteira, EDUSP, 1992. / COSTA E SILVA, Alberto da. **A manilha e o libambo:** a África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Fundação Biblioteca Nacional, 2002. / COSTA E SILVA, Alberto da. **Um rio chamado Atlântico:** a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Ed. UFRJ, 2003.

²⁶⁹Algumas obras deste autor, são referências contemporâneas importantes para pensar a escravidão e a pós-escravidão que pontuam não a vitimização, mas o protagonismo dos negros escravizados que reagiram à escravidão em revoltas e insurreições. Para citar algumas: GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos:** mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (Séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP, 2005. / GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. [Orgs.]. **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2005. / GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas:** mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX, São Paulo, Cia das Letras, 2006. / GOMES, Flávio dos Santos; CUNHA, Olivia Maria Gomes da. [Orgs.]. **Quase-cidadão:** Histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2007.

Alencastro,²⁷⁰ João José Reis,²⁷¹ Jacob Gorender,²⁷² Sidney Chalhoub²⁷³, para citar alguns dos teóricos que se contrapuseram às teses clássicas da plasticidade de uma escravidão branda e de relações sociais harmoniosas entre escravizados e escravizadores.

1.1 Entre a Fênix e a Esfinge: notas sobre a escravização contemporânea no Brasil

*Uma sociedade verdadeiramente democrática é aquela na qual ninguém é tão rico que possa comprar alguém e ninguém é tão pobre que tenha que se vender a alguém.*²⁷⁴

Jean-Jacques Rousseau, 1712-1778.

*A degradação tem o seu preço / De trecho em trecho para trabalhar / A liberdade em troca de miséria / [...] Mão de obra farta escravizada / Direitos Humanos é opcional / Quanto custa um homem no expresso da escravidão? / Quanto custa um homem no expresso da escravidão? / No Brasil! / Enganado pelo tal de gato / Explorado pelo fazendeiro / Meses, meses, meses de trabalho / Enganado e nada de dinheiro / Objeto descartável coagido pelo medo / Latifúndio escravagista / Opressão pelo desespero / Quanto custa um homem no expresso da escravidão / [...] Escravidão contemporânea no Brasil!*²⁷⁵

Ratos do Porão, Expresso escravidão, 2006.

²⁷⁰No contexto de sua obra, destacamos aquela tida como principal, fruto da tese de doutoramento defendida nos anos de 1980, na Universidade Paris Nanterre. Para este pesquisador, a História do Brasil “não se confunde com a continuidade do nosso território colonial. Sempre se pensou o Brasil fora do Brasil, mas de maneira incompleta [...]” [ALENCASTRO, p. 09]. O Império Lusitano constituiu no Atlântico Sul, o maior movimento diaspórico forçado de um continente a outro na história da humanidade. Destarte, a escravidão enquanto instituição no Brasil, participou da formação da vida econômica e social, numa dimensão bem singular, que fez do escravismo no Brasil sua inscrição na economia-mundo, cujas reflexões, estão impressas nos movimentos da atual sociedade brasileira. Vide: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

²⁷¹Para citar algumas: REIS, João José. **Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Cia das Letras, 1989. / REIS, João José **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do Século XIX**. São Paulo: Cia das Letras, 1992. / REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês (1835)**. São Paulo: Cia das Letras, 2003. Com o também historiador Flávio dos Santos Gomes organizou a obra **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil** e **O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro**.

²⁷²Vide, obras como: GORENDER, Jacob. **Escravidão colonial**. São Paulo: Ática, 1978. / GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1991.

²⁷³Principal obra do autor: CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

²⁷⁴ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962.

²⁷⁵RATOS DO PORÃO. **Expresso escravidão**. In.: Homem inimigo do homem. Rio de Janeiro, Deckdisc, 2006, CD, faixa 3. 2: 45.

*Eu não sou escravo não / E nem propriedade de patrão. Tira as patas do meu corpo / Tira as mãos da minha alma / Eu danço livre meu baião!*²⁷⁶

Roberto Malvezzi, Um grito pela vida, 2011.

As três epígrafes que apresentam esta sessão orientam e servem de mote para pensar o sentido do trabalho escravo na sociedade como descrito na primeira por Rousseau; traduzem bem o sentido trágico da escravidão contemporânea como aparece no excerto da música, oferecendo-nos um *flâneur*²⁷⁷ inicial, com um cenário onde o latifúndio, a miséria e a exploração são fatores combinados que favorecem ao aliciamento do gato e a *descartabilidade* do trabalhador, serve para atender a interesses *ad hoc*, ou melhor, as escusas práticas do escravizador. Na última, trazemos, pois, como em uma catarse, a fala de libertação. A negativa da condição de escravo é o tom que marca a última sentença, solapa a ideia de coisificação do trabalhador, seguida por uma proclama de liberdade.

Para o sociólogo Kevin Bales existem mais de 46 milhões de pessoas escravizadas no mundo, com base nos dados do Index de Escravidão Global da Walk Free Foundation.²⁷⁸ Destes mais de 60% centram-se em pelo menos cinco países Índia, China, Paquistão, Uzbequistão e Rússia; 25% de toda escravidão é para fins de exploração sexual. Nos termos da caracterização desta prática, sobretudo no Brasil, é resultado da combinação de vários elementos que não somente envolvem o trabalho degradante mais a privação da liberdade, mas outros fatores como isolamento geográfico, retenção de documentos e salário, servidão por dívida, vigilância armada, maus tratos, punições por fugas, violência física e/ou psicológica e até assassinatos. Ainda é muito comum o uso da expressão trabalho forçado, por influência da OIT, para designar a escravidão contemporânea, a qual advogamos ser inócua, porém é ainda mais genérica do que escravidão moderna. São conceitos guarda-chuva que abarcam um sem-número de situações de violação dos direitos não somente trabalhistas, mas também humanos que vão desde maus tratos até mortes, passando por diferentes tipos de violências quer seja no campo ou na cidade, quer seja em países desenvolvidos ou não. Expressões outras cumprem papel semelhante na tentativa de designar com mais precisão o fenômeno, tais como: condições de trabalho análogas à escravidão, escravidão por dívida dentre outras. De modo que, por

²⁷⁶MALVEZZI, Roberto. **Arribação**. In.: Um grito pela vida. Mutirão contra o trabalho escravo. Rio de Janeiro, Paulus, 2011, CD, faixa 4. 2: 32.

²⁷⁷Como dito alhures, trata-se de um termo baudelariano, reapropriado por Walter Benjamin, vide: BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. 3ª ed., Obras escolhidas. Vol. III. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 35.

²⁷⁸Para mais informações, vide: <https://www.globalslaveryindex.org>

motivações já explicitadas, utilizamos a expressão trabalho escravo contemporâneo e escravização contemporânea como equivalentes ao nos referir a todas as formas de escravidão praticadas a partir de 13 de maio de 1888. Trata-se de um fenômeno mundial que para nós reside entre a Fênix²⁷⁹ e a Esfinge²⁸⁰ para utilizar dois importantes símbolos mitológicos; um de possível origem egípcia, mas tomado como grego, o qual utilizamos aqui em analogia à capacidade de ressurgimento histórico e geográfico da escravidão em diferentes civilizações ao longo da história; a outra, de efetiva origem egípcia, fazendo alusão à complexidade da compreensão e distinção possível das diferentes formas e práticas do fenômeno da escravidão. Especialmente para explicar o transcurso desta seção, estas duas simbologias nos pareceram bastante emblemáticas para ilustrar algumas das principais facetas do fenômeno. Valemo-nos de François Dosse para quem “Esfinge, o acontecimento, é igualmente a Fênix que, na realidade, nunca desaparece. Deixando múltiplos vestígios, ele volta constantemente, com sua presença espectral, [...] provocando configurações sempre inéditas”.²⁸¹ No sentido proposto por Dosse, os acontecimentos singulares carregam consigo ressonâncias que, em geral, não se encerram, reconfiguram-se em novas atuações. Destarte, constatamos que o trabalho escravo contemporâneo é uma forma singular de escravização, cada vez menos enigmáticas em suas formas. Vejamos sua caracterização:

A Organização Internacional do Trabalho utiliza o termo ‘trabalho escravo’ para designar a atividade forçada que resulta da soma do trabalho degradante com a privação de liberdade [...]. Em suas publicações, vem utilizando, ainda, a expressão trabalho forçado para classificar o ato no qual alguém desrespeita os direitos do trabalhador, atingindo sua integridade física e moral, sua dignidade e o seu direito à liberdade e auto-gestão. Sabe-se que o processo de escravização contemporânea é um fenômeno mundial e se constitui como uma atividade laboral degradante que envolve cerceamento da liberdade, por meio de uma dívida, aliado a péssimas condições de trabalho, alojamento, saneamento, alimentação e saúde, além do uso da violência. É uma atividade laboral em que o empregado é submetido a situações subumanas por

²⁷⁹O mito do pássaro mitológico de fogo, que remete à ideia de renascimento e perpetuação, ultrapassou civilizações “chegando até nós com o nome grego de *phoenix*, batizado pelo próprio historiador, símbolo da esperança que nunca morre é representado pelo sol que renasce todos os dias ao morrer no final da tarde. Segundo a mitologia seu canto era melodioso, porém melancólico, capaz de conduzir à morte outros animais, dada a sua formosura no canto e nas plumas. Reza o mito que depois de completos seus 500 anos, a ave mítica volta ao local de nascimento para construir uma pira funerária de mirra e realizar o seu ritual fúnebre, deixando-se consumir pelo fogo para depois renascer das cinzas. A simbologia da fênix reside, mormente, na circularidade do tempo e, sobretudo, no processo de renovação da vida, visto que, da sua morte, renasce para a vida”. SOARES, 2012, p. 62.

²⁸⁰Criatura mitológica na forma de um leão sacrossolar símbolo de poder, uma espécie de sentinela das pirâmides egípcias, cuja formas mais conhecidas são androsfinge e hierocosfinge, na primeira, corpo de leão de cabeça humana, já a segunda com cabeça de falcão. Interessou-nos o sentido grego atribuído ao mito na obra *Édipo Rei* de Sófocles ao narrar o enigma da esfinge sob o lema de decifra-me ou devoro-te: Que criatura pela manhã tem quatro pés, ao meio-dia tem dois, e à tarde tem três? No mito narrado por Sófocles somente Édipo fora capaz de decifrar o enigma ao responder: - O homem, por que engatinha na infância, anda na idade jovem e adulta e quando ancião faz uso de muleta. Enraivecida com a revelação do enigma, a esfinge comete, suicídio.

²⁸¹DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**: um desafio para o historiador. São Paulo: EdUnesp, 2013, p. 07

seu empregador; e onde são violados os direitos trabalhistas e a dignidade da pessoa humana desde a deformação de consentimento, quando da celebração do vínculo laboral, até a restrição total da liberdade de ir e vir. O trabalhador é obrigado a prestar um serviço sem receber pagamento ou, quando recebe, trata-se de um valor insuficiente para suas necessidades básicas. Ademais, a escravização contemporânea se configura para além de relações ignominiosas, são práticas ilegais de trabalho, não se limitando ao aspecto jurídico, mas a uma afronta aos direitos humanos.²⁸²

No caso brasileiro, sobretudo na Amazônia, a escravidão contemporânea é demarcada por fronteiras e violências que vão para além da expropriação da terra, enquanto base de reprodução familiar, resultado de uma combinação entre a expansão do capital e as exploração dos mais pobres. Neste sentido, concordamos com Hannah Arendt, para quem a “pobreza força o homem livre a agir como escravo”.²⁸³ Influenciado por este pensamento hannetiano, Kevin Bales enfatiza de modo categórico a respeito do trabalhador escravizado na escravidão contemporânea, motivações do processo de sujeição do indivíduo ao domínio do outro.

O denominador comum é a pobreza, não a cor. Por trás de cada afirmação de diferença étnica, está a realidade da disparidade econômica. Se todos os canchotes do mundo se tornassem amanhã necessitados, em breve haveria escravocratas a aproveitar-se deles. Os modernos escravocratas são predadores intensamente conhecedores da fraqueza; eles estão a adaptar rapidamente uma prática antiga à nova economia global.²⁸⁴

O sociólogo acrescenta ainda que a escravidão contemporânea é uma doença para a qual deve-se realizar uma profunda anamnese social, com vistas ao diagnóstico das causas estruturais, para estabelecer linhas de tratamento, para um fenômeno que parece não tem cura.

É uma doença que está se propagando. Estas condições indicam também porque algumas dessas estratégias em uso possam resultar inadequadas a por fim à escravidão. As medidas legais que deveriam observar a proibição de exercer cada forma de propriedade sobre outro ser humano são ineficazes: escravidão e controle vêm de fato praticados do lado de fora de uma relação de propriedade. Quando a posse não é a condição *sine qua non* da escravidão, esta última pode ser facilmente mascarada ou legitimada de um normal contrato de trabalho. Para que as leis contra a escravidão possam funcionar, precisa que ocorram violações precisas para perseguir. Sempre sobre base jurídica é uma violação privar o indivíduo dos direitos fundamentais, impedir-lhe de se mover com liberdade, não pagar-lhe pelo trabalho e obrigá-lo a trabalhar em condições perigosas. A escravidão é, indiscutivelmente, a extrema violação dos direitos humanos.²⁸⁵

²⁸²SOARES, 2012, p. 66.

²⁸³ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

²⁸⁴BALES, Kevin. **Gente descartável: a nova escravatura na economia global**. Lisboa: Editorial Caminho, 2001, pp. 20-22.

²⁸⁵BALES, Kevin. **Gente descartável: a nova escravatura na economia global**. Lisboa: Editorial Caminho, 2001, p. 23.

Valemos-nos da experiência de campo e das reflexões de Ricardo Rezende Figueira²⁸⁶ ao longo das últimas quatro décadas no combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil que, sobretudo na Amazônia, tem apontado a dívida²⁸⁷ como principal elemento característico, mas não somente. Soma-se a este elemento outros, como podemos observar tanto nos relatos dos trabalhadores, quanto nas descrições contidas nos processos judiciais, a saber: privação da liberdade, usurpação da dignidade, isolamento geográfico, retenção de documentos e salários, alojamentos precários, má alimentação, maus tratos e violência, jornada exaustiva, ameaças físicas e psicológicas. Assentado nesta tipificação, que se assemelha por um lado, mas distancia-se por outro das diferentes formas de escravização ao longo da história da sociedade humana, Soares assinala das principais denominações deste fenômeno, na sociedade contemporânea:

A expressão ‘trabalho escravo contemporâneo’ é polissêmica, a grosso modo, é capaz de abrigar um sem-número de situações, numa espécie de conceito guarda-chuva. Constando, pois, no centro de fleumáticos debates para alguns onde o termo escravidão não se aplica ao fenômeno atual, pois ela teria sido extinta nos idos tempos da Abolição, também por isso, empregamos o termo escravização. Para outros, a escravidão não se extinguiu, mas está presente em outro contexto, mesclando novas e antigas características. Passados mais de um século da assinatura da Lei Áurea, a exploração continua sendo uma das maiores mazelas sociais de degradação humana que assolam o Brasil. [...] Ainda nos termos da disputa conceitual para definir uma expressão adequada ao fenômeno, afirmamos que, dentre as denominações mais recorrentes está a escravidão por dívida sendo benquista entre os teóricos e circunstanciada pela geração fraudulenta de dívida contraída com o empregador, impedindo o término do vínculo laboral. Outro termo é a semiescravidão comumente aplicada por aqueles que compreendem que o atual processo de escravização não corresponde exatamente ao trabalho escravo. [...] Dentre as expressões mais adequadas podemos citar: trabalho análogo ao de escravo, trabalho em condições análogas às de escravo, redução a condição análoga à de escravo e trabalho em condições análogas à escravidão, todas correlatas. Tais expressões são tecnicamente mais incisivas do que as anteriores para o fenômeno em estudo, por evidenciar que o trabalhador não é escravo, mas posto à condição análoga à de escravo. Temos então, uma relação de similitude e umbilical entre o passado e o presente. Outra expressão pouco comum e sem efeito é escravidão branca, utilizada para denotar que as diferentes formas anteriores de escravização independem da cor da pele do trabalhador. Tais categorias são conceptualizadas sob a égide dos que defendem, assim como nós, expressões capazes de dar a ver o fenômeno em sua face mais vil.²⁸⁸

Sabe-se que todo conceito porta intencionalidades de quem os forjou e seus usos serviam conforme os interesses, ganhando e perdendo sentidos, a exemplo do conceito de escravidão ao longo da história. De modo geral, conceitos como estes são forjados no calor da luta e do

²⁸⁶FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

²⁸⁷Indicamos, neste sentido, a leitura dos seguintes textos: ESTERCI, Neide. A dívida que escraviza. In.: Comissão Pastoral da Terra. **Trabalho escravo no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Edições Loyola, 1999. / ESTERCI, Neide. **Escravos da desigualdade**: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: CEDL, Koinonia, 1994.

²⁸⁸SOARES, 2012, pp. 67-69.

conflito, são, portanto, construções político-semânticas que carregam consigo uma capacidade de plurissignificação²⁸⁹ para usar o termo do próprio Koselleck que ao passo que circunscreve ideologias, pontua direitos, demarca espaços e baliza poderes. Sob este prisma, compreendemos que conceitos e categorias não são constructos imutáveis, ao contrário, sofrem constantes variações [re]adaptações no tempo e no espaço, na busca por sua possível consensualidade. Assim sendo, estamos de acordo com Angela de Castro Gomes,²⁹⁰ para quem faz-se necessária a construção de categoria analítica que dê conta, nos contornos da consensualidade, de definir a escravidão atual. Para a autora o que se quer com a definição de escravidão contemporânea é em alguma medida “acionar é seu potencial explicativo e mobilizador, que permite uma rápida apreensão de um fenômeno novo, amplo e complexo e que precisa de referenciais temporais”,²⁹¹ cujo objetivo maior é gerar visibilidade à sociedade atual com vistas ao combate do fenômeno. Neste sentido, estamos convencidos que embora a expressão trabalho escravo contemporâneo não seja a ideal para o fenômeno em estudo, nos parece ser a melhor que dispusemos, visto que nasceu de um conjunto arquitetado de pressões sociais e “de reflexões circunscritas em um tempo e um espaço, embora não dê conta do que pretende explicar, serve-nos para continuarmos a reflexão na busca de outras expressões mais adequadas e menos tautológicas”.²⁹² Também consideramos o contributo de Esterici para quem a “[...] ‘escravidão’ tem, entre nós, o poder simbólico de denunciar a redução de pessoas a coisas, objetos de troca, a mercadoria – vem associado a expressões como ‘compra’, ‘venda’, ‘preço por lote’, ‘por cabeça’ [...]”.²⁹³ Influenciado por Figueira e Neide Esterici, optamos desde os estudos do mestrado pelas expressões “escravização contemporânea” e “trabalho escravo contemporâneo”, por considerá-las denominações que correspondem a nossa perspectiva teórica e são mais justas à historicidade da escravidão no Brasil, que esperamos ser capaz de operar com mais fluidez, distinguindo-se de outras práticas escravistas do passado, sem contudo perder de vista o risco de uma leitura anacrônica.

Justificamos reiteradamente, a expressão aqui adotada, escravização contemporânea,

²⁸⁹KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In.: **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora PUC-Rio, 2006, pp. 97-118.

²⁹⁰GOMES, Angela de Castro. Trabalho análogo à de escravo: construindo um problema. In.: História oral: **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, v.11, n.1-2, jan/dez. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2008, p.12.

²⁹¹Ibid., pp. 38-39. Outra constatação interessante, a respeito das terminologias e expressões do fenômeno, realizada pela autora, diz da expressão ‘análogo à de escravo’ e derivações próximas, mais comum entre os operadores do direito, em grande medida, funcionam como metáforas ao dizer que eles não o são.

²⁹²SOARES, 2012, pp. 69-70.

²⁹³ESTERCI, Neide. A dívida que escraviza. In.: Comissão Pastoral da Terra. **Trabalho escravo no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 121.

como forma plausível não de relacionar a escravidão clássica, moderna e no caso brasileiro à época colonial e imperial, apesar das similitudes, estas não são objeto de nossa análise, embora indubitavelmente, ao tratar de qualquer tipo de escravidão, remontamos aos tempos antigos dadas as suas idiossincrasias. Deste modo, não há motivos para desassociá-las, uma vez que os diferentes tipos de escravismos praticados no passado ajudam-nos a compreendê-la na contemporaneidade. Também é sabido que a escolha por qualquer terminologia para este fenômeno pressupõe a relação com seu ‘uso político’, revelando as intencionalidades que justificaram a escolha, como em nosso caso a escolha pela expressão ‘escravização contemporânea’ justifica-se por ser ao nosso ver, mais apropriada ao fenômeno em estudo, porém, não o suficiente.²⁹⁴

Temos defendido em nossas mais recentes reflexões que o conceito de trabalho escravo contemporâneo já imprime uma identidade teórico-conceitual, e confere status de legitimidade científica necessária no campo da intelectualidade acadêmica brasileira,²⁹⁵ como temos visto a partir dos inúmeros eventos acadêmicos, teses e dissertações respeitoa respeito do tema. A definição tem tido desdobramentos sociopolíticos e jurídicos importantes às práticas de combate, uma vez que a nomeação do processo é *sine qua non* à regulamentação jurídica, somando a esta o reconhecimento por parte da sociedade como estratégia de combate à prática. Neste sentido, Soares define que o entendimento da escravização contemporânea não escapa à comparação de outras formas pretéritas de escravidão, cujo ponto nos pareceu nevrálgico: o sentido da *descartabilidade* do escravizado na contemporaneidade. Se no passado o escravo tinha valor de mercado, na atualidade é tido como mão de obra abundante e descartável.²⁹⁶

Tal reflexão deixa-nos evidência do quão descartável é o trabalhador escravizado dos séculos XX e XXI, torna esse tipo de escravização mais truculenta, uma vez que a abundância de mão de obra gratuita de escravos difere do passado, onde a compra de escravos era sempre muito onerosa. Deste modo, o baixo custo e a descartabilidade destes trabalhadores constituem o binômio fomentador desta prática hoje, somada é claro, à impunidade com que ainda são tratados estes casos pela justiça brasileira, ainda muito indolente à causa. Mais do que um crime contra a legislação trabalhista, trata-se de um aviltamento e uma afronta aos direitos humanos. Ademais, outro aspecto que merece destaque, segundo a autora é que por mais torpes e inclementes que fossem os algozes de um escravo, estes sabiam que não deviam açoitá-lo até a morte, pois a morte de um escravo seria para o seu senhor um real prejuízo, uma vez que, durante o período imperial, para se mensurar a riqueza de um homem ou de sua família considerava-se a quantidade de terras e escravos que estes tinham. Atualmente, a prática da tortura é tão asselvajada que o trabalhador não é mais torturado só fisicamente, mas moral e psicologicamente. Quando este sai vivo deixa parte de seu corpo na fazenda: uma orelha, um dedo, um braço, os sonhos e até sua dignidade.²⁹⁷

²⁹⁴SOARES, 2012, pp. 70-71.

²⁹⁵Em grande medida, a cientificidade auferida pela temática do trabalho escravo contemporâneo, é fruto do trabalho conjunto da Comissão Pastoral da Terra – CPT na captação de dados e dos esforços empreendidos pelo Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo – GPTEC que tem se constituído como referência internacional na produção e difusão de conhecimentos, a respeito do temário na universidade com a produção de reuniões, projetos e as mais diversas publicações com pesquisadores de diversas partes do mundo.

²⁹⁶BALES, Kevin. **Gente descartável: a nova escravatura na economia global**. Lisboa: Editorial Caminho, 2001, p. 23.

²⁹⁷SOARES, 2012, pp. 70-71.

Como se sabe o trabalho escravo contemporâneo é um fenômeno histórico-social dinâmico de proporções globais e multifacetadas. Há quem diga que todas as sociedades, de algum modo, experimentaram formas de escravidão,²⁹⁸ de modo que este fenômeno transfigurante esteve presente em todas as regiões do planeta. No Brasil, entre 1995 e 2015, foram libertados 49.816 trabalhadores e trabalhadoras em situação de escravidão, em sua maioria homens, jovens, migrantes, entre 18 e 44 anos, sendo mais de 30 % do grupo analfabetos. Destacadamente, a Amazônia, mormente o Estado do Pará, detém oito dos dez municípios com maior número de casos de escravidão contemporânea no Brasil. Neste sentido, o Ministério do Trabalho e outras organizações têm alertado que os dados sejam ainda maiores noutras partes da Amazônia, onde ocorrem pouca ou nenhuma fiscalização. Outros dados que devemos considerar é o aumento do número de trabalhadores em todo país e, neste caso, o maior número de trabalhadoras, sobretudo mulheres bolivianas, resgatadas da indústria têxtil em São Paulo, onde as fiscalizações costumam realizar o resgate de famílias inteiras mantidas em cárcere. Compulsamos outros dados que consideramos relevantes para compreendermos a lógica do trabalho. Divulgados pela Organização Internacional do Trabalho – OIT em 2011, a pesquisa do perfil dos trabalhadores da escravidão rural²⁹⁹ objetivou a identificação de como os trabalhadores entendem o trabalho escravo contemporâneo, tomando como referenciais os elementos que para eles são características da condição de escravos. Assim, a pesquisa pontou os seguintes dados: 38,8% dos entrevistados afirmam ser ínfimo ou não haver pagamento pelo trabalho prestado; 36,3% mencionaram maus tratos, jornadas exaustivas e sobretudo humilhações sofridas; 28,9% afirmaram que o que caracteriza trabalho escravo são as condições precárias e degradantes de trabalho; curiosamente, apenas 24,7% disseram que esta seria caracterizada pela privação da liberdade, ou seja, a perda do direito de ir e vir; e 4,1% a ausência da carteira assinada.³⁰⁰ A respeito dos fluxos migratórios do trabalho escravo rural no campo brasileiro, quanto à naturalidade, temos uma maioria incontestada de 77,6% de trabalhadores nordestinos, sendo o menor contingente o do Sudeste, apenas 4,1% dos entrevistados.³⁰¹ Convém observar, entretanto, quanto à escolaridade formal dos trabalhadores entrevistados que os dados se mostram preocupantes: 18,3% são analfabetos, afirmam nunca ter frequentado a escola; e 45% dos entrevistados frequentaram a escola por menos de quatro anos, o que os torna

²⁹⁸Referimo-nos, as falas recorrentes em entrevistas e conferências de especialistas em escravidão, como Flávio dos Santos Gomes e Alberto da Costa e Silva.

²⁹⁹**PERFIL DOS PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS NO TRABALHO ESCRAVO RURAL NO BRASIL.** Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

³⁰⁰OIT, 2011, pp. 27-28.

³⁰¹Ibid., pp. 63-65.

analfabetos funcionais.³⁰² Do conjunto de dados compilados na pesquisa elegemos, dada a importância para o nosso estudo, o perfil dos trabalhadores entrevistados que, assim como a nossa pesquisa de campo, são predominantemente homens jovens, cuja média de idade é de 31,4 anos, sendo 81% e negros. Outro dado que nos pareceu relevante foi o fato de que a maioria dos trabalhadores, ou seja, 59,7% são reincidentes no trabalho escravo, e 12,6% deles já foram resgatados pelas equipes móveis de fiscalização.³⁰³

Mapa 02: Brasil - Índice de probabilidade de escravização contemporânea.

Fonte: IBGE/MTE/SUS/CPT; Elaborado por THERY et al., Atlas do Trabalho Escravo no Brasil, 2012.

Do Atlas do Trabalho Escravo no Brasil, que cartografa alguns dos dados da CPT sobre o trabalho escravo no Brasil, sobressaem-se duas ferramentas de avaliação que servirão ao monitoramento das regiões em situação de risco de trabalho escravo contemporâneo, a saber: o Índice de Probabilidade de Trabalho Escravo [vide mapa 02] e o Índice de Vulnerabilidade

³⁰²PERFIL DOS PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS NO TRABALHO ESCRAVO RURAL NO BRASIL. Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011, pp. 79-82.

³⁰³OIT, op. cit., pp. 165-169.

ao Aliciamento [mapa 03].³⁰⁴ A primeira ferramenta aponta as áreas de trabalho escravo no Brasil, embora presente em todas as regiões brasileiras, aparece destacadamente nas regiões da fronteira na Amazônia brasileira entre os Estados do Maranhão, Pará e Tocantins. Já o segundo, evidencia as regiões de origem do trabalhador escravizado, com destaque nos Estados do Maranhão, Piauí e parte do Tocantins. Tratam-se de duas ferramentas que operam em caráter de complementariedade, constituindo-se em importantes instrumentos de prevenção e combate à prática no Brasil.

Mapa 03: Brasil - Índice de vulnerabilidade à escravização contemporânea.

Fonte: IBGE/MTE/SUS/CPT; Elaborado por THÉRY et al., *Atlas do Trabalho Escravo no Brasil*, 2012.

Em reportagem publicada pelo jornal *O Estado do Maranhão* em 2015, o principal veículo de comunicação impresso do estado com alcance em todos os seus 217 municípios, estampou naquela segunda-feira, 24 de maio de 2015, informações sobre o trabalho escravo de

³⁰⁴THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida; GIRARDI, Eduardo Paulon; HATO, Júlio Takahiro. **Atlas do trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra, 2012, pp. 11-12.

maranhenses no interior do Pará. Como parte da matéria, foram publicadas fotos com tarjas de trabalhadores adultos, mas também de adolescentes que haviam sido resgatados, preservando cuidadosamente suas imagens e dados. O noticioso informou que o trem da Vale tem sido um dos meios de transporte mais comuns, que durante várias vezes por semana tem levado trabalhadores do Maranhão ao Pará em busca de emprego. São histórias, como tantas outras, que chegaram até nós durante a pesquisa de campo, de formas de exploração verdadeiramente aviltantes e não somente de trabalho escravo, ainda tão comuns no Pará, mas também de outras formas de exploração. São homens e mulheres que sonhando com uma vida digna chegam à plataforma de embarque do trem da Vale carregando nas bagagens muitos sonhos e expectativas de uma outra vida, naquele que mais parece um Eldorado perdido no meio da floresta. Riquezas naturais contrastam com a pobreza das comunidades, condição agravada pelos efeitos da mineração, por onde atravessa o trem que carrega em seus vagões, diariamente e de modo quase ininterrupto nos períodos de maior demanda do mercado internacional, minério de ferro extraído da jazida da Serra dos Carajás, Parauapebas/PA ao Porto de Itaque, São Luís/MA, destinado à exportação mundial.

O jornal *Açaí Folha*, de circulação inicialmente local e que em poucos anos conseguiu alcance regional sob o título *Jornal do Maranhão*, trazia publicada naquela, segunda-feira, 24 de novembro de 2014, uma reportagem sobre a atuação do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán com informações da instituição. Como parte da matéria foram publicadas duas fotos das atividades de palestra e atividades culturais desenvolvidas. O jornal informava que a entidade tornara-se nos últimos anos uma referência no combate ao trabalho escravo, uma entidade defensora da vida, para usar uma expressão que apareceu no noticioso.³⁰⁵ Há dez anos, outro jornal, o *Folhã*, estampou em letras garrafais a seguinte matéria: *MP Encontra Homens em Regime de Escravidão no Maranhão e Pará* [vide anexo C]. A matéria trata do resgate de trabalhadores após uma denúncia da Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Neste termos, investigando o acervo hemerográfico da Biblioteca Municipal de Açailândia foi possível perceber que as matérias publicadas pelos jornais, sobretudo os locais, sobre o trabalho escravo contemporâneo, tentam negar ou mesmo esconder o papel de Açailândia no processo. Evidenciam denúncias e resgates de outras cidades e regiões, e

³⁰⁵ As matérias e excertos jornalísticos aqui analisadas fazem parte do acervo hemerográfico da Biblioteca Pública Municipal de Açailândia, consultado durante pesquisa de campo.

invisibilizam os casos diretos da cidade. Por outro lado, encontramos muitas reportagens sobre as ações desenvolvidas pelo CDVDH/CB com uma certa regularidade, inclusive, isto se deve às informações cedidas pela instituição em forma de release, entregue pelos próprios técnicos da instituição aos jornais locais que, em grande medida, reconhecem o papel da entidade, mas negam, de modo sutil, a identificação do trabalho escravo como um grave problema decorrente dos problemas sociais estruturais da cidade e de tantos outros que o fenômeno evidencia. De modo semelhante, ocorre na mídia televisiva local que pauta em suas programações as atividades culturais desenvolvidas pelo CDVDH/CB e colocam o combate ao trabalho escravo como pano de fundo, quando a verdade é exatamente o contrário.³⁰⁶

Garimpendo a hemeroteca digital Luta pela Terra, encontramos em seu acervo uma edição que julgamos de fundamental importância ao nosso debate; trata-se de uma reportagem publicada pelo jornal *Terra Livre*, que estampou, em agosto de 1954, a seguinte matéria: *110 Jagunços de armas nas mãos vigiam 200 homens no trabalho escravo*, trata-se de um importante registro histórico da existência de trabalho escravo no sul do Brasil já nos anos 1950 e assim é nominado pela reportagem da época. Como parte da matéria, foram publicadas entrevistas realizadas com dois trabalhadores que fugiram do que a reportagem chamou de “campos de concentração”, localizados no Norte do Paraná.

Figura 01: Documento – Trabalho escravo contemporâneo rural 1954 no Paraná.

Fonte: Documento – trabalho escravo contemporâneo rural 1954 no Paraná.

³⁰⁶BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria de Fiscalização do Trabalho. Equipe de Fiscalização Móvel – Região 04. **Relatório de fiscalização no Estado do Maranhão**. [S. l], 23 jun/06 jul 1997. 100 p.

1.2 Do Suplício de Tântalo ao Flagelo de Sísifo na Amazônia: escravização hodierna

*A humanidade se divide em dois grupos: o grupo dos que não comem e o grupo dos que não dormem com receio da revolta dos que não comem.*³⁰⁷

Josué de Castro, 1951.

*Um grito pela vida tão sofrida quero ouvir! Milhares de outras vozes solidárias vão se unir! Não mais o trabalho escravo, não mais a exploração!... No grito, a dor e o pranto do canto-libertação!*³⁰⁸

Miria T. Kolling, Um grito pela vida, 2011.

*Quando a gente faz falar o território – que é um trabalho que creio que é o nosso, fazer falar o território, como os psicólogos fazem falar a alma, como o Darcy Ribeiro quis fazer falar o povo, como o Celso Furtado quis falar a economia –, o território também pode aparecer como uma voz. E, como do território não escapa nada, todas as pessoas estão nele, todas as empresas, não importa o tamanho, estão nele, todas as instituições também, então o território é um lugar privilegiado para interpretar o país.*³⁰⁹

Milton Santos. In.: Caros Amigos, 1998, n. 17.

As três epígrafes supracitadas iluminam e servem de esteio sobre o qual fazemos algumas digressões ao longo desta breve sessão a respeito do processo de espacialização do capital sobre a Amazônia. Para este, de modo mui sucinto, utilizamos dois mitos de origem grega que nos ajudam na compreensão da dinâmica do trabalho escravo contemporâneo na região. Utilizamos o mito de Tântalo nesta seção ao fazer alusão aos trabalhadores oriundos do Maranhão escravizados nas fazendas no Pará, como informado alhures, a identificação dos sujeitos geográficos e suas narrativas são analisadas ao longo dos capítulos seguintes. Na mitologia grega, Tântalo³¹⁰ é condenado a sofrer interminavelmente o suplício da fome e da sede. Reza o mito, que o rei Tântalo foi atirado ao Tártaro, vale manancial de profusa vegetação, onde foi condenado “a não poder saciar sua fome e sede, pois, ao aproximar-se da água, esta escoava e, ao erguer-se para colher os frutos das árvores, os ramos se moviam para longe de

³⁰⁷CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. São Paulo: Editora Brasiliense, 1951.

³⁰⁸KOLLING, Miria T. **Um grito pela vida!** In.: Um grito pela vida. Mutirão contra o trabalho escravo. Rio de Janeiro, Paulus, 2011, CD, faixa 1. 3: 35.

³⁰⁹SANTOS, Milton. Mestre Milton: entrevista. **Revista Caros Amigos**. n. 17, p. 13, ago., 1998.

³¹⁰O nome do rei mitológico Tântalo aparece nos 582 e 592 do Canto XI na obra: HOMERO. **Odisseia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

seu alcance sob a força do vento”.³¹¹ Aplicamos o mito à condição dos trabalhadores submetidos à escravidão nas carvoarias e especialmente nas fazendas ao longo da Floresta Amazônica, tal qual nossos narradores da escravidão hodierna padecem diuturnamente por força das circunstâncias da fome e sede, encarcerados na maior floresta no mundo, tomados como escravos. Assim como Tântalo estão invisivelmente acorrentados ao seu Tártaro. Daí a locução “suplício de Tântalo” neste estudo que é rubricada para designar não o escravo, mas a condição do indivíduo escravizado que se vê condenado a abandonar aquilo que possui ou está ao seu alcance. Soma-se a este mito outro mais conhecido, o flagelo de Sísifo,³¹² expressão empregada por Euclides da Cunha na obra póstuma *À Margem da História*,³¹³ na forma de metáfora, ao descrever o sistema de aviamento praticado na Amazônia brasileira do início do século XX, que chegou aos dias atuais metamorfoseado na forma da escravidão por dívida, herdeira de marcas como as relações de parentesco e compadrio no processo de recrutamento e espoliação dos trabalhadores. Para o escritor Euclides da Cunha, a Amazônia constitui-se à luz de sua observação para o que ele mesmo nominou de inferno verde. O mito é assim descrito por Soares:

O mais resignado dos personagens mitológicos gregos, cantado versejadamente na Odisseia pelos hexâmetros dactílicos atribuídos a Homero, narra o trabalho infundo e repetitivo desempenhado por Sísifo resultante de um castigo dos deuses, um verdadeiro flagelo. Segundo a mitologia grega, Sísifo, rei de Corinto, foi condenado por Zeus ao trabalho inútil e eterno por ter enganado Tânatos, deus da morte. Tendo de palmilhar empurrando um bloco de pedra ao cume da mais alta montanha das terras de Hades. Ao aproximar-se do topo, a pedra rolava abaixo e Sísifo recomeçava o trabalho ininterruptamente por toda existência. O imbróglia lítico do herói trágico tem na sociedade contemporânea outros nomes, como trabalho escravizante.³¹⁴

Fazemos uso do mito, como indicado, para desvelar a crueza do cotidiano do trabalhador rural tomado como escravo e assim amarrado à uma exploração intermitente e viciosa, cativo na senzala da Floresta Amazônica Paraense na derrubada da mata no ofício de juqueiro, numa das mais inclementes condições de trabalhos, lançados à própria sorte na engrenagem deste modelo de escravização, fundado a pretexto do endividamento fraudulento.

³¹¹SOARES, 2012, pp. 52-53.

³¹²GUILLEN, Isabel Cristina Martins. O trabalho de Sísifo: escravidão por dívida na indústria extrativa da erva-mate [Mato Grosso, 1890-1945]. *Varia História* [online]. 2007, vol. 23, n. 38, pp. 615-636.

³¹³CUNHA, Euclides. *À margem da história*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

³¹⁴SOARES, op. cit., p. 46.

Nomeado em 1904 como chefe da Comissão Brasil-Peru, cujo propósito era a demarcação dos limites entre os dois países no Alto Purus,³¹⁵ Euclides da Cunha adentra a floresta pela corrente dos rios e começa a conhecer o cotidiano do homem da floresta em sua labuta diária, e das condições de vida dos trabalhadores nos seringais, tendo descrito parte da Amazônia que visitou como um *paraíso perdido* de uma *terra sem história*, fazendo referência ao abandono e alheamento do Estado para com as comunidades amazônicas em quase total isolamento do resto do país; daí originou-se o nome do livro *À Margem da História*. Atônito, o jornalista Euclides bradou ser aquela região o “paraíso diabólico dos seringais”,³¹⁶ onde grupos cada vez maiores de homens nordestinos, fugindo da seca e do martírio da miséria, atraídos pelas propagandas do Governo Brasileiro, embrenhados nas matas, foram devorados pela floresta e suas águas. Como se sabe, a política de colonização da Amazônia³¹⁷ ocorre em detrimento da reforma agrária prevista e proposta pelo Estatuto da Terra, sendo a primeira colocada como questão de ordem e segurança nacional.

Amazônia-vastíssima, despovoada, quase ignota o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria. A multidão martirizada, perdidos todos os diretos, rotos os laços de família, que se fracionava no tumulto dos embarques acelerados, partia para aquelas bandas levando uma carta de prego para o desconhecido; e ia, com os seus famintos, os seus febreiros e os seus variolosos, em condições de malignar e corromper as localidades mais salubres do mundo [...].³¹⁸

A Amazônia, em certa medida, sempre foi vista, ao longo dos anos, como uma esfinge a ser decifrada, um eldorado a ser desbravado, como algo oculto e misterioso a ser revelado. Neste sentido, a narrativa euclidiana, permeada por imagens, traz uma visão um tanto impressionista e hiperbolizante da floresta, sobretudo por sua imensidão, a qual chamou sem hesitar de “inferno verde dos seringais” que pouco a pouco era povoada por uma multidão de migrantes nordestinos vitimados pela malária e varíola, restando-lhes apenas “a missão mais

³¹⁵CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Experiências de seringueiros de Xapuri no Estado do Acre e outras histórias**. 2014. 396p. Tese [Doutorado em História Social]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2014.

³¹⁶CUNHA, Euclides. **À margem da história**. São Paulo: Martin Claret, 2006. p. 29.

³¹⁷Ver, entre outras contribuições, as reflexões sobre o processo de colonização e ocupação recente da Amazônia, nas obras a seguir: GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo**. Cuiabá: UNICEN / UNESCO, 2002. / GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Personagens e Memórias: territórios de ocupação recente na Amazônia**. In.: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda [Orgs.]. **História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005, pp. 519-546. / GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **História, trabalho e política de colonização no Brasil contemporâneo: discursos e práticas**. Amazônia Legal. In.: ACIOLI, Vera Lúcia Costa. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. MONTENEGRO, Antonio Torres. [org.]. **História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade**. Recife: EdUFPE, 2011, pp. 85-129.

³¹⁸CUNHA, op. cit., p. 49.

do que dolorosa de desaparecer na imensidão da floresta”.³¹⁹ A respeito da servidão por dívida o autor pontua que:

A sua dívida avulta ameaçadoramente: três, quatro, cinco, dez contos, às vezes, não pagará nunca. Queda então, na mórbida impassibilidade de um fela desprotegido dobrando toda a cerviz a servidão completa. O ‘regulamento’ é impiedoso: “Qualquer ‘freguês’ ou ‘aviado’ não poderá retirar-se sem que liquide todas as suas transações comerciais...” Fugir? Nem cuida em tal.³²⁰

Com toda uma perspectiva literária e perícia na arte da escrita que lhe era própria, o autor utilizou-se da metáfora do polvo e seus tentáculos enquanto fera mitológica para descrever o controle vigiado dos trabalhadores nas frentes de trabalho na selva pelas trilhas, vias, rios e trajetos serpenteados pelo monstro amazônico. Era para ele um lugar de relações infortuitas e de dolorosos percalços na “mais criminosa organização do trabalho que ainda engendrou o mais desacomodado egoísmo [...] o homem que trabalharia para escravizar-se”.³²¹ Soma-se a isto em passagens da obra, como relato de uma pesquisa de campo, a descrição do *sistema de aviamento* que ocorria com os seringueiros na Amazônia e o compara ao mito do Flagelo de Sísifo.

Enquanto o colono italiano se desloca de Genova à mais remota fazenda de S. Paulo, paternalmente assistido pelos nossos poderes públicos, o cearense efetua, a sua custa e de todo em todo desamparado, uma viagem mais difícil, em que os adiantamentos feitos pelos contratadores insaciáveis, incados de parcelas fantásticas e de preços inauditos, o transformam as mais das vezes em devedor para sempre insolvente. A sua atividade, desde o primeiro golpe de machadinha, constringe-se para logo num círculo vicioso inatúvel: o debater-se exaustivo para saldar uma dívida que se avoluma, ameaçadoramente, acompanhando-lhe os esforços e as fadigas para saldá-la. E vê-se completamente só na faina dolorosa. A exploração da seringa, neste ponto pior que a do caucho, impõe o isolamento [...]. *Nesta empresa de Sísifo a rolar, em vez de um bloco, o seu próprio corpo – partindo, chegando e partindo – nas voltas constritoras de um círculo demoníaco, no seu eterno giro de encarcerado numa prisão sem muros, agravada por um ofício rudimentar que ele aprende em uma hora para exercê-lo toda a vida.* automaticamente, por simples movimentos reflexos se não o atrofia todas as esperanças, e as ilusões ingênuas, e a tonificante alacridade que o arrebataram àquele lance, à ventura, em busca de fortuna.³²²

Os relatos de Euclides da Cunha apontam para o que chamamos de sistema de barracão³²³, cantina ou, mais recentemente, caderneta ou caderno de dívidas que, como observou, era comum na Amazônia, sobretudo durante ao apogeu do Ciclo da Borracha. No

³¹⁹CUNHA, Euclides. *À margem da história*. São Paulo: Martin Claret, 2006. p. 49.

³²⁰Ibid., p. 59, grifos nossos.

³²¹Ibid., p. 49.

³²²Ibid., p. 59, grifos nossos.

³²³Sem o intento de aprofundar neste temático, passamos, como segue, sugestão de leitura com a seguinte obra: TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *Servidão humana na selva: o aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia*. Manaus: Editora Valer/EDUA, 2009.

contexto do que se chama costumeiramente de peonagem, ou como quer o próprio José de Souza Martins, escravidão por dívida.

A época de florescimento recente da peonagem, no início dos anos setenta, foi também época do chamado “milagre brasileiro”, época de grande crescimento econômico. A expansão da fronteira coincidiu com a ampliação das alternativas de investimentos em outros setores da economia, onde, aparentemente, a rentabilidade do capital era maior e mais rápida do que na agropecuária. Chegou-se a supor, na época, que havia transferência clandestina dos incentivos fiscais, obtidos pelas empresas, da frente pioneira para a área mais desenvolvida e industrializada do país, o Sudeste, principalmente para aplicações financeiras. A fundação de fazendas [ou de indústrias] na Amazônia era o meio de obter os recursos dos incentivos fiscais. Mas isso dependia de mecanismos atrasados e arcaicos de exploração do trabalho e acumulação de capital, como a peonagem e a expropriação violenta dos ocupantes originais da terra, os índios e posseiros.³²⁴

Cumpramos observarmos também que a expansão do capital, que demanda mão-de-obra gerando a escravização nestas regiões de fronteira agrícola, em larga medida, é derivada da pobreza estrutural por falta de emprego e renda nas regiões de origem. Em termos equipolentes, Paulo Mattos tem chamado de agroescravidão³²⁵ o trabalho escravo rural, fruto do avanço desmedido do agronegócio.³²⁶ Mas é preciso asseverar que mesmo durante a chamada escravidão negra no Brasil Império há registros históricos comprobatórios de que vigoraram formas outras de escravização de imigrantes europeus, como descrito na obra *Memórias de um colono no Brasil 1850*.³²⁷ A este respeito, Soares pontua a prática da escravização por dívida³²⁸ no Brasil de meados do século XIX, com os imigrantes europeus, concomitante à escravidão negra.

Havia a presença de trabalhadores imigrantes europeus juridicamente livres, sendo ‘escravizados’ em fazendas no sul e sudeste do país, a exemplo do que ocorria na Fazenda Ibicaba, de propriedade do Sr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, então Senador Vergueiro que, através de sua companhia de comércio, recrutava os imigrantes suíços e alemães para o trabalho na lavoura do café. Estes por sua vez tinham, a duras penas, de saldar suas dívidas, como não conseguiam, tornavam-se cativos por dívida. Tinham, portanto, hipotecado a sua própria vida, seu futuro e de

³²⁴MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. In.: **Tempo social: Revista de Sociologia USP**, 6, 1-2. São Paulo: 1995, p. 11.

³²⁵MATTOS, Paulo Henrique Costa. **Agroescravidão: a degradação do humano e o avanço do agronegócio no Brasil Contemporâneo**. Gurupi: Editora Veloso, 2013.

³²⁶PARENTE, Izabel Cavalcanti Ibiapina. **A escravidão contemporânea no Brasil e o desmatamento da Floresta Amazônica: impactos socioambientais provocados pelas carvoarias em Açailândia/MA**. 2008. 103p. Monografia [Graduação em Ciências Sociais/antropologia] Universidade de Brasília. Brasília, 2008. / PARENTE, Izabel Cavalcanti Ibiapina. **A escravidão por dívidas nas carvoarias da Amazônia**. 2009. 101p. Monografia [Graduação em Ciências Sociais/Sociologia] Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

³²⁷DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil 1850**. São Paulo: EDUSP, 1980.

³²⁸ESTERCI, Neide. A dívida que escraviza. In.: Comissão Pastoral da Terra. **Trabalho escravo no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 104. Indicamos, neste sentido, a leitura do seguinte estudo: SOUZA, Maria Aparecida A. Martins. **Retalhos de vidas: escravidão contemporânea nas agropecuárias do Araguaia [1970-2005]**. Dissertação [Mestrado em História], Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá: 2009.

sua família. Assim, podemos constatar que mesmo depois de 1888, passou a vigorar, em diferentes regiões, e sob múltiplas facetas, práticas coercitivas de trabalho no Brasil, como a anteriormente descrita, que podemos classifica-la como *colonato*, que logo se degenerou em servidão por dívida chegando até nós, que neste estudo convencionou-se chamar de trabalho escravo contemporâneo por nós renomeado de *escravização contemporânea*. Em 1856, a Fazenda Ibicaba foi palco de uma crise sem precedentes que culminou na chamada Revolta dos Parceiros, um levante capitaneado pelo colono suíço Thomaz Davatz contra a insatisfação dos imigrantes europeus aprisionados na maior produção de café da época, fazendo chegar às autoridades europeias a real situação de parte dos colonos que vieram para o Brasil. Desta experiência, Davatz escreveu o livro *Memórias de um colono no Brasil 1850*, descrevendo suas memórias individuais e coletivas, que ajuda-nos compreender com clareza este período da história do Brasil.³²⁹

Temos dito reiteradamente em publicação diversas que a definição de trabalho escravo contemporâneo no Brasil está além de um posicionamento político de enfrentamento à prática. É também uma definição que carrega consigo elementos indextricáveis a nossa história e sociedade. De modo que contrapor-se ao seu uso é também, por muitos, uma forma de negar o legado de preconceito e desigualdade social que tanto acomete o país de modo quase indelével e por vezes velado, e que se encontra entre nós travestido de inúmeras formas. Desqualificar a expressão tem sido por muitos neoescravocratas sua maior defesa. Ora, se o que temos visto não é escravidão, certamente o que a historiografia descreve como escravidão moderna entre os séculos XVI e XIX também não seria e, por extensão, nem mesmo o que ocorreu nas sociedades clássicas, como a greco-romana dentre outras. Diante disto, retomamos a analogia da fênix ao defender, como dito alhures, que a escravidão esteve presente ao longo da história das sociedades muito antes do capitalismo, tendo encontrado nestas condições para se recriar e ampliar. Mesmo em face de modernas práticas de produção nos países desenvolvidos, quer no campo ou na cidade, temos visto, de modo recorrente, o uso de mão de obra escravizada em atividades ainda consideradas *subalternizantes*.

Para o diretor-presidente da ONG Repórter Brasil e Conselheiro do Fundo das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravidão, Leonardo Sakamoto, “há casos em que os trabalhadores que foram libertados 8 vezes, não porque eles queriam ser escravos, mas porque na esperança de tentar”.³³⁰ Noutras passagens desta entrevista, o narrador pontua a

³²⁹SOARES, 2012, pp. 65-66. Sobre o uso de metodologias de pesquisa no campo da história e sociologia do trabalho, sugerimos o livro-coletânea ALVES, Giovanni Alves; SANTOS, João Bosco Feitosa dos. [Orgs.]. **Métodos e Técnicas de Pesquisa sobre o Mundo do Trabalho**. Bauru: Canal 6, 2014.

³³⁰SAKAMOTO, Leonardo. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açaílandia. 24. mar., 2008. Para aprofundamentos, segue recomendação: SAKAMOTO, Leonardo Moretti. **Os acionistas da casa-grande: a reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. 2007. 256p. Tese [Doutorado em Ciência Política]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2007.

escravidão contemporânea como uma reinvenção do sistema capitalista que atinge até mesmo as relações não-capitalistas como ocorre nas regiões de fronteira na Amazônia.

Ressaltaremos, pois, como nos mostra abaixo, uma radiografia da Amazônia Legal, que denota a nefasta atuação do grande capital na Amazônia Brasileira.

Figura 02: *Amazônia* – Radiografia da Amazônia Legal.

Fonte: CPT, EPE, IBGE, INPE, MME e Repórter Brasil, 2014.

Jean Marie Xavier Plassat, frade dominicano, coordenador da Campanha Nacional da Campanha *De olho aberto para não virar escravo* da Comissão Pastoral da Terra – CPT, em entrevista concedida à Revista do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quando interpelado acerca das mudanças nos últimos 20 anos no combate ao trabalho escravo no Brasil, asseverou que:

Com base nas características concretas do trabalho escravo encontradas pelo Grupo Móvel de fiscalização, o **Congresso Nacional** atualizou em dezembro de 2013 a definição legal do **trabalho escravo**, que consta no artigo 149 do **Código Penal**, identificando quatro condições que o caracterizam, de forma alternativa ou cumulativa: condições degradantes de trabalho, que coloquem em risco a saúde e a vida do trabalhador; jornada exaustiva, em que o trabalhador é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga; **trabalho forçado**, em que a pessoa é mantida no serviço através de fraudes, isolamento geográfico ou ameaça e violência; e **servidão por dívida**, em que a pessoa é forçada ilegalmente a contrair uma dívida e trabalhar para pagá-la. [...]. Com isso, obviamente, houve mudanças importantes: o trabalho escravo saiu da invisibilidade [proporcionada pelo negacionismo anterior] para aparecer na luz do dia. A TV e a imprensa passaram a mostrar relatos de resgate e imagens das **condições degradantes** infligidas a trabalhadores, inicialmente na **Amazônia** e, aos poucos, em todas as regiões do país. Além da **CPT** e seus parceiros imediatos, várias entidades e instituições entraram em campanha e se qualificaram neste enfrentamento: o **Ministério Público do Trabalho**, particularmente atuante, com sua coordenação especializada, a **Conaete [Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo]**, e sua participação sistemática em todas as fiscalizações; o **Ministério Público Federal**, com contribuição mais efetiva depois de reconhecida, em 2007, a competência da **Justiça Federal** para julgar o crime do artigo 149; a **Defensoria Pública**, com incipiente, porém crescente, atuação na defesa das vítimas; a **Organização Internacional do Trabalho [OIT]**, com programa específico de cooperação neste campo no Brasil; a **ONG Repórter Brasil**, com sua agência de notícias, suas pesquisas de cadeias produtivas e seus programas educativos; a **CNBB [Conferência Nacional dos Bispos do Brasil]**, promotora, em 2014, de uma Campanha da Fraternidade sobre o tema, entre outras.³³¹

Por meio desta narrativa é possível compreendermos a dinâmica do combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil. E de modo continuado, quando perguntado sobre as atuais formas do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, bem como sobre as estratégias de combate, o frade responde:

Quanto à realidade do trabalho escravo verificada no Brasil durante estes anos, digamos que ela se revelou um pouco mais diversificada e mais complexa que o “padrão” inicialmente observado na Amazônia, sobretudo a partir do início do regime militar: um padrão associado ao avanço do capital e da fronteira agrícola sobre a floresta, com farto recurso à mão de obra braçal aliciada nos estados do Nordeste para desmatar e formar pastos em grandes propriedades ou, aproveitando a madeira de segunda, para produzir carvão destinado à produção de ferro-gusa em Marabá, no Pará, ou Açailândia, no Maranhão. O trabalho escravo se revelou uma prática frequente nas terras do agronegócio da cana, da soja, do algodão e do café. Nessas atividades – digamos de trabalho rural – que foi encontrada, entre 2003 e 2016, a grande maioria das situações de trabalho escravo: 2.710 dos 3.053 casos e 42 mil dos quase 48 mil trabalhadores identificados como escravos neste período. Dois em cada três casos foram encontrados na Amazônia, mas apenas 47% dos trabalhadores foram libertados nesta região. Nestes 14 anos, o número de fiscalizações realizadas na Amazônia caiu de uma média inicial de 150 por ano para somente 82 em 2016. Paralelamente houve uma ampliação da fiscalização do trabalho escravo para todo o território nacional, porém com um efetivo de auditores fiscais em constante redução. Neste período, 9.995 pessoas foram encontradas em condição análoga à de escravo na Região Sudeste e 2.610 na Região Sul, contra 9.553 no Nordeste, 10.924 no

³³¹NECCHI, Vitor. Trabalho escravo contemporâneo é marcado por obstáculos e omissões dos poderes públicos. Entrevista com Xavier Plassat. **Revista IHU On-line**, São Leopoldo: Instituto Humanitas – Unisinos. 499, Ano XVI, 19, dez., ISSN 1981-8793, 2016. Acesso em: 19/01/2017, grifo nosso.

Centro-Oeste e 14.757 no Norte. Nos últimos três anos, o número médio de estabelecimentos fiscalizados por ano, em todo o Brasil, apresentou forte recuo, com poucas exceções: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Amazonas, São Paulo e Tocantins. [...] Foi neste contexto que chegamos ao “descobrimento” de situações de trabalho escravo em “novas” atividades e localidades até então tidas como imunes a esta praga ou simplesmente carentes de fiscalização: cerca de 3 mil libertados na construção civil, 550 na confecção e outros 2 mil em comércios e serviços diversos.³³²

O ganhador da Medalha Chico Mendes de Resistência em 2006 demonstrou-se bastante preocupado com a conjuntura política atual que tem resultado em perdas sucessivas de direitos das classes trabalhadoras no Brasil. A respeito da atuação recente do governo Michel Temer no combate ao trabalho escravo, Xavier Plassat não tem dúvida que é “um verdadeiro tiroteio por parte de setores do Congresso fortemente articulados [as famosas bancadas BBB: bala, boi, Bíblia] contra a política brasileira de combate ao trabalho escravo com o rebaixamento da definição conceitual e liberação da terceirização”.³³³ Assim, o frade francês explica:

Neste contexto, tendo a considerar que ficará um pouco mais complicado para o **governo Temer** dar seguimento a esses funestos projetos de retrocesso no combate ao trabalho escravo, especialmente quanto à extinção da **Lista Suja** e à redução do conceito legal de trabalho escravo. Na argumentação dos seus detratores, o conceito do artigo 149 CPB [Código Penal Brasileiro] não teria clareza e por isso provocaria “insegurança jurídica”. Eles alegam que “jornada exaustiva” e “condições degradantes” são expressões genéricas, de interpretação subjetiva, e pretendem eliminar esses caracterizadores na definição do trabalho escravo [veja o **Projeto de Lei da Câmara 3842/12**, do ex-deputado **Moreira Mendes**, que visa alterar a redação do art. 149 CPB, e o Projeto de Lei do Senado 432/2013, do senador **Romero Jucá**, que procura instituir uma definição específica, diversa da do art. 149, para efeito de regulamentação da Emenda Constitucional 81 que determina o confisco da propriedade onde for flagrado trabalho escravo]. [...]. Por duas vezes, no final de 2015 e início de 2016, o PLS 432/2013 passou perto de ser submetido à votação dos senadores, em regime de emergência. A tentativa só foi barrada pela forte mobilização da sociedade e a participação de destacadas figuras nacionais, a exemplo de Wagner Moura, ou internacionais, como o indiano Kailash Satyarthi, prêmio Nobel da Paz. [...] O cenário atual do país é de gritante agravação da pressão dos setores que há anos procuram flexibilizar os direitos dos trabalhadores, eliminando tudo aquilo que consideram ser entrave à livre exploração e à maximização da rentabilidade de seus empreendimentos: liberação incondicional da terceirização das relações de trabalho; preponderância do negociado sobre o legislado na efetivação dos direitos; redução da definição legal do trabalho escravo; fragilização da inspeção do trabalho, tanto quantitativamente quanto qualitativamente. Em resumo: abrindo a porta ao recrudescimento do trabalho escravo que essa precarização do vínculo trabalhista potencializa.³³⁴

³³²NECCHI, Vitor. Trabalho escravo contemporâneo é marcado por obstáculos e omissões dos poderes públicos. Entrevista com Xavier Plassat. **Revista IHU On-line**, São Leopoldo: Instituto Humanitas – Unisinos. 499, Ano XVI, 19, dez., ISSN 1981-8793, 2016. Acesso em: 19/01/2017.

³³³Ibidem. 2016.

³³⁴NECCHI, Vitor. Trabalho escravo contemporâneo é marcado por obstáculos e omissões dos poderes públicos. Entrevista com Xavier Plassat. **Revista IHU On-line**, São Leopoldo: Instituto Humanitas – Unisinos. 499, Ano XVI, 19, dez., ISSN 1981-8793, 2016. Acesso em: 19/01/2017, grifo nosso. Para uma leitura complementar a este respeito vide: PLASSAT, Xavier. **Erradicação do trabalho escravo?** Ficou para outra vez. In.: Comissão Pastoral da Terra, Conflitos no Campo, Brasil-2005, CPT, Goiânia, 2006.

A atuação do Frei Xavier Plassat no combate à escravidão contemporânea lhe rendeu, em 2008, um prêmio durante a 14ª edição nacional na categoria Erradicação do Trabalho Escravo, do Prêmio Direitos Humanos, promovido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR. Um aguerrido militante desta causa que tem se colocado a frente de muitos embates e compreende a importância da caracterização desta prática junto às instituições fiscalizadoras como forma efetiva de combate. Neste sentido, ele pontua que:

A escravidão possui um caráter pluriofensivo: é uma agressão a vários direitos da pessoa. Isso ficou bem claro na Fazenda Brasil Verde. Na fiscalização de 2000, que encontrou trabalhadores em situação de escravidão, verificou-se que eles foram aliciados por um ‘gato’ no interior do Piauí e viajaram durante dias em ônibus, trem e caminhão até chegarem à fazenda. Suas carteiras de trabalho foram confiscadas e assinaram documentos em branco. As jornadas de trabalho eram de 12 horas ou mais, com um descanso de meia hora para almoçar e apenas um dia livre por semana. Na fazenda, eles dormiam em galpões com dezenas de trabalhadores em redes, sem eletricidade, camas ou armários. O teto era de lona. A alimentação era insuficiente, de péssima qualidade e descontada de seus salários. Eles se adoentavam com frequência e não recebiam atenção médica. O trabalho era realizado sob ordens, ameaças e vigilância armada. Segundo a Corte, houve violação à integridade e à liberdade pessoais [violência e ameaças de violência, coerção física e psicológica dos trabalhadores, restrições da liberdade de movimento]; os tratamentos eram indignos [eram degradantes as condições de habitação, de alimentação e de trabalho]; havia também limitação da liberdade de circulação [restrição de circulação em razão de dívidas e do trabalho forçado exigido]. Em seu conjunto, foram estes os elementos constitutivos da escravidão no presente caso. Foi constatada a existência de trabalho exaustivo, condições degradantes de vida, falsificação de documentos e a presença de menores de idade. [...]. Estas são afirmações fundamentais para se discutir a atualidade do trabalho escravo no Brasil, seu conceito legal, e as formas de combatê-lo. Sempre que uma pessoa for tratada “pior que animal”, no dizer de muitos trabalhadores que fugiram daquela situação, sempre que for tratada como se coisa fosse, tirando-lhe a capacidade de exercer de fato sua liberdade real [não somente formal], teremos que referir essa situação à condição “análoga” à de escravo.³³⁵

A respeito do cadastro de empregadores que são flagrados escravizando trabalhadores/as, denominado de Lista Suja,³³⁶ tem sido, segundo a narrativa de Xavier, um exemplo a ser replicado por outros países no mundo; um importante instrumento de transparência que tem se mostrado, em certa medida, eficiente com desdobramentos efetivos no combate a prática, defendendo sua reativação imediata, como sublinha Plassat:

A admiração suscitada na comunidade internacional pela existência da Lista Suja e a força da ofensiva armada contra ela em certos meios empresariais do Brasil, um tanto defasados, são por si só confirmação da sua real e temível eficácia. Afinal este mecanismo funcionou sem nunca ser interrompido, de novembro de 2003 a dezembro

³³⁵NECCHI, Vitor. Trabalho escravo contemporâneo é marcado por obstáculos e omissões dos poderes públicos. Entrevista com Xavier Plassat. **Revista IHU On-line**, São Leopoldo: Instituto Humanitas – Unisinos. 499, Ano XVI, 19, dez., ISSN 1981-8793, 2016. Acesso em: 19/01/2017, grifo nosso.

³³⁶Seguem no anexo G e apêndice D, respectivamente, a cópia da decisão judicial da republicação da Lista Suja e Lista de Transparência sobre Trabalho Escravo Contemporâneo no MA e PA.

de 2014, e tem gerado resultados que vários países invejam ao Brasil. O principal deles é de ter tornado possível a construção de um mapa do trabalho escravo visualizando quem usa, quem vende, quem compra, quem lucra com ele, e criando assim a possibilidade para o consumidor, o cidadão, o produtor, o Estado – todos lesados em alguma parte por este crime - de tomar suas atitudes: não comprar, não vender, não financiar, não bancar. Uma força considerável que encontrou eco em algumas iniciativas de ética e responsabilidade empresarial, que são importantes ressaltar. Não se trata apenas de *social washing*, mesmo se, claro, isso também aconteça. Hoje a problemática das cadeias produtivas se tornou uma ferramenta de primeira importância no combate ao trabalho escravo. Justamente porque não apela somente para princípios éticos, mas também para uma mínima observância das regras do jogo nos mercados e na gestão de riscos. Afinal, quem busca o custo zero na exploração da mão de obra não fere apenas – embora principalmente - as pessoas que vêm explorando, mas prejudica os empregadores que continuam se pautando nas regras estabelecidas. Trata-se de uma forma covarde de *dumping* social. Vamos apostar que a **Lista Suja** voltará a ser publicada. Desde quando quebrar o termômetro melhora o estado do paciente? Miriam Leitão foi lúcida, corajosa e feliz ao afirmar, em comentário recente: - É o crime que tem que ser combatido, não a lista!.³³⁷

Numa perspectiva mais local, tomamos a narrativa da secretária executiva do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB, Fabrícia Carvalho da Silva, em entrevista concedida a Carmen Bascarán em 2016, por ocasião do documentário *A Força dos Pequenos* dirigido pela jornalista espanhola Patricia Simón. Ela se mostrou otimista quanto à superação dos desafios impostos à comunidade local, arregimentados os esforços no sentido de combatê-los, por uma vida mais justa e digna. Neste tom asseverou que:

Eu acredito na transformação de cada uma daquelas crianças que a gente atende hoje nos bairros que não têm o mínimo de perspectiva de vida, não porque eles não queiram, mas porque a própria estrutura roubou deles a possibilidade de serem alguém melhor. Então eu acredito que é possível a gente continuar lutando e, mesmo que as forças externas e internas, e que pessoalmente a gente se sinta fraco, muitas vezes a gente se sente impotente, mas precisa superar isso e continuar lutando para que mais pessoas consigam viver de um jeito digno. Pode ser que a gente não consiga recuperar todos, ou ao menos atender a todos, pode ser que a gente não consiga reduzir de fato em números grandes as desigualdades sociais, mais eu acho que a gente tem uma missão muito grande a cumprir.³³⁸

Ingressemos agora, na narrativa de Brígida Rocha dos Santos, coordenadora do Atendimento Psicossocial da mesma instituição, que relata casos de maus tratos sofridos pelos trabalhadores e trabalhadoras: exploração de jovens, abusos sexuais, dentre outras questões apontadas pela narradora.

³³⁷NECCHI, Vitor. Trabalho escravo contemporâneo é marcado por obstáculos e omissões dos poderes públicos. Entrevista com Xavier Plassat. **Revista IHU On-line**, São Leopoldo: Instituto Humanitas – Unisinos. 499, Ano XVI, 19, dez., ISSN 1981-8793, 2016. Acesso em: 19/01/2017, grifo nosso.

³³⁸DA SILVA, Fabrícia Carvalho. Entrevista concedida a Carmen Bascarán. Açailândia. 19. nov., 2016. / DA SILVA, Fabrícia Carvalho. **O CDVDH/CB em constante avaliação institucional**. [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <fabricia49@hotmail.com>. em: 05 maio. 2015.

Todos os anos a gente recebe denúncias, todos os anos tem resgates, e algumas vezes tem até trabalhadores reincidentes, isso mostra que é necessário uma política de inserção, ou de reinserção, ou de recuperação dos municípios, das comunidades, para que esses trabalhadores não se permitam, não saiam novamente, para essas situações; e no âmbito criminal, o que diz realmente lá o Art. 149 do Código Penal, que possa ter efetividade, da prisão dos empregadores, e quando for encontrados crianças ou adolescentes dentro das fazendas, que essa penalidade possa ser multiplicada, esse é um sonho que se tem, de que sejam presos, e quando tiver, que isso seja ampliado. Olha que tem bastante, só em 20 denúncias de fazendas que a gente fez uma análise, foram encontrados 41 casos de crianças e adolescentes que foram resgatados dentro das fazendas, só por aí já seria um grande elemento para os fazendeiros serem presos, mas não estão. Nós temos casos de adolescentes que foram explorados sexualmente pelo ‘gato’, que colocava a arma na cabeça deles para eles poderem fazer relação oral com ele, e assim ele não está preso, o patrão não está preso, a única coisa que foram presos foram as armas, o prejuízo material é irrisório, prejuízo moral para eles não teve algum, porque é um caso que teve pouca repercussão. Com certeza ele vive cometendo esse mesmo abuso com outros trabalhadores, com outros adolescentes, com outros jovens, e assim a gente tem vários casos que são horríveis, gritantes as situações, como também nós temos o caso da [?], e o Sr. [?], que foram trabalhar em uma fazenda em Santa Luzia, de um grande fazendeiro que sua fazenda já foi fiscalizada por 2 vezes, e aí eles questionaram o local em que estavam, o barraco que eles estavam com seus filhos, com 7 filhos, porque era perto de um morro, e que era muito difícil aquela situação, poderia vir uma chuva, poderia haver alguma situação do morro esmoronar sobre a casa, então eles não foram ouvidos, não deram atenção para eles, e infelizmente o Seu [?] perdeu 6 filhos de uma vez. A noite, quando dormiam, o morro caiu por cima da casa, eles conseguiram sair e um dos filhos conseguiu, os demais filhos pequenos todos se foram. Teve alguma situação para esse caso de nível judicial! ‘não’, o Centro entrou com a ação, mais infelizmente a família até hoje não recebeu nada financeiramente, apesar de que por maior que sejam que eles possam vir a receber, não compensaria a perda de 6 filhos. Mas não teve nada, o empregador continua com as mesmas funções, possivelmente tenha outros trabalhadores na mesmas área, correndo o mesmo risco também.³³⁹

A narrativa de Brígida traz à cena o caso de um trabalhador que tendo sofrido um grave acidente de trabalho, seu empregador, mesmo sendo médico, não ofereceu assistência médico-hospitalar [vide foto 31]. A entidade prestou assistência encaminhando-o ao serviço de saúde, conforme sublinhou em sua fala.

Certa vez, um trabalhador chegou aqui com um pé machucado porque tomou um choque na fazenda e o patrão, que era médico manda colocar um remédio de bicheira de gado, e quando colocou, fez foi agredir mais o pé dele que havia sido queimado pelo choque, então ele ficou dentro da fazenda sem ter auxílio para vir para a cidade. Um outro companheiro de trabalho que trouxe ele, para poder buscar ajuda, e quando chegou nos hospitais foi um atendimento muito precário e ele terminou vindo buscar ajuda em Açailândia para resolver a questão trabalhista, pois ele dizia que não dava mais para voltar para o trabalho, mas queria que o patrão pagasse ele, sendo que, quando a gente olhava para o pé dele, não tinha como a gente atender a questão trabalhista porque a gente via a gravidade da saúde do pé dele, então teve que recorrer urgente para os meios de saúde e aquele trabalhador perdeu os dedos, foram amputados os dedos do pé. Depois, com o processo de busca de indenização a gente ver que aquela indenização não saiu, isso para a gente foi muito assim angustiante de ver, o quanto que a justiça dá tantas brechas para esses empregadores cometerem os abusos diversos, porque se aquele trabalhador sofreu aquela agressão foi por falta de

³³⁹DOS SANTOS, Brígida Rocha. Entrevista concedida a Carmen Bascarán. Açailândia. 19. nov., 2016.

proteção que não tinha dentro daquela fazenda e, mesmo depois que sofreu, ele não teve os cuidados.³⁴⁰

Do conjunto das experiências narradas por Brígida Rocha, extraímos alguns excertos reveladores de sua prática cotidiana no atendimento aos/as trabalhadores/as escravizados/as. Sobrelevou-se em sua narrativa o Caso João Cordeiro, trabalhador que havia perdido o contato com seus familiares; chegou na entidade nos braços de um outro trabalhador escravizado que ela mesma tinha atendido anos atrás, mas que, apesar dos esforços, faleceu. Trata-se de uma narrativa emocionada que levou a muitos dos presentes na entrevista, sobretudo a entrevistadora, às lágrimas.

Assim, dos casos que eu tenho como um dos mais fortes, é o caso do Sr. João Cordeiro, que é um trabalhador que me ensinou muito, acho que até pelo convívio que eu tive com ele de aproximadamente uns três meses. Aquele trabalhador chegou nos braços com outro trabalhador, que a gente já havia atendido alguns anos atrás, que era do Pará. Quando eu vi o Seu Francisco eu me alegrei e falei: - Seu Francisco como está? Ele respondeu: - Dona Brígida eu trouxe esse homem aqui para a senhora cuidar. Esse homem era o João Cordeiro, Seu João estava com a pele toda cheia de caroços, com ferimentos e não tinha quase forças para falar. A situação do Seu João foi devido o seu trabalho com veneno numa fazenda, sem nenhuma proteção. Então ele começou a sentir dores de cabeça, começou a aparecer alguns hematomas no corpo, e falou com o patrão e ele falou que não poderia fazer nada por ele, e aquilo foi aumentando os caroços, e o outro companheiro do Seu Francisco disse não, eu vou levar ele para a cidade, eu sei quem pode lhe ajudar, e ele veio. Eles chegaram e pediram ajuda, a ajuda que eles queriam era para chamar o patrão para fazer o pagamento de Seu João para ele poder se tratar, só que a gente percebeu que não poderia esperar, nós levamos Seu João para o socorro médico, foi identificada toda aquela situação, como uma intoxicação de veneno. Mas, o Seu João começou a tomar medicamento e começou a melhorar e a recuperar sua saúde, sendo que sempre ficou sentindo as dores de cabeça, por várias vezes levamos ele ao médico, depois retornavam, mas, infelizmente o Seu João terminou falecendo. Um dia antes dele falecer, eu tive que viajar a trabalho de outra atividade do Centro de Defesa, então eu fui até o quartinho que Seu João se encontrava, até para beber água éramos nós quem dávamos para ele a água no copo, porque ele não tinha mais resistência.³⁴¹

A narradora ressalta ainda em sua entrevista os diálogos que manteve com o trabalhador, e como se deu a procura pelos familiares de João Cordeiro, pontuando que

Ele conversando comigo, ele parecia estar se despedindo, e dizia, dona Brígida, a senhora precisa dar continuidade a esse trabalho, a senhora é uma pessoa muito importante para mim, porque a senhora pode me ouvir, pode me dar atenção, a senhora soube me escutar. Foi simplesmente essas coisas que ele falou, por várias vezes eu perguntei, Seu João me dê contatos da sua família, para eu comunicar que o senhor está aqui no Maranhão. Ele dizia que não tinha o contato da família, então o que eu tinha era o nome completo do Seu João, e o número de identidade dele. Quando eu cheguei, a informação de que Seu João tinha falecido, então aquilo foi muito difícil para mim, a partir de então eu não sabia o que fazer, com um trabalhador, que tinha família no Ceará, mas que eu não tinha nenhum contato eu fui mexer em todos as pastas da bolsa dele, havia uma sacola que tinha as roupas dele. Graças a Deus eu

³⁴⁰DOS SANTOS, Brígida Rocha. Entrevista concedida a Carmen Bascarán. Açailândia. 19. nov., 2016.

³⁴¹Idem.

encontrei uma carteira da Marinha, era pescador associado numa Associação de Pescadores da Marinha, e foi daí que começaram nossas buscas. Identificamos a cidade e começamos a ligar, graças a Deus, um representante da Marinha nos atendeu e nos ajudaram a ir atrás da família do Sr. João Cordeiro. Eles diziam que ele era associado há muitos anos, então não sei se vamos conseguir o endereço, mas vamos fazer o possível. Dentro disso a gente já tinha entrado em contato com o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS da cidade dele. Ligamos também para a polícia, para que todos se mobilizassem para ajudar a encontrar a família. No mesmo dia encontramos, então o Seu João já estava na funerária para fazer os preparos e tudo quando a gente conseguiu o contato com os familiares. A família dele disse, falou que viria para o Maranhão, buscar o corpo para trazer para o Ceará, e aí vieram.³⁴²

A emoção expressa na narrativa é um indicativo da importância dada pela narradora ao caso do trabalhador. Notamos ainda que ao tratar do assunto conosco, mesmo em outras ocasiões, seu olhos ainda ficam marejados.

Quando chegaram numa caminhonete emprestada de um amigo, e aquele caixão foi colocado dentro, saindo de Açailândia/MA rumo ao Ceará. Naquele caixão ia o Seu João Cordeiro, com ele partia toda uma fortaleza, toda uma esperança de um homem muito animado, que me ajudou em muitas coisas, até atender alguns trabalhadores, acolhê-los prédio ou na chácara do Centro de Defesa, ali ia uma pessoa que acreditou muito, muito no nosso trabalho, e que mesmo sabendo que estava morrendo ele fez questão que a gente continuasse esse trabalho, que muitos irmãos ainda iriam precisar, foi um trabalhador que escondeu a história da sua família, e a gente só descobriu depois porque, ele tinha a percepção de ter discutido com a esposa no Ceará, porque estavam passando fome, com necessidades com mais de 6 filhos dentro de casa, então ele falou para a família que só iria voltar com dinheiro para sustentar sua família, para melhorar a vida daquela família, o seu João saiu de lá direto para o Pará, ele trabalhou em Dom Elizeu/PA, mas infelizmente aconteceu toda essa violação de direitos humanos. Dele trabalhar com veneno sem ter nenhum tipo de proteção, não tinha a menor segurança, e aí ele não recebeu nenhum dinheiro para dar para a família, a família que recebeu o corpo dele, o filho dele muito parecido com ele, inclusive com o mesmo nome do pai, João Cordeiro Júnior, ele dizia que se ele soubesse que o pai dele estava no Maranhão, ele tinha vindo buscar, inclusive ele queria se rebelar contra o empregador, só que a gente pediu que ele esperasse à justiça ser feita, que a gente ia continuar o processo, e aí com alguns dias depois do falecimento do seu João, e que a família tinha ido para o Ceará com o corpo, para poder enterrar lá, a gente recebe a notícia do valor de R\$30 mil reais que o seu João deveria receber. O Seu João não receberia mais, então a gente informou para a família, só que infelizmente esse processo ainda continua, por que, dizem que não localizaram o empregador, sendo que todos os dados foram passados, não encontraram bens no nome do empregador. Então assim, é um trabalhador migrante que veio lá do Ceará, em busca de melhores condições de vida para ele e para a família, mas que infelizmente todo esse sistema explorador de trabalho, não permitiu que ele revesse sua família, e assim, ele faleceu e deixou crianças e jovens, que a família dele tem, na esperança de que trabalhar é algo necessário, é algo digno, mais que precisa de ter muitas melhorias nas condições de trabalho. [...] Foi um dos trabalhadores que marcou muito a história do Centro de Defesa, marcou muito a minha história, como pessoa, como profissional, como militante de direitos humanos, então hoje, os outros trabalhadores que aparecem vejo neles também o Seu João Cordeiro, essa esperança, de que um dia essa justiça possa acontecer, mesmo que eles não cheguem a ver, mais que os outros, que ficam possam saborear, possam ver essa justiça, que infelizmente é tão lenta.³⁴³

³⁴²DOS SANTOS, Brígida Rocha. Entrevista concedida a Carmen Bascarán. Açailândia. 19. nov., 2016.

³⁴³Idem.

Por meio da entrevista de Brígida em sua íntegra pode-se entender que a narradora devotou uma memória de poderosa força afetiva a este caso, colocando-se além do exercício profissional de uma assistente social atuante, mas como uma militante dos direitos humanos e, sobretudo, de uma jovem mãe negra, que como ela mesma afirma em conversas informais que mantivemos, é preciso lutar contra todas as formas de preconceitos, abusos e violências, um tom que é indicativo em suas narratividade cotidiana. E como aparece na transcrição supracitada, desde então, todo trabalhador que chega ao CDVDH/CB é para ela também um João Cordeiro.

Do conjunto das reflexões teórico-conceituais contidas na Estação I, fechamos os trabalhos e seguimos em rumo à próxima parada, Estação II, que não por acaso, chama-se *Caleidoscópio de Gaia: esquadrinhando migração e identidades fronteiriças*, cujo objetivo inicial é analisar os conceitos-chave de migração e fronteira no processo de reprodução do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, para o qual tomamos os debates acerca dos impactos gerados pela implantação do Programa Grande Carajás na região e das muitas identidades forjadas nas relações socioterritoriais constituídas no processo migratório. Como veremos na estação seguinte, há um aprofundamento no universo mnemônico de um temático salutar que urge ser examinado, à medida que se descortina uma realidade que é preciso conhecer para combater.

Poema a Antônio Gomes

[...]

Venho do útero de um país capitalista.
Venho do seio de uma terra de latifundiários.
Saí em jornais, TV, Rádios...

Não tenho rosto, tenho mãos calejadas, pés esfolados, olhos esbugalhados.
Meu rosto o tempo comeu, a ganância comeu, o forno comeu, a juquira comeu, a
construção civil comeu, a fábrica de costura comeu...
Ninguém sabe quem sou. Escravo do mundo de poeira, lama, agulha e carvão.
Escravocratas não passarão!

MORRIS FILHO
2015

Xico Cruz

Caleidoscópio de Gaia:
Esquadrinhando migração e identidades fronteiriças

ESTAÇÃO II: MIGRAÇÕES

CALEIDOSCÓPIO DE GAIA Esquadrinhando migração e identidades fronteiriças

*Ele é migrador / Um retirante vindo de lá do sertão / Andou muitas léguas a pé / Perdeu seu filho, gado, / Cachorro e a mulher / Estrada seca encontrou / E a fé sempre prosperou...*³⁴⁴

Magnu Sousá e Maurílio de Oliveira, 2008.

*Dos cortadores de cana, eu escutei o clamor! Que migram em caravana, eu escutei o clamor! Dos grandes canaviais, eu escutei o clamor! Dos homens como animais, eu escutei o clamor! Migrar forçado, jamais! Trabalho escravo, não mais!*³⁴⁵

Dom Pedro Guimarães, Um grito pela vida, 2011.

A guisa das reflexões iniciais deste segundo capítulo trazemos dois excertos de músicas que evocam a temática da migração e o trabalho escravo contemporâneo, e trazem à tona a representação das pejeas experienciadas por nossos sujeitos geográficos, colocando-nos numa querela acerca das múltiplas identidades fronteiriças forjadas por estes trabalhadores rurais migrantes, cuja compreensão só é possível quando rompemos os ditames da perspectiva maniqueísta que tende, invariavelmente, a “polarizar os sujeitos históricos em vítimas ou algozes, sujeitos cientes de si ou coisificados”.³⁴⁶ Destarte, elegemos como mote de análise os conceitos de migração e identidade que emergem das narrativas de nossos *sujeitos na/de fronteira*, enquanto condição de organização socioespacial; tomamos como elã o processo de formação das redes de migração para acionar

³⁴⁴SOUSÁ, Magnu; OLIVEIRA, Maurílio de. **Migração**. In.: Jair Rodrigues em preto e branco. São Paulo, Trama, 2008, CD, faixa 5. 4: 36.

³⁴⁵GUIRAMÃES, Dom Pedro Brito. **Litania da Romaria**. In.: Um grito pela vida. Mutirão contra o trabalho escravo. Rio de Janeiro, Paulus, 2011, CD, faixa 2. 5: 12.

³⁴⁶SOARES, Fagno da Silva. **Escravidados do carvão**: historiando identidades e memórias em Açailândia/MA, no tempo presente. 2012. 300p. Dissertação. [Mestrado em História do Brasil], Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012, p. 108.

os territórios migratórios e o conceito territórios-rede desenvolvido por Haesbaert, para quem o território, a [des/re]territorialização e a multiterritorialidade são caminhos possíveis para o entendimento das labirínticas relações espaciais na/da sociedade contemporânea.³⁴⁷ Posto isto, compreendemos o temário da migração, que há muito tempo suscita constantes debates enquanto processo histórico e geográfico que indubitavelmente alarga as fronteiras do tempo e forja identidades e diferenças, solapando com uma representação homogênea destes migrantes, alinhada por uma visão mais holística de migração.³⁴⁸ Neste sentido, entendemos que as narrativas equivalem aos giros dos fractais caleidoscópicos de histórias que cambiam em formas e cores a cada ato mnemônico, cuja base é formada por um palimpsesto de infinitas [re]escritas e [re]leituras. Dessa sorte, a geografia nos convida, através de seus esquemas explicativos e ferramentas, a pensar e operar no/o mundo. Eis o caleidoscópio de Gaia, divindade primordial da criação, a mãe-terra que lança seu arguto olhar investigativo da ciência geográfica sob as práticas cotidianas ainda [in]suspeitas e suas [re]ações *glocais*.³⁴⁹ Dessas, tomamos aqui dois fenômenos inextrincáveis, a migração e a fronteira, importantes para a compreensão dos sujeitos geográficos quanto aos seus modos que se [re]fazem e se [re]produzem em mobilidade na fronteira.

Sobre os relatos e as práticas cotidianas Certeau aponta que “todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço [...] produzem geografias”³⁵⁰; é no praticar do espaço que nossos sujeitos vão se construindo em seus modos de ser e estar no mundo, de modo a constituir-se em suas múltiplas identidades reveladas nas falas, nas quais tivemos que atentar aos lugares

³⁴⁷Do conjunto expressivo de publicações do autor, destacamos HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade**. 7ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

³⁴⁸Tomamos como referência os estudos de Idelma Santiago, que defende a tese da etnicização do ‘maranhense’ no sudeste do Pará, resultado do processo de controle da expropriação socioespacial, para quem a identidade maranhense no sudeste do Pará tem sido permanentemente estereotipada como forma de dominação exclusão socioespacial, a saber: DA SILVA, Idelma Santiago. **Migração e cultura no sudeste do Pará**: Marabá [1968-1988]. 188f. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal de Goiás. Goiânia; 2006. / DA SILVA, Idelma Santiago. **Fronteira cultural: A alteridade maranhense no sudeste do Pará [1970-2008]**. 230f. Tese [Doutorado em História]. Universidade Federal de Goiás. Goiânia; 2010.

³⁴⁹Termo que, assim como sua variação glocalização, são neologismos resultantes da justaposição entre global/globalização e local/localização. Tratam-se de expressões de inspiração japonesa dos anos de 1980, inicialmente relacionadas a adaptação das técnicas agrícolas às práticas locais, mas seu fortalecimento e difusão se deram no campo da economia, quando utilizadas nos Estados Unidos pela *Harvard Business Review*. Posteriormente, foi reapropriada, nos anos de 1990, por Roland Robertson para representar a interação entre as questões e particularidades locais interfaciando a dimensão dos elementos universalizantes e, em sentido equivalente, pelo também sociólogo, Zygmunt Bauman durante a primeira década do século XXI, como sendo a convergência conflitante de elementos socioculturais e identitários locais a tendências globais. Assim, a utilização do vocábulo glocal aqui, faz referência aos aspectos identitários que são constituídos no trânsito cultural, sem a pretensão de trazer a conotação clássica de seu aspecto mercadológico, que adapta produtos e serviços globalmente comercializados às peculiaridades dos mercados locais.

³⁵⁰CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. a arte de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 200.

de fala, seja do narrador e/ou seu narratório; o mesmo se aplica para o lugar da narrativa e o lugar do experienciado e suas resignificações.³⁵¹ Trata-se de um narrar vivencial, cujo processo narrativo evoca o seu lugar social, assim, naturalmente a fala de um trabalhador tem um dimensão diferenciada da fala de um/a militante defensor/a dos direitos humanos; cada um[a] imprime à narrativa um conjunto de elementos que não fala somente de si, e por si, mas ao/do grupo social o qual pertence e, portanto, tem ação coletiva e reverberadora. São relatos tecidos ao modo de cada um, trazendo as marcas e lembranças que foram sendo [re]construídas e ressignificadas a cada itinerário de ida e volta. E assim, nos coube esquadrihar o processo migratório a partir das narrativas que fizeram emergir as identidades fronteiriças dos nossos sujeitos geográficos. Diante disto, valemo-nos neste capítulo dos termos fronteiras e fronteiriços como equipolentes a lugar e sujeito,³⁵² que a um só tempo se complementam e se [es]tranham, conformando-se como noções geográficas, saltando-nos aos olhos uma relação verdadeiramente simbiótica.

Outrossim, exploramos o conceito de fronteira e suas contradições³⁵³ em José de Souza Martins para discutirmos os impactos gerados pela implantação do Programa Grande Carajás na região. Neste sentido, convocamos Martins, para quem a migração enquanto processo não-espontâneo pode ser compreendida pelo viés da movimentação da/na fronteira, que como imã promove um campo de atração e repulsa. As categorias de fronteira e migração nos remetem a alteridade, sob as quais orbitam duas noções conceituais coexistentes do processo de expansão que se tornaram clássicas, qual sejam a frente pioneira e a frente de expansão. Sob a ótica deste autor, a *frente pioneira* opera-se sobre a tutelar presença do capital no processo de produção e exploração socioterritorial, à medida que na *frente de expansão* o camponês, motivado pela falta de estruturas básicas de sobrevivência familiar, desloca-se para ocupar outras áreas, onde os espaços e tempos se atravessam de modo singular sob o esteio da mobilidade socioespacial na fronteira, conflagrando conflitos e alteridades,³⁵⁴ donde se espraiam territorialmente o processo de reprodução ampliada do capital em momentos

³⁵¹MORAES SILVA, Maria Aparecida de; MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrantes temporários: fim dos narradores? *Nêho-história*, n. 1, nov. 1999, pp. 11-48.

³⁵²BALLER, Leandro. **Fronteira e fronteiriços**: a construção das relações socioculturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014). Curitiba: CRV, 2014.

³⁵³Dentre outras obras o autor a respeito da fronteira, destacamos as seguintes: MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora de Ciências Humanas/USP, 1979. / MARTINS, José de Souza. **Fronteira** - a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

³⁵⁴MONDARDO, Marcos Leandro; GOETTERT, Jones Dari. Frente de expansão e frente pioneira no Brasil: espaços e tempos da migração, do conflito e da alteridade. **OKARA: Geografia em debate**, v.1, n.2, João Pessoa: 2007, pp. 38-61.

históricos singulares. A despeito das frentes, somadas às proposições de fronteira amazônica em Bertha Becker,³⁵⁵ falaremos mais adiante, bem como de outros conceitos que derivam da categoria da migração.³⁵⁶ Soma-se a isto o papel dos fluxos migratórios na dinâmica espacial da região e, por conseguinte, o lugar dos Estados do Maranhão e do Pará na reprodução do trabalho escravo contemporâneo no Brasil,³⁵⁷ como apareceram notadamente nos relatos orais dos trabalhadores.

Tratamos neste, não a análise das trajetórias percorridas por nossos sujeitos migrantes, mas as particularidades sociohistóricas e geográficas entre a região e a sociedade de origem e de destino,³⁵⁸ traduzindo-as em alguns mapas que trazem a permanência, sazonalidade e a circularidade destas migrações, dentre outras questões que emergiram. De modo geral, o nosso intento também é compreender as tramas, as lutas e as complexas formas de resistências destes trabalhadores rurais em trânsito, na dicotomia entre o ficar no Maranhão e o partir ao Pará, que se fazem, portanto, “eternos caminhantes, cuja vida transita por diferentes espaços, sem se fixar

³⁵⁵Da obra *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território*, destacamos três textos, com os quais dialogamos neste capítulo, a saber: BECKER, Bertha Koiffmann. Migração e mudança ocupacional na fronteira amazônica brasileira: estratégia, trajetória, conflitos e alternativas. In.: BECKER, Bertha Koiffmann; MIRANDA, Mariana Helena; MACHADO, Lia Osório. [Orgs.] **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora UnB; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990, pp. 89-109. / BECKER, Bertha Koiffmann. A fronteira em fins do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. In.: BECKER, Bertha Koiffmann; MIRANDA, Mariana Helena; MACHADO, Lia Osório. [Orgs.] **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora UnB; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990, pp.15-28. / BECKER, Bertha Koiffmann. Apropriação do espaço na Amazônia Legal: alocação de capital subsidiado para projetos agropecuários. In.: BECKER, Bertha Koiffmann; MIRANDA, Mariana Helena; MACHADO, Lia Osório. [Orgs.] **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora UnB; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990, pp. 29-32.

³⁵⁶Vide: DA SILVA, Idelma Santiago. **Migração e cultura no sudeste do Pará: Marabá [1968-1988]**. 188f. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2006. / DA SILVA, Idelma Santiago. **Fronteira cultural: A alteridade maranhense no sudeste do Pará [1970-2008]**. 230f. Tese [Doutorado em História]. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2010. Outros como: CASTRAVECHI, Luciene Aparecida. **Correntes do Araguaia: a exploração de trabalhadores migrantes no nordeste mato-grossense durante a década de 1970**. 2012. 132p. Dissertação [Mestrado em História]. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2012. / VIEIRA, Marciano Max Rodrigues. **Projetos de colonização em Mato Grosso: a superexploração de trabalhadores migrantes a partir de 1970**. 2010. 123p. Dissertação [Mestrado em História], Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2010. / SOUZA, Maria Aparecida A. Martins. **Retalhos de vidas: escravidão contemporânea nas agropecuárias do Araguaia [1970-2005]**. Dissertação [Mestrado em História], Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

³⁵⁷Para pensar os usos da terra no Brasil no esteio da longa duração, em especial atenção ao Maranhão, sugerimos a obra coletânea FERREIRA, Márcia Milena Galdez; FERRERAS, Norberto Osvaldo; ROCHA, Cristiana Costa da. [Orgs.]. **Histórias sociais do trabalho: usos da terra, controle e resistência**. São Luís, Café & Lápis, Editora da UEMA, 2015.

³⁵⁸Com relação ao lugar de destino, a cidade de Marabá/PA, a pesquisadora Idelma Santiago, considera que a “[...] migração alargou as fronteiras da cidade e ao mesmo tempo dividiu-a nas diferenças que descentrou qualquer tentativa de uma representação única e homogênea”, vide DA SILVA, Idelma Santiago. **Migração e cultura no sudeste do Pará: Marabá [1968-1988]**. 2006. 188f. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2006, p. 26.

em nenhum deles”,³⁵⁹ como definiu Maria Aparecida de Moraes Silva em seu estudo sobre o processo migratório de camponeses maranhenses oriundos das cidades de Timbiras e Codó, localizadas ao sudeste do estado do Maranhão, que partiam para o trabalho nos canaviais do interior paulista, mormente à cidade de Ribeirão Preto que, durante anos, figurou como importante polo do setor sucroalcooleiro no Brasil.

Retomando a importância da fonte oral para este estudo, cabe pontuarmos que, por vezes, a informação que chegou até nós sobre as motivações da migração contrariam algumas versões contidas nos cânones da migração na Pré-Amazônia Maranhense.³⁶⁰ Diante disto vale lembrar o que Verena Alberti afirmou em relação a esta multiplicidade: a “história oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, amplia as possibilidades de interpretação do passado”,³⁶¹ permitindo deslocamentos e problematizando a compreensão e percepção dos fenômenos histórico-sociais pelo indivíduo que os viveu para quem a história oral serve, em muitos casos, para lançar luz, trazendo à cena o sujeito em sua historicidade que, por vezes, chega a “entender como pessoas e grupos experimentaram o passado; torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas. [...]”³⁶² E assim, “a capacidade da entrevista contradizer generalizações sobre o passado amplia, pois, a percepção histórica – e nesse sentido permite a mudança de perspectiva”.³⁶³ Atentemos ao alerta deixado por Alberti acerca da impossibilidade de apreensão do passado e dos usos metodológicos da história oral pelo pesquisador narratário para quem “a responsabilidade e o rigor de quem colhe, interpreta e divulga entrevistas, pois é preciso ter claro que a entrevista não é um ‘retrato’ do passado”.³⁶⁴ Neste sentido a entrevista é fonte a ser esmiuçada, é um relato, uma representação carregada de subjetividades, e não um retrato.

³⁵⁹MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. **Cadernos CERU**, [S.l.], v. 19, n. 1, pp. 165-180, junho, 2008, p. 179.

³⁶⁰Cabe destacar a importância dos estudos realizados pela pesquisadora Regina Sader, na época, pioneiros tanto pela abordagem propositiva da luta e dos conflitos pela terra, quanto pelo recorte espacial, vide: SADER, Maria Regina Cunha de Toledo. **Espaço e luta no Bico do Papagaio**. 1986. 427p. Tese [Doutorado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1986. Um dos desdobramentos da tese que trazemos a indicação: SADER, Maria Regina Cunha de Toledo. Migração e violência: o caso da Pré-Amazônia Maranhense. **Terra Livre**, n. 6, p. 65-76, 1989. Destacamos ainda não menos importante, e em perspectiva semelhante o estudo MARQUES, Marta Inez M. **De sem-terra a ‘posseiro’, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velho – GO**. 2000, 289p. Tese [Doutorado em Geografia Humana], Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

³⁶¹ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In.: Carla Bassanezi Pinsky. [Org.]. **Fontes históricas**. 1ª ed., São Paulo: Contexto, 2005, pp. 155-202, p. 155.

³⁶²ALBERTI, 2005, p. 165.

³⁶³Ibid., p. 165.

³⁶⁴Ibidem. p. 170.

Logo, o que temos visto ratifica este entendimento, uma vez que as migrações de nossos narradores se fazem para além do que sabemos via a compreensão histórico-estruturalista de migração, mas também é resultante de um consórcio maior de fatores igualmente relevantes para estes sujeitos, mas que não obedecem a lógica que por vezes nos parece determinista, embora não o seja.

Adensamos a este entendimento a necessidade de compreendermos a emergência de temáticas outras, tais como a escravização contemporânea e as implicações identitárias a que estão sujeitos os protagonistas deste estudo, as quais são analisadas detidamente ao longo das seções deste capítulo. Entendemos também migrações e fronteiras como lugar que faz jorrar narrativas e, por conseguinte, analisar sucintamente e, em linhas gerais, as dinâmicas socioeconômicas e relações das cidades de Açailândia/MA e Marabá/PA, tidas como locomotivas econômicas de suas respectivas regiões. Outrossim, trataremos na seção seguinte, também de modo conciso, da criação e desdobramentos do Programa Grande Carajás no contexto do Estado do Maranhão como intróito e, por conseguinte, da implantação do polo siderúrgico em Açailândia de modo não menos sumário. E, por fim, o temário igualmente complexo a respeito das questões identitárias entre o ser e/ou não ser migrante; para tal entendimento, buscamos alento teórico nas reflexões propostas por Eduardo Marandola e Priscila Marchiori Dal Gallo acerca das implicações territoriais e existenciais, portanto, identitárias do ser migrante, partindo da capciosa e intrigante indagação: – O que é ser migrante? Na tentativa de buscar respostas para esta pergunta, os autores erigiram um conjunto de reflexões teóricas, considerando a fluidez da sociedade contemporânea proposta por Bauman³⁶⁵ e a importância da aplicação de metodologias que nos façam ver as histórias e trajetórias individuais como elemento central na percepção fenomênica do ser migrante. Assim, há de se considerar que é na experiência migratória que se dá a ver o migrante em sua forma mais plena e satisfatória, sem perder de vista sua inextrincável relação com o todo. Exsurge no sentido das preocupações dos estudos da migração, apontados por Eduardo Marandola e Priscila Marchiori para quem o “desafio que se apresenta aos estudos migratórios é avançar teoricamente em suas abordagens, buscando uma compreensão abrangente e multifacetada do

³⁶⁵Um dos mais profícuos e influentes intelectuais da sociologia contemporânea, dedicou seus últimos e produtivos anos de vida acadêmica na tese da modernidade líquida, da qual é considerado o pai. Em sua vasta publicação com mais de 50 livros, destes mais da metade publicados no Brasil, destacamos alguns que consideramos essenciais à compreensão de sua tese, a saber: **Modernidade líquida** [2001], **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos [2004], **Vidas desperdiçadas** [2005], **Tempos Líquidos** [2007], **Medo líquido** [2008], **Vidas para o consumo**: transformando as pessoas em mercadorias. [2008.b] **Confiança e medo na cidade** [2008.c], **Vida líquida** [2009], **Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos** [2010], **Vida em fragmentos**: sobre ética pós-moderna [2011] entre outras.

fenômeno [...] para enfrentar as questões que a sociedade tem colocado sobre a mobilidade no mundo contemporâneo”.³⁶⁶

Em geral, a prática do trabalho escravo contemporâneo rural no Brasil tem relação com os grandes empreendimentos econômicos ligados às indústrias minero-metalúrgicas e ao agronegócio nas regiões que apresentam os maiores índices de concentração fundiária no país, como revelam os dados da CPT analisados e cartografados por uma equipe de geógrafos, compondo o Atlas do Trabalho Escravo no Brasil,³⁶⁷ do qual extraímos a representação a seguir que explicita os fluxos migratórios, indicando a origem e o destino dos trabalhadores escravizados no Brasil.

Mapa 04: Brasil – Fluxo migratório dos/as trabalhadores/as escravizados/as, 1995-2006.

Fonte: MTE; Elaborado por THÉRY et al., Atlas do Trabalho Escravo no Brasil, 2012.

O mapa aponta o sentido de deslocamento e a origem dos trabalhadores/as escravizados/as, sobretudo na Amazônia Paraense, considerando a libertação. Notadamente, o

³⁶⁶MARANDOLA, Eduardo; GALLO, Priscila Marchiori Dal. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, pp. 407-424, jul./dez. 2010, p. 419.

³⁶⁷THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida; GIRARDI, Eduardo Paulon; HATO, Júlio Takahiro. **Atlas do trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra, 2012, p. 26.

maior fluxo é de trabalhadores/as rurais do Maranhão é em direção à Amazônia Paraense; um segundo fluxo aparece de trabalhadores/as oriundos do Tocantins em direção ao Pará. É possível identificar também um terceiro fluxo de camponeses saídos do Maranhão rumo ao Tocantins. E por fim, o quarto aponta saídas de diferentes estados brasileiros como Paraná, Distrito Federal, Bahia, Alagoas, também Maranhão, em direção ao estado de Mato Grosso.

Como se pode observar, o mapa a seguir apresenta uma vertente temporal dos casos de libertação de trabalhadores, por ano, num período de onze anos. Nos primeiros quatro anos, os números apresentam-se ainda pequenos e concentrados espacialmente nos estados do Pará, Mato Grosso e em mais outros oito Estados, isto se deve, essencialmente, pelos reduzidos instrumentos de coleta de dados referente ao período expresso, o que denota a fragilidade das políticas de combate ao trabalho escravo na época, uma vez que foram neste período construídas as parcerias institucionais de combate à prática.

Mapa 05: Brasil – Trabalhadores/as escravizados/as libertos/as por ano e microrregião 1995-2006.

Fonte: MTE/SDTR; Elaborado por THÉRY et al., Atlas do Trabalho Escravo no Brasil, 2012.

De modo que, nos anos posteriores, vemos uma maior dispersão e indicação em outros, de forma que o trabalho escravo contemporâneo se fez presente em quase todos os estados da federação, muito embora saibamos que a prática atinge a todas as unidades federativas. No conjunto dos dados, o mapa explicita ainda a prevalência de libertações no estado do Pará, o que serve como indicativo de que houve um aumento na fiscalização, sobretudo nas áreas rurais do estado. A análise dos dois mapas seguintes, apresenta-nos um quadro quanto à origem e o índice de vulnerabilidade dos trabalhadores submetidos ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil. No primeiro mapa, fica claro a predominância dos domicílios e naturalidade nos Estados do Pará e Maranhão. O segundo traz um quadro particular com os estados Maranhão, Pará, Tocantins e Mato Grosso. De modo geral, os mapas evidenciam o destacado papel do Estado do Maranhão como polo de recrutamento de trabalhadores, assim como o norte do Tocantins e o oeste do Piauí em proporções razoavelmente menores.

Mapa 06: Brasil – Domicílio e naturalidade dos trabalhadores escravizados resgatados 1995-2006.

Fonte: MTE/SDTR; Elaborado por THÉRY et al., Atlas do Trabalho Escravo no Brasil, 2012.

Ao analisar o mapa 07, observa-se que o maior contingente de trabalhadores em situação de vulnerabilidade em face dos fatores socioeconômicos regionais, é, com nítido destaque, o estado do Maranhão, aparecendo comparativamente em vários outros estudos como líder no recrutamento de trabalhadores/as.

Mapa 07: Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso – Índice de vulnerabilidade ao aliciamento, fatores sociais e lugar de nascimento dos trabalhadores escravizados.

Fonte: IBGE/MTE/SUS/CPT; Elaborado por THÉRY et al., Atlas do Trabalho Escravo no Brasil, 2012.

Embora a legislação brasileira seja até agora bastante progressista quanto ao combate ao trabalho escravo contemporâneo, existe um movimento engendrado pela bancada ruralista para conter o avanço na fiscalização e penalização aos envolvidos com essa prática. Ademais, atualmente há um déficit na quantidade de auditores-fiscais do trabalho, pois havia nove grupos de fiscalização, restando apenas quatro, o que tem diminuído consideravelmente o número de fiscalizações, embora o número de denúncias tenha aumentado.

2.1 Migrações e fronteiras: do lugar das narrativas às [des]construções identitárias

*Corrente de migração, eu escutei o clamor! / Corrente em oração, eu escutei o clamor! / Corrente de liberdade, eu escutei o clamor! / De paz e fraternidade, eu escutei o clamor! / Migrar forçado, jamais! Trabalho escravo, não mais. / Eu quero um mundo de paz. Eu sou romeiro da paz! / Eu sou migrante do amor. Ouvi do povo o clamor!*³⁶⁸

A epígrafe que apresenta esta parte do capítulo traduz bem o que representam os processos de [des]construção identitários no calor das migrações entre os desejos de ir e ficar, atravessados pelos sentidos ora de liberdade, ora de prisão. São seres fronteiriços que veem na migração uma tentativa de escape socioeconômico para si e para suas gerações do porvir. Assim entendem que poderão buscar em outro lugar uma solução e condições melhores para uma reprodução familiar satisfatória. Não obstante, este capítulo porta um desafio, o de açambarcar territorialidades migratórias enquanto lugares das narrativas construtoras de identidades. Ingressemos agora na relação da identidade com a diferença e destas com a migração. respeitoA respeito disto já havíamos tratado em estudos anteriores, sendo indicativo também que na análise das narrativas de nossos sujeitos geográficos exsurge a vivência em profundidade nas parcerias eu/outro, in/out e lá/cá, como indicamos ainda, nos estudos de mestrado, para o qual analisamos um contexto e uma abordagem relativamente semelhante, tendo aqui ampliado os recortes temático, espacial e temporal. Neste sentido, propomos trazer de modo relativamente congênere, mas afluente:

a categoria identidade ao desvelamento, a partir de sua nada oblíqua relação com a diferença. Identidade e diferença estão como nunca no epicentro dos estudos culturais, logo, devem ser operadas enquanto, categorias socioculturalmente produzidas para além da problematização de que a construção de identidades passa pela noção de diferença. Ratificando, ser escravo também é ser um ‘não-escravo’, assim a ‘identidade é marcada pela diferença’ tanto simbólica quanto social. Na necessidade de confirmar nossas identidades, ensejamos novas, essencialmente fluídas, a exemplo da construção e reconstrução num processo migracional que fabrica identidades plurais frente ao choque com a diferença. Em suma, não existe identidade, existem identidades, de modo que, os novos tempos forjam novos instrumentos para a leitura social e as velhas identidades dando lugar às novas identidades a partir da alteridade num mosaico de micro identidades cambiantes e fragmentadas. É nesta perspectiva, que pretendemos operacionalizar o conceito de identidade na pesquisa, que demandou um esforço *sui generis*, frente à complexidade desta categoria conceitual tão cara a este historiador ainda com parco amadurecimento intelectual, mas que a compreende sempre no plural, como em um caleidoscópio de identidades individuais agrupadas que, através do reflexo do coletivo, apresentam, a cada movimento, infinitas

³⁶⁸ GUIRAMÃES, Dom Pedro Brito. **Litania da Romaria**. In.: Um grito pela vida. Mutirão contra o trabalho escravo. Rio de Janeiro, Paulus, 2011, CD, faixa 2. 5: 12, grifo nosso.

combinações identitárias, a partir do *in* e *out*.³⁶⁹

É neste cipoal identitário que se conflagra um sujeito migrante de identidades plurais, forjadas nas fronteiras da vida em constante mobilidade e permanentemente temporárias. Tanto para os municípios maranhenses de Açailândia, Codó e Timbiras [lugares de origem], quanto para os municípios de Ribeirão Preto/SP e Marabá/PA [lugares de destino] estes trabalhadores têm na mobilidade uma estratégia de sobrevivência familiar, seja na partida, seja no retorno. Em sentido similar, a autora Maria Aparecida de Moraes enredou-se no discurso de que os trabalhadores rurais ao migrar:

criam estratégias que visam diminuir as perdas sofridas e, em muitos caos, apesar da distância geográfica, os vínculos sociais e familiares são redefinidos e reforçados e pequenas resistências são produzidas. Tais situações definem os contornos da mobilidade desses *múltiplos territórios migratórios que são permanentemente temporários*. São vidas marcadas pela incerteza, transitoriedade e também pelo desejo de conseguir realizar um projeto de distinção social, que seja por meio da compra de algumas mercadorias do mundo capitalista, que seja pelo cumprimento dos padrões comportamentais relativos de gêneros. Os homens jovens desejam o sucesso, “subir na vida”, por meio do trabalho; aqueles que possuem filhos querem dar-lhes condições para que possam estudar e ter melhores oportunidades laborais futuras. Cumprem, assim, os papéis de provedores responsáveis e de chefes-de-família.³⁷⁰

A partir da supracitada reflexão acerca da dialética do transitório³⁷¹, dos que partem e suas relações com os que ficam, cabe-nos tecer que mesmo diante dos infortúnios e reveses impostos pela vida, estes desassistidos de qualquer política social, que partem e também estas mulheres que ficam, criam suas próprias formas estratégicas para minimizar as distâncias e perdas e, por conseguinte, engendram redefinidamente laços sociais e familiares como forma de produzir pequenas, mas consistentes, resistências, e manterem-se resilientes no *front* dos desafios diários da vida daqueles que, forçados ou não a viver no *meio do mundo* na busca do permanente, acabam por transitar por entre os *territórios permanentemente temporários*.³⁷² Partindo deste pressuposto, pode-se perceber que são seres geográficos, mas também

Personagens de uma trama histórica que só podem ser analisados quando inseridos em seu contexto, o que exige, como em nosso caso, uma abordagem atenta rompendo com esquemas binários para não incorrer em visões reducionistas da história. Por isso, não

³⁶⁹SOARES, Fagno da Silva. **Escravidados do carvão**: historiando identidades e memórias em Açailândia/MA, no tempo presente. 2012. 300p. Dissertação. [Mestrado em História do Brasil], Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012, p. 109.

³⁷⁰Esta passagem está presente em dois artigos publicados em periódicos diferentes, a saber: MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. **Cadernos CERU**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 165-180, junho, 2008, p. 179. / MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Vidas transitórias: entre os cocais maranhenses e os canaviais paulistas. **Revista da ANPEGE**, [S.l.], v. 7, n. 1, número especial, p. 161-178, out. 2011, p. 177.

³⁷¹MORAES SILVA, 2008, p. 179. / MORAES SILVA, 2011, p. 177.

³⁷²Ibidem. p. 179. / Ibidem. p. 177.

devemos absolutizar os sujeitos muito menos os fatos históricos, afinal, na história ninguém é só herói, tampouco vilão.³⁷³

Neste sentido é preciso sublinhar que na obra *Migrantes*³⁷⁴ os pesquisadores que tratam do processo migratório de trabalhadores rurais nordestinos utilizam-se de heterogêneas abordagens e enfoques empíricos e metodológicos com destacada atenção às condições de trabalho no corte da cana-de-açúcar até o registro de mortes no eito da cana, provocada por longas e extenuantes jornadas de trabalho nos canaviais,³⁷⁵ o que os japoneses chamam de *karoshi*, conhecida entre os trabalhadores rurais brasileiros como birôla, morte por excesso de trabalho,³⁷⁶ situação por vezes negada por alguns *migrantistas*, apologistas da migração. No contexto de uma geografia vista de baixo, coloca-se essencialmente os homens comuns espacializados em face de suas clivagens socioeconômicas, como protagonistas de sua própria história e geografia. Para tal, a história oral funciona como fio condutor, com a qual se torna possível compreender as precariedades das condições de trabalho, as práticas discriminatórias estrategicamente criadas para imprimir e reforçar a superexploração. A respeito dos descolamentos contemporâneos e das desumanas formas de inclusão degradante, José de Souza Martins, sublinha que:

nas formas de inclusão, o preço moral e social da inclusão, o comprometimento profundo do caráter desses membros das novas gerações, desde cedo submetidos a uma socialização degradante. O que a sociedade capitalista propõe hoje aos chamados excluídos está nas formas crescentemente perversas da inclusão, na degradação da pessoa e na desvalorização do trabalho como meio de inserção digna na sociedade.³⁷⁷

³⁷³SOARES, Fagno da Silva. **Escravizados do carvão**: historiando identidades e memórias em Açailândia/MA, no tempo presente. 2012. 300p. Dissertação. [Mestrado em História do Brasil], Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012, p. 109.

³⁷⁴Obra-coletânea que congrega um grupo de pesquisadores de várias universidades brasileiras Francisco Alves e Maria Aparecida de Moraes Silva [UFSCar], Maria Dione Carvalho [UFPI], José Roberto Novaes [UFRJ] e Marcelo Sampaio Carneiro [UFMA] que estudam a migração de trabalhadores nordestinos, notadamente maranhenses e piauienses para o corte de cana nos canaviais paulistas, em particular. NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. [Orgs.]. **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro** (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCar, 2007.

³⁷⁵A respeito das condições de trabalho e a saúde dos trabalhadores na agroindústria canavieira em Alagoas, vide VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos. **Os saltos do “canguru” nos canaviais alagoanos**: um estudo sobre trabalho e saúde. 2016. 209p. Tese. [Doutorado em Sociologia], Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: 2016. / VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos. **Trabalhadores nos canaviais de Alagoas**: um estudo sobre as condições de trabalho e resistência. 2012. 151p. Dissertação. [Mestrado em Sociologia], Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: 2012.

³⁷⁶A respeito da compreensão ontológica do ser e do trabalho extenuante capaz de levar a morte, a exemplo dos 13 trabalhadores rurais falecidos no eito dos canaviais paulistas. Vide SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MARTINS, Rodrigo Constante; OCADA, Fábio Kazuo; GODOI, Stela; MELO, Beatriz Medeiros; VETTORACCI, Andréia; BUENO, Juliana Dourado; RIBEIRO, Damião Jadir. [Orgs.]. Do *karoshi* no Japão, à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. **Revista Nera**. Ano 9, n. 8, 2006, pp. 74-108.

³⁷⁷MARTINS, José de Souza. O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio. In.: **O fenômeno migratório no limiar do 3º milênio**: desafios pastorais. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, pp.19-34, p. 23.

Interessam-nos neste capítulo em particular as inflexões teórico-empíricas enredadas por José de Souza Martins³⁷⁸ acerca da noção de migrante temporário e o caráter temporário das migrações. Ao tipificar a migração ele propõe uma privilegiada atenção que orbita em torno da dimensão intersubjetiva da ausência, para que o trabalhador migrante, enquanto ser deslocado, estabeleça relações sem vínculos de duração no lugar e com a sociedade de destino em seu devir migratório. Nessa perspectiva, José de Souza Martins dá conta que:

É temporário, na verdade, aquele migrante que se considera a si mesmo ‘fora de casa’, ‘fora do lugar’, ausente, mesmo quando, em termos demográficos, tenha migrado definitivamente. É aquele que se considera fora do seu lugar, fora de ‘suas’ relações sociais, e que, no limite, não se considera dentro mesmo quanto está. Se a *ausência* é o núcleo da consciência do migrante temporário, é porque ele não cumpriu e não encerrou o processo de migração, com os seus dois momentos extremos e excludentes: a *dessocialização*, nas relações sociais de origem, e a *ressocialização*, nas relações sociais de ‘adoção’. Ele se mantém, pois, na duplicidade de suas socializações, de duas estruturas de relações sociais diversas entre si. Ele vive a marginalidade das duas situações sociais. É sempre o outro, o objeto, e não o sujeito. É sempre o que *vai voltar a ser* e não o que é. A demora desse reencontro define a migração temporária.³⁷⁹

Aliamos esta compreensão da migração temporária em seus processos de [des/res]socialização ao entendimento de que a noção de migração diz respeito não só à criação de representações históricas e geográficas, mas também à produção de sentido e identidades territoriais. O migrante nordestino, sobretudo o trabalhador rural maranhense, que ao chegar no Pará trava uma luta pela representação do *ser* e *não-ser* maranhense com *não-ser* e *estar* paraense, submerso no universo outro ao qual se aproxima e se estranha, num campo produtor de diferenças e conflitualidades que emergem nos conflitos identitários e assume heterogeneidades que são próprias destes embates, e não raro culminam em confrontos.

Segundo a pesquisadora Idelma Santiago, a “maioria dos migrantes das últimas três décadas do século XX para a região do sudeste do Pará é constituída de sujeitos das classes subalternas, sobretudo, nordestinos”³⁸⁰, em especial maranhenses, como ocorre com os migrantes que chegam a Marabá/PA em diferentes fluxos desde os idos 1970; por motivações diversas, passam a ocupar parte substantiva das zonas rural e urbana do município, e de modo

³⁷⁸MARTINS, José de Souza. O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In.: MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1988. Ademais, acrescentamos a este, outro texto, que julgamos complementar MARTINS, José de Souza. Migrações temporárias: problema para quem? **Travessia - Revista do Migrante**. São Paulo, v. 1, pp. 5-8, maio/ago. 1988.

³⁷⁹MARTINS, José de Souza. O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In.: MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1988, pp. 49-50.

³⁸⁰DA SILVA, Idelma Santiago. **Fronteira cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará [1970-2008]**. 2010. 230f. Tese [Doutorado em História]. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2010, p. 45.

exponencial durante o surgimento de Serra Pelada, e de modo continuado pelo fascínio que a região passou a causar no imaginário de muitos outros nordestinos. Como se sabe, a finalidade deste tipo de migração é a ocupação e produção, pois trata-se de uma população notadamente camponesa que, ao migrar temporariamente, afeta e é afetada sociocultural e economicamente, seja pela disputa dos recursos territoriais, seja pela busca da aceitação dos que chegam com os que estão, mas, sobretudo, pela sobrevivência dos temporariamente estabelecidos. Nesta confluência urgida na fronteira cultural entre os de *fora* e os de *dentro*, entre o *nordestino* e o *amazônida*, entre o *maranhense* e o *paraense*, entre o *forasteiro* e o *marabaense*, constitui-se um complexo de relações de forças e práticas discursivas que tenta por um lado desqualificar o migrante e, por outro, se firmar, ou apenas sobreviver, neste novo lugar. Este processo de desqualificação sofrido pelos migrantes maranhenses em Marabá Idelma Santiago chamou de *eliminação*³⁸¹, cuja noção, nos termos da autora, porta frentes de intenção e conotações diversas, a saber: política, com a negação e até o trucidamento do outro enquanto sujeito; social, com a estigmatização e tentativa de invisibilização do migrante; e também cultural, com a negação do existir do diferente em seu território. Tomamos a definição por entendermos que se aplica bem à relação dos trabalhadores rurais oriundos do Maranhão com os locais, mas chamaremos aqui de expulsão enquanto práticas de exclusão, pois advogamos que o termo eliminação tenha sido aplicado pela pesquisadora remetendo ao passado indígena da região, e ao modo como estes povos da floresta foram tratados pelos primeiros colonizadores.

Nos termos de Martins, ao retornar do lugar de destino o que o migrante encontra “quando retorna, já não é aquilo que deixou. Ele nem mesmo se reencontra porque já é outro, procurando ser o mesmo. Já não pode ver o mundo da mesma maneira que o via antes”.³⁸² Para coadunar as reflexões de Martins acerca do caráter relacional e simbólico da fronteira, trazemos a concepção de Pensavento, para quem:

as fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são sobretudo simbólicas. São marcos, sim, mas sobretudo de referência mental que guiam a percepção da realidade. Neste sentido, são produtos dessa capacidade mágica de representar o mundo por um mundo paralelo de sinais por meio do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo. [...] Dessa forma, as fronteiras são, sobretudo, culturais, ou seja, são construções de sentido, fazendo parte do jogo social das representações que estabelece classificações, hierarquias, limites, guiando

³⁸¹DA SILVA, Idelma Santiago. **Fronteira cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará [1970-2008]**. 2010. 230f. Tese [Doutorado em História]. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2010, p. 45.

³⁸²MARTINS, José de Souza. O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In.: MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1988, pp. 45-46.

o olhar e a apreciação sobre o mundo.³⁸³

Sublinha-se, ademais, que a fronteira, na perspectiva da geografia cultural, possui um caráter essencialmente marcado pela mobilidade, tal qual a identidade em suas cambiantes formas. Logo, a fronteira cultural é lócus no processo de intensificação dos contatos e zona de trocas culturais, portanto de conflitualidades que apesar de considerar a dimensão político-territoriais também a ultrapassa solapadamente por uma visão mais heurística, que toma a dimensão cultural e também simbólica do tempo e do espaço. Assim observou Martins em pesquisa de campo realizada na região da Pré-Amazônia Maranhense, nos fins da década de 1970, dentre outros tantos lugares que visitou, analisando o fenômeno da migração temporária, ao qual denominou de tarefa inconclusa, posto inexistir, até aquele momento, ferramentas de análises que pudessem dar conta de modo efetivo de acompanhar a processualidade do ato de migrar.

Mais do que migrantes temporários, há um definido universo social da migração temporária. Mais do que um *trânsito* de um lugar a outro, há *transição* de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca.³⁸⁴

Ao adensarmos o debate nos termos da migração, cabe destacarmos a obra *Estudos migratórios*,³⁸⁵ que se propôs o desafio de sinalizar caminhos e afinar perspectivas metodológicas para pensar os fluxos migratórios no Brasil, e assim o fez com maestria. Diante disto aliamos estas reflexões teóricas a uma discussão novelada por outros teóricos, sobretudo do contributo das pesquisas realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa Terra, Trabalho, Memória e Migração – TRAMA da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar,³⁸⁶ cujas

³⁸³PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das Fronteiras. In.: MARTINS, Maria Helena [Org.]. **Fronteiras Culturais: Brasil-Uruguai-Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, pp. 35-36.

³⁸⁴MARTINS, José de Souza. O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In.: MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1988, p. 45.

³⁸⁵A respeito do debate teórico-metodológico acerca dos estudos migratórios, vide: DEMARTINI, Zelia de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. [Orgs.]. **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: EdUFSCar, 2005. Com o devido destaque ao capítulo MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Contribuições Metodológicas para a análise das migrações. DEMARTINI, Zelia de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. [Orgs.]. **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: EdUFSCar, 2005, pp. 53-86.

³⁸⁶Destacamos aqui o conjunto das pesquisas desenvolvidas Grupo de Pesquisa TRAMA, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva, cujo cerne das discussões ancoram-se na nova morfologia do trabalho rural, orbitando em torno do mundo do trabalho, mobilidade do trabalho no século XXI e das formas de resistências dos trabalhadores/as. Para mais informações, segue: <http://www.trama.ufscar.br>

publicações sobre a migração de maranhenses aos canaviais paulistas³⁸⁷ fornecem um horizonte de perspectiva, e nos orienta na percepção das rupturas e possíveis similitudes entre os processos migratórios destes trabalhadores nos canaviais paulistas e dos trabalhadores migrantes oriundos do Maranhão que migram em busca de trabalho para as fazendas da Amazônia Paraense. De pronto, tanto a escravização dos maranhenses no interior paulista, quanto na Amazônia Paraense configura-se, para usar o jargão dos operadores do direito, condições análogas à escravidão, mas temos que considerar as idiossincrasias que certamente originariam um outro estudo, o que muito nos apeterceria fazê-lo, mas que julgamos não ser oportuno no contexto destas nossas atuais inflexões. Pois, apesar de corrente, tal expressão não contempla a dimensão física e nem tampouco simbólica do fenômeno em questão. Neste sentido se faz oportuno pontuarmos, em primeiro lugar, que temos um grupo de migrantes intergeracionais de trabalhadores maranhenses oriundos da Microrregião de Codó, parte da Mesorregião Leste Maranhense,³⁸⁸ os quais chegam a ter carteiras de trabalho assinadas, ao contrário do segundo grupo de trabalhadores rurais, muitos deles oriundos de outros estados do Norte e Nordeste do Brasil, geralmente do Piauí, Ceará e Tocantins, que tomaram Açailândia/MA como lugar de morada familiar. Mas em ambos os casos a migração de retorno é matricial, onde lugar de origem e destino não se separam, cuja capacidade mobilizadora tem na fé/esperança de dias melhores para si, e para os seus familiares.

Nos termos da noção de retorno³⁸⁹ dos trabalhadores ao lugar de origem,

³⁸⁷Indicamos dois artigos publicados, na forma de capítulos sobre a migração de trabalhadores rurais maranhenses aos canaviais do interior paulista. ALVES, Francisco. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: Será esse um fenômeno casual ou recorre da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In.: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. [Orgs.]. **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro** (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCar, 2007, pp. 21-54. / CARNEIRO, Marcelo Sampaio; SOUSA, Andréa; MARINHO, Karlene. Migração, estrutura agrária e redes sociais: uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura da cana em São Paulo. In.: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. [Orgs.]. **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro** (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCar, 2007, pp. 215-232.

³⁸⁸INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais**. 1 de julho de 2008. Consultado em 22 de março de 2016.

³⁸⁹A respeito da migração de retorno, indicamos para aprofundamentos: DORNELAS, S. M. Migração de retorno. O que é isso? **Travessia - Revista do Migrante**, p. 57, maio-ago. 1995. / MENEZES, Marilda Aparecida de. Questionamentos às categorias migrante de retorno e migrante. **Cadernos de Ciências Sociais**, n. 3, pp. 47-51, 1992. / SCOTT, Russell Parry. Estratégias familiares de emigração e retorno no Nordeste. **Travessia - Revista do Migrante**. São Paulo. São Paulo. Ano VIII, Nº 21, maio/agosto, 1995, pp. 23-27. / MORAES SILVA, Maria Aparecida de. A terra no imaginário dos migrantes temporários. **Revista História Oral**, 4, 2001, pp. 103-120. / MORAES SILVA, Maria Aparecida de; MENEZES, Marilda Aparecida. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. Brasília: **Revista Eletrônica do Nead**, 2006. Ainda sobre os retornos migratórios, vide na perspectiva da história social ROCHA, Cristiana Costa da. Os retornados: reflexões sobre condições sociais e sobrevivência de trabalhadores rurais migrantes escravizados no tempo presente. **Revista Brasileira de História** [online]. 2012, vol.32, n.64, pp. 149-165.

Abdelmalek Sayad pontua que “o retorno é naturalmente o desejo e o sonho de todos os imigrantes, é como recuperar a visão, a luz que falta ao cego, mas, como cego, eles sabem que esta é uma operação impossível. Só lhes resta, então, refugiarem-se numa intranquila nostalgia ou saudade da terra”.³⁹⁰ Trata-se de uma relação ambivalente que repleta de tensões entre as condições materiais e os valores simbólicos é permeada pelos desejos e sonhos mais recônditos do ser/fazer-se migrante, o desejo de voltar; retornar ao lugar de origem para encontrar com os seus é, certamente, a força motriz que os mantém. Nesta presente ausência e ausente presença se conflagra um drama para os familiares dos migrantes que ficaram no lugar de origem, visto que, diferentemente de outros estudos de migração de trabalhadores rurais oriundos do Maranhão que ocorrem em processo migratório familiar,³⁹¹ aqui temos outra realidade, onde o trabalhador migra e deixa sua família aos cuidados da parentela e/ou compadrio. A respeito deste sentimento de ausência, Sayad afiançou que:

esse é um dos numerosos paradoxos da imigração: ausente onde está presente e presente onde está ausente. Duplamente presente – efetivamente aqui e ficticiamente lá – e duplamente ausente – ficticiamente aqui e efetivamente lá – o imigrante teria uma vida dupla, que ultrapassa e que é diversa da oposição tradicional entre vida pública e vida íntima: uma vida presente, banal, cotidiana, vida que pesa e enreda, vida segunda, ao mesmo tempo cronológica e essencialmente secundária; uma vida ausente, figurada ou imaginada, rememorada, uma vida que foi primeira cronologicamente e que permaneceu primeira, essencial, afetiva e efetivamente, e que, sem dúvida, voltará a sê-lo um dia.³⁹²

Cabe dizer aqui que no caso de nossos sujeitos geográficos estas ausências duram entre alguns meses e dois anos. Este sentimento marcado pela ausência foi por nós observado especialmente nas narrativas de Aílton, Cosme, João, José Maria, Zé Pereira, Josimo, Manoel e Oziel, que de modo quase uníssono afinaram um coro de murmuros de saudades, representados na relação entre *a minha terra* e *a terra dos outros*, como apareceu na fala de Oziel³⁹³, casado, piauiense, 28 anos, pai de uma menina, cuja entrevista foi realizada em sua

³⁹⁰SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia - Revista do Migrante**. São Paulo. Edição especial. Ano XIII, v. 13, 2000, pp. 07-32, pp. 11-12.

³⁹¹Sobre a migração como parte constitutiva da reprodução familiar camponesa, tem destacado papel a obra MENEZES, Marilda Aparecida. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

³⁹²SAYAD, op. cit., pp. 07-32, p. 20.

³⁹³Cognome por nós atribuído ao trabalhador, homenageando um camponês de 17 anos símbolo de luta pela posse da terra no estado do Pará, Oziel Alves Pereira, para muitos o Zumbi do Pará, jovem dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST do Pará foi algemado e, em seguida, executado com um tiro na cabeça em 17 de abril de 1996, quando liderava as negociações durante uma marcha pacífica com 1.500 manifestantes pela desapropriação da fazenda Macaxeira no município de Eldorado de Carajás/PA. Naquele que ficou conhecido como Massacre de Eldorado do Carajás, fatídico episódio do assassinato de dezenove trabalhadores rurais sem-terra em confronto com a polícia militar do Pará. Consta nos autos do processo judicial que 10 dos 19 trabalhadores rurais foram executados à queima roupa. Em 7 de setembro de 1996, foi inaugurado, na cidade de Marabá/PA o Monumento Eldorado Memória, projeto realizado pelo prestigioso arquiteto Oscar Niemeyer, tendo sido destruído

residência num bairro popular de Açailândia/MA, no dia 11 de dezembro de 2015. Na ocasião e em tom sereno, mas assombrado por uma certa tensão, asseverou:

Eu já passei de tudo nesta vida, já passei fome e sede e também muitas humilhações, mas eu falo pro senhor que o mais difícil é ficar longe da família. Bate uma saudade danada de grande e a gente fica longe e preocupado com o que está acontecendo com a família, se eles estão bem ou não. Mas vida de peão é *virar o trecho e cair no meio mundo*, atrás de vida melhor para nós e para família da gente.³⁹⁴

Percebe-se que a expressão *meio do mundo* aparece em outras narrativas e em outros estudos, a exemplo da pesquisa realizada por Russel Scott, para quem “este meio mundo é um espaço simbólico”.³⁹⁵ Para Woortmann, assim como para outros pesquisadores, o processo migratório camponês não é resultante apenas da “inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução”,³⁹⁶ como aparecem em estudos da migração camponesa no Brasil e no exterior. Portanto, trata-se de uma estratégia de reprodução social da família camponesa. Em participação das reuniões e debates internos, e nos relatórios do CDVDH/CB, notadamente se vê abundantes exemplos de trabalhadores, migrantes temporários que narram suas aventuras e desaventuras, que fazem também, por força da extrema pobreza a que estão submetidos, mas não somente, embora seja esta sua principal motivação. Ainda nestes termos, a autora Maria Aparecida de Menezes ratifica que:

quem migra é o indivíduo, entanto, a migração é uma estratégia familiar que se fundamenta no ciclo de vida, idade e sexo. Alguns membros da família ficam e outros partem, os que partem podem se estabelecer nos locais de destino ou retornar periodicamente. O fluxo de pessoas entre espaços diferenciados é tecido por redes de familiares e de amizades, aproximando, de maneira simbólica, espaços geograficamente distantes.³⁹⁷

durante a madrugada do dia 22 do mesmo mês. Sobre este assunto, segue a indicação de NEPOMUCENO, Eric. **O massacre - Eldorado do Carajás: uma história de impunidade**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007. / BRELAZ, Walmir. **Os sobreviventes do Massacre de Eldorado do Carajás**. Belém: Editora Promev, 2007. / CAMPOS, Ademar da Silva; **O confronto em Eldorado do Carajás: trágica consequência do processo histórico da concentração de terras no Brasil**. Belém: Editora Promev, 2002. / SILVA, Gonçalo Ferreira da. **O massacre de Eldorado do Carajás**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras de Cordel, 1996.

³⁹⁴OZIEL. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 11. dez., 2015.

³⁹⁵SCOTT, Russell Parry. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste entre o cativo e o meio do mundo. In.: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. [Orgs.]. **Diversidade do campesinato expressões e categorias v.2: estratégias de reprodução social**. EdUNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: 2009, pp. 245-267, p. 266.

³⁹⁶WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**. jan/jul., 1990, pp. 35-51, p. 35.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In.: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antônio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana. [Orgs.]. **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 23.

³⁹⁷MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste. In.: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARTIN, Rosa Acevedo. [Orgs.]. **Diversidade**

Os estudos migratórios têm cruzado fronteiras disciplinares, seja a migração autônoma, forçada ou mesmo, as migrações internas,³⁹⁸ avançado em abordagens e metodologias e ganhando perspectivas cada vez mais enriquecedoras como tem afiançado qualificadamente Helion Póvoa e Ademir Ferreira, coordenadores do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios do Rio de Janeiro – NEIM,³⁹⁹ para quem é

fascinante, e também inquietante, aventura do deslocamento humano - migração, exílio, refúgio, expulsão. A configuração dessa cartografia migrante só foi possível a partir do terreno preparado e cultivado pelos estudos que, ao focar o olhar sobre o espaço geográfico, despertaram para a diversidade de experiências e formas de vidas de seus habitantes. O que se busca hoje é a ampliação do entendimento do significado das migrações para a nossa vida individual e coletiva. Fluxos, circuitos, bloqueios, impasses na dinâmica da topografia humana envolvem elementos tais como: autóctone e alóctone; o familiar e o estranho, o eu e o outro; a identidade e a diferença, a alteridade e a subjetividade.⁴⁰⁰

As reflexões acima nos reportam ao indicativo de que o fenômeno migratório vai além da própria migração, suas porosidades acabam por forjar novos conceitos e ressignificar outros para dar conta de explicar tamanha complexidade que evoca. Desta forma, o próprio conceito de migração tem sido cada vez mais elástico, incorporando noções como espaço migratório e territorialidade migratória; apesar de serem jovens categorias de análise, já demonstram vitalidade, cuja validade certamente ultrapassará os limites de seus operadores primeiros, sendo constantemente [re]atualizadas pelas transformações socioeconômicas e também culturais. Assim sendo, naturalmente, nosso entendimento de migração não mais se apresenta como defendia o paradigma histórico-estrutural para quem as migrações são

do campesinato expressões e categorias v.2: estratégias de reprodução social. EdUNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: 2009, pp. 269-287, p. 279.

³⁹⁸Sobre a migração autônoma, forçada e interna, encontramos definições bastante claras, em duas obras, a saber: GAUDEMAR, Jean. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977. / SINGER, Paul. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. 3ª ed., São Paulo: Hucitec, 1998.

³⁹⁹Criado em 2000, o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios do Rio de Janeiro reúne profissionais de diferentes áreas interessados pelas múltiplas dimensões da migração, a saber: geógrafos, urbanistas, demógrafos, economistas, antropólogos, historiadores, sociólogos. Atualmente o núcleo, encontra-se ligado ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. O grupo tem publicado coletâneas que retratam a questão migratória sob diversas perspectivas e em diferentes escalas, considerando não somente as fronteiras territoriais, mas também, as simbólicas, com questões que tem habitado o universo das pesquisas dos estudiosos do grupo, a saber: PÓVOA NETO, Helion; SEYFERTH, Giralda; ZANINI, Maria Catarina; SANTOS, Miriam de Oliveira. [Org.]. **Mundos em movimento:** ensaios sobre migrações. Santa Maria: Editora da Universidade de Santa Maria, 2007. / FERREIRA, Ademir Pacelli; PÓVOA NETO, Helion; VAINER, Carlos; SANTOS, Miriam de Oliveira. [Org.]. **A experiência migrante:** entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, Faperj, 2010. / PÓVOA NETO, Helion; SANTOS, Miriam de Oliveira; PETRUS, Regina; GOMES, Charles. [Org.]. **Caminhos da migração:** memória, integração e conflitos. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, Faperj, 2014. / PÓVOA NETO, Helion; SANTOS, Miriam de Oliveira; PETRUS, Regina. [Org.]. **Migrações:** rumos, tendências e desafios. Rio de Janeiro: Polobooks, 2016.

⁴⁰⁰PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli. [Org.]. **Cruzando fronteiras disciplinares:** um panorama dos estudos migratórios. 1ª ed., Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 12.

permanentes e “resultavam de fatores de expulsão e atração, expressando transferências de populações de regiões modernas e\ou setores em desenvolvimento”.⁴⁰¹ Nesta seara, estamos convencidos de que em todos os casos o fenômeno da migração envolve processos de exclusão ou, nos termos de Martins, de uma inclusão degradada do ser humano em face do processo de reprodução ampliada do capital.⁴⁰² Neste sentido, Martins aponta que:

nós estamos em face de uma nova desigualdade social, que não é mais, no plano imediato e imediatamente visível, a desigualdade de classes sociais. É por isso que com muita frequência o discurso sobre as classes é um discurso sem eficácia. Que nova desigualdade é essa? A desigualdade que há entre os plenamente incluídos [com acesso às oportunidades que a sociedade pode oferecer na economia, nas relações sociais, na cultura] em relação àqueles cuja inclusão se situa à margem dessa mesma sociedade, submetidos a permanentes insuficiências, carências e privações, não só materiais. Aqueles que se defrontam, de fato, com coisas, espaços e situações que lhes são vedados nas próprias relações cotidianas.⁴⁰³

É preciso sublinhar que o trabalho escravo contemporâneo funciona dentro da dinâmica da produção do capital, e que sua reprodução e permanência se dão como fenômeno permanente do capitalismo que entremeia a pobreza no limite da exploração do trabalho como já pontou Martins em suas obras.⁴⁰⁴ No contexto das relações entre o trabalho escravo colonial e a escravização contemporânea, o sociólogo José de Souza Martins pontua em linhas gerais algumas similitudes e diferenciações deste processo, afirmando que:

a escravidão negra era infinitamente melhor do que esta escravidão, por um motivo simples. O trabalhador escravo era propriedade do fazendeiro, era um investimento de capital. Se o trabalhador adoecesse, morresse, isso era concretamente um prejuízo. Era como se morresse um cavalo ou uma vaca do mesmo fazendeiro. Ele tinha o maior interesse em cuidar dos seus escravos. Essa história de dizer que o escravo apanhava todo dia é, em grande parte, fantasia. As coisas não eram bem assim. Claro que havia um poder de vida e morte do senhor sobre o escravo. Claro que muitos escravos apanhavam e eram torturados barbaramente. Claro que sim, e isso é verdadeiro. Mas é também verdadeiro e lógico que o escravo era um patrimônio. Ele era capital do fazendeiro. Naquela época o valor de uma fazenda não era determinada pela área de

⁴⁰¹MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In.: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antônio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana. [Orgs.]. **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 21.

⁴⁰²MARTINS, José de Souza. O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio. In.: **O fenômeno migratório no limiar do 3º milênio: desafios pastorais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, pp.19-34, p. 24.

⁴⁰³MARTINS, 1998, p. 28.

⁴⁰⁴Esta questão aparece em artigos publicados e em pelo menos três capítulos de obras do autor, a saber: MARTINS, José de Souza. A escravidão na sociedade contemporânea: a reprodução ampliada anômala do capital e a degradação das relações de trabalho. In.: MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 151-162. / MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão. In.: MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 71-100. / MARTINS, José de Souza. A terceira escravidão no Brasil. In.: MARTINS, José de Souza. **Uma sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e Henri Lefebvre**. São Paulo: Contexto, 2014, pp. 203-210.

terra, pois a terra raramente aparecia avaliada nos inventários dos fazendeiros que morriam. O valor de uma fazenda era determinado pelo número de escravos que possuía, escravos em condições de trabalhar e produzir. Surrar, estropiar ou matar um escravo seria a mesma coisa que hoje um industrial comprar uma máquina ultra-sofisticada e botar fogo nela.⁴⁰⁵

Mas é preciso ter cautela para não resvalar numa *visão espasmódica*,⁴⁰⁶ ou seja, na armadilha de lógicas reducionistas e simplificadoras dos fenômenos sociais, como nos alerta Edward Thompson em um de seus textos clássicos da historiografia do trabalho que analisa as revoltas populares na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII,⁴⁰⁷ e que de modo inequívoco pontua o que ele chamou de economia moral, ou seja, para além da exploração da força de trabalho na forma capitalista há também uma exploração tão maior quanto a cultural e a moral a qual o homem trabalhador comum é submetido. Neste sentido, ele alarga a visão essencialmente economicista que compreende os famosos motins populares do século XVIII na Inglaterra como resultantes naturais do problema da fome, mas não somente. Nas palavras do próprio autor:

contra essa visão espasmódica, oponho minha própria visão. É possível detectar em quase toda ação popular do século XVIII uma noção legitimadora. Por noção de legitimação, entendo que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais.⁴⁰⁸

Temos pois, a noção conceitual de economia moral, cunhada originalmente pelo historiador Edward Thompson descrito na obra *Costumes em comum* de 1971, como trazemos no excerto acima para explicar os sistemas de troca social e comportamentos populares na Inglaterra do século XVIII, o que nos ajuda a explicar muitos fenômenos sociais, que embora sejam aparentes resultados do movimento da economia, também são reverberações de valores morais e normas essencialmente culturais, numa relação intrínseca e simbiótica entre o *homo culturalis* e o *homo economicus*. Para compreender os sentidos da trama dos movimentos migratórios internos no Brasil, como aparecem nas entrevistas que revelam a plasticidade das experiências migratórias de grupos subalternizados demarcadas por relações de solidariedade, mas também de estereótipos, muitas vezes, o ser *maranhense* ou o ser chamado de *maranhense* no Pará embora não o seja, representa uma tentativa de estigmatizar uma classificação inferiorizante do outro, como aparecem nos estudos realizados por Idelma Santiago acerca da

⁴⁰⁵MARTINS, 1998, p. 24.

⁴⁰⁶Entende-se pela perspectiva thompsoniana, a visão espasmódica, reações por estímulo, como num espasmo coletivo, pautada por análises supercializadas/doras da realidade social. Vide: THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 2010, p. 150.

⁴⁰⁷THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In.: **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 2010, pp. 150-202.

⁴⁰⁸Idem. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 2010, p. 150.

migração maranhense no sudeste do Pará, onde a autora ousou propor, para o conjunto destas práticas discursivas de dominação socioterritorial, a análise de um processo de etnização do maranhense, “na medida que trata-se da designação de pessoas e grupos considerados como “os outros”, diferentes e, de certa forma, concebidos como participantes marginais na sociedade envolvente”.⁴⁰⁹ Compreendemos este como parte do resultado de um processo de construção de narrativas de disputas de representação, e por conseguinte, urdidas nas tramas das relações socioterritoriais no corredor da pobreza que se espalha pelas comunidades atingidas pelo rastro dos impactos socioambientais do Programa Grande Carajás em suas formas indiscriminadas de exploração dos recursos naturais da região. Para o enfrentamento destas ações a Rede Justiça nos Trilhos⁴¹⁰ tenta combater com reações que representam o erguimento de uma barreira, com a formação de pequenas ilhas de resistência em cada uma das comunidades atingidas, sejam elas ribeirinhas, quilombolas, camponesas, etc.

A questão central apresentada por Idelma Santiago em sua tese coloca em tela o processo de “como a migração tem sido construída como problema social no sudeste do Pará desde a década de 1980, e materializa-se também na construção do problema dos maranhenses migrantes”.⁴¹¹ Num contra movimento migratório, os marabaenses utilizam-se de estratégias de invisibilização ou, como quer a autora, elimina as populações subalternas com a construção de um discurso que quer etnicizar o migrante, categorizando-o, criando um conjunto orquestrado de representações para o outro-chegante, em geral pejorativas, ao migrante maranhense ou oriundo do Maranhão no sudeste do estado do Pará. Faz-se mister destacar que para além dos limites da determinação política, que convencionam estratégicas divisões numa área contígua na primeira entrada, sentido Leste-Oeste da Floresta Amazônica, a autora aponta para outras produções, descontinuidades territoriais no campo das representações socioterritoriais, onde “reproduzem-se outras questões limítrofes, como aquelas que se tem construído no imaginário social sobre o Maranhão e sobre os maranhenses migrantes”.⁴¹²

Se de um lado temos os paraenses que atribuem, em grande parte, a violência no Sudeste do seu Estado à presença do migrante maranhense, do outro, os maranhenses não

⁴⁰⁹DA SILVA, Idelma Santiago. **Migração e cultura no sudeste do Pará**: Marabá [1968-1988]. 2006. 188f. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2006, p. 153.

⁴¹⁰Conjunto articulado de organizações não-governamentais e movimentos sociais criado em 2007, cujo objetivo é a defesa dos direitos socioambientais das comunidades atingidas pelo Grande Projeto Carajás. Para mais informações, segue indicação de sítio: <http://justicanostrilhos.org>

⁴¹¹DA SILVA, op. cit., p. 116.

⁴¹²DA SILVA, op. cit., p. 119.

migrantes atribuem a violência na fronteira da Pré-Amazônia Maranhense à “invasão” paraense, de pistoleiros, assassinos de aluguel, quase todos do Pará. Trata-se, portanto, de um complexo jogo de interesses e das relações de força enredados na/da fronteira, palco demarcado pela conflitualidade, conformatador de atribuições propositais que positivam representações sobre o paraense, ao passo que desqualificam o maranhense e também erigem um discurso homogeneizador referindo-se à unidade geopolítica ao qual este está aludido; são embates que se dão dos dois lados. Trata-se, de um discurso geográfico que emparelha o Pará e Maranhão como rico/pobre, abundante/escasso, fértil/árido, imenso/diminuto, dentre outras representações que aparecem na fala dos trabalhadores, carregadas de ressentimento, pois, apesar de serem adjetivados como afeitos aos trabalhos, tem sido construído como o outro pobre, ignorante na literatura e mídia local e regional. Estigmatizações apregoadas de senso comum que exalta o paraense em detrimento do maranhense, sendo o segundo, na visão dos primeiros, representados como os *mortos de fome, desqualificados, sujos, ignorantes* e, sobretudo, como os causadores de toda sorte de mazelas sociais que acometem a região, num processo de culpabilização do outro/estrangeiro/diferente através de práticas discursivas que, de modo muitas vezes consciente, produzem imagens idílicas de sua terra e “demonização de seus invasores”, de modo a colocar a presença do migrante maranhense no Pará como desejada tão apenas como força de trabalho braçal, na condição de escravo, especialmente na porção sudeste do Estado.

Do conjunto destas categorizações e etiquetagem coisificadora, carregadas de pura xenofobia à brasileira, vem uma tentativa de justificação para a escravização do maranhense no Pará com base nas práticas historicamente difundidas durante a escravidão indígena e negra no Brasil, cujo fundamento era essencialmente cultural, biológico e social, e que devem ser continuamente combatidos. No mais, é uma migração tida como um problema social a ser combatido. Neste sentido, nominar o outro é também uma forma de o dominar, cercando-o com rótulos e estereótipos⁴¹³ para marginalizá-lo socialmente, a exemplo dos diferentes processos *pejorativos* de representação do Maranhão e do maranhense migrante, forjado por alguns paraenses na forma de piadas, algumas delas no estilo de anedotas apinhadas e arraigadas de preconceitos de diferentes formas e matizes.

⁴¹³GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed., Rio de Janeiro: LTC, 2008. Em termos equipolentes, dadas as reservas trazemos outra obra, que julgamos imprescindível ao aprofundamento da questão, a saber: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

– Um maranhense, um cearense e um paraense estavam viajando quando o avião começou cair então tiveram de jogar as cargas para não caírem. O cearense jogou a rapadura e disse: – Isso aqui tem muito na minha terra! O maranhense jogou o coco babaçu e disse: – Isso aqui tem muito na minha terra! O paraense empurrou o maranhense e disse: – Isso aqui tem muito na minha terra! [Domínio público].

– Um cidadão chegou para o maranhense e lhe chamou para uma uma aposta: – Se falar uma frase sem dizer uma palavra errada, te dou dez mil reais. –Cuma?! – Já errou! – Mas também... Tú não me dá uma chancha...! [Domínio público].

– Porque o cachorro não segue enterro de maranhense? – Porque quem enterra merda, é gato! [Domínio público].

– Por que um botijão de gás é melhor do que um maranhense? – Porque o botijão tem registro. [Domínio público].

– Um maranhense morreu no Pará. No dia de seu enterro, um amigo veio do Maranhão para o velório. Quando ele estava se despedindo, sua dentadura caiu em cima do caixão, ele para escapar da situação disse: – Leva contigo o meu último sorriso... [Domínio público].

– O que é um nada, dentro do nada, ouvindo nada, voltando pro nada? – É um maranhense dentro de um fusca, ouvindo reggae, voltando pro Maranhão. [Domínio público].

– Era uma vez um maranhense, um amazonense e um paraense, cavando um buraco, colocaram um bode que tinha um cheiro horrível e taparam este buraco com um plástico. E apostaram para ver quem conseguia ficar mais tempo com o bode que fedia dentro do buraco. Foi o Paraense, aguentou 10 minutos e saiu, foi o amazonense e aguentou 5 minutos e saiu, foi o maranhense e o bode que saiu de dentro do buraco, porque o maranhense fedia mais que o bode. [Domínio público].

– Os maranhenses ficaram felizes porque foi descoberto um Estado pior que o Maranhão. Qual é? – O estado de coma. [Domínio público].

– Por que a cigana não lê mão de maranhense? – Porque maranhense não tem futuro. [Domínio público].

– Três homens morreram: um do Pará, um do Piauí e o outro do Maranhão. Todos eles foram para o inferno. O diabo disse que cada um tinha direito a fazer apenas uma ligação: A ligação pro Pará custa cem reais, para o Piauí custa dez reais, e para o Maranhão era de graça! O paraense perguntou para o diabo, porque pro Maranhão é de graça, o diabo respondeu: – De inferno para inferno, só gasta bônus! [Domínio público].

Como se sabe, a priori, o objetivo de uma piada é provocar risos e gargalhadas, mas este recurso humorístico possui múltiplas facetas, umas mais ingênuas, outras de duplo sentido; algumas, no entanto, estão carregadas de preconceitos sexista, xenófobo, misógino e racista. Mas em todos os sentidos são a propósito de uma intencionalidade que impreterivelmente nos fala de representações.⁴¹⁴

⁴¹⁴Não por acaso, Freud escreveu já no século XIX, a obra *O chiste e sua relação com o inconsciente*, sobre a

O estudo realizado pela geógrafa Roberta Figueiredo no final da década de 1990⁴¹⁵ sobre o processo de construção identitária do caboclo maranhense constituído na fronteira aponta as práticas discriminatórias e de hierarquização sociocultural e geográfica realizadas pelos paraenses, atribuindo estrategicamente ao outro grupo social, em bases essencialmente ancoradas na perspectiva determinista, na tentativa de subordinação dos maranhenses, como também aparece nas análises sociológicas apresentadas por Nilva Olivi⁴¹⁶ sobre a migração e os preconceitos sofridos pelos maranhenses no Pará. A própria autora narra que quando de sua chegada em Marabá/PA, no ano de 1983, de pronto percebeu o clima hostil, que a fazia lembrar de sua condição de migrante maranhense, que constitui o grupo mais numeroso de migrantes regionais nesta parte do estado do Pará, que ainda são tidos, em grande parte dos casos, como a classe dos indesejados e assim são, constantemente, subalternizados e desterritorializados.

Dessa sorte, tomando emprestado este conceito, com as devidas ressalvas, é possível compreender o fenômeno da migração como resultante de um processo verdadeiramente complexo, atravessado por inúmeros fatores que em um primeiro olhar é incapaz de descortinar o universo de questões por trás de um processo migratório, a exemplo dos costumes, crenças, dentre outros que o perfazem, no que Thompson chamou de economia moral, fundamentalmente entranhada na tradição de uma cultura camponesa, conferindo um sentido ainda mais amplificador da migração como parte da relação de identificação de classe, mas também de estratégias da reprodução social do grupo. Sob esta ótica, vamos nos permitir novamente nos citar com base em uma reflexão anterior, na qual defendemos que a visão econômica carece de elementos outros para se completar e atingir ao real universo de sentido conferido pelos atores sociais, uma vez que por si pode incorrer numa análise ligeiramente “reducionista e incapaz de explicar a complexidade real do fenômeno. Assim, como a revolta dos trabalhadores ingleses envolveu aspectos sociais, culturais, políticos e, claro, econômicos, o fenômeno da escravização contemporânea corre na mesma direção”.⁴¹⁷ Com esta, queremos enfatizar que embora nossa análise seja fortemente permeada por uma leitura marxista, esta não

piada, enquanto reverberações do inconsciente. Para isto, analisou um conjunto de piadas de judeus.

⁴¹⁵FIGUEIREDO, Roberta Maria Batista de. **Fronteira e identidade**: um estudo sobre os deslocamentos de “maranhenses” para o sudeste do Pará como estratégia de manutenção da condição camponesa. São Luís, 2000, 111p. Dissertação [Mestrado em Políticas Públicas]. Universidade Federal do Maranhão, São Luís: 2000.

⁴¹⁶OLIVI, Nilva Nogueira Fernandes. **Migração, identidade e conflito**: um estudo sobre a discriminação contra os maranhenses em Marabá/Pará. 78f. Monografia [Graduação em Ciências Sociais] Campus Universitário de Marabá, Universidade Federal do Pará, Marabá, 2007, pp. 50-62

⁴¹⁷SOARES, Fagno da Silva. **Escravidão do carvão**: historiando identidades e memórias em Açailândia-MA no tempo presente. 2012. 300p. Dissertação. [Mestrado em História do Brasil], Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012, p. 109.

é exclusiva. Pois, compreende também a multiplicidade de fatores que compõem o complexo e multifacetado quadro da dinâmica da vida social como elemento cultural, em suas radiações enredados por fatores culturais, sociais e também econômicos.

Noutros termos, trazemos um sumário trecho da narrativa de Ezequiel⁴¹⁸ solteiro, jovem maranhense, de 25 anos, cuja entrevista foi realizada na residência de seus pais, em Açailândia/MA, no dia 14 de dezembro de 2015. Dele pode-se entender diferentes motivações para migrar, desde questões de desejos pessoais até motivações herdadas de uma prática familiar, portanto, intergeracional, muito comum aos estudos sobre as migrações internas na Amazônia.⁴¹⁹ Não por acaso Abdelmalek Sayad nos coloca a migração como “um fato social completo”,⁴²⁰ dada as reentrâncias contidas no fenômeno migratório. São itinerários migratórios e trajetórias de migração deveras complexos numa profusão labiríntica de motivações, como dito alhures e contido na fala seguinte:

Eu fui pro Pará, pra sair daqui, pra tentar uma vida diferente, fazer outras coisas, pra ganhar dinheiro e ir para outros lugares depois. Meu pai é do Ceará e minha mãe do Piauí, mas a família dele veio de Pernambuco e a dela da Bahia, então a gente é quase igual aos ciganos. Quero agora ir para outro lugar, São Paulo talvez, pra trabalhar naquelas grandes obras, cada um tem um sonho, o meu é viver pelo mundo, sair e aventurar minha sorte. A gente tem como viver aqui, basta arranjar um emprego nessas siderúrgicas na cidade. Mas eu preferir ir pro Pará, me dei mal, mas não é por isso que vou deixar de viver a vida e conhecer outros lugares.⁴²¹

Diante desta e de outras falas de nossos trabalhadores rurais presentes neste estudo urge destacarmos que grande parte dos atuais processos migratórios para a Amazônia Paraense são essencialmente de trabalhadores oriundos do próprio do Pará e/ou dos vizinhos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Mato Grosso, mas também do não muito distante Ceará; são

⁴¹⁸Trabalhador assim cognominado, prestando homenagem ao Padre Ezechiele Ramin [1953-1985], conhecido no Brasil por Padre Ezequiel, poeta e missionário comboniano italiano ordenado em 29 de agosto de 1980. Chegou ao Brasil nos primeiros dias do ano de 1984, tendo exercido suas atividades sacerdotais por pouco mais de um ano, quando foi brutalmente assassinado em 24 de julho de 1985 no município de Cacoal em Rondônia, numa emboscada por sete pistoleiros que o alvejaram com cerca de 50 disparos. É considerado o mártir da caridade pelo Papa João Paulo II. Sendo, grande defensor dos direitos dos camponeses e dos índios suruis na Amazônia Rondoniense. Ao lado da irmã Dorothy Stang, executada com seis tiros, no dia 12 de fevereiro de 2005 na zona rural do município de Anapu/PA, são símbolos da luta pela posse da terra na Amazônia. A respeito das trajetórias de luta e vida do Pe. Ezequiel e da Irmã Dorothy, indicamos duas obras fílmicas: **EZEQUIEL RAMIN: O MÁRTIR DA OPÇÃO PELOS POBRES**. Direção dos Missionários Combonianos. Verbo Filmes/Editora Sem Fronteiras, São Paulo: DVD, 2015, documentário, 49 min. / **MATARAM IRMÃ DOROTHY/THEY KILLED SISTER DOROTHY**. Direção de Daniel Junge. Just Media, Estados Unidos: DVD, 2008, documentário, 94 min.

⁴¹⁹ARAGÓN, Luís Eduardo. 1986. Uso potencial das redes de parentesco como alternativa metodológica para o estudo da migração. In.: ARAGÓN, Luís Eduardo; MOUGEOT, Luc J.A. [Orgs.]. Migrações Internas na Amazônia: contribuições teóricas e metodológicas. **Cadernos – NAEA**. Belém: UFPA/NAEA/CNPq. 1986, pp. 15-27.

⁴²⁰SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

⁴²¹EZEQUIEL. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 14. dez., 2015.

trabalhadores rurais de origens diversas.⁴²² São fluxos migratórios de trabalhadores rurais nordestinos em busca de um *eldorado* na Amazônia. Para entender estes nordestes, desejado por uns e repulsados por outros, fomos ao encontro de Durval Muniz Albuquerque, para quem a compreensão do Nordeste que temos hoje passa pelo campo do imaginário, das construções imagéticas e discursivas, constituídas histórica e geograficamente, como aparecem analisadas na obra *A invenção do Nordeste e outras artes*.⁴²³ É um discurso da estereotipia, que mesmo preso a uma visão distorcida e apequenada, arroga-se ao direito de definir o outro, o estrangeiro esmiuçando suas identidades e exponenciando pejorativamente as diferenças sob o manto de pré-conceito [re]velado, com discursos regionalizantes, que acabaram por construir uma identidade espacial que, segundo o autor, serve aos interesses políticos e culturais dominantes, que apresentam um Nordeste como um amontoado de mazelas, renegando suas potencialidades e cristalizando estereótipos. Assim Durval Muniz Albuquerque sublinha que:

⁴²²Sobre a migração nordestina no âmbito das produções e estudos acadêmicos de mestrado e doutoramento acerca da migração de trabalhadores piauienses, cearenses e especialmente maranhense à Amazônia, elencamos, a saber: DA SILVA, Idelma Santiago. **Fronteira cultural: A alteridade maranhense no sudeste do Pará [1970-2008]**. 2010. 230f. Tese [Doutorado em História]. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2010. / DA SILVA, Idelma Santiago. **Migração e cultura no sudeste do Pará: Marabá [1968-1988]**. 2006. 188f. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2006. / LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência. [1889-1916]**. 2006. 191p. Tese [Doutorado em História Social]. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006. / MELO, Beatriz. Medeiros de. **Migração, memória e território: o trabalhador rural nordestino na Ibaté paulista**. 221p. Dissertação. [Mestrado em Geografia] Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente. Universidade do Estado do São Paulo, Presidente Prudente: 2007. / PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. 2013. 278p. Tese [Doutorado em História]. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2013. / PONTES, Sabrina Kelly. **Migrações de trabalhadores maranhenses para o corte da cana-de-açúcar no interior de São Paulo: o percurso da “precisão”**. 285p. Tese [Engenharia de Produção]. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: 2010. / ROCHA, Cristiana Costa. **Memória migrante: A experiência do trabalho escravo no tempo presente Barras/PI**. 2010. Fortaleza. 196p. Dissertação. [Mestrado em História Social]. Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: 2010. / RODRIGUES, Sávio José Dias. **Quem não tem é escravo de quem tem: migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo**. 2016. Fortaleza. 213p. Tese [Doutorado em Humana]. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: 2016. / DA SILVA, André Eduardo Ribeiro. **Territorialidades e redes da migração maranhense nos canaviais paulistas**. 2012. 262p. Tese [Doutorado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2012. / SILVA, José Carlos Aragão. **Conversa bonita: o trabalho escravo na agricultura contemporânea brasileira e o aliciamento de camponeses na Região dos Cocais, Maranhão**. Teresina, 2004. 163p. Dissertação [Mestrado em Políticas Públicas]. Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina: 2004. / SILVA, José Carlos Aragão. **Ser livre e ser escravo: memórias e identidades de trabalhadores maranhenses na região dos Cocais 1990-2007**. Brasília, 2009. 175p. Tese. [Doutorado em História Cultural]. Universidade de Brasília. Brasília: 2009.

⁴²³Publicada em 1999, resultado da tese de doutorado defendida cinco anos antes, a saber: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O engenho anti-moderno: a invenção do Nordeste e outras artes**. 1994, 507p. Tese [Doutorado em História], Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas: 1994. Aditamos como reflexão que coaduna com a primeira referência, também fruto de uma tese de doutoramento, na área de Ciências Políticas defendida em 1988, no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, na forma de livro: CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

O Nordeste, na verdade, está em toda parte desta região, do país, e em lugar nenhum, porque ele é uma cristalização de estereótipos que são subjetivados como característicos do ser nordestino e do Nordeste. Estereótipos que são operativos, positivos, que instituem uma verdade que se impõe de tal forma, que oblitera a multiplicidade das imagens e das falas regionais, em nome de um feixe limitado de imagens e falas-clichês, que são repetidas *ad nauseum*, seja pelos meios de comunicação, pelas artes, seja pelos próprios habitantes de outras áreas do país e da própria região.⁴²⁴

O autor buscou em Edward Said, seu importante interlocutor, a compreensão de que o Nordeste conhecido no Brasil não passa de uma invenção⁴²⁵ de outras regiões do Brasil. Neste sentido, Durval Albuquerque, exorta que “o Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada, a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente”,⁴²⁶ que opera no dizer do próprio autor, como paisagem imaginária forjada início do século XX na literatura e política, substituindo a divisão do Brasil em Norte e Sul ancorada no sentimento de saudade, expresso pelos nordestinos que, assim como nossos trabalhadores rurais, saíram de sua região em busca de dias melhores, mas não a abandonaram e se mantiveram sempre às voltas entre o ficar e o partir. Assim como o autor, tomamos os recortes territoriais em sua historicidade e geograficidade, para não incorrer em leituras anacrônicas tampouco deterministas, assim, “os recortes geográficos, as regiões são fatos humanos, são pedaços de história, magma de enfrentamentos que se cristalizaram, são ilusórios ancoradouros da lava da luta social que um dia veio à tona e escorreu sobre este território”.⁴²⁷ Para o autor, o Nordeste que conhecemos quase sempre não o é, “mas é o Nordeste tal como foi nordestinizado”.⁴²⁸ Trata-se de um Nordeste e de uma Amazônia em profunda transformação, cujas espacialidades são historicamente [re]construídas e recortadas por diferentes relações que os atravessam, produzindo efeitos outros, numa demonstração inequívoca da importância de escapar de uma visão reducionista de poder que incidem em discursos de dominação a respeito do ser nordestino e ser amazônida que, de modo orquestrado, tenta desqualificá-las com etiquetagem, emprenhadas de estereótipias, elaboradoras de uma construção imagético-discursiva subalternizadora e, propositalmente marginalizante do Nordeste e da Amazônia.⁴²⁹ Por isso

⁴²⁴ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999, p. 307.

⁴²⁵SAID, Edward Wadie. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁴²⁶ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999, p. 61.

⁴²⁷Ibid., p. 71.

⁴²⁸Ibid., p. 301.

⁴²⁹A respeito dos preconceitos de origem geográfica e da identidade regional, indicamos para o aprofundamento, a leitura duas obras: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007. / ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.

somos por Durval Albuquerque chamados a pensar um Nordeste com olhar arguto, vertido da compreensão do real sentido do termo diversidade, o que cabe chamarmos de Nordeste, para fazer valer, suas multiplicidades, e assim, propormos falar da Amazônia em suas Amazônias. Vale ressaltar também os processos migratórios para aquela que chamamos de Pan-Amazônia,⁴³⁰ sobretudo as antigas colônias da Guiana Inglesa e Holandesa, hoje respectivamente Guiana e Suriname, e também da Guiana Francesa. Encontramos diversos estudos neste sentido no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA.⁴³¹

Num rápido retrospecto da migração maranhense ao sudeste do Pará é preciso pontuar a importância da construção da rodovia Belém-Brasília⁴³² e a abertura da PA-70 no final da década de 1960, ligando Marabá/PA à Rodovia Belém-Brasília para a entrada dos fluxos migratórios nordestinos, constituindo-se num corredor migratório em direção à Amazônia. Somam-se ainda a implantação do Programa Grande Carajás iniciada na década de 1970, com a construção da Hidroelétrica de Tucuruí no Pará; da Estrada de Ferro Carajás⁴³³ para o escoamento da produção mineral da Serra do Carajás no Pará ao Porto do Itaqui no Maranhão; e a construção do Porto da Ponta da Madeira em São Luís/MA. A descoberta da mina de ouro de Serra Pelada na região e a implantação das usinas siderúrgicas em Marabá tornaram o município um importante polo inter-regional para a atração de grupos cada vez maiores de migrantes nordestinos. Houve, portanto, um açado processo de dinamização socioeconômico e exploração demográfica durante quase toda a década de 1980. O conjunto destes fatores corroborou para o aumento do fluxo migratório regional pela frente agropecuária

⁴³⁰A respeito dos processos contemporâneos [inter/intra]migracionais na Pan-Amazônia, encontramos um debate no conjunto da obra, a saber: SILVA, Sidney Antônio da [Org.]. **Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais**. São Paulo: Hucitec; Manaus: Fepeam, 2012. ARAGÓN, Luís Eduardo. [Org.]. **Migrações internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009. Convém destacar, as pertinentes reflexões sobre o papel das redes nos fluxos migratórios amazônicos, contidas no artigo ARAGÓN, Luís Eduardo. 1986. Uso potencial das redes de parentesco como alternativa metodológica para o estudo da migração. In.: ARAGÓN, Luís Eduardo; MOUGEOT, Luc J.A. [Orgs.]. **Migrações Internas na Amazônia: contribuições teóricas e metodológicas**. **Cadernos – NAEA**. Belém: UFPA/NAEA/CNPq. 1986, pp. 15-27.

⁴³¹Sobre as reflexões acadêmicas acerca da Amazônia, sobretudo sua porção brasileira, destacamos o contributo do Núcleo de Altos Estudos Amazônico – NAEA, fundado na década de 1970 na Universidade Federal do Pará – UFPA, referendada unidade de pesquisa nos estudos sobre a Amazônia, cujo objetivo prioritário tem sido a produção e difusão intelectual voltada às demandas socioeconômicas e ambientais da Região Amazônica em nível de pós-graduação, nas áreas de desenvolvimento sustentável do Trópico Úmido, congregando um bom acervo de fontes documentais sobre a região e uma equipe multidisciplinar permanente e visitante de pesquisadores que centram seus esforços na reflexão sobre as questões amazônicas.

⁴³²Conjunto de onze rodovias federais que ligam Brasília/DF à Belém/PA, construídas entre o final de 1950 e início da década seguinte, com o objetivo de integrar parte da Região Amazônica as outras regiões do Brasil.

⁴³³Importante ferrovia brasileira criada no âmbito do Programa Grande Carajás nos anos de 1980, percorre um total de 892 km atravessando os estados do Maranhão e Pará, ligando os municípios maranhenses de São Luís, Santa Inês e Açailândia aos municípios paraenses de Marabá e Parauapebas. Perfazendo 05 estações e 10 paradas. Atualmente figura como a maior ferrovia de transporte de passageiros em operação no país.

e a efetiva estruturação do setor minero-siderúrgico de Carajás, dirigidas ao sudeste do Pará que, desde então, possui um importante contingente populacional, notadamente flutuante, gerando alguns embaraços com os gestores públicos na contabilização nos censos populacionais na região, sobretudo nos municípios de Marabá/PA e Parauapebas/PA. Onde a ocupação da Amazônia ocorreu sob o esteio do discurso ufanista do Plano de Integração Nacional, uma estratégia geopolítica para criar no imaginário do povo nordestino vindo das secas de 69 e 70 de um eldorado amazônida, propagandeado pelos governos militares, sob a pretensa ação da salvação da Amazônia brasileira com a ocupação dos vazios demográficos contra uma possível internacionalização, na forma do discurso-lema *integrar para não entregar* e *terras sem homens para homens sem terra*.

Das reflexões acerca do perfil dos trabalhadores/as escravizados/as no Brasil e no mundo, bem como, da migração e dos destinos e do perfil dos trabalhadores, trazemos uma constatação feita pela ONG Repórter Brasil que julgamos esclarecedora ao nos afirmar que

em geral, são migrantes que deixaram suas casas em busca de melhores condições de vida e de sustento para as suas famílias. Saem de suas cidades atraídos por falsas promessas de aliciadores ou migram forçadamente por uma série de motivos, que pode incluir a falta de opção econômica, guerras e até perseguições políticas. No Brasil, os trabalhadores provêm de diversos estados das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, mas também podem ser migrantes internacionais de países latino-americanos – como a Bolívia, Paraguai e Peru –, africanos, além do Haiti e do Oriente Médio. Essas pessoas se destinam à região de expansão agrícola ou aos centros urbanos à procura de oportunidades de trabalho. Uma vez que as atividades que empregam trabalho escravo exigem normalmente força-física, os aliciadores recrutam em sua maioria homens jovens.⁴³⁴

Retomando os termos da escravização contemporânea no Brasil, coligimos os dados fornecidos pelo CDVDH/CB em seus relatórios, planilhas e balanços anuais, junto aos outros coletados com os trabalhadores entrevistados. E assim intentamos formatar o perfil geral dos nossos entrevistados, considerando o estudo que traça o perfil dos principais atores sociais da escravidão contemporânea no Brasil rural realizado em 2011, pela Organização Internacional do Trabalho.⁴³⁵ Diante disto, assim como se observou na pesquisa empreendida pela OIT,

⁴³⁴**REPÓRTER BRASIL.** Relatórios das atividades desenvolvidas no período de 2010-2016. São Paulo: 2017, p. 05.

⁴³⁵Neste estudo a Organização Internacional do Trabalho – OIT, apresenta informações resultantes das entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo que acompanhou as operações do Grupo Móvel – GEFM no período de outubro de 2006 a julho de 2007, com 121 trabalhadores resgatados da escravização contemporânea rural. Ademas cruzou suas informações com o banco de dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, baseado no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, cuja base contém informações importantes tais como a idade, sexo, naturalidade e procedência dos cerca de 10 mil trabalhadores/as resgatados/as entre novembro de 2002 a março de 2007. Para mais informações, vide: **PERFIL DOS PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS NO TRABALHO ESCRAVO RURAL NO BRASIL.** Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

nossos narradores, por suas falas, tiveram na família sua base e espaço central de sociabilidades, ainda muito estereotipada pelos modelos patriarcais tradicionais, tendo no pai a figura da força e na da mãe a da afetividade, extensiva ao papel das esposas como guardiãs da família. Trazemos abaixo uma radiografia com o perfil do[a] trabalhador[a] escravizado[a] com base na análise realizada pela ONG Repórter Brasil confrontando os dados coletados junto ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e Comissão Pastoral da Terra – CPT no período de 2003 a 2014:

Figura 03: *Escravidados* – Perfil do trabalhador submetido à escravidão no Brasil.

Fonte: MTE/CPT [1995-2006], Repórter Brasil/Escravo, Nem Pensar!, 2016.

Considerando os dados contidos neste quadro produzido pela Repórter Brasil e pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT, amalhando os dados e análises realizadas pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, através das informações prestadas pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho – GEFM⁴³⁶ do

⁴³⁶ Criado em 1995, é um importante instrumento de repressão das práticas do trabalho escravo contemporâneas no Brasil, constitui um grupo formado por auditores-fiscais do trabalho que atuam nas operações de campo, delegados e agentes da Polícia Federal, bem como membros do Ministério Público do Trabalho – MPT, de

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, é alarmante o número de trabalhadores/as resgatados/as do trabalho escravo contemporâneo no Brasil no período de 1995-2016, que chega a 52 mil trabalhadores. Segundo o GEFM, que se propôs construir uma radiografia da escravidão contemporânea no Brasil em seus últimos vinte anos, este trabalhador é homem, como apontam os dados da pesquisa, onde 95% dos resgatados são do sexo masculino na faixa etária dos 18 a 44 anos, correspondente a 83% exatos destes são 71% de analfabetos funcionais. Estes trabalhadores, como já esperado, são migrantes em sua maioria nordestinos, principalmente maranhenses que perfazem aproximadamente o 24% do universo de resgatados[as]. Convém pontuarmos que o número de trabalhadores/as resgatados/as do trabalho escravo contemporâneo na zona urbana tem crescido, sobretudo, em setores como construção civil e indústria têxtil, somando um 6%. Mas, apesar disto, são nas atividades econômicas rurais, a exemplo da pecuária com 28%, nos cultivos de cana-de-açúcar com 24%, na produção de carvão com 8% e nos cultivos de algodão, soja e outras lavouras formando 19% dos casos, principalmente, os trabalhadores/as foram resgatados/as.

Já durante a pesquisa de campo realizada para nosso estudo verificamos, conforme já havíamos observado em outras bases de dados, a predominância quase absoluta de homens jovens, também pela natureza da atividade exaustiva e extenuante desempenhada pelos trabalhadores rurais nas fazendas no Pará, que requer grande esforço físico. Os trabalhadores da nossa pesquisa, no geral, apresentam idade média não superior a 35 anos; o estudo da Organização Internacional do Trabalho – OIT mostrou que a faixa etária média é de 31,4 anos, o mesmo ocorre com a idade média dos trabalhadores/ras resgatados/as cujos dados estão dispostos no banco tem, que é de 32,5 anos. Convém destacar que entre nossos entrevistados tivemos um jovem de 19 anos, enquanto a idade máxima foi de seu Antônio Gomes, hoje com mais de 80, mas este último não contou para a média estatística, uma vez que sua entrevista foi base para as discussões da pesquisa de mestrado. O que se sabe efetivamente quanto à questão de gênero é que muito raramente se encontram mulheres na atividade do roço de juquirá, e quando encontradas, em geral, estão encarregadas do preparo das refeições para os trabalhadores sem qualquer remuneração real; na maior parte dos casos, elas estão acompanhando seus maridos, em outros, elas são confrontadas pelo gato ou capanga da fazenda, sendo que estas prestam serviços como cozinheiras ou lavadeiras para os trabalhadores e cobram, em geral, muito caro por qualquer destes serviços.

Somos categóricos ao informar que a presença de mulheres no trabalho escravo rural para o roço de juquira na Amazônia Paraense é pequena, diferentemente do trabalho nos canaviais paulistas, onde a escravização das mulheres no eito da cana era muito mais evidente num passado recente. Porém, vê-se uma tendência nos últimos anos em substituir a presença de mulheres exclusivamente por homens com o intuito dos empregadores em maximizar a produção e, por conseguinte, o lucro. Para endossar nossa constatação consultamos o quadro geral do trabalho escravo rural no Brasil fornecido pelo banco de dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE baseado no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, onde não ultrapassa 5% a presença de mulheres no universo dos[as] trabalhadores[as] resgatados[as]. Mas em geral o número de mulheres, bem como a presença de crianças, é com certeza maior, uma vez que estas são em larga medida contabilizadas como em companhia dos escravizados, ignorando que estas também sofrem com a escravidão. Neste sentido, é importante sublinhar também o assédio e a exploração sexual sofrida pelas mulheres, pois aparece como fator inerente à escravização feminina. Outra informação relevante de nossos entrevistados trata-se de um grupo de homens que em sua totalidade se autodeclaram negros e morenos, indicando que esse grupo social ainda se encontra mais vulnerável a situações de escravidão contemporânea que outros; isto deriva, sem dúvida, da discriminação estrutural, racial e econômica que é imperativa no Brasil e no mundo.

Quanto ao número de filhos, como refletem vários estudos, grande parte das famílias de baixa renda, com poucos recursos e dificuldade de acesso aos diferentes métodos contraceptivos, o número de filhos[as] continua bem superior a outros estratos sociais, de modo que no desenho da família de nossos entrevistados há uma média de 3,2 filhos. Vale destacar que o número médio de filhos na família de origem do trabalhador é revelador: são 6,5 filhos, dado esperado, mas que nos ajuda a compreender elementos importantes a respeito dos vínculos e demandas das famílias de origem. Logo denotamos um quadro de famílias numerosas, cuja caracterização socioeconômica apontou em estágio de vulnerabilidade social preocupante. Outro dado não menos preocupante é acerca da educação formal. Temos que mais de 70% dos trabalhadores entrevistados podem ser classificados como analfabetos funcionais. Cabe destacar que sobre a origem dos trabalhadores entrevistados na pesquisa de campo maranhenses escravizados no Pará corrobora outra característica apontada no estudo realizado pela OIT em 2011, no qual a maior parte dos trabalhadores são da região Nordeste, sendo 41,2% dos trabalhadores maranhenses, ou seja, quase a metade do global; os demais ficaram assim distribuídos: baianos 18,2%; paraibanos 8,2%; tocantinenses 5,0%; piauienses 5,0%;

matogrossenses 5,0% e outros estados 12,40%.⁴³⁷

Mapa 08: Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso – Local de libertação e naturalidade dos trabalhadores escravizados. 1995-2006.

Fonte: MTE/SDTR/IBGE/CPT; Elaborado por THÉRY et al., Atlas do Trabalho Escravo no Brasil, 2012.

No mapa anterior são representados quatro principais estados amazônicos, onde ocorre em maior evidência o fenômeno do trabalho escravo contemporâneo rural no Brasil: Pará, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins, considerando a naturalidade e o local de libertação dos trabalhadores/as escravizados/as no período de 1995 a 2006. Observa-se uma alta concentração de trabalhadores libertos nos estados do Pará e de Mato Grosso, nascidos nos estados Maranhão e Tocantins. Ademais, acrescentamos, como apareceu em nossas entrevistas,

⁴³⁷Estes dados são fruto da pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, com 121 trabalhadores/as resgatados/as da escravidão contemporânea rural. **PERFIL DOS PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS NO TRABALHO ESCRAVO RURAL NO BRASIL.** Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011, p. 64.

trabalhadores nascidos nos estados do Piauí e Ceará, e que foram escravizados no Pará.

Neste ensejo destacamos que nosso estudo é essencialmente qualitativo, não se pretendeu fazer uma análise estatística amostral e representativa, não havia a pretensão de que estas poucas análises tivessem características verdadeiramente abrangentes, pois convém observar, mais uma vez, que as mais de vinte entrevistas realizadas impediriam estabelecer conjecturas na tentativa de generalizar as informações ao universo dos atendimentos do CDVDH/CB. Também, em virtude dos delineamentos feitos da pesquisa, da comunidade de destino e das redes escolhidas, que trazem um desenho importante e revelador de um pequeno grupo de atingidos pela mazela da escravização contemporânea.

Para chegarmos ao entendimento quanto ao processo de expansão da fronteira agrícola na Amazônia é preciso distinguir frente pioneira de frente de expansão,⁴³⁸ enquanto distintos engendramentos que correm em diferentes tempos e espaços, formando um quadro de um mesmo processo histórico de formação socioespacial e do movimento de expansão territorial do capital no campo brasileiro em diferenciados estágios. Demarcados por interesses prontamente antagônicos, e por vezes contraditórios, mas imprescindíveis à compreensão da fronteira amazônica. Para isto, nos valem das reflexões de José de Souza Martins para quem as frentes de expansão são os espaços vazios, apropriação de terras sem a mediação direta do capital; já as frentes pioneiras referem-se ao avanço, reprodução e acúmulo do grande capital, em seus impactos socioambientais no campo. Desta forma, as frentes são polos de atração e de mobilidade, conquanto forjadoras de embates e conflitos permeados de micro e macro poderes num jogo de interesses, mas também de negociações identitárias.

Logo, a migração nas fronteiras agrícolas e o trabalho escravo contemporâneo são partes do modo capitalista de exploração da renda e da terra, nos confins do Brasil. Igualmente, buscou-se em Martins a compreensão da dinâmica do que ele mesmo chamou de “a reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão”,⁴³⁹ como sendo resultado do processo de aceleração dos deslocamentos das frentes de expansão que convertem os meios não capitalistas em capitalistas. Como o próprio autor aponta, a escravidão por dívida ou peonagem

⁴³⁸Este debate encontramos, dentre outras obras do mesmo autor, em: MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, Nº 8, v. 1, p. 25-70, 1996. / MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. In.: **Tempo social: Revista de Sociologia USP**, 6, 1-2. São Paulo: 1995.

⁴³⁹MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. In.: **Tempo social: Revista de Sociologia USP**, 6, 1-2. São Paulo: 1995, p. 01.

como o extremo do trabalho assalariado⁴⁴⁰ constitui-se numa das tragédias da/na fronteira. O autor foca sua atenção na escravidão por dívida como parte do processo de acumulação primitiva no contexto da reprodução ampliada do capital, que se confaz na convivência dos elementos do passado no presente, resultante das ações inerentes ao capital e suas modernas formas de escravização que não podem ser toleradas. E é nesse contexto que se aplicam bem as considerações de Martins, sobre o sentido da alteridade

à particular visibilidade do outro, daquele que ainda não se confunde conosco nem é reconhecido pelos diferentes grupos sociais como constitutivo do nós. Refiro-me, também, à liminaridade própria dessa situação, a um modo de viver no limite, na fronteira, e às ambiguidades que dela decorrem.⁴⁴¹

Nestes termos, a fronteira nasce na diferença, constitui-se um delimitador reverberado nas relações espaciotemporais entre o “*para cá e outro para lá, um antes e um depois*”,⁴⁴² são modos de diferenciação social, constituídos com base nos espaços ocupados e nos tempos vividos pelos diferentes atores sociais que se cruzam. A fronteira é um lugar privilegiado de observação tanto sociológica quanto histórico-geográfica e antropológica, pois “é na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. É lá que melhor se veem quais são as concepções que asseguram esses processos e lhes dão sentido. Na fronteira, o homem não se encontra – se desencontra”.⁴⁴³ Assim, a fronteira é o lugar dos encontros em seus desencontros do velho com o novo, do moderno com o arcaico, do eu com o outro, do igual com o diferente, do progressista com o retrógrado, do novo com o atrasado, do passado com o futuro ou como quer Norbert Elias dos estabelecidos com os *outsiders*.⁴⁴⁴ É, pois, um palco de conflituosos enredos sociais, onde encampam encontro e desencontros dos diferentes a suas formas e interesses diversos, [trans]formando os espaços e os tempos fronteiriços. E assim, é possível compreendermos a fronteira pela via das migrações dos grupos que a compõe em suas conflitualidades e diferenças que emergem do contato.⁴⁴⁵ Neste sentido, Martins nos traz a constatação de um lado trágico

⁴⁴⁰Idem, 1995, p. 02.

⁴⁴¹MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009, p.10.

⁴⁴²RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In.: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado [Org.]. **Território sem limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005, p. 11, grifo nosso.

⁴⁴³MARTINS, op. cit., p.10.

⁴⁴⁴ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

⁴⁴⁵MONDARDO, Marcos Leandro; GOETTERT, Jones Dari. Frente de expansão e frente pioneira no Brasil: espaços e tempos da migração, do conflito e da alteridade. **OKARA: Geografia em debate**, v.1, n. 2, João Pessoa: 2007, pp. 38-61, p. 45.

da fronteira, uma colossal disparidade social, somada à intolerância, gerando morte e genocídio. É o lugar da alteridade do embate dos tempos e espaços, onde “o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro”.⁴⁴⁶ Onde temporalidade e espacialidades se [des]encontram a um mesmo tempo e espaço, no que Homi Bhabha chama numa dimensão um tanto mais subjetiva de entre-lugar;⁴⁴⁷ uma zona intersticial de [re]criação de sujeitos fronteiriços espacializados e temporalizados que [re]conhecem e/ou se estranham pela diferença e, portanto, se fazem em contínuas e não-retilíneas [re]construções identitárias e [sobre]justaposições a partir do outro, o *ser-fazer-ser* no mundo. E novamente em Martins buscamos o sentido da fronteira na formação da identidade nacional, onde o autor defende que

é na fronteira que nasce o brasileiro, mas é aí também que ele se devora nos impasses de uma história sem rumo. Decifrar a fronteira fundante do que somos é mergulhar nos desvendamentos por meio dos quais podemos nos reconhecer no conhecimento do que a sociedade brasileira é.⁴⁴⁸

Como se sabe, o sistema da escravidão contemporânea se alimenta da migração camponesa, corroborando para a formação de mecanismos socioeconômicos que se retroalimentam, como o que ocorre nesta parte da Amazônia Brasileira com o tráfico de pessoas para o trabalho escravo na derrubada da mata, com algumas características gerais como: a prática de uma dívida fraudulenta e retenção de documentos pessoais; alojamentos notadamente insalubres; falta de água potável e má alimentação; violências físicas e psicológicas; servidão por dívida e jornada exaustiva; isolamento geográfico e a perda da liberdade. Soma-se ainda o sistema de repressão operado pelos pistoleiros e capatazes aos trabalhadores rurais, gerando mutilações e assassinatos. Há de se dizer que nem todos os peões de trecho, como assim são chamados, tornam-se escravos, muitos deles acabam se inserindo noutras dinâmicas de trabalho, e sua migração que era temporária passa a ser permanente. É conhecimento corrente de que a migração é um fenômeno histórico-social, cujas bases assentam-se em questões econômicas, como defendem as visões mais estruturalistas, mas não somente. Assim, temos visto que há outras motivações que impulsionam os processos migratórios, a exemplo dos refugiados, cuja saída dos seus países de origem tem razões muito mais políticas do que

⁴⁴⁶MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009, p.133.

⁴⁴⁷Noção conceitual formulada por Homi Bhabha, relaciona-se ao modo como os grupos subalternizados operam em suas estratégias de empoderamento e visão de mundo. Para aprofundamentos, vide a obra: BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

⁴⁴⁸MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009, p.21.

econômicas, no mesmo sentido, vemos processos migratórios originários de conflitos étnicorraciais, religiosos, socioculturais, ambientais e bélicos.

Os termos da configuração do regime de escravização por dívida na perspectiva de Martins se dá com a perda da liberdade do trabalhador, ou seja, o cerceamento do direito de ir e vir. Neste sentido, tomamos quatro fatores que consideramos básicos para conflagrar uma situação de trabalho escravo contemporâneo, ou seja, anulação da dignidade e a privação da liberdade, com base em nossos lócus referenciais de discussão: nas reflexões conjuntas e multidisciplinares do GPTEC/UFRJ, considerando o mote conceitual sobre o qual atua o CDVDH/CB. E por fim, no entendimento claramente expresso⁴⁴⁹ pela ONG Repórter Brasil, amalhados consideramos quatro situações em que é possível constatar a escravidão contemporânea, desde que observadas suas tipificações, a saber: trabalho forçado, jornada exaustiva, servidão por dívida e condições degradantes. Neste sentido, trazemos abaixo uma síntese quase didática proposta pela Repórter Brasil que consta em seus relatórios e materiais de licença aberta para distribuição gratuita de conteúdo para o combate ao trabalho escravo contemporâneo.

Trabalho forçado - O trabalhador é obrigado a se submeter a condições de trabalho em que é explorado, sem possibilidade de deixar o local seja por causa de dívidas, seja por ameaça e violências física ou psicológica. **Jornada exaustiva** - Expediente penoso, devido ao esforço excessivo e sobrecarga de trabalho e/ou a um período extenuante de atividade contínua, que vai além da questão das horas extras não pagas. Essa condição coloca a integridade física do trabalhador em risco, já que o intervalo entre as jornadas é insuficiente para a reposição de energia. Há casos em que o descanso semanal não é respeitado, impedindo o trabalhador de manter vida social e familiar. **Servidão por dívida** - Fabricação de dívidas ilegais referentes a gastos com transporte, alimentação, aluguel, equipamentos de proteção individual e ferramentas de trabalho. Esses itens são cobrados de forma abusiva e descontados do salário do trabalhador, que permanece sempre devendo ao empregador e é impedido de deixar o trabalho por causa da dívida. **Condições degradantes** - Graves irregularidades que caracterizam a precariedade do trabalho e das condições de vida sob a qual o trabalhador é submetido, atentando contra a sua dignidade.⁴⁵⁰

Destacamos que a obra *Fronteira - a degradação do outro nos confins do humano* de Martins é atravessada pelas influências da historicidade do homem impressa por Marx e

⁴⁴⁹ Em algumas situações fomos cobrados da ausência de elementos jurídicos na definição da escravização contemporânea, neste sentido, podemos aclamar o imbróglia ao pontuarmos que o conjunto das reflexões atuais teórico-empíricas produzidas pela antropologia, sociologia, geografia, história e no campo dos Direitos Humanos sobre a temática, têm fortalecido os operadores dos direitos quanto às ações de fiscalização e, sobretudo, a punição dos culpados a luz da lei e dentro das matrizes interpretativas, como temos visto, nas enfáticas falas dos auditores e fiscais do trabalho durante as reuniões anuais do GPTEC/UFRJ. Garantindo maior eficácia e visibilidade social.

⁴⁵⁰ **REPÓRTER BRASIL.** Relatórios das atividades desenvolvidas no período de 2010-2016. São Paulo: 2017, p. 05, grifo nosso.

Engels, e do encontro das reflexões propostas por Antonio Candido⁴⁵¹ na obra *Os Parceiros do Rio Bonito*, que conferem à obra um caráter metodológico e humanístico ao trazer à cena um protagonista tradicionalmente esquecido, a vítima. Neste sentido, o autor nos toca na altura de sua experiente prática de pesquisa, ao se posicionar a respeito da busca pela neutralidade, norte dos pesquisadores. Enfaticamente ele pontua que “numa situação de conflito, essa pretensa neutralidade bloqueia o acesso aos dados mais importantes, ciosamente guardados por aqueles que constituem os protagonistas das ocorrências e acontecimentos”.⁴⁵² Numa abordagem que consideramos ser muito próxima do que propõe a chamada geografia crítica, como quer “manifesta-se na postura de oposição a uma realidade social e espacial contraditória e injusta, fazendo do conhecimento geográfico uma arma de combate [...] Buscam-se novos caminhos, questionam-se velhas concepções”.⁴⁵³ Trata-se de uma concepção que nega a ordem estabelecida, e que busca refletir a partir de outros horizontes de perspectiva impressos pela geografia enquanto prática social, qual seja promover reflexões que sirvam à transformação social, por uma geografia social.

No mapa seguinte é possível identificarmos que os maiores números de marcações em amarelo representam os municípios de naturalidade dos trabalhadores resgatados; nota-se a nítida predominância no estado do Maranhão. Já ra respeito dos trabalhadores resgatados, temos o maior percentual, como se vê em azul, nos estados do Pará e Mato Grosso; o mesmo se aplica às marcações mapeadas em vermelho, que representam as denúncias realizadas pela Comissão Pastoral da Terra – CPT. Observa-se também a ocorrência da prática do trabalho escravo contemporâneo distribuída nos estados do Mato Grosso e Maranhão, que apresentam grandes concentrações do fenômeno, sobretudo no desmatamento para a formação de fazendas, em quase todas as suas meso e microrregiões. Ao contrário, o estado do Pará apresenta grande concentração em sua porção leste. Isto se explica pela quase nula prática de fiscalização nas

⁴⁵¹ CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971. Livro publicado em 1964, resultado da pesquisa de doutoramento em Ciências Sociais, iniciada nos fins dos anos de 1947, na Universidade de São Paulo – USP e defendida em 1954, sobre o viver caipira no interior paulista em Rio Bonito, atual município de Bofete/SP. Para usar as palavras do próprio autor, sobre o nascimento da pesquisa do “desejo de analisar as relações entre a literatura e a sociedade; nasceu de uma pesquisa sobre a poesia popular”. [CANDIDO, 1970, p. 09.]. Um de seus contributos seja exatamente, a abordagem sociológica aos estudos da literatura e desta, a outras ciências humanas.

⁴⁵² MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009, p.16.

⁴⁵³ MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. 21ª ed., São Paulo: 2007, p. 131.

Mesorregiões do Baixo Amazonas,⁴⁵⁴ do Marajó,⁴⁵⁵ e também do Sudoeste Paraense,⁴⁵⁶ todas elas de difícil acesso, sobretudo as duas primeiras. Esta última Mesorregião, fronteira de dois grandes projetos hidrelétricos, tem sofrido um enorme impacto socioambiental com a implantação do Complexo Hidrelétrico do Tapajós e da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Mapa 09: Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso – Caracterização dos trabalhadores escravizados, por município.

Fonte: MTE/SDTR/IBGE/CPT; Elaborado por THÉRY et al., Atlas do Trabalho Escravo no Brasil, 2012.

A respeito dos aspectos gerais e geográficos do Maranhão, Soares descreve

Açaí, buriti, bacaba, babaçu, carnaúba... O Maranhão é poetizado como ‘Terra das Palmeiras’, conotativo dado por Fróis de Abreu, em 1931, mas já em 1614, Claude d’Abbeville exaltava-o como um jardim de palmeiras. Nestes termos, Gonçalves Dias ciciava na Canção do Exílio de 1843 em Portugal, “minha terra têm palmeiras [...]”. Minha terra têm primores [...]” Assim, o poeta exaltava a beleza e a saudade que sentia de sua terra natal, colonizada por portugueses, invadida por holandeses e franceses.

⁴⁵⁴Mesorregião formada pelas Microrregiões de Almeirim, Óbidos e Santarém, totalizando quinze municípios paraenses.

⁴⁵⁵Mesorregião composta por dezesseis municípios pertencentes às Microrregiões de Arari, Furos de Breves e Portel.

⁴⁵⁶Esta mesorregião agrupa as microrregiões de Altamira e Itaituba, com um total de 14 municípios com baixa densidade populacional em virtude da floresta, a maior densidade encontra-se, à beira das rodovias Santarém-Cuiabá e Transamazônica.

Hoje é a terra de cultura, cantos e desencantos, de desenvolvimento, embalada pelo trem que deveria trazer o progresso pelas estradas de Ferro Carajás e Norte-Sul ao Estado. [...] Geograficamente, o Maranhão situa-se na Macrorregião Nordeste e na sub-região Nordestina Meio-Norte ou Nordeste Ocidental, ocupando uma área de 331.983.293 km² totalmente habitável. o correspondente a 3,2% do território nacional e 21,3% do território nordestino o que lhe confere o 8º e 2º lugar em extensão territorial das terras brasileiras e nordestinas, respectivamente, perfazendo uma área superior a 127 nações do globo, vale citar países como Israel, Suíça, Holanda, Portugal, Grécia, Inglaterra e outros territorialmente menores que o Estado [...]. Com uma população estimada em **6.904.241 habitantes segundo o censo 2016** do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, destes, mais de 25% de seus habitantes estão abaixo da linha da miséria. Tal população encontra-se distribuída em 05 mesorregiões, 21 microrregiões em 217 municípios do Estado. Localizado na área de transição entre o Nordeste e a Amazônia, possui características de ambas as regiões, no contexto humano e socioeconômico é predominantemente nordestino, já no aspecto geofísico é nortista. Assim, o Maranhão é o menos nordestino dos Estados da Região Nordeste do Brasil, por estar localizado em uma região de transição denominada de Meio Norte.⁴⁵⁷

Em termos populacionais o Estado do Maranhão, embora seja conhecido por seus quase perenes fluxos migratórios regionais, ainda ocupa a décima colocação dentre os estados brasileiros de maior população. Com 3,4% da população brasileira, de maioria parda e negra, que corresponde ao total da população do Uruguai, atualmente, o Estado possui o quarto maior Produto Interno Bruto – PIB entre os estados do Nordeste e o décimo sétimo do Brasil. Vergonhosamente, porém, possui a menor renda per capita do Brasil. Este quadro torna-se ainda mais vexatório quando apresentamos outros indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2010 a 2015, que apontam o estado como a menor expectativa de vida do país, com estimativa de 70,3 anos; a segunda maior mortalidade infantil, 22,4%; e o menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do país, com 0,639. Soma-se a isto ser o vigésimo quarto pior índice de alfabetização do país. Do conjunto destes amargos índices vemos espelhados os mapas 10 e 11, um quadro que aponta a espacialização de probabilidade e vulnerabilidade de escravização contemporânea no Estado do Maranhão, que continua também, a liderar este ranking, ao forçar a migração de trabalhadores[as] para outros estados do país.⁴⁵⁸

⁴⁵⁷SOARES, 2012, p. 121, grifo nosso atualizado. Outrora a economia maranhense ocupou posição de destaque no cenário nacional, propulsada pelo fomento econômico, empreendido através da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão no contexto da Revolução Industrial Inglesa, e, fortalecida por ocasião da Independência dos Estados Unidos, tornando-se um importante centro exportador de algodão à Inglaterra. Mas a produção algodoeira maranhense foi aos poucos sendo eclipsiada e o “ouro branco”, perdendo sua força econômica no Estado. Atualmente, a economia do Estado, assenta-se na indústria de transformação de alumínio e no setor siderúrgico, ambos em franca decadência. Soma-se a estes, a agricultura, a pecuária e o extrativismo. Faz-se mister repontuarmos ainda, que um conjunto de fatores socioeconômicos e políticos devidamente orquestrados, colocaram o Maranhão na rota da pobreza no país. No contraponto, o Maranhão tem despontado nos últimos anos no campo do turismo histórico-cultural, natural e arquitetônico com cinco polos turísticos estaduais, a saber: o polo turístico-histórico da Grande São Luís, do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, do Parque Nacional da Chapadas das Mesas, da Floresta do Guarás e o Delta do Parnaíba.

⁴⁵⁸Informações coletadas, no banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 2016.

Mapa 10: Estado do Maranhão – Escravização contemporânea por município, 1996-2005.

Fonte: CPT; Elaborado por THERY et al., Atlas do Trabalho Escravo no Brasil, 2012.

Ao analisar os mapas 10 e 11 é possível identificar o modo como se dá o processo de espacialização do trabalho escravo contemporâneo no Estado do Maranhão entre 2003-2012, a partir do fenômeno das migrações internas, com maior fluxo no sentido oeste, região de siderurgia e agronegócio. Observa-se em azul a origem dos trabalhadores, e em vermelho os trabalhadores resgatados da escravização, exatamente na Região da Pré-Amazônia Maranhense, região limítrofe com os Estados do Pará e Tocantins, como grande irradiação no município de Açaílandia, foco de inúmeros conflitos e transformações socioambientais e econômicas que vão desde à extração ilegal de madeira até o trabalho escravo nas carvoarias e fazendas, dentre outras razões já descritas em outras passagens.

Diz-se do trabalho escravo contemporâneo como uma das mais truculentas mazelas do capitalismo atual, ao que parece ter encontrado, no Maranhão, cenário para espalhar-se como

nos mostram os dados gerais do trabalho escravo no Estado. Atualmente o Estado do Maranhão ocupa a quinta posição no ranking nacional com 3.135 trabalhadores libertados[as] no Brasil no período de 1995-2015.⁴⁵⁹ Estes dados espelham o quadro social de vulnerabilidade socioeconômica de parte considerável da população maranhense, tornam-se ainda mais esclarecedores quando amalhados a outros, como os dados apresentados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, que nos informa que 23,6% dos trabalhadores[as] resgatados[as] são maranhenses num universo de 32.682 trabalhadores[as], fazendo o Estado do Maranhão figurar como o primeiro deste ranking. Outros dados estatísticos são também preocupantes, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM do Estado, que é de 0,6391, o segundo pior do país que tem média de 0,727 segundo o IBGE 2016. Nos rastros do conjunto destes dados torna-se possível compreender com melhor clareza, o mapa abaixo.

Mapa 11: Maranhão – Índice de probabilidade de escravização contemporânea, média geral e presença de

Fonte: IBGE/MTE/SUS/CPT; Elaborado por THÉRY et al., Atlas do Trabalho Escravo no Brasil, 2012.

As informações contidas no mapa 10 colocam em destaque a Mesorregião Oeste

⁴⁵⁹ Informação divulgada pela Repórter Brasil, colhida junto à base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego –MTE, 2016.

Maranhense, que na base média geral e proporcional, aparece com maior índice de probabilidade de escravidão contemporânea. Segundo dados disponibilizados pela Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular do Estado do Maranhão – SEDIHPOP, antes Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Cidadania – SEDIHC, no período de 1996-2014 foram resgatados 3.195 trabalhadores[as].⁴⁶⁰ Há de se dizer que durante o ano de 2015 foi realizada uma reestruturação institucional pelo Governo do Estado do Maranhão, redimensionando as áreas prioritárias para o enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo a partir de uma política estadual de monitoramento e combate, com a repactuação do II Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo de 2012 como esteio, compreendendo a importância do combate aos fatores causais ainda tão presentes em todo o Estado como a pobreza, a exclusão social, a alta concentração de renda e a impunidade, que são graves problemas sociais nos quais a sociedade maranhense continua imersa.⁴⁶¹ Disto isto, atentemos às quatro linhas de atuação eleitas pelo Governo do Estado do Maranhão

ações gerais [providências não específicas]; ações de repressão [visam dar efetividade à legislação no combate à impunidade]; ações de prevenção [sensibilização e medidas estruturantes]; ações de assistência ou reinserção de trabalhadores que estiveram em condições análogas ou em aliciamento [foco no atendimento integral].⁴⁶²

Do conjunto das ações empreendidas pelo Governo do Estado do Maranhão, damos o merecido destaque à aprovação da Lei nº 10.355/15, que institui a cassação da inscrição do cadastro de qualquer empresa que se utilize, ainda que indiretamente, de práticas ligadas ao trabalho escravo contemporâneo em qualquer um dos 217 municípios maranhenses. Trata-se de uma medida estratégica que esperamos ser eficiente, embora saibamos que ainda não seja o importante instrumento de combate à prática de escravização que pretende ser. Soma-se a esta

⁴⁶⁰Dados disponibilizados pelo Governo do Estado do Maranhão. Vide, MARANHÃO. **Balanco das ações de enfrentamento ao trabalho escravo no Maranhão – 2015**. Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular do Estado do Maranhão, SEDIHPOP, 2016. Cruzados com plano e relatório, a saber: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Presidência da República. **Plano nacional para a erradicação do trabalho escravo**. Brasília, DF, 11 mar. 2003. Brasília: OIT, 2003. / ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Ministério do Trabalho. Secretaria de Fiscalização do Trabalho. Equipe de Fiscalização Móvel – Região 04. **Relatório de fiscalização no Estado do Maranhão**. [S. l], 23 jun/06 jul 1997. 100p.

⁴⁶¹Neste sentido, sugerimos a leitura deste estudo, que analisa os impactos socioeconômicos e ambientais nas comunidades tradicionais, a exemplo das quebradeiras de coco no Maranhão. SANTOS, Raimundo Lima dos. **O Projeto Grande Carajás e seus reflexos para as quebradeiras de coco de Imperatriz-MA**. 2010. Goiânia, 2010. 193p. Dissertação [Mestrado em História]. Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia: 2010.

⁴⁶²MARANHÃO. **Balanco das ações de enfrentamento ao trabalho escravo no Maranhão – 2015**. Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular do Estado do Maranhão, SEDIHPOP, 2016. / ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Presidência da República. **Segundo Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo**. Brasília: OIT, 2008.

a criação do Programa Estadual, o Comitê e o Núcleo Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, através do Decreto Estadual Nº 31.124/15, ainda sem resultados conhecidos e a criação da Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade – COECV, através da Lei Estadual Nº 10.246/15, bem como a tramitação do Projeto de Lei para a criação do Fundo Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo – FETEMA,⁴⁶³ proposto pela Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE/MA, cujo objetivo é arrecadar recursos oriundos de acordos judiciais, indenizações e condenações, que serão destinadas a financiar ações previstas no Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão.⁴⁶⁴

Ainda nos termos do combate ao trabalho escravo contemporâneo no Maranhão, tem sido discutido o projeto de lei de criação do Fundo Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo – FETEMA, junto à Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE/MA,⁴⁶⁵ cujo objetivo é garantir a arrecadação de recursos oriundos de acordos, multas e condenações judiciais para financiar a operacionalização do II Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo que prevê ações de repressão, de prevenção e de inserção social através da qualificação profissional e assistência às vítimas escravizadas e seus familiares. Destacamos ainda a aprovação da Lei Estadual nº 10.355/15, que dispõe sobre a

⁴⁶³Trata-se de uma proposta capitaneada pelo Tribunal Regional do Trabalho – TRT/MA em parceria com a Comissão para a Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE/MA, Governo do Estado do Maranhão, Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego. Com autonomia orçamentária, o Fundo Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo – FETEMA poderá financiar a operacionalização de ações preventivas e fiscalizatórias nos municípios maranhenses com altos índices de trabalho escravo adulto e infantil como Açailândia, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Codó, entre outros. A minuta foi aprovada em 2015 e seguiu para a Casa Civil para apreciação do Executivo Estadual e seguirá para a Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão – ALEMA, para que seja analisada e posteriormente aprovada.

⁴⁶⁴Nos últimos anos, sobretudo em 2015, o Maranhão tem empreendido inúmeras e importantes medidas no enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo, através de políticas públicas estruturantes, com a inserção das pautas de Direitos Humanos nas políticas públicas do Estado. Alguns instrumentos de combate ao trabalho escravo contemporâneo no Maranhão foram criados, a exemplo da Lei Nº 10.355/15 que cassa a inscrição no cadastro do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS, a Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE/MA, instituída pelo Dec. Nº 22.996/07, posteriormente Lei Nº 9.705/12 e os Planos Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo de 2007 e 2012, objetivando dar efetividade à legislação no combate à escravidão contemporânea, e incluindo ações de prevenção como a sensibilização de trabalhadores em situação de vulnerabilidade, ações de repressão aos aliciadores e fazendeiros e ações de assistência e inserção dos trabalhadores acometidos por essa mazela social. Espera-se que estes dispositivos jurídicos de combate ao trabalho escravo, tornem-se instrumentos efetivamente eficazes no enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo em todo o Maranhão, permitindo o avanço na repressão e, por conseguinte, na minimização desta prática de aviltamento dos Direitos Humanos fundamentais.

⁴⁶⁵Regulamentada pelo Decreto Estadual Nº 22.996 de 2007, a Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão – Coetrae/MA é formada por representantes da Comissão da Pastoral da Terra, Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán, Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e das seguintes Secretarias Estaduais do Maranhão: Extraordinária de Igualdade Racial, Educação, Segurança Pública, Pesca e Aquicultura, Extraordinária da Juventude, Agricultura Familiar.

cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS de qualquer empresa nos limites territoriais do Estado que façam uso de mão-de-obra escravizada. Soma-se a estes o Decreto Estadual nº 31.124, de 16 de setembro de 2015, que instituiu o Programa Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, cuja meta é promover ações de prevenção, combate, atendimento às vítimas e familiares e à responsabilização ao tráfico de pessoas no Maranhão.

Como dito alhures, a pobreza, a exclusão social e a concentração de renda são certamente os entraves causais da escravidão contemporânea no Maranhão, e para enfrentá-la é preciso combater suas causas. Não por acaso é recordista em conflitos pela terra no Brasil, como vemos nos gráficos 01 e 02. Também no cenário nacional há propostas que representam um verdadeiro retrocesso no combate à escravidão contemporânea no Brasil capitaneadas pela bancada ruralista na Câmara e no Senado Federal, que advogam o esvaziamento do conceito legal de trabalho escravo pretendendo limitar as práticas de identificação e combate ao mesmo pelos órgãos de fiscalização e repressão. Deste modo, o Governo do Estado do Maranhão tem sinalizado ser contrário a estes encaminhamentos, pontuando em defesa da manutenção do

conceito legal de redução à condição análoga a de escravo Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940. Art. 149; pela cessação das iniciativas legislativas que visam restringir a noção sedimentada de escravidão contemporânea e de trabalho digno; pela ratificação do Protocolo Adicional à Convenção 29 da OIT; pelo restabelecimento da lista suja e fortalecimento dos órgãos e do sistema de repressão ao trabalho escravo.⁴⁶⁶

Outro importante instrumento de combate à prática no Estado tem sido o recém-lançado Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil, desenvolvido pelo Smart Lab numa parceria do Ministério Público do Trabalho – MPT com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, cujo objetivo é fomentar a elaboração e execução de políticas públicas de prevenção e de repressão ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil, a partir dos dados diagnósticos disponibilizados pela plataforma digital, que compõe de um sistema de coleta e sistematização de dados, cruzando informações de diferentes bases, a saber: do Sistema de Acompanhamento do Trabalho Escravo – SISACTE, do Controle de Erradicação do Trabalho Escravo – COETE e do Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado, disponibilizados a partir de 2003, quando da criação do I Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.

⁴⁶⁶GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Relatório das ações de enfrentamento ao trabalho escravo no Maranhão 2014**, São Luís: 2015.

Gráfico 01: Brasil – Conflitos no campo em 2016.

Fonte: CPT; Elaborado por CABRAL, Wagner. Conflito no Campo Brasil Série 2016.

Gráfico 02: Brasil – Conflitos pela terra 2001-2016. Assassinatos pela terra no Maranhão 1985-2016.

Fonte: CPT; Elaborado por CABRAL, Wagner. Conflito no Campo Brasil Série, 1985-2016.

Pesquisando documentos e relatórios das ações de enfrentamento ao trabalho escravo no Maranhão dos anos de 1995 a 2014, identificamos um total de 3.195 trabalhadores resgatados em todo o estado, somente no ano de 2014 foram 21 ações de fiscalização que resultaram no resgate de 73 trabalhadores; considerando que o Estado do Maranhão lidera o ranking da pobreza e exclusão social⁴⁶⁷ no país, como nos aponta o Atlas da Exclusão Social no Brasil.⁴⁶⁸ O Estado do Maranhão figura também no topo da lista na exportação de trabalhadores rurais que são escravizados, mormente no Estado do Pará; no bojo desta nefasta liderança seguem os rastros de malfadadas políticas públicas e uma realidade social alarmante que se traduz no crescimento da violência em todo Maranhão, alimentada pela impunidade e morosidade judiciária, expressas, sobretudo, nos casos de escravização, como aparece nos dados do Atlas político-jurídico do trabalho escravo no Estado do Maranhão.⁴⁶⁹ Nos termos de Neide Estercei, estes trabalhadores são os *escravos da desigualdade*.⁴⁷⁰

Com a finalidade de combater as causas estruturais da pobreza no Maranhão o Governo do Estado deu início ao Programa Mais IDH com o Decreto Nº 30.612/15, objetivando a melhoria dos indicadores sociais nos municípios com o menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM do Maranhão, que em geral são exportadores de mão-de-obra braçal para outras regiões país, onde comumente são encontrados casos de trabalho escravo contemporâneo. Segundo o relatório das ações de enfrentamento ao trabalho escravo no Maranhão 2014, o programa prevê projetos de cidadania, educação, saúde, geração de trabalho e renda.⁴⁷¹ Segundo essa fonte, trata-se de um conjunto de estratégias e ações emergenciais de promoção da justiça social, com vistas à redução da pobreza extrema no Estado, de modo a incidir no desenvolvimento sustentável da economia local em alguns municípios maranhenses. Neste sentido, o desenvolvimento econômico local aqui é compreendido como ferramenta social de inclusão e empoderamento sócio-territorial de diferentes grupos sociais, solapando a vulnerabilidade econômica, social e política de uma dada comunidade, fundamentado na base

⁴⁶⁷Como aparecem nos gráficos 01 e 02, organizados por Wagner Cabral, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH. Recebidos, via e-mail: COSTA, Wagner Cabral da. **Maranhão rural: conflitos no campo de 1985-2016**. [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <wagner-cabral@uol.com.br>. em: 28 dez. 2016.

⁴⁶⁸GUERRA, Alexandre; POCHMANN, Márcio; SILVA, Ronnie Aldrin. **Atlas da exclusão social no Brasil: dez anos depois**. São Paulo: Cortez, 2014. / POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

⁴⁶⁹CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. **Atlas político-jurídico do trabalho escravo contemporâneo no Estado do Maranhão**. Imperatriz: Ética, 2011.

⁴⁷⁰A expressão dá título à obra de cunho antropológico, sobre o tema, vide: ESTERCEI, Neide. **Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje**. Rio de Janeiro: CEDI, Koinonia, 1994.

⁴⁷¹GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Relatório das ações de enfrentamento ao trabalho escravo no Maranhão 2014**. São Luís: 2015.

da economia solidária e no desenvolvimento do capital humano e social.⁴⁷² O desenvolvimento local, portanto, implica a articulação entre a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo para a construção de uma agenda do desenvolvimento local assentada em cinco pilares, a saber: inclusão social, inovação, diversificação da economia, sustentabilidade e mobilização social. Portanto, o desenvolvimento econômico local é uma ferramenta social além do mero reflexo da economia nacional, tem relação direta com o protagonismo dos atores sócio-locais e suas táticas e estratégias capazes de mobilizar recursos da sociedade e do Estado, em consonância às relações de mercado, às vocações e potencialidades locais para a implementação, manutenção, consolidação e expansão de práticas econômico-solidárias fundadas no desenvolvimento do capital humano e social.

Ainda na consubstanciação das práticas de prevenção do trabalho escravo contemporâneo no Maranhão, destacamos a realização do Programa Escravo, Nem Pensar! da ONG Repórter Brasil em parceria com o Governo do Estado do Maranhão através da Secretaria Estadual da Educação – SEDUC, com a implantação de uma rede de mobilização e formação de educadores[as] maranhenses acerca do temário da escravidão contemporânea a partir de formações continuadas com professores e supervisores realizadas em sete Unidades Regionais de Educação do Maranhão – URE,⁴⁷³ atingindo 62 municípios maranhenses, aproximadamente 203 unidades escolares.⁴⁷⁴ Totalizando 4.911 mil educadores/as e cerca de 84.357 mil educandos, 966 funcionários[as] de escolas, 41.105 pessoas da comunidade extraescolar,⁴⁷⁵ cujo objetivo é sensibilizar a sociedade acerca da escravidão contemporânea, pensando coletivamente formas e práticas de combate, sobretudo nas cidades de maior quadro de vulnerabilidade social das Unidades Regionais de Educação do Maranhão: Açailândia, Balsas, Codó, Imperatriz, Santa Inês, São João dos Patos e São Luís com a execução de projetos pedagógicos e inserção transversal da temática no currículo escolar maranhense.⁴⁷⁶ Para se ter

⁴⁷²SOARES, Fagno da Silva; CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. Desenvolvimento e economia local. **Revista Mundo Jovem**. Porto Alegre; v. 468, p. 22, 01 julho, 2016.

⁴⁷³Nas Unidades Regionais de Educação de Açailândia, Balsas, Codó, Imperatriz, Santa Inês, São João dos Patos e São Luís, regiões concentradoras de aproximadamente 90% dos casos de trabalho escravo contemporâneo deflagrado no Estado do Maranhão no período 2003 e 2014.

⁴⁷⁴REPÓRTER BRASIL. **Escravo, Nem Pensar! no Maranhão 2015/2016**. São Paulo: 2016.

⁴⁷⁵REPÓRTER BRASIL. **Programa Escravo Nem Pensar no Maranhão**. [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <escravonempensar@reporterbrasil.org.br> em: 10 dez. 2016.

⁴⁷⁶Dado os altos índices de práticas de trabalho escravo contemporâneo em Açailândia, ao longo dos anos a OnG Repórter Brasil, através do Programa Escravo Nem Pensar têm desenvolvido diversas ações em parcerias no município as quais pontuamos: I Encontro Nacional do Escravo, Nem Pensar! em outubro de 2009 e os eventos para a formação de Educadores em Açailândia em março de 2005 e formação de gestores da Educação em setembro de 2015. Destacamos ainda, os projetos financiados pelo programa, a saber: *Cidadão sim, trabalho escravo não*,

uma ideia, somente na Unidade Regional de Educação de Açailândia, o projeto foi desenvolvido em 7 dos 8 municípios da regional, em 14 das 31 escolas estaduais, envolvendo 334 dos 562 educadores, atingindo 5.673 dos 11.088 alunos. Totaliza-se 131.369 pessoas envolvidas na elaboração, execução e culminância dos projetos em todo o Estado do Maranhão. Trata-se do primeiro projeto pedagógico-social em esfera estadual de educação e prevenção do tráfico de pessoas e trabalho escravo contemporâneo desenvolvido no Brasil, modelo que neste momento segue sendo replicado em outros Estados, a exemplo do continental, portanto desafiador, Estado do Pará. Trata-se de um projeto criado pela ONG Repórter Brasil que desde 2004 têm realizado oficinas pedagógicas de formação continuada em direitos humanos, com temáticas que gravitam em torno do trabalho escravo contemporâneo e questões correlatas, e no financiamento de projetos de intervenção pedagógico-social com vistas à prevenção, cuja missão é o combate ao trabalho escravo contemporâneo rural e urbano no Brasil e o tráfico de pessoas, através da intersecção entre jornalismo e educação em regiões de maior incidência do trabalho escravo e comunidades em situação de vulnerabilidade dos direitos humanos. O programa atingiu aproximadamente 200 municípios em mais de 10 estados brasileiros, perfazendo cerca de meio milhão de pessoas atingidas.⁴⁷⁷ Em seu portfólio de atuação, especializou-se na produção e divulgação de materiais didáticos sobre o trabalho escravo contemporâneo e afins, a exemplo de fascículos, jogos, cartilhas, folders, cartazes, livros, relatos de experiências entre outros em formato impresso e digital, destacando jogos virtuais, vídeos e animações que versam sobre a temática, disponíveis em seu sítio. Soma-se a isto a assessoria técnica e fomento financeiro de projetos escolares e comunitários, objetivando difundir o conhecimento como forma de sensibilização, engajamento e combate a violações dos direitos humanos.

Continuando com a análise um tanto mais estatística, vale sublinharmos que parte substantiva dos mapas que utilizamos neste, e no primeiro, capítulo da tese tem como fonte um conjunto de dados sistematizados e mensurados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT e

Escola Municipal Jesus de Nazaré, novembro de 2008; *Comunicar para libertar / Comunicação comunitária contra o tráfico de pessoas para o trabalho*, ambos pela Associação Rádio Comunitária Arca FM, em outubro de 2010 em novembro de 2012, respectivamente; *Historiar a escravidão, grafitar a liberdade*, Centro de Ensino Mary Dalva Castro Rocha, novembro de 2012 e *O tráfico e a escravidão humana*, Escola Municipal Jurgleide Alves Sampaio, novembro de 2014. Todos estes projetos pedagógico-comunitários mantiveram parcerias com o CDVDH/CB e concorrem a editais, para obtenção de apoio financeiro. REPÓRTER BRASIL. **Programa Escravo Nem Pensar em Açailândia**. [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <escravonempensar@reporterbrasil.org.br> em: 10 dez. 2016.

⁴⁷⁷REPÓRTER BRASIL. **Programa Escravo Nem Pensar no Maranhão**. [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <escravonempensar@reporterbrasil.org.br> em: 10 dez. 2016. Para mais informações, vide: www.escravonempensar.org.br

Ministério Público do Trabalho – MTE no período de 1995-2006 e comparado ao outro, 2007-2012,⁴⁷⁸ mapeados exploratoriamente por um grupo de geógrafos. Os dados, em geral, são indicadores em escala municipal, e assim foram representados e relacionados no contexto do/entre Estado[s], e inter cruzando indicadores socioeconômicos serviram à composição do *Atlas do Trabalho Escravo no Brasil*.⁴⁷⁹ Ao final da análise dos dados, abriu-se como perspectiva de entendimento a confirmação entre o elemento pobreza como vetor à vulnerabilidade do trabalhador em situações de aliciamento. Neste sentido, foi possível aos pesquisadores:

Confirmar a relação entre pobreza e suscetibilidade ao aliciamento e entre a prática do trabalho escravo e a violência. Ao estabelecer correlações entre dados do trabalho escravo [condições de vida do trabalhador, suas condições sociais, tipos de atividades econômicas exercidas, violências e assassinatos], detectou-se as principais estruturas do trabalho escravo no Brasil. Com isso, espera-se ter sido possível construir uma análise que, no conjunto dos vários estudos realizados sobre o tema, contribui para: a] orientar a busca e repressão de casos de escravidão, já que por enquanto as investigações de campo são motivadas principalmente por denúncias e b] contribuir para políticas de prevenção, detectando as regiões mais vulneráveis ao aliciamento de trabalhadores.⁴⁸⁰

Abre-se na contracorrente a leitura de que não foi a quantidade de trabalhadores escravizados que aumentou nas últimas décadas no Brasil, mas o volume de fiscalizações, somada à visibilidade social, midiática e acadêmica dos últimos anos. Faz-se mister pontuarmos que a realidade do trabalho escravo contemporâneo no Brasil é ainda mais complexa e gritante do que os dados estatísticos podem revelar. Neste sentido uma questão se apresenta, é a

⁴⁷⁸“A CPT foi impulsionadora do processo, pois desde a década de 1980 registra as denúncias de trabalho escravo, ignoradas pelo Estado até 1995, quando o MTE passou a inspecionar os casos denunciados. Em 1995 o MTE criou o Grupo Especial de Fiscalização Móvel, que é ligado ao Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado – GETRAF e à Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT, ambos do MTE. O Grupo Móvel, com o auxílio da Polícia Federal, realiza inspeções em locais onde há denúncia de trabalho escravo. Nesse caso, os trabalhadores são libertados, são aplicadas multas ao empregador e é efetuado o pagamento dos salários e encargos, o que permite ao trabalhador o recebimento do seguro desemprego. Em seguida os trabalhadores são assistidos e encaminhados aos seus locais de origem, sendo responsabilidade do empregador os recursos destinados ao transporte. Entre 1986 e 2012, a CPT registrou denúncias sobre 165.808 trabalhadores escravizados, sendo 2.952 em 2012. Já o MTE libertou, entre 1995 e 2012, 44.425 trabalhadores, dos quais 2.750 foram apenas em 2012. Os dados do MTE são relativos ao número de trabalhadores libertados pelo Grupo Móvel. O número real de trabalhadores escravizados é sem dúvida maior, visto que não é possível verificar todas as denúncias e, em alguns casos, as operações fracassam, pois ocorre o vazamento de informações [...]” GIRARDI, Eduardo Paulon; THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida; HATO, Júlio Takahiro. Mapeamento do trabalho escravo contemporâneo no Brasil: dinâmicas recentes. In.: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna. [Org.]. **A universidade discute a escravidão contemporânea: práticas e reflexões**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015, pp. 301-334, pp. 306-307.

⁴⁷⁹THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida; GIRARDI, Eduardo Paulon; HATO, Júlio Takahiro. **Atlas do trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra, 2012, pp. 32-33.

⁴⁸⁰GIRARDI, Eduardo Paulon; THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida; HATO, Júlio Takahiro. Mapeamento do trabalho escravo contemporâneo no Brasil: dinâmicas recentes. In.: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna [Org.]. **A universidade discute a escravidão contemporânea: práticas e reflexões**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015, pp. 301-334, p. 332.

desconstrução do entendimento de que quanto menor o índice de desenvolvimento humano de uma cidade ou região, maior o número de trabalhadores[as] escravizados[as], uma vez que as metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, têm figurado como lugares de destino de muitos trabalhadores[as] brasileiros[as] e estrangeiros[as], especialmente os[as] bolivianos[as] na primeira e os chineses na segunda. Por outro lado, uma constatação ainda muito recorrente se mantém, o lugar de origem dos trabalhadores reflete baixos índices socioeconômicos. A título de exemplificação, temos os casos dos trabalhadores oriundos dos municípios maranhenses de Açailândia, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Codó, Timbiras, Santa Luzia, Monção, Pindaré Mirim, como aparecem nos relatórios do CDVDH/CB e CPT.⁴⁸¹ Assim ratificamos a compressão de que o fenômeno do trabalho escravo contemporâneo “é parte de um quadro mais amplo que configura a questão agrária brasileira”,⁴⁸² demarcado por relações de força político-econômica que se traduzem na alta concentração de terras, que por sua vez, mina a reprodução campesina, desestruturando-a orquestradamente para alimentar o sistema vil da exploração, sendo o trabalho escravo parte orgânica do sistema capitalista. Por fim, parafraseamos ordinariamente José de Souza Martins sobre a face autoritária e excludente do sistema capitalista, para quem o capitalismo opera autoritariamente, na contramão dos que pensam ser possível um outro capitalismo que não é excludente, como se o capitalismo não fosse ele próprio a exclusão.⁴⁸³ Adiantamos que a seguir, na segunda e última parte do capítulo dois, recorreremos a poemas, versos e aos hinos dos municípios de Marabá/PA e especialmente de Açailândia/MA por entendermos que em grande medida são reverberações que espelham as inquietações sociais. Se por um lado os hinos que pela sua natureza são ufanistas portadores de discursos triunfantes, marcadamente positivistas, por outro, o poema-protesto é sempre carregado de crítica social, essencialmente provocador e por vezes, com nuances subversivas, trazendo à tona as problemáticas sociais e mazelas enfrentadas cotidianamente pela sociedade local, operando em geral, como uma ferramenta de resistência cultural, política e econômica.

⁴⁸¹CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN / COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Relatório final da I fase de implantação do Projeto Rede de Ação Integrada de Combate à Escravidão RAICE/MA**. Açailândia: 2017.

⁴⁸²GIRARDI, Eduardo Paulon; THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida; HATO, Júlio Takahiro. Mapeamento do trabalho escravo contemporâneo no Brasil: dinâmicas recentes. In.: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna [Org.]. **A universidade discute a escravidão contemporânea: práticas e reflexões**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015, pp. 301-334, p. 332.

⁴⁸³MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão. In.: MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 71-100, p. 73.

2.2 Ser ou não ser migrante? Eis o imbróglio! Epifanias identitárias entre Açailândia/Marabá

*Açailândia, expresso progresso / Eixo do Maranhão
[...] A mão está sempre aberta / Nos laços da união /
Dormem os filhos da terra / Junto aos imigrantes /
De toda a nação [...]*⁴⁸⁴

Hino de Açailândia, 1981.

*Minha terra tinha açaizeiros, / Onde cantavam os jacus; / Os
campesinos, que por aqui eram livres / Agora são escravos no Pará.
[...] Não permita Deus que eles morram. / Sem que voltem para cá; /
Sem que desfrutem da liberdade / Que não encontraram em Marabá; /
Sem que aviste, seu alento / Nas terras de cá.*⁴⁸⁵

Fagno Soares, Litanias do Exílio, 2013.

*Como precioso presente imerso ao leito / Várias blendas como prêmio
deu a natureza / Deu-lhe o Ouro, o Cristal, em profusão o Diamante /
Na mais pura e vicejante seara de riqueza.*⁴⁸⁶

Hino de Marabá, 1963.

*Minha terra tem madeiras / Onde cantam motosserras: / Peões que ali
viviam / Servem de adubo à terra.*⁴⁸⁷

Ademir Braz, Auto-exílio, 2000.

As quatro epígrafes acima iluminam e servem de norte ao nosso *flâneur* inicial sob os municípios de Açailândia/MA e Marabá/PA, são excertos de seus hinos e respectivas versões críticas da Canção do Exílio de Gonçalves Dias, que apresentam-nas em suas conjunturas histórico-sociais através da poesia – os poetas como pássaros, chilrearam sob/sobre suas cidades. Essas são cognominadas regionalmente como a Cidade do Ferro e a Capital do

⁴⁸⁴Excerto do hino de Açailândia, cuja letra de José Carlos Trindade vulgo Zezão e a melodia de Luís Fernando de Almeida Gonçalves foram compostas em 1981.

⁴⁸⁵Trecho da versão açailandense da Canção do Exílio escrita em 2013, durante as comemorações do 170º aniversário do poema. Escrito em 1843 por Gonçalves Dias, a Canção do Exílio é um poema romântico composto, na ocasião encontrava-se no auto-exílio em Portugal, publicado em 1846 na obra *Primeiro Cantos*. Para demonstrar a importância do poema à literatura brasileira, basta lembrar que dois de seus versos, foram reapropriados por Joaquim Osório Duque Estrada em 1922 no Hino Nacional Brasileiro, a saber: *Nossos bosques têm mais vida; Nossa vida em teu seio mais amores*, constam nos dois últimos versos da segunda estrofe.

⁴⁸⁶Composição de 1963, com letra de Pedro Valle e letra e música de Moisés da Providência Araújo.

⁴⁸⁷BRAZ, Ademir. **Rebanho de pedras & esta terra**. Poesias. 2ª ed., Marabá: Grafecort, 2003, p. 149. Vale ressaltar que, o nome do município de Marabá, é uma inspiração direta ao poema de mesmo nome do literato maranhense Gonçalves Dias.

Carajás – em referência ao minério de ferro que cortam as cidades nos vagões da mineradora Vale pela Estrada de Ferro Carajás –, e por constituírem juntas o maior polo minero-siderúrgico no Norte-Nordeste do Brasil. Os municípios de Açailândia/MA e Marabá/PA figuram entre as maiores rendas *per capita* e o terceiro maior produto interno bruto em seus respectivos estados, condições que aparecem descritas nos versos de seus hinos, que de modo enfático declaram uma visão idealizadora de um presente e futuro repletos de glórias e riquezas, sem contudo pontuar os desdobramentos socioambientais advindo destas. O primeiro coloca Açailândia como ‘*expresso progresso, eixo do Maranhão*’ situando o município maranhense como a locomotiva econômica do Estado, e em sentido equivalente, o segundo exalta as riquezas da Mesopotâmia paraense,⁴⁸⁸ apresenta-nos a cidade de Marabá/PA, como uma ‘*seara de riqueza*’. Tratam-se de visões idílicas e distorcidas do desenvolvimento econômico, representações das duas cidades como enclaves geoeconômicos locomotivas de um expresso progresso que puxam as cidades como vagões nos trilhos das [de/trans]formações por toda a região, no contexto das regiões das quais fazem parte. São regiões localizadas na fronteira amazônica, que vem sofrendo com os avanços do capital, onde convivem uma diminuta elite que habita pequenas ilhas de riqueza e bolsões de despossuídos, em meio ao mar de pobreza que assola as populações rurais e também urbanas como o caso das mais 300 famílias que vivem em Piquiá de Baixo,⁴⁸⁹ impactadas pela ação do grande capital, sobretudo com o Programa Grande Carajás.⁴⁹⁰ Ao

⁴⁸⁸Referência à cidade de Marabá/PA, localizada num ponto de encontro dos rios Tocantins e Itacaiunas em alusão a Mesopotâmia, terra entre-rios, Tigre e Eufrates, considerada um dos berços da humanidade, fundamental à constituição da civilização ocidental.

⁴⁸⁹A respeito dos impactos socioeconômicos e ambientais do complexo minero-metalúrgico do Polo Siderúrgico de Carajás no Distrito Industrial de Piquiá em Açailândia/MA, vide ALMEIDA LOPES, Desni. **Os trilhos do desenvolvimento na Amazônia Maranhense conflitos e contrates**: o caso Piquiá de Baixo Açailândia/MA. 2012. 145p. Dissertação [Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional]. Universidade Estadual do Maranhão, Centro de Ciências Humanas e Aplicadas, São Luís, 2012. / PESTANA, Thiago Vale. **Os impactos socioambientais decorrentes da atividade siderúrgica na comunidade de Piquiá de Baixo em Açailândia/MA**. 2013. 133p. Dissertação [Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento]. Centro Universitário Univates, Lajeado, 2013. / EVANGELISTA, Leonardo Nunes. **A cidade da fumaça**: a constituição do grupo operário do bairro do Piquiá no município de Açailândia/MA. 2008. 101p. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais]. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008. / LOIOLA, Edney. **Vantagens competitivas espúrias e limites para o desenvolvimento local**: o caso da indústria siderúrgica de Açailândia. 2002. 190p. Dissertação [Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento], Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005. / LOIOLA, Edney. **Diferenciações na produção siderúrgica e implicações para o desenvolvimento na Amazônia Oriental brasileira**. 2010. 304p. Tese [Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido]. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010. / MADEIRA FILHO, Wilson. **Já não dá mais para respirar**: o caso da comunidade do Piquiá de Baixo, em Açailândia/MA. VI Encontro Nacional de ANPPAS, 18 a 21 de setembro de 2012. Belém: 2012.

⁴⁹⁰Sobre o Projeto Grande Carajás, segue indicações de aprofundamento: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: Guerra dos Mapas**. Belém: Editora Falangola, 1994. / CASTRO, Edna Maria Ramos de; HÉBETTE, Jean [Orgs.]. **Na trilha dos grandes projetos**: modernização e conflito na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 1989. / COTA, Raimundo Garcia. **Carajás**: a invasão desarmada. Petrópolis: Vozes, 1984. / GISTELINCK, Frs. **Carajás, usinas e favelas**. São Luís: Minerva, 1988. / HALL, Anthony. **Amazônia**: desenvolvimento para quem?

analisar os embates entre os discursos desenvolvimentistas e os impactos causados pelo progresso fomos buscar a construção deste imaginário sócio-político e romântico-literário margeado por cronistas e poetas locorregionais cujos discursos aparecem reverberados em suas obras.

À baila destas questões, para cada trecho de hino glorificador de sua cidade trouxemos uma versão da Canção do Exílio, que evidencia um caráter um tanto mais tangível do que aqueles apresentados nos hinos. Deste modo, tanto o poema Auto-exílio do marabaense Ademir Braz, quanto Litania do Exílio do açailandense Fagno Soares utilizam-se da intertextualidade para retratar as faces escusas do dito desenvolvimento econômico que aparece tão propalado em prosa e verso da/na região. Podem ser compreendidos como poesia social a arte da escrita que se inscreve no campo da denúncia que, de modo contundentemente irônico, tece críticas quanto ao avassalador processo de chegada e invasão do grande capital nesta parte da Amazônia.⁴⁹¹ Neste sentido, procurar-se-á nesta secção os elementos e relações constituídas entre os municípios de Açailândia/MA e Marabá/MA enquanto lugar de origem e destino de camponeses que sofrem ou sofreram diferentes formas, coercitivamente extremas, de exploração do/no trabalho no sudeste do Pará.

Em termos equipolentes, o acelerado crescimento da economia destes municípios, especialmente a partir da implantação do Programa Grande Carajás⁴⁹² nos anos 1980, decididamente não representou a efetiva melhoria dos índices de qualidade de vida das duas cidades e região, ao contrário, intensificaram-se os confrontos e disputas pela terra, sobretudo no contexto da região conhecida nacionalmente pelos conflitos agrários como a Mesorregião Diferenciada do Bico do Papagaio,⁴⁹³ popular Região Tocantina, que abrange um conjunto de aproximadamente 70 municípios tanto do extremo norte do Estado do Tocantins, como os do Oeste do Maranhão e do Leste do Pará, todos ligados por laços geográfico-culturais, histórico-

Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. / PINTO, Lúcio Flávio. **Carajás: um ataque ao coração da Amazônia**. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1982. / VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás: planejamento da destruição**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

⁴⁹¹SOUSA, Jailson de Macedo. **Enredos da dinâmica urbano-regional sulmaranhense: reflexões da centralidade econômica de Açailândia, Balsas e Imperatriz**. 2015. Uberlândia. 557p. Tese. [Doutorado em Geografia]. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia: 2015.

⁴⁹²Sobre o caráter destrutivo da implantação do Programa Grande Carajás, destacamos o livro-denúncia do geógrafo Orlando Valverde. Vide, VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás: planejamento da destruição**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Universidade de São Paulo e Fundação Universidade de Brasília, 1989.

⁴⁹³Acerca dos processos de regionalização desta região, destacamos as realizadas e apresentadas na dissertação, a saber: ALMEIRA, Rutileia Lima. **A formação regional do Bico do Papagaio: regionalização e polarização**. 2010. 125p. Dissertação. [Mestrado em Geografia]. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal do Goiás, Goiânia: 2010.

sociais e econômicos. Esta região localizada no que chamamos de Amazônia Oriental tem sido classificada por muitos como uma nova fronteira de reprodução do capital, como aparecem em reflexões empreendidas por pesquisadores sobre a região.⁴⁹⁴ Trata-se de uma crítica às políticas e discursos desenvolvimentistas que colocam a Amazônia como nova área a ser conquistada pelo grande capital, sobretudo pelo agronegócio que desconsidera os efeitos socioespaciais que causa.

No âmbito dos discursos desenvolvimentistas locais já se observava desde os anos 1980 “um discurso entusiástico e por vezes apologético acerca do crescimento econômico da cidade por parte dos políticos locais, que a enaltecem como um prodígio econômico”,⁴⁹⁵ pelas interpretações sinalizadas da socióloga Edna Castro, que de forma enfática pontuava ser “Açailândia o coração desse desenvolvimento que invade o Maranhão, destinado ao grande centro industrial do futuro”.⁴⁹⁶ Anos depois, o geógrafo Jailson Sousa afirma que seguido do processo de desmembramento de Açailândia da cidade de Imperatriz, com a emancipação política que se deu em 06 de junho de 1981, o município “conheceu notável crescimento demográfico e econômico, a partir de então, em razão do desenvolvimento da atividade siderúrgica”,⁴⁹⁷ sendo essa a bandeira sobre a qual tremulava o discurso da construção de um ‘Maranhão Moderno’.⁴⁹⁸ Tais discursos serviram para legitimar o processo, fazendo frente à

⁴⁹⁴ Autores como Bertha Becker e José de Sousa Martins oferecem importantes contribuições neste sentido, em obra, a saber: BECKER, Bertha Koiffmann. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Jorge Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1982. / BECKER, Bertha Koiffmann. A fronteira no final do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia brasileira. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 3, pp. 59-73, 1984. /

BECKER, Bertha Koiffmann; MIRANDA, Mariana Helena; MACHADO, Lia Osório. [Orgs.] **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora UnB; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990. / BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia**: geopolítica na virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. / MARTINS, José de Sousa. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993. / MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2008. / MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

⁴⁹⁵ SOARES, Fagno da Silva. **Escravidão do carvão**: historiando identidades e memórias em Açailândia/MA, no tempo presente. 2012. 300p. Dissertação. [Mestrado em História do Brasil], Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012, p. 137.

⁴⁹⁶ CASTRO, Edna Maria Ramos de. Grande Carajás: Nascimento de um Polo Guseiro em Açailândia, Maranhão. **Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social** [CEAS], Salvador, nº 142, pp. 74-85, Nov./Dez. 1992, p. 76. Para mais informações sobre a dinâmica socioterritorial do Programa Grande Carajás, vide: CARNEIRO, Marcelo Sampaio. O Programa Grande Carajás e a dinâmica política. In.: CASTRO, Edna Maria Ramos de; MOURA, Edila Arnaud Ferreira; MAIA, Maria Lúcia. **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: UFPA, 1995.

⁴⁹⁷ SOUSA, Jailson de Macedo. **Enredos da dinâmica urbano-regional sulmaranhense**: reflexões da centralidade econômica de Açailândia, Balsas e Imperatriz. 2015. Uberlândia. 557p. Tese. [Doutorado em Geografia]. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia: 2015, p. 38.

⁴⁹⁸ A respeito de um tom ainda pouco crítico de matizes romaneadas do processo de implantação do Programa Grande Carajás no Maranhão na década de 1980, trazemos a obra publicada em 1988, ao calor dos fatos pelo belga Frans Gistelinck para quem o PGC “acentuará as disparidades econômicas, o desequilíbrio social, a desintegração cultural e a devastação ambiental”. GISTELINCK, Frans. **Carajás, usinas e favelas**. São Luís: Minerva, 1988, p.

implantação do Programa Grande Carajás em Açailândia, dando origem ao Distrito Industrial Piquiá, localizado a cerca de quinze quilômetros do centro comercial de Açailândia. Seu nome, para a maioria, faz referência a uma árvore amazônica comum na região, o piquiazeiro. Para alguns, seu nome seria Pequiá em alusão ao fruto popularmente conhecido como pequi. A origem do nome é controversa vindo a ser um campo de disputa para o qual ainda não há consenso. O fato é que é o termo foi [re]apropriado na forma acrônima de PIQUIÁ – Polo Industrial e Químico de Açailândia pelos empresários e políticos locais, tendo ganhado repercussão nos anos seguintes, de modo que quando da fundação da associação dos moradores do bairro o nome registrado foi Piquiá. Isto reflete, em grande medida, a tentativa das indústrias siderúrgicas em justificar sua existência em uma área urbana residencial, à revelia das leis ambientais das últimas décadas, culpabilizando os moradores, quando a bem da verdade, estes ocuparam primeiro estas terras.

Na tentativa de lançar luz sobre a questão fomos à busca de mais informações junto aos moradores mais antigos, a exemplo do Sr. Joaquim Amaral, e em conversa informal com o professor Ivan Gonçalves dos Santos. Consultamos e chegamos a documentos datados da década 1970. Mas uma placa nos chamou atenção, trata-se do marco de fundação do primeiro grupo escolar do bairro, de 31 de julho de 1974, que já trazia o nome Piquiá, clareando um pouco mais este *imbróglia* que se arrasta por anos, como palco de disputas por representações dos grupos envolvidos. Portanto, anterior à chegada e construção da Estrada de Ferro Carajás e, por conseguinte, da implantação das guseiras. Atualmente os moradores já se encontram em avançado processo de reassentamento para uma área relativamente distante das siderúrgicas. Neste ínterim, retomaram o debate e passaram a reivindicar outra nomeação, o que culminou em eleição, com a escolha do nome Piquiá da Conquista.⁴⁹⁹ Dito isto, encontramos em acervo

167. Embora o autor pontue questões pelas quais as comunidades tiveram que enfrentar nas décadas seguintes, de modo simplista coloca a responsabilidade na sociedade maranhense, no sentido de adequar-se aos ditames da nova sociedade industrial que se coloca, como via única às comunidades locais, ao sublinhar que nesta, e em tantas outras passagens da obra, “a sociedade tem que investir maciçamente na capacitação da nova geração”. [GISTELINCK, 1988, p. 167]. De modo geral, o autor nos pareceu, apesar de certa lucidez de análise, ainda muito tomado por um discurso desenvolvimentista e de progresso comum na época, ao contrário de interpretações mais críticas e elaboradas sobre este candente temário, propostas em obras como: PINTO, Lúcio Flávio. **Carajás**: um ataque ao coração da Amazônia. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1982. / COTA, Raymundo Garcia. **Carajás**: a invasão desarmada. Petrópolis: Vozes, 1984. / VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás**: planejamento da destruição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Universidade de São Paulo e Fundação Universidade de Brasília, 1989. / HALL, Anthony. **Amazônia**: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. / ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás**: a Guerra dos Mapas. Belém: Editora Falangola, 1994.

⁴⁹⁹A respeito disto, sugerimos a leitura atenta ao artigo SOUSA, Francisco das Chagas; VACOVSKI, Eduardo; SOARES, Fagno da Silva. Piquiá da Conquista: vitória dos de baixo contra os gigantes de ferro. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 2, pp. 417-453, abr./jun. 2017. Trata-se de um artigo com tem uma forte relação

fotográfico público, imagens de Piquiá antes da construção da Estrada de Ferro Carajás, que demonstram a presença de pequenos agrupamentos de camponeses antes mesmo da chegada efetiva dos trilhos e do trem, a exemplo da fundação da escola em 1974. Logo, a presença dos colonos é bem anterior à implantação do Polo Industrial e Químico de Açailândia – PIQUIÁ, como nos foi possível constatar também através das fontes orais junto aos moradores da região, durante trabalho de campo realizado em 2014.⁵⁰⁰ Em outros termos, mas com algumas possíveis similitudes, trazemos de modo sucinto o caso do Assentamento Califórnia que nasceu da luta e esforços coletivos empreendidos desde 26 de março de 1996, quando da primeira entrada de trabalhadores[as] rurais sem terra no antigo latifúndio improdutivo, cuja única atividade era a extração ilegal de madeira, localizado às margens da BR-010 conhecido como Fazenda Califórnia. Depois de anos de luta foram assentados, mas atualmente sofrem com os avanços do monocultivo de eucalipto que ladeia o assentamento, bem como com a implantação de mais de 70 fornos industriais de produção de carvão pela Vale nas adjacências do assentamento. Desde então as famílias do assentamento vêm sendo afetadas pelos abusos socioambientais cometidos por estes agentes do capital, o que tem se agravado com a recente instalação da carvoaria industrial. A comunidade tem sofrido principalmente com problemas de ordem ambiental, que têm se refletido diretamente na questão da saúde da população. O conflito se estabelece na medida em que a comunidade busca os seus direitos, denunciando o funcionamento da carvoaria. Isso se soma ao fato da carvoaria ser alvo de denúncias de trabalho escravo e exploração infantil.

com a História Pública da região, ao analisar o processo histórico de mobilização social e resistências empreendidas pelas 312 famílias de Piquiá de Baixo, comunidade impactada desde meados dos anos de 1980, quando da implantação do Programa Grande Carajás, com a construção da Estrada de Ferro Carajás, e da chegada da mineradora Vale, antiga Companhia Vale do Rio Doce, e mais cinco empresas siderúrgicas, dando origem ao que se convencionou chamar de PIQUIÁ – Polo Industrial e Químico de Açailândia. Ressaltamos, o conjunto de esforços e articulações realizadas pela comunidade através da Associação Comunitária dos Moradores do Piquiá de Baixo – ACMP [1989], com o apoio do CDVDH/CB, Rede Justiça nos Trilhos, padres combonianos, Paróquias São João Batista e Santa Luzia, e outros, para combate dos impactos socioambientais causados pelas indústrias minero-siderúrgicas na comunidade de Piquiá. Durante décadas de mobilizações e lutas, as famílias afetadas iniciaram o processo ainda em curso de reassentamento, para um novo bairro. No dia 26 de novembro de 2016, a comunidade de Piquiá de Baixo realizou por eleição, a escolha do nome do novo bairro dentre os três nomes apresentados: Pequiá da Conquista, Piquiá da Vitória e Piquiá de Baixo. Dos 133 votantes, o nome Piquiá da Conquista recebeu 96 votos frente aos 28 votos recebidos a Piquiá da Vitória e 14 votos ao Pequiá de Baixo. Sobre os conflitos socioambientais das comunidades ao longo do Corredor Carajás nos estados do Maranhão e Pará, vide **A PELEJA DO POVO CONTRA O DRAGÃO**. Roteiro, direção e câmera de Murilo Santos, Edição Marcos Camilo. São Luís: Justiça nos Trilhos, DVD, 2014, documentário, 68 min.

⁵⁰⁰Pesquisa de campo ainda em curso, no âmbito do projeto de pesquisa *Pequiá antes de Piquiá: história oral dos/as moradores/as de Piquiá de Baixo reassentandos em Piquiá da Conquista*, vinculado ao CLIO & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisas em História Oral e Memória IFMA/Campus Açailândia, que conta com a participação da pesquisadora Adonia Antunes Prado da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Trazemos abaixo algumas fotografias que nos ajudam a compreender melhor esta passagem da jovem, porém controversa e conflitante, história de Piquiá com seus interditos ainda suspeitos. Diante disto, a busca por compreender a história deste bairro neste estudo justifica-se por ter sido este um dos primeiros bairros formados no município de Açailândia que, de um povoado camponês, foi se transformando num bairro de operários diante de tantos desafios postos; muitos migraram para outras regiões, utilizando inclusive o trem de passageiros da Vale para chegar ao estado do Pará; alguns destes tornaram-se vítimas do trabalho escravo contemporâneo na Amazônia Paraense.

Foto 01: *Piquiá*. Placa de fundação da unidade escolar de 31 de julho de 1974.

Fonte: SANTOS, Ivan Gonçalves dos. 2016.

Valemo-nos destes dentre outros documentos encontrados junto a moradores para afirmar elementos da chegada destes antes das guseiras e o nome da comunidade.

Foto 02: *Pequiá antes de Piquiá*. Imagens aéreas de Piquiá em meados dos anos de 1980.

Fonte: Acervo digital Vale, 2016.

Como se sabe, a implantação do Programa Grande Carajás causou grandes impactos socioeconômicos e ambientais nos Estados do Maranhão⁵⁰¹ e Pará. A respeito da configuração destes impactos, Soares faz uma breve apresentação da logística e dimensão estrutural do Corredor Carajás e pontua o açado processo migratório para esta região citando Cristina Cancela,⁵⁰² para quem em sua análise crítica Piquiá tenha se transformado, em poucos anos, de uma comunidade camponesa em um bairro operário, como dito alhures. Consultamos a documentação da Prefeitura Municipal de Açailândia a respeito do bairro, porém, não tendo sido suficiente, voltamos às fontes orais. De modo enfático, o autor sublinha que Piquiá é hoje um quintal para os resíduos e dejetos industriais das guserias.⁵⁰³

Com tamanha envergadura, estes investimentos na Amazônia Brasileira como a construção da ferrovia e do porto para o escoamento da produção tornou-se possível a implantação de unidades industriais produtoras de ferro gusa nos municípios de Açailândia/MA e Marabá/PA, confazendo o Polo Siderúrgico Carajás, visando a extração do minério de ferro na Província Mineral de Carajás, localizada na Floresta Nacional de Carajás, município de Parauapebas, a 550 km de Belém [...]. O Programa Grande Carajás, além de favorecer ao aumento da concentração fundiária nos Estados do Maranhão e Pará e provocar mais devastação da floresta Amazônica, suscitou conflitos de diversas ordens. Noutros termos, a historiadora Zilda Márcia Gricoli destacou a relação dos grandes complexos capitalistas que coexistem com a mais rudimentar exploração do homem, a escravização. Portanto, tal processo ocorre desde países ditos ‘industrializados’ até regiões paupérrimas, de modo consuetudinário, ou seja, naturalizado como parte da cultura, não se trata de um processo natural, mas de construções fundadas nos princípios do capital, visando auferir cada vez mais lucros, através da exploração do homem pelo homem [...]. No final dos anos 80 e nos primeiros anos da década seguinte, foram implantadas em Açailândia cinco siderúrgicas que deram origem ao Polo Guseiro assentado no Distrito de Piquiá, gerando um *frisson* migracional para a região sem precedentes e, por conseguinte, uma visão pouco holística de progresso na região. Atualmente, o Piquiá tem se constituído como um *depositário de mão de obra, ou mesmo um mix de bairro operário com favela*, [CANCELA, 1992] ou pior, uma espécie de quintal das siderúrgicas açailandenses, onde lançam todos os seus despojos industriais.⁵⁰⁴

⁵⁰¹VIEIRA, Silvio. **A influência do pólo guseiro no desenvolvimento de Açailândia**. 2002. 68p. Monografia [Graduação em história]. Centro de Estudos Superiores de Imperatriz - CESI, Universidade Estadual do Maranhão, Imperatriz, 2002, pp.26-27.

⁵⁰²CANCELA, Cristina Donza. Estação Piquiá: Um novo quilômetro na fronteira amazônica. **Desenvolvimento & Cidadania**, São Luis, ano 2, n° 6, dez/jan.,1992. A autora também cita a historiadora Zilda Iokoi que no final dos anos de 1980, sinalizava que os grandes projetos de infra-estrutura estabelecem relações diretas com formas diferenciadas de escravidão, vide IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Trabalho escravo no Brasil atual: **Revista de História**. São Paulo-SP: USP, n.120, p.109-119, jan/jul.1989.

⁵⁰³Uma análise sociológica de Pequiá enquanto bairro operário pode ser encontrada na pesquisa EVANGELISTA, Leonardo Nunes. **A cidade da fumaça: a constituição do grupo operário do bairro do Piquiá no município de Açailândia/MA**. 2008. 101p. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais]. Universidade Federal do Maranhão, São Luís: 2008.

⁵⁰⁴SOARES, Fagno da Silva. **Escravizados do carvão: historiando identidades e memórias em Açailândia/MA, no tempo presente**. 2012. 300p. Dissertação. [Mestrado em História do Brasil], Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012, pp. 128-132, grifo nosso.

Nas fotos seguintes, temos uma vista panorâmica de Piquiá que permite visualizar o contraste entre as atuais moradias e parte do polo guseiro no bairro. Já na segunda imagem, tanto mais impactante, trazemos uma vista da comunidade de Piquiá de Baixo, e ao fundo as guseiras que lançam seus dejetos industriais no rio contaminando a água e o solo. Salta-nos aos olhos as violações dos direitos humanos no município, motivadas pelo avanço acelerado do grande capital, que culminam em fatores que vão desde a concentração fundiária no município até o trabalho escravo na região, passando pela poluição do ar, sobretudo em Piquiá.

Foto 03: *A cidade do ferro ou da fumaça?* Vistas panorâmicas da Piquiá e Guseiras.

Fonte: FREIRE, Gilberto, 2005. / CRUZ, Marcelo, 2012.

Trazemos nas imagens 04 e 05 fotografias que demonstram os impactos causados pela indústria guseira aos moradores do hoje Distrito Industrial de Piquiá em Açailândia.⁵⁰⁵ Os despojos industriais lançados pelas guseiras contaminam o ambiente e envenenam o solo, a água e o ar, afetando a saúde dos moradores de Piquiá, como evidenciam os estudos realizados por pesquisadores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA/Campus Açailândia.⁵⁰⁶ Diante destes, apontamos para que ocorra uma redução considerável dos impactos ambientais, que é preciso aumentar as exigências ambientais, especialmente a fiscalização dos órgãos reguladores junto às indústrias minero-siderúrgicas. Ainda neste contexto, rememoramos os versos do poeta Raimundo Moraes que nos anos 1990 alertava-nos dos já graves problemas que a cidade começava a enfrentar em seu poema Soneto a Açailândia: à cidade do ferro, dizendo “*por acaso aqui cheguei um dia / E em paz respirei tua poeira / E a negra fumaça que saía / Das chaminés das tuas madeiras. [...] Que em breve será admirada / Soberba, forte, sobranceira / Fonte de progresso e de riqueza*”.⁵⁰⁷ Neste mesmo tom, mas em outro poema de nome *Queixumes de Açailândia*, escrito um ano depois, o poeta revela seu pesar ao ver que “*A cada manhã quando renasce o sol / Querendo banhar-me de dourados raios / Que não me alcançam, que não trespasam / O manto negro de fumaça que me cobre*”.⁵⁰⁸ Ao final das tardes de verão, especialmente entre os anos de 1985-1995, a cidade ficava coberta de fumaça das carvoarias.

⁵⁰⁵VIEIRA, Sílvio. **A influência do pólo guseiro no desenvolvimento de Açailândia**. 2002. 68p. Monografia [Graduação em história]. Centro de Estudos Superiores de Imperatriz - CESI, Universidade Estadual do Maranhão, Imperatriz, 2002, pp.26-27.

⁵⁰⁶Conforme, apontam os estudos realizados no amplo espectro interdisciplinar da saúde pública e meio ambiente, por pesquisadores do campo da biologia, geografia e engenharia florestal. A conclusão de seus estudos é unânime quanto à poluição atmosférica com a contaminação do ar, da água e do solo. Destarte, a exposição a estes poluentes ambientais causa danos, muitas vezes irreversíveis, à saúde da população de Piquiá, a exemplo: do benzeno encontrado em quantidades relativamente preocupantes em amostras de sangue; do pó de ferro lançado pelas chaminés, causando doenças de pele e respiratórias, especialmente em crianças; e da concentração de vários metais encontrados tanto no solo quanto na água em Piquiá de Cima. Neste sentido, faz-se mister destacarmos que, certamente os níveis de contaminação são ainda maiores em Piquiá de Baixo, onde os graus de exposição a estes poluentes, são bem mais evidentes. Para aprofundamentos, vide: ARAÚJO, Eliane Costa. **Níveis de trans, trans-mucônico na urina como biomarcador de exposição ao benzeno e alterações hematológicas na população do bairro Piquiá de Cima, Açailândia-MA**. 2015. 89p. Dissertação [Mestrado em Saúde Pública e Meio Ambiente], Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro: 2015. / MACIEL, Suzenilde Costa. **Prevalência de sintomas de asma, rinite e eczema atópico e fatores associados em crianças e adolescentes no bairro Piquiá de Cima, área industrial de Açailândia-MA**. 2015. 146p. Dissertação [Mestrado em Saúde Pública e Meio Ambiente], Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro: 2015. / RIZZO, Felipe Alexandre. **Níveis de metais no solo e na água da microbacia do distrito Industrial do Pequá, município de Açailândia, MA**. 2015. 98p. Dissertação [Mestrado em Saúde Pública e Meio Ambiente], Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro: 2015.

⁵⁰⁷PESSOA, Raimundo Moraes. **Fragmentos de minha vida**. 2ª ed., Açailândia; 1997, p. 47.

⁵⁰⁸PESSOA, 1997, p. 50.

Foto 04: *Distrito da fumaça.* Impactos socioambientais em Piquiá de Baixo, Açailândia/MA.

Fonte: FIDH, Justiça Global, Justiça nos Trilhos, 2011. www.fidh.org / CRUZ, Marcelo, 2011.

Foto 05: *De minério a ferro-gusa.* Vista panorâmica de uma Guseira em Piquiá.

Fonte: CRUZ, Marcelo, 2012.

Trazemos também alguns versos do poeta Hélio Bráz escritos na primeira década do século XXI, o qual ele chamou de *Açailândia e o Projeto Carajás*, que refletem o mesmo otimismo idílico dos anos 1980. Na segunda estrofe ele pontua enfaticamente a chegada da Estrada de Ferro Carajás “*Veio com grande sucesso / Transportando nela o progresso / Para nossa região, / Ela saiu de serra norte / E cruzou de sul a norte / O estado do Maranhão*”.⁵⁰⁹ Já na terceira, quarta, sexta e última parte da sétima estrofe do poema o autor sublinha as ditas benesses do discurso desenvolvimentista para a região, ao versejar da relação entre o Programa Grande Carajás e Açailândia

Trouxe esperança ao fazendeiro / Trouxe conforto ao passageiro / Que margeia a ferrovia / Trouxe lucro ao empresário / Mais emprego ao operário / E a esperança de um novo dia; [...] Várias siderúrgicas foram instaladas / Muita mão de obra contratada / Para explorar o minério do Carajás, / Já produz sem nenhum embaraço / Muito ferro gusa e aço / No distrito do Piquiá; [...] Açailândia desde a sua infância / Tornou-se uma grande esperança / Do estudante, o empregado e o patrão, / Dos imigrantes que aqui chegaram / E de todos que acreditaram / No progresso desta região; [...] Veio a Belém-Brasília e depois / Logo veio a BR dois dois dois – 222 / Cortando a mata azul; / Para o maior eixo se completar / Veio também a ferrovia dos Carajás / Ponto de origem da Norte-Sul.⁵¹⁰

No contraponto, com um visão mais objetiva da realidade socioambiental, temos o poema que como o próprio título anuncia, *Clamor de Açailândia*, bem menos otimista, “[...] *Venho cantando sempre os teus encantos / Hoje, porém, cantarei meu desencanto. / É que minha alma hoje está em pranto / Ao ver de sobra, tanta poluição*”.⁵¹¹ Soma-se a isto o que já apresentava o sociólogo Marcelo Sampaio em seus artigos sobre a região, produzidos depois de muitas visitas à cidade, sinalizando dois problemas essencialmente graves que fazem das cidades de Açailândia/MA e Marabá/PA palcos de inúmeros conflitos socioambientais “o desmatamento da Amazônia e o do trabalho escravo contemporâneo”.⁵¹² É também em Piquiá onde se encontra a Estação Ferroviária de Açailândia, uma das cinco estações que operam há mais de três décadas o trem de passageiros e os trens de carga da Estrada de Ferro Carajás, sendo o maior deles composto por 330 vagões, transportando diariamente cerca de mil pessoas e 120 milhões de toneladas de carga por ano, num percurso de 892 km entre a maior mina de minério de ferro a céu aberto do mundo em Parauapebas/PA ao Porto de Ponta da Madeira, em São Luís/MA.

⁵⁰⁹BRÁZ, Hélio Rodrigues. Açailândia e o Projeto Carajás. In.: ACADEMIA AÇAILANDENSE DE LETRAS – AAL, *Sodalício Acadêmico*. 2012, p. 21.

⁵¹⁰Ibidem. p. 21.

⁵¹¹PESSOA, Raimundo Moraes. **Fragmentos de minha vida**. 2ª ed., Açailândia; 1997, p. 59.

⁵¹²CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Crítica social e responsabilização empresarial: análise das estratégias para legitimação da produção siderúrgica na Amazônia Oriental. **Caderno CRH**. Salvador: v. 21, n. 53. 2008, p. 327.

Mapa 12: Estrada de Ferro Carajás - Parauapebas/PA a São Luís/MA.

Fonte: IBGE, Elaborado por NASCIMENTO, Amanda e Org. Por SOARES, Fagno. 2016.

Foto 06: A cidade [fora] dos trilhos. Ponte do Quarenta, Piquiá – Açailândia/MA.

Fonte: CRUZ, Marcelo, 2012.

Foto 07: *Locomotiva da [de]esperança.* Estrada de Ferro Carajás – Sentido São Luís/MA.

Fonte: CRUZ, Marcelo, 2014.

Foto 08: *Entre vagões e sonhos.* Trecho da Estrada de Ferro Carajás, Marabá/PA.

Fonte: CRUZ, Marcelo, 2012.

Como dito anteriormente e demonstrado no mapa 11, a Estrada de Ferro Carajás percorre um total de 892 km atravessando os Estados do Pará e Maranhão, ligando os municípios maranhenses e municípios paraenses, em 5 estações e 10 paradas. Na foto 09, trazemos imagens das manifestações e protestos realizados pela comunidade Piquiá de Baixo atingida pelos efeitos desastrosos da mineração. Como podemos observar, as imagens abaixo

que compõem o quadro fotográfico 09 revelam práticas de resistências e protestos empreendidos pela sociedade civil organizada durante a Marcha da Indignação⁵¹³ realizada pela comunidade de Piquiá de Baixo, atingida pelos efeitos danosos da mineração, como tantas outras comunidades ao longo do Corredor Carajás.

Foto 09: *Pelo reassentamento de 300 famílias.* Marcha da Indignação em Piquiá.

Fonte: CRUZ, Marcelo, 2011.

Agora retrocedendo na linha tempo, para compreender as origens de Açailândia, diante deste desafio, buscamos as imagens do acervo pessoal de Ivo Marzall, ex-diretor da Colônia Agrícola Gurupi,⁵¹⁴ datadas das décadas de 1960 e 1970. Trata-se de documentos

⁵¹³ A comunidade de Piquiá de Baixo têm sofrido inúmeros impactos socioambientais provocados pelo complexo minero-siderúrgico regional dos gigantes do ferro, há pelo menos três décadas. Desde 2005, vinte famílias da comunidade iniciaram um movimento de lutas e resistência, através da Associação Comunitária dos Moradores do Piquiá de Baixo, unindo esforços ao Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos/Carmen Bascarán, Paróquia São João Batista ligada ao combonianos e a Rede Justiça nos Trilhos para exigir a reparação aos danos causados à comunidade. Como resultado desta luta, conquistaram o reassentamento em curso, de 312 famílias.

⁵¹⁴ Trata-se de um conjunto de aproximadamente 100 documentos fotográficos, que chegaram até nós em 2016, através de um antigo morador da Colônia Agrícola Gurupi, hoje residente em Brasília/DF, Messias Carvalho da Silva; em seguida compartilhamos nas redes sociais, para que as pessoas busquem identificar a si e seus familiares. Temos o intento através do CLIO & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisas em História Oral e Memória

históricos que se mantiveram sob domínio privado por mais de quatro décadas, somente nos cinco últimos anos chegaram a público, mas que continuam ainda desconhecidos pela maioria dos açailandenses.

Foto 10: *Colônia Agrícola Gurupi*. Primeiros colonos, período de 1967-1972.

Fonte: Acervo pessoal, MARZALL, Ivo. 2016.

A história de Açailândia está diretamente ligada a dois grandes projetos de integração nacional. O primeiro foi a abertura e construção da rodovia BR-010, sob o comando do engenheiro Bernardo Sayão, conhecida como Belém-Brasília,⁵¹⁵ cujo objetivo era integrar a região Norte a Brasília, a nova capital federal, que deu início ao povoamento da cidade com a chegada dos primeiros trabalhadores em 1958, para o início dos trabalhos e posterior instalação do escritório da empreiteira Rodobrás, responsável pela construção da rodovia. Com o passar

IFMA/Campus Açailândia, realizar em breve uma exposição fotográfica pública destes registros do primeiro agrupamento de Açailândia.

⁵¹⁵VALVERDE, Orlando; DIAS, Catarina Vergolino. **A rodovia Belém-Brasília**: estudo de geografia regional. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia, Rio de Janeiro: 1967.

dos anos, vieram para a cidade, além de maranhenses de alguns municípios da região, pessoas de outros estados, em maior número os baianos, assim como mineiros, cearenses, capixabas e goianos. Nos anos seguintes, com incentivos do Governo Estadual, um grupo de famílias fundou a Colônia Agrícola Gurupi, pequeno povoamento protestante, do qual também se originou a cidade [vide foto 10]. Nos primeiros anos, a agricultura familiar foi a principal atividade desempenhada pelos colonos. Já nos anos seguintes, desenvolveu-se a agropecuária, seguida do extrativismo vegetal, e nos anos 1980, o comércio. Somente mais tarde ocorreu a contundente predominância da siderurgia como sustentáculo da economia da cidade que, em poucos anos, passou a ser a principal fonte de renda dos munícipes, a partir da implantação do Programa Grande Carajás na cidade, como descrito anteriormente. Tais constatações também aparecem nos relatos orais, em outras pesquisas⁵¹⁶ anteriormente realizadas ou mesmo em curso. Desta forma temos, pois, no dizer de Ítalo Calvino, muitas cidades numa só, com múltiplas histórias e versões “*a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas [...] Cada pessoa tem em mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças, uma cidade [...] preenchida pelas cidades particulares.*”⁵¹⁷ E é exatamente, no traçado do encontro entre a BR-010 Belém Brasília⁵¹⁸ e, posteriormente a rodovia Santa Luzia-Açailândia, hoje BR-222,⁵¹⁹ que se impulsionou o crescimento populacional da cidade.

O município de Açailândia, sede da Região de Planejamento dos Carajás,⁵²⁰ está localizado a Sudoeste do Estado do Maranhão, na Microrregião de Imperatriz, no contexto da

⁵¹⁶Em entrevistas realizadas com antigos/as moradores/as de Açailândia, nos seguintes projetos: *Decifre-me ou lanço-te no limbo - história oral de vida dos primeiros trabalhadores de Açailândia 1960-1970*; *Narradores da Vila - fractais de memória e identidade dos pioneiros da Vila Ildemar 1993-2003*; *Entre a Hidra e a Medusa - tensões políticas em Açailândia/MA no período de 1975-92*. E mais recentemente, e ainda em curso, *Pequiá antes de Piquiá: história oral dos/as moradores/as de Piquiá de Baixo reassentandos em Piquiá da Conquista*.

⁵¹⁷CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. 2ª ed., São Paulo: Cia das Letras, 2006, pp. 15-34.

⁵¹⁸Uma das obras de maior lucidez analítica a respeito do tema, vide VALVERDE, Orlando; DIAS, Catarina Vergolino. *A rodovia Belém-Brasília: estudo de geografia regional*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia, Rio de Janeiro: 1967.

⁵¹⁹Rodovia federal que se estende depois de recente ampliação e federalização de alguns trechos, de Fortaleza/CE ao sudeste do Pará, num total de 1.811km interligando os Estados do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará.

⁵²⁰Trata-se de uma regionalização pouco aceita pela população local e estudiosos, instituída em 21 de novembro de 2007, dá novo ordenamento territorial ao Estado do Maranhão, regionalizando-o em 32 regiões de planejamento, com base nos interesses governamentais da época, a revelar das reais demandas a população regional. Dentre as quais, a Região dos Carajás, está localizada a oeste do Estado, cuja sede é o município de Açailândia, congregando outros sete municípios, a saber: Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Cidelândia, Itinga do Maranhão, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios. Trata-se da região recortada pelas Ferrovias Norte-Sul e Carajás, MA 125 e BR-010 e BR-222, que concentra o maior rebanho bovino do Estado do Maranhão e o maior polo siderúrgico do Estado, segundo dados da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN assegurados pelos técnicos do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC. Mais recentemente, o agronegócio tem ganhado força, sobretudo o monocultivo do

Mesorregião Oeste Maranhense na Região Tocantina, também denominada de Região Ecológica da Pré-Amazônia, a 553 km de São Luís, capital do Estado. Em meados da década de 1970, com o movimento pró-emancipação, foi elaborado o Projeto de Lei PL 130/1975, que aprovado e sancionado desmembrou de Imperatriz o distrito de Açailândia, elevando-o à categoria de município em 06 de junho de 1981.⁵²¹ Em pouco anos, tornou-se um importante polo agroindustrial e tem se consolidado como uma das mais importantes economias do Estado e da região, figurando entre os 20 municípios médios de influência regional, que mais crescem no país, segundo reportagem da Revista Veja em 2010.⁵²² O município é sede de um importante polo distribuidor da BR Petrobrás e do segundo maior entreposto da Vale no Estado. Fazendo do município o terceiro maior arrecadador de impostos sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS dentre os 217 municípios maranhenses. A respeito das caracterizações gerais, Soares descreve da seguinte forma:

Possui uma privilegiada situação geo-estratégica num dos principais entroncamentos rodo-ferroviários do Norte do país, entre as BRs 010 e 222, e as Ferrovias Carajás e Norte-Sul, localizando-se no epicentro do corredor de exportação centro-norte do Brasil. Esta localização tangencia a viabilização do escoamento de quase toda a produção regional e o crescente fluxo de pessoas de diversas partes do país, através das BRs 010 Belém-Brasília e 222 Açailândia-Santa Luzia, destino São Luís, cortando todo o perímetro urbano municipal. Tal confluência notadamente fez da cidade, região fronteira entre os Estados do Tocantins e Pará, um verdadeiro centro exportador de trabalhadores para a escravidão por dívida. Segundo o CDVDH/CB, haja vista que faz parte do Corredor Carajás de escoamento do minério de ferro e da produção do ferro-gusa e, para tal, utiliza-se do carvão e, por conseguinte, de práticas espúrias, entre elas a escravidão. Sua população é predominantemente urbana, mas conta com uma vasta extensão rural em seu território, destinada à pecuária e a agricultura familiar. Mas é nos bairros populares que encontramos uma parcela considerável da população açailandense, em sua maioria, com baixa escolarização e sem qualquer qualificação profissional, que tornam-se numa mão de obra barata e, portanto, presas fáceis ao escuro mundo do trabalho escravo, uma verdadeira máquina de destruição ambiental e humana.⁵²³

eucalipto, em toda a região. Vide, GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Regiões de Planejamento do Estado do Maranhão**. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: SEPLAN, 2008.

⁵²¹Há um debate entre memorialistas e historiadores locais, a respeito das comemorações de fundação do município; para estes últimos, do qual sou tributário, deve-se também comemorar a fundação do povoado em março de 1958, data da chegada dos primeiros trabalhadores da Rodovia Belém-Brasília, sendo ela mais uma das muitas cidades-beira, ou seja, cidades que surgiram quando da construção desta rodovia federal.

⁵²²MEDEIROS, Júlia. A força das cidades médias. **Veja**, Editora Abril, São Paulo; 2180. ed. ano. 43. Nº 35, 1 set. 2010, pp. 106-107.

⁵²³SOARES, Fagno da Silva. **Escravidão do carvão: historiando identidades e memórias em Açailândia/MA no tempo presente**. 2012. 300p. Dissertação. [Mestrado em História do Brasil], Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012, pp. 138-139.

Como traz o hino “A mão está sempre aberta / Nos laços da união / Dormem os filhos da terra / Junto aos imigrantes / De toda a nação”⁵²⁴ Antonios/as, Franciscos/as, Josés, Marias e Raimundas/as estão entre os 110.543 habitantes da cidade, estimados pelo IBGE em 2016, distribuídos em seus 5.806 km². Desde a crise internacional de 2008, o Produto Interno Bruto – PIB do município caiu da 2^a para a 4^a quarta posição no ranking⁵²⁵ estadual, o mesmo se aplica à renda *per capita*.⁵²⁶ Para compor o mosaico explicativo, nos valemos de geógrafos e historiadores, mas também de alguns importantes memorialistas da cidade.⁵²⁷

Uma mesma cidade permite que transmute para uma miríade de outras cidades, para além de sua materialidade, existem outras *cidades visíveis, sensíveis e imaginárias*, como nos afirma Pesavento, para quem as cidades são cronotopos, ou seja, portadoras de um tempo e de um espaço, dimensões, portanto, indissolúveis. Nestes termos, para essa historiadora, “as cidades se impõem como desafios aos historiadores que visam entender seus emaranhados de enigmas, de representações, de tempos, de espaços e de memórias”. [2007, p.07] Logo, ao perscrutar uma cidade deve-se reconhecer a sua temporalidade e espacialidade, como faremos a seguir seguindo os passados de Pesavento que defende que todas “[...] as cidades são sonhadas, desejadas, temidas, odiadas; cidades inalcançáveis ou terrivelmente reais”. [2007, p.11] Assim sendo, a cidade expresso progresso, eixo do Maranhão, já não é mais a mesma, e talvez nunca tenha sido o que se sonhava. Suas elevadas taxas de crescimento econômico no contexto regional sequer conseguiram melhorias mínimas na qualidade de vida da sociedade açailandense, como veremos adiante. Logo a cidade-progresso, tornou-se a cidade-escravidão.⁵²⁸

Ao adentrarmos o que podemos chamar de estudos do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, chegamos ao coletivo das publicações do GPTEC/UFRJ, especialmente as produções de Ricardo Rezende, mergulhamos nos olhares cruzados e ambivalentes produzidos por discursos ancorados no amplo espectro dos direitos humanos que fazem frente às práticas escusas próprias da dinâmica das contradições orquestradas pelo capital. São reflexões em múltiplas faces de espelhos partidos construindo outras tão complexas que interseccionam o compromisso social com o fazer acadêmico. Segue o mapa 13, da Microrregião de Imperatriz, e uma espécie de *croqui* do perímetro urbano de Açailândia.

⁵²⁴Versos da quarta estrofe do hino de Açailândia, letra de José Carlos Trindade, cognome Zezão e melodia de Luís Fernando de Almeida Gonçalves. O hino foi criado através da Lei Municipal N.º 07, de 13 de junho de 1989, e sancionada pelo então prefeito Leonardo Lourenço de Queiroz, segundo prefeito eleito no município.

⁵²⁵INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS – IMESC. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão**: nova série 2007 a 2011. São Luís, 2012.

⁵²⁶ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Perfil do Município de Açailândia**. Indicadores Socioeconômicos e Demográficos, 2015. / ATLAS DO MARANHÃO. **Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico**. Laboratório de Geoprocessamento. UEMA, São Luís: GEPLAN, 2002.

⁵²⁷CALDAS, Marconi. **Açailândia, sentinela da fronteira**. 1^a ed., [s.l.: s.n.], 1976. / PRIMO, Ariel. **Panorâma histórico de Açailândia**. 1^a ed., [s.l.: s.n.], 1978. / NASCIMENTO, Evangelista Mota. **Açailândia e sua história**. 1^a ed., Açailândia: Ética, 1998.

⁵²⁸SOARES, 2012, pp. 137-138.

Mapa 13: Microrregião de Imperatriz – Açailândia.

Fonte: IBGE, 2014. Elab. por FONSECA, Cláudia; Org. por SOARES, Fagno. 2016.

Mapa 14: Açailândia - Perímetro urbano entre duas rodovias.

Fonte: Plano Diretor da Prefeitura Municipal de Açailândia, 2010.

Como podemos observar, o desenho do perímetro urbano da cidade de Açailândia⁵²⁹ tem um traçado curioso. A explicação tem origem em sua história, trata-se de mais uma das cidades do Norte e Nordeste do Brasil cujo nascimento está ligado à construção da Rodovia Belém-Brasil⁵³⁰, tendo nascido como um acampamento de trabalhadores da rodovia, seguido pela formação de um agrupamento protestante chamado Colônia Agrícola

⁵²⁹ AÇAILÂNDIA. **Plano Diretor Participativo de Açailândia:** leitura técnica e comunitária. Açailândia: Prefeitura Municipal de Açailândia. 2010.

⁵³⁰ A BR-010 também conhecida como Rodovia Bernardo Sayão, homenageando Bernardo Sayão Carvalho Araújo responsável pela construção da rodovia, faleceu em um acidente no campo de trabalho em 15 de janeiro de 1959 na Vila Ligação, município de Dom Eliseu/PA, seu corpo foi levado até o escritório da Rodobras em Açailândia/PA para ser levado a Brasília. Trata-se de um conjunto formado de onze rodovias federais, compondo uma das mais importantes rodovias radiais do Brasil que atravessa os Estados do Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará. A rodovia dá nome as avenidas das cidades por onde atravessa. Para aprofundamentos a este respeito, vide as obras: BECKER, Bertha Koiffmann. A implantação da rodovia Belém-Brasília e o desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: **Anuário do Instituto de Geociências**, UFRJ, 1977. / VALVERDE, Orlando; DIAS, Catarina Vergolino. **A rodovia Belém-Brasília:** estudo de geografia regional. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia: Rio de Janeiro, 1967.

Gurupi. Razão pela qual as chamamos de *idades-beira*.⁵³¹ Não por acaso dizia-se em tom idílico que Bernardo Sayão, engenheiro responsável pela obra, “semeava estradas e colhia cidades”, fazendo referências aos vários municípios que surgiram às margens ou que tiveram açodado impulso econômico e populacional a partir da construção desta rodovia ao longo de toda a sua extensão. Desta forma, atentemos à constatação feita por Soares acerca da espacialização urbana da cidade, “notemos ainda, que o crescimento da cidade de Açailândia se dá no espaço entre as BRs 010 e 222”.⁵³² Mais adiante o autor pontua que

para entender o processo de ocupação do território do que hoje denominamos de Açailândia, fomos buscar informações no conjunto de publicações do pesquisador Marcelo Carneiro para quem o referido processo é resultado da ‘frente de expansão’ para o oeste maranhense, desencadeando um intenso fluxo migratório para região que despontava como pujança econômica no contexto da Pré-Amazônia Maranhense, inicialmente na agricultura, depois na pecuária, siderúrgica, comércio e prestação de serviços. No campo econômico, destacamos a agropecuária e a siderurgia, uma vez que o município concentra o maior rebanho bovino do Estado, estimado, segundo o último censo agropecuário realizado pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão – AGED, em mais de 450 mil cabeças. Deste plantel, originou-se uma cadeia produtiva para industrializar o leite da maior bacia leiteira do Estado, com a implantação de diversos laticínios e frigoríficos no município e região. No entanto, um dos sustentáculos de sua economia é a siderurgia, responsável por parte significativa do Produto Interno Bruto – PIB do município, constituindo um polo siderúrgico de relevo para a economia do Estado. Faz-se importante salientarmos ainda, os projetos agroindustriais e da aciaria que estão em vias de implantação e expansão no município, localizados em muitos pontos de toda a sua zona rural, sendo que esta última está em construção no parque industrial de Piquiá. Soma-se a isto o gradual crescimento da oferta de produtos e serviços prestados pelo comércio local, embora incipiente, fez do centro-urbano do município um influente polo fornecedor de produtos e serviços aos municípios limítrofes, sobretudo aos que compõem a Região da Pré-Amazônia. No entanto, devemos considerar a importante influência do município de Imperatriz como segundo maior centro comercial do Estado. Ademais, o crescimento demográfico vem ocorrendo a taxas significativamente elevadas.⁵³³

Conquanto, emerge o coletivo experimentando, enquanto espaço urbano da cidade de Açailândia, demarcado por uma temporalidade e uma espacialidade própria, desveladora de outras cidades tangíveis permanentemente [re]construídas representativa e simbolicamente. Constituindo-se atualmente em um dos principais núcleos urbanos sulmaranhense na tríade que

⁵³¹Expressão operacionalizada pela pesquisadora Gercinair Silvério Gandara em seus estudos durante de pós-graduação, e transformados em livros, fazendo referência as cidades *beira-de-rios* e *beira-de-estradas*, vide: GANDARA, Gercinair Silvério. **Uruaçu: cidade-beira, cidade-fronteira 1910 1960**. Goiânia: Editora UFG, 2004. / GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira 1850-1950**. Teresina: EdUFPI, 2011.

⁵³²SOARES, Fagno da Silva. **Escravidados do carvão: historiando identidades e memórias em Açailândia/MA no tempo presente**. 2012. 300p. Dissertação. [Mestrado em História do Brasil], Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012, p. 140.

⁵³³SOARES, 2012, pp. 140-142.

poderíamos chamar de IBA, para indicar os três principais polos do Sul do Maranhão, Imperatriz, Balsas e Açailândia.⁵³⁴ Segue nas fotos 11 e 12 a cidade em sua materialidade.

Foto 11: *A cidade do ferro ou da escravidão?* Vista panorâmica de Açailândia/MA.

Fonte: FREIRE, Gilberto. 2013.

Foto 12: *A cidade do ferro ou da escravidão?* Vista panorâmica de Açailândia/MA II.

Fonte: LEGAL, Armando. 2012

⁵³⁴A cidade de Imperatriz, por seu turno, ocupa lugar de centralidade, com efeito-ímã no contexto regional, gerando alguns interditos político-econômico-estratégicos, especialmente à Açailândia, dada a proximidade geográfica por volta de 70 km. A expansão de ambas em sentido convergente, nos faz crer que em décadas sofrerão o processo de conurbação.

Trazemos na foto 13 a imagem do maior bairro de Açailândia, a Vila Ildemar⁵³⁵, fundada em outubro de 1993, e localizada há aproximados seis quilômetros do centro comercial de Açailândia. Em pouco mais de 20 anos conheceu um açado crescimento populacional, que dadas as reservas, poderíamos chamar de uma explosão demográfica, nos parâmetros locorregionais. De uma roça popular de arroz passou a um dos bairros mais populosos do Estado, especula-se que tenha por volta de 40 mil habitantes,⁵³⁶ que corresponde a quase a metade dos munícipes de Açailândia. O seu rápido crescimento com descompassadas e esparsas políticas sociais resultou em graves problemas de infraestrutura para o jovem bairro, configurando-se num espaço de subalternização, demarcado por um território em estado de vulnerabilidade socioeconômica, visivelmente observáveis nas condições inadequadas de moradia, falta de saneamento básico e, sobretudo na ausência de meios de subsistência, reforçando a marginalização social e também territorial já existente. Este quadro está presente em todos os bairros periféricos da cidade, mas são potencializados sobretudo na Vila Ildemar, pelo contingente populacional acima da média na região.

Foto 13: *Vila Ildemar*. Um dos locais de aliciamento, maior bairro de Açailândia/MA.

Fonte: FREIRE, Gilberto. 2013.

⁵³⁵ Trata-se de um bairro, que recebeu o nome de seu idealizador, o ex-prefeito Ildemar Gonçalves dos Santos durante o seu primeiro [1993-1996] dos três mandatos que ocupou o executivo municipal [2005-2009] e reeleito exerceu o seu último mandato de 2009 a 2012.

⁵³⁶ Não dispomos de dados oficiais, quanto ao quantitativo populacional dos maiores bairros da cidade de Açailândia/MA.

Sabe-se que a Vila Ildemar é antes de tudo um bairro que abriga deserdados da terra, formara-se também com pessoas que moravam em outras áreas periféricas da cidade e região, que chegaram ao novo bairro quando do recebimento de um pequeno lote, e viram nele a oportunidade de construir a casa própria, a realização de um sonho. Deste modo, famílias inteiras foram em busca de seu lote, de um inicial de 5 mil lotes doados, e em poucos anos passara a ser um dos principais bairros da cidade. Diante do exposto, temos pois um quadro instaurado com fatores que colocam grande parte da população da Vila Ildemar em zona de risco social, dada a vulnerabilidade socioeconômica, que não se confunde com pobreza, para além desta remete-se a questões outras, ainda mais graves, como o direito à dignidade da pessoa humana, para o qual caminha indubitavelmente o acesso a uma educação de qualidade, que compreendemos como a base de transformação de toda e qualquer sociedade, bem como o acesso ao emprego digno e renda, passaportes *sine qua non* ao pleno exercício da cidadania.

De modo geral, o Estado do Maranhão apresenta alta concentração fundiária, que priva grande parte do contingente das camadas mais populares do acesso e usufruto da terra. Soma-se ainda o desmatamento como parte estratégica no avanço do agronegócio, que tem acentuado sobremaneira nos dias atuais a continuada saída do homem do campo à cidade, motivada pela fragilidade da agricultura familiar. Apesar disso, temos alguns movimentos de resistência e permanência na terra, a exemplo dos assentamentos Novo Oriente, Agroplanalto, Baianos, Boa Esperança, Califórnia, Francisco Romão, Planalto I e João do Vale, localizados na zona rural de Açailândia. Neste último vivem aproximadamente 70 famílias que sofrem os efeitos da mineração desde sua criação há dez anos, acentuados com a duplicação da ferrovia, pois convivem com as operações de esmerilhamento das linhas férreas, ou seja, a prática de polimento de ferro realizado pela mineradora Vale; há também impactos causados à saúde dos moradores, que colocam em risco toda a comunidade, devido ao constante perigo de incêndios, como o que ocorreu nos fins de 2010, destruindo a mata nativa e animais. Isto tem gerado manifestações de protesto, como a interdição em 2011 da estrada de acesso ao canteiro de obras da duplicação, entre outras.⁵³⁷ No contraponto, trazemos nos quadros 14 e 15 fotos que evidenciam elementos da cotidianidade dos assentados, imagens que denotam sociabilidades, práticas e vivências, pois o que somos é resultante das identidades que nos circulam e nos atravessam. Assim, as práticas e os saberes produzem o que somos, e por eles somos produzidos, permeados pelas relações de poder na constituição do eu e do outro.

⁵³⁷Para mais informações, vide www.justicanostrilhos.org

Foto 14: *Terra de esperança.* Assentamentos Francisco Romão e João do Vale, Açailândia/MA.

Fonte: CRUZ, Marcelo, 2012. / CRUZ, Marcelo, 2013.

Foto 15: *Viveres.* Assentamento Francisco Romão, Açailândia/MA e Acampamento Hugo Chávez, Marabá/PA

Fonte: CRUZ, Marcelo, 2016/2012

Não queremos aqui, através dos processos discursivos, produzir vitimização ao representar o trabalho rural como um eterno mártir. Reconhecemos que a produção de saberes, por assim dizer, é também constructo de poder, sem necessariamente adentrarmos a seara foucaultiana⁵³⁸ em que toda produção de sentido é um discurso. Assim nossas práticas cotidianas reverberam variados discursos como as formas de andar, falar, vestir, cozinhar, entre outras.

Durante a escritura da tese chegou a nós diferentes e variados discursos e informações sobre o continuado processo migratório de maranhenses para outros Estados, muitos destes residentes em Açailândia, não é por acaso que a região tenha sido conhecida ao longo de anos como '*região de passagem de migrantes*',⁵³⁹ ou '*espaço de enes conflitos*',⁵⁴⁰ especialmente para o trabalho escravo contemporâneo na Amazônia Paraense. Coube a nós o trabalho de filtrar e concatenar algumas informações, verdade seja dita, tarefa nada fácil, para a qual, inspiramo-nos em Edward Said para quem

assim como nenhum de nós está fora ou além da geografia, da mesma forma nenhum de nós está totalmente ausente da luta pela geografia. Essa luta é complexa e interessante porque não se restringe a soldados e canhões, abrangendo também ideias, formas, imagens e representações.⁵⁴¹

Como parte do sistema de exploração do trabalho pelo grande capital, a escravização contemporânea é marcada pela expulsão dos trabalhadores rurais do campo que diante das dificuldades e das inúmeras tentativas de se inserir no mercado de trabalho urbano, acabam sendo atraídos pelo processo de expansão da fronteira, especialmente na Amazônia, em torno dos grandes projetos de integração e “desenvolvimento” com atividades agropecuárias e minero-siderúrgicas, ou mesmo durante as construções da rodovia Belém-Brasil, nos fins dos anos 1950 e as ferrovias Carajás e Norte-Sul nos anos idos dos anos 1980, sem esquecer do aumento da população flutuante na região durante a corrida do ouro, que fez deste território parte do corredor de acesso ao famoso garimpo de Serra Pelada. Logo, a migração e a exploração de trabalhadores são partes da engrenagem do ciclo e da expansão das relações

⁵³⁸FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. / FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2010. / FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

⁵³⁹PARENTE, Izabel Cavalcanti Ibiapina. **A escravidão contemporânea no Brasil e o desmatamento da Floresta Amazônica**: impactos socioambientais provocados pelas carvoarias em Açailândia-MA. 2008. 103p. Monografia [Graduação em Ciências Sociais/Antropologia] Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

⁵⁴⁰Vide, LACERDA, Franciane Gama Lacerda. **Migrantes cearenses no Pará**: faces da sobrevivência. [1889-1916]. 2006. 191p. Tese [Doutorado em História Social]. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

⁵⁴¹SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995, pp. 37-38.

intrínsecas entre trabalho e capital. A respeito do processo de expulsão dos trabalhadores, vejamos o contributo das reflexões empreendidas por Martins sobre a inclusão precária de trabalhadores nas regiões de expansão do capital sob a égide da modernidade, para quem estes

[...] são pessoas excluídas, em geral camponeses expulsos da terra, ou próximos da possibilidade da expulsão, porque não conseguem mais sobreviver naquele pedaço de terra. São reabsorvidos como escravos, ou seja, trabalham pela comida, ou frequentemente, menos que a comida. Estas formas extremas e dramáticas de inclusão indicam que o modo de absorver a população excluída está mudando. A sociedade moderna está criando uma grande massa de população sobrando, que tem pouca chance de ser de fato reincluída nos padrões atuais do desenvolvimento econômico.⁵⁴²

Revendo o artigo⁵⁴³ de nossa autoria publicado na Espanha onde discutimos a conformação identitária de alguns trabalhadores escravizados em carvoarias em Açailândia-MA, quanto ao ser ou não ser escravo, logo nas primeiras entrevistas, identificamos que a grande maioria não se identifica como tal, demonstrando clareza no entendimento que embora tratados como escravos não o são, e por repetidas vezes, falam da Lei Áurea como símbolo maior de libertação, de modo a endossar suas falas quanto ao crime cometido. Agora alargando nossa reflexão, outra indagação emergiu: - Ser ou não ser migrante? Eis o imbróglio! Passamos a pensar como estes trabalhadores se sentem na condição de caminhantes-fronteiriços, influenciados pelos discursos do Pará como o do expresse do progresso do Sudeste e Sudoeste do Pará, como eixos das [de/trans]formações da região, das motivações e dos confrontos por eles travados entre idas e vindas, entre escravizações e libertações. É lamentável que desde o início a região de Açailândia tenha se apresentado como local de passagem, com pouca aderência e fixação de habitantes por questões estruturais já apresentadas. Corroborando neste sentido, durante a realização de pesquisas comparativas nos registros da documentação imagética de Açailândia, Soares constatou que aparecem

documentos fotográficos, em nome deste tão propalado desenvolvimento econômico, a população de Açailândia tem sido vítima de impactos de toda ordem, gestados em atividades como o desflorestamento, a monocultura do eucalipto, a poluição hídrica e do ar pelas siderúrgicas, as queimadas de mata, a produção do carvão e outras, desde sua origem, que exploram, além dos recursos naturais, o ser humano, com práticas como a escravização contemporânea e a exploração sexual infantil. Tais situações favorecem os alarmantes dados da violência nada velada que assola a cidade que. Segundo o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, Açailândia está rankeada entre os 500 mais violentos do país, o que consideramos lamentável para uma cidade com pouco mais de 100 mil habitantes.⁵⁴⁴

⁵⁴²MARTINS, 2009, p. 33

⁵⁴³SOARES, Fagno da Silva. Ser ou não ser escravo? Eis a questão: dimensões identitárias de um trabalhador submetido à condição análoga de escravo. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**. Universidad de Málaga, Espanha, abril-junio, 2016, pp. 01-20.

⁵⁴⁴Ibid., p. 136.

Mapa 15: Da ida a chegada. Origem e destino de nossos trabalhadores.

Fonte: IBGE, 2016; Recorte e localização por SOARES, Fagno, 2016.

Bem sabemos que historicamente a origem da desigualdade social esteve diretamente ligada ao acesso à terra e as recriadas formas de negá-la, em diferentes momentos ao longo da história. Não diferente, ao longo de décadas, desde o famoso Ciclo da Borracha, levadas e levadas de camponeses e filhos de camponeses sem quaisquer perspectivas fizeram-se migrantes temporários pela busca da sobrevivência seguindo rumo ao Norte do Brasil em busca de trabalho e frente às adversidades do viver urbano, e que retornaram ao campo como trabalhadores escravizados. Dada a proximidade geográfica, o Pará aparece, no imaginário de muitos trabalhadores maranhenses como o eldorado, criando a mítica do lugar das oportunidades. Por isso temos chamado no título desta parte do capítulo o fluxo migratório de Açaيلândia/Marabá, cujo nome da cidade de Marabá, aparece com as letras ‘m’ e ‘a’ em maiúsculo, em analogia ao fato de que parte significativa da população residente na Mesorregião Sudeste Paraense, mormente nos municípios que compõem a Microrregião de Marabá, é conhecidamente formada por maranhenses oriundos dos diversos municípios do Estado. Há também um grande número de maranhenses na Mesorregião Sudoeste Paraense, atraídos por duas grandes obras: o Complexo Hidrelétrico do Tapajós⁵⁴⁵ e a Usina Hidrelétrica de Belo no Rio Xingu. Na página seguinte, o mapa das mesos e microrregiões do Pará.

⁵⁴⁵Formado pelas UHE São Luiz do Tapajós, UHE Jatobá, UHE Jamanxim, UHE Cachoeira do Caí e UHE Cachoeira dos Patos, em construção no Rio Tapajós.

Mapa 16: Estado do Pará – Mesorregiões do Pará e Microrregião de Marabá/PA.

Fonte: IBGE 2014, Elab. por FINATTI, Rodolfo; Org. por SOARES, Fagno. 2015.

Para compreender os constantes fluxos migratórios de pequenos grupos de maranhenses ao Pará é preciso ponderar os imperativos da necessidade, embora alguns deslocamentos nos pareçam espontaneos e talvez os sejam; outros, no entanto, são compulsórios, pois sobrepujam as vontades em nome das necessidades. Ao observarmos o mapa que nos traz a espacialização do índice de probabilidade do trabalho escravo no extenso Estado do Pará em seus 144 municípios, torna-se nítido que exatamente as Mesorregiões Sudeste e Sudeste Paraense concentram o maior índice de probabilidade do trabalho escravo – regiões notadamente ocupadas por um grande número de maranhenses. Neste termos, devemos salientar o trabalho escravo contemporâneo para além das leituras frequentemente apresentadas que apontam para um conjunto de práticas de uma relação arcaica de trabalho ou mesmo um processo díspar das modernizadoras práticas laborais do mundo do trabalho atual, como se estas não coadunassem ao capitalismo hordieno e, por extensão, se extinguissem. O que temos visto, tanto no campo teórico quanto empírico, é que o trabalho escravo coloca-se no mundo atual como parte estratégica e conjuntural da expansão do sistema capitalista contemporâneo. Assim, o mais importante que o ser humano detém, a vida, a dignidade e a liberdade são entregues aos escusos interesses de exploração do sistema. Veja a seguir, o índice de probabilidade no Pará.

Mapa 17: Pará – Índice de probabilidade de escravização contemporânea, média geral e presença de trabalhadores escravizados.

Fonte: IBGE/MTE/SUS/CPT; Elaborado por THÉRY et al., Atlas do Trabalho Escravo no Brasil, 2012.

Populações que ainda estão à margem da história,⁵⁴⁶ para usar uma expressão de Euclides da Cunha. José de Souza Martins⁵⁴⁷ aponta que ao longo da história do Brasil tivemos três modelos de escravidão, sendo a primeira a indígena, não encarada como empreendimento econômico e sem amparo jurídico. Com o Diretório dos Índios de 1757, que decretou o fim da interdição entre casamentos entre índios e brancos, demarcando simbolicamente o fim da escravidão indígena, pelo rei português D. José I, através do Marquês de Pombal, assegurando a liberdade aos indígenas, mas seu objetivo era fomentar o tráfico de escravos negros, uma das temáticas mais consolidadas de nossa historiografia. A segunda escravidão, findada em 1888, por tornar-se socioeconomicamente inviável, tendo implicado o abandono do negro, num

⁵⁴⁶CUNHA, Euclides. *À margem da história*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

⁵⁴⁷Devemos destacar o importante papel da produção acadêmico-intelectual exercida pelo sociólogo José de Souza Martins, pontuando seu contributo a frente da Comissão Pastoral da Terra – CPT. Mas também pontuarmos, que a partir da segunda metade dos anos de 1990, de suas aproximações políticas e intelectuais com o também sociólogo, Fernando Henrique Cardoso, tem se posicionado de maneira bastante crítica, por vezes ásperas, em relação à CPT e MST, por segundo ele, terem se distanciado dos propósitos, que lhes deram origem.

apartheid brasileiro. Concomitantemente, o que este sociólogo chama de terceira escravidão⁵⁴⁸ tem seu ápice durante o Ciclo da Borracha, no processo de aviamento na Amazônia, e reaparece metamorfoseada nos anos 1970 com o declínio deste, a partir da diminuição do desmatamento na expansão da fronteira econômica na Amazônia. Nas décadas seguintes, o trabalho escravo persistiu ainda mais velado, e se espalhou na forma de escravidão por dívida e com o fortalecimento do tráfico interno de trabalhadores, sobretudo nordestinos aos canaviais do interior paulista. São resquícios do clientelismo e práticas ainda fortemente marcadas pelo velho novo coronelismo, que fez ressurgir, a partir dos primeiros anos do século XXI, o trabalho escravo contemporâneo nas grandes cidades brasileiras. Aos poucos, passou-se a identificar a prática da escravização contemporânea de bolivianos na indústria têxtil, na cidade de São Paulo, e em menor número, mas não menos preocupante, a escravização de chineses na cidade do Rio de Janeiro que, como os demais casos, são atentados dignificados à pessoa humana, que de modo vil e atroz comete uma prática criminoso e socialmente devastadora. Nos dias atuais, em termos relativamente próximos, embora diferentes, a precarização das relações de trabalho com o processo de terceirização tem sido uma das formas mais frequentes para driblar casos efetivos de escravidão contemporânea urbana, que naturalmente diferem de práticas de superexploração, subcontratação e das distintas e múltiplas formas de precarização das relações de trabalho deflagradas especialmente a partir da primeira metade da década de 1990, com a intensificação da política neoliberal no Brasil que tem provocado a formatação e redesenho de uma nova morfologia do trabalho,⁵⁴⁹ *in dubio pro operario*,⁵⁵⁰ às avessas, *à la brasileira*.

Ao palmilhar os diferentes indícios da vida dos trabalhadores sobre o cativo, saltam mesmo aos olhos menos atentos às tensões empreendidas, que em muitos casos não se

⁵⁴⁸MARTINS, José de Souza. A terceira escravidão no Brasil. In.: MARTINS, José de Souza. **Uma sociologia da vida cotidiana**: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e Henri Lefebvre. São Paulo: Contexto, 2014, pp. 203-210.

⁵⁴⁹Para uma leitura mais completa sobre a temática das relações precarizadas do mundo do trabalho contemporâneo, vide parte da produção intelectual do sociólogo Ricardo Antunes, em obras como: ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Editora Cortez e Editora Unicamp, 1995. / ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. / RICARDO, Antunes. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005. / ANTUNES, Ricardo [Org.]. **Riqueza e Miséria do Mundo do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. / ANTUNES, Ricardo [Org.]. **Riqueza e Miséria do Mundo do Trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2013. / ANTUNES, Ricardo [Org.]. **Riqueza e Miséria do Mundo do Trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

⁵⁵⁰Expressa latina do campo jurídico, que refere-se nos casos em que comportam duas ou mais interpretações, ou seja, na dúvida o aplicador da lei deve sempre primar pela parte mais frágil, o trabalhador. Mas o sentido aqui empregado desta expressão, é exatamente o contrário, para fazer críticas as reformas trabalhistas em curso no Brasil, que atentam contra os direitos do trabalhador conquistados a duras penas, para atender aos ditames da política neoliberal.

vitimizam apenas, mas trazem em suas narrativas efeitos de resistência dando a ver reinvenções estratégicas para fazer valer formas mais eficientes de debelação. Lemos com interesse particular estas trocas e confrontos entre o *estar maranhense* vivendo no Maranhão e o *ser maranhense* no Pará.⁵⁵¹ Trata-se de um conjunto de performances sociais repletas de embates conflitantes pela representação que acabam por gerar trocas e negociações identitárias reelaborando saberes e práticas sociais, numa teia de complexas relações de micropoder. Apesar da distância dos seus, os sentimentos continuam presentes e são continuamente renovados com redes de solidariedade tanto no lugar de origem, quanto no lugar de destino, são relações que se reconfiguram em entre-ajuda com a partilha de informações, comida, apoio e proteção. Para ler as narrativas e encontrar os elementos de pertença e identidade que emergem, sobretudo na oralidade, no instante da memória que ressignifica o passado no presente, um presente que, apesar do que se pensa, nunca está dado, é sempre um constructo. Esta identidade migrante se confaz à margem e, para além do ato de migrar, muitos destes trabalhadores mais jovens mesmo tendo migrado uma única vez, guardam memórias herdadas de pelo menos duas gerações de migrantes, trata-se, como dito antes em outras passagens, de um processo migratório intergeracional, repleto de costuras cotidianas que utilizam-se dos fios da memória cingidos por excertos narrativos das histórias de pais, avôs, tios, compadres, vizinhos e amigos, todos sobreviventes da migração temporária na maior floresta equatorial do mundo. São reminiscências que povoam e alimentam o imaginário de pequenos e adultos, e também os sonhos dos jovens que passam a entender a migração como destino único a ser trilhado. Não raro, o dia da partida, representa para o jovem que se quer ver migrante um rito de passagem, para o qual ele escolhe sua melhor roupa para seguir rumo a um destino incerto, portanto desafiador. Assim, o que temos visto é suficiente para que possamos sublinhar a existência de uma prática que se faz, em alguns elementos e termos, como sendo parte da cultura maranhense, o que não é verdade, visto que a migração ocorre como fenômeno social em diversas regiões do Estado do Maranhão, como estratégia da sobrevivência dos deserdados da terra.

Na rota do campo interpretativo, buscamos os argumentos de Ítalo Calvino para pensarmos a relação entre memória e espaço urbano, cuja frente assenta-se nas parênteses centro/periferia, velho/novo, passado/presente, atraso/progresso, rural/urbano, dentre outras disputas identitárias e discursos permeados de territorialidades. Os discursos de modernidade,

⁵⁵¹Pelejamos em não utilizar em todos os casos o gentílico maranhense, uma vez que nem todos os trabalhadores que aparecem nesta pesquisa, são nascidos no Maranhão, mas residentes no Estado, alguns deles há muitos anos, por isso a expressão *estar maranhense*.

são propalados com a intenção de colocar as cidades de Açailândia/MA e Marabá/PA no eixo referencial da modernidade capitalista na região, que são espaços de aceleradas transformações econômicas e, portanto, urbanas, sobretudo nas últimas décadas, impulsionando o desenvolvimento da região, como corações que dão ritmo às batidas, por vezes aceleradas, da economia regional na parte continental de seus Estados. A pesquisa empírica amalhada à análise de estudiosos do campo da geografia e da história sobre a composição populacional de Marabá⁵⁵² apontam para uma constatação facilmente acessada através da oralidade, mas para a qual não dispomos de dados nem mesmo estimados sobre o quantitativo de maranhenses que habitam a cidade. O que percebemos *in loco* é que se trata de um número substancialmente considerável. Foram frentes esparsas e ondas migratórias intergeracionais de pequenos grupos de maranhenses que chegaram a Marabá nas últimas décadas, exatamente por isso, há quem a chame de “a Cidade dos Maranhenses” o próprio nome da cidade é um tributo ao poema de mesmo nome do poeta maranhense Gonçalves Dias. A cidade também recebe outros codinomes como “Capital do Carajás”, “Cidade-Poema”, “Terra da Castanha”, “Terra da Mistura”, como nos assinala Saint-Clair Trindade.⁵⁵³ Atualmente configura-se como importante centro econômico regional e também administrativo da chamada grande Fronteira Agrícola Amazônica⁵⁵⁴ o que lhe confere, segundo aparece nos discursos da mídia regional, o sugestivo cognome de Tigre Amazônico. O conjunto de nomeações refletem a tentativa em estabelecer um código capaz de identificar a cidade em sua multiplicidade e infligir formas de dominação e rotulagem. A fim de compreender este processos e expressões identitárias, sobretudo os rótulos e estereótipos, que são criados em Marabá sobre os maranhenses como forma de marginalizá-los socialmente fomos ao encontro das reflexões empreendidas por Goffman,⁵⁵⁵ para quem a estigmatização

⁵⁵²Para compreender e aprofundar a respeito da historicidade de Marabá, vide: LAGENEST, Barruel de. **Marabá: cidade do diamante e da castanha**. São Paulo: Editora Anhambi, 1958. / JADÃO, Paulo Bosco Rodrigues. **História de Marabá**. Editora Prefeitura de Marabá, 1984. / EMMI, Marília. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1987. / MATTOS, Maria Virgínia Bastos de. **História de Marabá**. Marabá: Grafil, 1996. / MORAES, Almir Queiroz de. **Pelas trilhas de Marabá**. Editora Chromo Arte, 1998.

⁵⁵³TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; ROCHA, Gilberto de Miranda [Orgs.]. **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002. Não somente este, mas outros autores, também se utilizam de perífrases ou circunlóquios para se referirem a cidade de Marabá de forma antonomásia, aqui utilizamos ao um tanto acróstico, em MARabá, evidenciando a sigla MA no nome da cidade, para fazer referência ao contributo dos maranhenses à construção [i]material do município de Marabá. No sentido equivalente, a compreensão dos processos de ‘modernização’ dos municípios amazônicos, sugerimos ainda: CASTRO, Edna Maria Ramos de; HÉBETTE, Jean. [Org.]. **Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

⁵⁵⁴Extensa área fronteira da Amazônia Legal, que sofre predatória atividade extrativista, abrange parte do nordeste, centro-oeste e substancialmente o norte do Brasil, também conhecida pelo Arco do Desflorestamento.

⁵⁵⁵GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed., Rio de Janeiro: LTC, 2008. Ainda nestes termos, sugerimos uma outra leitura que julgamos fundantes para o aprofundamento deste debate: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000

tem um caráter de forjar uma marca que gera aderência e é profundamente depreciativa e perdurável ao outro, como forma de dominação na relação eu-normal com outro-estigmatizado na vida cotidiana. Neste sentido, uma questão nos chamou a atenção durante a pesquisa de campo em Marabá, ouvir de algumas pessoas, em rápidas e informais conversas, um outro estigma que não tínhamos presenciado até então, onde os maranhenses são chamados de *tereçozeiros*,⁵⁵⁶ neste processo de práticas discursivas da representação do outro, embora já apareçam como tereçozeiros em estudos, como o realizado por Idelma Santiago⁵⁵⁷ que traz valiosas reflexões acerca da fronteira cultural enquanto espaços entrelaçadores e embaladores de conflitos identitários no processo de reterritorialização de migrantes maranhenses no sudeste do Pará.

Como dito em outra parte do texto, até mesmo a violência, sintomática estrutural das cidades em franco desenvolvimento, é atribuída à presença do migrante maranhense nesta parte do Pará, não por acaso lhe são postas rotulagens, via de regra pejorativas, na tentativa de fazê-las circunlóquios e, portanto, tornar realidade um discurso xenófobo que se intenta homogeneizador do migrante maranhense como incapaz e miserável dentre outras tantas rotulagens; atribuindo ainda alguns dos principais entraves sociais pelos quais atravessa a cidade de Marabá, como a violência e o desemprego, num processo já conhecido de culpabilização do estrangeiro, sempre alocado à condição de vilania. Sofrem, como dito alhures, processos de categorizações e etiquetagem que se querem reificadoras, como forma justificadora à escravização destes no Pará, cuja inspiração advém das difundidas e espúrias práticas anteriores de escravidão indígena e negra na Amazônia, que historicamente também se

⁵⁵⁶O terêco é uma religião afro-brasileira e maranhense também denominada de tambor da mata, sincretizando as práticas da tradição indígena, como o culto aos caboclos e outras tradições, muito comuns na região de Codó, Estado do Maranhão, sobretudo a partir da fundação da Tenda Espírita de Umbanda Rainha Iemanjá, fundada em janeiro de 1954, por Wilson Nonato de Sousa conhecido como Bitá do Barão, tendo recebido em 1988, o título de *Comendador da República* pelo então presidente José Sarney, entorno disto, criou-se um construção imagético-discursiva da cidade de Codó como ‘terra da macumba’ da pajelança e do curandeirismo. Vale destacar que o terêco avançou fronteiras, chegando noutras partes do Estado e fora dele, integrando-se a outras práticas religiosas como o tambor de mina e a umbanda, bem como a fama do pai de santo Bitá do Barão. Para aprofundamentos, vide: FERRETI, Mundicarmo. Terecô, a linha de Codó. In.: PRANDI, Reginaldo. [Org.]. **Encantaria Brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001, pp. 59-73. / FERRETI, Sérgio Figueiredo. **Repensando o sincretismo**: estudo sobre a Casa das Minas. São Paulo: EDUSP, 1995.

⁵⁵⁷Trata-se de um estudo doutoral, cujo recorte temporal vai da segunda metade do século XX ao início do século XXI, abrangendo com largueza, o *lôcus* temporal de nosso estudo. A historiadora assinala diferentes experiências de alteridade no processo de hierarquização não somente social, mas também cultural, portanto histórica, num processo do qual chamou de etnicização do maranhense no sudeste do estado do Pará. Para aprofundamentos, vide: DA SILVA, Idelma Santiago. **Fronteira cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará [1970-2008]**. 2010. 230f. Tese [Doutorado em História]. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2010, p. 135. / DAS SILVA, Idelma Santiago. Fronteiras culturais: alteridades de migrantes nordestinos e sulistas na região de Marabá. **Espaço Plural**. Marechal Cândido Rondon, Nº 15, pp. 21-24, 2006.

valeram de estigmas na tentativa de dar a crer de alguma forma justificável, ainda que pouco plausível, sua existência, persistência e prática. Daí a necessidade de consultar as fontes orais para acessar informações outras, de modo a refinar o debate em tela.

Em contraponto, há um processo de reivindicações e de lutas pela identidade que interrelacionam memória e espacialidade, que nos termos de Idelma Santiago configuram-se numa tentativa de etnicizar o outro com expressões etnicistas demarcadas pela territorialidade, seja ela real ou mesmo imaginária. Tanto a cidade de origem, quanto a cidade de destino, portam múltiplas identidades, díspares memórias que cruzam-se continuamente com porosidades conflitantes à cena rural e urbana destes municípios, face ao trânsito cultural entre eles. Destarte, pensar identidades territorializadas é também refletir o modo como os maranhenses se apropriam territorializando-se, ou não, e como estes se constituem e forjam-se no espaço dito não maranhense, bem como as marcas socialmente impressas que expressam algum tipo de práticas discursivas de negação ou pertencimento, as formas e engendramentos sociais de sobrevivência ainda que em cativeiro e, sobretudo, as práticas de rejeição dos maranhenses ou nordestinos em geral no território Amazônico⁵⁵⁸ e os diferentes tipos de marginalização como a exclusão, via etnização, que lhes são impostos objetiva e subjetivamente em forma de violentas coerções morais e psicológicas.

Feita nossa digressão sobre as cidades de Açailândia e Marabá, bem como das multiplicidades e disputas identitárias dos sujeitos geográficos em trânsito entre elas, retomemos a temática central desta parte do estudo. Diante disto, volvemos às narrativas orais, para tal trazemos a entrevista de um de nossos importantes interlocutores. Quando da realização da entrevista o trabalhador tinha apenas 19 anos de idade, a entrevista foi realizada ainda no calor dos fatos ao chegar no Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos – CDVDH,⁵⁵⁹ um dia após ter empreendido a fuga de uma fazenda que o manteve em cárcere por longos dois anos de trabalho escravo. Depois de feitos os encaminhamos de praxe aos setores de assistência psicossocial e jurídica na instituição, foi realizada a entrevista com a equipe do Museu da

⁵⁵⁸As leituras combinadas destes artigos e livros permite um amplo entendimento dos processos migratórios de nordestinos à Amazônia, vide: GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Errantes da selva:** histórias da migração nordestina para a Amazônia. Recife: EdUFPE, 2006. / GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Expatriados dentro da própria pátria: a migração nordestina para a Amazônia. **Travessia.** São Paulo: CEM, n. 37, p. 31-35, mai-ago., 2000. / SECRETO, Verónica María. **Soldados da borracha:** trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. / VELHO, Otávio. Por que se migra na Amazônia. **Ciência Hoje.** SBPC, v. 2, n. 10, pp. 34-38, jan. / fev., 1984.

⁵⁵⁹Se faz oportuno esclarecer que quando da realização da supracitada entrevista em 2008, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos – CDVDH, ainda não trazia em seu nome a homenagem de uma de suas sócias-fundadora, Carmen Bascarán, fato que ocorreu anos depois.

Pessoa, por motivos de segurança o jovem, sob pseudônimo de José, narrou sua história de vida e luta, a saga de quem à procura de trabalho caiu nas garras ou na “lábia do gato” para usar um termo comum entre os trabalhadores escravizados. Ludibriado pelas falsas promessas de trabalho com remuneração justa, ao contrário do que esperava, sofreu humilhações de toda sorte e constantes ameaças de morte de capatazes e fazendeiros, sempre armados, que faziam vigilância na fazenda para intimidar os trabalhadores. Assemelham-se muito aos antigos capitães do mato, feitores e senhores de escravos sempre apostos e vigilantes do trabalho dos africanos escravizados, sobretudo nas lavouras de café do Brasil Imperial. Com fala resoluta e postura assertiva, algo pouco comum para um jovem de tão pouca idade, mas compreensível em face de experiência de vida a qual foi submetido, narrou sua história.

Nasci e cresci na cidade de Floriano/PI, é uma cidade bonita, tem uma ponte, o rio Parnaíba onde íamos pescar mandi, piau, piranha e outros peixes. Uma cidade muito rica em artesanato, arte e cultura. Quando criança brincava com pneu, tive uma boa infância, muitas brincadeiras. Minha mãe me matriculou e fui estudar, comecei a estudar e não deu certo [...] as condições eram fracas também, não tinha como eu estudar e eu deixei os meus estudos, daí eu disse pra ela: “Mamãe, vou atrás de melhorar a nossa vida”. Daí viemos para cá, quando a gente chegou em Açailândia ela foi embora e eu fiquei. Minha mãe não vive com meu pai, fui criado por um padrasto. O meu pai trabalha quebrando paralelepípedo pra fazer calçamento, mais já está muito doente e não consegue mais trabalhar. Meus parentes todos trabalham em serviço braçal.⁵⁶⁰

Sobre a chegada em Açailândia, sem precisar uma data, nosso narrador utiliza-se do tempo da memória, que não é o mesmo do tempo da cronologia dos calendários e relógios, mas um tempo próprio, o tempo da vida e da sua memória, que não obedecem outras noções do tempo, tem a sua própria. Em poucas palavras e expressões narradas fala sobre sua chegada à cidade, a escravização na fazenda, sua fuga e chegada ao CDVDH, como podemos ver adiante.

Pegamos nossos borocas e viemos para Açailândia quando o cabra vem fica só a puaca. Quando cheguei aqui, peguei logo uma carona aí com um boiadeiro desses. Ele parou lá e quando eu parei lá eu dando a volta lá, aí passei, tinha um cara precisando e ele me chamou lá. Aí ele disse: “Rapaz você não quer trabalhar?” Aí eu disse: “Eu quero” Aí eu fui pra lá trabalhar com ele e fiquei dois anos lá. Saí agora.

Mais adiante, o narrador José conta-nos dos perigos que sofreu na fazenda onde foi escravizado, e ainda de modo muito breve nos antecipa as condições de trabalho. “[...] Rapaz, eu estou saindo é fugido, que lá onde eu estava, o cabra não quer que ninguém saia. É,

⁵⁶⁰JOSÉ. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia, 13 de outubro de 2008. A entrevista na íntegra encontra-se em áudio e vídeo e transcrita nos arquivos físicos e digitais do Museu da Pessoa disponíveis a consulta pública. Excertos das entrevistas estão disponibilizados no sítio do Museu da Pessoa, encontramos duas versões transcritas da mesma entrevista com sutis adaptações. Diante disto recorreremos à entrevista em vídeo para checar possíveis inconsistências, as quais não foram identificadas. Frente a isto, optamos pela versão de límpida para melhor entendimento.

trabalhando que nem escravo, lá até o dia de domingo a pessoa trabalha, se não trabalhar ele não quer dar o de comer também”.⁵⁶¹ Ainda nesta passagem de sua narrativa o trabalhador lembra que das juras de morte que sofreu “o cabra também não pode ir embora porque jura de matar”.⁵⁶² Sobre as falsas promessas de assinatura da carteira e da presença armada do gato,⁵⁶³ José lembra das condições insalubres e extenuantes de trabalho, da má alimentação e das armas utilizadas pelo gato e capataz, ao narrar:

O ‘gato’ sempre fica com o revólver na cintura e se o cabra corre ele vai e atira. E tem outro com ele que vai de ‘segurar’ o cabra. Não, ele dizia que assinava carteira depois de dois meses. Quando passou de dois meses, passou três meses, passou um ano... Foi quando ele disse: “Rapaz, não vou assinar mais não”. Aí nunca assinaram a carteira. E agora também estava apagando um fogo lá e meu documento foi e caiu lá. Eu descí na ladeira rolando, aí quando eu segurei assim num tição, queimei meu dedo. Foi quando eu saí apagando o fogo, rodando comigo mesmo assim na descida que é alta assim a descida. Aí eu descí rodando. Quando eu cheguei lá embaixo eu falei que não aguentava mais apagar fogo, assim não. O vaporzão ardia aqui, sabe? Aí eu não aguentava e ele dizia: “Rapaz, que nada” Aí ficava só ameaçando a gente e o jeito é a pessoa aguentar e aguentei só com uma mão alternada pra apagar o fogo e fui dormir fraquinho, baqueado [...] A mulher também, tendo carne lá nunca bota carne pra gente comer, comer carne é só o ‘gato’ mais a mulher dele, não tratam a gente bem. [...] O ‘gato’ é aquele cabra que fica tomando de conta dos peões. Se a gente fica sentado, ele fica só olhando. Ele não faz nada. Aí é pro cabra não sair, correr, ele bebe água, ele fica só olhando o serviço. Se for do cara almoçar às onze horas e o ‘gato’ está ali e não sente fome porque fica parado. Aí só almoça uma hora, uma e meia e vai indo a vida. P/1 - Ele fica armado? José - Fica armado, não tira o revólver da cintura, não. As armas que tem mais fraca é calibre 20, calibre 16, por fora... Lá tem fuzil lá, tem fuzil e rifle ‘surdo’ lá.⁵⁶⁴

É sempre bom lembrar que a violência física e uso frequente de armas tanto pelos capatazes, muitos deles famosos jagunços⁵⁶⁵ ou pistoleiros da região, quanto pelos donos das fazendas, são práticas que visam acentuar o domínio e tocar terror entre os trabalhadores, numa estratégica demonstração de poder dos neoescravocratas, que tem suas origens nas relações escravocratas, quer indígena, quer negra, dos tempos coloniais, pautada em castigos físicos e

⁵⁶¹JOSÉ. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia, 13 de outubro de 2008.

⁵⁶²JOSÉ, 2008.

⁵⁶³Neste caso o recrutador que recebe a alcunha de ‘gato’, por também desempenha o papel de capataz da fazenda, prática ligeiramente comum na região, muito embora ainda mais comum, seja o gato enquanto traficante de pessoas que as negocia junto ao dono da fazenda ou capataz.

⁵⁶⁴JOSÉ, 2008.

⁵⁶⁵Personagem muito comum no Nordeste rural do Brasil, também conhecido como capanga, prestam uma espécie de serviço paramilitar de segurança a pessoas ricas e influentes na região. É comum em muitas partes do Nordeste associar a figura do jagunço como pistoleiro, cuja definição primeira é matador de aluguel. Não por acaso, este personagem é muito presente no Nordeste, dado aos intensos conflitos e lutas pela terra, especialmente, na região do Bico do Papagaio, que como sabemos envolvem os estados do Pará, Maranhão e Tocantins, que por décadas tiveram sua imagem espalhada Brasil afora, como *terra sem lei*, e *terra da pistolagem*, como aparecem nas representações feita pela mídia inspirado nos dados do número de mortos na luta pela terra no Brasil pelos levantamentos da questão agrária realizados e anualmente divulgados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT. Dados recentes da CPT, mostram que ocorreram mais de mil assassinatos sob encomenda nos últimos trinta anos por questões agrárias no Brasil, desde pouco mais de dez foram julgados pela justiça brasileira.

coação psicológica e moral, que raramente os levavam à morte direta, embora encurtassem a vida do escravo. Os senhores donos de escravos temiam perder suas “peças”, pois eram caras e, portanto, valiosas no “mercado de gente”, diferentemente da atual escravidão onde a mão de obra escravizada é abundante e gratuita. Nos termos da narrativa de José, ele descreve sua atividade principal na fazenda e mais adiante retorna à questão da alimentação dos trabalhadores; também acrescentou a coação moral sofrida exercida pelo gato na função de capataz, no episódio narrado por José que se desenrolou à beira de um brejo.

Apagar o fogo era uma das coisas... porque nessa época tem muito. Mas o meu serviço mesmo lá é fazendo cerca. Assim que eu cheguei, fiquei carregando estaca. Comecei a carregar estaca nas costas, duas, três e eu fui sentindo dores no peito eu falava pra ele: “Rapaz eu não aguento mais, não”. Aí ele foi e dizia: “Rapaz tu é um cabra novo, que tem muita força”. E eu pensava que tinha muita força mesmo e o jeito era aguentar e eu aguentei ainda, um bocado de dia, eu mais ele, botando estaca. Aí eu fui e disse pra ele: “Rapaz se for desse jeito eu não aguento não, você vai me matar”. O senhor não tem nenhum comprimido? Ele disse que não tinha. Aí eu fui pro mato, tem uma ladeirinha e achei um pé de mastruz, pedi um leite pra um vaqueiro e fiz um mastruz. Aí ele me colocou pra roçar juqueira. [...] Rapaz, hora de comer era uma hora, era doze horas. E tinha vez que quando vinha doze horas era cedo porque tinha vez mesmo que era uma, uma e meia. Não, fazia duas refeições que era o almoço e a janta que ele dava. Não tinha carne não, e olha que ele tinha muito gado, mas não tinha carne não. O ‘gato’ é o cara que fica lá na fazenda com você tomando conta. Dormia num alpendrezinho que tinha lá tudo aberto com risco de bicho cobra e tudo mais. Rapaz, eu tava cortando lá a bola de capim no brejo lá, porque lá ele tem um brejo que ele mandou roçar. Aí eu estava cortando um capim lá, aí quando eu abaixei que eu levei a foice uma jararacuçu foi e pulou em cima da foice. Quando ela pulou eu afastei pra trás e gritei. Aí ele foi e disse: “Rapaz, tu é frouxo”. Aí eu digo: “Acabou”. O homem disse: “Rapaz se você não aumentar o serviço não vai ganhar a diária de hoje não, e é arriscado tu nem jantar”. Mesmo assim a pessoa tem de aguentar o que for, que a cobra morda, ou que um bicho pegue o cabra, mesmo assim a pessoa tem que aguentar. Só não aguenta quando o cabra é frouxo ele vê que o cabra já está nas últimas mesmo ele joga o cabra na rede e deixa morrer. Deixa morrer.⁵⁶⁶

Nosso narrador assinalou que sua principal atividade era roço de juquirá, prática comum no desmatamento de floresta, que consiste em cortar a foice o mato baixo, em geral, de matas fechadas, também conhecidas como matas virgens. Quando inquirido sobre a ocorrência de mortes na fazenda ele respondeu que não chegou a presenciar, mas deixa pistas no conjunto gestual ao falar: “ele manda o cabra logo para lá”. Em outra parte, o narrador conta de que modo o fazendeiro engana um companheiro de trabalho sem escolarização.

Rapaz não vi acontecer morte de gente assim não, mas ele não dá remédio pra ninguém não, ele manda o cabra se virar. O cabra que tiver uma dor lá ele não cuida pra leva pra rua, não traz remédio não. Até um sabão lá que a gente pede para banha é pago. A situação dos outros a maioria é comprada por ele, tem outros que não é. Porque também ele é um homem de muito dinheiro. Se a pessoa chama outra para ir embora e o cabra não concorda ele vai lá e fala pro ‘gato’ e ele mata o cabra logo lá. [...]. Aí eu resolvi fugir e não contar pra ninguém. Lá tinha um analfabeto, ele é conhecido

⁵⁶⁶JOSÉ, 2008.

como Sapo. Ele é um rapaz doido, se ele ganha quinhentos reais, o patrão troca dez reais ou cinco reais em nota de um e ele sai alegre gritando, diz que está com dinheiro. Mas ele não sabe o que é dinheiro não. Os cabras também que têm quatrocentos ele dá cem, dá cinquenta, não quer que os cabras vai embora não.⁵⁶⁷

Quanto à jornada de trabalho sem direito a descanso, o narrador nos conta que mesmo no domingo era obrigatório trabalhar, do contrário não teriam direito à comida; fala também sobre a queima dos documentos pessoais do trabalhador. Geralmente os recrutadores de mão de obra a ser escravizada nas fazendas, ao negociarem com os fazendeiros e gatos, entregam toda a documentação pessoal ainda no lugar de origem, a pretexto da assinatura da carteira, um dos grandes sonhos destes aguerridos homens do campo. A prática da retenção dos documentos e objetos pessoais dos trabalhadores é corriqueira pelos empregadores, que quando somada à restrição da liberdade de ir e vir resulta na subtração da dignidade do trabalhador, configurando-se no que a lei tipifica crime no seu artigo 149 do Código Penal, como condição análoga a de escravo.

Ninguém saía da fazenda, trabalhava até o domingo, lá as pessoas tinham que trabalhar porque se não trabalha também não come [...]. Estou com dois anos sem folga, já peguei muito dinheiro para eu ir pra casa, mas não acerta direito. São dois anos sem folga e sem ir para a casa, e agora que não vou mesmo porque queimou meus documentos.⁵⁶⁸

Depois de dois anos de trabalho duro e muitas violências sofridas na fazenda na forma de coerção moral, psicológica e mesmo física, e da impossibilidade de saldar uma dívida impagável, pois crescia de modo exponencial, apesar da obrigação moral de quitação que se impunha pela cultura dos seus, José supera a coação moral imposta pela dívida fraudulentamente produzida para se fazer elo à terra e as obrigações laborais junto ao empregador – famoso por matar para não pagar os salários de seus trabalhadores –, não havendo margens para de discordância José decide fugir da fazenda. Em suas palavras ele descreve:

Dois anos sendo humilhado lá dentro, se o cabra fala de ir embora, ele diz que quer matar o cabra, vira foice na cabeça do cabra, de facão. E o cabra fica com medo, e lá também tem arma, tem fuzil, tem uma doze, tem uma vinte. Lá é perigoso. Aí a pessoa fica com medo. Eu sai de lá ontem às quatro horas da manhã, sai, sai de ‘pesão’ E toda vez que eu via um carro eu entrava dentro da mata... Eu pensava: ‘Será que é eles que vão me matar?’[...] Eu sabia que nunca ia conseguir pagar aquela dívida mesmo, ela não parava de crescer.⁵⁶⁹

Para além dos abusos sofridos, o discurso do narrador centrou-se nesta parte da narrativa, acenando o fato de ter de vencer o medo para empreender fuga, desvelando-nos os

⁵⁶⁷JOSÉ, 2008.

⁵⁶⁸JOSÉ, 2008.

⁵⁶⁹JOSÉ, 2008.

passos e contatos, apoios e ajuda que se foi desenhando até a sua chegada ao CDVDH/CB descrevendo sem obediência às sequências e temporalidades do desenrolar dos acontecimentos, que para nós só teria sentido que estes fossem parte da narrativa, não o sendo, nos detemos ao sequencialmente proposto pela construção narrativa, e não pela temporalidade dos fatos, como se pode observar em toda a escritura da tese.

foi quando eu me senti mais seguro, cheguei a dormi ‘assussegado’ porque eu estava em casa. Porque lá a casa é grande e eu dormi só, num quarto, o ventilador lá. O padre me deu a rede, me deu roupa, me deu também sabonete, perguntou se eu não queria passar perfume. Tinha duas meninas na casa dele, me chamaram pra jantar, jantei, comi bastante, repeti umas três vezes. Aí assisti televisão, assisti. E depois fui dormir. [...] O medo é grande, eu estou com muito medo. Tenho medo demais, eles já estão na rota, eles já tão atrás ‘deu’, pode ter certeza. Agora eu acho que eles não podem fazer nada porque eu não estou só agora, né? Agora eu tenho mais um apoio do Ministério do Trabalho, do Centro de Defesa, agora eu tenho mais um apoio. [...] lá tem muitos deles que saem recebendo coronhada na cabeça, mas saem. Quando os caras não matam, deixa o cara doente de tanta coronhada na cabeça, isso o cabra sai doente. Os outros lá, eles não abrem para ninguém não porque tem medo que contem pro “gato”. Mas tem gente que tem vontade de sair sim. Tem velhinho que não aguenta mais trabalhar, tem menino lá, eu também sou menino, mas tem menino lá que não consegue nem arribar uma foice e vai trabalhar também. É um sofrimento sinistro lá [...]. Eu vim em um ônibus. O padre que me ajudou me deu dinheiro. Eu tomei um café de manhã e ele me deu o dinheiro da passagem. Ele me disse: “Tu vai e pega o carro cedinho que é pra ninguém saber, que eles já andam atrás de tu”. Aí eu entrei, foi passando o ônibus e eu dei tchau com a mão. Aí eu entrei e graças a Deus eu estou aqui. Eu vinha vindo lá no ônibus, tinha duas cadeiras, duas poltronas, aí eu vim deitado assim, eu botava o pé do lado do vidro e a cabeça pra cá. Pra ninguém me ver. Mas tinha vez que eu levantava a cabeça pra ver, mas quando tinha muita gente e aqueles carros com vidro verde escuro, eu não levantava não. É, pra matar o cara, pra matar o cara. Lá tem muito desmatamento [...] Era só matona, tudo em riba lá. Agora está só roça que nós puxamos lá mesmo. Agora tem só o pó das madeiras que o madeireiro está puxando lá para ele. Rapaz, as madeiras eles vendem e vai botando pasto. Tem vez que bota roça, tem vez que [...]. Mas ele não bota roça não, quem bota roça às vezes é o peão, aí bota duas linhas ou três linhas. Pode não, ele não deixa não. Só quem pode é só o gato mesmo.⁵⁷⁰

Quando questionado sobre sua fuga, ele narrou de modo tenso entre falas e gestos histórias de medo de sua anulação da dignidade e privação da liberdade.

Eu me orientei porque eu sabia a estrada que passava carro. Eu sabia também que tinha um desvio, mas eu nunca tinha andado nele não. Um desvio pra chegar na pista mais cedo do que os outros. Aí eu saí às quatro horas da manhã, eu levantei, todos estavam dormindo. Aí eu saí de pontinha de pé aí saí no pouco correndo: ‘tcha, tcha, tcha’. Aí saí correndo fazendo frio, quando um carro passava eu entrava dentro da moita, deixava passar e seguia. Até quando eu cheguei na pista. Rapaz eu corri, corri uma base de três horas de relógio, correndo. Eu corri uns quinze quilômetros [...]. É porque eu fiquei pensando, rapaz... Meus documentos já queimaram, e se eu falo de ir embora pra eles, eles não querem deixar. Aí eu pensei: ‘Ou eu saio logo de uma vez ou eu vou morrer logo’. Daí eu botei na cabeça de sair, arrisquei minha vida e graças a Deus eu saí de boa. A gente fica assim nervoso, com medo. A gente fica se tremendo de medo deles. Quando a gente vê um carro verde escuro, já pensa que ele mandou te matar e fica com medo. A pessoa nunca fica normal mesmo não, fica traumatizado. Meu

⁵⁷⁰Idem., 2008.

coração ‘assussegou’ quando eu cheguei aqui no Centro de Defesa, e quando eu estava no padre lá.⁵⁷¹

Outra prática, a anotação da caderneta pelo gato de tudo que era consumido a preços exorbitantes, é descontado do ‘salário’ ao final de cada quinzena ou mês ou empreita, mas nunca zerava, visto que a conta sempre gera saldo negativo. O consumo registrado na caderneta vai desde os custos da viagem até má alimentação, passando pelos produtos básicos de higiene e ferramentas de trabalho como a foice, chapéu, facão, botas, dentre outros, uma prática de origem medieval. Desta forma o valor a pagar é sempre maior do que o valor a receber pelo trabalho prestado, uma estratégia antiga da servidão por dívida, que gera uma dependência não só pseudo-financeira, mas também moral, entre o empregador e empregado, que na impossibilidade de saldar sua dívida torna-se cativo, ou seja, a farsa da dívida nada mais é do que mais uma estratégia para impedir o trabalhador de tentar abandonar o trabalho e sair da fazenda. Por fim, o narrador faz referência a outro estratagema também muito conhecido pelos auditores-fiscais do trabalho, a venda de cigarros e bebida alcoólica aos trabalhadores como forma de controle destes.

Rapaz eu pedi um sabão para ele, e ele anotava a barra. Três reais o sabão. Qualquer coisa que pedia, um sabão para lavar as roupas ele não dava. Tinha vez que tinha mercadoria na fazenda e ele falava que não tinha. A pessoa trabalhava lá, com a calça suja, a roupa suja. Chegava lá e largava lá de dia e a roupa estava dura. Aí vestia e ia trabalhar. Roupa eu, eu tinha muita roupa porque quando eu saí de casa eu tinha muita roupa e até hoje foi durando. Aí eu saí de lá e deixei uns dez calções, um vidro de perfume e um creme de axila, tudo que eu pegava era anotado, era tudo caro, eles dizia que eu tava era devendo pro patrão. [...] Lá tinha um carro de 50 litros de cachaça lá. Dessa cachaça da terra. Eles davam dois litros de cachaça para beber e pronto. O cara bebia e se amanhã aguentasse trabalhar, ele trabalhava. Se não ele não comia e ficava só ali na sua rede. A comida era arroz e feijão, o sal que ele colocava para a gente comer era o sal que botava pra boi. Botava aquele sal para a gente na hora de comer. A gente come porque é o único sal que a gente bota e a gente não pode fazer nada [...]. Até para pedir para costurar uma roupa, vai pra nota lá. Se for 15 ele cobra 25 do cara, se for um preço o cara cobra muito mais, ele é assim. Lá eles não cobram tudo o mesmo preço não. A foice aqui era dois reais, lá ele nos cobrava vinte, daí já ia para a nota.⁵⁷²

No largo espectro dos maus tratos sofridos pelos trabalhadores escravizados nas fazendas da Amazônia, José nos apontou uma circunstância dentre tantas que passou e viu seus colegas viverem ao longo dos dois anos que esteve em cativeiro. O empregador e seus assistentes recomendavam aos trabalhadores gasolina como remédio para cortes e machucados sofridos com a labuta no eito da mata. Soma-se ainda o processo de despersonalização do trabalhador ao ignorar seus nomes e rebatizá-los com alcunhas pejorativas, numa nítida

⁵⁷¹JOSÉ. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia, 13 de outubro de 2008.

⁵⁷²Idem, 2008.

tentativa de invisibilizá-los, ou mesmo submetê-los a uma condição de inferioridade, como aparece na segunda parte da narrativa do trabalho escravizado José.

Ah no serviço de lá eles que ensinam a largar gasolina no pé que fica bom. É o único remédio que tem lá é gasolina, então, se pega algum corte, pode meter gasolina. Não tem outro remédio pro cabra usar lá. Tem um outro machucado da foice, esse aqui é besteira mesmo. Esse aqui é da “juqueira”, quando engancha um pau bate lá mesmo, ele arranha. Mas esse outro daqui é o da foice, na hora que eu estava brocando, na hora que eu levei para cortar aqui... E aí eu segurei no pau, foi mesmo aqui, a pontinha dela, mas não pegou de força, não. Só fez só ‘triscar’, não enganchou com força não só ‘triscou’. Aí eu subi ligeiro, fui amarrar um pano e trabalhei o resto da tarde. [...] Rapaz eles só chamavam os caras de urubu: “Esse urubu, essa desgraça”. Só trata o cabra assim, não trata o cabra pelo nome não. É só assim que trata o cabra, jurando morte e não tem como [...] Não eles só contavam que ia melhorar, mas nunca melhorava. Eles diziam: “Vai melhorar para vocês, nós vamos assinar carteira”. Ai nunca melhorou não. Eu estava lá com dois anos e estava ficando cada vez pior. Lá tem um freezer, mas se o pessoal pensar em pegar uma água gelada... pode mandar meter logo uma bala na cara do cabra, porque ele não quer que ninguém pegue água gelada pra levar pra beber, não. Tem um poço cheio lá embaixo lá, e a gente faz só encher a garrafa lá e levar pro serviço água quente. [...] Café também, não tem merenda de manhã, não tem direito, o que comer... é ruim demais lá, só para humilhar.⁵⁷³

Como podemos observar na parte final da narrativa supracitada, mais uma vez aparece a alimentação como fator de humilhação. Neste sentido não seria demais afirmarmos que, em grande parte dos casos, os trabalhadores são tratados em condições piores do que os animais, não raro ouvimos nas entrevistas que já realizamos, temos acompanhado, ou mesmo em reportagens sobre o trabalho escravo contemporâneo na grande mídia, que o gado do patrão recebe água e comida à vontade, ao contrário dos trabalhadores, a quem são negados os direitos básicos à vida e à sobrevivência, tornando-se ainda mais vil e hedionda esta prática quando comparada aos tempos coloniais e imperiais do Brasil, como afirmam muitos estudiosos desta área, sobretudo os pesquisadores vinculados ao Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo – GPTEC/UFRJ, entre os quais me incluo. Em tom de desabafo, em várias passagens, aparecem nos dizeres de José como “tudo era peão rodado”; retrucou, “mas peão também são gente”, reivindicando respeito e dignidade ao trabalhador rural migrante. Nesta e em outras narrativas tivemos a nítida clareza que nossos narradores não se reconhecem como escravos, quando muito escravizados. Observamos que em sua auto-identificação aparecem mais recorrentemente como peão, enquanto aguerrido homem do campo, afeito a tarefas e manejos de atividades rurais pesadas, onde sobreleva-se a ideia de que quanto mais trabalhador e corajoso, mais digno e respeitado será entre os seus.

⁵⁷³Idem., 2008.

Quando informado sobre os sonhos e metas, o jovem trabalhador se mostrou esperançoso nas medidas judiciais, fala que irá voltar à escola, demonstra ainda muitos [res]sentimentos e preocupação com os colegas que ficaram na fazenda, ao passo que na sua narrativa soa, apesar da aparente confiança, um tom de suspensão e de receio. Para se ter uma ideia, no caso deste trabalhador, a equipe de filmagem, a pedido do mesmo, não gravou imagens que pudessem identificá-lo. Também por isso, assim como tantos outros, preferiu que seu nome se mantivesse em sigilo. Medida esta que comungamos, e só citamos o nome do[a] trabalhador[a] quando este[a] solicita. Em geral temos seguido este protocolo e recomendação, em favor dos[as] nossos[as] entrevistados[as], para evitar problemas futuros.

Minha expectativa de recomeçar um trabalho é ver depois desses dois anos de trabalho o que a Justiça vai fazer por mim e vou tentar levar minha vida. Levar minha vida esperando o que a Justiça vai decidir. Aí eu vou morar, vou pra casa que nem a mulher daqui me falou. A mulher disse que vai me embarcar hoje. Aí eu vou para a casa [...] Quando a Justiça chegar e resolver, se for para eu ganhar tanto, é tanto, e eu sou um cara satisfeito. Agora, eu só procurei meus direitos porque eu não estava aguentando mais. Eu pretendo estudar, mas eu só vou resolver estudar depois que resolver isso aqui logo, tudo. Pra ficar com a cabeça calma porque não tem como eu estando lá no meu estudo, e ficando prestando atenção em negócio de serviço não. Eu quero ver logo como é que eu vou ficar, como é que nós vamos fazer. O que é que a Justiça vai fazer com o dono da fazenda, e ver o direito de cada trabalhador que tem lá dentro.⁵⁷⁴

Um dos trechos mais marcantes de toda a entrevista foi quando o narrador, interpelado pelo narratório sobre sua opinião quanto ao tipo de serviço que ele desempenhava, de pronto, e enfaticamente, a classificou como atividade escrava; aponta que, apesar das muitas ameaças de morte sofridas, não declinou, manteve-se firme tendo como meta fugir da fazenda. Em sua fala é possível notar a preocupação com os outros trabalhadores que ainda continuavam cativos, ao que parece já reconhece a importância de seu ato na defesa não somente dos seus direitos, mas também de seus colegas.

eu acho que aquilo ali era um serviço escravo, acho que não tem um ser humano pra aguentar aquilo dali não. O cabra aguenta porque é rodado mesmo. Mas ali não é serviço para o cabra dizer que está satisfeito não, é um serviço escravo, o cabra trabalhando é humilhado sem poder fazer nada. Eu já tinha ouvido falar de escravo porque disse que escravo era o bicho que apanhava. Ainda graças a Deus que não chegaram a bater não. Só chegaram a ameaçar, sabe. Dizia que ia cortar a cabeça do cara de foice, dizia que ia abrir uma brecha na cabeça do cara de foice, aí eu fiquei com medo também. Muitas vezes eu não dormia, ficava pensando. Muitas vezes eu ficava pensando em fazer coisa ruim, mas graças a Deus nunca deu certo não e nunca tentei fazer. [...] E graças a Deus, a única coisa que eu tentei botar na cabeça foi sair e eu consegui sair, e graças a Deus eu estou aqui no Centro de Defesa e estou mostrando para outros cidadãos, mais a frente algum dos meus amigos que tiverem me ouvindo

⁵⁷⁴JOSÉ. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia, 13 de outubro de 2008.

prestar atenção e ver que todo o cidadão tem o seu direito. Vamos trabalhar, mas não vamos trabalhar pra morrer e nem como escravo.⁵⁷⁵

Sobre a participação feminina no trabalho escravo contemporâneo é saliente colocar que as mulheres também são vítimas, embora pouco apareçam nas estatísticas dos órgãos de fiscalização sobre esta aviltante prática, pelas razões já explicitadas, sobretudo quando se trata do trabalho escravo contemporâneo em fazendas da Amazônia, onde são escravizados principalmente homens; ao contrário do que ocorre no eito dos canaviais do interior paulista ou mesmo na indústria têxtil em São Paulo, aonde as mulheres chegam a maioria das pessoas aliciadas. Soma-se a este último caso um agravante, o fato de serem estrangeiras, são mulheres bolivianas ou mesmo família inteiras em situação de vulnerabilidade; migram ao Brasil, para a capital paulista, em busca de trabalho e melhores condições de vida fugindo da miséria de seu país de origem. Não raro, a escravidão contemporânea feminina encontra-se frequentemente acompanhada da violência e abusos sexuais, como aparece em muitos relatos. Sabemos que a participação feminina no trabalho escravo contemporâneo rural no Brasil⁵⁷⁶ é uma temática ainda pouco investigada,⁵⁷⁷ diferentemente dos estudos acerca do tráfico internacional de mulheres brasileiras para fins da exploração comercial do sexo.

Durante séculos de espoliação feminina exercida pela cultura dominadora patriarcal, o que se tem visto, no caso do trabalho escravo contemporâneo, é exatamente a reprodução da clássica cultura dominante: divisão sexual do trabalho, desempenhando papéis voltados aos trabalhos domésticos. Neste sentido, cremos que seja esta a razão que em muitos casos de autuação do trabalho escravo nas fazendas da Amazônia brasileira, as mulheres

⁵⁷⁵JOSÉ, 2008.

⁵⁷⁶Alguns avanços já podem ser sentidos, quanto aos estudos de fôlego da participação feminina no trabalho em condições degrandantes e escravas nos canaviais do interior paulista, vide: ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e Gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista**. 1988. 365p. Tese de Livre-Docência. [Livre-Docência em Geografia]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 1988. Neste sentido devemos destacar algumas pesquisas de referência, que vêm sendo desenvolvidas, na relação entre trabalho e gênero, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva, a frente do Grupo de Pesquisa Terra, Trabalho, Memória e Migração – TRAMA/UFSCAR, cujo debate se assenta sob as lentes do olhar sociológico, sob o espectro da interdisciplinaridade, para pensar a nova morfologia do trabalho rural no Brasil, e em alguns outros países da América Latina.

⁵⁷⁷Ainda são muito incipientes os estudos sobre a participação feminina no trabalho escravo contemporâneo, sobre tudo na Amazônia, a respeito destes, sugerimos, ainda que de modo muito propedêutico, as seguintes reflexões preliminares de: SOARES, Fagno da Silva; FERRERAS, Norberto Osvaldo. Mulheres de Atenas da Amazônia Maranhense: breves narrativas de esposas e/de trabalhadores submetidos à escravidão contemporânea. In.: BARBOSA, Maria do Socorro; SILVEIRA, Thiago Coelho; FERREIRA, Vinícius. **Estudos de gênero: uma perspectiva multidisciplinar**. New York: Mr. Wilson Publishing, 2016, pp. 131-154. / LOPES, Alberto Pereira. A mulher na cadeia do trabalho escravo por dívida no norte do Tocantins. In.: **XV Encontro de Grupos de Pesquisa Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais**. UFSM, Santa Maria, 2009, pp. 01-21.

aparecem como cozinheiras e atividades afins, e acabam por não serem contabilizadas como escravas. Diante deste quadro, a constatação de Alberto Lopes do que ele chama de viúvas temporárias, “as mulheres dos trabalhadores aliciados tornam-se vítimas da escravidão, porque estão cativas em suas residências, cuidando das crianças e dos afazeres domésticos, administrando a casa na ausência do marido”.⁵⁷⁸ Em linhas gerais e a respeito das atividades desempenhadas por homens e mulheres no trabalho escravo contemporâneo, podemos pensar esta equação da seguinte maneira: de forma geral os homens são escravizados na agricultura, carvoarias, construção civil e minas; já as mulheres no trabalho doméstico, indústria têxtil e comércio sexual. A narrativa de José evidencia uma forte carga de um discurso machista e sexista, como podemos ver no relato de uma tentativa de estupro e na descrição da filha do gato. Embora seja fácil compreender o universo sobre o qual se fez tal engrenagem discursiva, que como se sabe é fruto da cultura patriarcal que ainda persiste sobretudo no Brasil rural.

Não, lá de mulher só tem a mulher do ‘gato’ e a filha dele. Mas a filha dela fica com um cabra lá. E esse rapaz falou que se um dia quisesse botar olho na loira dele é logo pra comprar um caixão. Mas ela também fica no meio da peãozada pra ‘mó’ de dar saliência, porque ela veste uma saia bem curtinha e tem essa rede de Tucum, quando ela vai sentar, ela não bota a mão assim. Ela abre e se o cara olha, ela fala que o peão que é saliente. Rapaz, tem peão lá que chega e já quer escorar a mulher dentro de casa. Tem gente que quer escora, torar a mulher a força dentro de casa, que quer torar a força, aí é uma coisa danada. O filho do ‘gato’, é mesmo um lá que já tentou, botou arma mesmo numa mulher lá, mas a mulher não deu não. Ele puxou ela, mas não conseguiu não. Ela não ficou com medo de morrer não. Ele falou pra ela: ‘Ou tu dá, ou então tu morre’. Aí ela ficou com medo e pedindo: ‘Me solta.’ E ele foi puxando no braço e foi na hora que os rapazes chegaram e ele saiu pela porta de noite. E no outro dia todo mundo sabia que foi ele. Aí ele foi até embora de lá, o filho do ‘gato’.⁵⁷⁹

Já sobre o cotidiano das relações e sociabilidades nosso narrador pouco tratou, fez referências ao fato das muitas pressões terem resultado em alguns traumas, embora ele mesmo tente negá-los, como podemos verificar em sua narrativa.

Não, na hora de dormir a conversa é pouco porque o homem é zangado. Todo mundo chegou, deitou na rede e dormiu. Não tinha muito que falar não. Tinha pesadelos lá. Tinha uma noite que eu estava lá deitado na rede, aí eu estava acordado. Pra mim que eu estava assim, que eu estava saindo de lá. Quando eu levantei e abri a porta, pra mim é como se tivesse uma porta e eu levantei e tinha um homem sentado na pedra. Aí quando eu olhei pra ele que eu dei um gritão assim que eu caí pra trás. Aí quando eu caí pra trás foi na hora que eu abri os olhos e estava dentro da rede. Foi só mesmo ilusão na cabeça. Sei lá, alguma coisa avisando a gente, o lugar que eu estava ali me

⁵⁷⁸ LOPES, Alberto Pereira. **Escravidão por dívida no norte do Estado do Tocantins**: vidas fora do compasso. 2009. 317p. Tese [Doutorado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009, pp. 277-278.

⁵⁷⁹ JOSÉ. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia, 13 de outubro de 2008.

deixou assombrado, até hoje eu vou ficar traumatizado. Só que não estou muito traumatizado não, mas dá pra ficar totalmente abalado.⁵⁸⁰

Outra passagem marcante da narrativa de José foi a história de um de seus companheiros conhecido pela alcunha de Raposa, com o qual perdera o contato, até hoje desconhecem o seu paradeiro. Na última parte deste extrato de memória é possível notar quão exploradora era esta relação de trabalho. Atentemos à fala de José e aos termos em que ele coloca a impunidade no Brasil, ao passo que a posta na impolitez da Polícia Federal.

Teve uma vez, o ‘Raposa’ fugiu e disse que ia denunciar a fazenda. Mas nunca mais viram esse cara, aí ninguém também sabe o que aconteceu com ele, né? Ninguém tinha aniversário não. Tinha vez lá que ele levava umas cervejas para ele mesmo e um ‘carrote’ de 50 litros de cachaça pra nós. Mas nunca teve um momento de dizer assim: ‘Rapaz hoje nós estamos bebendo aqui por conta do cabra, o nosso patrão, estamos bebendo por conta dele’. Não nada. [...] Em dois anos de muito trabalho, sem sábado e nem domingo, o dinheiro ‘mais grande’ que eu peguei lá foi de duzentos e cinquenta contos porque tinha um rapaz novo lá e aí foi fazendo a cerca com ele, daí me deu todo o dinheiro lá. Mas depois disso nunca mais deu dinheiro certinho não. [...]. Com os duzentos? Óxenti’ nós mandava trazer cachaça, pagava fumo, pacote de fumo, barra de sabão e pagava as despesas. A casa do ‘gato’, ele dorme lá dentro e os peão dorme lá fora, mas agora ninguém está dormindo lá dentro porque ele tem medo dos cabras sair, então ele está dormindo lá fora. É um revolver aqui do lado, uma 20. Tem um fuzil lá que atinge até 500 metros e o cabra fala que atinge até mil metros. Se ele não puxar é quando o cara tem sorte. [...] Rapaz eu acho que essas pessoas, elas pensam assim. Pensam que porque apesar de ter muito dinheiro pensa que é dono do mundo, pensa que compra Ministério do Trabalho, disse que eles comprem esses pestinhas aí. Mas eu acho que a Federal não tem dinheiro que compre né? É, ela é séria, a Polícia Federal é séria, pra mim eu acho. Eu nunca ouvi dizer que compraram a Polícia Federal.⁵⁸¹

Sobre o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán CDVDH/CB, ele coloca o peso da expectativa, não somente na instituição, como no Ministério Público e demais envolvidos, da ação para fazer valer seus direitos. Fez referência ao papel exercido por um padre na acolhida e encaminhamento a entidade.

Agora eu vou tentar recomeçar, ver o que o Centro de Defesa faz, o Ministério Público, os oficiais de justiça ver como é minha luta. Aí espero que eles deem muita força pra mim e que prendam esse cara. Não pode um homem desse que está comprando o Ministério, está comprando todo mundo. Que a Federal está aí, não pensa que ele tem muito dinheiro porque ele não vai comprar ela não. [...] porque de noite é perigoso. Ai eu dormi na casa do padre. Ele me chamou e disse: ‘Vamos embora, meu filho’. Aí na casa dele eu cheguei lá, banhei, aí almocei, quero dizer jantei. Almocei e jantei lá porque eu comi três vezes lá. O padre tinha me dado o dinheiro pra eu pegar o moto-táxi e vir aqui. [...] A Carmen, Dona Carmen, uma ótima pessoa que me ensinou. Aí depois ela me falou pra ficar aqui enquanto elas resolviam.⁵⁸²

⁵⁸⁰JOSÉ, 2008.

⁵⁸¹Idem., 2008.

⁵⁸²JOSÉ. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia, 13 de outubro de 2008.

É preciso pontuar o destacado e estratégico papel assumido pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán CDVDH/CB ao longo dos últimos vinte anos no combate ao trabalho escravo contemporâneo com reverberações para além do Norte-Nordeste do Brasil, com ações contíguas de prevenção, repressão e tentativas de inserção dos trabalhadores[as] resgatados[as] da escravidão contemporânea e/ou em situações de vulnerabilidade social e de seus familiares. Ainda sobre suas relações com o CDVDH/CB, acrescentou:

Está me orientando pra ver meus negócios na justiça, me dando muita força, é uma pessoa ótima e espero que, graças a Deus, espero que cada vez mais vai pra frente o trabalho do Centro porque são pessoas de muita competência e vocês também que tão aqui comigo sentado né? E que nós vamos tudo pra frente para que meus amigos que estão no meio de uma fazenda, numa carvoeira, o que é que deve fazer pra denunciar, pra não ficar com medo de morrer. Porque se tive medo de morrer, o cara tem medo de morrer mesmo, mas se ficar com medo é cada vez mais pior o cara ficar aguentando. [...] Eu cheguei aqui ela, a Carmen me deu um apoio, já almocei, comi bastante num restaurante na frente da rodoviária. Comi frango, comi carne, salada, macarrão, comi um monte de coisa. Rapaz, de ontem pra hoje eu comi tudo. Carne, eu tenho vontade de comer um monte de coisa gostosa, mas é assim mesmo. Eu não tenho muitos prazeres na minha vida, não. O que eu tenho prazer é receber meu trabalho, ser um cidadão comum, ser um tipo de cidadão respeitável e viver a minha vida. Só isso. [...] As pessoas aqui do Centro de Defesa da Vida que já me ajudaram muito e estão ajudando. Espero que cada vez mais, algum amigo meu estiver com dó de entrega um patrão, fazendeiro ou dono de carvoeiro, ele não vai ter pena dele não que ele não tem pena da gente não. Ele vai botar logo pra matar o cabra então a gente que não tem que ter pena de entregar pra Justiça, Só isso que eu digo. E vamos ter fé em Deus e vamos pra frente que com certeza a gente muda esse mundo.⁵⁸³

Ainda sobre seus sonhos José coloca que deseja viver uma vida simples e tranquila, e mesmo ainda muito jovem, já é o arrimo da família e como tal, projeta um futuro de segurança a sua família: “o meu sonho é comprar uma casinha pra morar mais minha mãe e irmã, viver minha vidinha sossegada e dizer: ‘Mamãe, essa é a casinha da senhora!’ E nós vivermos uma vida sem perturbação, sem ninguém ameaça ninguém, e vive nossa vida”.⁵⁸⁴ Por fim, nosso narrador faz um importante alerta:

Rapaz eu estou falando aqui pros meus amigos que tiverem me ouvindo, que é pra vocês terem força, ser forte que nem eu e chegar e encarar e denunciar os patrões que acha que é melhor do que a gente. Não é porque eles têm dinheiro que é melhor que a gente é que pode fazer isso não. Pode procurar o Centro de Defesa que nós temos nossos direitos e estão aqui pra ajudar. Tem a Polícia Federal também que é muito competente e ajuda a gente nesses casos. E a gente nunca pode desistir.⁵⁸⁵

⁵⁸³JOSÉ, 2008.

⁵⁸⁴JOSÉ, 2008.

⁵⁸⁵JOSÉ. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia, 13 de outubro de 2008.

Fomos ao conjunto das reflexões sociológicas empreendidas por José de Souza Martins, cuja singularidade e refinamento intelectual pontuam grande parte das atuais reflexões a respeito do camponês, enquanto enredador das questões agrárias no Brasil, para compreender, dentre outras questões, o avanço da frente de expansão capitalista sobre a frente pioneira, bem como a parêntese conceitual dos conflitos e paradoxos entre *terra de trabalho-camponês* versus *terra de negócio-capitalista*⁵⁸⁶, esta segunda demarcada pelo modo rentista da propriedade e do uso da terra, e o primeiro por um processo histórico de abissal desigualdade fundiária, que não implica o uso do trabalho de outros para além da família. Já a terra de negócio, sentencia Martins, tem como base o princípio da exploração operada pela ação capitalista no campo. Para este sociólogo há dois campos de tensão na área de fronteira, percebida como espaço de estranhamento e conflitualidades das forças desiguais entre as frentes pioneira e de expansão. Na sociedade capitalista contemporânea tudo parece ter se convertido em objeto de consumo, não somente a terra, mas também a vida e o ser humano. Dito isto, encerramos a Estação II, que tratou dos conceitos de migração, identidade e fronteira, atravessados pelas variantes do conceito de território, como territorialidades e multiterritorialidade, só para citar alguns. Diante disto, lançamos mão de fontes diversas e de maneiras dessemelhantes de tratá-las, a exemplo de mapas, gráficos, fotos e entrevistas, para pensar a escravidão contemporânea em partes do Maranhão e Pará. Também fomos à estamperia dos discursos de representação, produzidos por poetas da região, para compreender elementos da dinâmica social e cultural da região. Feito isto, seguiremos rumo à Estação III, cujo mote principal é refletir sobre a noção de territorialidade migratória, acessada através das narrativas construídas por nossos sujeitos histórico-geográficos, para o qual tomamos a experiência do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB como ponto de partida.

⁵⁸⁶MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In.: **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2ª ed., Petrópolis: Vozes 1983, pp 151-177. / SCHWARZ, Rodrigo Garcia. **Terra de trabalho, terra de negócio**: o trabalho escravo contemporâneo na perspectiva (da violação) dos direitos sociais. São Paulo: LTR, 2014.

Poema a Antônio Gomes

[...]

Sou teu Escravo. Tu meu patrão.
Escravocratas não passarão!
Quero direitos, recebo traição.
Escravocratas não passarão!

Quero dignidade, ganho aflição.
Escravocratas não passarão!
Quero salário, vem com o chicote não mão.
Escravocratas não passarão! [...]

Xico Cruz

Narradores de Atlas:

Geografando histórias de vida nos palimpsestos da memória

ESTAÇÃO III: TERRITORALIDADES MIGRATÓRIAS

NARRADORES DE ATLAS

Geografando histórias de vida nos palimpsestos da memória

*Os cientistas dizem que somos feitos de átomos, mas um passarinho me diz que somos feitos de histórias.*⁵⁸⁷

Eduardo Galeano

*São geralmente os peões gente nova. Porém com frequência, pais de família com vários filhos. Iludidos quase sempre a respeito do pagamento, do lugar, das condições de trabalho, do atendimento médico. Tendo que pagar até a viagem - contratado e estipulado num a posteriori decepcionante e forçado. Em sistema de empreitada que significa submeter-se, além do dono e seu gerente, às fraudes e abusos dos empreiteiros. Já na mata das fazendas, sem possibilidade de saída. Fechados no 'inferno verde'. Controlados por pistoleiros e 'gatos'.*⁵⁸⁸

Pedro Casaldáliga

Constatamos que a assertiva de Eduardo Galeano que inicia este último capítulo se reporta ao devir do narrador e seu pesquisador-narratário, tributando a este último um ônus para com a sociedade, fazer em narrativa os fragmentos de memória. Destarte, seguimos a propositura do bispo católico defensor dos Direitos Humanos, Dom Pedro Casaldáliga, que de modo enfático descreve em linhas gerais o trabalho escravo⁵⁸⁹ nas fazendas da Amazônia brasileira. Soma-se a estas epígrafes a imagem inaugural do capítulo que traz a representação de um novo Atlas, um aguerrido sobrevivente da sociedade contemporânea, a figura de um trabalhador rural preso às amarras do mundo do capital, o qual tem de carregar sobre os ombros, caminhando sobre um palimpsesto⁵⁹⁰ e assim

⁵⁸⁷Frase apresentada pelo escritor uruguaio Eduardo Galeano [1940-2015] no lançamento de sua última obra, GALEANO, Eduardo. **Os filhos dos dias**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

⁵⁸⁸CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. São Félix do Araguaia, 1971. [Mimeo], p. 106.

⁵⁸⁹Grafamos em letras maiúsculas, as expressões Direitos Humanos e Trabalho Escravo no início deste parágrafo, atendendo a solicitação de membros do CDVDH/CB, para expressar em relevo de suas significações.

⁵⁹⁰Trata-se, de um pergaminho feito de pele de animais ou papiro vegetal, precursor do papel. O termo *palimpsesto* é originário do grego antigo e significa raspar para escrever novamente. Assim, desde o fim da Antiguidade e, sobretudo, durante o Medievo europeu era comum a reutilização de pergaminhos com a sobreposição de textos, o

[re]construindo sua própria história. Ademais, compreendemos, pois, que nas andanças dos nossos narradores, como um Atlas moderno, constroem *geografias de vida* percorrendo seus próprios mapas. E sobre mapas consideramos o seu aparato crítico e ancorado no contexto da produção do documento histórico. Advogamos o mapa como documento rico em detalhes, como bem afirmou Jean-Marc Besse, para quem o Atlas é “portador de uma potência sintética e de uma intenção enciclopédica”,⁵⁹¹ é também um instrumento de poder e carrega um lastro de dominação ao longo da história e da geografia, do qual evocaremos neste capítulo, sob o esteio das memórias de nossos narradores de Atlas.

Com efeito, rememoramos o ensaio *O Narrador*,⁵⁹² de Walter Benjamin, que destaca a diferenciação entre as práticas solitárias do escritor e seu leitor com as relações pactuadas entre o narrador e o narratário. Para o autor, constituem-se em boas narrativas escritas “as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos”,⁵⁹³ em outras passagens do texto Benjamin relaciona a narrativa e o trabalho manual, para quem o narrador é um artesão de memórias e ressalta a importância deste que

figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer ao acervo de toda uma vida. [...] Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la inteira. O narrador é o homem que poderia deixar luz tênue de sua narração consumir completamente a mecha de sua vida. Daí a atmosfera incomparável que circunda o narrador.⁵⁹⁴

Neste ensejo, a cada evocação mnemônica o narrador desencapsula suas memórias individuais e as insere no coletivo. Neste sentido, a memória é prática mediada, traduzível pela polissemia das memórias coletivas, conferindo à narrativa uma condição de presentificadora do passado. Neste sentido, nossos narradores não se assemelham ao personagem Funes do conto de Jorge Luís Borges,⁵⁹⁵ com sua memória mirífica, são pessoas comuns, que portam o

que resultou na perda de inúmeros documentos de grande valor histórico, outros, no entanto, são possíveis de recuperação, graças aos usos das novas tecnologias de restauro documental.

⁵⁹¹BESSE, Jean-Marc. **Totalidades e dispersão**. O Atlas geográfico e as figuras da racionalidade. São Paulo: 2014. [No prelo.], p. 5.

⁵⁹²BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 197-221.

⁵⁹³Ibid., p. 198.

⁵⁹⁴Ibid., p. 221.

⁵⁹⁵BORGES, Jorge Luís. Funes, o memorioso. In.: BORGES, Jorge Luís. **Ficções**. São Paulo: Globo, 1982, pp. 89-97. Segundo Soares [2012, p. 192], “Funes el memorioso de Jorge Luís Borges escrito em 1944, sobre um jovem chamado Ireneo Funes, de memória prodigiosa, era capaz de aprender por osmose qualquer idioma ou fato histórico. Sem, contudo, estabelecer relações de abstração e análise nas informações, apesar de que sua memória homérica, era incapaz de articular as informações orbitadamente de modo a transpô-las a conhecimentos aplicáveis, ou seja, o Memorioso não era afeito às habilidades intelectuais, ele só memorizava, mas não abstraía. Funes era considerado uma enciclopédia ambulante em seu vilarejo. Outrossim, os historiadores têm sido tratados

obsedante desejo de partilhar suas histórias de vida enquanto representações e constructos sociais na produção de memórias e territorialidades. Destarte, cumpre observarmos que a analogia de *Funes, O Memorioso* de Borges nos serve para entendermos que mais importante que o acúmulo de memórias é a capacidade de aferi-las no espaço e articulá-las no tempo. E, portanto, se fazerem guardiões de um passado comum irrompendo temporalidades na tessitura dos fios tramados pela memória na roca do tempo para coser o tapete da história.⁵⁹⁶ Assim, as perspectivas do narrador constituem interesse primeiro, são vitrais de um caleidoscópio que cambia suas formas e cores a cada ato de [re]memorar, e contém em si mesmo um palimpsesto de infindáveis reescritas. Neste sentido, alguns de nossos narradores mais politizados se aproximaram do que sintetizou George Orwell na máxima “quem controla o passado controla o futuro: quem controla o presente controla o passado”.⁵⁹⁷ Ainda sobre a narração, Jeanne Marie Gagnebin advoga a “importância da narração para a constituição do sujeito [...] da rememoração, da retomada salvadora pela palavra de um passado que, sem isso, desapareceria no silêncio e no esquecimento”,⁵⁹⁸ reverberando o sentimento de pertença social e, sobretudo, identidade individual e coletiva. Afinal, a memória “de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos”,⁵⁹⁹ como exortou Thompson.

Assim, memória e esquecimento, identidade e diferença, são elementos categoriais importantes para a compreensão de nossos sujeitos-narradores que, via de regra, nos processos migratórios conformam redes de solidariedade e apropriam-se do espaço, a partir da busca por marcadores de similaridades e diferenças. Estes aguerridos trabalhadores rurais, a maioria maranhenses, estabelecem relações que culminam em formas de resistências às agruras sofridas nas fazendas sob regime de escravidão. Assim o uso narrativo das formas mnemônicas entre [re]memorar e esquecer é também uma estratégia de poder, como assinala Paul Ricoeur para quem o *veleiro de três mastros*,⁶⁰⁰ a história, a memória e o esquecimento, sustenta o velame e dá o sentido à embarcação da vida social. Valemo-nos da imagem do *palimpsesto* em que “o

como simples colecionadores de objetos antigos ou até mesmo como um calendário ambulante e não como críticos analistas do homem no tempo”. A respeito deste conto, vide SOARES, Fagno da Silva. **Escravizados do carvão: historiando identidades e memórias em Açailândia/MA, no tempo presente**. 2012. 300p. Dissertação. [Mestrado em História do Brasil], Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

⁵⁹⁶SOARES, Fagno da Silva. **Escravizados do carvão: historiando identidades e memórias em Açailândia/MA no tempo presente**. 2012. 300p. Dissertação. [Mestrado em História do Brasil], Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012, p. 192.

⁵⁹⁷ORWELL, George. 1984. São Paulo: Editora Nacional, 1996, p. 35.

⁵⁹⁸GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994, p. 03.

⁵⁹⁹THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 44.

⁶⁰⁰RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007, p. 19.

tempo presente é reescrito indefinidamente utilizando-se o mesmo material, mediante correções, acréscimos, revisões”⁶⁰¹ num *ad continuum* processo de [re]escrita.

É certo, portanto, que o trabalho do narratário, assim como a prática mnemônica do narrador, assemelha-se ao das moiras⁶⁰² Cloto, Láquesis e Átropos, que segundo a mitologia grega fabricavam, teciam e apartavam o fio da vida no tear da roda da fortuna. Em termos próximos, fazem os narratários de escuta sensível, intérpretes da memória, conferindo-lhes a tarefa de transcrever, conferir, categorizar, problematizar e analisar criticamente, e por fim, devolvê-las ao aceite dos entrevistados. Não por acaso, Paul Thompson aduziu que “a habilidade fundamental na história oral é aprender a escutar”.⁶⁰³ Amealhamos esta a outra em nosso percurso de pesquisa, seguindo o alerta *benjaminiano* de escovar as memórias a contrapelo,⁶⁰⁴ a consenso dos que defendem que o narrador “se imprime na narrativa, como a mão do oleiro na argila do vaso”.⁶⁰⁵ Nos termos da pactualidade entre narrador e narratário, Bosi acrescenta que

nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado que deve poder ser reproduzido. A memória é faculdade épica por excelência. Não se pode perder nos desertos do tempo, uma só gota da água irisada que, nômades, passamos do côncavo de uma para outra mão. A história deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos [...] A arte de narrar é uma relação alma, olho e mão: assim transforma o narrador sua matéria, a vida humana.⁶⁰⁶

Ao se desvelarem as memórias desses sujeitos ordinários⁶⁰⁷ consubstanciamos numa narrativa pavimentada de sonhos e [de]esperanças que refletem suas vidas, e o fazem para

⁶⁰¹BÉDARIDA, François. Tempo Presente e Presença da História. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. [Orgs.]. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 8ª ed., 2006, pp. 217-229, p. 221.

⁶⁰²Cf. SOARES, 2012, p. 193. “também conhecidas como parcas pelos romanos. Eram figuras mitológicas, representadas por três irmãs fiandeiras de aparência fúnebre, donzelas do destino, responsáveis pelo nascimento, vida e morte dos mortais. Segundo a mitologia grega eram responsáveis em fabricar, tecer e apartar o fio da vida no tear roda da fortuna, que representava os bons e maus momentos da vida. Cloto, em grego significa ‘fiar’ era a deusa da vida, tecia o fio da vida, Láquesis significa ‘sortear’ que sorteava os destinados à morte e enrolava o fio tecido e Átropos que significa ‘afastar’ a qual cortava o fio da vida, por isso era responsável pela morte”.

⁶⁰³THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 44.

⁶⁰⁴Paráfrase de “*escovar a história a contrapelo*”, vide BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994, p.225.

⁶⁰⁵BENJAMIN, 1994, p. 205.

⁶⁰⁶BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. 3ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 90.

⁶⁰⁷Conceito elaborado por Michel de Certeau para designar o homem comum, que reinventa o cotidiano com suas táticas e estratégias de resistência à dominação. Trata-se de um herói anônimo capaz de escapar aos enquadramentos e macro dominância em suas relações micro cotidianas de resistência, de modo astuto e, por vezes, intuitivo. No sentido aqui empregado, não se dá na dimensão ontológica, mas como uma forma de estar e agir no mundo operado por seus horizontes de perspectiva.

se manterem vivos em suas lembranças de um passado que preferem não esquecer, para que sirva, em certa medida, aos seus e aos outros como um exemplo de destemor e coragem destes homens que constroem e são construídos por suas memórias entre o vivido e o lembrado. Sandra Pesavento assevera que para a análise das memórias experienciadas faz-se necessário escavar as camadas da *experiência da vida* como um arqueólogo que busca o elo perdido por entre os vestígios das reminiscências do trabalhador, que podem trazer à tona chaves explicativas com as quais o pesquisador deverá ladrilhar, ou seja, revestir de verniz teórico a empiria, e assim reluzir academicamente, podendo ser [re]inscritas nos palimpsestos da memória. Acerca disto, a autora acrescenta que

esta definição primeira do palimpsesto nos fornece uma chave para os olhos [...], quando se volta para o passado. Há uma escrita que se oculta sobre outra, mas que deixa traços; há um tempo que se escoou, mas que deixou vestígios que podem ser recuperados. Há uma superposição de camadas de experiência de vida que incitam ao trabalho de um desfolhamento, de uma espécie de arqueologia do olhar, para a obtenção daquilo que se encontra oculto, mas que deixou pegadas, talvez imperceptíveis, que é preciso descobrir.⁶⁰⁸

Neste sentido, utilizamos a analogia da memória como palimpsesto para ilustrar a capacidade de reter informações, que jazem por vezes no inconsciente, podendo ser ativada a qualquer tempo num trânsito contínuo do lembrar/esquecer, acumulando e sobrepondo-se a outras memórias antigas e recentes. Para tal, inspiramo-nos em Norberto Bobbio para quem

somos aquilo que pensamos, amamos e realizamos [...] somos aquilo que lembramos. Além dos afetos que alimentamos, a nossa riqueza são os pensamentos que pensamos, as ações que cumprimos, as lembranças que conservamos e não deixamos apagar e das quais somos o único guardião. Que nos seja permitido viver enquanto as lembranças não nos abandonarem e enquanto, de nossa parte, pudermos nos entregar a elas.⁶⁰⁹

Portanto, a memória é inerente à condição humana, só se faz indivíduo a partir do coletivo, trata-se, portanto, de uma elaboração em permanente construção, ou seja, uma memória individual é também coletiva. Ao contrário do que muitos afirmaram, a memória não se resgata como uma fotografia antiga de um banco de dados e nem tampouco se recupera como algo congelado no tempo. Ao evocar uma memória, esta se cruza aos elementos do presente frente aos estímulos. Como bem afirmou Iván Izquierdo, a evocação de uma memória é algo “como reconstruir uma casa: quantos mais tijolos se têm à disposição, melhor será a

⁶⁰⁸PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In.: **Esboços** Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFSC. vol. 11. Florianópolis: UFSC/Gráfica Universitária, Nº 11, 2004. p. 26.

⁶⁰⁹BOBBIO, Norberto. **O tempo da memória**: de senectude e outros escritos autobiográficos. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.30.

reconstrução; se há algum indicativo de a que lugar da casa pertenciam grupos desses tijolos, a tarefa poderá ser facilitada”.⁶¹⁰ Destarte, somos, pois, no fugidio universo da memória, a combinação do que lembramos com o que esquecemos. A este respeito, Iván Izquierdo destaca que

[...] não podemos fazer aquilo que não sabemos, nem comunicar nada que desconheçamos, isto é, nada que não esteja na nossa memória. Também não estão a nossa disposição os conhecimentos inacessíveis, nem formam parte de nós episódios dos quais esquecemos ou os quais nunca atravessamos. O acervo de nossas memórias faz com que cada um de nós seja o que é: um indivíduo, um ser para o qual não existe outro idêntico [...] O passado, nossas memórias, nossos esquecimentos voluntários, não só nos dizem quem somos, como também nos permitem projetar o futuro; isto é, nos dizem quem poderemos ser [...] Eu sou quem sou, cada um é quem é, porque todos lembramo-nos de coisas que nos são próprias e exclusivas, e não pertencem a mais ninguém. As nossas memórias fazem com que cada ser humano ou animal seja um ser único, um indivíduo.⁶¹¹

Para além do debate proposto por Izquierdo acerca das nossas memórias, acrescentamos que as memórias que consideramos individuais são também, a grosso modo, coletivas. Neste sentido, a memória é matéria-prima para a construção de identidades,⁶¹² pois, é na constituição identitária da relação entre o coletivamente vivido e o individualmente lembrado que fabricamos, na perspectiva dialógica, o eu-coletivo, pois o indivíduo nunca é um ser fechado em si mesmo, constitui-se da “interação entre o eu e a sociedade”.⁶¹³ Dadas as devidas reservas, esta perspectiva se aplica à memória individual, uma vez que ela

[...] não é apenas nossa, é um somatório de lembranças de várias pessoas que fizeram parte da nossa história. As lembranças são individuais, pois para cada pessoa fica marcado o significado de acontecimentos experimentados coletivamente. As lembranças do passado não permanecem inertes no tempo, mas vão se reconstruindo a partir das representações do presente. Pode-se mesmo dizer que a memória é dinâmica, ela é recriada por novos acontecimentos ou por novas lembranças que são agregadas àquelas do passado que são [re]elaboradas pelas vivências do presente. Portanto, passado e presente se fundem, se confundem, se agregam, pois a memória não conhece passado, mas é sempre presente.⁶¹⁴

⁶¹⁰IZQUIERDO, Iván. **Memória**. 2ª ed., rev. e ampl. Porto Alegre: ArtMed, 2011, p.80.

⁶¹¹Conforme IZQUIERDO, Iván. **Memória**. 2ª ed., rev. e ampl. Porto Alegre: ArtMed, 2011, pp.11-12. A respeito do debate sobre memória no campo da neurociência, destacamos outras obras de IZQUIERDO, Iván. **Questões sobre memória**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004. / IZQUIERDO, Iván. **A arte de esquecer: cérebro, memória e esquecimento**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004.

⁶¹²Nos fundamentamos em Stuart Hall para quem as identidades são forjadas na relação com a diferença. Desta forma, para se fazer o ‘eu’ necessitamos do ‘outro’. Pois são os marcadores da diferenciação que nos constituímos, portanto é no ‘nós’ que contém o ‘eu’ tomado por uma multiplicidade de outros. Portanto, assim como as memórias, as identidades são fluídas e pluralizadas.

⁶¹³HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 11.

⁶¹⁴CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **História e repressão: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o Regime Militar em Teresina**. Dissertação [Mestrado em História do Brasil] Departamento de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí-UFPI, Teresina: 2006, p. 227.

Partimos da premissa de que evocar memórias é muito mais do que trazer o passado ao presente, é também uma prática social de identificação individual e coletiva. Pensamos memória como indissociável de identidade, já que uma opera sobre a outra, enquanto práticas discursivas e sociais. Ademais, advogamos que toda memória individual é coletiva e a identidade se constitui nas relações com a alteridade. Assim, a cada rememoração, nossos narradores reorganizaram seu arsenal mnemônico à luz das suas múltiplas identidades para construir sua narrativa, dando-lhe atualizados significados a cada nova experiência vivida. Desta forma, a prática narrativa funciona como uma esponja com a porosidade de que lhe é própria, presentificando o passado. Neste sentido tivemos que deixá-los falar como dito noutras passagens, compondo suas histórias levando-nos a outras fontes documentais com as quais tivemos que trabalhar, a exemplo deste capítulo/estação consubstanciado pela discussão histórico-geográfica da noção-chave de territorialidades migratórias, atravessada pelas categorias memória e identidade fundantes à compreensão da empiria que emergiu durante a análise do processo de [des/re]territorialização dos trabalhadores rurais do Maranhão no Pará.

Desta feita, compreendemos, pois, que as memórias aqui narradas e detidamente analisadas deixam de sê-las para tornarem-se geografias de vida. Seguimos guiados por incursões da relação entre os binômios descritivo/analítico e compreensivo/interpretativo das fontes orais, valorando o papel do indivíduo-coletivo na formação de redes de solidariedade. Para tanto, na seção a seguir analisamos as memórias experienciadas como fractais⁶¹⁵, evidenciando desde os processos de aliciamento até o resgate, mormente o cotidiano de trabalho nas fazendas, e seus processos de aliciamento, resistências, querelas, fugas, mistifórios, denúncias e dissídios, ou seja, as práticas vivenciais dos trabalhadores rurais maranhenses escravizados em fazendas no Pará, tratados pelos seus contratantes como lumpemproletariado.⁶¹⁶

⁶¹⁵Termo cunhado em 1967 por Mandelbrot, são estruturas geométricas abstratas, fragmentadas e de grande complexidade, cujo padrão repete-se de modo infidável. Ao subdividir-se preserva em partes as singularidades do todo. Interessa-nos neste estudo, cotejar os fractais aos recortes de memória de nossos narradores geográficos, “enquanto infinitas partes de si mesmas que a compõe, e cada parte contém cópias ainda menores como chips de um sistema ou células de um órgão. Em nosso caso, cada fractal de memória vem a ser uma espécie de átomo portador de um conjunto macrológico de memórias a serem desveladas”. Cf. SOARES, 2012, p. 194.

⁶¹⁶Vocábulo marxista de caráter generalista, empregado aqui em sentido pouco semelhante ao apresentando por Karl Marx e Friedrich Engels no final da obra *A ideologia Alemã* de 1845, que reaparece em escritos subsequentes de Marx como *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* de 1852. Mas é na clássica obra *O Capital* de 1867, onde o termo é melhor desenvolvido, para quem os autores não demonstram apreço ao grupo social, do qual nomeiam de *lumpem*, de forma pejorativa e estereotipada para nomear o grupo desintegrado de trabalhadores em condições de extrema miséria e ausência da consciência política e de classe, adjetivá-os de farrapos, degenerados, escroques, saltimbancos, delinquentes, alcaguetes, *la bohème* para utilizar os termos dos próprios autores Marx e Engels em

A respeito disto, dedicamos este capítulo ao liame entre a memória e a espacialidade que emergiram nas entrevistas e suas intrínsecas relações com o território e a migração temporária, enquanto categorias geográficas, para que chegássemos à noção de territorialidade migratória, *sine qua non* a nossa compreensão de trabalho escravo contemporâneo na Amazônia. Deste modo, acessamos através das narrativas mnemônicas aqui compreendidas como documento/monumento,⁶¹⁷ construídas pelos protagonistas deste estudo, suas teias e dimensões identitárias forjadas ao calor do processo de [des/re]territorialização vivido por nossos sujeitos histórico-geográficos, verdadeiros combatentes da memória espacializada, ao evocar suas memórias antes e depois da migração. Pois esta funciona como marco divisor de suas vidas, resultante das contíguas e indeléveis interações socioespaciais.

As reflexões primeiras intentam geografiar as narrativas dos trabalhadores impregnadas de memórias e espacialidades forjadas por nossos sujeitos geográficos migrantes, cujo objetivo precípua foi alcançado durante a análise dos fragmentos de memória cuidadosamente eleitos à baila de um profícuo debate teórico acerca de relações pontuais entre memória e história, destas relações exsurtem os territórios de memória os quais abrigam os igualmente importantes lugares de memória. Amalgamamos, pois, na segunda parte do capítulo, a atuação dos vinte anos do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB no enfrentamento à escravidão contemporânea como ponto de partida para nossas reflexões que derivam da análise cuidadosa das narrativas não só de trabalhadores rurais migrantes em suas experiências vivenciais e redes de sociabilidade e resistência, com articulação escalar local-regional, mas também na perspectiva dos militantes e defensores dos direitos humanos nas escalas nacional e internacional. Com efeito, a produção de memórias, que permite bricolar identidades, gera, por sua vez, apropriações socioespaciais como práticas de vazão e estratégias de resistência dos trabalhadores rurais subalternizados que, mesmo tratados como *outsiders* no Pará, construíram suas territorialidades migratórias, temário sobre

A *Ideologia alemã*. Algumas autores da tradição marxista, trazem variações como subproletariado e lumpesinato, sendo este último um tanto mais complexa.

⁶¹⁷Ancoramos nossas reflexões, no esteio das discussões teórico-metodológicas propostas por Jacques Le Goff para quem a memória coletiva reverbera-se sob forma de documentos e monumentos verdadeiros e falsos, restando ao pesquisador lançar luz a esses documentos/monumentos. Para o autor “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa”. LE GOFF, 2003, pp. 535-536. Para mais, vide LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In.: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2003. pp. 525-539.

o qual nos guiamos na derradeira sessão deste último capítulo, cujo título já enuncia uma geografia do tempo e uma história do espaço.

No enlevo destes, trazemos diversas imagens no decurso do capítulo, à guisa de Sebastião Salgado para quem a “fotografia não precisa de tradução. Você escreve. É universal. A verdadeira linguagem universal é a fotografia. E para que essa linguagem tenha o poder de transmissão, ela tem que ser bem escrita, bem apresentada, bem-feita. Na realidade, você não precisa de legenda”.⁶¹⁸ Nos termos da fotografia, como reveladora da sociedade, José de Souza Martins assinala que “o invisível se torna visível na própria evidência visual e fotográfica, contida nas coisas que restaram, de quem lá esteve e já não está [...] que a sociedade é anômala e provisória, sociedade dos que perderam a liberdade”.⁶¹⁹ Neste sentido, a fotografia não é elemento ilustrativo, mas documento de reflexão e profunda análise, bem como denúncia. Neste enlevo, rememoramos aqui a passagem do Greenpeace em Açailândia utilizando-se da foto-denúncia para levar ao mundo fragmentos das práticas neoescravocratas na região. Neste caso, “o documento fotográfico se presta à denúncia social”.⁶²⁰ A fotografia nunca é um dado pronto, e nem um fim em si mesma, é sempre palco de interpretações possíveis, como bem nos lembra Sontag para quem

a sabedoria suprema da imagem fotográfica é dizer: ‘aí está a superfície. Agora, imagine - ou, antes, sinta, intua, o que está além, o que deve ser a realidade, se ela tem esse aspecto’. Fotos, que em si mesmas nada podem explicar, são convites inesgotáveis à dedução, à especulação e à fantasia.⁶²¹

Ainda sobre a foto-denúncia, o fotógrafo maranhense Marcelo Cruz, autor de grande parte das fotos presentes neste estudo, é bastante enfático ao nos informar que suas fotografias têm interesses não só artísticos, mas principalmente a conotação de denúncia “[...] às atrocidades cometidas contra os direitos humanos nas carvoarias e fazendas de Açailândia para além da pesquisa, é um trabalho de combate a toda forma de exploração à pessoa humana”.⁶²² Compreendemos então que a fotografia opera como testemunha implacável do tempo. O fotógrafo-artista Marcelo Cruz consegue, portanto, fazer denúncias, levando ao mundo o que viu e sentiu através das lentes de sua câmera fotográfica.⁶²³ Nestes termos, o artista

⁶¹⁸SALGADO, Sebastião. **Trabalhadores**: uma arqueologia da era industrial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 29.

⁶¹⁹MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2013, p. 27.

⁶²⁰KOSSOY, Boris. O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, Nº 49, p. 35-42 – 2005, p. 39.

⁶²¹SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Companhia das Letras, São Paulo, 2004, p. 33.

⁶²²CRUZ, Marcelo. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. maio, 2012.

⁶²³SOARES, 2012. p. 204.

narra suas impressões ao ter registrado com as lentes de sua câmera os trabalhadores, grafou que “[...] o clima é tenso, os trabalhadores trazem no rosto as marcas da dor e no olhar uma profunda tristeza, motivados, talvez, pela incerteza de futuro”.⁶²⁴ Inspirado em Sebastião Salgado, o jovem fotógrafo tem nos acompanhado desde o mestrado, realizando fotografias que são, ao mesmo tempo, testemunhos documentais e registros de denúncia sem, contudo, perder sua expressão artística e, por extensão, sua estética. Da análise das condições de trabalho e vida de nossos trabalhadores escravizados, Marcelo Cruz, pontua que

não avançamos tanto assim, criamos belas leis em defesa dos direitos humanos que só existem no papel. Os grandes, sempre se alimentaram da força dos mais fracos, do desrespeito à vida humana, da desigualdade social. Trabalhadores como esses que vendem sua força trabalho na carvoaria, não tem direito nem ao lazer com a família porque quando sair desse mar de fumaça a única força que lhe resta é de deitar e descansar para no outro dia não faltar à luta e garantir que ele e sua família tenham o direito a sentar-se a mesa e ter o que comer.⁶²⁵

Notadamente, a fotografia é capaz de nos situar numa tênue e matizada relação entre o espaço-temporal através de “[...] elementos materiais capturados e congelados pelas lentes do fotógrafo”.⁶²⁶ Nestes termos, a imagem fotográfica como fragmento de uma dada realidade deixa de ser um elemento ilustrativo para tornar-se uma fonte para a análise crítica do pesquisador em que pese o [con]texto fotográfico,⁶²⁷ considerando que vivemos numa civilização da imagem,⁶²⁸ à que somos dependentes. Realizando uma breve, mas contumaz, incursão teórica, José de Souza Martins advoga que “[...] sem a imagem a cotidianidade seria impossível. Mesmo quando não temos uma fotografia para cada situação, o imaginário cria uma imagem em nós e para nós. De certo modo, em boa parte, hoje, pensamos fotograficamente”.⁶²⁹ Assim, defendemos que a fotografia contém em si um paradoxo, segue uma parelha entre revelar-ocultar, verdades-mentiras, realidade-ficção. Trata-se de um documento que porta uma multiplicidade de informações, que como nos advertem alguns autores como Burke [2004], Kossoy [2005] e Martins [2013] a fotografia não deve ser tomada como um documento puro

⁶²⁴CRUZ, 2012.

⁶²⁵CRUZ, 2012.

⁶²⁶FRANCO, Maria Ciavatta. A fotografia como fonte histórica: introdução a uma coleção de fotos sobre a Escola do Trabalho. **Educação em Revista**. [online]. 1993, n.18-19, pp. 27-38. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/edur>> Acesso em: 22 de mar. 2015.

⁶²⁷FRANCO, Maria Ciavatta. **O mundo do trabalho em imagens**: a fotografia com fonte histórica [Rio de Janeiro, 1900-1930]. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 56.

⁶²⁸CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**: lições americanas. 3ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 107. Sobre a dependência da imagem na sociedade contemporânea, vide SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Companhia das Letras, São Paulo, 2004, p. 34.

⁶²⁹MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2013, p. 43.

sem impingem e preciso, como todo documento, é sempre um produto, uma fabricação da qual merece toda acuraria do seu pesquisador.

3.1 Por uma geografia oral da memória: trabalhadores/as rurais do Maranhão no Pará

*Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado [...] A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítido que nos pareça de um fato antigo, ele não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor.*⁶³⁰

Ecléa Bosi, 1987.

*Da pobre mãe de família, eu escutei o clamor! Saudosa e maltrapilha, eu escutei o clamor! Ao ver o filho migrar, eu escutei o clamor! Pro pão da vida ganhar, eu escutei o clamor! [...] Migrar forçado, jamais! Trabalho escravo, não mais. Eu quero um mundo de paz. Eu sou romeiro da paz! Eu sou migrante do amor. Ouvi do povo o clamor! [...] Que clama em litania, eu escutei o clamor! Ao povo do Piauí, eu escutei o clamor! 'Gente, não saia daqui!' Eu escutei o clamor!*⁶³¹

Dom Pedro Brito Guimarães, Um grito pela vida, 2011.

As epígrafes supracitadas são o mote sobre o qual fazemos inferências e intelecções ao longo da sessão primeira deste capítulo que segue acerca da intrínseca relação entre história e memória, não como complementares tampouco contrárias, mas equacionáveis. A questão que move a proposição de Ecléa Bosi diz respeito aos fragmentos de lembranças individuais, para quem lembrar não é viver duas vezes, mas revisitar o passado com olhos do presente para assim melhor compreendê-lo. Neste sentido, a rememoração ocupa um papel de reconstrução, sendo o passado nuançado pelas percepções assumidas pelo narrador no tempo presente. As lembranças que chegam até nós, sofrem os filtros operados a cada rememoração, logo, o que

⁶³⁰BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembrança de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 57.

⁶³¹GUIRAMÃES, Dom Pedro Brito. **Litania da Romaria.** In.: Um grito pela vida. Mutirão contra o trabalho escravo. Rio de Janeiro, Paulus, 2011, CD, faixa 2. 5: 12.

temos são representações do passado presentificadas num trabalho permanente de reconstrução da memória, fabricação de imagens do passado e produção de territorialidades. Já a segunda epígrafe evidencia o clamor de uma mãe que vê a partida de seu filho forçado a migrar em busca de trabalho, e que poderá encontrar em seu caminho a escravidão. Entrementes, na seção ora apresentada utilizamos as reverberações dos escritos de Ecléa Bosi, Le Goff, Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Pierre Nora como referências para compreendermos o conceito de memória perpassado pelo tempo presente. São reflexões cujo propósito é geografar as imbricadas narrativas impregnadas de memórias e espacialidades forjadas pelos[as] trabalhadores[as] migrantes entrevistados[as] que foram escravizados[as] em fazendas no Pará, com a finalidade de contribuir para o esquadramento dos estudos e reflexões sobre o trabalho escravo contemporâneo no Brasil.

Temos, pois, nesta seção, a análise das narrativas orais de trabalhadores rurais migrantes do Maranhão, escravizados[as] no Pará. As memórias aqui são confrontadas não para validar ou desqualificar as fontes orais, ao contrário, servem para desvelar elementos outros que as fontes escritas não trouxeram à tona. Doravante, esta digressão sobre os processos de resistências de nossos sujeitos geográficos mergulha no mnemônico mundo das narrativas carregadas, em geral, de ressentimentos experimentados a cada evocação do passado recente destes trabalhadores que dão sentido e cimentam suas representações memorialísticas. Como se pode observar no decurso desta tese, na relação entre memória⁶³² e história coexistem

⁶³²A respeito do profícuo debate acadêmico acerca da memória, destacamos as obras: AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, UNESP, São Paulo, n.14, 1995, pp.145-155. / ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In.: BRESCIANI, Maria Stella. NAXARA, Márcia. [Org.]. **Memória e [res]sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2004. / BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In.: NOVAES, Adauto [org.] **Tempo e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1992. / BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. 3ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1987. / BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. / BRAGA, Elizabeth dos Santos. **A constituição social da memória**: Uma perspectiva histórico-cultural. Ijuí, Ed. Unijuí, 2000. / CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011. / CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001. / D'ALESSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e Pierre Nora. In.: **Revista Brasileira de História**. Vol. 13, Nº. 25/26, São Paulo: Anpuh/Marco Zero, 1993. / GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006. / GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. [Orgs.]. **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. / HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: 2006. / IZQUIERDO, Iván. **A arte de esquecer**: cérebro, memória e esquecimento. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004. / IZQUIERDO, Iván. **Memória**. 2ª ed., rev. e ampl. Porto Alegre: ArtMed, 2011. / LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2003. / NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28. / PINTO, Diana Souza; FARIAS, Francisco Ramos de [orgs.]. **Novos apontamentos em memória social**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. / POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, RJ, n.10, CPDOC, FGV, 1992, pp. 200-215. / POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, 1989, pp. 03-15. / PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos: memória e possíveis mundos dos trabalhadores. Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Projeto História**. PUC/SP, São Paulo: 1993. / RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas:

lembranças e esquecimentos, tornando-os indissolúveis, e cada vez mais complexos no *métier* da memória. Destarte, o ato de lembrar é inerente ao ato de esquecer, enquanto processos mnemônicos envolvem elementos do presente na eleição do que lembrar e porquê lembrar, o mesmo se aplica aos esquecimentos espontâneos ou não. Nos termos de Catroga, a memória “será sempre fundacional, sacralizadora e reatualizadora de um passado que, estando vivo, tende a fundir-se num eterno presente”.⁶³³ Em síntese, a memória é tanto lembrar, quanto esquecer, neste esteio, Bosi nos informa que o passado é constantemente ressignificado e ativado,

[...] pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.⁶³⁴

A cada nova entrevista que realizamos com o[a] mesmo[a] narrador[a] os fatos e personagens sofreram adaptações próprias das novas experiências adquiridas por ele[a] ao enredo que vão sendo reconstruídos a cada nova narrativa. O ato de lembrar e esquecer são fundantes para o processo mnemônico e carregam como força motriz as dimensões da temporalidade e especialidade. A respeito da relação entre o lembrar e o esquecer Soares volta à mitologia grega para nos explicar que a

Mnemósine, deusa da memória, cabe impedir que o passado seja esquecido e as memórias apagadas, tarefa de relevada importância para a sociedade. Na mitologia grega o rio Lete, localizado no submundo, fazia esquecer todos que bebessem de sua água, logo passou a simbolizar o total esquecimento. Outro rio, o Mnemósine traria a clarividência e recobriria a memória dos que dele bebessem.⁶³⁵

Os usos e formas mnemônicas entre [re]memorar e esquecer são pontos de con[di]vergência e também estratégias de poder como dito alhures, para além disto a memória é naturalmente seletiva, trazendo reminiscências por vezes fugidias da experiência vivencial de um indivíduo repletas de outros, uma vez que memória e identidade não podem ser dissociadas, pois possuem uma intrínseca relação, embora às vezes pareçam contraditórias e até paradoxais. Catroga compreende a memória como sendo “construtora e solidificadora de identidades”,⁶³⁶

Unicamp, 2007. / ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: UNESP, 2010. / SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003. / SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. / THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: Questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. In.: **Projeto História**. São Paulo. n. 15, abril/1997.

⁶³³CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001, p. 54.

⁶³⁴BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 47.

⁶³⁵SOARES, 2012, p. 231.

⁶³⁶CATROGA, 2001, p. 52.

uma vez que ao evocar as reminiscências do passado emergem lembranças de si e do outro, carregadas de emoções por entres esquecimentos numa premente relação de disputa pela memória individual e coletiva. Doravante, será compreendida pelo viés da geografia oral, que difere fundamentalmente da história oral por preocupar-se para além do indivíduo, mas com o grupo social ao qual este pertence; talvez seja este um dos contributos principais da geografia oral, resultante da combinação entre geografia humana e história oral.

Visto nestes termos, fomos levados a concordar com a relação plasmada entre memória e identidade que reverbera um sistema de referências e reafirmações de peculiaridades que suscitam o sentimento de pertença, ou seja, o pertencimento ou não a este ou aquele grupo social, na parelha identidade-diferença. Tendo em vista que a construção individual da memória só encontra sentido na coletividade, é em grande medida fruto das representações coletivas, o modo de ver e estar no mundo nunca é algo puro, é sempre uma combinação de práticas sociais e culturais do grupo ao qual pertencemos. Como assevera Pollak ao definir que as imagens e lembranças que construímos sobre nós tem relação direta com o que somos e desejamos ser, e com o modo que queremos ser percebidos pelos outros,⁶³⁷ ou seja, os laços identitários estabelecidos por um grupo social “[...] tem no passado o seu lugar de construção”.⁶³⁸ Assim, a memória e a identidade entram em cena, e para interpretá-las, enquanto sentimento de pertença, detemos atenção aos territórios de memórias e o lugar social de nossos sujeitos geográficos e suas narrativas aqui analisadas, em geral homens de diferentes estados do Nordeste ratificado no Maranhão, como pudemos verificar nalguns documentos,⁶³⁹ estes trabalhadores tiveram de migrar ao Pará, mas buscaram reconectar-se a sua identidade de nordestino em meio a Amazônia.

⁶³⁷POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. / POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: v.2 n. 3, 1989, pp. 03-15.

⁶³⁸D’ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora, In.: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, vol. 13, n. 25/26, pp. 97-103, set. 1992/ago. 1993, p. 97.

⁶³⁹Analisamos dentre outros documentos, estes, a saber: CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS DE AÇAILÂNDIA. CRDHA. **Relatório dos projetos e ações desenvolvidas**. Açailândia: 2011. CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS/CARMEN BASCARÁN. CDVDH/CB. **Relatório das atividades desenvolvidas no período 1997-2006**, Açailândia: 2012. / MARANHÃO. Delegacia Regional do Trabalho. **Relatório de inspeção das relações e condições de trabalho nas carvoarias e siderúrgicas do estado do Maranhão**. São Luís, 1998. 50p. Cruzados para ratificar, os dados publicizados em **PERFIL DOS PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS NO TRABALHO ESCRAVO RURAL NO BRASIL**. Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

Foto 16: *Protagonizando*. II e III Encontro de Trabalhadores/as Resgatados/as realizados em 2015 e 2016.

Fonte: Acervo CDVDH/CB, 2016.

O presente contém o passado e é por ele espelhado, o tempo nos é inescapável, mas as relações com ele estabelecidas são infundáveis. Para Norbert Elias “o tempo não se deixa ver, tocar, ouvir, saborear, nem respirar como um odor”,⁶⁴⁰ apesar disto, operamos nas experiências do tempo, considerando o peso do passado no presente não mais como o *magistra vitae*, velho regime de historicidade,⁶⁴¹ mas o presente como “produtor de memórias”.⁶⁴² Assim a memória tem sido constantemente reapropriada e assenhoreada pelo presente, ou seja, pela história, atribuindo-lhe contornos, configurações e sentidos diversos. Diante disto, rememoremos o que havíamos dito outrora sobre a relação entre a história e memória.

Tanto já se disse que a memória e história estão intrinsecamente ligadas ao passado que parece redundante ratificar, porém não o é, dada à complexidade destas relações [...] Essa reflexão proemial sobre as relações entre história e memória, ajudou-nos na compreensão das dimensões identitárias destes/as trabalhadores/as escravizados/as, obrigados a arcar com as despesas advindas não só de sua precária alimentação, mas também, dos instrumentos de trabalho por eles utilizados, configurando uma prática mui semelhante à banalidade, tributo pago pelos servos ao seu senhor feudal pela utilização de instrumentos de trabalho e bens do feudo como: moinho, forno, celeiro dentre outros; hoje são foices, facas, pás, enxada, facões, motosserras, botas, luvas, chapéus e outros. Muitas vezes, o único patrimônio que o/a trabalhador/a carrega consigo é a ‘cachorra’, uma sacola contendo seus pertences mais valiosos como roupas e outros objetos, geralmente sem muito valor, exceto pessoais.⁶⁴³

⁶⁴⁰ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 7.

⁶⁴¹HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

⁶⁴²SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In.: BRESCIANI, Maria Stella. NAXARA, Márcia. [Org.]. **Memória e [res]sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: UNICAMP, 2004, p. 39.

⁶⁴³SOARES, 2012, p. 232.

O estudo das memórias de nossos sujeitos geográficos ajudou-nos recompor a relação entre o passado/presente e compreendermos suas identidades a partir das memórias que nos foram ditadas em cuidadosas audições com os nossos narradores, compreendendo-as como “primordialmente uma arte da escuta”,⁶⁴⁴ ao passo que entendemos a memória como, “um diamante bruto que precisa ser lapidado”.⁶⁴⁵ Temos a memória como processo dinâmico e passível de alterações e palco de disputas entre a aceitação ou negação individual e/ou coletiva. Nesta operação da revitalização contínua da memória como dito em outro estudo “nada mais são do que as atualizações que fazemos aos fatos, toda vez que relembremos deles, a memória social é processual e encontra-se em constante atualização na relação entre as gerações do passado com o presente”.⁶⁴⁶ Mas, nas sendas interpretativas entre o vivo e o lembrado, ou seja, entre a experiência e a memória, existem diferenciações possíveis segundo a leitura indicada por Janaina Amado, para quem

entre o que se passou e o que se recorda daquilo que se passou. Embora relacionadas entre si, vivência e memória possuem naturezas distintas, devendo assim ser conceituadas, analisadas e trabalhadas como categorias diferentes, dotadas de especificidade. O vivido remete à ação, à concretude, às experiências de um indivíduo ou grupo social. A prática constitui o substrato da memória, esta, por meio de mecanismos variados, seleciona e reelabora componentes da experiência.⁶⁴⁷

Seguindo tais ensinamentos, compreendemos, pois, que a memória não é estática, mas sempre dinâmica. Ao sofrer as alterações no tempo segue ressignificando-se permanentemente. Trata-se, portanto, de “uma verdade gasta, [...] recordações que jazem em nós não estão inscritas na pedra”.⁶⁴⁸ Por certo, nem mesmo as pedras estão a salvo das intempéries do tempo. Da tênue relação entre o experienciado e o memorado afloram cambiantes versões de uma mesma experiência compartilhada, tornando-se campo de disputas pela memória do que virá ser a cristalização de uma memória coletiva, uma vez que “enquanto sujeitos de suas próprias histórias acabam por advogar suas verdades particulares como coletivas”.⁶⁴⁹ Assim, não nos parece ser a memória um mero relicário de lembranças bricoladas por seus narradores[as], mas uma reconstrução polifônica carregada de significados, entrecruzando elementos de ordem identitária. Destarte, nas narrativas orais nos foi possível capturar as múltiplas identidades de nossos sujeitos geográficos pela via da memória, uma vez

⁶⁴⁴PORTELLI, Alessandro. **A história oral como arte da escuta**. São Paulo; Letra e Voz, 2016, p.10.

⁶⁴⁵BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 21.

⁶⁴⁶SOARES, 2012, p. 216.

⁶⁴⁷AMADO, 1995, p.131.

⁶⁴⁸LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 09.

⁶⁴⁹SOARES, 2012, p. 223.

que a narrativa histórica positivista, fundada na documental tida como oficial, produz uma escrita da história do centro para a periferia, como nos alerta José de Sousa Martins na obra *Subúrbio*,⁶⁵⁰ produzindo uma versão a legitimar para invisibilização das classes subalternizadas, daí as *disputas de memórias* e os *combates pela história* de que tanto falaram os estudiosos Michael Pollak e Lucien Febvre, respectivamente.

Por conseguinte, defendemos, assim como Nora, que “a memória é vida e, por isso, está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível a longas latências e a súbitas revitalizações”.⁶⁵¹ No que tange à relação entre a temporalidade e a memória, valemo-nos do conceito proposto por Pierre Nora de lugares de memória, que corresponde à apropriação da memória pela história, sendo a primeira uma expressão do passado seletivamente construída por cada narrador[a] ao sabor de suas vivências individuais e sociais. Tomamos aqui os lugares de memória em analogia ao mito da górgona Medusa,⁶⁵² cujos olhos petrificam o que miram, presentificando os elementos do passado no presente, como definiu Soares,

vociferamos que a memória constrói vida e a história, os ‘lugares de memória’. Logo, a história é uma Medusa que com seu olhar petrifica a memória nos despojos do passado, construindo lugares de memória. A memória é vida resignificada a cada ato do lembrar e do esquecer, ela retroalimenta a história que é a erudição do passado [...] Deste modo, o conceito de lugar de memória perpassa um todo, atravessado pelas diferenças entre história e memória, e ao mesmo tempo ‘coabitados’. Representa um passado que já se foi, mas reside em monumentos visíveis e invisíveis capazes de transcender as transformações do mundo moderno.⁶⁵³

E neste enlevo teórico buscamos também em Pierre Nora uma definição introita ao conceito histórico de lugares de memória, cunhado por ele na obra *Les Lieux de Mémoire*, de 1984, referência da historiografia cultural francesa. Nos termos do autor os lugares de memória são construções materiais e/ou imateriais como praças, arquivos, mas também festas, ritos de passagem dentre outras manifestações, que portam o que o autor chama de vontade de memória,

⁶⁵⁰MARTINS, José de Sousa. **Subúrbio**: vida cotidiana e História no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da República Velha. São Paulo, São Caetano do Sul: Hucitec, 1992.

⁶⁵¹NORA, 1993, p. 09.

⁶⁵²Termo de origem grega significa guardiã e protetora, ladina. No contexto da mitologia grega, trata-se de uma das três Górgonas, única mortal das irmãs, para todos os quais que fitava o olhar transformava-nos em pedra. Medusa foi castigada por Atena e transmutada em monstruosa criatura com pele de lagarto, cujos cabelos tornaram-se serpentes e as presas de javali, foi decapitada por Perseu.

⁶⁵³SOARES, 2012, p. 259.

sem a qual aquilo que é lugar de memória seria na verdade lugar de história. Neste sentido, os lugares de memória

[...] nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa as barreiras. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que elas envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos.⁶⁵⁴

Os lugares de memória intentam preservar a memória em forma material e/ou imaterialmente, e são capazes de embutir na memória social de um grupo o sentimento de pertença mantendo a coesão social entre seus membros, a partir da cristalização de uma memória comum, não necessariamente vivida por todos os seus membros na concepção pollakiana. São, portanto, revitalizações e [re]construções do passado recodificado, e funciona como um enigma a ser decifrado no presente. Neste enlevo, a história exerce importante papel, devolver o protagonismo àqueles que outrora foram invisibilizados pela historiografia positivista, trazendo uma “história dos excluídos, dos escravos, das mulheres, crianças, operários, minorias sociais, loucos, oprimidos de todo tipo”.⁶⁵⁵ E assim construir uma outra geografia ao “privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, [...] as memórias subterrâneas”.⁶⁵⁶ Neste sentido, o CDVDH/CB se constitui em um lugar de memória, funcionando como elemento marcador para identificar a qual grupo o trabalhador[a] pertence, a exemplo de dois grupos que identificamos na pesquisa: um grupo maior de trabalhadores[as] acolhidos[as] e acompanhados[as] pelo CDVDH/CB, em geral empoderados[as] de seus direitos; e um outro grupo menor de trabalhadores[as] que foram escravizados[as] e não mantiveram contato com a instituição, que ainda não conseguem diferenciar o trabalho penoso de condições que submetem o[a] trabalhador[a] à escravidão. Posto isto, defendemos que os lugares de memória servem, em grande medida, para indicar quem somos e o grupo ao qual pertencemos; também é capaz de acionar “imagens e sentimentos de experiências coletivas,

⁶⁵⁴NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In.: **Projeto História** – História & Cultura. Nº 10. Revista da Pós-Graduação em História da PUC-SP. São Paulo. Brasil, 1993, p.13.

⁶⁵⁵MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo; n.34, pp.9-23, 1992, p. 18.

⁶⁵⁶POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, 1989 n. 3, p. 03.

conferindo o sentimento de pertença e identidade que lhe confaz, fixando ainda ilusoriamente o tempo ajudando-nos a minimizar o esquecimento”.⁶⁵⁷ Diante disto, alargarmos o conceito de *lugares de memória*, forjado como dissemos alhures por Pierre Nora, com uma formulação conceitual ainda um tanto incipiente, denominada de *territórios de memória*,⁶⁵⁸ resultante das relações entre a memória operada na produção e apropriação do espaço, engendrada por seus sujeitos históricos e geográficos.

Por entendermos o território como arena de tensão e palco de disputas engendradas nas relações de poder que se traduzem nas tramas e urdiduras socioterritoriais, tivemos de “escavar os territórios de memória”,⁶⁵⁹ à luz das reflexões propedêuticas de Luiz Carlos Flávio, para quem os territórios de memória

permite-nos levarmos em conta as disputas e litígios envolvidos em sua produção e que tentam criar um sentido de direito, legitimidade e soberania de um povo/grupo sobre outros povos/grupos, garantindo a manutenção/ reprodução de certa concepção mantenedora de determinada hierarquia social [...] as imagens produzidas a respeito da História são passíveis de imposições de visões construídas acerca do tempo pretérito. Nessa condição, podem escamotear/ocultar/soterrar dominações e controles espaciais efetivados em tempos passados e que, via de regra, os grupos/classes sociais, intentam reproduzir [dominações/controles] na arena das disputas territoriais efetivados no tempo presente.⁶⁶⁰

A respeito da discussão sobre os territórios de memórias e as territorialidades migratórias, as quais se inscrevem nas espacialidades engendradas por nossos sujeitos geográficos e acenam suas práticas de resistência através das produções e apropriações dos espaços, tecemos um debate um tanto mais profícuo na sessão última deste capítulo. Para tal reflexão nos ocuparemos em analisar as contribuições de autores como Raffestin⁶⁶¹ e Saquet,⁶⁶²

⁶⁵⁷SOARES, 2012, p. 224.

⁶⁵⁸A este respeito, temos de modo ainda muito incipiente e rarefeito em FLÁVIO, Luiz Carlos. **Memória(s) e território:** elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão/PR. 2011. 386 f. Tese. [Doutorado em Geografia]. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente: 2011.

⁶⁵⁹FLÁVIO, Luiz Carlos. A geografia e os territórios de memória: as representações de memória do território. **Revista Faz Ciência.** v. 15, n. 21, 2013, pp. 123-142, p. 140.

⁶⁶⁰FLÁVIO, p. 133.

⁶⁶¹RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993. / RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In.: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. [Orgs.]. **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Consequência, 2015, pp. 13-32.

⁶⁶²Da produção deste autor, paginamos dentre outras, as obras: SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** 4ª ed., São Paulo: Outras Expressões, 2015. / SAQUET, Marcos Aurélio. O(s) tempo(s) e o(s) território(s) da imigração no sul do Brasil. In.: SPOSITO, Eliseu Savério; BOMTEMPO, Denise Cristina; SOUZA, Adriano Amaro de. [orgs.]. **Geografia e migração:** movimentos, territórios e territorialidades. São Paulo: Expressão. Popular, 2010. pp. 109-124. / SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana:** o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins/RS. Porto Alegre: EST Edições, 2003, pp. 73-94. / SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério [orgs.]. **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos, São Paulo: Expressão Popular, EdUNESP, 2009.

cujos estudos evidenciam a multidimensionalidade dos conceitos de território e territorialidade como prática socialmente construída no campo material e simbólico.

A título de exemplificação do processo de desconstrução de uma memória traumática que expõe uma ferida ainda aberta de um passado sensível da história recente do Brasil da qual se deseja deixar no passado, trazemos a alteração dos nomes de aproximadamente 50 estabelecimentos da rede estadual de ensino no Maranhão pelo governador Flávio Dino de Castro, em 31 de março de 2015, durante a descomemoração dos 51 anos do Golpe Militar no Brasil. Por força de lei, foi vedado os nomes de pessoas vivas, bem como das que tenham constado no Relatório Final da Comissão da Verdade de que trata a Lei Nº 12.528 de 18 de novembro de 2011, com atuação em crimes cometidos durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira [1964-1985]. Foram alterados os nomes de escolas em diferentes municípios do Estado, que traziam nomes de pessoas vivas, em geral ligadas ao grupo da Família Sarney, e o nome de ex-presidentes do Brasil ditatorial a quem o grupo sempre rendeu tributos. Deste modo coube à comunidade escolar escolher os nomes substitutivos das escolas a partir de uma lista tríplice proposta pelo governo, homenageando personalidades que tenham um legado à educação municipal, estadual ou mesmo federal. O propósito da lei é que ela seja replicada nos 217 municípios do estado do Maranhão.

Entrementes, os lugares de memória existem corpórea e etereamente, embora por vezes residuais, traduzem-se sob diferentes formas deste, de um lugar até um discurso, ou mesmo uma praça ou ritos, são práticas memorialísticas cujo objetivo é transmitir e perpetuar elementos que forjam as memórias de um grupo, que assim como as identidades, são cambiantes. Desta forma, entre os lugares de memória de nossos[as] narradores[as], no âmbito do concreto, aparece o lugar onde foram escravizados[as], a paisagem, o lugar do aliciamento, os alojamentos ou somente a rede em que dormiam ao relento, o banho, a refeição, etc., os quais indicam práticas, poderes e guardam recordações. Já no universo mais fugidio do imaterial, aparece o momento do resgate ou da fuga, as resistências⁶⁶³ empreendidas individualmente ou

⁶⁶³A respeito das práticas de resistência, Étienne de La Boétie na obra *Discurso da servidão voluntária*, advoga que é perfeitamente possível resistir às dominações e opressões de outras formas que não sejam necessariamente o uso de uma contraviolência, para que as opressões tirânicas percam ressonâncias. Em regimes de dominação cabe aos oprimidos consentir ou combater, compreendendo o poder uma prática relacional. Em grande medida, se constitui em tácita concessão dos oprimidos, o que vigorou durante décadas no processo de escravização contemporânea na Amazônia brasileira. Mas, assim como o autor, ratificamos que dentre as estratégias de resistência, é possível empreender uma luta pela negação, ao não colaborar, mina-se pela via dos micropoderes até mesmo a mais feroz das ditaduras. Ver LA BOÉTIE, Etienne. **Discurso da Servidão Voluntária**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

em grupo, a saudade de seus familiares, as diferentes marginalizações, as humilhações sofridas, os medos enfrentados, que legaram marcas indeléveis a estes trabalhadores[as] rurais que têm na liberdade seu maior tesouro. Em sentido *lato sensu*, tomamos aqui a compreensão de lugares de memória à luz das reflexões de Pierre Nora do concreto ao simbólico, capazes de coexistir simultaneamente,

museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processo verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.⁶⁶⁴

Nas por vezes insólitas relações entre a história e a memória, o nosso socorro vem das reflexões de Pierre Nora, ao nos alertar que a “história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”,⁶⁶⁵ enquanto produtora de narrativa, análise crítica e discurso constitui-se como uma operação intelectual que liberta, universaliza e relativiza o passado.⁶⁶⁶ Já a memória apresenta-se como um “fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”⁶⁶⁷ alimentando-se do presente e dele sofrendo interferências nas lembranças; tende a sacralizar e absolutizar o material e o simbólico, o individual e o coletivo, temporal e espacialmente. A respeito da relação entre memória individual e coletiva, buscamos em Halbwachs para quem “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”.⁶⁶⁸ E por fim, para avançar com a análise das narrativas orais de nossos colaboradores tivemos como chave interpretativa a proposição de Michael Pollak acerca da relação entre memória e identidade, para quem a memória também é um “[...] elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual como coletiva”.⁶⁶⁹

Ao debruçarmo-nos na análise das experiências vividas por nossos atores e atrizes sociais e geográficos, trabalhadores[as] rurais do Maranhão escravizados[as] no Pará,

⁶⁶⁴NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In.: **Projeto História** – História & Cultura. Nº 10. Revista da Pós-Graduação em História da PUC-SP. São Paulo. Brasil, 1993, p.13.

⁶⁶⁵NORA, 1993, p. 09.

⁶⁶⁶Ibid., p.09.

⁶⁶⁷Ibid., p.09.

⁶⁶⁸HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: 2006.

⁶⁶⁹POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In.: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, pp. 200-215, 1992.

encontramos ao menos duas ou três versões de uma mesma história. Diante disto, recordamos das reflexões teóricas contidas em Pierre Nora e Le Goff para os quais a história alinhavada pela memória dá vida a diferentes versões; não podemos esperar que as memórias cheguem até nós como um *print* do passado, são sempre representações [re]atualizadas do passado narradas em constante renovação, o que denota a riqueza das fontes orais. Para ratificar valemo-nos da proposição de Ecléa Bosi pontuando

ser inexato não invalida o testemunho. Diferentemente da mentira, muitas vezes exata e detalhista. Vivemos numa sociedade a quem foi roubado o domínio do tempo, marcada pela descontinuidade. A narrativa é sempre uma escavação original do indivíduo, em tensão constante contra o tempo organizado pelo sistema. Esse tempo original e interior é a maior riqueza de que dispomos. Qual versão de um fato é a verdadeira? Nós estávamos e sempre estaremos ausentes dele. Não temos, pois, o direito de refutar um fato contado pelo memorialista, como se ele estivesse no banco dos réus para dizer a verdade, somente a verdade. Ele, como todos nós, conta a sua verdade.⁶⁷⁰

Portanto, ao geógrafo não cabe o papel de juiz, pois, compreendemos que todos portamos nossas próprias verdades, assim não nos interessa aqui atestarmos a validade destas memórias conferindo-lhes status de mentira ou verdade, “mas sim compreendê-las e explicá-las sem perder de vista o contexto em que foram construídas”,⁶⁷¹ ou seja, destringer suas intencionalidades, a isso nos reportou Soares em sua pesquisa de mestrado sobre os trabalhadores escravizados em carvoarias no Maranhão, onde sinalizou que o papel do pesquisador é trazer à baila de seus estudos as verdades relativas aos narradores frente à análise interpretativa das fontes e assim elucidar as verdades e não absolutizá-las. Tal compreensão enlevou-se no bojo da assertiva de Bom Meihy ao grafar que “mentiras, esquecimentos e deformações são matéria da boa história oral, que, mais que identificá-los, deve também explicar suas razões”.⁶⁷² São elos explicativos do presente que podem abrir portas ou até erigir barreiras de entendimento do passado. Acrescentamos ainda que, embora a verdade seja o fio condutor da pesquisa, é sabido que não a encontramos num primeiro olhar e nem em sua inteireza, ao buscá-la como um detetive em uma ação centrípeta e espiralada nos aproximamos desta “chama vacilante e frágil na noite, mas que apesar de tudo, ilumina o nosso caminho e sem a qual mergulharíamos nas trevas”.⁶⁷³ Neste sentido, há que se dizer que em história oral

⁶⁷⁰BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia geral**. 2ª ed., São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, pp. 65-66.

⁶⁷¹SOARES, 2012, p. 216.

⁶⁷²MEIHY, 2005, p.57.

⁶⁷³BÉDARIDA, François. Tempo Presente e Presença da História. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. [Orgs.] **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 8ª ed., 2006, p. 222.

trabalhamos com diferentes e variadas verdades e versões de um mesmo fato, na compreensão que não se chega à verdade, tampouco tocamos a realidade, o que temos são constructos representativos de verdade e realidade, pois todos portam suas próprias verdades. Adensamos a este entendimento a exemplificação proposta por Soares acerca das diferentes versões de um mesmo fato.

Imaginemos um dia depois de uma final de Copa do Mundo, Brasil versus Argentina, com vitória apertada nos pênaltis da seleção canarinho, no Monumental de Núñez em Buenos Aires. Qual a versão dos torcedores portenhos? E dos brasileiros? Certamente, a partida será contada de diferentes maneiras quer pelos brasileiros ou argentinos, sem, contudo configurar em falácias. Juízes, jogadores, técnicos, analistas esportivos e torcedores, todos têm sua versão sobre o mesmo clássico futebolístico, embora não possam discordar de dados irrefutáveis deste fato histórico para o futebol mundial, como o tempo e o espaço, tampouco do placar oficial da partida. Assim, para os entusiastas da seleção argentina, embora tenha perdido nos pênaltis, dominou a posse de bola, obteve mais chances de gols e fez as melhores jogadas da partida. Em contraponto, está à torcida brasileira que defende de modo veemente a vitória de sua seleção como mais do que justa, utilizando os mesmos argumentos a seu favor em sentido contrário. Importante salientar, igualmente, que nós pesquisadores perfazemos uma interpretação do passado, compreendendo-o como campo de possibilidades, e por isso elegemos as versões mais plausíveis fundamentadas nas fontes encontradas. Em história, tudo é uma questão de interpretação dos fatos através das fontes. Mas, eis que o samba venceu o tango.⁶⁷⁴

Nos termos que está disposto, quanto aos desafios interpretativos das diferentes verdades construídas pelas narrativas em história oral postos ao pesquisador, reportamo-nos ao texto *O grande mentiroso*,⁶⁷⁵ de Janaína Amado, que advoga que por mais inverídico que deseje uma narrativa, nela contém elementos simbólicos de análise valiosa ao pesquisador. A este respeito, a autora nos informa uma experiência prática de suas pesquisas desenvolvidas no interior de Goiás, acerca do movimento social de camponeses denominado de Revolta de Formoso ocorrida durante as décadas de 1950 e 1960. Utilizando-se da metodologia da história oral, realizou diversas entrevistas, das quais uma merecia especial destaque, pois trata-se de um narrador que, embora não ocupasse grande relevo no movimento, será de modo incontestado o seu mais profundo conhecedor, tendo sido o maior colaborador da pesquisa e, nos termos da pesquisadora, portador de um memória da qual chamou de prodigiosa por lembrar-se até mesmo das minúcias e deter opiniões aparentemente coesas sobre os fatos para quais alegorizou “[...] recitando quadrinhas e provérbios, entoando canções, exibindo passos de danças e descrevendo

⁶⁷⁴SOARES, 2012, pp. 116-117.

⁶⁷⁵AMADO, Janaína. **O grande mentiroso**: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, EdUNESP, São Paulo, n.14, 1995.

em detalhes vestimentas, etiquetas e costumes da região.⁶⁷⁶ Tamanha precisão da narrativa apresentada, coube à pesquisadora as diferentes dimensões da mesma

neste trajeto, ao consultar documentos escritos e entrevistar outros personagens, a historiadora foi tomada de grande surpresa, ao perceber que a grande maioria das informações prestadas por seu entrevistado não passavam de imaginação e por isso engavetou a entrevista só retomada ao final da pesquisa para uma segunda audição. Foi quando a pesquisadora percebeu a relação desta com a história de Dom Quixote de La Mancha, de Miguel de Cervantes. O livro foi herdado de seu avô e conservava-o em sua cabeceira. Sabemos que era costume dos moradores de Uruaçu se reunirem na praça da cidade para ouvirem a clássica história da literatura espanhola.⁶⁷⁷

Diante da exemplificação prática proposta por Janaína Amado chegamos à conclusão que toda narrativa nada mais é do que uma versão sobre um fato e como tal traz suas próprias verdades, para a autora um pesquisador nunca deve ler uma narrativa sem considerar “quem narra, o quê narra, por que narra, como narra, para quem narra, quando narra”,⁶⁷⁸ são elementos de articulação que emanam da constituição cultural do indivíduo em seu mundo social através de códigos narrativos e seus usos, os quais carecem da devida atenção do pesquisador. A autora nos chama atenção quanto à dimensão simbólica dos processos criativos da narrativa que, por vezes, possibilitam a ampliação de objetos, temáticas, abordagens e sujeitos à narrativa para melhor desnudá-la; entendendo aprioristicamente que os processos narrativos contêm em si mesmas tensões expressas na colocação do eu e do nós na narrativa para figurar o papel desempenhado do individual e o coletivo na construção das verdades. Em sentido semelhante, há um campo de disputas e querelas entre o narrador e seu narratário, ou seja, entre o passado presentificado e o presente representado, o narrador projeta em imagens⁶⁷⁹ suas lembranças ao sabor do presente; já o pesquisador tende a linearizar os fatos a sua própria lógica, e neste exercício incorre em riscos afogaditicos de tornar uma história viva e rica de sentidos atribuídos por seus próprios protagonistas, por um emaranhado de informações insólitas alinhavadas na frieza de um cirurgião de memórias. Nesta relação por vezes conflitante entre narrador[a] e narratário[a], termos de Soares, a seguinte disposição de papéis:

Um deseja projetar-se ao futuro, deixa sua verdade, o outro reconstruir o passado. Desta forma, identificamos a relação entre a história escrita e a memória narrada, que faz da história uma narrativa, operação intelectual, grafadora dos fatos, e da memória um constructo do presente eternamente revitalizado.

⁶⁷⁶Ibid., p. 126.

⁶⁷⁷SOARES, 2012, p. 217.

⁶⁷⁸AMADO, 1995, p.133.

⁶⁷⁹PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004, p. 300.

Tal reflexão se faz profícua para a compreensão dos interditos, das emoções inaudíveis em uma entrevista, entre o dito, o não dito e o por dizer, nos foi útil rememorar um poema de Patativa do Assaré, que quando de súbito interpelado por um repórter para falar algo a ser gravado o poeta nordestino, de pronto lançou improvisadamente o que agora trazemos na reflexão abaixo:

Gravador que estás gravando aqui no nosso ambiente? Tu gravas a minha voz, o meu verso e o meu repente, mas, gravador, tu não gravas a dor que o meu peito sente! Tu gravas em tua fita com a maior perfeição o timbre da minha voz e a minha fraca expressão. Mas não gravas a dor grave gravada em meu coração. Gravador, tu és feliz e, ai de mim, o que será? Bem só ser desgravado o que em tua fita está e a dor do meu coração jamais se desgravará!⁶⁸⁰

O poeta traz a reflexão de que é preciso trazer à tona as vozes do corpo, com as performances, os gestos e emoções que não aparecem na primeira audição de uma entrevista, é preciso durante esta, assim como fizemos em nossas entrevistas, tomar como imagem catalisadora e registrar em notas no caderno de campo o que o gravador não é capaz de captar; são emoções que escapam na linguagem corporal da qual a sonoridade vocal é parte constitutiva, são falas explícitas do corpo. Para isso seguimos os conselhos de Portelli para quem “uma performance se transforma em um texto”.⁶⁸¹ Foi deveras comum entre nossos colaboradores, durante as entrevistas, revelarem reações diversas ao evocarem suas memórias traumáticas de um passado recente e sensível, através de gestos involuntários “em vista disso, arrotam vingança, tosem mágoas, espirram verdades e gofam liberdade e justiça [...] são relatos tensos, densos e carregados de ressentimentos”.⁶⁸² Como sabemos a comunicação não verbal representa mais da metade da comunicação interpessoal, logo, decifrar estas pistas durante as entrevistas realizadas para este estudo foi primordial à captação de elementos outros que escapam da narrativa oral e sobram na linguagem corporal. Dentre os muitos comportamentos não verbais expressos em manifestações corporais de nossos entrevistados, destacamos um que registramos amiúde em nota no caderno de campo, percebemos especialmente durante a entrevista realizada no dia 25 de julho de 2014 com um trabalhador rural de Açailândia/MA que havia sido escravizado em uma fazenda nos arredores de Marabá/PA, por medida de segurança resolvemos preservar seu nome, e aqui chamaremos de Osvaldo, em referência a

⁶⁸⁰CARVALHO, Gilmar de. **Patativa poeta pássaro do Assaré**. Fortaleza: Omni, 2002, p. 54.

⁶⁸¹PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. In.: **Revista Projeto História**, Nº 22, São Paulo, junho de 2001, p. 24.

⁶⁸²SOARES, 2012, p. 116.

Oswaldo Orlando da Costa, popularmente conhecido como Osvaldão, ícone da Guerrilha do Araguaia.

No início da conversa como é perfeitamente compreensível, nosso narrador demonstrou sinais de grande ansiedade, realizando inconscientemente movimentos com as mãos, pernas e pé alternadamente, a mesmo se verificou com as expressões faciais. Já durante a entrevista, notamos alguns momentos de constrangimento ao desviar o olhar quando perguntado sobre o tipo mais comum de violência que sofreu nas fazendas ou assistiu alguém sofrer, neste momento nosso narrador inicialmente se esquivou olhando para longe e fazendo uma breve, mas contundente pausa ao mirar para o chão antes de iniciar sua resposta. Noutros momentos da entrevista, que durou cerca de uma hora, o narrador apresentou sinais de irritação arregalando os olhos, levantando as sobrancelhas, enrijecendo o olhar e cruzando os braços quando perguntado sobre qual era a alimentação oferecida aos trabalhadores e o alojamento. Houveram também momentos em que nosso narrador manifestou certo orgulho alterando inclusive o timbre da voz e estufando o peito quando narrou o episódio de sua fuga com relatos heroicos entremeados a discretas inclinações de olhar e meios sorrisos. Mas certamente o ápice da entrevista foi nos minutos finais quando perguntado sobre a saudade que sentiu de sua esposa e filhos, de pronto pigarreou, o rosto ruborizou e os olhos lacrimejaram de emoção, como aparece na gravação das suas últimas palavras, uma voz engasgada, por quase inaudível.⁶⁸³

Durante as entrevistas, saltaram-se aos olhos as expressões corporais de nossos narradores, as quais tivemos de ler nas [entre]linhas para o registro no caderno de campo, que funcionou como um dispositivo complementar de informações coletadas antes, durante e depois das entrevistas. Neste sentido, o caderno de campo cumpre duas tarefas, a primeira é descritiva, em que pesa a captura de momentos; e a segunda é reflexiva, das leituras subjetivas e observações gerais do campo feitas pelo pesquisador. Esta perspectiva de análise nos indicou uma leitura que amalha as audições às notações feitas no caderno de campo. Diante disto, retomemos atenção para uma acertada descrição feita no caderno de campo

Nosso narrador evidencia um passado ainda muito sensível e latentemente traumático, expresso no profundo sentimento de ódio ao dono da fazenda e os seus, que o mantiveram aprisionado e das muitas humilhações que sofrera na fazenda quando esteve escravizado. Sobre eles, faz juras de vingança principalmente ao gato, que na época quebrou sua prótese dentária, junto com os capangas da fazenda, pelas marcas deixadas, segundo o narrador não só no corpo que o levaram a passar dias hospitalizado, mas também na alma. Antes da entrevista, o narrador afirmou ter passado seis de dias de internação hospitalar, depois dezesseis, e durante a entrevista que gravamos, chegou a afirmar vinte e seis dias. De qualquer modo, não nos interessa auferir status de verdade ou mentira neste dado da entrevista, pois sabemos que a história oral é sempre palco de combates pela memória e estas de disputas pelas verdades. Neste sentido interessa-nos compreender as motivações que o fazem alterar os períodos de hospitalização, de pronto tomamos as oscilações como próprias de um octogenário, que mesmo tendo passado alguns anos dos fatos, ainda continua a ter pesadelos.⁶⁸⁴

⁶⁸³SOARES, Fagno da Silva. **Caderno de campo**. Açailândia: 2014, p. 23.

⁶⁸⁴SOARES, Fagno da Silva. **Caderno de campo**. Açailândia: 2012, p. 15.

A anotação supracitada é parte dos registros de dois cadernos de campo construídos em pesquisas de 2012 a 2015. As notações foram realizadas no calor da pesquisa ainda no campo, realizada nos cenários e trajetos, ou algumas horas após das observações empíricas *in loco*, em meio a risos, olhares, gestos, lágrimas, impressões, hipóteses, ditos e não-ditos, antes, durante e depois das entrevistas, complementadas em outros momentos durante [re]audições e [re]transcrições das entrevistas. São, portanto, excertos dos registros daquilo que o pesquisador viu, sentiu, ouviu e experienciou em seu trabalho de campo, e cumprem a tarefa de potencializar a compreensão da realidade estudada, uma vez que a pesquisa envolve diferentes dimensões que vão da investigação à reflexão, sem perder de vista a criatividade, ambas filigranadas ao compromisso ético e ao rigor científico próprios de uma pesquisa acadêmica, realizada no desenrolar dos fatos, analisando as fontes, no calor do tempo presente,⁶⁸⁵ uma geografia em processo que esquadrinha uma temática, que encontra-se na ordem do dia.

Doravante nesta sessão trataremos de fragmentos narrativos de trabalhadores entrevistados em 2014 e 2015, que por motivo de segurança não terão seus nomes revelados, como pontuamos alhures. Diante disto, os narradores foram renomeados[as] não por letras do alfabeto ou numerações como é de costume do meio acadêmico, mas identificados por nomes fictícios, os quais foram escolhidos propositalmente, fazendo referência a lutadores[as] de diferentes partes da Amazônia brasileira que atuaram na defesa da floresta, dos direitos humanos e da conquista da liberdade e dignidade dos[as] trabalhadores[as] rurais, numa singela homenagem a estes mártires da causa da reforma agrária e da luta pela erradicação do trabalho escravo, exemplo disto é Osvaldo,⁶⁸⁶ casado, maranhense, 26 anos, pai de dois meninos, cuja

⁶⁸⁵A respeito dos estudos e reflexões acerca da história do tempo presente, destacamos CHAUVEAU, Agnes; TÈTART, Phillipe [orgs.]. **Questões para a história do presente**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999. / CUESTA, Josefina. **Historia del presente**. Madrid: Eudema, 1993. / DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta Moraes. [Orgs.]. **História do tempo presente**. RJ: FGV, 2014. / FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro: 2002. / FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, N° 3, pp.111-124, maio/jun., 2000. / CHARTIER, Roger. Le regard d'un historien moderniste. In.: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. **Ecrire l'histoire du temps présent**. Paris: CNRS Editions, 1993. / HOBBSAWM, Eric. Un historien et son temps présent. In.: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. **Ecrire l'histoire du temps présent**. Paris: CNRS Editions, 1993. / RÉMOND, René. Uma história presente. In.: RÉMOND, René [Org.]. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. pp. 13-36. / ROUSSO, Henry. **La hantise du passé**. Paris: Éditions Textuel, 1989, p. 57. / SARLO, Beatriz. **Tempo presente**. São Paulo: Ed. José Olympio, 2007. / PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 190-223, jan./dez. 2004. / PORTO JR., Gilson. [Org.]. **História do tempo presente**. Bauru: EDUSC, 2007.

⁶⁸⁶Nome fictício por nós atribuído ao trabalhador, homenageando, um dos símbolos de luta e resistência na Guerrilha do Araguaia, Osvaldo Orlando da Costa, batizado pelos colegas de luta como Osvaldão, um dos mais conhecidos integrantes da guerrilha que ocorreu na Região do Bico do Papagaio da qual Açailândia faz parte. Morto num confronto militar em 04 de fevereiro de 1974, Osvaldão teve o corpo içado num helicóptero em sobrevoo à região, foi decapitado e seus restos mortais nunca foram encontrados. Sobre este assunto, segue a indicação de PESSOA, Romualdo Campo Filho. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. Goiânia: Editora

entrevista, como foi dito anteriormente, foi realizada em sua residência em um bairro popular de Açailândia/MA, no dia 25 de julho de 2014. Em alguns trechos e elementos da entrevista tivemos que ponderar a narrativa escrita para que não revelasse a identidade de nosso narrador, que insistiu que essa não fosse revelada pela sua integridade e de seus familiares. Durante a entrevista, quando perguntado sobre o processo de aliciamento que sofrera no Estado do Maranhão, nosso narrador, de modo enfático, responde que a falta de oportunidade de qualificação profissional, estudo e oferta de trabalho levaram-no a buscar como alternativa migrar ao estado do Pará, por intermédio, como de praxe, por pessoas próximas e do convívio, por vezes, familiar. Nosso narrador expôs em poucas palavras as motivações que o levaram a migrar, bem como como se deu o aliciamento, grafou que

Estava desempregado há vários meses tinha aprendido com o meu pai a trabalhar na lida no plantio e na colheita, não sei fazer outra coisa, nem sei ler e escrever direito, quando cheguei na cidade não tive nenhum emprego fixo, daí surgiu essa oportunidade de um cara que dizia ser meu amigo, é um compadre do meu pai, me convidou para trabalhar numa fazenda no Pará eu fui, nunca tive medo de nada mesmo, sabia que tinha risco, mas tudo nessa vida tem risco. Quando chegamos lá, de cara desconfiei. Mas peão de trecho tem de ser forte para aguentar a vida dura na mata Ele marcou com uns amigos da gente, daí fomos esperar um carro velho na praça com a boroca nas costas, foram quase dois dias de viagem em estrada de chão porque a fazenda fica dentro duma floresta virgem.⁶⁸⁷

Nestes termos, entendemos que para se compreender as formas e operações da escravização contemporânea de trabalhadores rurais do Maranhão que migram e são escravizados no Pará é importante considerar as memórias destes, de seus labores cotidianos, e das condições que lhes foram impostas em cativo; empreendermos uma análise destes fenômenos, sendo, pois, as narrativas orais, o caminho mais viável para desvelar esta realidade. Diante disto, perguntamos-lhe acerca de sua história de vida e de seus familiares, de pronto e

UFG, 1997. / MORAIS, Tais de; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2005. / **OSVALDÃO**. Direção de Ana Petta, André Michiles, Fabio Bardella e Vandrê Fernandes. Clementina Filmes e Criação. Rio de Janeiro: DVD, 2014, documentário, 80 min. Já a respeito da Região do Bico do Papagaio, temos duas regionalizações constituídas, a primeira essencialmente política, denominada de Microrregião do Bico do Papagaio, cujo recorte considera o norte do estado do Tocantins, formado por 25 municípios. Já a segunda regionalização, foi institucionalizada pelo Ministério de Integração Nacional como Mesorregião Diferenciada do Bico do Papagaio, que se popularizou como Região Tocantina, da qual comungamos e tem aceitação da sociedade civil, engloba tanto os municípios do extremo norte do estado do Tocantins, como os do Sudoeste do Maranhão e o Sudeste do Pará, totalizando 66 municípios, marcados por laços histórico-sociais, geográfico-culturais. Como se sabe, o processo de regionalização serve a interesses diversos, dos quais não nos cabe aqui aprofundar. Para o avanço neste debate, segue a indicação de estudo ALMEIRA, Rutileia Lima. **A formação regional do Bico do Papagaio: regionalização e polarização**. 2010. 125p. Dissertação. [Mestrado em Geografia]. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal do Goiás, Goiânia: 2010.

⁶⁸⁷OSVALDO. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 25. jul., 2014.

tomado por uma certa carga emotiva, expressou alinhavadamente elementos outros, como as ameaças sofridas na fazenda, narrando

Sou de Pedreiras no Maranhão, mas cheguei aqui em Açailândia-MA muito pequeno, não tenho muitas lembranças de lá. Toda a minha vida foi aqui trabalhando na roça com meu pai e irmãos, tivemos uma vida muito dura e cruel, passamos até fome por falta de uma terra nossa pra plantar. Fico até meio sem jeito para falar, é difícil falar da gente, dá um negócio na garganta [...]. Quando chegamos aqui, minha mãe morreu de câncer e meu pai casou de novo e com essa mulher mais nova teve mais 5 filhos, nós já era 6 filhos, ficamos em 11, muita gente, os maiores trabalhavam para dá comida pros menores. Eu casei logo também, fiz minha família, tenho dois filhos, tenho de trabalhar de qualquer jeito e em qualquer lugar pra manter a mãe deles e eles. Sempre tive uma vida difícil, mas nunca perdi a esperança, uma vez trabalhei numa outra fazenda lá no Pará também por 4 meses tive de vir embora sem um centavo no bolso e pegar carona para voltar pro Maranhão, porque depois da gente roçar a terra quase toda na fazenda o dono mandou embora os trabalhadores, dizendo que não tinha direito a nada, só ‘bala na cara’ de trabalhador preguiçoso que não gosta de trabalhar e que só pensa em dinheiro, têm logo de morrer.⁶⁸⁸

As narrativas de nossos sujeitos geográficos estão em geral amparadas pela busca de uma verossimilhança possível, mas prenhas de subjetividades, o que é próprio das memórias traumáticas, pois portam vulnerabilidades, sendo, portanto, passível de imprecisões. Garimpando os dados CDVDH/CB e reburilando nossas entrevistas nos foi possível identificar algumas discrepâncias entre os dados das fichas do Atendimento Psicossocial da instituição e o conteúdo das narrativas que coletamos. Isto se explica na relação entre tempos, a ficha foi preenchida logo em seguida a fuga e libertação dos trabalhadores, já nossas entrevistas ocorreram anos depois dos acontecimentos. Logo, tivemos de percorrer os caminhos e descaminhos da relação entre a memória e história, que de assalto, sabemos esta primeira nada mais do que representações do passado, reconstruídas como no caso de Osvaldo, que a partir de lembranças compartilhadas e herdadas de seus familiares como veremos na narrativa seguinte,

Meu pai conta que, quando chegamos em Açailândia nos anos 90, não tinha quase nada, era a cidade da fumaça e das serrarias. Ele conta a história de gente que perdeu dedo, mão e até os braços nas serrarias e outros nas siderúrgicas em Piquiá. Meu pai sabe muitas histórias de trabalhadores que sofreram nessa cidade, ele uma vez nós contou que um importante fazendeiro da região, fez fortuna nos anos 70 e 80 pegando trabalhadores recém chegados de outros estados como Piauí, Ceará, Bahia e até Minas Gerais e levava para a fazenda para roça juquirá, quando terminava o serviço ele envenenava todo mundo depois fazia uma coivara com os corpos, isso tudo para não pagar nada para esses pobres escravos.⁶⁸⁹

⁶⁸⁸OSVALDO. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 25. jul., 2014.

⁶⁸⁹OSVALDO, 2014.

Apesar das narrativas de nossos sujeitos históricos estarem amparadas e articuladas na busca pela verossimilitude, é sabido da forte subjetividade e até vulnerabilidade narrativa a que estão submetidas, portanto, passível de lapsos, imprecisões e [re]enquadros, sobretudo as ditas memórias herdadas, como a descrita acima constituída intergeracionalmente, acerca das primeiras lembranças do pai acerca da cidade e das histórias que sempre contou aos seus filhos, com a prática da coivara⁶⁹⁰ humana. A memória construída por nosso narrador sofre as inferências e apropriações do passado, face às experiências do presente, também por isso, Osvaldo apresenta alterações nas informações prestadas quando de sua saída da fazenda e anos depois nesta entrevista. Invariavelmente, ao pesquisador cabe a tarefa de analisar o processo de produção de memórias dadas as idiossincrasias e o contexto de reprodução, como vemos ao relacionar os trabalhadores assassinados e queimados como os escravos, uma relação que só é possível para ele após o contato estabelecido com as ações de conscientização empreendidas pelo CDVDH/CB das quais participou de modo muito pontual, mas o suficiente para compreender, em linhas gerais, o processo de espoliação a que foi submetido. No transcurso desta entrevista, quando perguntado sobre como ficaram seus familiares enquanto esteve no Pará, ele respondeu que

Isso foi bem complicado mesmo, a mulher lá de casa chorou muito e as crianças também, mas vida de peão é vida de peão é assim mesmo, vivemos no trecho buscando uma vida melhor para a família que fica em casa. Mas eles ficaram na casa da minha sogra que é aposentada e ajuda a cuidar das crianças. O pior de tudo isso foi voltar para casa sem o dinheiro a comprar a comida das crianças, não tenho medo do trabalho e nem do sofrimento, tenho medo de passar fome e deixar meus filhos morrerem de fome. Na fazenda a gente comia só carne de caça, dos animais que a gente encontrava por lá, só faltou comer carne de gente, porque tivemos de comer tudo, ou comia ou morria de fome. Eu nem lembro mais a data que aconteceu isso, não sou bom de lembrar datas não.⁶⁹¹

Durante os Encontros Inter-regionais de Trabalhadores[as] Resgatados[as] do Trabalho Escravo,⁶⁹² muitos se reencontram e partilham suas memórias, estas lembranças individuais, por sua vez, passam a sofrer múltiplas influências das lembranças coletivamente compartilhadas e, portanto, a memória é sempre uma construção no/do social. Ainda nesse

⁶⁹⁰A respeito do termo coivara, utilizado pelo narrador, refere-se à técnica agrícola rudimentar, utilizada pelas comunidades tradicionais, procedimento comum na agricultura de subsistência, aplicado logo depois da derrubada da mata, que consiste em amontoar pequenos arbustos, galhos de árvores e folhas e atear fogo as sobras da vegetação, causando o empobrecimento do solo e a morte de muitos animais da região com o avanço das queimadas. O narrador afirma em suas memórias herdadas, a prática de coivara humana nas décadas de 1970 e 1980 em Açailândia/MA e região, foram os primeiros trabalhadores escravizados na região.

⁶⁹¹OSVALDO. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 25. jul., 2014.

⁶⁹²Eventos anuais promovidos pelo CDVDH/CB, desde o ano de 2014, realizado no dia 13 de maio, em alusão ao dia da Abolição da Escravidão. Nestes encontros, reúnem-se os trabalhadores/as resgatados/as do trabalho escravo para debatarem e construírem propostas de enfrentamento contra o trabalho escravo contemporâneo.

trajeto e com efeito, rememoramos a fala de um outro narrador, Senhor Antonio Gomes, com o qual realizamos duas entrevistas – uma em 2012 e outra em 2014 – e que nos parece apropriado ao contexto, ao bravatar que “ainda me lembro do dia em que colocaram a gente para comer *carne banida*, uns diziam que era carne de paca ou de veado mateiro [...] de lobisomem, mas todo mundo era muito macho e comeu sem reclamar”.⁶⁹³ Neste caso o narrador exalta a coragem coletiva dos companheiros, demonstrando os laços que se formam uns com os outros na formatação de um grupo unido por objetivos comuns. As narrativas tendem a apoiar-se na experiência vivida para constituir-se na relação entre verdade e ficção na tentativa de nuançar a fala, conferindo um sentido de verdade e de força moral ainda que nela estejam contidos elementos do imaginário para acentuar elementos de uma certa extraordinariedade, como vimos em alguns excertos da fala de um narrador *‘todo mundo era muito macho’*, *‘comeu sem reclamar’* e *‘precisão come até sabão’*. Compreendemos que há sempre intencionalidade naquilo que se narra, expressas em partes, pelos feitos praticados ou não, apresentados nas narrativas da maioria dos trabalhadores, que visam enaltecer aquilo que para eles soa como virtude, a coragem, marca comum entre os que se auto/denominam de *peão do trecho* ou *peão rodado*, as expressões referem-se a trabalhadores rurais que migram em busca de emprego, aos noviços no trecho lhes é atribuído o cognome de *peão cabaço*. Temos notado que a expressão peão de trecho se espalhou nas produções acadêmicas, a partir de 1980, ao se referir aos trabalhadores migrantes no contexto dos grandes projetos de mineração, siderurgia e agropecuária, como demonstrado nos estudos de Esterici [1985, 1987, 1994],⁶⁹⁴ Figueira [1986,

⁶⁹³OSVALDO. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 25. jul., 2014.

⁶⁹⁴A utilização da expressão peão de trecho aparece com grande destaque nas obras da antropóloga Neide Esterici em artigos publicados no final dos anos 70 e consolidados em meados dos anos 80 com a defesa da tese ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia:** peões e posseiros contra a grande empresa. São Paulo, 1985. 290p. Tese. [Doutorado em Ciências Sociais]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo: 1985. Posteriormente, a tese foi publicada em livro ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia:** peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes, 1987. Em meados dos anos 1990, a autora publicou uma pequena, mais contundente obra para os estudiosos do trabalho escravo contemporâneo, vide ESTERCI, Neide. **Escravos da desigualdade:** estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: CEDI, Koinonia, 1994, p.33. Ainda a este respeito, a autora orientou no início dos anos 2000, a tese de Ricardo Rezende Figueira, considerada uma das mais importantes obras acerca da escravidão contemporânea no Brasil, vide FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra:** a escravidão por dívida. Rio de Janeiro, 2003. 340p. Tese. [Doutorado em Sociologia e Antropologia]. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, Rio de Janeiro: 2003. Do mesmo autor, referenciamos a obra basilar à sua tese FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **A justiça do lobo.** Petrópolis, Vozes, 1986. Por fim, trazemos a definição proposta por Martins, no contexto do trabalho escravo contemporâneo do qual observou *in loco*, balizadas, por suas pesquisas de campo realizadas, dentre outras regiões na Pré-Amazônia Maranhense em 1977, na qual pode observar “os chamados peões-do-trecho, migrantes temporários que, das regiões camponesas pobres, são levados para as frentes pioneiras pelos empreiteiros para derrubar a mata e abrir as vistas, a chamada peonagem, a escravidão por dívida, que os deixa completamente sem condições até mesmo de retornar para casa quando conseguem se libertar”. MARTINS, José de Souza. O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In.: MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão.** Petrópolis: Vozes, 1986, p. 60.

1992, 2003, 2008] e em diversas obras de José de Souza Martins. Atualmente, o termo tem se desdobrado num rico e extenso vocabulário de expressões, ditos populares e ampliado sua significação em torno da partida do peão de seu lugar de origem, a saber: *ganhar o mundo, rasgar o chão, vazar, abrir no mundo, se perder no mundo, tirar pra fora, sumir/meio no/do mundo, correr o trecho, desgarrar do talo, deitar o cabelo, cair/rodar no/o trecho, romper aleluia* dentre outras.

Ainda no que concerne à discussão sobre as lembranças e sua indissociabilidade da memória individual e coletiva, trazemos para clarificar nosso entendimento Maurice Halbwachs para quem as lembranças chegam até nós “[...] pelo efeito de várias séries de pensamentos coletivos emaranhados, e [...] não podemos atribuí-la exclusivamente a nenhuma dentre elas”.⁶⁹⁵ Recordamos que dois outros narradores fizeram referência e versões acerca do fato narrado pelo trabalhador rural Mendes,⁶⁹⁶ inclusive na realização de outra pesquisa,

[...] chegaram até nós diferentes versões sobre este fato, uns diziam ter comido carne de ‘tatu-peba’, ‘jacaré’ e até de ‘onça’, mas todos eram unânimes quanto ao fato da presença de carne estragada na refeição entregue aos trabalhadores. Como é sabido, sofremos a todo o momento, o processo de enquadramento da memória.⁶⁹⁷

Nestes fragmentos mnemônicos residem riquezas de histórias de vida, com os argumentos de Halbwachs sobre a natureza seletiva da memória nos foi possível compreender que a memória não é um depósito de fatos, pois toma para si somente o que lhe dá algum sentido, e entrecruza com elementos de outrem. Assim os quadros coletivos da memória “não se resumem em datas, nomes e fórmulas, que eles representam correntes de pensamento e de experiência [...] a memória apoia-se sobre o passado vivido, o qual permite a constituição narrativa do passado do sujeito de forma viva e natural”.⁶⁹⁸ Para Halbwachs a história se apresenta como um estaque “com efeito, assemelha-se a um cemitério onde o espaço é medido e onde é preciso, a cada instante, achar lugar para novas sepulturas”,⁶⁹⁹ mas é na memória que encontra seu suporte de vida onde os narradores vivificam histórias ao peso das temporalidades. E assim, destes fragmentos mnemônicos revificadores tecem versões de suas práticas e tramas

⁶⁹⁵ HALBWACHS, 2006, p.26.

⁶⁹⁶ Trabalhador assim cognominado, prestando homenagem a Francisco Alves Mendes Filho, popularmente conhecido por Chico Mendes, seringueiro, ativista político e ambientalista defensor da Floresta Amazônica, assassinado em 22 de dezembro de 1988, tornou-se símbolo da luta pela preservação da Amazônia. Para aprofundamento sobre o legado de Chico Mendes, indicamos SHOUMATOFF, Alex. **O mundo em chamas:** a devastação da Amazônia e a tragédia de Chico Mendes. São Paulo: Editora Best Seller, 1990. / VENTURA, Zuenir. **Chico Mendes:** crime e castigo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁶⁹⁷ SOARES, 2012, p. 221.

⁶⁹⁸ HALBWACHS, 2006, pp.72-75.

⁶⁹⁹ Ibid., 2006, p. 74.

históricas e geográficas. Não temos aqui o propósito de colocar em cheque a validade das narrativas de nossos sujeitos geográficos, valoramos, pois, os elementos gerais da composição narrativa que nos ajudam a interpretar e apreender a essência dos fatos e das verdades postas a serem interpretadas. Em outra passagem da entrevista, quando nosso colaborador narrativo fora interpelado acerca do labor cotidiano vivenciado no interior da fazenda como atividades, horários, descanso, conversas, brigas, acidentes entre outros, ele narrou:

Meu trabalho era roçar a juquirá, passava o dia inteiro na lida, de sol a sol não tinha horário não, bastava o sol raiar nos estava com enxada e foice na mão mesmo doente só parava quando o sol ia embora. Uma das piores coisas não era o trabalho, mas a fome, a gente ia praticamente sem tomar café, era uma fome da peste, pense como eu sofri, porque eu sou pobre, mas como todo dia, bem ou mal, mas sempre tem umas coisas para comer [...] O perigo era na hora de botar fogo na mata. Agora esse negócio de briga não era com a gente não, tava todo mundo lá querendo sobreviver e levar dinheiro pra nossas famílias, entre nós tinha uns probleminhas por conta dos apelidos, uns cabras zangavam com os apelidos que a gente dava, tinha um que nos chamava de Zangado, outro de Piauí, mas o cara não gostava, porque ele era do Ceará. Quando zanga o apelido pega mesmo.⁷⁰⁰

Embora já tenhamos tratado no outro capítulo sobre os apelidos que os trabalhadores criam entre si, trazemos novamente através do excerto de memória de nosso narrador por ter sido segundo ele a única motivação aparente dos micro-conflitos que ocorreram entre os próprios trabalhadores no período em que esteve na fazenda. Nas palavras do narrador, os apelidos são em alguns casos negados, mas depois ligeiramente aceitos no meio deles, por serem criados a partir de indicativos de identidade e pertença, uma vez que tais termos geralmente estão associados às características e atributos diversos da personalidade, naturalidade e principalmente tipos físicos dos trabalhadores, a exemplo de Maranhão, Piauí, Tocantins, Ceará, Zangado, Teimoso, Valentão, Careca, Cabeção, Magrelo, Gordo, Grande, Cabeludo, Orelha, Chorão, Feio, Cantor, Negão, e entre outros.

Em uma entrevista que realizamos no dia 03 de agosto de 2014 com Manoel,⁷⁰¹ trabalhador rural de meia idade, pai de quatro filhos e avô de dois netos, em sua residência num assentamento de Açailândia, quando inquirido sobre a alimentação oferecida aos trabalhadores

⁷⁰⁰MENDES. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 25. jul., 2014.

⁷⁰¹Trabalhador assim cognominado, prestando homenagem a Manoel da Conceição Santos, importante liderança camponesa, ambiental e política no Maranhão. Membro fundador do Partido dos Trabalhadores – PT, da Central Única dos Trabalhadores – CUT e presidente de honra do PT/MA. Para mais informações, vide FRANKLIN, Adalberto. **Manoel da Conceição**: lutador das liberdades da classe trabalhadora. Imperatriz: Ed. Ética, 2009. / ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Memória, Mediação e Campesinato**: as representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da Pré-Amazônia maranhense. Coleção Memória e História dos Movimentos Sociais da Amazônia e Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Manaus: UEA Edições, 2010.

na fazenda e de como era feito o acerto do trabalho ao fim da jornada, nosso narrador-colaborador respondeu que:

Lá não tinha nada de alimentação, a gente comia o que tinha, enquanto roçava a mata os animais que apareciam a gente matava pra comer, então nós comia preá, peba, lambú e as frutas do mato, lá dormia todo mundo ou dentro dos barracos ou na rede. Eu armava a rede nos galhos das árvores com medo de onça, porque naquela região têm muitas [...]. Lá não tinha acerto não, o cara trabalhava até morrer e tinha de ir embora sem um dinheiro, uns amigos nossos ficaram, nunca mais eu ouvi falar deles. Eu vim com o dinheiro que fiz devendo a minha aliança de casamento para o dono da fazenda, ele disse que me deu mais dinheiro pelo trabalho que eu fiz, mas que nada! [expressões faciais] Me enganou foi duas vezes. Eu fui até no Centro de Defesa me falaram para eu entrar na justiça e tudo mais, tenho uns amigos que colocaram. Mas eu não, sinceramente prefiro deixar isso de mão. Foram uns quatro a cinco meses de sofrimento, longe dos meus filhos e da minha netinha que ia nascer.⁷⁰²

Dentre os muitos aspectos de sua narrativa, uma nos despertou mais atenção. Quando perguntado o tipo mais comum de violência que sofreu ou assistiu alguém sofrer no tempo que passou na fazenda, ele asseverou em tom de exaltação “[...] eu fiz foi ver quando o capataz da fazenda deu na cara de um colega nosso, tem ódio disso até hoje”.⁷⁰³ Com o rosto claramente ruborizado, falou-nos também que durante o período em que passou na fazenda não manteve nenhum tipo de contato com os familiares, ressaltou ainda que as lembranças que guardam desse período em que esteve na condição de escravo são as mais devastadoras possíveis. Neste sentido buscamos entendimento no que Pierre Ansart denomina de “a parte sombria inquietante e [...] terrificante da história”,⁷⁰⁴ são mágoas profundas ainda tão caras aos trabalhadores, para quem o tempo ainda não foi capaz de fazê-los superá-las. São, portanto, memórias traumáticas e excruciantes, “desveladoras de um turbilhão de sentimentos como ojeriza, rancor, fobia, escapismo, raiva e o desejo de vingança”,⁷⁰⁵ como pudemos constatar em outros estudos sobre o trabalho escravo contemporâneo e temáticas afins, que escarafunchamos.⁷⁰⁶

⁷⁰²MANOEL. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 03. ago., 2014.

⁷⁰³MANOEL, 2014.

⁷⁰⁴ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In.: BRESCIANI, Maria Stella. NAXARA, Márcia. [Org.]. **Memória e [res]sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2004, p. 15.

⁷⁰⁵SOARES, 2012, p. 228.

⁷⁰⁶BARROS, Carlos Juliano. **O sonho se faz a mão e sem permissão**: escravidão temporária e reforma agrária no sudeste do Pará. 2011. 251p. Dissertação [Mestrado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011. / CASTRAVECHI, Luciene Aparecida. **Correntes do Araguaia**: a exploração de trabalhadores migrantes no nordeste mato-grossense durante a década de 1970. 2012. 132p. Dissertação [Mestrado em História], Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2012. / DA SILVA, Idelma Santiago. **Fronteira cultural**: A alteridade maranhense no sudeste do Pará [1970-2008]. 230f. Tese [Doutorado em História]. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2010. / LOPES, Alberto Pereira. **Escravidão por dívida no norte do Estado do Tocantins**: vidas fora do compasso. 2009. 317p. Tese [Doutorado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,

Destarte, procuramos aqui apresentar as memórias traumáticas ditadas em entrevista realizada em 12 de dezembro de 2014 na casa do colaborador que denominamos de João,⁷⁰⁷ 29 anos, casado, pai de quatro filhos. Ao falar, parece acionar sua máquina do tempo ao narrar o cotidiano laboral e sua fuga da fazenda; toda a sua narrativa é atravessada por declarações por vezes insólitas e apinhadas de heroicidades, alternando entre momentos de profunda tristeza, medo e insegurança e outros de destemor e valentia. No transcurso da entrevista, nosso sujeito geográfico presta tributo aos amigos que soube que morreram na labuta por dias melhores, “nunca me esquecerei dos meus amigos que foram enganados e nunca mais voltaram do trabalho escravo”,⁷⁰⁸ e apresenta-nos informações que pareciam soterradas em suas memórias subterrâneas, que agora ressurgem carregadas de [res]sentimentos e parecem exorcizar as agruras por eles sofridas durante a fuga da fazenda em que esteve trabalhando escravizado por quase quatro meses, por entre traumas, medos que ainda guarda, agora aparecem reverberados em seu olhar e gestual, ao grafar como se deu a fuga

Universidade de São Paulo, 2009. / MOURA, Flávia de Almeida. **Representações do trabalho escravo a partir da mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses**. Porto Alegre, 2015. 245p. Tese. [Doutorado em Comunicação Social]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUC/RS. Porto Alegre: 2015. / MOURA, Flávia de Almeida. **Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó/MA**. São Luís, 2006. 121p. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais]. Universidade Federal do Maranhão. São Luís: 2006. / PEREIRA, Gladysson Stelio Brito. **A escravização capitalista no Brasil contemporâneo: a denúncia, os conflitos, as mediações e a lei – Itatiaia/Resende-RJ [1993-1994]**. 2007. 127p. Dissertação. [Mestrado em História], Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. / PONTES, Sabrina Kelly. **Migrações de trabalhadores maranhenses para o corte da cana-de-açúcar no interior de São Paulo: o percurso da “precisão”**. 285p. Tese [Engenharia de Produção]. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: 2010. / ROCHA, Cristiana Costa da. **A vida da lei, e a lei da vida: conflitos pela terra, família e trabalho no tempo presente**. 2015. 270f. Tese. [Doutorado em História Social]. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, p. 256. / ROCHA, Cristiana Costa. **Memória migrante: A experiência do trabalho escravo no tempo presente** Barras-PI. 2010. 196p. Dissertação. [Mestrado em História Social]. Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. / RODRIGUES, Sávio José Dias. **Quem não tem é escravo de quem tem: migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo**. 2016. 213p. Tese [Doutorado em Humana]. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, 2016, pp. 36-37. / DA SILVA, André Eduardo Ribeiro. **Territorialidades e redes da migração maranhense nos canaviais paulistas**. 2012. 262p. Tese [Doutorado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012. / SILVA, José Carlos Aragão. **Conversa bonita: o trabalho escravo na agricultura contemporânea brasileira e o aliciamento de camponeses na Região dos Cocais, Maranhão**. Teresina, 2004. 163p. Dissertação [Mestrado em Políticas Públicas]. Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004. / SILVA, José Carlos Aragão. **Ser livre e ser escravo: memórias e identidades de trabalhadores maranhenses na região dos Cocais 1990-2007**. Brasília, 2009. 175p. Tese. [Doutorado em História Cultural]. Universidade de Brasília. 2009.

⁷⁰⁷Sobrevivente do trabalho escravo contemporâneo, aqui cognominado prestando homenagem a João Canuto de Oliveira, destacado dirigente sindical, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de Rio Maria/PA, lutou pela reforma agrária e defesa dos direitos dos trabalhadores/ras rurais no Pará. Foi assassinado com 18 tiros, no dia 18 de dezembro de 1985 na Amazônia Paraense. Para aprofundamentos, vide OLIVEIRA FILHO, Moacyr de Oliveira. **Rio Maria: a terra da morte anunciada**. Garibaldi: Editora Anita, 1991. / FONTELES FILHO, Paulo. **Araguaianas: As histórias que não podem ser esquecidas**. Garibaldi: Editora Anita, 2013.

⁷⁰⁸JOÃO. Entrevista concedida a Fagda da Silva Soares. Açailândia. 12. dez., 2014.

passsei entre três a quatro meses trabalhando na fazenda, feito um cão e sendo tratado pior que de um cachorro. A fazenda ficava uns quarenta quilômetros da beira da pista, eu nem sabia, chegamos de caminhão. Eu vi o capataz falando pro moço que tinha lá, ficava só pensando como eu tinha de fazer para andar esses quarenta quilômetros a pé. Quando eu vi, aquele monte de humilhação com ameaça de bater e até matar os caras, eu pensei, prefiro andar os quarenta quilômetros a pé e pegar uma carona na beira na pista até Marabá [...]. Fiquei esperando só a oportunidade. Na primeira oportunidade eu vazei mesmo, deixei até a boroca lá com a rede de garimpeiro. No caminho a gente passa fome, sede e quando eu ouvia barulho de carro eu me escondia no mato, quando cheguei na beira da pista dei bobeira e por azar o dono da fazenda passava de carro indo pra fazenda e me viu, gritou eu corri ele mandou eu parar e atirou. No caminho no mato, é para se tremer de medo, mas eu tive de ficar escondido no mato quase a noite inteira. Quando o sol saiu, conseguir uma carona com um filho de Deus, me parou e me deu uma carona até o centro da cidade. Chegando lá, eu não tinha como ir para Açailândia sem um tostão no bolso, pensei, se eu for nessas igrejas de pastor eles não vão me dar um real, mas vou procurar os padres, quando cheguei eles me deram comida e antes de ficar de noite me colocaram num carro para Açailândia, com dinheiro até do lanche.⁷⁰⁹

A narrativa do trabalhador rural João apresentou-se com tons carregados de emoção, oscilando entre a ojeriza e o medo, embora por vezes tente esconder e até negá-los, mas foram evidenciados através do conjunto de suas manifestações físicas e expressões faciais, assim, o corpo funcionou com um projetor sensível das emoções primordiais, das quais lhe foram inescapáveis com os momentos de falar suturados por emoção. Assim durante sua fala tivemos o cuidado de observar suas expressões faciais e registrar no caderno de campo. Constatamos que ao falar da fuga, seus olhos fitos e arregalados traduziram o medo que sofreu, ao passo que também nos olhos e no franzir da testa reluziu a tristeza acompanhada de sua fala sobre os colegas que ficaram e dos quais não teve mais notícia. Já a alegria era expressa nos largos sorrisos ao falar dos feitos de coragem e de sua família. Mas os momentos de maior expressão facial foram, conforme nossa observação e registros, durante o relato dos maus-tratos sofridos, em que para cada fala uma nova expressão era estampada em seu rosto, potencializando o que era falado e denotando total ojeriza aos seus agressores.

Também houve momentos de múltiplas expressões, as quais não soubemos compreender, mas bem sabemos que uma emoção não exclui outra, elas se [re]fazem, nos fazem enquanto ser cambiante em suas combinações, a exemplo da alegria e da tristeza que por duas vezes manifestaram-se concomitantemente. São combinações que, apesar de aparentemente improváveis, são possíveis, como ocorreu quando narrou sua fuga e chegada ao CDVDH/CB, relatando as condições em que seus companheiros haviam ficado na fazenda, descrições que nos dão a ver a situação degradante a que estes foram submetidos.

⁷⁰⁹JOÃO. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 12. dez., 2014.

Mas adensamos a estas constatações que as expressões não-verbais são inatas, mas também constructos das relações socialmente apreendidas e servem para potencializar ou mesmo omitir informações. Porém, em alguns casos funcionam como reveladoras daquilo que se deseja esconder, como ocorreu em outra passagem, quando perguntado se havia pessoas armadas na fazenda para acompanhar o trabalho e evitar fugas. Sem hesitar, nosso narrador de modo enfático falou que “um dos capangas da fazenda vivia com a arma na algibeira e até o gato, quando levou a gente na fazenda, estava armado, eles fazem isso para nós ter medo, pensam que todo peão rodado tem medo de revólver”.⁷¹⁰ Muito embora tenha verbalizado a coragem, sua expressão facial fez o contrário, revelou uma boa dose de medo, elevando as sobrancelhas, franzindo a testa e repuxando os lábios em direção às orelhas. Por certo, enquanto as verbalizações dão pistas e acenam, as expressões não-verbais falam, confirmam ou negam aos nossos olhos as verdades ditas e não-ditas. À vista disso, rememoramos Thomson ao assertivar que os “silêncios do testemunho oral podem revelar, de forma ampla, a natureza e os significados da experiência e as maneiras como retribuímos nossas reminiscências sobre o passado durante nossa vida”.⁷¹¹ Assim, por entre pausas e falas, muitas informações nos foram ditas, uma vez que os silêncios em história oral, ou mesmo na geografia oral, não representam necessariamente esquecimentos, podem ser omissões premeditadas ou não, mas também reordenamentos de memória. Dito de outra forma, tanto os silêncios quanto os esquecimentos são ausências que trazem as reticências do narrador que devem ser decifradas por seu narratário, como a dor ao trazer à tona memórias traumáticas ou medo da retaliação de seus algozes. Assim a lembrança pode trair seu narrador e o medo se revestir de silêncio, pois a mente possui como estratégias de defesa os esquecimentos, as projeções, as sublimações, autocensuras e até o autoengano, que se projetam e se reverberam nas memórias que chegam até nós.

Na narrativa construída pelo senhor Antonio Gomes,⁷¹² na entrevista realizada no ano de 2012, às vésperas de completar 80 anos, por vezes, destacou os maus-tratos e humilhações que havia sofrido. Aponta que tem vontade de esquecer, mas “depois vejo que não devo esquecer, tenho mesmo que me lembrar para dar valor à vida [...] têm dias que fico só pensando nisso”.⁷¹³ Nosso narrador “assim, entre beber das águas do rio Lete [esquecimento] e do rio Mnemósine [memória], parece que o nosso narrador optou em deleitar-se nas águas da

⁷¹⁰JOÃO, 2014.

⁷¹¹THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória:** Questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. In.: Projeto História. São Paulo. n. 15, abril/1997, p. 67.

⁷¹²Como dito alhures, primeiro trabalhador a ser atendido pelo CDVDH/CB, em meados dos anos de 1990.

⁷¹³GOMES. Antonio. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. mar., 2012.

titânides da memória”.⁷¹⁴ Neste sentido, a memória ganha um sentido de resistência, de luta e superação, constituindo um marco social identitário.

Seguindo os ensinamentos de Maurice Halbwachs, sobre memórias coletivas compreendemos, pois, que “[...] permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós”.⁷¹⁵ Por certo que toda memória individual também é coletiva, pois são construídas no seio das relações de grupo sejam familiares, religiosas, étnicas, culturais ou mesmo de grupos heterogêneos e entrecruzados que partilham uma experiência comum, e em consequência forjam um sentimento de passado,⁷¹⁶ sublinhado pela construção de elementos identitários que passam a ser estruturantes da ligação do grupo. Ratificando nossa proposição, valemo-nos de uma consideração que realizamos outrora a este respeito, ao assinalarmos que “quando rememoramos a nossa infância, nos vem à mente lembranças relacionadas em geral à família ou quando nos fazemos recordar [...], estas chegam até nós estabelecendo relações com o meio profissional do qual fizemos parte. Deste modo, que somos unos e múltiplos e nunca estamos sós”.⁷¹⁷ Também por isso, e espelhados no entendimento de Catroga para quem a “a memória é instância construtora e solidificadora de identidades”,⁷¹⁸ optamos em utilizar o termo identidades, e não identidade por defendemos que todas as identidades são por excelência plurais, cambiantes, flexíveis, contraditórias, desterritorializadas e entretecidas pela memória do eu-individual, só possível quando acionamos nossas reminiscências coletivamente construídas pelo grupo social ao qual pertencemos. Por esta acepção, a memória individual só se confaz na relação com a memória coletiva, o mesmo se aplica à parelha identidade-diferença, como dito alhures reiteradamente.

No campo dos estudos sobre a memória, faz-se mister ainda asseverar que o trabalho com a memória requer cautela, trata-se de um terreno ainda muito movediço, o que nos impõe, entre alguns outros riscos, o de tomar uma memória coletiva de grupos subalternizados que, via de regra, sofrem processos de invisibilização, como os nossos sujeitos geográficos, prenhe de visões herdeiras do pensamento tradicional, sem considerar os elementos eivados dos fios aparentemente invisíveis dos dominadores como os que aparecem

⁷¹⁴SOARES, 2012, p. 230.

⁷¹⁵HALBWACHS, 2006, p.26.

⁷¹⁶LACOUTURE, Jean. A história imediata. In.: LE GOFF, Jacques [org.]. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

⁷¹⁷SOARES, 2012, p. 221.

⁷¹⁸CATROGA, 2001, p. 52.

na fala de nosso José Maria,⁷¹⁹ ao narrar como chegou ao CDVDH/CB e o papel deste na sua vida familiar e profissional, conforme trecho abaixo:

Quando cheguei ao Centro de Defesa fui bem recebido pelo pessoal de lá, pediram que eu falasse tudo que tinha acontecido, eu falei. É um povo bom que gosta de ajudar, dão atenção para a gente. Fico até envergonhado porque eles querem ouvir da gente o que aconteceu, faz tanto tempo, mas até hoje eu lembro e nos orienta o que temos de fazer, isso é muito importante para mim e para minha família, saber que tinha gente estudada nos apoiando e ajudando a fazer justiça.⁷²⁰

A este narrador também perguntamos se ainda existe trabalho escravo no Brasil, e, por fim, se ele considera que foi escravizado na fazenda da qual fugiu. Diante dos questionamentos ele sucintamente respondeu, e nos fez lembrar de uma situação episódica sobre a qual já tínhamos ouvido de um outro narrador anos antes, acerca do envenenamento de garimpeiros em Serra Pelada. A respeito destas questões, ele asseverou:

Eu acho sim, tudo que esses caras fazem com a gente é trabalho escravo sim. Você perguntou para pessoa certa, eu que sei o que é ser tratado feito um objeto, e isso ainda não é trabalho escravo? O que é então? Nunca fui amarrado, mas se no dia que eu fugi da fazenda, se o dono tivesse me pego na beira da pista, eu ia ser era morto, pior do que ser amarrado é ser morto, e eles matam mesmo [...] Meu maior sonho é ver meus filhos grandes e vou tentar formar eles que qualquer coisa, tem de estudar para não ser que nem eu [...] Um conhecido meu que também fugiu da fazenda falou que uma vez os cabra colocaram veneno na água e mataram uns trezentos trabalhadores no garimpo parece que no Pará ou no Mato Grosso.⁷²¹

Diante do entrecruzamento de relatos, retomamos a fala do trabalhador Antonio Gomes citado pelo também trabalhador rural José Maria, sobre o envenenamento de “trezentos e dois garimpeiros na água para roubar o ouro, e eu como veáco, tinha meu bebedouro fora. Quando eu cheguei lá no barraco tinha esse tanto de gente morta”.⁷²² De pronto, não encontramos nenhum registro sobre este fato em jornais da região, mas estes aparecem com certa frequência nas fontes orais como memória herdada socialmente construída, e em grande medida, podem ser circunstanciadas pela ampla necessidade de reforçar os abusos cometidos em nome dos interesses capitalistas dos homens do poder, que tudo fazem para tornarem-se

⁷¹⁹Trabalhador rural escravizado aqui recognominado, prestando homenagem ao casal de ambientalistas e agricultores extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, assassinados em 24 de maio de 2011, no município de Nova Ipixuna, localizado no sudeste paraense. Denunciavam a grilagem de terras e o desmatamento no Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE Praia Alta Piranhêira, que ajudaram a criar. O ano de 2012 foi declarado como *Ano Internacional das Florestas* pela Organização das Nações Unidas – ONU, e o casal de brasileiros, José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, Heróis da Floresta. Já sobre os conflitos e violência no campo nesta parte do Pará, indicamos a leitura da tese PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. 2013. 278p. Tese [Doutorado em História]. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

⁷²⁰JOSÉ MARIA. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 25. jan., 2015.

⁷²¹JOSÉ MARIA, 2015.

⁷²²GOMES. Antonio. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. mar., 2012.

ainda mais ricos. São, portanto, relatos que chocam e servem de alerta, como grito de socorro à sociedade; também por isso é preciso que o narratário seja capaz de captar a perspectiva dos narradores que traz à vida para dar sentido a um estudo em geografia oral.

De igual modo, em outra passagem de uma entrevista realizada em 2012, este narrador foi enfático ao falar da comida e da água destinada aos trabalhadores no acampamento, no meio da floresta, e principalmente de como eram tratados. Nos termos dele “como animais que comem lavagem, sabe o que é lavagem, são restos que jogamos ao porco”.⁷²³ Temos, pois, expresso neste fragmento de relato, a dimensão de como se dão as relações de espoliação, a que os trabalhadores [as] estão submetidos [as].

Na maior parte das entrevistas, nossos narradores demonstraram-se ainda muito ressentidos ao evocar suas memórias traumáticas de um passado ainda muito tenro e sensível, ao passo que alguns omitiram informações e fatos comprometedores, inclusive a vida do próprio narrador, outros, no entanto, optaram em externá-los. Sobre tais revelações, tivemos o cuidado de não trazer a público informações que gerassem retaliações futuras, mesmo que seus nomes tenham sido mantidos em sigilo, uma vez que alguns fatos são tão idiossincráticos que prontamente revelariam seus autores e participantes, trazendo à tona mais um grave problema aos trabalhadores, visto que alguns casos correm em segredo de justiça.

Defendemos reiteradamente que a organização dos agentes sociais, bem como a efetivação de políticas sociais redistributivas, aliada a mudanças estruturais como distribuição de terra e geração de emprego, renda, e melhor acesso e permanência a uma educação de qualidade, possam ser alguns dos caminhos mais seguros no combate ao trabalho escravo no Brasil. Soma-se a este conjunto o empoderamento dos trabalhadores rurais em suas regiões de origem, e a criminalização dos praticantes e responsáveis pelo trabalho escravizante, bem como romper com as desacertadas políticas que sequer conseguem mitigar uma pobreza instaurada, que se arrasta por gerações no Brasil rural, tornando-se o tônus do qual se alimenta o trabalho escravo contemporâneo brasileiro. É neste ensejo que fechamos a primeira parte do último capítulo, com os versos extraídos do poema *Desvendar é preciso* de Luiz Carlos Flávio, que na geografia a história é “convite pra navegar em águas profundas, em vagas fecundas, em faces desnudas, em chaves do mundo que contam seus vultos, que somam seus fluxos, seus luxos,

⁷²³GOMES. Antonio. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. mar., 2012.

lutos, insultos. Ela guarda as verdades mais secretas, discretas que encantam as mentes mais inquietas”.⁷²⁴ E assim intentamos fazer.

3.2 Filhos de Bascarán: incursões do/no Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos

*Que crime seria maior que negar o direito a ser humano...
Corpos enegrecidos pelo sol, pela poeira e o carvão.
Vidas arrancadas do berço materno, do alumiar da escola, expurgadas
do convívio social.
Exploradas por urubus disfarçados de humanos.
Carniceiros de vidas quebradas pela miséria e ambição.
Perseguidos por capangas e injusticeiros.
Sem créditos na mercearia da vida, carregam nos ombros o desespero,
o fardo da criminosa ambição.
Braços que hoje se levantam com vozes emprestadas e roucas,
silenciosas de medo, prenhas de esperanças.
Conquistadores de liberdade entre despojos, recorrem a outros
humanos na conquista de trabalho e dignidade.
É o grito silencioso: Água, terra, ar, ser humano!
Já se escuta além fronteiras, o fim da impunidade está chegando,
forcemos juntos as últimas cercas.*⁷²⁵

Carmen Bascarán Collantes, Horizonte, 2007.

Visando o combate e o enfrentamento à sistêmica violação dos direitos humanos na Região da Pré-Amazônia Maranhense, com números mais expressivos de trabalho escravo contemporâneo no município de Açailândia/MA, um grupo de pessoas ligadas aos movimentos de base da Igreja Católica, junto com a missionária leiga comboniana, a espanhola Carmen Bascarán Collantes, fundaram em 18 de novembro 1996, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos, ao qual mais tarde foi acrescentado em sua homenagem Carmen Bascarán⁷²⁶, passando a se chamar Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB, uma instituição não governamental, sem fins lucrativos, de direito privado, filantrópica, assistencial e promocional. Desde sua fundação há mais de vinte anos,

⁷²⁴FLÁVIO, Luiz Carlos. Desvendar é preciso. **Geografia em poesias**: tempos, espaços, pensamentos. Francisco Beltrão: Grafisul, 2008, p. 32.

⁷²⁵CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. **Quilombagem**. Açailândia: 2007, p. 02.

⁷²⁶Em assembleia realizada em dezembro de 2010, deliberou-se dentre outras questões, homenagear a fundadora do CDVDH/CB que havia regressado à Espanha anos antes, dando-lhe o seu nome a ONG que desde janeiro de 2011, passou a ser denominada de Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán.

suas práticas são norteadas por seu objetivo maior “defender a vida onde for mais ameaçada e os direitos humanos onde forem menos reconhecidos, com atenção privilegiada às pessoas mais pobres, exploradas e oprimidas”.⁷²⁷ Desta forma, trata-se de uma instituição que tem como compromisso social atuar na denúncia e combate das violações dos direitos humanos, com destacado papel no encaminhamento e acompanhamento de denúncias de violações dos direitos humanos na região, especialmente o trabalho escravo contemporâneo; suas ações se mantêm pautadas por valores como a solidariedade, a justiça social, a equidade e a liberdade.

Destarte, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB atua além do combate ao trabalho escravo contemporâneo na Amazônia, promove atividades pedagógico-comunitárias a partir de projetos socioculturais em educação para os direitos humanos em diferentes frentes, na formação de agentes multiplicadores na defesa dos direitos humanos, sobretudo na promoção do protagonismo juvenil, cujo trabalho é referência nacional e internacional. Sua atuação demanda uma rede de parcerias dentre as quais podemos citar: Manos Unidas, Agencia de Cooperación al Desarrollo del Principado de Asturias, Alto Comisionado dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – ONU, Missionários Combonianos, ONG Repórter Brasil, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Ministério Pública Federal – MPT, Grupo de Articulação para Erradicação do Trabalho Escravo GAETE/PA, Organização Internacional do Trabalho – OIT, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular do Governo do Estado do Maranhão – SEDIHPOP/MA, Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, entre outros. Ao seu portfólio de atuação acrescentou-se recentemente o Programa Rede de Ação Integrada para Combate à Escravidão – RAICE, em parceria com a Comissão Pastoral da Terra – CPT, com a finalidade do combate ao trabalho escravo nos estados com grande índice de pessoas em situação de vulnerabilidade econômico-social no Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. Dito isto, entendemos, pois, que para compreendermos o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán nós tivemos que recuar no tempo e adentrarmos a história de vida de Carmen Bascarán Collantes, por ela mesma

nasci no Oviedo, Asturias, Espanha, em 19 de setembro de 1944. Meu pai é Antonio, médico oftalmologista, e a minha mãe, a Carmen, morreu com 32 anos e cinco filhos. O meu irmão maior é Ramon, estudou medicina e depois se fez padre, na Igreja Católica. Antonio é oftalmologista, ele trabalha lá em Espanha; e Carlos é missionário

⁷²⁷CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. **Novo Estatuto do CDVDH/CB 2016**. Açailândia: 2016, p. 02.

comboniano, ele está aqui no Brasil faz 38 anos; Manoel fez Direito e tem negócio. Depois, tenho eu, que estudei várias coisas. Iniciei os estudos em várias coisas, mas em seguida me casei, tive quatro filhos e depois me fiz Técnica de Enfermagem, trabalhei com oftalmologia com minha outra irmã. Minha outra irmã, Maria Teresa, é médica também, psiquiatra e o último Juan que também é oftalmologista, trabalha na Clínica.⁷²⁸

Ao falar de sua infância e adolescência, Carmen Bascarán relata, para além de uma rebeldia pueril própria desta fase, o seu ímpeto e sensibilidade social que sempre foram acentuadas. Desde cedo demonstrava interesse pela causa social, precípua motivação que a trouxe ao Brasil. E a este respeito, a narradora em seus termos pontua:

Tive uma infância de uma menina de classe média, fui a colégio. Como eu tinha muitos “hermanos” eu passava muito bem, brincava muito, era muito extrovertida, sempre. Foi uma infância normal. Mas sempre ficou o fato de minha mãe morrer quando eu tinha dois anos, mas depois meu pai se casou outra vez. Tivemos outros dois “hermanos”, a coisa foi muito normal, com uma adolescência muito viva porque normalmente eu era muito viva [...] Eu questionava tudo. Eu questionava por que eu não podia jogar a bola, por exemplo, e meus irmãos sim. Por que eu não podia sair sozinha à rua e meus irmãos sim. Por que eu não podia ir à piscina e meus irmãos sim. Por que toda naquela educação antiga estava descrita o que tinha que ser para as mulheres e que não podia ser feito pelos homens e tudo o que os homens faziam que as mulheres não podiam fazer. Então era uma contestação contínua, eu tinha fama de rebelde. Até que meu pai, em uma ocasião, falou que eu era a ovelha preta da família. Só que ao mesmo tempo em que dizia isso, por outro lado ele se sentia orgulhoso de que eu fosse assim.⁷²⁹

A narrativa de Carmen Bascarán nos revela importantes elementos de sua história de vida para compreendermos sua trajetória como militante na luta em defesa dos direitos humanos. Tomada por uma inquietude sócio-intelectual, questionadora e de personalidade marcante, Carmen Bascarán iniciou diferentes graduações na busca por sua formação profissional, também por isso ela se define como uma especialista em generalidades, ao afirmar:

Passei a ir a colégio como todas as crianças. Terminei o primeiro grau, terminei o segundo grau e fiz o que é equivalente, aqui, ao vestibular e entrei na faculdade. Eu comecei medicina, isto é uma história. Comecei a fazer medicina, estive um ano e meio fazendo medicina e, por causa um problema de saúde tive que deixar. Então comecei a fazer história, na minha cidade. A medicina eu fiz em Santiago de Compostela na Espanha, depois fui para minha cidade fazer história, continuei fazendo história também dois anos e me enamorei. Então o normal é que quando te vais a casar podes deixar os estudos porque vais ser uma mãe de casa. Então deixei de estudar e me casei e passei a ter filhos. Tive um filho, tive dois, depois tive três, e por acidente tive quatro. Então me dediquei mais ao trabalho de atender a quatro filhos pequeninhos e que foram crescendo, mas a esse tipo de trabalho e sempre com certo compromisso com questões sociais, porque sempre essa coisa ficou em mim. E quando os filhos passaram a crescer, então eu prestei curso de Direito. E quando levava dois anos fazendo Direito, meu irmão me chamou para trabalhar na clínica com ele, para organizar parte da clínica que era bastante grande; tem, não sei se 20 pessoas trabalhando lá. Era para levar toda a administração. Então deixei direito e

⁷²⁸COLLANTES. Carmen Bascarán. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia. 10. out., 2007.

⁷²⁹COLLANTES, 2007.

pus-me a trabalhar na clínica, como secretária e dentro da clínica. Foi quando eu fiz o curso de Técnica de Enfermagem e comecei a trabalhar também em questão de contabilidade. Esse é mi *profisión*, é especialista em generalidades, sei um pouco daqui, outro pouco daqui, outro pouco daqui.⁷³⁰

Sobre o chamado para sua militância, afirma não saber ao certo quando começou, mas reconhece que era algo que sempre sonhou realizar um dia. Ainda no colégio, vivenciou experiências que a fizeram decidir aproximar-se da luta pelos direitos humanos. Carmen com seu modo onomatopéico de falar, que em algumas passagens resolvemos subtrair, nos informa:

Se me pergunta exatamente, não sei muito bem como começou. Eu sei que havia coisas que não me coincidiam. O ambiente era muito religioso na minha família. Então eu não coincidia algumas coisas que escutava de evangelho com o que eu vivia depois. Então aí eu comecei a ter uma certa inquietação. Não me ia muito bem ver as senhoras cheias de pompas, bonitonas e depois sair à rua e ver toda a gente pedindo esmola. E aquelas coisas me machucavam desde muito pequena. Depois, um fato que me marcou de uma forma, eu sempre conto, porque para mim sempre foi no colégio onde eu estudava, um colégio de burguesia mesmo, alta burguesia, houve um momento que foi quando o Conselho Vaticano II, começou e as freiras, aquelas, se abriram bastante e começaram a trabalhar nos bairros da periferia e nos levavam as meninas das famílias aos bairros da periferia; eu comecei a ser amiga da gente da periferia. E amiga mesmo. E numa ocasião, as freiras que continuaram este trabalho nos levaram a fazer um retiro, uns exercícios em outra cidade vizinha como Salamanca, e nos misturaram as meninas da periferia com as meninas da burguesia.

⁷³¹

Ainda sobre as experiências que a fizeram optar pela causa social, uma se destaca. Em viagem a Salamanca, a jovem Carmen com apenas dezesseis anos foi impactada por um relato de um senhor espanhol que, voltando à casa da família depois de três anos, compartilhou com ela fragmentos de sua vida e das agruras do viver migrante na Suíça. Isto foi decisivo para que ela realizasse uma das mais importantes escolhas de sua vida. A esse respeito, ela assevera que

a Salamanca íamos em um trem, um trem de madeira cheio de gente. E o pessoal que vinha nesse trem eram os emigrantes espanhóis que estavam na Suíça, França e Alemanha e vinham de férias. Como estava cheio de gente, eu não aguentava dentro do quartinho do trem, saí ao corredor, e comecei a falar com um e com outro, comecei a falar com um senhor. A cara desse senhor eu a tenho guardada, um senhor com uma cara muito pálida, com uns 38 anos mais ou menos, louro, meio louro, quase careca e começou a me contar a sua vida. Ele levava três anos na Suíça, dormindo na boca do metrô, não tinha onde dormir, porque tudo que ganhava queria trazer para sua família. Levava três anos sem ver os filhos e a mulher e ele vinha tão emocionado, contando e eu chorava. Tinha 16 anos, 17, por aí. Ele chorava, e a história daquele senhor me marcou tanto, tanto, tanto que foi o momento onde eu tomei a decisão de dedicar a vida a essas coisas. E foi em 1996, onde eu vivi, eu senti, eu percebi a tragédia dos emigrantes espanhóis. Eu sempre falo que não entendo como agora, se esquecem a Europa e a Espanha da tragédia dos espanhóis, sendo os escravos na

⁷³⁰COLLANTES. Carmen Bascarán. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia. 10. out., 2007.

⁷³¹COLLANTES, 2007.

Suíça, Inglaterra, Alemanha e na França e tratam os africanos quando chegam na Espanha, do jeito que eles tratam.⁷³²

Sua formação religiosa, familiar e sua geração forjada no engajamento político no contexto da ditadura franquista, 1939-1976, foi deveras importante levando-a a incursões pela causa dos oprimidos. Soma-se a isto o seu casamento como um professor a quem descreve como comunista e sua atividade laborativa junto a trabalhadores desempregados na Espanha. Ela asseverou que com seu portunhol característico

Para mim isso é muito duro e me produz uma revolta muito forte. Depois, sendo consequente com aquelas coisas, eu sempre estive metida com movimentos da Igreja Católica, de comunidades de base. Tínhamos uma comunidade na minha casa, que se reunia na minha casa, onde eram estudantes jovens, cheio de paixão, justamente em momento da transição da Espanha ao terminar com a ditadura de Franco e começar com a democracia. Aquilo era um inferno, aquilo era todos os dias manifestação na rua e aí eu ia com eles. E depois eu me casei também com um professor de História Contemporânea, membro do partido comunista, e naquele tempo mui idealista, muito comprometido com as causas populares. E sempre estou comprometida nesse ambiente, um pouco impulsiva para querer ser consequente com aquilo que eu lia no Evangelho, da Igualdade, da Fraternidade, da Justiça no mundo e do Amor. Não dá para entender como acredito no Evangelho se te conformar com o mundo como este, para mim não tem cabimento [...] Eu trabalhava lá na Espanha em uma organização que se chamava a Casa dos Desamparados, seria a casa dos desempregados, de gente que não tinha trabalho. E começamos a procurar alternativas para este pessoal, depois fazíamos formação até que conseguimos criar uma cooperativa e a minha vida se mexia nessas duas frentes: trabalhos, filhos e trabalho social dentro desta organização. E por *las noches* foi quando eu conheci todos os lugares de perdição. Mas dava para fazer tudo, dava para fazer tudo e foi uma época duríssima, duríssima. Às vezes eu digo: “Rapaz, se tivesse que repetir aquilo, eu acho que não teria força, mas deu para fazer tudo.”⁷³³

Durante sua atuação junto à Casa dos Desamparados na Espanha, que ocorreu no período do referendo sobre a permanência do Reino da Espanha na Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, celebrado em 30 de maio de 1986 durante o governo do presidente Felipe González, Carmen afirma que em meio a manifestações políticas, contrárias ao referendo

[...] E minha casa se converteu em um quartel geral do movimento anti-imperialista. Então era uma coisa muito bonita, porque eu nunca sabia quem estava em casa. Eu ia e perguntava: “Tu quem eres?”. “Soy amigo...”. “Está bom, bem-vindo em mi casa”. Era uma vida tremendamente bonita e tremendamente forte e emocionante e empolgante; lutamos e vimos como Espanha se vendia mesmo. O referendo da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN foi uma mentira, e dias antes do referendo um dirigente de nosso então Partido Comunista nos comunicou que o referendo já estava perdido em muitos números de votos. Entrar na OTAN significaria entrar em bloco europeu, não entrar seria fortalecer os laços com América Latina e o Caribe. E criar nosso bloco, o bloco de América do Sul, criar esses laços com os chamados países emergentes ou países em via de desenvolvimento.⁷³⁴

⁷³²COLLANTES. Carmen Bascarán. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia. 10. out., 2007.

⁷³³COLLANTES, 2007.

⁷³⁴COLLANTES, 2007.

Nas sendas de suas experiências político-sociais vividas, Carmen Bascarán sentia-se impulsionada a alçar novos voos em busca de outros desafios, atingira maturidade e decidiu rumar ao Brasil para junto do seu irmão Carlos Bascarán, viver uma nova experiência na luta em defesa dos direitos humanos. Vejamos essa transição nas palavras da própria narradora.

Quando meus filhos terminaram todos os estudos. O menino terminou política e sociologia, Maria terminou veterinária, Juan terminou turismo e Ana fez enfermagem com uma especialização em medicina tropical, e então, antes de eu ter síndrome *del niño*, falei: “Meus filhos, sou eu quem vou voar agora. Vocês ficam no ninho e eu vou”. Era alguma coisa que eu já vinha trabalhando muito, muito. Não foi uma coisa assim... e nessa comunidade de base que nós trabalhávamos em casa, sempre se falou nessa possibilidade. Em um momento determinado tomaram posturas mais radicais. E eu sempre falei para os meus filhos: “Quando vocês tiverem idade, eu vou voar”. Eu acho que eles pensavam que era brincadeira, até que deixou de ser brincadeira. Eu tinha um irmão aqui, Carlos.⁷³⁵

Quando perguntada sobre sua chegada ao Brasil, Carmen afirma que inicialmente iria para Bahia, mas por ocasião da mudança de alguns dos missionários combonianos⁷³⁶ para o Maranhão,⁷³⁷ dentre eles seu irmão, sentiu-se motivada a segui-los, tendo chegado à capital maranhense na tarde do dia 24 de julho de 1995, no cair da noite já estava na cidade de Açailândia. Sobre sua vinda ao Brasil, ela bravatou que:

Meu irmão estava em Salvador, então, eu vinha vê-lo, ele disse: “Aqui vai ser meu lugar da saída do ninho”. Só que depois ele veio aqui para Açailândia. Então, naquele momento, os missionários combonianos criaram uma oportunidade, que a gente normal, não padre nem freiras, a gente podia vir às missões no Brasil. Então eu vim para cá a ver como era Açailândia e pedi: - Olha, eu quero vir pra Açailândia a trabalhar”. Então eu falei aos meus filhos e eles: - Como assim? “Não sei, eu vou”. E falei para meu irmão que eu estava trabalhando com ele, o médico: - Olha, dentro desses meses *yo me vou* para o Brasil. O irmão teve uma reação terrível, terrível. Ficou quatro meses praticamente sem me falar, sem me falar e eu era o braço direito, esquerdo, as pernas e a cabeça dele. E então me fez a vida impossível nesses quatro

⁷³⁵COLLANTES, 2007.

⁷³⁶Integrantes da Ordem Religiosa fundada pelo bispo italiano Daniel Comboni [1831-1881], beatificado por um suposto milagre que teria ocorrido no Espírito Santo nos anos de 1970 e canonizado no ano de 2003, pelo papa João Paulo II. Com o lema *Salvar a África com a África*, Daniel Comboni dedicou sua vida a causa africana, mormente às comunidades afetadas pela escravatura, imbuído da causa missionária constituiu em 1867, o Instituto dos Filhos do Sagrado Coração de Jesus para missões na África, renomeada posteriormente, Missionários Combonianos do Coração de Jesus. Sobre a escravidão Comboni afirmava “*infame tráfico de carne humana, infame negócio que humilha e degrada toda a humanidade*”. MUNARI, João; COSTA, Alcides. **Daniel Comboni**: mil vidas para a missão. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2015, pp. 05-25.

⁷³⁷Sabe-se que, as primeiras missões combonianas chegaram ao Brasil por volta de 1952, tendo iniciado trabalhos comunitários nos estados do Maranhão e Espírito Santo. No município de Açailândia, os missionários combonianos têm sua atuação na defesa dos mais pobres e explorados, sobretudo, as populações atingidas pela mineração na Amazônia Maranhense e Paraense, quais contam com a atuação combativa da Rede Justiça nos Trilhos desde 2007, sob a direção do padre comboniano Dário Bossi, cujo lema tem sido “*a defesa do meio-ambiente e das populações ameaçadas na região amazônica, especialmente às margens da Estrada de Ferro Carajás*”. Para mais informações, vide www.justicanostrilhos.org

meses, até que de pronto aceitou, ele disse: “Olha, deixe-me aproveitar o tempo que fica”. Então começou a coisa bem e me ajudou e me apoiou e tal.⁷³⁸

Nossa narradora, Carmen Bascarán – uma poetisa social,⁷³⁹ relata o cenário social que encontrou em Açailândia e pontua a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, em parceria sobretudo com os missionários combonianos em meados dos anos 1990, ao passo que nos permite compreender o cenário sobre o qual se lançou as bases do que viria a ser o CDVDH/CB anos depois. Ela assevera que:

Quando cheguei não havia nada em Açailândia. Açailândia era uma cidade onde eles trabalhavam aqui há quatro anos como missionários combonianos. E, bom, eles tinham informação das alianças, com a pastoral da juventude. Eles estavam bem no começo. Açailândia era uma cidade que tinha uma fama de ser cidade dos pistoleiros. Aqui pistolagem era muito forte. E não havia nada, havia corrupção, por todo canto. Aqui tinha começado uma Associação de mulheres viúvas e moças. Tudo que existia somente estava atrelado a um vereador ou a um grupo de poder. Era tudo corrupção, era uma coisa terrível, terrível. E Carlos: - O que podem fazer? Então aqui, naquela época, começou o MST. [...] Nós, da comunidade católica, ajudávamos a procurar sacos de feijão, sacos de farinha para as ocupações. Ajudávamos a levá-los a médico quando estavam doentes. Fui morar em um bairro daqui da periferia. Me colocou a morar com duas mulheres aqui, que estavam engajadas na luta popular, também nas comunidades de base. E começamos a falar a necessidade de montar alguma coisa que a gente tivesse como referente. Não que fizesse muita coisa, mas aquilo que nós fizéssemos já era um bem. Começamos a falar, os padres combonianos por outro lado também estavam falando nas comunidades com outra gente, e juntamos aquela vontade de um grupinho, éramos 12 pessoas. E começamos a fazer reuniões em casa de um, em casa de outro: - Que fazemos? Que não fazemos?⁷⁴⁰

A respeito das peripécias enfrentadas na nova cidade e do choque de realidade, Carmen afirmou que ao chegar a Açailândia foi advertida por Danilo Volonté, padre comboniano e membro fundador do CDVDH/CB do que ainda iriam enfrentar, sobretudo da realidade social de seus habitantes que tinham seus direitos básicos negligenciados por seus governantes. Recém-chegada em Açailândia, Carmen descreve em seu portunhol suas primeiras impressões:

não sabia nenhuma palavra em português, nada, nada. Então começamos a conhecer a realidade de Açailândia e imagina, sem falar uma palavra de português. Aquilo foi uma tragédia, uma tragédia. E eu tenho muita facilidade, falo muito, mas “soy” tímida, mesmo que não pareça. Então, falar com a gente sem poder falar foi um desastre, um desastre. Eu passei durante os primeiros meses chorando todos os dias meia hora. Também não me permiti chorar muito mais, mas é um momento que eu me fiz, um horário para chorar, e o resto de tempo pra me virar, e ver que podíamos fazer. Essa foi a chegada aqui à Açailândia. Vir de uma cidade como Oviedo, toda direitinha, toda bem-feitinha, toda medida, pesada, contada. Tu saías às oito da manhã de casa e ias a trabalhar, tudo, tudo, tudo marcado. A chegada a Açailândia foi um choque brutal, brutal. Só que a gente de Açailândia em seguida se abriu, mesmo que

⁷³⁸COLLANTES. Carmen Bascarán. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia. 10. out., 2007.

⁷³⁹Expressão do Papa Francisco, em discurso se referindo aos movimentos sociais no Vaticano em 2016.

⁷⁴⁰COLLANTES, 2007.

não soubéssemos nada, não entendêssemos nada de nós que estava acontecendo aqui. Essa gente, em seguida, abriu a porta de suas casas, nos acolheram. Entrávamos para tomar café em qualquer canto, copo d'água, os meninos riam de nós. Eu sempre lembro e conto. Quando eu achava que falava português, não falo português ainda hoje, mas então imagina como falava. Fizemos uma reunião com os meninos, com criancinhas pequenas. Eu achando que estava falando português claro, olhando para meninos. Entenderam-me tudinho. Fui para minha casa, Carlos, meu irmão: - Carlos, tivemos uma reunião e os meninos escutaram tudo, entenderam tudinho. E nisso chegou um menino: - Pai Carlos, pai Carlos, essa mulher que fala japonês. Aí caiu tudo. E assim foi a entrada em Açailândia.⁷⁴¹

Das inúmeras reuniões realizadas nas comunidades populares na periferia de Açailândia junto aos missionários combonianos surge o imanente interesse em criar uma instituição em defesa destas populações marginalizadas, a partir das demandas levantadas nas comunidades. Foi neste enlevo que

surgiu o tema dos direitos humanos: - Rapaz, aquilo que fala são os direitos humanos? Não se respeita a vida, não se respeita nada e por que não fazemos uma associação dos direitos humanos? E começamos pelo grupo de 12 pessoas. Fizemos uma feijoada, não tínhamos onde cair mortos. Fizemos uma feijoada para 250 pessoas e foi a primeira feijoada que fizemos, que depois virou tradição, e aí arrecadamos 1.200 reais. E com aqueles 1.200 reais nos legalizamos, fizemos a legalização do Centro de Defesa. Uma amiga nos deixou um quartinho na rua, e aí tínhamos nossa oficina. Nossa oficina que consistia num banco, que era uma caixa de fruta, de madeira de fruta, que havíamos pegado de um mercado. Havíamos pintado de cor laranja e aí tínhamos nossos livros, nossas coisas, tudo ordenadinho. Depois precisávamos de uma casa; aquela casa de lá pertencia a uma associação de donas de casas que estava desativada, não funcionava já. Então falaram: “Oh, por que não ocupam aquela casa, porque não está funcionando, podem ocupar”. E ocupamos. Aquela casa não é nossa, é da antiga associação, e tu não vias nada que está vendo aqui, isto que está tão bonito lá, isso era o banheiro, era onde estava a privada. Havia uma casa de madeira, um barracão, quatro paus com uma lona, estava aqui. E nós tínhamos essa mesa, ela vai ficar de relíquia. Essa mesa era de antigo tempo, aquela cadeira era de antigo tempo e éramos seus pertences. E assim começou o Centro de Defesa.⁷⁴²

Diante de tanta impunidade constatada e das demandas de violação dos Direitos Humanos na cidade e região, Carmen Bascarán, Danilo Volonté entre outras pessoas ligadas aos movimentos sociais e à Igreja Católica, todas interessadas na defesa dos Direitos Humanos,⁷⁴³ reuniram-se em 18 de novembro de 1996 para fundar o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos – CDVDH, visando combater toda e qualquer forma de expoliação. Trazemos aqui a transcrição da ata da reunião de fundação da instituição que

⁷⁴¹COLLANTES. Carmen Bascarán. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia. 10. out., 2007.

⁷⁴²COLLANTES, 2007.

⁷⁴³Constam na ata de fundação do CDVDH/CB [vide, cópia escaneada do documento no anexo B] os nomes dos sócios fundadores em ordem de assinatura, a saber: Terezinha Soares do Nascimento, Danilo Volonté, Edna Maria Alves dos Santos, Carmen Bascarán Collantes, Leomar da Silva Mota, Neide Morais Nunes, Ivanete da Silva Sousa, Conceição de Maria Delfino Romano, José Vágner Mesquita Mendes, Raimunda Marques de Sousa e Maria Brasilino de Brito.

no salão paroquial da Igreja São João Batista, situada à Rua Pedro Álvares Cabral, sem número, bairro do Jacú – Açailândia/MA, às 19:00 [dezenove] horas, deu-se início à Assembléia de Fundação do Centro com a presença de 11 [onze] membros, sob a coordenação do Sr. Danilo Volonté, para tratar da criação e instalação do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos – CDVDH – de Açailândia. Iniciada a sessão, o coordenador convidou à Srta. Terezinha Soares do Nascimento para secretariar a mesma. O Sr. Danilo Volonté colocou imediatamente em discussão a necessidade da criação desta Entidade para a Defesa da Vida e dos Direitos Humanos em Açailândia/MA. Havendo a assembleia se pronunciado de pleno acordo, decidiu-se sua imediata instalação. Em seguida, foi lido o projeto de Estatuto do Centro e, após ampla discussão, foi votado e aprovado por unanimidade, precedeu-se então, a eleição da primeira coordenação, que ficou assim constituída: coordenadora EDNA MARIA ALVES DOS SANTOS, secretária TEREZINHA SOARES DO NASCIMENTO, tesoureira NEIDE MORAES NUNES, responsável pelas equipes de áreas DANILO VOLONTÉ e responsável pelos núcleos locais CARMEN BASCARÁN COLLANTES. A seguir, deu-se a posse dos recém-eleitos e o coordenador orientou os sócios para a assinatura da ata. Em seguida, a coordenação reuniu-se para planejar as atividades do Centro, ficando assim marcada a reunião de planejamento para o dia 21 [vinte e um] de novembro, às 18:00 [dezoito] horas, com a presença de todos os sócios fundadores, na sede do Centro. E nada mais havendo para tratar, encerrou-se a Assembleia da qual, eu a secretária *ad hoc* da mesma, lavrei a presente ata, que, após lida, discutida e aprovada, será assinada por mim e todos os presentes.⁷⁴⁴

E assim, nasceu uma das mais importantes instituições de combate ao trabalho escravo no Brasil, que desde então tem atuação efetiva contra qualquer forma de expoliação, com ênfase ao combate ao trabalho escravo contemporâneo, motivo que lhe rendeu reconhecimento nacional e internacional. Já em sua primeira assembleia geral, os sócios fundadores elegeram os quatro campos prioritários de atuação: a formação em direitos humanos, registro de nascimento, o direito das mulheres e trabalho escravo. Neste sentido, Carmen Bascarán faz um breve relato das motivações e origem da instituição.

E começamos, fizemos a primeira assembleia e na primeira assembleia elegeram quatro prioridades para serem trabalhadas: uma era trabalho escravo, que nós não sabíamos o que era muito bem. Havíamos escutado que havia trabalho escravo, mas não sabíamos muito bem do que se tratava. Outro era a mulher, porque entre as coisas que nós sabíamos, e estávamos observando, eram os maus tratos às mulheres aqui em Açailândia. Não sei em outras partes, mas aqui era brutal mesmo, é brutal. E outro tema era a conscientização, formar a consciência das pessoas. E outro tema era a campanha de registro. Desde o fato que mais de 30% dos brasileiros não existem, não tem registro de nascimento, não tem carteira, não tem documentação, não são gente. E aqui, isso era muito evidente. Não podem ir à escola, e achamos que aquilo era a primeira pedra para poder pensar em fazer qualquer outra coisa. E fizemos uma campanha de registro. Então essas foram as prioridades de primeiro ano, já quando havíamos começado a morar aqui, a trabalhar nesta casa. Isso foi em novembro de 1996. Quatro dias depois de vir aqui chamaram à porta, um rapaz que se chamava Francisco, e começou a contar uma história de uma carvoaria, de onde ele vinha com uma ferida na cabeça, havia caído uma tora. O gerente, o rato da carvoaria, havia largado ele, havia deixado ferido. Passou a contar uma história que nos deixou de queixo caído: “Rapaz, é trabalho escravo”, estávamos pensando. Só que dois dias depois chegaram mais três: senhor Antônio, Deusdedit e Francisco. E começaram a

⁷⁴⁴Transcrição da Ata da Assembleia de Fundação do Centro de Defesa da Vida e dos DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN – CDVDH de 18 de novembro de 1996. Vide *fac-símile* do documento, em anexo a tese.

contar uma história de uma fazenda de pecuária em Rezende, até hoje esse processo está em andamento. Até hoje e não foi determinada a pena. Então, o trabalho escravo veio a nós e não nós ao trabalho escravo. Ninguém falava que trabalho escravo existia na carvoaria e em outros lugares, e nos começamos a viver com essa gente. Com seis meses do Centro nós montamos um filme com todo esse material.⁷⁴⁵

Em 2009, a sócia fundadora, Carmen Bascarán, por motivações pessoais e familiares, regressa à Espanha por compreender que a instituição atingiu a maturidade necessária, tendo se consolidado para continuar a luta com uma equipe de militantes-profissionais formados na primeira geração da instituição, muitos deles atendidos pelos diferentes projetos empreendidos pelo Centro de Defesa. Diante disto, os conselhos diretor, fiscal e consultivo junto aos associados fundadores, efetivos e demais membros da organização reuniram-se em dezembro de 2010, em Assembleia Geral, instância máxima de deliberação da organização que, por unanimidade, decidiu homenagear Carmen Bascarán, dando o seu nome à instituição, passando agora a denominar-se Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB em 1º de janeiro de 2011. A respeito disto, o ex-secretário executivo do CDVDH/CB, Antonio Filho nos informou que

em assembleia decidimos mudar o nome do Centro, colocamos Carmen Bascarán para fazer essa homenagem para ela ainda em vida, por que geralmente as pessoas fazem quando morrem. Como forma de agradecer e reconhecimento por tudo que ela idealizou e criou aqui no Centro de Defesa. Então, hoje, mesmo ela já estando há quase três anos afastada, nós conseguimos vê-la e sentimos a presença dela nas falas e atitudes das pessoas e na forma das pessoas fazerem as coisas. Então ela está presente na vida do Centro de Defesa, eu acho que as pessoas que estão aqui, hoje, também vão ter essa missão de preparar outras [...].⁷⁴⁶

Retomemos a narrativa de Carmen Bascarán, ao rememorar o primeiro trabalhador atendido pelo CDVDH/CB, o senhor Antônio Gomes dos Santos, 84 anos, que na época da fuga estava com 64 anos. Cognominamos este aguerrido trabalhador como um nordestino de espírito espartano, um destemido aventureiro que não sucumbiu ao monstro da escravidão; fugiu da fazenda em busca da liberdade, mas retornou para salvar seu companheiro, como bem expresso em suas palavras “depois que eu fugi da fazenda voltei para buscar o meu amigo Nego, que estava doente de malária [...] fomos caçados como animais pelos jagunços, mas conseguimos escapar”.⁷⁴⁷ Este caso foi emblemático ao CDVDH/CB, tendo sido considerado pelos próprios militantes um marco na história da instituição. Carmen Bascarán descreve como ocorreu a chegada de nosso narrador ao Centro de Defesa,

⁷⁴⁵COLLANTES. Carmen Bascarán. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia. 10. out., 2007.

⁷⁴⁶FILHO, Antonio José Ferreira. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 24. fev., 2012.

⁷⁴⁷GOMES. Antonio. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. mar., 2012.

O senhor Antônio foi o primeiro caso de trabalho escravo que atendemos, porque o Sindicato dos Trabalhadores Rurais não podia fazer nada e os encaminharam para cá e diziam: “Oh, parece uma coisa que se chama Direitos Humanos, vai até lá”. E ele veio. O outro, Francisco da carvoaria não sabemos como chegou aqui, ele chegou. Então o que nós fizemos foi: Antonio Filho, que trabalha aqui no centro, Ivanete e eu - e às vezes nos acompanhava alguma pessoa, nós pegávamos o carro dos combonianos quando nos deixavam o carro e nós íamos pro mundo. Pegamos uma garrafa com água, uma linguiça, pão, queijo e nos mandávamos pelo mundo com uma filmadora na mão. Então, assim chegamos e nos encontramos com a carvoaria. Então ninguém falava que trabalho escravo existia na carvoaria, e nós começamos a viver com a gente, ficamos lá e a coisa era assim: eu uma estrangeira doida, que tinha curiosidade por carvoarias, porque não sabia que se fazia carvão assim e então queria a filmar. Então isso faz dez anos, tinham 19, 20 anos e eram dois meninos que me acompanhavam. Então eles ficavam falando com os trabalhadores e eu filmando. Ninguém suspeitava nada, porque ninguém havia feito nenhuma coisa nesse tema. E nós fomos fazendo isso durante seis meses. Aos seis meses, nós montamos um filme, com todo esse material. Por esse tempo, você sabe, a equipe móvel cresceu em 95, *estoy* falando de 96, início de 97.⁷⁴⁸

O trabalho de Carmen Bascarán e de toda a equipe do CDVDH/CB tem sido imprescindível ao combate ao trabalho escravo na região da Pré-Amazônia Maranhense. Nestes termos, já assinalávamos em nossa dissertação seu contributo ao combate ao trabalho escravo contemporâneo na Amazônia brasileira e suas ressonâncias. E como dito, sempre inquietada com os problemas sociais desde cedo

participou combativamente em questões sociais e políticas a exemplo da exploração dos emigrantes espanhóis durante o regime totalitário espanhol conhecido como franquismo. Comprometida com a causa social, deixou sua família na Europa e rumou para o Brasil [...] Dando início a uma das fases mais marcantes e desafiadoras de sua vida, foi então que pode conhecer de perto, uma das maiores atrocidades cometidas pelo homem, o trabalho escravo contemporâneo nas carvoarias em Açailândia, conhecida na época como ‘cidade dos pistoleiros’. Esta fama tem diversas origens explicativas, dentre tais podemos citar: a proximidade geográfica com Imperatriz, conhecida por inúmeros assassinatos de políticos e do padre Josimo Tavares em 15 de abril de 1986; a localização fronteiriça, portal de acesso à Amazônia, região de intensos conflitos agrários e o grande número de aventureiros advindos de regiões garimpais como Serra Pelada.⁷⁴⁹

Carmen também apresenta em sua narrativa outro importante e grave problema na região, trata-se da extração ilegal de madeira e o desmatamento da vegetação nativa para dar lugar ao plantio do eucalipto, alterando a paisagem e os ecossistemas nesta parte do Maranhão, inicialmente para atender a indústria siderúrgica com carvão vegetal, utilizado na produção de

⁷⁴⁸COLLANTES. Carmen Bascarán. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia. 10. out., 2007.

⁷⁴⁹SOARES, Fagno da Silva. **Escravidados do carvão: historiando identidades e memórias em Açailândia-MA no tempo presente**. 2012. 300p. Dissertação. [Mestrado em História do Brasil], Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012, pp. 150-151. A região de Imperatriz/MA é conhecida pela violência mitificada, sobretudo, a partir dos assassinados de três políticos locais no exercício de suas funções, o prefeito Urbano Rocha em 2 de junho de 1953, o vice-prefeito Dorgival Pinheiro de Sousa no dia 12 de novembro de 1971, o prefeito Renato Cortez Moreira em 6 de outubro de 1993. E no dia 23 de setembro de 1998, assassinaram o deputado federal e ex-prefeito de Imperatriz Davi Alves Silva.

ferro-gusa e anos depois a indústria de celulose implantada na região. Desta forma, a degradação ambiental tem acompanhado o avanço do agronegócio, aliada à crescente concentração fundiária brasileira, que por sua vez, tem afetado a vida das populações locais, como as populações tradicionais e camponesas. Temos, pois, no agronegócio, o agente precípua do desmatamento das florestas e da superexploração do meio ambiente na Amazônia. No caso mais específico de Açailândia, parte substantiva da madeira, fruto da extração ilegal, era comumente destinada às madeiras e carvoarias. Sendo estas últimas o epicentro do trabalho escravo na cidade e região. Para Carmen Bascarán, o desmatamento e o trabalho escravo nas carvoarias seguem o rastro do agronegócio, trata-se de

um crime contra o meio ambiente tão grave, tão grave, a quantidade de hectares plantadas com eucaliptos, dizendo que é reflorestamento nesta região. Primeiro desertificam a região, cortando a madeira e queimando. A madeira de lei vai para as serrarias para exportação. A madeira de segundo corte, para carvão. Por trás colocam o selo para se reflorestar com eucalipto. Todos sabemos o que é o eucalipto, o que significa para o chão, o que significa para agricultura, o que significa para toda a região. Vai passar o que nessa região daqui a dez anos? Eles continuaram desmatando e fazem sempre o mesmo. Estão fazendo de forma ilegal e aí o Ibama está atuando, nós achamos, muito timidamente. Muito timidamente e estão desmatando, estão desmatando tudo. Aí isso é a porta de entrada para que os Estados Unidos, diga que o governo brasileiro não tem capacidade de gerir a floresta nacional. Eu vi, eu vi e não é nenhuma mentira. Isso está acontecendo já, e permitir continuar com o desmatamento como se está continuando, está dando a razão para que eles, que são os que estão favorecendo-se com essa madeira, porque ela é que barateia os custos de ferro-gusa, que depois vai para lá e volta para cá em carro, transformando carros. Não sabemos até quando vai acontecer isso e o que a sociedade civil pode fazer. Mas é uma coisa que tem características de genocídio, não é uma brincadeira, tem características de genocídio. Está acabando com as culturas indígenas, estão acabando com as culturas ribeirinhas, estão acabando com um monte de gente e nós que vem atrás. O governo está preso para fazer alguma coisa mais contundente. Os jogos de poder econômicos, até donde vão a determinar o futuro de Brasil e os brasileiros, é algo muito sério, muito, muito, muito sério.⁷⁵⁰

Nos primeiros anos de funcionamento, o CDVDH/CB deteve-se na fiscalização e denúncia do trabalho escravo nas carvoarias. Ao narrar as primeiras relações institucionais entre o CDVDH/CB e o Ministério do Trabalho, Carmen aponta uma relação inicial de desconfiança mútua, mas que resultou em uma profícua parceria na minimização de casos de trabalho escravo nas carvoarias de Açailândia. Relata-nos que

eu lembro que veio a Dra. Cláudia, e era um jogo de desconfiança. Ela desconfiava de nós e nós desconfiávamos dela. Nós estávamos acostumados que qualquer coisa que cheirasse a instituição havia corrupção por trás. Eu era uma estrangeira doida que estava aqui, que estava querendo o quê? Então foi um jogo, até que a confiança foi se estabelecendo e pudemos fazer um trabalho fantástico com ela. Aos seis meses desse trabalho nós criamos a Primeira Semana dos Direitos Humanos, em junho de 1997, e a convidamos ela para vir. E quando ela estava aqui, colocamos a fita de vídeo com a

⁷⁵⁰ COLLANTES. Carmen Bascarán. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia. 10. out., 2007.

situação das carvoarias. Foi um escândalo, um autêntico escândalo, um choque mesmo, porque ninguém havia tocado nunca nas siderúrgicas do país, era a pedra sagrada, continua sendo, mas então muito mais. Então nessa semana que veio muita gente e fui apresentada publicamente, a Dra. Cláudia assumiu o compromisso de fazer uma fiscalização nas carvoarias. Veio, 15 dias depois e fechou 19 carvoarias. As 19 que havíamos denunciado, uma por uma, fechou. As siderúrgicas ficaram bravas e tentaram colocar à população contra a nossa luta aqui, insultando a gente e falaram que iam fechar todas as siderúrgicas e que nos íamos levar a miséria ao povo e que teriam de comprar carvão da China. “Então a gente aqui não vai poder comer”. Foi uma época assim meio doida. Nós ficamos calados, e preparamos a resposta.⁷⁵¹

Como resposta o CDVDH/CB enviou para instituições de várias partes do Brasil e do mundo solicitações de apoio à causa do combate ao trabalho escravo contemporâneo. Houve rápidas devolutivas, organizações diversas responderam positivamente creditando apoio ao CDVDH/CB. Como vemos bem colocado por Carmen Bascarán

A resposta foi em dezembro, no dia dos Direitos Humanos, nós escrevemos a todas as entidades nacionais e internacionais que conhecíamos e pedimos o apoio. Então começaram a chegar mensagens de apoio do Greenpeace, da Anistia Internacional, passando pela Comunidade Econômica Europeia, universidades e organizações de todo o mundo. Chegaram apoios por carta e por e-mail. E no dia dez de dezembro, fizemos uma festa popular, a I Festa da Vida do Centro de Defesa. Colocamos barraquinhas, fizemos uma peça de teatro com o tema do trabalho escravo nas carvoarias. E quando já havia chegado a imprensa, já estava bem cheio de gente, lemos um comunicado com o apoio de toda as entidades que estavam detrás de nós. Isso foi um golpe total porque a partir daí a população deu um passo atrás e pararam de ameaçar diretamente e começaram a buscar alguma forma ação.⁷⁵²

A constatação realizada em muitos casos *in loco* pelas equipes do CDVDH/CB da existência não só de condições de trabalho degradantes, mas de trabalho escravo na cadeia de produção do ferro-gusa dentro das carvoarias, forçaram as siderúrgicas do Polo Industrial de Carajás a criarem, em 2004, o Instituto do Carvão Cidadão – ICC,⁷⁵³ cuja missão seria promover a responsabilidade social entre signatárias, todas elas empresas da cadeia produtiva dos fornecedores de carvão vegetal e as empresas siderúrgicas, com vistas à erradicação do trabalho escravo. Mas na prática o que se tem visto, como bem afirma Marcelo Carneiro, é que o Instituto do Carvão Cidadão serve em grande medida “para fazer frente às metas estipuladas da produção impostas pelo mercado internacional”,⁷⁵⁴ ou seja, tem funcionado em geral apenas para legitimar

⁷⁵¹COLLANTES, Carmen Bascarán. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia. 10. out., 2007.

⁷⁵²COLLANTES, 2007.

⁷⁵³Para Soares o ICC “[...] é uma organização sem fins lucrativos, com caráter jurídico, de direito privado, criado com a meta de auxiliar as siderúrgicas que compõem o Polo Industrial de Carajás, no perfeito cumprimento do chamado Termo de Ajuste de Conduta – TAC e da Carta Compromisso, ambos assinados em 2004, que previam dignificar, formalizar e modernizar o trabalho nas carvoarias”. Cf. SOARES, 2012, p.166. / INSTITUTO CARVÃO CIDADÃO. **Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 25.05.2010**, Brasília/DF, 2010.

⁷⁵⁴CARNEIRO, Marcelo Sampaio. O desenvolvimento da certificação sócio-ambiental e a nova dinâmica da ação empresarial na Amazônia. In.: FERRETTI, Sergio Figueiredo. RAMALHO, José Ricardo. [Org.] **Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural**. São Luís: EdUFMA, 2009, p. 32.

junto aos órgãos fiscalizadores nacionais e internacionais o processo de produção do carvão dentro dos padrões ambientais e trabalhistas exigidos. A respeito das carvoarias e da origem do Instituto do Carvão Cidadão – ICC, Carmen relembra que

denunciamos ao Ministério Público e as carvoarias foram fechadas porque eram ilegais. Depois encontraram outro caminho, de criar a associação, a ONG Carvão Cidadão. Carvão Cidadão é uma ONG criada pelas siderúrgicas e a história foi assim: com uma denúncia muito forte que as siderúrgicas, os donos, não os que estão aqui – gerentes das siderúrgicas, não -, os chefões que estão em Minas Gerais, em Recife, e por aí, deram uma ordem que haviam de negociar porque não podiam continuar recebendo denúncias de trabalho escravo, porque isso estava afetando as exportações de minério de ferro [...]. Contatamos com jornalistas que vieram aqui e fizeram matérias fantásticas. Uma delas foi um jornalista dos Estados Unidos, que fez uma matéria e publicou em uma revista de economia lá, e como consequência cortaram o contrato com a siderúrgica. Então eles vieram aqui e fizeram uma proposta ao Centro de Defesa de que fizessem um intermediário. Desde quando a proposta está escrita, existe documento, a proposta era que nós, quando chegasse uma denúncia de trabalho escravo em carvoarias, denunciássemos isso ao Ministério do Trabalho, mas que informássemos a siderúrgica para eles atuar na carvoaria e regularizar. Nós falamos que isso não era um papel de um centro de Direitos Humanos e que não acreditávamos nessa história. Então, como prova da boa-fé deles, falamos que só acreditávamos nessa história se à frente dessa organização que eles queriam montar estivessem um fiscal do trabalho.⁷⁵⁵

O Instituto do Carvão Cidadão – ICC⁷⁵⁶ ainda produz relatórios e pareceres a partir de auditorias sistemáticas realizadas em carvoarias nos estados do Pará, Maranhão, Piauí e Tocantins, que são encaminhados aos órgãos governamentais competentes e associados. Quando de sua criação, associaram-se as seguintes siderúrgicas: Ferro Gusa do Maranhão – FERGUMAR; Gusa Nordeste do Grupo Ferroeste; Siderúrgica Vale do Pindaré; Siderúrgica do Maranhão S/A – SIMASA; Siderúrgica do Pará S/A – SIDEPAR; Siderúrgica Norte Brasil S/A – SINOBRAS; Viena Siderúrgica e Vale. Em recente negociação, o Grupo Suzano Papel e Celulose⁷⁵⁷ efetuou a compra de ativos florestais e imobiliários no valor de US\$ 245 milhões da Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré pertencente ao Grupo Queiroz Galvão, sediada no Distrito Industrial de Piquiá em Açailândia/MA. A transação financeira, que envolveu a compra de 75 mil hectares de, em sua maioria, plantios de eucalipto nos estados do Maranhão e Tocantins, teve como objetivo ampliar o abastecimento de matéria-prima para a expansão produtiva da unidade da Suzano, em Imperatriz. Com a queda das importações pelo mercado

⁷⁵⁵COLLANTES. Carmen Bascarán. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia. 10. out., 2007.

⁷⁵⁶A respeito do funcionamento do Instituto do Carvão Cidadão, vide PITOMBEIRA, Karla Suzy Andrade. **A construção da responsabilidade social empresarial no Pólo Siderúrgico de Carajás: o caso do Instituto Carvão Cidadão [ICC]** 2011. 123p. Dissertação. [Mestrado em Ciências Sociais]. Universidade Federal do Maranhão, São Luís: 2011.

⁷⁵⁷Empresa fundada em 1924, figura como a segunda maior produtora global de celulose de eucalipto operando em 58 países. No Brasil possui 6 unidades de produção industrial: duas em Suzano, uma em Limeira e outra e Embu no Estado de São Paulo e uma em Mucuri/BA e uma outra em Imperatriz/MA. O Grupo Suzano também é proprietário da SPP-KSR, atualmente a maior empresa sulamericana de distribuição de produtos gráficos e papéis.

internacional de ferro-gusa desde 2008, estima-se que somente no primeiro semestre de 2017, no Polo Siderúrgico de Açailândia⁷⁵⁸ ocorram aproximadamente 3 mil demissões. Especialistas na temática, como os sociólogos Marcelo Sampaio Carneiro e José Ricardo Ramalho, têm se debruçado nos estudos e reflexões acerca da crise do setor minero-metalúrgico desde 2008 na Amazônia e no Sudeste brasileiro que levaram ao fechamento de algumas guseiras a exemplo da Siderúrgica Vale do Pindaré e Siderúrgica Vale do Pindaré em Açailândia/MA e Companhia Siderúrgica do Pará, primeira, siderúrgica implantada no Distrito Industrial de Marabá/PA, conforme aponta o Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Maranhão – SIFEMA. Neste sentido, acrescido dos aspectos socioambientais, atentemos ao alerta de Aziz Ab’Saber em meados dos anos 1990, para quem, entre outras questões, Açailândia

não possui água suficiente para garantir as atividades peculiares das indústrias de ferro-gusa, não possui boas condições geohidrológicas para captação de água subterrânea em volume e fluxos suficientes e, ao impacto de uma rápida e concentrada industrialização primária do ferro, tenderá a ser um dos maiores polos de concentração de pobreza, em toda a Amazônia Oriental. Enquanto a abertura de rodovias nas selvas ocasionou uma inusitada especulação fundiária e implicou uma efetiva hemorragia de homens, os entroncamentos ferroviários e as eventuais ‘pontas de trilhos’ deverão funcionar como polos de concentração demográfica.⁷⁵⁹

⁷⁵⁸Sobre os impactos socioambientais do complexo guseiro na Amazônia brasileira, vide RAMALHO, José Ricardo Pereira; CARNEIRO, Marcelo Sampaio [Org.]. **Ações coletivas em complexos minero-metalúrgicos na Amazônia e no Sudeste brasileiro**. São Luís: EdUFMA, 2015. / MANCINI, Roberto. Martins. **Siderurgia e mercado de trabalho na Amazônia maranhense**: as dimensões socioeconômicas da estruturação do território produtivo de Açailândia. São Luís, 2015, 123.p. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais], Universidade Federal do Maranhão, São Luís: 2015. / DOS SANTOS, Rodrigo Salles Pereira. **A forja de Vulcano**: siderurgia e desenvolvimento na Amazônia Oriental e no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010, 245.p. Tese [Doutorado em Sociologia e Antropologia], Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2010. / BOSSI, Dário. Impactos e resistências em Açailândia, profundo interior do Maranhão. In.: **Forum Carajás** [Org.]. Mineração da Amazônia: estado, empresas e movimentos sociais. São Luís: Fórum Carajás, 2010, pp. 22- 32. / CANCELA, Cristina Donza. Estação Piquiá: Um novo quilômetro na fronteira amazônica. **Desenvolvimento & Cidadania**, São Luís, ano 2, nº 6, dez/jan.,1992. / CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Crítica social e responsabilização empresarial: análise das estratégias para legitimação da produção siderúrgica na Amazônia Oriental. **Caderno CRH**. Salvador: v. 21, n. 53. 2008, pp. 323-336. / CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Do latifúndio agropecuário à empresa latifundiária carvoeira. In: COELHO, M.C.N.: COTA, R. G. [Org.]. **Dez anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997, pp. 223-250. / CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Estado e empreendimentos guseiros no Programa Grande Carajás: as políticas públicas a serviço da industrialização. In.: CASTRO, Edna Maria Ramos de; MARIN, Rosa E. A. [Org.]. **Amazônia em tempo de transição**. Belém: UFPA-NAEA,1989, pp.151- 191. / CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Relações de trabalho, propriedade da terra e poluição urbana nas atividades de carvoejamento para a produção de ferro gusa em Açailândia. In.: GONÇALVES, F. [Org.] **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** São Luís: CPT, Estação Gráfica, 1995, pp. 107-134. / CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Trabalhadores em carvoarias na Amazônia Oriental: distantes da cidadania além da mera exclusão. **Sociedade em Debate**. Pelotas, v. 8, n. 02, 2002, pp. 153-183. / CASTRO, Edna Maria Ramos de. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos – NAEA**, v.08, nº2, 5-39, Belém, 2005. / CASTRO, Edna Maria Ramos de. Grande Carajás: nascimento de um Polo Guseiro em Açailândia, Maranhão. **Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social [CEAS]**, Salvador, nº 142, pp. 74-85, Nov./Dez. 1992.

⁷⁵⁹AB’SABER, Aziz Nacib. **Amazônia**: do discurso à práxis. São Paulo: Edusp, 1996, pp. 123-124.

Aziz Ab'Saber apontava que as glebas de terras escolhidas para sediar os distritos industriais de Açailândia/MA e Marabá/PA não eram adequadas, especialmente a segunda, no tocante às condições geoclimáticas. Porém, se por um lado a elevação da primeira facilita a dispersão de gases, por outro, sublinhou ele, “a região situa-se próxima a cabeceiras de drenagem do Alto Gurupi, não possuindo água em volume suficiente para sustentar o desenvolvimento de um distrito industrial siderúrgico.”⁷⁶⁰ Em outros termos, mas em contexto semelhante, tem se dado o processo de implantação da Aciaria Aço Verde Brasil do Grupo Ferroeste, que iniciou suas operações em caráter experimental no final de 2015, no Distrito Industrial de Piquiá, no município de Açailândia, um investimento na ordem superior a R\$ 700 milhões, com capacidade produtiva estimada em 600 mil toneladas de aço ano, de vergalhões e fio máquina de aço. A escolha de Açailândia para sua instalação valeu-se das mesmas motivações que levaram os investimentos minério-metalúrgicos no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 a se instalarem na região, tais como a posição estratégica de Açailândia, cortada pela Estrada de Ferro Carajás, pela qual é transportado o minério extraído no Pará, matéria-prima e escoada a produção guseira ao Porto de Itaqui em São Luís/MA, somada à mão de obra barata e abundante.

Tratam-se de um somatório de equívocos, motivados pela ausência de uma avaliação mais completa dos impactos socioambientais, com uma série de procedimentos técnicos e científicos que identificariam os potenciais impactos à sociedade e ao meio-ambiente em Piquiá, prevendo as dimensões e as ferramentas para sua minimização. Desta forma, uma avaliação de impacto ambiental perpassa um diagnóstico que parece não ter sido devidamente realizado para a identificação e caracterização dos processos, para assim ser possível dimensionar os potenciais impactos ambientais causados à região e, por conseguinte, pensar medidas mitigadoras a serem realizadas, cuja meta possa ser atingir uma viabilização ambiental possível, bem como programas de monitoramento, compensação e gestão ambiental permanentes que minimizem os impactos socioambientais.

⁷⁶⁰AB'SABER, 1996, p. 118.

Foto 17: *Aciaria em construção.* A Aciaria Aço Verde Brasil e Vista área de Piquiá e Ponte do Quarenta.

Fonte: FREIRE, Gilberto. 2013.

O Polo Siderúrgico de Carajás – PSC⁷⁶¹ é composto por um complexo de unidades fabris instaladas nos estados do Maranhão e Pará, conforme disposto no quadro a seguir.

⁷⁶¹Para mais informações, vide INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Responsabilidade social das empresas siderúrgicas na cadeia produtiva do ferro-gusa na região de Carajás:** os produtores de carvão vegetal - Relatório Geral. Rio de Janeiro: Instituto Observatório Social, mar. 2006. / PITOMBEIRA, Karla Suzy Andrade. A siderurgia de Carajás e o enfrentamento ao trabalho escravo. In.: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna [Org.]. **Privação de liberdade ou atentado à dignidade: escravidão contemporânea.** Cuiabá: Mauad X, 2013, pp. 181-198. / RAMALHO, José Ricardo Pereira; CARNEIRO, Marcelo Sampaio [Org.]. **Ações coletivas em complexos minero-metalúrgicos na Amazônia e no Sudeste brasileiro.** São Luís: EdUFMA, 2015. / MANCINI, Roberto. Martins. **Siderurgia e mercado de trabalho na Amazônia maranhense:** as dimensões socioeconômicas da estruturação do território produtivo de Açailândia. São Luís, 2015, 123.p. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais], Universidade Federal do Maranhão, São Luís: 2015.

Tabela 01: *Polo Carajás*. Composição do Polo Siderúrgico de Carajás.

QD.	Unidade Produtiva	Cidade	Operação
01	Cia Siderúrgica Vale do Pindaré S.A.	Açailândia/MA	1988
02	Viena Siderúrgica do Maranhão S.A.	Açailândia/MA	1988
03	Cia Siderúrgica do Pará S.A.	Marabá/PA	1988
04	Cia Siderúrgica do Maranhão S.A.	Pindaré Mirim/MA	1991
05	Gusa Nordeste S.A.	Açailândia/MA	1993
06	Siderúrgica do Maranhão do S.A.	Açailândia/MA	1993
07	Ferro Gusa do Maranhão Ltda.	Açailândia/MA	1996
08	Siderúrgica Ibérica Pará S.A.	Marabá/PA	2002
09	Usina Siderúrgica de Marabá	Marabá/PA	2002
10	Ferro Gusa Carajás S.A.	Marabá/PA	2005
11	Siderúrgica do Pará S.A.	Marabá/PA	2005
12	Sidenorte Siderúrgia Ltda.	Marabá/PA	2006
13	Usina Siderúrgica do Pará S.A.	Bacarena/PA	2007
14	Marabá Gusa Siderúrgica Ltda	Marabá/PA	2007
15	Da Terra Siderúrgica Ltda	Marabá/PA	2007
16	Cikel Siderurgia S.A.	Marabá/PA	2008
17	Siderúrgica Norte Brasil	Marabá/PA	2008
18	Maranhão Gusa S.A.	Bacabeira/MA	2008

Fonte: IOS [2006]; Pitombeira [2013]; Ramalho & Carneiro [2015]; Mancini [2015].

Retomemos a criação do Instituto do Carvão Cidadão ao reingressarmos no universo da narrativa de Carmen Bascarán, para quem houve ganhos socioambientais com a criação do Instituto do Carvão Cidadão à medida que diminuiu o número de trabalhadores escravizados, mas, por outro lado, acredita que não obtiveram o sucesso almejado, que seria o combate à prática neoliberal da terceirização na cadeia de produção do ferro-gusa. Nos termos da narradora

essa organização faz é fiscalizar os fornecedores de carvão para que mantenha as indústrias legalizadas e que tenha um tratamento dos trabalhadores mais ou menos adequado. Essa situação é nova, de alguma maneira suavizou a tragédia dos trabalhadores, enquanto que existe uma denúncia do trabalho escravo, a siderúrgica para tudo e avalia. Só que perdemos mesmo para a luta que tanto os procuradores do trabalho, quanto o Ministério de Trabalho. Perdemos porque a intenção era que se o carvão é um elemento fundamental para a fabricação de ferro-gusa, os trabalhadores do carvão são trabalhadores das siderúrgicas. Eles conseguiram terceirizar e essa terceirização é, em muitos casos fraudulentos e duríssimos. Não tivemos como, o Ministério Público pela urgência de acabar com uma realidade criminosa que mantinha o trabalhador em regime de escravidão, aceitou um convênio que se chama

termo de ajuste de conduta, terrível, e que está paralisando a transformação de uma estrutura.⁷⁶²

No contraponto, temos Antonio Filho para quem o Instituto do Carvão Cidadão – ICC modificou em parte a realidade, uma vez que ainda é possível encontrarmos, embora em menor escala, trabalho escravo em carvoarias no Maranhão, conforme recentes relatórios das fiscalizações do Ministério Público do Trabalho – MPT, em 2015. Embora seja um importante “balizador das boas práticas”⁷⁶³ na indústria do carvoejamento, para Filho o Instituto do Carvão Cidadão não tem cumprido o propósito para o qual foi criado,⁷⁶⁴ mas tem se mantido a serviço do patronato:

As empresas criaram o Instituto Carvão Cidadão – ICC, que ao meu ver blindou as denúncias, fazendo com que estas não cheguem aos órgãos competentes, fazendo com que o trabalhador não chegue ao Centro, tampouco ao Ministério do Trabalho. Mesmo com as carteiras assinadas, a situação continua sendo exploratória nas carvoarias [...]. Assim, a indústria siderúrgica ainda continua se beneficiando dessa exploração do trabalhador em muitos casos diretamente [...]. Inclusive há registro de ICC fazendo cursos, treinamentos, qualificações. Não é a finalidade dele, que seria a atuação como produtor de carvão, respeitando as regras básicas de trabalho. Vem servindo assim, para driblar a legislação trabalhista [...]. Quando o ICC determinar que as carvoarias devem assinar a carteira daquele trabalhador é evitar que essas denúncias cheguem. Então o trabalhador pelo fato de ter a carteira assinada, quer dizer, se ele não tinha a carteira assinada já era difícil fazer essa denúncia, com a carteira assinada ele acha que tem os direitos embora não os usufrua. Porque antes mais de 90% dos trabalhadores não tinham a carteira assinada, por conta do ICC tem mudado, porém as condições de trabalho pouco mudaram, não o suficiente. O ICC é uma espécie de sindicato fajuto, dos produtores de carvão, dos trabalhadores da carvoaria que não tem representatividade dos trabalhadores. É um sindicato pelego, não tem representatividade.⁷⁶⁵

Sobre o CDVDH/CB, trazemos na foto 18 imagens da fachada do prédio do CDVDH/CB, da Coordenadora de Atendimento Psicossocial, Brígida Rocha dos Santos, responsável por colher as denúncias e encaminhá-las aos órgãos competentes, e do advogado Antônio José Ferreira Filho realizando uma consultoria jurídica, atividade atualmente desempenhada pelo sócio fundador do CDVDH/CB e Coordenador da Assessoria Jurídica, José Vágner Mesquita Mendes. Nos últimos anos, a instituição tem ampliado o atendimento

⁷⁶²COLLANTES. Carmen Bascarán. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia. 10. out., 2007.

⁷⁶³PITOMBEIRA, Karla Suzy Andrade. **A construção da responsabilidade social empresarial no polo siderúrgico de Carajás: o caso do Instituto Carvão Cidadão [ICC]** 2011. 123p. Dissertação. [Mestrado em Ciências Sociais]. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011, p. 22.

⁷⁶⁴A respeito das atribuições do ICC, segundo Soares, “[...] auditar as condições de trabalho flagradas nas carvoarias da região; publicar periodicamente informações devidamente relatorizadas, acerca das irregularidades encontradas e mapeadas nas siderúrgicas consumidoras do carvão produzido nas instituições de direito público e privado e por fim, promover atividades educativas aos profissionais do carvoejamento quanto aos seus direitos e deveres, visando fomentar o devido cumprimento da legislação trabalhista e, portanto a responsabilidade social das instituições envolvidas em toda cadeia produtiva do carvão vegetal, garantindo as siderúrgicas à ocupação de importantes nichos do mercado internacional”. SOARES, 2012, p.167.

⁷⁶⁵FILHO, 2012.

comunitário com as Jornadas Jurídicas Populares⁷⁶⁶, realizadas em sua primeira versão em 2011, no município maranhense de Bom Jesus das Selvas, na quais se realizam assessorias psicossocial e jurídica. Retomamos, o debate quanto ao uso da fotografia em nosso estudo de tese, buscamos em Martins a compreensão de que “não é apenas documento para ilustrar nem apenas dado para confirmar. Não é nem mesmo e tão-somente instrumento para pesquisar. Ela é constitutiva da realidade contemporânea e, nesse sentido, é, de certo modo, objeto e também sujeito”.⁷⁶⁷ Neste sentido, todas as fotografias aqui utilizadas cumprem esse papel para além do documento histórico.

Foto 18: CDVDH/CB. Sede e atendimento aos trabalhadores no CDVDH/CB.

Fonte: Acervo do CDVDH/CB, 2016.

⁷⁶⁶A respeito das Jornadas Jurídicas Populares realizadas pelo CDVDH/CB, fomos informados pelo atual coordenador do atendimento jurídico e advogado do CDVDH/CB, José Vágner Mesquita Mendes que o objetivo é “[...] possibilitar atendimentos jurídicos e sociais à comunidade, realizado por profissionais do direito e do serviço social. Proporciona aos cidadãos orientações, conciliações e encaminhamento de casos das mais diversas violações de direitos humanos, a exemplo de direitos trabalhistas, direitos do idoso, pensão alimentícia, aposentadorias, direitos da criança e do adolescente, assédio moral e dentre outros”. SOARES, Fagno da Silva. **Caderno de campo**. Açailândia; 2016, p. 12.

⁷⁶⁷MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2013, p. 23.

Sobre a caracterização do trabalho escravo nas fazendas e carvoarias, Carmen Bascarán afirma que, embora sejam práticas semelhantes, possuem questões básicas de diferenciação. Ela narra as condições de trabalho encontradas em uma carvoaria da zona rural do município de Açailândia/MA:

em que os trabalhadores viviam em barracões, bebiam água que tinha pregos, baratas e ratos. Não são coisas que eu falo porque alguém me contou, são coisas que eu vivi [...]. Isso está filmado, isso nós vimos, ninguém nos contou, nós vivemos isso. Eles não podiam sair de lá. Como iam sair? A diferença entre carvoarias e fazendas, as únicas diferenças é que nas fazendas existem capangas, nas carvoarias não existem capangas, mas é a mesma coisa. Como sair de lá? Imagina, por exemplo, as carvoarias no meio do que agora uma grande plantação de eucalipto. As carvoarias de Nova Descoberta, 140 Km da BR, mato adentro, onde não entra mais que um quatro por quatro. Como sair o trabalhador de lá? Andando? Em caminhões madeireiros? Quantos morreram dentro de caminhões madeireiros porque a tora soltou e caiu e matou? Quantos morreram assim? No caderno de dívida, nós temos fotografia de caderno da dívida porque tinham que comprar na cantina e nós vimos como o leite que se dava nas escolas de Açailândia amostra gratuita e proibida a venda, se vendia lá, em Nova Descoberta, a dois reais. Nós vimos isso. Todas as características do trabalho escravo em carvoaria praticamente têm as mesmas características do trabalho escravo na fazenda, com um agravante: a insalubridade, próprio trabalho na carvoaria. Tu imaginas que tem que entrar no forno quando ele ainda esta aceso para sacar o carvão do forno, sem chinelos apropriados, sem máscaras, sem luvas, sem nada, a pele sem proteção. Essas pessoas chegam a estar com 60 graus de temperatura, depois saem na poeira, é um trabalho de doido. E as gaiolas de carvão quando se carregam. Agora já em algumas carvoarias já sabemos que há transportadores que carregam as gaiolas a ombro, subindo por aquelas escadas de madeira, descalço, com a gaiola, com o carvão. E isso não é trabalho de gente [...]. As contratações também eram através de gato, do aliciador, era praticamente a mesma coisa.⁷⁶⁸

Para o combate do trabalho escravo contemporâneo, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB desenvolve suas atividades em três eixos principais interligados: a prevenção, a repressão e a inserção com foco na promoção do protagonismo dos trabalhadores[as] resgatados[as] do trabalho escravo e/ou em situações de vulnerabilidade econômico-social e seus familiares, para que sejam agentes capazes de atuar na intervenção e na transformação da realidade comunitária e social na qual estão inseridos. Durante a Celebração de vinte anos do CDVDH/CB, o missionário comboniano Dário Bossi fez referência ao discurso proferido pelo Papa Francisco no Vaticano, em 05 de novembro de 2016, e dirigido aos movimentos sociais para quem chamou de ‘semeadores de mudança’ e ‘poetas sociais’,⁷⁶⁹ expressões com as quais os militantes do CDVDH/CB se sentiram contemplados. Às voltas com a pesquisa de campo em 2016, ouvimos da coordenadora da equipe de captação de recursos, Mariana de la Fuente, que haveria uma pequena adaptação a ser feita na logomarca do CDVDH/CB, a vigorar a partir de janeiro de 2017. De modo que a

⁷⁶⁸COLLANTES. Carmen Bascarán. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia. 10. out., 2007.

⁷⁶⁹Expressões do jesuíta Jorge Mario Bergoglio, Papa Francisco aos movimentos sociais.

representação das mãos passará a ter um tom mais escuro, fazendo jus à população brasileira, em sua maioria negra, dando a ver o estágio de maturidade da instituição nos seus primeiros vinte anos de existência, que se [re]faz continuamente, reafirmando seu papel social na defesa das pessoas mais pobres, exploradas e oprimidas, para usar palavras expressas nas falas de todos/as os/as seus/suas colaboradores/as, na missão da entidade, e por extensão, se mantém presente em todos os seus documentos institucionais. Seguem os três pilares de atuação sobre os quais se orientam as práticas de combate e enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo da entidade.

Figura 04: CDVDH/CB. Eixos de atuação do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos.

Fonte: Elaborado por SOARES, Fagno. 2016.

A organicidade funcional do CDVDH/CB possui três áreas específicas de atuação, porém interdependentes, sendo o setor de comunicação, o financeiro e o de captação de recursos, via proposição e submissão de projetos. Dito isto, trazemos a figura acima com os eixos de atuação do CDVDH/CB, que compreende que o empoderamento de comunidades em situação de vulnerabilidade social seja um caminho no enfrentamento desta mácula social.

O primeiro eixo de práticas de combate ao trabalho escravo contemporâneo desenvolvido pelo CDVDH/CB é a prevenção, através da qual a instituição tem desenvolvido atividades socioculturais e educacionais junto às comunidades em situação de vulnerabilidade

em Açailândia/MA e região, para que reconheçam as diferentes formas de aliciamento e sejam capazes de fazer valer seus direitos, escapando do ciclo de violação dos Direitos Humanos. Desta forma, são desenvolvidas atividades sociais e culturais preventivas como a capoeira, teatro e dança, especialmente direcionadas às crianças e jovens; de qualificação profissional como cursos profissionalizantes e interação com a comunidade como a rádio comunitária, cartilhas, boletins informativos, folders, rodas de debate, palestras, dentre outras.

A entidade tem como segundo eixo das práticas de enfrentamento ao trabalho escravo na Amazônia Maranhense a repressão das violações de Direitos Humanos, desenvolvida a partir do atendimento comunitário que oferece assessoria psicossocial e jurídica às vítimas que sofreram violação dos Direitos Humanos. O setor jurídico do CDVDH/CB é formado em geral por operadores do direito que recebem, analisam a denúncia, encaminham e acompanham os processos junto aos órgãos competentes, ou seja, a Polícia Federal e/ou o Ministério Público do Trabalho – MPT. O CDVDH/CB efetivou o Projeto Balcão de Direitos em 2005, visando oferecer serviços gratuitos de assistência jurídico-social e documentação civil básica com o encaminhamento, conciliação e monitoramento de ações judiciais de casos de trabalho escravo, violência sexual de crianças e adolescentes, direitos trabalhistas, violência contra a mulher, racismo, dentre outras violações dos Direitos Humanos com vistas na reparação dos danos morais, individual e/ou coletivo, tendo realizado jornadas jurídicas itinerantes com oficinas de conscientização e atendimento. Nestes termos, destacamos ainda a ampliação do espectro de atuação do Balcão de Direitos Humanos que passou a ser denominado de Centro de Referência de Direitos Humanos da Amazônia Maranhense, com o apoio do Governo Federal através da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, passando a atender o maior número de municípios da Amazônia Maranhense.

Ademais, a práxis do CDVDH/CB quanto ao atendimento comunitário opera em geral na sistemática do acolhimento e a coleta das informações junto ao trabalhador e, por conseguinte, no recebimento da denúncia, na ativação dos organismos competentes e no acompanhamento dos desdobramentos jurídico sociais, constituindo-se no segundo eixo de atuação das práticas do CDVDH/CB no enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo.

Figura 05: *Atendimento Comunitário. Da acolhida aos desdobramentos jurídico-sociais.*

Fonte: 20 anos de lutas, conquistas e resistência popular. Adaptado por SOARES, Fagno. 2016.

Já o terceiro e último eixo das práticas de combate ao trabalho escravo contemporâneo empreendido pelo CDVDH/CB é a inserção dos trabalhadores e de seus familiares em outras atividades de formação, iniciação e capacitação profissional, bem como a participação direta nas atividades culturais desenvolvidas pelo CDVDH/CB, visando o desenvolvimento humano e a melhoria da qualidade de vida, a partir de ações de formação sociocultural e cidadã. Dessa forma, a instituição tem prestado relevantes serviços à cidade e a região com ações que partem de uma dimensão escalar do indivíduo à sociedade, passando pela família e comunidade da qual o trabalhador resgatado faz parte, favorecendo o processo de empoderamento comunitário e, por extensão, social.

Neste sentido, foi criada em 2007 pelo CDVDH/CB a Cooperativa para Dignidade do Maranhão – CODIGMA⁷⁷⁰ voltada à produção e comercialização de artefatos de origem vegetal, mineral e reciclável em Açailândia/MA, formada por três núcleos de produção: o Núcleo de Produção de Carvão Ecológico Reciclado, o Núcleo de Produção de Brinquedos e Artefatos de Madeira Reciclada e o Núcleo de Produção de Artefatos de Papel Reciclado. Este modelo de cooperativa que funcionou até o ano de 2015 tinha por base a economia solidária

⁷⁷⁰Para mais informações a este respeito, vide ZAPAROLI, Witembergue Gomes; SILVA, Fabrícia Carvalho da. Trabalho e economia solidária: um novo caminho no enfrentamento ao trabalho escravo. In.: ZAPAROLI, Witembergue Gomes; SILVA, Fabrícia Carvalho da [Orgs]. **Trabalho escravo contemporâneo: reflexões e militância** do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos – Carmen Bascarán. Imperatriz: Editora Ethos, 2015, pp. 91-101.

pautada nos princípios da preservação ambiental do desenvolvimento sustentável, e nos valores da dignidade humana, solidariedade, ética, responsabilidade social e ambiental. As atividades ocorriam em três polos produtivos com os colaboradores, gerando oportunidades de qualificação, trabalho e renda para trabalhadores resgatados e familiares oriundos do trabalho escravo contemporâneo ou em situação de vulnerabilidade econômico-social. Assim, passaram a capacitar, inserir e/ou reinserir os trabalhadores agora cooperados/as no mundo do trabalho digno, como empregadores ou empregados. Ainda nestes termos, para Oliveira, as cooperativas funcionam como oficinas de ofício, são

polos produtivos que servem como uma oficina de aprendizado, por meio das quais os colaboradores são capacitados para atuar no mercado. Além de obterem retorno financeiro proveniente do seu trabalho no polo. Os produtos fabricados são vendidos e a receita subtraída das despesas, sendo que o resultado é dividido entre os colaboradores de forma proporcional às horas trabalhadas. O objetivo é que os colaboradores tenham uma qualificação profissional e galguem novas oportunidades, porém, alguns se dedicam de forma integral às atividades do polo e se mostram insatisfeitos por não terem carteira assinada e direitos trabalhistas. Os diretores ressaltam que o objetivo não é criar relações de trabalho e ganhos econômicos para os colaboradores e sim proporcionar qualificação profissional, para que estejam aptos para o mercado de trabalho. Essa insatisfação e mudança de anseios são vista como um fator positivo, já que antes de participarem das ações de apoio do CDVDH/CB, os colaboradores eram acostumados com relações informais de trabalho e não conheciam seus direitos. Este tipo de insatisfação demonstra que passou a fazer dos seus planos de vida, ter um emprego com carteira assinada.⁷⁷¹

Destarte, a Cooperativa para Dignidade do Maranhão – CODIGMA elegeu como missão promover o espírito solidário, a dignidade e a cidadania dos cooperados, garantindo-lhes principalmente a defesa dos Direitos Humanos, bem como a valorização de seus conhecimentos dentro dos moldes da economia solidária, abrangendo pessoas procedentes do trabalho escravo ou em risco de aliciamento. A cooperativa com seus três núcleos de produção operou em pleno funcionamento no período de 2004 a 2011, segundo dados compulsados em documentos cedidos pelo CDVDH/CB, e gradativamente suas atividades foram sendo paralisadas, a saber: o Núcleo de Produção de Carvão Ecológico Reciclado funcionou até 2013; já o Núcleo de Produção de Artefatos de Papel Reciclado manteve-se em funcionamento até 2014; e o último a encerrar sua produção foi o Núcleo de Produção de Brinquedos e Artefatos de Madeira Reciclada, em 2015. De modo que em março de 2016 foram oficialmente encerradas em caráter definitivo todas as atividades da CODIGMA, com um saldo positivo, pois trouxeram impactos sociais aos 156 beneficiários diretos e indiretos na complementação da renda familiar,

⁷⁷¹OLIVEIRA SILVA, Marcelo. **A contribuição do Centro de Defesa da Vida de dos Direitos Humanos Carmen Bascarán de Açailândia/MA e a Promoção de Desenvolvimento Humano: uma análise a partir da abordagem das capacitações**. 2014, p. 154. Dissertação, [Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento], Lajeado: Centro Universitário Univates, 2014, p. 92-93.

retirando muitas famílias da linha da extrema pobreza, e assim contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.⁷⁷²

Figura 06: Logomarcas dos Núcleos da CODIGMA. Os três núcleos de produção.

Fonte: 20 anos de lutas, conquistas e resistência popular. Adaptado por SOARES, Fagno. 2016.

O Núcleo de Produção de Carvão Ecológico Reciclado era um micro polo de produção e comercialização do carvão ecológico reciclado, localizado na Vila Ildemar, em Açailândia/MA. Atuava com o reaproveitamento dos resíduos de carvão vegetal descartado pelas guseiras de Piquiá, gerando renda, reduzindo a degradação ambiental e contribuindo com desenvolvimento econômico da comunidade local. O produto rendia até o dobro do carvão vegetal com maior capacidade de queima e menor poluição. Desta forma, o carvão ecológico é uma produção socialmente responsável e ecologicamente correta. O polo mantinha a comercialização com pequenos supermercados e comércios da região e vendas diretas ao consumidor final na sede do CDVDH/CB. Atualmente, o polo de produção encontra-se desativado por uma somatória de fatores que vão desde a falta da principal matéria-prima, o rejeito do carvão vegetal – uma vez que as guseiras passaram a utilizar-se da munha⁷⁷³ no seu processo de transformação do minério de ferro em ferro-gusa –,⁷⁷⁴ até as dificuldades no processo de comercialização.

⁷⁷²Informações colhidas junto à Brígida Rocha, em pesquisa de campo, 2014 e, confirmadas em 2016 com Mariana de la Fuente. CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. **Estatuto do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán.** Açailândia: 2009.

⁷⁷³Composto, a partir da munha, ou seja, carvão vegetal, descartado pelas siderúrgicas, misturado com a argila e fécula de mandioca como aglutinante natural.

⁷⁷⁴É produzido a partir do processo de liquefação e resfriamento do minério de ferro para tornar-se gusa, também conhecido como ferro de primeira fusão. O ferro gusa é a matéria-prima do aço.

Foto 19: Carvão ecológico. Núcleo de Produção de Carvão Ecológico, Açailândia/MA.

Fonte: CRUZ, Marcelo, 2010.

Outra microunidade de produção da Cooperativa para Dignidade do Maranhão – CODIGMA era o Núcleo de Produção de Brinquedos e Artefatos de Madeira Reciclada que, durante nove anos, atuou no reaproveitamento de madeira para produção de brinquedos pedagógicos, pequenos móveis sob medida, peças decorativas e personalizadas destinadas ao comércio local e comunidade em geral. Em alguns momentos o CDVDH/CB promoveu feiras para divulgação e comercialização dos produtos da cooperativa. O objetivo maior do Núcleo de Produção de Brinquedos e Artefatos de Madeira Reciclada desde sua criação foi capacitar os trabalhadores e familiares que tiveram seus direitos negados quando da sujeição ao trabalho escravo, dando a oportunidade de qualificação profissional e geração de renda, com vistas à formação empreendedora e/ou de mão de obra para uma inserção qualificada no polo madeireiro já existente na região.

Foto 20: CODIGMA. Núcleo de Produção de Brinquedos e Artefatos de Madeira Reciclada.

Fonte: CRUZ, Marcelo, 2010.

Assim como as demais unidades de produção, o Núcleo de Produção de Artefatos de Papel Reciclado atendeu pessoas provenientes do trabalho escravo, buscando através da reciclagem de papel contribuir na redução do acúmulo de lixo com a coleta seletiva e do desperdício de papel, visando contribuir na preservação do meio ambiente, oportunizando a geração de trabalho e renda. Das folhas de papel reciclado pelos/as cooperados/as mulheres, em geral, produziam artefatos como pastas, cadernos, envelopes, sacolas, caixas, cartões, dentre outros trabalhos artesanais que foram comercializados nas lojas de artesanato, livrarias e casas de decoração e congêneres na cidade e região até o ano de 2014.

Elenilde Dias Fernandes, aliciada aos 17 anos para o trabalho escravo contemporâneo, foi beneficiária dos projetos do CDVDH/CB, tendo sido ex-sócia cooperada do Núcleo de Produção de Brinquedos e Artefatos de Madeira Reciclada e presidido a Cooperativa para Dignidade do Maranhão – CODIGMA em seus últimos anos de funcionamento. Em sua narrativa, ela descreve como chegou ao Centro de Defesa e suas expectativas quanto à CODIGMA,

Foi pela televisão e também alguns amigos que foram trabalhadores escravos [...] Pra mim aqui é o serviço muito bom assim, porque o serviço é maneiro, a gente trabalha, não é um serviço cansativo, você trabalha na sombra, então o serviço que eu acho que um dia vai ter um futuro e eu penso que comigo vai ter esse futuro. A gente trabalha para que Codigma cresça, eu quero que isso aí um dia seja uma coisa que vai aumentar, que seja de futuro pra cada um que trabalha aqui [...]. A esperança é a última que morre, então a gente espera que isso aí vai ser um futuro na frente, porque se nós hoje estamos aí nessa cooperativa, então eu acho que isso aí vai ser um futuro mais na frente pra nós.⁷⁷⁵

⁷⁷⁵FERNANDES, Elenilde Dias. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia. 28. jan., 2009.

Trazemos nesta sessão algumas imagens que chegaram até nós quando da pesquisa de campo e outras no acervo documental do CDVDH/CB, por compreendermos sua importância histórica. Neste sentido, das várias concepções epistemológicas e conotações práticas da fotografia escolhemos destacar a fotografia-documento, descrita por Boris Kossoy: “toda e qualquer imagem fotográfica contém em si, oculta e internamente, uma história: é a sua realidade interior, abrangente e complexa, invisível fotograficamente e inacessível fisicamente”.⁷⁷⁶ Assim, todas as fotografias aqui utilizadas compõem uma história e destinam-se em grande medida à revelação do cotidiano daqueles que combatem ou sofrem os efeitos da escravidão contemporânea. Em outros termos, trazemos na foto 21 imagens dos cooperados desenvolvendo suas atividades na oficina do Núcleo de Produção de Artefatos de Papel Reciclado da Cooperativa para Dignidade do Maranhão – CODIGMA.

Foto 21: *Reciclagem.* Núcleo de Produção de Artefatos de Papel Reciclado.

Fonte: Acervo CDVDH/CB, 2016.

Diante disso, retomemos o debate teórico acerca do uso da fotografia como fonte às ciências humanas. Desde a origem a fotografia tem cumprido um importante papel na preservação da memória aproximando sujeitos, lugares e tempos. Não por acaso afirmou Ansel

⁷⁷⁶KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989, p. 36.

Adams, “não fazemos uma foto apenas com uma câmera; ao ato de fotografar trazemos todos os livros que lemos, os filmes que vimos, a música que ouvimos, as pessoas que amamos”,⁷⁷⁷ enquanto documento, a fotografia eterniza momentos ritualísticos que vão de nascimentos até mortes, passando por batizados, aniversários, casamentos, férias, formaturas, festas, entre outros.⁷⁷⁸

Ademais, durante a criação da CODIGMA, a instituição desenvolveu o Programa de Alfabetização Popular Alternativa de Jovens e Adultos Libertados do Trabalho Escravo ou em Risco de Aliciamento – PROALFA, inspirado no método cubano de alfabetização de adultos, denominado de *Yo, Sí Puedo*, centrado no conhecimento prévio dos alfabetizandos, cuja base metodológica se assenta na teoria freireana. A respeito da importância da educação para a quebra do ciclo do trabalho escravo contemporâneo, o educador social e militante dos Direitos Humanos, Milton Teixeira, assevera quanto à importância do projeto para o enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo na cidade e região:

É peça fundamental para acabar com a questão do trabalho escravo, lógico que não somente, tem que estar a questão educacional conjugada com a geração de emprego e renda, moradia e saúde, quer dizer todas as políticas públicas contidas no artigo 5º da Constituição, todas elas juntas. Com certeza é a saída é a saída ao trabalho escravo, fundamentalmente é a educação porque muitos acabam indo porque não conseguem ter um trabalho sequer informal porque não conseguem ler e nem escrever [...]. Temos descoberto que o trabalho escravo tem uma relação direta com essa questão educacional, através das informações que temos levantado, a partir da assessoria jurídica, quando recebe as denúncias. Lançamos mão dessas informações percebemos que mais de oitenta por cento dos trabalhadores envolvidos no trabalho escravo ou são analfabetos ou são semianalfabetos, ou seja, são analfabetos funcionais, fizeram basicamente a 1ª, 2ª ou 3ª série do ensino fundamental há dez, vinte, trinta anos e não reingressaram a escola, portanto não sabem ler, não sabem escrever. Já que eles foram expulsos do campo pelo latifúndio, então sendo empurrados para a cidade, eles não tiveram condições de se adaptarem ao modo de viver, do mundo urbano. E aí, lógico, os gestores públicos acabaram empurrando eles para a periferia e aí não restou alternativa senão eles serem presas fáceis para se enveredar em aí no mundo do trabalho.⁷⁷⁹

Diante disso, a equipe pedagógica do CDVDH/CB estruturou o processo de letramento dos trabalhadores, cruzando as referências do método cubano com a alfabetização de adultos desenvolvida no interior do Nordeste pelo educador Paulo Freire, que alfabetizou aproximadamente 300 cortadores de cana em 45 dias, cujo método consistia em três etapas: investigação do universo vocabular, tematização social e problematização para a compreensão

⁷⁷⁷ ADAMS. Ansel. **A câmera**. São Paulo: SENAC, 2000, p. 103.

⁷⁷⁸ PINHEIRO, Áurea da Paz. SOARES, Fagno da Silva. Fotografia, entre memória e documento. **Revista Mundo Jovem**. Disponível em: <<http://www.mundojovem.com.br/artigo-fotografia-entre-memoria-e-documento>> Acesso em: 23 de mar. 2015.

⁷⁷⁹ SANTOS FILHO. Milton Teixeira. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia. 17. abr., 2008.

crítica do mundo. Para tal, realizou-se uma análise quanto ao perfil destes trabalhadores atendidos pelo programa de alfabetização desenvolvido pelo CDVDH/CB. Nas palavras do educador Milton Teixeira Santos Filho, também desta experiência nasceu a imanente proposta de criação de uma cooperativa:

eram jovens negros e pardos que vivem um momento de migração dos analfabetos para o novo tipo de que é o analfabeto funcional, mas que na realidade as características continuam a mesmas [...]. Então a gente está vendo que à medida que nós que combatemos o trabalho escravo vamos mudando a nossa dinâmica do nosso trabalho em relação aos exploradores, as pessoas que se servem do trabalho escravo também vão modificando a lógica de exploração. O que temos é a ponta do iceberg, você chega aqui pensa que pronto; já temos o domínio do problema e aí o problema é muito mais grave do que a gente imagina. Nesta experiência, surgiu a proposta de criação da CODIGMA.⁷⁸⁰

Durante quatro anos o educador e militante social, Milton Teixeira Santos Filho, esteve à frente do CDVDH/CB desempenhando a função de secretário executivo. Nesse período, nosso narrador pôde observar de perto os atores sociais do trabalho escravo contemporâneo. A este respeito, e pautado nessa *expertise in loco*, assevera sobre o papel do engódico gato na cadeia do trabalho escravo.

Na realidade, o gato é uma forma do fazendeiro, do empregador tirar a sua responsabilidade das costas, no momento de fiscalização em que se autua e que se é caracterizado que ocorreu o trabalho escravo, ou seja, um desrespeito à legislação trabalhista, ao Código Civil e as outras legislações. Então, de imediato a primeira pessoa que figura é o gato, esse gato é o mesmo que sai nas cidades, principalmente nas cidades mais pobres, hoje eles já mudaram chegando a usar as rádios comunitárias para divulgar [...]. Então as cidades que têm índices de desenvolvimento mais baixo são exatamente o alvo desses gatos, então eles chegam aí oferecendo empregos, bons salários, condições de trabalho decente aquela coisa toda que o trabalhador que está frágil visado pelo desemprego e por todas as misérias sociais, então ele se sujeita a ir. Não sabe nem para onde vai, esse gato realmente leva, paga as despesas de ônibus, às vezes pega esses trabalhadores para algumas pousadas que chamam de hotéis pioneiros e ali colocam prostitutas à disposição desses trabalhadores, pagam cachaça e tudo mais.⁷⁸¹

Na senda que envolve o fenômeno do trabalho escravo contemporâneo e o aliciamento⁷⁸² encontramos outra questão premente, o tráfico interno de pessoas, em grande medida ao arregimentar trabalhadores para submetê-los ao regime de escravização, papel que tem sido desempenhado pelo gato. Estes aliciadores têm prática no tráfico de seres humanos.

⁷⁸⁰SANTOS FILHO, 2008.

⁷⁸¹Idem.

⁷⁸²Para mais informações acerca do aliciamento do trabalho escravo contemporâneo, vide NEVES, Débora Maria Ribeiro. **Trabalho escravo e aliciamento**. São Paulo: LTr, 2012. / NEVES, Débora Maria Ribeiro. **Trabalho escravo e aliciamento**: proposta para a regularização da relação jurídica de emprego, Pará. 2011. 248 f. Dissertação [Mestrado em Direito]. Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Belém: 2011.

Neste sentido, Milton nos informa como opera o processo de aliciamento de trabalhadores à escravidão.

Então ali o trabalhador fantasiado com tudo aquilo é carregado para o meio do mato sem saber para onde vai e quando ele se dá conta, ele está num lugar isolado, de difícil acesso, mantido por homens armados, em geral ou armas muito pesadas, armas que nem a própria polícia tem e devendo porque todas essas despesas da prostituta, da cachaça, da hospedagem, toda essa despesa é anotada numa caderneta e o trabalhador quando chega ao final do mês, vai receber salário, que ele pensa que vai receber, aí o gato vira para ele e diz: “Não, você está devendo, já apareceu caso de aparecer na caderneta até, eu não vou nem me expressar porque a expressão é realmente horrível, até a atividade que ele vai fazer com a prostituta, lá está denominado na caderneta: “Olha, você deve aqui tantas”. Entendeu? E ali o trabalhador fica à mercê do fazendeiro e explorado ali até quando ele consegue fugir – em muitos casos ele consegue fugir. Então na realidade o gato é esse elemento que é utilizado pelo fazendeiro, porque no momento de se chegar ao criminoso, o criminoso não é o fazendeiro. Geralmente também aquela terra não está no nome do fazendeiro, que é uma terra grilada, então há toda uma estratégia montada para tirar a figura do fazendeiro ou do próprio empregador da culpabilidade pelo crime.⁷⁸³

Ainda nestes termos, Milton Teixeira também relata certo *modus operandi* do CDVDH/CB na recepção dos trabalhadores. A equipe de atendimento psicossocial e jurídico do CDVDH/CB realiza a acolhida dos trabalhadores a partir de uma *práxis* desenvolvida ao longo dos vinte anos de experiência da instituição, pautada sempre no respeito à individualidade do trabalhador, deixando-o falar por si. Assim, o narrador sublinha que:

temos um modo especial e bem particular de receber o trabalhador, a gente convive direto com os trabalhadores, todos os trabalhadores que chegam aqui e passaram pelo trabalho escravo, eu faço um esforço tremendo para ter um momento com ele. E aí eu pergunto, eu anoto, questiono com ele: “Quais são seus sonhos? O que você pensa? Tem família, estudou, não estudou? Você acha que isso [...]”. O segredo é tentar se colocar no lugar dele. Porque essas pessoas quando chegam aqui, em sua grande maioria estão física e emocionalmente destruídas, “desesperançosos”, eles não sabem mais ao que se apegar. E no Centro de Defesa, a gente senta com eles na cozinha e aí, toma café e então trata ele assim com muito carinho, ali ele se sente como se fosse em casa. [...]. Eu costumo dizer que a gente tem que perder o jeito técnico para lidar com as pessoas e nós temos uma maneira muito familiar para lidar com as pessoas. Por exemplo, quando chega trabalhador que eu não conheço, tipo chegou um grupo de trabalhadores, eu vou lá no meio deles e pergunto: “E aí, você são de onde? E aí, e tal, etc. Já tomaram café, não tomaram? Ah, vamos à cozinha tomar um café”. Então eles veem, tomam café e ali a gente senta com eles e ali eles contam histórias e a gente conta outra que, enfim, naturalmente a conversa vai fluindo. É no meio dessa conversa que a gente também vai aproveitando para poder realmente chegar à outras situações que às vezes não se apresenta com muita naturalidade e que ele também é receoso. E aí também requer da gente certo cuidado, eles estão ainda muito fragilizados, qualquer coisa que eles coloquem, podem expô-los, e é isso que cria um certo constrangimento e nessa dinâmica como é que a gente se relaciona com ele.⁷⁸⁴

⁷⁸³ SANTOS FILHO, 2008.

⁷⁸⁴ Idem.

Sobre o cotidiano dos trabalhadores nas fazendas, e o aprendizado que os defensores dos Direitos Humanos adquirem na luta contra o trabalho escravo contemporâneo o narrador apresenta-nos, de modo contundente, fragmentos do universo cotidiano a que estão submetidos os trabalhadores.

Como que pode acontecer em pleno o século XXI, a gente se deparar com situação desse tipo? Então são trabalhadores que são postos para conviver com porcos, nós temos fotos aí que caracteriza isso, que comem e bebem nem aquilo o que os animais comem. Quer dizer, são trabalhadores que veem aí os cachorros do fazendeiro tomar leite e a criança dele não poder tomar leite, ele ter que andar de oito a doze quilômetros para buscar água e quando chegava a água é a própria água que o gado bebe. Então, são coisas que aprendemos muito, inclusive a valorizar a nossa condição social, a vida. É um aprendizado sem tamanho, algo que levo para vida.⁷⁸⁵

Em outros termos, nosso narrador trata de sua atuação na coordenação do Programa de Alfabetização Popular Alternativa de Jovens e Adultos Libertados do Trabalho Escravo ou em Risco de Aliciamento – PROALFA, cujos princípios e referenciais do método tinham suas raízes no pensamento de alfabetização social proposto por Paulo Freire. Como tal, destacamos em sua organicidade a democracia participativa, a politicidade e a dialogicidade do ato educativo. A respeito da origem do PROALFA, nosso narrador também sublinhou que:

Surgiu no momento em que os programas oficiais de educação de jovens e adultos foram organizados, teve a Alfabetização Solidária depois veio o Brasil Alfabetizado entre outro até o atual Proalfa. Mas eles não têm os instrumentos necessários para trabalhar, fazer um trabalho específico com esse trabalhador, direcionado ao trabalho escravo. Temos tentado desenvolver essa experiência, adaptada a educação de jovens e adultos para esse perfil. Isso porque nós fizemos uma pesquisa e nós identificamos que a maioria dos trabalhadores que foram resgatados do trabalho escravo, eles permaneceram na cidade, mas não foram mais para escola [...].⁷⁸⁶

Neste contexto, trazemos abaixo o mapa do analfabetismo funcional no Brasil, que nos ajuda compreender o cenário regional que favorece as práticas de aliciamento de trabalhadores [as] a escravidão. Na escala das regiões mais afetadas pelo analfabetismo funcional, podemos destacar as historicamente reconhecidas taxas ainda elevadas das regiões Norte e Nordeste, tornando estes trabalhadores ainda mais vulneráveis às práticas de aliciamento nesta parte do Brasil, dentre as quais evidenciamos o Maranhão, o Acre, a Bahia, o Piauí, o leste do Pará, o oeste do Amazonas, só para citar os casos mais destacados, que não por acaso são alguns dos muitos espaços de subalternização e zoneamentos de trabalho escravo

⁷⁸⁵SANTOS FILHO, 2008.

⁷⁸⁶Idem.

contemporâneo no Brasil, conforme aponta os estudos dos geógrafos autores do Atlas do Trabalho Escravo no Brasil.⁷⁸⁷

Mapa 17: Brasil – Analfabetismo funcional.

Fonte: IBGE; Elaborado por THÉRY et al., Atlas do Trabalho Escravo no Brasil, 2012.

Destacamos neste outro mapa o conjunto de quatro estados Pará, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins, quanto às taxas de analfabetismo funcional. Mais uma vez, o estado do Maranhão figura numa situação verdadeiramente preocupante, com elevadas taxas de analfabetismo funcional, concentrando um expressivo número de trabalhadores/as por lugar de nascimento. Ademais, faz-se necessário sublinhar que os pesquisadores do Atlas do Trabalho Escravo no Brasil consideraram para este estudo como analfabetos funcionais somente aqueles

⁷⁸⁷THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida; GIRARDI, Eduardo Paulon; HATO, Júlio Takahiro. **Atlas do trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra, 2012, pp. 32-33.

com menos de quatro anos de vida escolar, e destacaram ainda em nota que não foram computados os dados das populações rurais da Região Norte, exceto o estado do Tocantins.⁷⁸⁸

Mapa 18: Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso – Naturalidade dos trabalhadores escravizados e analfabetismo funcional por município, 1995-2006.

Fonte: MTE/SDTR/IBGE/CPT; Elaborado por THÉRY et al., Atlas do Trabalho Escravo no Brasil, 2012.

A organicidade do PROALFA⁷⁸⁹ se assentava em uma estrutura articulada e inovadora com reuniões mensais, a saber: Conselho de Gestão, Conselho de Apoio de Articulação Social, Conselho Cultural, Conselho Ambiental, Conselho de Comunicação Comunitária, Conselho de Apoio à Criança e ao Adolescente e o Conselho Estratégico, cujas atribuições estão dispostas no quadro na página seguinte.

⁷⁸⁸THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida; GIRARDI, Eduardo Paulon; HATO, Júlio Takahiro. **Atlas do trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra, 2012, pp. 32-33.

⁷⁸⁹A respeito dos dados e informações gerais do Programa de Alfabetização Popular Alternativa de Jovens e Adultos Libertados do Trabalho Escravo ou em Risco de Aliciamento – PROALFA, agradecemos as informações extraídas dos arquivos do CDVDH/CB, gentilmente cedidas pelo ex-coordenador pedagógico do programa Milton Teixeira Santos Filho. FILHO, Milton Teixeira Santos. **Subsídios para o PROALF**. [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <miltinhotexsan@yahoo.com.br> em: 16 out. 2016.

Quadro 01: *Organicidade do PROALFA. Conselhos e atribuições do programa.*

CONSELHOS	ATRIBUIÇÕES	
CONSELHO DE GESTÃO	Faz com que os resultados definidos no projeto sejam alcançados e tudo funcione com a maior articulação comunitária e cobrança de responsabilidades possível.	Os Conselhos reuniam-se, com periodicidade mensal avaliação e implementação de novas estratégias. Cada Conselho responsabilizava-se pelo registro de suas atividades com relatórios documentados a serem apresentados para toda equipe, bem como, os planejamentos com suas ações, objetivos, prazos e etc.
	Orienta e oferece estratégias de alfabetização/elabora proposta de avaliação com o alfabetizando e o coordenador.	
	Educador social [coordena os Encontros de Vivência, busca todas as criatividade, inovações que existam no universo].	
CONSELHO DE APOIO E ARTICULAÇÃO SOCIAL	Mobiliza os alfabetizando e suas famílias para as atividades desenvolvidas dentro do projeto.	
	Visita os alfabetizando e seus familiares e encaminha casos concretos – acesso às políticas públicas.	
	Intervém juntamente com o coordenador nos casos familiares que impliquem no afastamento dos Encontros de Vivências.	
	Articula ações junto o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.	
CONSELHO CULTURAL	Articula a Capoeira Cidadã e oferece as condições logísticas [infraestrutura] garantindo que os Encontros de Convivência não sejam prejudicados.	
	Articula e garante que os produtores culturais [teatro e dança] do CDVDH estejam inseridos no projeto.	
	Planeja e executa em parceria com a coordenação e o educador social oficinas de Arte.	
CONSELHO AMBIENTAL	Articula e garante a frequência escolar dos cooperados, bem como acompanha a evolução e retrocesso comportamental dos mesmos no ambiente de trabalho.	
	Articula, planeja e executa projetos na área de saúde, educação ambiental.	
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA	Aproveita os espaços da ARCA FM e do Boletim da Vida, internet para envolver os alfabetizando no processo de aperfeiçoamento da oralidade e da construção da escrita.	
CONSELHO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	Acompanha casos concretos, orienta e faz encaminhamentos juntos aos órgãos ligados ao Conselho da Criança e do Adolescente.	
CONSELHO ESTRATÉGICO	Acompanha o desenvolvimento das ações, fica de prontidão para possíveis intervenções por meio de sugestões e articula os segmentos da iniciativa privada para apoiar o projeto.	

Fonte: Banco de dados CDVDH/CB. Organizado por SOARES, Fagno. 2016.

Trata-se de uma proposta pedagógica, em certa medida, inovadora, de fundamentação freiriana, mas que tem influência de outros programas desenvolvidos

internacionalmente. O objetivo da equipe pedagógica do CDVDH/CB é que o trabalhador estudante “pudesse ingressar nos programas oficiais e que ele tivesse condições de acessar à Educação de Jovens e Adultos – EJA, com ganhos bastante significativos”,⁷⁹⁰ e também formatar uma proposta modelo de alfabetização de trabalhadores egressos do trabalho escravo contemporâneo que pudesse ser reaplicada em outras regiões do Brasil. Neste sentido, o narrador acrescenta que

é um programa desenvolvido em Cuba e que no ano passado alfabetizou mais de um milhão de pessoas na Venezuela. Então a gente está juntando um emaranhado de experiências e valorizando esses elementos que esse trabalhador nos deu. Os trabalhadores, por exemplo, hoje eles já podem levar os filhos deles para escola, então nós temos um grupo de voluntários que cuidam das crianças, então estão estudando, a merenda também que a gente oferece para eles é uma merenda produzida por alguns voluntários e geralmente ali é um suco natural, eles gostam muito de caldo de carne, tem todo esse diferencial que tentamos fazer com as experiências. A nossa ideia é formatar tudo isso numa proposta, sentar com o governo em nível estadual e até federal: ‘Olha, vocês querem resolver o problema da educação de jovens e adultos com esse perfil de trabalhadores escravos? Se querem estar aqui uma proposta que deu certo, que nós conseguimos fazer isso, isso e isso’.⁷⁹¹

O Programa de Alfabetização Popular Alternativa de Jovens e Adultos Libertados do Trabalho Escravo ou em Risco de Aliciamento – PROALFA capacitou 22 educadores sociais através de formação realizada pela equipe pedagógica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e CDVDH/CB, no início de 2007. Em parceria com outras instituições como a Associação Comercial e Empresarial de Açailândia – ACIA, a Ferro Gusa Maranhão – FERGUMAR e empresários locais realizaram a aula inaugural em 23 de julho do mesmo ano. Nesse ínterim, foram realizados exames clínicos, consultas oftalmológicas e doação de óculos, encaminhamentos e orientações de saúde a partir de oficinas, palestras e atividades culturais que versavam sobre temáticas diversas relacionadas ao Trabalho Escravo Contemporâneo e Direitos Humanos. Ao final do curso, em 19 de dezembro de 2007, objetivou-se que assegurasse tanto o acesso à leitura e à escrita e que possibilitasse fazer uma leitura crítica da sociedade, por conseguinte, a viabilização à inserção social.⁷⁹² Desta forma, o programa completou simultaneamente dois dos três pilares do CDVDH/CB, a prevenção ao trabalho escravo e a inserção ao mundo social através do processo de alfabetização de trabalhadores[as]

⁷⁹⁰SANTOS FILHO, 2008.

⁷⁹¹Idem.

⁷⁹²A respeito, das relações entre trabalho escravo contemporâneo e processo educativo de alfabetização, agradecemos as informações e ideias compartilhadas por Adonia Prado. PRADO, Adonia. **O combate a escravidão contemporânea e a educação**. [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <adoniaprado@hotmail.com>. em: 03 mar. 2016.

resgatados[as] ou/em vulnerabilidade econômico-social, portanto, potenciais trabalhadores escravizados e/ou reincidentes.

Foto 22: *PROALFA*. Programa de Alfabetização Popular Alternativa de Jovens e Adultos Libertados.

Fonte: Acervo do CDVDH/CB, 2016.

Diante do desafio de atender às novas demandas de combate à violação dos direitos humanos, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB embrionou outros centros, a partir do levantamento acerca das principais violações contra a dignidade humana na região. A esse respeito, o ex-secretário executivo Milton Santos Filho sublinhou que o

Centro de Defesa tem percebido que as demandas, os problemas de várias localidades do Estado, inclusive algumas vindas do Pará não estavam chegando ao Centro de Defesa. E nós não estávamos tendo gente suficiente para atendê-las. Então estava sobrecarregando muito o Centro de Defesa, daí surgiu a ideia de criar novos Centros de Defesa. E aí foi quando o Centro de Defesa fez um projeto que apresentou para uma instituição da igreja católica na Alemanha, que acabou financiando os projetos.

Neste projeto nós selecionamos três municípios: Bom Jesus das Selvas está aqui há 100 km e Santa Luzia que fica em torno de 200 km de Açailândia. E um terceiro município ficou ainda por decidir que inicialmente pensamos na Vila Ildemar, lá está praticamente uma cidade, com 33.000 habitantes. E os problemas lá também estão aumentando, então a gente resolveu eliminar esse terceiro município e construir esse Centro de Defesa lá na Vila Ildemar.⁷⁹³

Sobre a criação de novos centros de defesa, fomos informados da realização de pesquisas pela equipe do CDVDH/CB junto com militantes e interessados na defesa dos Direitos Humanos nos municípios circunvizinhos à cidade de Açailândia/MA, que culminaram na criação de dois outros Centros de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos, sendo um em Santa Luzia/MA⁷⁹⁴ e outro em Bom Jesus das Selvas/MA.⁷⁹⁵ Neste sentido, a entidade em parceria com o Governo do Estado do Maranhão, através da Secretaria de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania – SEDIHC implantou, em 2013, o Centro de Referência em Direitos Humanos da Amazônia/MA, como parte do convênio celebrado entre o Governo do Maranhão e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, cuja finalidade era arregimentar esforços nas políticas de monitoramento e combate ao trabalho escravo contemporâneo no Maranhão; mas por questões de ordem político institucional, a parceria não logrou grandes êxitos, tendo sido reativada algum tempo depois em conjunto com o CDVDH/CB. Vejamos na fala de Milton Filho Santos como se dá o diagnóstico e monitoramento dos centros e novos núcleos comunitários até a sua consolidação:

Fazemos uma provocação à comunidade: - Olha, o município de vocês está cheio de problemas com a violação dos direitos humanos. Vocês vão ficar de braços cruzadas? Não vão fazer nada? Se querem fazer, nós podemos fazer um ensaio, vamos fazer uma pesquisa, vamos... E aí a gente junta um grupo, esse grupo nós orientamos como fazer essa pesquisa, dividimos e aí aplicamos a pesquisa em 4 pontos do município, juntamos essas informações, tabulamos essas informações e aí ficam identificadas quais são as grandes violações e aí essas informações são cruzados com as informações que nós coletamos juntos às instituições e às entidades. Feito isso nós fazemos a segunda provocação a esse grupo. A partir desses dados, mostramos o retrato do município em relação às violações dos direitos humanos [...]. Nós mobilizamos as comunidades, autoridades locais, regionais e estaduais que têm relações diretas com aqueles problemas; fazemos uma provocação que a comunidade vai pressionar essas autoridades a tomar medida de enfrentamento a esses problemas. Depois disso se tiram alguns encaminhamentos, a esse grupo que foi formado ao longo desses 10 meses, que participou da Jornada de Cidadania entende que eles têm condições e que querem criar um Centro de Defesa, a gente fornece as condições e aí eles se tornam autônomos e a gente fica fazendo apenas aquele monitoramento na

⁷⁹³ SANTOS FILHO, 2008.

⁷⁹⁴ Município fundado em 26 de março de 1961 é o 15º maior do Estado do Maranhão, localiza-se a 294 km da capital, na Microrregião de Pindaré, parte da Mesorregião Oeste Maranhense – MOM. Atualmente sua população totaliza 71.329 habitantes segundo dados do Censo 2016, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

⁷⁹⁵ Município maranhense, fundado em 19 de junho de 1994, localiza-se a 465 km da capital, na Microrregião de Pindaré, parte da Mesorregião Oeste Maranhense. Sua população é estimada em 33.615 habitantes, segundo dados do Censo 2016, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

medida em que aparece um problema que eles não sabem resolver até que eles possam caminhar com as próprias pernas.⁷⁹⁶

Em meio a tantos, e tão variados desafios, e para dar conta da missão que se propôs, o CDVDH/CB arregimentou esforços para a criação dos novos centros de defesa nos municípios maranhenses de Santa Luzia e Bom Jesus das Selvas, conforme foi dito anteriormente. A esse respeito, nosso narrador destaca como se deu os encaminhamentos práticos para a criação dos mesmos, sublinhando que

o problema que apareceu mais forte lá foi a violação aos direitos da criança e do adolescente, então nós vamos fazer um trabalho mais focado sobre os direitos da criança e do adolescente, no caso o Estatuto da Criança e do Adolescente. Então a gente faz um trabalho de formação, que ensina a eles os instrumentos legais que a comunidade pode disponibilizar com base na lei e aquelas partes mais específicas. Aí a gente geralmente contrata um especialista para fazer esse trabalho com aquela comunidade e isso é feito ao longo do ano e à medida que vai acontecendo nós vamos levantando mais informações sobre violações no município. Isso porque casualmente elas vão brotando a partir dos seminários, na medida em que se vai fazendo aquelas discussões temáticas, quer dizer as mobilizações, e a gente vão levantando esses dados. E aí ao final de dez meses a gente faz a chamada 1ª Jornada da Cidadania que é o momento em que todas as informações que foram coletadas fazem parte de um dossiê com fotos, com depoimentos, com relatos, enfim, com tudo.⁷⁹⁷

Na ocasião da criação dos novos centros de defesa nosso narrador era Secretário Executivo da instituição, tendo acompanhado de perto todo o processo inicial de implantação das entidades. Quando perguntado acerca do futuro que ele imagina para o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB⁷⁹⁸ nosso narrador respondeu:

hoje, na realidade do Centro de Defesa a gente não costuma muito pensar no futuro em meio a tantas demandas. Costuma-se geralmente dar conta das demandas que tem no Centro, isso também é fruto do executar e perceber essas dinâmicas que vão exigindo cada vez mais de nós que trabalhamos aqui no Centro de Defesa. E a gente tem também sistematizado muita coisa que não tínhamos antes, os trabalhos que realizamos aí, hoje estão nesse processo de sistematização de forma que aí também vão sair algumas publicações para que outras pessoas, de posse dessas publicações, possam também estar ampliando esse trabalho. Mas o futuro, como diz o ditado, à Deus pertence, e à gente cabe a atender essas demandas mais emergenciais de trabalhar nessa perspectiva de que o trabalho escravo realmente seja abolido de uma vez por todas já que envergonha todo mundo.⁷⁹⁹

⁷⁹⁶ SANTOS FILHO, 2008.

⁷⁹⁷ Idem.

⁷⁹⁸ Sobre o futuro do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB, destacamos as reflexões empreendidas pelo sociólogo Marcelo Carneiro Sampaio da Universidade Federal do Maranhão –UFMA que estuda os impactos socioambientais do Programa Grande Carajás em Açailândia, desde meados dos anos 1980. Ao longo dos 20 anos de existência do CDVDH/CB, o pesquisador manteve relações de pesquisas bem próximas, porém com reflexões profundamente analíticas sobre a atuação e os desdobramentos da entidade para a região. SAMPAIO, Marcelo Carneiro. **O trabalho escravo nas carvoarias da Pré-Amazônia e o CDVDH/CB**. [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <marcelosc@uol.com.br>. em: 12 dez. 2016.

⁷⁹⁹ Idem.

A mesma pergunta fora lançada a sócia fundadora do CDVDH/CB, Ivanete da Silva Sousa, que respondeu sem hesitar sobre a importância do CDVDH/CB para sua vida

eu espero que ao sair do Cento de Defesa, outras pessoas beneficiadas pela questão da luta nos Direitos Humanos possam substituir com seriedade, com vontade, com amor, com carinho, igual à gente que faz esse trabalho, que não possa deixar esse trabalho morrer. Então que, apesar de que eu não esteja, que a Carmen não esteja, que outros não estejam, mas que outro jovem possa substituir da mesma forma que a gente. De outra maneira, mas com a mesma forma, com a mesma paixão que a gente, que não deixe o trabalho morrer [...]. Minha vida mudou mesmo. E assim, por exemplo, eu era para ser igual às minhas amigas, sem estudo, sem profissão, era para mim ser uma pessoa que poderia ser uma prostituta também, porque as minhas colegas de infância todas engravidaram cedo, casaram cedo e depois entraram no mundo da prostituição cedo. E mudou cem por cento, mudou pelo meio do meu conhecimento, né, a convivência com as outras pessoas, é, fez com que eu enxergasse o mundo com outros olhos, fizesse com que eu valorizasse o que eu tenho, porque, apesar do que eu tenho, ser pouco, mas é muito à vista dos que não têm nada, dos que são miseráveis mesmo. Já é uma vitória, então eu tenho que agradecer isso, então a partir do trabalho, da luta na questão da erradicação do trabalho escravo isso fez com que eu enxergasse e com que eu valorizasse o que eu tenho hoje e o que eu consegui hoje através do Centro de Defesa.⁸⁰⁰

Nos termos da educação para a prevenção do trabalho escravo no Brasil, destacamos a atuação em âmbito nacional do *Programa Escravo, Nem Pensar!*⁸⁰¹ criado em 2004 pela ONG Repórter Brasil que tem realizado muitos projetos de formação de professores da rede pública em educação para o Direitos Humanos na perspectiva da educação popular freireana, visando a prevenção ao tráfico de pessoas e trabalho escravo, tendo como objetivo estratégico sensibilizar as populações em condição de vulnerabilidade econômico-social quanto aos riscos do trabalho escravo contemporâneo e promover o engajamento no enfretamento destas práticas com vistas à missão de minimizar os processos de aliciamento no Brasil por meio da educação, mormente naqueles municípios que apresentam os maiores índices de trabalhadores escravizados ou em situação de vulnerabilidade social.⁸⁰²

⁸⁰⁰SOUSA, Ivanete da Silva. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia. 28. janeiro, 2009.

⁸⁰¹Nasceu da parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, cuja motivação surgiu a partir das demandas apresentadas no 1º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo produzido por representantes da sociedade civil organizada e do poder público sob a chancela de organismos internacionais de combate ao trabalho escravo em 2003 e ratificado durante o lançamento do 2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo em 2008. O conjunto de sua atuação rendeu-lhe importantes condecorações a exemplo do Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos na categoria em 2012.

⁸⁰²SOARES, 2012, pp. 152-153. A respeito dos projetos realizados pela Repórter Brasil em parceria com instituições educativas e não-educativas em Açailândia/MA, no âmbito do Programa Escravo Nem Pensar, obtivemos mais informações contactando via e-mail a instituição da qual formos prontamente respondados. REPÓRTER BRASIL. **Programa Escravo Nem Pensar! e os projetos desenvolvidos em Açailândia.** [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <escravonempensar@reporterbrasil.org.br> em: 26 mar. 2014.

Figura 07: *Escravos Nem Pensar*. Etapas do Processo de Formação de Educadores Comunitários.

Fonte: Repórter Brasil, *Escravo, Nem Pensar!*, 2016.

Nesse sentido, o “Programa Escravo, Nem Pensar!” mobilizou atores sociais locais compondo uma rede de mobilização de amplitude escalar no combate ao trabalho escravo contemporâneo, utilizando-se da mais poderosa arma contra este crime, a informação transmutada em conhecimento. Os princípios que norteiam as ações do programa foram erigidos a partir da valorização do conhecimento prévio, da mobilização e autonomia dos indivíduos e na dialogicidade de todos os envolvidos em seus projetos, que atingiram mais de 170 municípios das regiões mais acometidas pelo trabalho escravo, em dez estados brasileiros, financiando mais 120 projetos de intervenção pedagógico-comunitária com potencial multiplicador. Além da formação continuada de professores, o programa tem realizado capacitações com lideranças populares “para que sejam multiplicadores de temáticas correlatas à escravização contemporânea”,⁸⁰³ como afirma Soares.

Ainda nos termos da educação para a prevenção do trabalho escravo, colocamos em relevo a Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo *De Olho Aberto*

⁸⁰³SOARES, 2012, p. 153.

Para Não Virar Escravo, iniciativa de 1997 da Comissão Pastoral da Terra – CPT, em parceria com outras instituições, inclusive o CDVDH/CB, cuja meta era a prevenção e combate através do recebimento e encaminhamento de denúncias de trabalho escravo aos órgãos de fiscalização, ao passo que tem formado agentes multiplicadores para atuarem junto à comunidade em áreas de vulnerabilidade econômico-social.

No âmbito regional, destacamos o *Projeto Trilhas da Liberdade*, da Catholic Relief Services – CRS, financiado pelo Departamento do Trabalho dos Estados Unidos – USDOL, vinculada à Conferência dos Bispos Católicos dos Estados Unidos, e executado em 2004 pela Cáritas Brasil, cujo objetivo central foi minimizar o aliciamento de trabalhadores na Amazônia e Nordeste brasileiro, na perspectiva da economia solidária construir alternativas de emprego e renda com assistência jurídica como medidas preventivas e de combate ao aliciamento, parte primeira do processo de escravização nos rincões do Brasil. No mesmo sentido, o CDVDH/CB também desenvolveu em Açailândia/MA o *Projeto Trilhas da Liberdade*, contando com a parceira de diferentes instituições ligadas ao mesmo propósito, o combate ao trabalho escravo contemporâneo na Pré-Amazônia Brasileira.

Em escala local, foi desenvolvido no Polo Industrial de Piquiá, localizado a 14 km do centro comercial de Açailândia/MA, no período de 2007-2010, o *Projeto Viena Educar* em parceria com a Alfabetização Solidária – ALFASOL, a Organização Internacional do Trabalho – OIT e Secretaria Municipal de Educação de Açailândia. Trata-se de um programa alfabetização de jovens e adultos egressos do trabalho escravo, sob o esteio da educação para os Direitos Humanos da preservação do meio ambiente e da formação de agentes multiplicadores de combate e prevenção ao trabalho forçado no município, pautado na máxima “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”.⁸⁰⁴ De modo geral, os programas supracitados têm um objetivo em comum, isto é, a prevenção e o combate ao trabalho escravo contemporâneo através de projetos de educação e economia solidária.

Retomemos os projetos autossustentáveis do CDVDH/CB, a exemplo da Cooperativa para Dignidade do Maranhão – CODIGMA, formada pelos núcleos de produção de carvão ecológico, papel reciclado e brinquedos pedagógicos, como dito alhures, instalados nos bairros mais carentes da cidade, como é o caso da Vila Ildemar – bairro com cerca de 30 mil habitantes onde foram instalados dois núcleos de produção da CODIGMA. Destacamos o

⁸⁰⁴FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. Editora Cortez, São Paulo: 1992, p.11.

desenvolvimento de projetos de protagonismo juvenil que se utilizam da arte-denúncia para tratar de temáticas de violação dos direitos humanos.

O CDVDH de Açailândia, através do Projeto Trilhas da Liberdade está implantando uma Cooperativa para a geração de emprego e renda de trabalhadores resgatados do TE e famílias em risco de aliciamento ao TE. Primeiramente foram realizadas entrevistas com alguns trabalhadores e famílias carentes residentes no bairro de Vila Ildemar, local onde irá ser instalada a cooperativa. Em seguida será feita uma seleção levando em consideração os seguintes critérios: ser trabalhador resgatado do TE, está desempregado ou possuir baixa renda. Depois desta etapa os selecionados irão participar de alguns cursos oferecidos pelo SEBRAE e SENAI e, para participar dos cursos estas instituições exigem que todos tenham escolaridade, isto é, saibam ler, escrever e fazer as operações matemáticas básicas. A partir desse contexto pensou-se em criar condições para que estas pessoas participem efetivamente de todas as etapas de criação da Cooperativa e assumam sua cidadania de fato, para isto é fundamental que aprendam a ler, escrever e fazer operações matemáticas básicas o mais rápido possível.⁸⁰⁵

Nos primeiros anos de criação do CDVDH/CB, toda a equipe deteve atenção na campanha do direito ao registro civil gratuito conforme a lei, para assegurar os direitos básicos garantindo a inserção à cidadania. Desta forma foram arregimentados esforços no sentido da implantação da Defensoria Pública no Estado do Maranhão, em Açailândia. Somam-se a isso as inúmeras denúncias encaminhadas aos órgãos competentes acerca das irregulares cometidas pelas siderúrgicas do distrito de Piquiá de Baixo, em Açailândia/MA, a exemplo de diversos moradores, inclusive crianças que tiveram o corpo queimado pela munha,⁸⁰⁶ que em alguns casos vieram a óbito. Em pouco tempo, a atuação do CDVDH/CB passa a ter

repercussão nacional e internacional, o que garantiu a indenização de uma das vítimas e que serviu como ponto de partida para que a comunidade do Piquiá de Baixo, aproximadamente 300 famílias, se organizassem para denunciar os múltiplos crimes ambientais perpetrados pelas siderúrgicas e a VALE e reivindicar seu direito de viver num meio ambiente saudável. Desde 2006 estas famílias, apoiadas pela organização, Justiça nos Trilhos e os padres combonianos da Igreja Católica, tem conseguido seu direito de ser reassentadas num novo bairro, bem como tem conseguido que as siderúrgicas melhorem, mesmo que parcialmente, sua gestão ambiental.⁸⁰⁷

Tendo como objetivo a quebra do ciclo do trabalho escravo, a partir do empoderamento dos [as] trabalhadores [as] resgatados [as], suas famílias e, por conseguinte, da comunidade. O CDVDH/CB organiza suas ações, a saber: atendimento comunitário, formação

⁸⁰⁵CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. **Relatório do Projeto Trilhas da Liberdade**, Açailândia: 2007, p.03.

⁸⁰⁶Resíduo do carvão vegetal, despojo dos alto-fornos das guseiras depois do processo da produção do ferro-gusa, a partir da liquefação do minério de ferro.

⁸⁰⁷CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS/CARMEN BASCARÁN. **Uma contribuição para erradicação ao trabalho escravo, atuando na prevenção, repressão e inserção**, Manos Unidas, Açailândia: 2010, p.03.

do cidadão, capacitação profissional e ações socioculturais e participação cidadã como explicitado na figura a seguir:

Figura 08: *Empoderamento.* A quebra do ciclo do trabalho escravo no CDVDH/CB.

Fonte: 20 anos de lutas, conquistas e resistência popular. Adaptado por SOARES, Fagno. 2016.

O primeiro caso de trabalho escravo registrado no CDVDH/CB foi de um trabalhador que após fugir da fazenda buscou ajuda para resgatar os companheiros que estavam cativos, o emblemático caso do senhor Antônio Gomes, como relatado anteriormente. Desde então, o trabalho do CDVDH/CB tem concentrado suas ações no acolhimento dos trabalhadores fugitivos e resgatados de situações de trabalho escravo, no encaminhamento de denúncias junto ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, bem como ações de grupos de fiscalização e acompanhamento psicossocial e jurídico.

Sobre o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos, o trecho de uma entrevista nos chamou bastante a atenção por se tratar da esposa de um trabalhador que, em virtude do contato com a instituição, não se tornou mais um dos inúmeros reincidentes da prática. Em forma de verso, ela afirmou “[...] o pessoal do Centro de Defesa, com informação nos libertou da escravidão”.⁸⁰⁸ A história dos vinte anos de dedicação na defesa dos direitos dos trabalhadores escravizados e/ou em condições de vulnerabilidade econômico-social, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán de Açailândia – CDVDH/CB tem conquistado prêmios nacionais e internacionais, dentre os quais destacamos o Prêmio Nacional

⁸⁰⁸SILVA, 2012.

de Direitos Humanos 2004, conquistado na categoria Combate ao Trabalho Escravo pela coordenação do Fórum de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão – FOREM,⁸⁰⁹ tendo concorrido com outras importantes instituições como a Organização Internacional do Trabalho – OIT, o Tribunal Regional do Trabalho, Grupo Especial de Fiscalização Móvel vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e a ONG Repórter Brasil,⁸¹⁰ além de outros, a exemplo do

Prêmio João Canuto do Movimento Humanos Direitos MHuD; prêmio Monumento al Minero da Mieres del Camino de Asturias, Espanha; Prêmio Ordem Timbiras do Mérito em Direitos Humanos do Governo do Estado do Maranhão; Comenda ‘Ordem do Mérito da Defensoria Pública do Estado do Maranhão’; Prêmio Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, em quatro ocasiões.⁸¹¹

Especialmente o Prêmio Nacional de Direitos Humanos⁸¹² 2015, também na categoria Combate e Erradicação ao Trabalho Escravo⁸¹³, foi concedido à Brígida Rocha dos Santos, Coordenadora do Atendimento Psicossocial do CDVDH/CB pela sua atuação na organização e na Campanha Nacional *De Olho Aberto para Não Virar Escravo*,⁸¹⁴ fez-nos rememorar o poema de Bertold Brecht, que aduz “há homens que lutam um dia, e são bons; Há outros que lutam um ano, e são melhores; Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons; Porém há os que lutam toda a vida. Estes são os imprescindíveis”.⁸¹⁵ Assim, o trabalho desenvolvido pelo CDVDH/CB durante estes mais de vinte anos se faz indispensável ao

⁸⁰⁹Criado em 2004, pela Delegacia Regional do Trabalho no Maranhão – DRT/MA, Fórum de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão – FOREM, é formado por um conjunto de entidades civis do Maranhão, cujo objetivo é ampliar a luta pela erradicação do trabalho escravo em todo o Estado do Maranhão. Em 31 de julho de 2003, foi criada a Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE, ligada a Secretaria de Direitos da Presidência da República, cujo objetivo é coordenar e avaliar as ações implementadas pelos Planos Nacionais para a Erradicação do Trabalho Escravo, sendo um importante instrumento de diálogo entre as políticas do Estado e as entidades civis. Atualmente, encontra-se desativado.

⁸¹⁰SOARES, 2012, p.152. A então presidente da instituição e o secretário executivo, Carmen Bascarán Collantes e Antônio José Ferreira Lima receberam o prêmio das mãos do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

⁸¹¹CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. **Celebração de 20 anos de lutas, conquistas e resistência popular**. Açailândia: 2016, p.05.

⁸¹²O CDVDH/CB foi laureado, direta e indiretamente em quatro ocasiões pelo Prêmio Nacional de Direitos Humanos na Categoria Combate e Erradicação ao Trabalho Escravo, a saber: a entidade CDVDH/CB em 2004, ao militante jurídico Antonio José Ferreira Filho em 2011, a coordenadora Brígida Rocha dos Santos em 2015 e ao trabalhador Marinaldo Soares dos Santos em 2016. Os prêmios foram concedidos pela atuação do CDVDH/CB, militantes defensores/ras dos direitos humanos ligados/as a instituição, o último, foi para um trabalhador acompanhado pela instituição, que se tornou defensor dos Direitos Humanos.

⁸¹³BRECHT, Bertolt. **Poemas**: 1913-1956. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 09.

⁸¹⁴Campanha Nacional empreendida em 1997, pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, cujo objetivo se mantém até hoje, a articulação de estratégias de prevenção e combate ao trabalho escravo contemporâneo, sobretudo, nos estados do Maranhão, Pará, Mato Grosso e Piauí.

⁸¹⁵BRECHT, Bertolt. **Poemas**: 1913-1956. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 09.

combate da escravização nestes *errantes*⁸¹⁶ confins do Brasil com ressonâncias inclusive internacionais.

Convém lembrar também da 17ª edição do Prêmio Direitos Humanos, em 2011, quando da premiação ao militante Antônio José Ferreira Lima Filho, Secretário Executivo do CDVDH/CB na ocasião, considerado o mais importante reconhecimento aos defensores dos direitos humanos no Brasil, concedido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR. Trata-se de um prêmio concedido em geral a pessoas de ampla e/ou significativa atuação na defesa dos direitos humanos.⁸¹⁷ Em entrevista que realizamos com o Filho, ao perguntarmos acerca do prêmio, ele enfaticamente apontou que, embora individual, o prêmio tem conotação coletiva, uma vez que foi resultante de um trabalho coletivo.⁸¹⁸ Em face das muitas ameaças sofridas, ele e sua família foram obrigados a se ausentar da cidade por semanas, tendo regressado somente quando foram incluídos sob a tutela do Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, através do monitoramento realizado pelas polícias militar e civil. De modo contundente acrescentou “o prêmio para mim serve de colete a prova de balas”.⁸¹⁹

Segundo Antônio Filho, parte das ameaças declaradas começaram a chegar logo após a repercussão na imprensa nacional, a partir de uma reportagem feita pelo Programa da Rede Globo Fantástico com um caso que o CDVDH/CB já acompanhava há alguns anos e efetuou a denúncia de um fazendeiro que tinha sido acusado, em 2008, do assassinato a tiros e golpes de foice dos trabalhadores rurais Vanderlei Meireles e Gilberto Ribeiro Lima, em sua fazenda, localizada na Reserva Biológica do Gurupi, ao reivindicarem o salário depois do serviço prestado a um conhecido latifundiário da região. Somente em 31 de janeiro de 2011 a polícia encontrou na propriedade rural do acusado as ossadas dos trabalhadores. Há relatos que um dos trabalhadores foi enterrado ainda vivo. O caso teve repercussão nacional, o que levou à prisão temporária dos mandantes por homicídio e ocultação de cadáver. Nosso narrador pontua ainda outros dois casos emblemáticos para o CDVDH/CB, o caso Marcelo Baldochi, juiz estadual que manteve trabalhadores escravizados em suas propriedades rurais; e o terceiro caso,

⁸¹⁶Ver, GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Errantes da selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia**. Recife: EdUFPE, 2006. / GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Expatriados dentro da própria pátria: a migração nordestina para a Amazônia. **Travessia**. São Paulo: CEM, n. 37, p. 31-35, mai-ago., 2000. / MORAES SILVA, Maria Aparecida de. **Errantes do fim do século**. EdUNESP. São Paulo: 1999.

⁸¹⁷SOARES, 2012, p. 153.

⁸¹⁸FILHO, Antonio José Ferreira. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 24. fev., 2012.

⁸¹⁹Idem.

do fazendeiro G. Andrade, para o qual o CDVDH/CB elaborou uma petição posteriormente protocolada na Organização dos Estados Americanos – OEA, em denúncia ao Estado brasileiro por omitir sua atuação policial e judiciária, que mesmo tendo encontrado, também nos domínios da Reserva Biológica, segundo Filho “[...] treze ossadas de seres humanos enterrados em cemitérios clandestinos dentro da fazenda”,⁸²⁰ pouco tem sido feito para a identificação das ossadas. A respeito destes três casos, Soares faz a seguinte análise:

Teve repercussão nacional ao ser noticiado pelo programa Fantástico, na ocasião o juiz estadual Marcelo Testa Baldochi foi acusado de manter em sua propriedade 25 trabalhadores em regime análogo à escravidão em sua fazenda Pôr do Sol, no município de Bom Jardim, tendo sido o seu nome incluso na lista suja. Antonio Filho contundentemente destaca que em outubro de 2011, em nova operação da Polícia Federal na fazenda Pôr do Sol, encontraram a mesma situação de 2007, quatro anos depois, o mesmo crime, atestando que a principal causa da reincidência da manutenção do trabalho escravizante no Brasil é a impunidade, somada ao baixo índice de escolaridade e emprego da região denominada de Pré-Amazônia Maranhense, fazendo com que os empregadores continuem com esta prática vil e os trabalhadores submetendo-se a ela por falta de opção, onde ainda prevalece a *justiça do lobo* para usar uma expressão cunhada em livro de mesmo nome escrito pelo pesquisador Ricardo Rezende e publicado em 1986. [...] A morosidade e impunidade da justiça brasileira a estes e nalguns outros casos, que ainda pairam sem solução. Um crime aos direitos humanos e ambientais, pois tais atos desenrolaram-se dentro da Reserva Biológica de Gurupi. Mesmo tendo sido exumadas as ossadas, não foi possível fazer a identificação das vítimas. Atualmente o inquérito da Polícia Federal de São Luís, nunca foi concluído com quase mil laudas e nenhuma solução apresentada à sociedade. Vê-se que a impunidade é causa primeira da reincidência desta prática.⁸²¹

Como extensamente dito alhures, o trabalho do CDVDH/CB tem se concentrado no encaminhamento de denúncias de trabalho escravo contemporâneo em diferentes formas junto ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e apoiando as ações de grupos de fiscalização, acolhendo trabalhadores fugitivos e resgatados especialmente de fazendas e carvoarias. Para além disso, nos últimos anos, o CDVDH/CB vem ampliando suas ações na cidade⁸²² com a criação de centros comunitários após mapeamento das condições de vulnerabilidade social dos habitantes de alguns bairros da cidade. Faz-se mister destacarmos que dos cinco Centros Comunitários criados pela entidade apenas dois encontram-se em atividade, a saber: Vila Bom Jardim e Vila Ildemar. A respeito dos Centros Comunitários:

Ao longo desta caminhada de 20 anos, foram criados Centros Comunitários do CDVDH/CB nos Bairros Jacu, Vila Bom Jardim, Vila Tancredo Neves, Vila Ildemar

⁸²⁰FILHO, Antonio José Ferreira. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 24. fev., 2012.

⁸²¹SOARES, 2012, pp. 154-155.

⁸²²A respeito da atuação do CDVDH/CB, vide SILVA CARVALHO, Fabrícia. **O enfrentamento do Trabalho Escravo na Amazônia Maranhense: uma análise da atuação do CDVDH/CB no município de Açailândia/MA**. 2013. 100p. Dissertação [Programa de Pós-Graduação em Serviço Social]. Universidade Federal do Pará/UFPA, 2013.

e Vila Capelloza onde a organização tem trabalhado fortemente na formação cidadã destas comunidades e capacitado lideranças como forma de enfrentar problemas relacionados à corrupção política, violência contra as crianças e adolescentes, violência contra as mulheres, omissão do poder público na prestação de serviços e infraestrutura nos bairros da periferia da cidade, entre outras problemáticas que incidem diretamente na vulnerabilidade destas comunidades. Sendo ainda que, nestes Centros Comunitários são oferecidos atendimentos psicossociais e jurídicos gratuitos mediante os quais uma média de 500 pessoas ao ano recebem orientação e acompanhamento, além de que são desenvolvidas atividades socioculturais: teatro, dança e capoeira como formas de resgate e inserção social para mais de 100 crianças, adolescentes e jovens em grave situação de vulnerabilidade social a cada ano.⁸²³

Para atingir toda a comunidade açailandense e assim fortalecer a atuação dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, o CDVDH/CB atuou na criação da Associação de Rádio Comunitária de Açailândia – ARCA/FM, em 1998, destinada à capacitação profissional na área da comunicação social, atingindo mais de uma centena de jovens e adultos. Dos esforços empreendidos nesse projeto, decorrido um longo processo de lutas, resultou no lançamento oficial da Associação Rádio Comunitária Açailândia ARCA-FM com sua primeira transmissão regular em 09 de junho de 2007. Desde então, esse veículo de comunicação tem atuado junto ao CDVDH/CB em campanhas de combate ao trabalho escravo, a exemplo da campanha radiofônica *Vozes da Esperança*, transmitido pela Rádio ARCA-FM, perseguindo o lema “defender a vida, promover a comunicação comunitária, sempre respeitando os valores da família e da sociedade”.⁸²⁴ Destacamos ainda que a instituição mantém um programa semanal com a participação de vários movimentos sociais e entidade da região na Rádio ARCA-FM chamado *Direitos Humanos um Desafio para a Vida*, com debates diversos acerca dos problemas estruturais da sociedade brasileira, sem perder de vista as problemáticas locais, como a luta pelo reassentamento das 300 famílias que moram na comunidade de Piquiá de Baixo, que durante décadas tem sido atingida por cinco siderúrgicas e pela mineradora Vale. Ainda nos termos da atuação, o CDVDH/CB tem multiplicado territorialmente suas ações com a expansão para outros municípios como

Bom Jesus das Selvas, Santa Luzia, Pindaré Mirim e Monção, onde tem conseguido criar os Centros de Defesa de Bom Jesus e de Santa Luzia [que atende a região circundante], conseguindo fortalecer a sociedade civil organizada e as redes de trabalho para o enfrentamento ao Trabalho Escravo e outras violações de Direitos Humanos a nível estadual [...] A determinação e compromisso com a erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão levou ao CDVDH/CB a realizar várias iniciativas em

⁸²³CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS/CARMEN BASCARÁN. **Celebração de 20 anos de lutas, conquistas e resistência popular**. Açailândia: 2016, p.04.

⁸²⁴CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS/CARMEN BASCARÁN. **Uma contribuição para erradicar o trabalho escravo, atuando na prevenção, repressão e inserção**: informe anual para Manos Unidas. Açailândia: 2009, p. 02. / CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS/CARMEN BASCARÁN. **Estatuto do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán**. Açailândia: 2009, p.01.

âmbito local, regional, estadual, nacional e internacional o que contribuiu para o avanço nesta luta, através da realização de 02 [duas] grandes Conferências Interparticipativas sobre Trabalho Escravo em Açailândia/MA – 2002 e 2006 que, junto com outras articulações, serviu para avançar nesta luta, sendo as conquistas principais a criação do Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, a Comissão Nacional de combate ao Trabalho Escravo – CONATRAE, a criação do Fórum para Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão – FOREM, criação da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE/MA, a construção do Plano Estadual de combate ao Trabalho Escravo do Maranhão, entre outros avanços.

⁸²⁵

Em um rápido retrospecto dos vinte anos de atuação do CDVDH/CB, identificamos inúmeras ações exitosas em centenas de projetos elaborados e executados com apoios de instituições nacionais e internacionais como a

ONG Manos Unidas da Espanha, Agencia de Cooperación Internacional al Desarrollo del Principado de Asturias e Comité Oscar Romero da Espanha, Catholic Relief Services – CRS dos Estados Unidos, ONG O'DAM da Espanha, Petrobrás Desenvolvimento e Cidadania, Fundo Fiduciário de Contribuições Voluntárias do Alto Comissariado das Nações Unidas para a Erradicação do Trabalho Escravo em todas duas Formas – ONU, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes – COMUCA, Asociación Derechos, Paz y Libertad – ADEPAL da Espanha, Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular do Estado do Maranhão – SEDIHPOP, Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE/MA, Cáritas Brasileira, Ministério Público do Trabalho – MPT do Maranhão, Pará, Mato Grosso e São Paulo, Fundo Socioambiental CAIXA, Grupo de Articulação Interinstitucional de Combate ao Trabalho Escravo – GAETE/PA, entre muitos/as outros/as.⁸²⁶

Segundo a instituição, sem estas parcerias não teriam logrado êxito em suas atividades de combate ao trabalho escravo na região. Segundo os dados cedidos pela equipe técnica do CDVDH/CB, foram encaminhadas mais de 300 denúncias com aproximadamente 3.000 pessoas envolvidas. Somam-se a estes dados as mais de 50 fiscalizações realizadas, totalizando 500 pessoas resgatadas. Nos termos apontados pela instituição somente em Açailândia entre os anos de 2001-2010:

foram identificados 76 casos de trabalho escravo, dos quais 38 foram fiscalizados. Estas denúncias envolviam 2.415 trabalhadores/as dos/as quais 307 foram libertados/as. Um dos casos exemplares denunciados pelo CDVDH/CB é a denúncia contra o Juiz Marcelo Testa Baldochi dono da Fazenda Pôr do Sol, no município de Bom Jardim/MA, denunciada por esta ONG em setembro de 2007 e fiscalizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE em 2009. O Juiz foi novamente denunciado e o caso chegou a ter repercussão nacional através do programa Fantástico - Rede Globo em abril do mesmo ano.⁸²⁷

⁸²⁵CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS/CARMEN BASCARÁN. **Celebração de 20 anos de lutas, conquistas e resistência popular.** Açailândia: 2016, p.05.

⁸²⁶CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS/CARMEN BASCARÁN. **Celebração de 20 anos de lutas, conquistas e resistência popular.** Açailândia: 2016, p.08.

⁸²⁷Idem, p.06.

No campo da cultura, a instituição vem atuando na arte-denúncia, ou seja, a arte como libelo na luta contra a violação dos direitos humanos em defesa da dignidade humana, guiando-se pelo lema *‘a arte a serviço de uma cultura libertadora’* através de manifestações artístico-culturais tais como dança, teatro e capoeira, dentre as quais colocamos em relevo a produção e circulação nacional do espetáculo *Josimos das águas das terras de lá*, em 2005, cujo tema foi a vida e morte do padre Josimo Morais Tavares, considerado mártir da luta pela terra na região. Para este espetáculo foram selecionados jovens em situação de vulnerabilidade econômica e social oriundos de bairros com grande incidência de mão de obra escravizada. Destacamos que muitos desses jovens tornaram-se, posteriormente, agentes e produtores culturais na cidade e região.

Foto 23: *Afixirê*. Atividades culturais desenvolvidas pelo CDVDH/CB.

Fonte: Acervo CDVDH/CB, 2016.

As atividades culturais do CDVDH/CB são desenvolvidas por vários grupos, sendo o Grupo Centro da Arte um grupo de teatro de rua voltado para os direitos humanos; já o Grupo de Dança Afro *Afixirê*⁸²⁸ desenvolve atividades de danças de matriz africana, o Capoeira Cidadã, grupo que utiliza a capoeira como inserção social, realizando trabalho de base com a formação de turmas infantis e juvenis para a formação profissional de praticantes e educadores

⁸²⁸Termo da língua ioruba significa festa da felicidade ou dança da alegria. O yorubá tem origem do tronco linguístico nígero-congalês, presente em países africanos como Benim, Nigéria e Serra Leoa.

socioculturais; e quarto, Dancarte, grupo de dança destinado a iniciantes. Os grupos culturais supracitados são atravessados por um objetivo comum, a inserção social de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, portanto, em risco de aliciamento para o trabalho escravo. A realização destas atividades socioculturais como a dança, o teatro e a capoeira, versando sobre temas como trabalho escravo, consciência negra, violências contra a mulher e meio ambiente ocorrem, em geral, na sede e nos Centros Comunitários do CDVDH/CB, que atendem crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade econômico-social como atividade de prevenção e promoção dos direitos humanos, operando como ferramentas de formação cidadã e profissional. É a arte como cultura de libertação. Assim, para compreender o CDVDH/CB faz-se necessário mergulhar em suas produções artístico-culturais que reverberam sua história e atuação a exemplo do musical *Quilombagem – Um canto de resistência à escravidão antiga e moderna* produzido em 2007 e apresentado em diversas cidades do Brasil e Espanha em 2008, um espetáculo que reúne dança, teatro e capoeira, cujo mote central foram as relações entre o trabalho escravo colonial e o trabalho escravo contemporâneo apresentado em dois atos cênicos, integrando dança, teatro, capoeira, canto e percussão. Acerca da produção,

foram envolvidas mais de 40 pessoas, entre capoeiristas, bailarinos/as de danças de matriz africana e atores/atrizes, percussionistas, figurinista, técnicos/as e direção. O espetáculo foi apresentado com nove cidades da Espanha [Oviedo, Gijón, Mieres, A Coruña, Santiago, Lugo, Sevilla, Barcelona e Madrid] e foi visto por aproximadamente 1.350 pessoas destas cidades. No Brasil o musical foi apresentado em oito cidades do Maranhão, Pará e Tocantins sendo: Açailândia, Imperatriz, Araguaína, Palmas, Itupiranga e Marabá, visto por mais de 1.400 pessoas.⁸²⁹

Ainda no bojo das ações culturais do CDVDH/CB, tivemos outros espetáculos não menos importantes como “*A Peleja da Lenda contra o Bacilo de Hansen*” em 2006-2007, que teve como objetivo um trabalho de conscientização através da arte quanto aos perigos da hanseníase, rompendo estigmas historicamente construídos dos idos tempos dos leprosários brasileiros, retratando elementos como prevenção, diagnóstico, tratamento e cura – visto que é uma das doenças mais comuns nos bairros mais periféricos da cidade. Ademais, destacamos também o “*A Run Boboia*” em 2015, espetáculo teatro-musical cujo objetivo foi a valorização da identidade cultural dos jovens de camadas populares a partir das manifestações artísticas de origem nas matrizes africanas com o tema do Orixá Oxumaré. Ainda nesta linha, em 2008 foi realizado o show cênico “*O outro lado da história*” que levou às escolas e outras instituições

⁸²⁹CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS/CARMEN BASCARÁN. **Celebração de 20 anos de lutas, conquistas e resistência popular**. Açailândia: 2016, p.07.

a história do negro no Brasil através da arte cênica. No ano seguinte, foram realizadas apresentações da coreografia “Navio Negreiro” em 2009, cuja inspiração denotada pelo próprio título foi o tráfico de escravos negros trazidos da África para o Brasil. Nos anos seguintes, a equipe de atividades culturais do CDVDH/CB apresentou as performances de dança afro “*O Negro é a Rua*” em 2013 e “*Dança da Vida*” em 2014, além da realização anual da Semana de Consciência Negra, mobilização com a realização de oficinas, palestras, debates e apresentações culturais abertas à comunidade.

Foto 24: *Atividades Culturais.* Atividades culturais nas comunidades em situação de vulnerabilidade.

Fonte: Acervo CDVDH/CB, 2016.

Foto 25: *Capoeira Cidadã.* Atividades culturais desenvolvidas pelo CDVDH/CB.

Fonte: Acervo CDVDH/CB, 2016.

As imagens na página anterior mostram o batizado e troca de cordas na prática da capoeira entre iniciantes e mestres capoeiristas a exemplo do instrutor Sapão, Agberto Dias Romeira educador do projeto Grupo Capoeira Cidadã que trabalha com crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. Trazemos abaixo as diversas publicações realizadas pelo CDVDH/CB ao longo de duas décadas, destacando as seguintes obras

Manual de Defesa dos Direitos Humanos e Formação Cidadã em 2005, coletânea poética *Sementes da Terra* em 2005, cartilha educativa *Rebio Gurupi: meio ambiente, desmatamento e escravidão* em 2007, cartilha *Libertas* em 2006, *Anais da II Conferência Interparticipativa sobre Trabalho Escravo* em 2007, *Cinzas Mortas* em 2009, cartilha *Quilombagem* em 2008, *Atlas Jurídico Político do Trabalho Escravo no Maranhão* em 2011. O CDVDH/CB publica também, o boletim informativo, o *Boletim da Vida*, o qual é produzido e distribuído regularmente de forma gratuita, a organização tem produzido e distribuído inúmeros folders sobre diversas temáticas de Direitos Humanos.⁸³⁰

Ainda em relação às publicações, dentre as mais recentes, duas merecem destaque por seu caráter acadêmico e, sobretudo, pelo equacionamento entre a riqueza das informações e as análises dos dados, a saber: *Atlas político-jurídico do trabalho escravo contemporâneo no Estado do Maranhão*⁸³¹ e *Trabalho Escravo Contemporâneo: reflexões e militância do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos*,⁸³²

o Centro de Defesa celebra 20 anos e como é de costume utilizar-se da arte na luta contra a violação de direitos humanos, agora utiliza seus trabalhos artísticos para contar sua própria história. Rodas de capoeira, shows de coreografias, espetáculos de teatro e dança trabalhos que foram construídos ao longo desses 20 anos. Personagens como *O Pescador*, da peça Josimos, Coronéis do musical *Quilombagem*, Arautos de espetáculos de rua, se reunirão no mesmo espaço/tempo para contar a mesma história. História que também será cantada, dançada e gingada, porque todas essas manifestações culturais fizeram e ainda fazem parte de uma grande história de luta e resistência. São 20 anos de Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos – Carmen Bascarán. São 20 anos de luta contra as violações de direitos humanos. São 20 anos de luta pela vida.⁸³³

Desde o ano 2014, o CDVDH/CB tem realizado anualmente encontros regionais com trabalhadores[as] resgatados[as] do trabalho escravo, proporcionando o compartilhamento de informações e experiências entre estes trabalhadores junto à comunidade, entidades da sociedade civil organizada e instituições governamentais para discutir diferentes formas de

⁸³⁰CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. **Celebração de 20 anos de lutas, conquistas e resistência popular**. Açailândia: 2016, p.12.

⁸³¹FILHO, Antônio; MASSON, Nonato; COSTA, Reynaldo. [Orgs.]. **Atlas político-jurídico do trabalho escravo contemporâneo no Estado do Maranhão**. Imperatriz: Ética, CDVDH, 2011.

⁸³²ZAPAROLI, Witembergue Gomes; SILVA, Fabrícia Carvalho da [Orgs.]. **Trabalho Escravo Contemporâneo: reflexões e militância do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos – Carmen Bascarán**. Imperatriz: Editora Ethos, 2015, pp. 91-101.

⁸³³Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán - CDVDH/CB. **Celebração de 20 anos de lutas, conquistas e resistência popular**. Açailândia: 2016, p.05.

prevenção, repressão ao trabalho escravo e a inserção sócio laboral dos trabalhadores e familiares.⁸³⁴ Desta forma, o primeiro Encontro Inter-regional de Trabalhadores/as Resgatados/as do Trabalho Escravo Contemporâneo ocorreu nos dias 12 e 13 de maio no município de Santa Luzia/MA, reunindo 53 trabalhadores[as] oriundos dos municípios maranhenses de Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Santa Luzia, Monção, Pindaré-Mirim, São Mateus, Tufilândia e Zé Doca, a maioria resgatados de fazendas no Estado do Pará.⁸³⁵ Estiveram presentes no evento aproximadamente 150 pessoas entre trabalhadores, convidados, representantes de instituições, estudantes, professores, lideranças locais, dentre outros. Segundo a coordenadora do evento e da equipe de atendimento psicossocial do CDVDH/CB, Brígida Rocha, o encontro teve como objetivo

proporcionar a convivência com trabalhadores que já foram vítimas do crime de trabalho escravo. Tratar conjuntamente das possíveis formas de prevenção, de articulação dos mesmos para serem observadores e contribuírem nas denúncias e construção de formas de enfrentamento comunitário. Identificarmos possíveis formas de apoio e intervenção, articular apoio jurídico e social, mostrar as formas de enfrentamento já existentes, assim como atualizar à sociedade de que o trabalho escravo não foi abolido. Reavaliar as formas de enfrentamento na prevenção, repressão e inserção. Promover o diálogo dos sobreviventes do trabalho escravo com as diversas instituições e órgãos de responsabilidade pela garantia e efetivação dos direitos humanos nas relações de trabalho, entre todos que lutam e sonham com trabalho digno.⁸³⁶

Na ocasião, discutiram-se formas de organização para o enfrentamento ao trabalho escravo nos municípios maranhenses, com especial atenção à coibição de práticas de aliciamento, utilizando-se dos mecanismos de denúncias disponibilizados pelos órgãos competentes. Um dos pontos altos do encontro foi a proposta de construção de uma rede de defensores dos direitos humanos contra o trabalho escravo, formada através da articulação entre os próprios trabalhadores, arregimentando esforços no fortalecimento do combate ao trabalho escravo no município de Santa Luzia/MA e Microrregião Maranhense de Pindaré.

Ademais, durante o I Encontro Inter-regional de Trabalhadores/as Resgatados/as do Trabalho Escravo Contemporâneo, discutiu-se sobre as condições de vulnerabilidade econômico-social destas populações, os riscos de reincidência e das possibilidades de se criar formas outras além das já existentes para o apoio à profissionalização e a inserção deste grupo

⁸³⁴Estiveram presentes nestes encontros, representantes de diversas instituições que pactuaram o compromisso de contribuir ao seu modo, no apoio às vítimas do trabalho escravo no Maranhão.

⁸³⁵CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. **Relatório Encontro Inter-regional de Trabalhadores/as Resgatados/as do Trabalho Escravo Contemporâneo.** Açailândia: 2014.

⁸³⁶Idem, CDVDH/CB, 2014, p. 02.

ao mercado de trabalho. A respeito disto, a equipe do CDVDH/CB levantou informações acerca das inquietações destes trabalhadores quanto ao futuro familiar e seus anseios por uma profissionalização, como atuar na “[...] construção civil e fazer curso de pedreiro, também mencionaram formações como carpinteiro, agricultor familiar, operador de máquinas, eletricista e para suas respectivas esposas os cursos de cabeleireiro, manicure e corte e costura”.⁸³⁷ Trazemos a seguir fotografias dos trabalhadores empoderados, protagonizando o I Encontro Inter-regional de Trabalhadores/as Resgatados/as do Trabalho Escravo Contemporâneo. Para nós é fundamental compreender que as imagens, assim como outros documentos escritos e orais, são importantes instrumentos de evidência testemunhal.

Foto 26: *Resgatados.* I Encontro de Trabalhadores/as Resgatados/as em Santa Luzia/MA.

Fonte: Acervo CDVDH/CB, 2015.

O evento objetivou estabelecer um diálogo franco com os trabalhadores, visando fortalecer e ampliar o trabalho de prevenção contra o aliciamento e o tráfico de pessoas para a exploração no Estado do Pará, firmando um pacto em favor dos direitos das vítimas resgatadas

⁸³⁷Idem, CDVDH/CB, 2014, p. 02.

no trabalho escravo com as instituições competentes. Durante o evento a equipe do CDVDH/CB entrevistou 44 trabalhadores resgatados, analisando o perfil atual e a situação socioeconômica e familiar individual e coletiva. De posse dos dados construímos alguns gráficos sobre a origem, estado civil, escolaridade e renda média familiar dos trabalhadores presentes, dispostos a seguir.

Mapa 19: De onde vieram I. Origem geográfica dos trabalhadores entrevistados.

Fonte: IBGE, 2016; Recorte e localização por SOARES, Fagno. 2016.

Gráfico 03: Origem dos trabalhadores entrevistados.

Fonte: Banco de dados CDVDH/CB. Organizado por SOARES, Fagno. 2016.

Dos 44 trabalhadores entrevistados, 24 residem nos municípios de Pindaré/MA e Santa Luzia/MA, um dado que justificamos pelo local de realização do encontro de trabalhadores no Centro de Formação São Francisco, na cidade de Santa Luzia/MA, a

aproximadamente 300 Km de Açailândia/MA. Segue mapa com a localização geográfica dos municípios dos trabalhadores resgatados.

Gráfico 04: *Da ida à chegada.* Origem e destino de nossos trabalhadores.

Fonte: Banco de dados CDVDH/CB. Organizado por SOARES, Fagno. 2016.

Questionados quanto ao estado civil, 30 responderam ser solteiros e 14 dos entrevistados afirmaram ser casados. Vale destacar que muitos dos solteiros já foram casados e possuem filhos. Entre os casados, podemos constatar que são arrimos de famílias com número médio elevado de filhos, inclusive de relacionamentos anteriores. Temos, pois, dois problemas sociais graves: uma família abandonada que fica no Maranhão e um trabalhador que vai em busca de trabalho, em geral no Pará, e passa a ser vítima do trabalho escravo, sofrendo as agruras da supressão de seus direitos.

Gráfico 05: Escolaridade dos entrevistados.

Fonte: Banco de dados CDVDH/CB. Organizado por SOARES, Fagno. 2016.

Quanto ao nível de escolaridade dos entrevistados, confirmou-se o já esperado, mantendo-se dentro dos parâmetros da região. Assim, na análise dos dados, identificamos que do universo de 44 trabalhadores, 17 afirmaram não ser alfabetizados; já os demais, totalizando

27, declararam-se analfabetos funcionais, uma vez que a maioria destes sequer cursaram as primeiras séries do ensino fundamental. Portanto, apesar de decodificarem algumas letras, no que em geral se denomina de alfabetização rudimentar, ainda não detêm a habilidade de leitura e interpretação de textos absolutamente simples. Apesar disso, são habilidosos nas operações matemáticas na realização de cálculos mentais, apresentando dificuldades somente em compreensões aritméticas mais complexas. Para além das explicações supracitadas, também se define como analfabeto funcional o indivíduo maior de quinze anos com escolaridade inferior a quatro anos de vida escolar. Portanto, nenhum dos entrevistados apresentou o nível do que se entende atualmente por alfabetização, por não terem domínio de leitura, escrita e interpretação, refletindo o quadro de escolaridade nesta região do país.

Gráfico 06: Renda familiar dos entrevistados.

Fonte: Banco de dados CDVDH/CB. Organizado por SOARES, Fagno. 2016.

Quanto à renda média familiar dos 44 trabalhadores entrevistados, dividem-se da seguinte forma: 17 possuem renda variável com atividades esporádicas na lavoura ou mesmo na atividade não formal da construção civil nas cidades; 11 afirmaram possuir renda fixa na forma de contratos de trabalho e/ou prestação de serviços com carteira assinada; 11 aposentados e pensionistas; e 5 desempregados. Destacamos que a maioria das famílias dos entrevistados é beneficiária do programa de transferência de renda do Governo Federal, Bolsa Família.

Foto 27: *Resgatados.* II Encontro de Trabalhadores/as Resgatados/as do Trabalho Escravo em Açailândia/MA.

Fonte: Acervo CDVDH/CB, 2015.

O II Encontro Inter-regional de Trabalhadores/as Resgatados/as do Trabalho Escravo Contemporâneo ocorreu em 13 de maio de 2015 nas dependências da sede do CDVDH/CB, em Açailândia/MA. Estiveram presentes representantes da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE, Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP, Defensoria Pública do Estado – DPE, Ministério Público do Trabalho da 16ª Região – MPT, Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, Ministério Público Estadual, Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Sindicato da Construção Civil e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Açailândia. Durante o evento participaram cerca de 200 pessoas entre trabalhadores, representantes de instituições, convidados, professores, estudantes e lideranças populares. Estiveram presentes 30 trabalhadores resgatados e egressos do trabalho escravo contemporâneo, residentes nos municípios maranhenses de Açailândia, Amarante do Maranhão, Santa Luzia e Pindaré Mirim.

Na ocasião, além da apresentação do relatório dos dados mais recentes sobre o tema, discutiu-se no encontro, dentre várias questões, sobre outros mecanismos mais eficientes ao combate à escravidão contemporânea na região. Neste sentido, compreendeu-se que é tarefa do CDVDH/CB e de seus parceiros discutir e refletir questões acerca dos mecanismos de combate e erradicação à escravização contemporânea nos estados do Maranhão e Pará, dentre eles a ampliação das atividades empreendidas pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério Público do Trabalho junto à Justiça do Trabalho e órgãos competentes. Sabemos que, para além disso, faz-se necessário a ampliação de um conjunto articulado de políticas públicas somadas à efetivação da Proposta de Emenda Constitucional – PEC n.º 438/01, ou

PEC do Trabalho Escravo, considerada uma das principais ferramentas na luta pela erradicação do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, que prevê a expropriação de propriedades flagradas com trabalho escravo contemporâneo para serem destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, prioritariamente para os[as] trabalhadores [as] que nelas tiverem sido escravizados [as]. A PEC do Trabalho Escravo também prevê a ampliação da pena para os neoescravocratas condenados pelo crime de redução de trabalhadores as *condições análogas à escravidão*.⁸³⁸ Diante das questões supracitadas, faz-se necessário arregimentar esforços para continuar pressionando os legisladores para que o conceito de trabalho escravo contemporâneo não seja revisado como muitos pretendem, sobretudo a chamada bancada ruralista, frente parlamentar arrivista da política brasileira defensora dos interesses dos latifundiários que ocupam cargos estratégicos em comissões especiais na Câmara Federal dos Deputados.

Mapa 20: De onde vieram II. Origem geográfica dos trabalhadores do II encontro.

Fonte: IBGE, 2016; Recorte e localização por SOARES, Fagno. 2016.

A coordenadora do evento, Brígida Rocha, apresentou-nos uma análise dos resultados do primeiro encontro, realizado no município de Santa Luzia/MA, destacando a importância da reunião da sociedade civil organizada e órgãos de combate ao trabalho escravo contemporâneo no Maranhão para discutir formas mais eficientes para o enfrentamento desta

⁸³⁸ Expressão comum entre os operadores do direito ao se referirem o que aqui chamamos por motivações já explicitadas na introdução deste estudo, de trabalho escravo contemporâneo. O crime de redução à condição análoga à de escravo consiste na submissão de uma pessoa ao domínio de outra para exploração laboral, como descreve o artigo 149 do Código Penal Brasileiro.

prática aviltante contra os direitos humanos. Analisando documentos e relatórios da entidade, identificamos a relação entre o tráfico humano e o trabalho escravo.

O tráfico humano é um dos crimes que mais gera lucro na atualidade, relatando como causas principais da continuidade deste crime a miséria do povo e a certeza da impunidade por parte dos escravagistas. Tráfico humano está ligado ao trabalho escravo, venda de crianças para adoção ilegal, retirada de órgãos e exploração sexual a nível nacional e internacional. [...] os dados quantitativos sobre o tráfico humano, apresentam cerca de 30 milhões em todo o mundo em situação de tráfico, o perfil das vítimas de tráfico humano para exploração sexual são em geral jovens meninas negras as principais vítimas deste crime. O trabalho forçado de pessoas em prol do lucro e do consumismo chegando a trabalhar por 16 horas recebendo valores irrisórios pelo trabalho desempenhado.⁸³⁹

Ainda durante o II Encontro Inter-regional de Trabalhadores/as Resgatados/as do Trabalho Escravo Contemporâneo, foram realizadas homenagens aos trabalhadores, em especial ao trabalhador Antônio Gomes dos Santos, conhecido como Antônio Pedra, como destacamos alhures foi um dos primeiros trabalhadores atendidos pelo CDVDH/CB, tendo sido decisivo na definição das diretrizes de atuação da instituição. Vale ressaltar a importância das informações prestadas por este trabalhador para o resgate de outros. Durante anos se manteve atuante e integrado aos trabalhos do CDVDH/CB, sendo inclusive cooperado na CODIGMA. Aos 80 anos, impossibilitado de se manter nas atividades da instituição, delegou à filha a tarefa de continuar seu trabalho como mobilizadora comunitária.

Foto 28: *Da opressão do pai à militância da filha.* Homenagem ao trabalhador Antônio Pedra.

Fonte: SOARES, Fagno. 2015.

⁸³⁹CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. **Relatório II Encontro Inter-regional de Trabalhadores/as Resgatados/as do Trabalho Escravo Contemporâneo.** Açailândia: 2015, p. 02.

O III Encontro Inter-regional de Trabalhadores/as Resgatados/as do Trabalho Escravo Contemporâneo⁸⁴⁰ aconteceu nos dias 12 e 13 de maio de 2016 no município de Pindaré Mirim/MA com a presença de entidades da sociedade civil organizada e instituições públicas e privadas que atuam na luta contra o trabalho escravo e o tráfico humano para mais uma vez discutir as diferentes formas de prevenção e combate a essas práticas. A esse respeito a organizadora do evento afirmou que:

O encontro proporcionou a convivência com vítimas do trabalho escravo e o conhecimento da realidade desses guerreiros/as que continuam na luta por dignidade, justiça e liberdade. Juntos, pudemos dialogar possíveis intervenções, incentivando a articulação e o enfrentamento deste problema nas comunidades de origem dos/as trabalhadores/as, mas também reafirmamos que infelizmente o trabalho escravo persiste e se apresenta com novas configurações. Assim, se faz necessário o conhecimento da realidade daqueles/as que já sobreviveram e/ou que estão em risco de aliciamento para o crime de trabalho escravo rural e urbano.⁸⁴¹

Durante o primeiro dia de evento participaram 117 pessoas, destas 23 eram trabalhadores [as] resgatados[as] e 22 representantes de instituições públicas e privadas. Realizou-se uma oficina sobre o tráfico humano objetivando refletir acerca das diferentes formas de aliciamento praticadas na região, sobretudo nos municípios maranhenses de Açailândia, Buriticupu, Bom Jesus das Selvas, Pindaré Mirim, Monção e Santa Luzia. Somase a este o intento de formar lideranças sociais para atuarem em rede no enfrentamento ao tráfico humano no Maranhão. Representantes do CDVDH/CB realizaram um breve retrospecto dos encontros anteriores realizados em 2014 e 2015, respectivamente em Santa Luzia/MA e em Açailândia/MA. Quando convocados a falar sobre suas inquietações, os trabalhadores pontuaram os embargos enfrentados, a exemplo do

trabalhador Raimundo do município de Bom Jesus das Selvas falou das dificuldades que enfrentou na fazenda do Juiz Marcelo Baldoch, onde até hoje estão esperando a desapropriação da terra; o Sr. Miguel também relatou o sofrimento que teve de enfrentar; o Sr. Marinaldo falou da falta de emprego no município obrigando as pessoas a migrarem em busca de trabalho; o Sr. Luís falou das dificuldades de conseguir um emprego digno e condições para seus filhos continuarem os estudos e pediu a ajuda do CDVDH/CB e por último, José Carlos pergunta o que fazer quando souber de pessoas que estão sendo levadas para trabalhar fora sem nem um contrato.

⁸⁴⁰Para a organização deste evento, atuaram o Centro de Defesa de Direitos Humanos de Santa Luzia/MA, Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão – SEDIHPOP, Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE/MA, Manos Unidas da Espanha e organizações religiosas de Pindaré Mirim/MA, Santa Luzia/MA e Viana/MA sob a coordenação do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB.

⁸⁴¹CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN, 2016, p. 02.

Diante dos diferentes relatos, os representantes das instituições de combate ao trabalho escravo presentes se posicionaram com propostas de apoio e realizaram alguns encaminhamentos práticos, visando dar condições a estes trabalhadores e familiares de uma vida digna. Durante os debates, discutiu-se sobre os avanços e desafios atuais para o enfrentamento ao trabalho escravo e quanto à ausência de políticas públicas de [re]inserção dos trabalhadores resgatados. Diante disso, um dos trabalhadores em tom enfático declara “lá a gente vê nossos direitos jogados fora, lá somos tratados como cachorro e eu só queria ser tratado como ser humano”,⁸⁴² trata-se de um trabalhador que recebe contínuo acompanhamento do CDVDH/CB, pelo qual agradece e finaliza afirmando que “não corro mais risco de cair nas armadilhas do trabalho escravo e nas promessas do gato”.⁸⁴³ Temos na imagem 29 fotografias do evento que traz a participação dos trabalhadores que atuaram em todo o evento trazendo problemáticas ao debate e sugerindo caminhos possíveis de solução.

Foto 29: *Resgatados.* III Encontro de Trabalhadores/as Resgatados/as em Açailândia/MA.

Fonte: Acervo do CDVDH/CB, 2016.

Os debates pactuados durante os dois dias de evento culminaram na assinatura do Termo de Cooperação no Combate ao Trabalho Escravo, o qual sintetiza as propostas de combate ao aliciamento no Maranhão a serem empreendidas na articulação de instituições locais a internacionais. Desta forma, formaram-se três grupos de debate para eleger propostas

⁸⁴²CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN, 2016, p. 02.

⁸⁴³Idem, 2016, p. 02.

de enfrentamento ao trabalho escravo com ênfase na [re]inserção social dos trabalhadores resgatados, sendo eles: o grupo dos trabalhadores resgatados, o grupo das organizações públicas e o grupo das entidades e movimentos sociais. Ao término das atividades, cada grupo apresentou o resumo de suas propostas. O grupo dos trabalhadores resgatados apresentou como proposta ao IV Encontro Inter-regional de Trabalhadores/as Resgatados/as do Trabalho Escravo em 2017 “que seja no município de Monção/MA, e tenha na pauta a saúde, a educação, o transporte, a casa própria e cursos de qualificação profissional para os trabalhadores”.⁸⁴⁴ Por fim, o grupo de debate dos trabalhadores organizou o conjunto de suas propostas e as entregou aos representantes do CDVDH/CB. Já o grupo de debate dos movimentos sociais apresentou propostas para prevenção do tráfico humano, com ênfase no combate à exploração sexual e do trabalho escravo com a realização de um seminário com oficinas e palestras, envolvendo instituições de ensino básico e superior, em parceria com o poder público municipal, a defensoria pública, os sindicatos, os movimentos sociais e religiosos, entre outras instituições, culminando na realização de uma caminhada para sensibilização da comunidade local no município de Monção/MA.⁸⁴⁵ Soma-se ainda a proposição de se realizar capacitação para as lideranças das comunidades do município, bem como a realização de um levantamento socioeconômico sobre o trabalho escravo no município. Por fim, construir um relatório com as informações coletadas, a ser enviado ao CDVDH/CB, para elaboração de um plano de intervenção junto à comunidade.

Do conjunto sistematizado de propostas de combate ao trabalho escravo contemporâneo do grupo de trabalho das organizações políticas representadas no evento pelas seguintes instituições: da Assessoria do Governo do Estado do Maranhão, Delegacia Regional do Trabalho do Maranhão, Organização Internacional do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular do Estado Maranhão.

⁸⁴⁴CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN, 2016, p. 02. Acerca das reestruturações internas e políticas institucionais empreendidas pelo CDVDH/CB nos últimos quatro anos, tais como a priorização no combate e enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo, obtivemos valiosas informações entre conversas e e-mails trocados com a secretaria executiva da instituição, Fabrícia Carvalho da Silva. DA SILVA, Fabrícia Carvalho. **O CDVDH/CB em constante avaliação institucional**. [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <fabricia49@hotmail.com>. em: 05 maio. 2015.

⁸⁴⁵Agradecemos o conjunto de informações a respeito o atendimento dos trabalhadores/as pela equipe de assistente social, psicólogo e advogados do CDVDH/CB, gentilmente cedidas pela coordenadora do atendimento psicossocial da entidade, Brígida Rocha dos Santos em conversas formais, coloquiais, entrevista e outros meios mediatizados pelas tecnologias. CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Os 20 anos de lutas, conquistas e resistências**. [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <cdvdhcb@cdvdhacai.org.br>. em: 18 nov. 2016.

Organizamos um quadro-síntese com as informações disponibilizadas pela coordenação do evento e atendimento psicossocial do CDVDH/CB, disposto na página seguinte:

Quadro 02: *Propostas de Combate ao Trabalho Escravo.* Grupo de debate das instituições.

INSTITUIÇÕES	PROPOSTAS DO GRUPO DE DEBATE
Assessoria do Governo do Estado do Maranhão.	Mapear as terras devolutas nas regiões de maior incidência de trabalho escravo no Maranhão pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – ITERMA; Implementar ações socioeducativas nos municípios de maior incidência de trabalho escravo contemporâneo e tráfico de pessoas em todo o Estado do Maranhão; Disponibilizar apoio técnico aos trabalhadores resgatados nos municípios maranhenses exportadores de trabalhadores para o trabalho escravo, através do Maranhão pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – ITERMA.
Delegacia Regional do Trabalho.	Apoiar a mudança na legislação trabalhista visando à penalização do empregador flagrado na exploração escravizante da mão de obra; Fomentar o debate junto ao poder público municipal para que legisle sobre a necessidade de reserva percentual de vagas aos trabalhadores dos municípios junto ao Sistema Nacional de Emprego – SINE; Estabelecer o diálogo com os empregadores quanto às necessidades de combate ao trabalho escravo e o tráfico de pessoas.
Organização Internacional do Trabalho.	Fortalecer a Rede Ação Integrada de Combate à Escravidão – RAICE integrando às políticas públicas existentes que concorram para o combate e enfrentamento ao trabalho escravo; Apoiar a criação de uma Associação de Trabalhadores Resgatados, fortalecendo a organização dos trabalhadores, incluindo também sua representação na Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão – COETRAE.
Ministério Público do Trabalho.	Robustecer ações de capacitação profissional dos trabalhadores resgatados do trabalho escravo no Estado do Maranhão; Apoiar o fortalecimento de programas e projetos de alfabetização dos trabalhadores resgatados do trabalho escravo em todo o Estado; Implementar no âmbito dos programas de aquisição de alimentos percentuais de inclusão produtiva da produção familiar dos trabalhadores resgatados.
Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular do Estado Maranhão.	Enlevar as ações de enfrentamento ao trabalho escravo às cadeias produtivas no Estado; Corroborar a mobilização junto à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão para a aprovação do Fundo de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão – FETEMA; Promover campanhas institucionais de combate ao trabalho escravo, com foco na contratação de mais auditores para ampliar a fiscalização envolvendo MPT, MPF, PF, MPF, DRT e o Governo do Estado; Apoiar a criação na Câmara Municipal de Vereadores de inicialmente de São Luís/MA da Comissão de Combate ao Trabalho Escravo; Apoiar logística e financeiramente o IV Encontro de Trabalhadores Resgatados que será realizado em Monção/MA pelo CDVDH/CB.

Fonte: Relatório do III Encontro Inter-Regional de Trabalhadores/as Resgatados/as do Trabalho Escravo em Pindaré/MA, CDVDH/CB, 2016; Elaborado por SOARES, Fagno da Silva. 2016.

Figura 09: 20 Anos de História. Linha do tempo do CDVDH/CB.

Fonte: Acervo do CDVDH/CB, 2016.

Foto 30: *O Carvoeiro*. O trabalho nas carvoarias em Açailândia/MA.

Fonte: CRUZ, Marcelo. 2012. CRUZ, Marcelo, 2011.

Regressamos às incursões teóricas do uso da fotografia, considerando as reflexões de Peter Burke para quem “as imagens não devem ser consideradas simples reflexões de suas épocas e lugares, mas sim extensões dos contextos sociais em que elas foram produzidas.”⁸⁴⁶ Neste sentido, trazemos nas fotos 30 e 31 quadros de imagens que revelam fragmentos do trabalho numa carvoaria de Açailândia/MA, registradas pelas lentes de um fotógrafo que compreende que arte não se desvincula do social. Neste sentido, muitas das fotografias contidas neste estudo trazem à tona o contexto de sua produção, sendo em muitos casos autoexplicativas, a exemplo da imagem onde um forneiro utiliza alguns equipamentos de proteção individual – EPIs – como capacete, botas e luvas –, o que não é muito comum entre os trabalhadores das carvoarias na região, seria necessário ainda outros equipamentos para assegurar melhores condições de trabalho, como a máscara de respiração, óculos de segurança, perneiras e roupas adequadas ao trabalho em ambientes ainda que abertos, mas submetidos a altas temperaturas, tornando-se necessário assegurar a estes trabalhadores períodos de descanso e acesso a água abundante e potável, entre outras condições para este tipo de atividade laboral tão extenuante.

⁸⁴⁶BURKE, Peter. **Testemunha ocular:** história e imagem. Bauru: Edusc, 2004, p. 101.

Podemos observar que o uso destes dois EPIs que aparecem nas fotografias é em grande medida pífia em mascarar as reais condições de trabalho nas carvoarias em Açailândia/MA e região, motivadas pela presença do fotógrafo e demais estranhos presentes.

Foto 31: *O forneiro.* Enfornando e empilhando toras de eucalipto, carvoaria em Açailândia/MA.

Fonte: CRUZ, Marcelo. 2012.

Com base nos relatórios pesquisados com os dados e descrições das autuações realizadas pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel, na região de Açailândia/MA, é possível atestar que os trabalhadores continuam a inalar a fumaça tóxica produzida pela queima do carvão, contraindo graves problemas respiratórios e de pele, por ficarem por tanto tempo expostos a temperaturas muito elevadas, que pode levar a queimaduras de segundo e terceiro graus.⁸⁴⁷ Se recuarmos um pouco no tempo, quando de uma ampla pesquisa de campo realizada por Alison Sutton, em meados dos anos 1990, sobre o trabalho escravo no Brasil, publicada sob o título *Trabalho escravo: um elo na cadeia da modernização no Brasil hoje*⁸⁴⁸ trouxe à baila

⁸⁴⁷SOARES, 2012, p. 232.

⁸⁴⁸SUTTON. Alison. **Trabalho escravo:** um elo na cadeia da modernização no Brasil hoje. São Paulo, CPT/Anti-Slavery International, 1994, p.68. A pesquisadora Alison Sutton vinculada à época a Anti Slavery International, fundada em 1839 na Inglaterra, é considerada a mais antiga instituição de defesa dos direitos humanos no mundo.

uma triste realidade experienciada pelos trabalhadores[as] em fazendas e carvoarias em Açailândia/MA, Mato Grosso, Pará e em outras regiões do país, realidades ainda pouco conhecidas da sociedade urbana brasileira. Mais de vinte anos depois, a realidade não é muito diferente do que constatou a pesquisadora quanto à escravidão contemporânea na região. O mesmo se pode perceber da descrição realizada pelo então professor e deputado do Reino Unido William Anthony Worthington, em visita à cidade de Açailândia/MA, em 1993. Ao regressar à Europa descreveu-na como um lugar *infernal*,⁸⁴⁹ ao fazer referência a “[...] uma áurea sombria, uma espessa camada de fumaça enegrecida que cobria constantemente o céu da cidade, escondendo o sol por horas a fio, uma cena terrificante, que por tantos anos assolou a cidade”.⁸⁵⁰ Anthony Worthington descreve ter se encontrado com duas crianças entre idade de 10 a 12 anos trabalhando numa carvorria da cidade e ainda acrescenta o quão difícil era respirar e visualizar alguma coisa, em meio a tanta fumaça

On a recent trip to Brazil to see the work being done by Oxfam, I found two children, aged between 10 and 12, working at charcoal kilns deep in the Amazonian forest near Açailândia in northern Brazil. Understandably filthy, they were basting the walls of the kilns with mud solution. [...] It is difficult to convey the infernal impression of more than 140 charcoal kilns belching heat, smoke and choking fumes in the tropics. I was appalled; for days afterwards my eyes smarted and throat itched. The kilns can produce nearly 1,500 cubic metres of charcoal every six days. Thousands of hectares of rainforest are being destroyed to make iron.⁸⁵¹

Numa viagem recente ao Brasil para verificar o trabalho desenvolvido pela Oxfam, encontrei duas crianças, com idade dentre 10 e 12 anos, trabalhando nos fornos de carvão nas profundezas da floresta amazônica perto de Açailândia no norte do Brasil. Compreensivelmente sujos, eles estavam alinhavando as paredes dos fornos com uma mistura de barro. [...] é difícil expressar a impressão infernal que dão mais de 140 fornos de carvão expelindo calor, fumaça e sufocantes gases nos trópicos. Estava horrorizado; durante dias depois meus olhos doíam e minha garganta coçava. Os fornos podem produzir perto de 1.500 metros cúbicos de carvão cada seis dias. Milhares de hectares de floresta tropical estão sendo destruídas para produzir ferro. [Tradução].

Registramos, pois, que no momento em que escrevemos esta narrativa em 20 de novembro de 2015, o sol está encoberto por uma densa nuvem de fumaça, mas desta vez, resultante das queimadas na Reserva Gurupi e derredores da cidade. A respeito das condições de moradia dos trabalhadores, o político britânico Anthony Worthington descreve em seu relato a periferia de Açailândia, o momento em que a cidade assistia inerte a derrubada da floresta em seu torno para atender aos interesses espúrios do agronegócio.

⁸⁴⁹ WORTHINGTON, Tony. Child charcoal makers in the Amazon. **The Independent**, 7 de junho de 1993.

⁸⁵⁰ SOARES, 2012, p. 233.

⁸⁵¹ WORTHINGTON, pp. 16-17.

The shanty towns where the workers live are dreadful. They are miles and miles from anywhere up loggers' earth roads and there is no water supply to the houses [...] All around Açailândia we saw where vast acres of forest had been felled and converted to fazendas – great ranches where the trees had been cut down and the land put down to pasture, although usually there was no sign of cattle on the property. The wealthy had been offered incentives to move in for purely speculative development.⁸⁵²

Os barracos onde os trabalhadores moram são horríveis. Há milhares e milhares por todo lugar atravessados por estradas de terra das madeiras e não existe abastecimento de água nas casas [...]. Em todo ao redor de Açailândia observamos os locais onde vastas extensões de acres de floresta tem sido derrubadas e convertidas em fazendas – grandes granjas onde as árvores tem sido cortadas e plantado capim na terra, mesmo usualmente não exista indício de ter gado na propriedade. A opulência tem sido oferecida e incentivada para se estabelecer ali apenas por um desenvolvimento puramente especulativo. [Tradução].

Garimpendo os documentos do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB nós encontramos o caso do trabalhador Antonio de Jesus, um adolescente resgatado pela Polícia Federal de uma carvoaria em 1997, cuja atividade exercida era de forneiro. É um caso clássico de escravidão contemporânea em carvoarias, trata-se de um jovem não alfabetizado, arrimo de família e, portanto, obrigado a trabalhar desde cedo para sustentar a família. Declarou aos fiscais do trabalho que “era obrigado a trabalhar aos domingos, feriados e durante toda a madrugada, sem equipamentos de proteção individual”.⁸⁵³ Trazemos na foto 32 a imagem de uma operação de resgate da Polícia Federal em uma fazenda, bem como o trabalho de agentes sociais no acompanhamento com os familiares dos trabalhadores. Uma imagem e uma narrativa sempre remetem a outras um processo contínuo.⁸⁵⁴ Assim, nesta pesquisa ao tomar uma fotografia em mãos, sempre nos remetíamos a outras e às muitas histórias que estas poderiam nos contar. Desta forma, as imagens são suporte de memória, acionam emoções e disputas de memórias. Não por acaso, escolhemos destacar, a propositiva de Boris Kossoy ao afirmar que a fotografia é

memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informação e emoção. Memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social. Registro que cristaliza, enquanto dura, a imagem – escolhida e refletida – de uma ínfima porção de espaço do mundo exterior. É também a paralisação súbita do incontestável avanço dos ponteiros do relógio: é, pois, o documento que retém a imagem fugidia de um instante da vida que flui ininterruptamente.⁸⁵⁵

⁸⁵² WORTHINGTON, Tony. Child charcoal makers in the Amazon. **The Independent**, 7 de junho de 1993, pp. 16-17.

⁸⁵³ CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN – CDVDH/CB. Relatório de atividades desenvolvidas 1997-2007, Açailândia, 1997.

⁸⁵⁴ MANGUEL, Alberto. Lendo imagens: uma história de amor e ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. HISSA, Cássio Eduardo Viana [org.]. **Conversações: de artes de ciências**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2001, p. 24.

⁸⁵⁵ KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 156.

Foto 32: *Resgate dos trabalhadores.* O trabalho dos agentes policiais e sociais.

Fonte: Acervo CDVDH/CB, 2016.

As imagens acima são mais do que imagens fotográficas que reverberam o real “são trechos de uma realidade suspensa no tempo”,⁸⁵⁶ são também processos de construção de realidades⁸⁵⁷ com os quais o pesquisador se lança com olhos atentos por uma leitura imagética que possam ler os sujeitos fotografados em seu contexto, inscritos num tempo e num espaço que remetem ao invisível que a fotografia não revela em um primeiro olhar, há que mergulharmos

no contexto particular que resultou na materialização da fotografia, a história do momento daquelas personagens que vemos representadas, o pensamento embutido em cada um dos fragmentos fotográficos, a vida enfim do modelo referente – sua ‘realidade interior’ – é, todavia, invisível ao sistema ótico da câmara. Não deixa marcas na chapa fotossensível, não pode ser revelada pela química fotográfica, nem tampouco digitalizada pelo ‘scanner’. Apenas imaginadas.⁸⁵⁸

Nesse sentido, trazemos na foto 33 duas imagens das marcas da escravidão contemporânea em dois trabalhadores que chegaram ao Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB, para além das feridas e até amputações como ocorreu na segunda imagem. Os trabalhadores carregaram para sempre as feridas no coração, resultado das humilhações por eles sofridas, são marcas quase indelévels que nem mesmo o tempo poderá ser capaz de diluí-las, apenas ressignificá-las. Recordamos de uma experiência que participamos ao acompanharmos uma pesquisadora durante uma atividade junto aos trabalhadores resgatados na qual eram mostrados vídeos e reportagens do resgate e as respostas foram as mais diversas. Vimos trabalhadores não conterem as lágrimas, outros, no entanto,

⁸⁵⁶BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 25.

⁸⁵⁷KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Ed., 1999, p. 140.

⁸⁵⁸Ibid., 1999, p. 140.

sequer conseguirem assistir às cenas. Na obra *Testemunha ocular* de Peter Burke, ele assevera que “nossa posição face a face com a imagem nos coloca face a face com a história”,⁸⁵⁹ evocando e fazendo emergir as mais diversas emoções que vão do saudosismo ao pavor, a exemplo das imagens abaixo, nas quais um jovem trabalhador chegou ao CDVDH/CB nestas condições, tendo inclusive sofrido a amputação do quarto pododáctilo do pé direito, urge destacarmos que o dono da fazenda era médico e não prestou devido auxílio médico, tampouco trabalhista; o trabalhador teve que buscar no CDVDH/CB, atendimento psicossocial e apoio jurídico, para fazer valer seus direitos trabalhistas e humanos. Vale destacar que a equipe psicossocial da instituição encaminhou e acompanhou o trabalhador ao atendimento médico-hospitalar.

Foto 33: *Marcas da Escravidão Contemporânea.* Trabalhadores acolhidos pelo CDVDH/CB.

Fonte: Acervo CDVDH/CB, 2016.

Consubstanciamos que “toda imagem fotográfica tem atrás de si uma história. Se, enquanto documento, ela é um instrumento de fixação da memória e, neste sentido, nos mostra como eram os objetos, os rostos, as ruas, o mundo, ao mesmo tempo [...]”,⁸⁶⁰ fazendo emergir seus segredos mais recônditos e as suas intencionalidades como enigmas a serem decifrados, emergindo emoções, por vezes, desconcertantes e até mesmo repulsas, ou denúncias como estas acima. Também, por isso, a análise de fotografias pode “ser um tanto movediça e capciosa”.⁸⁶¹ Em geral, muitos trabalhadores chegam ao CDVDH/CB, na forma como descreve Ivanete da

⁸⁵⁹BURKE, Peter. **Testemunha ocular:** história e imagem. Bauru: Edusc, 2004, p. 101.

⁸⁶⁰KOSSOY, Boris. O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 25, Nº 49, p. 35-42 – 2005, p. 41.

⁸⁶¹SOARES, 2012, p. 201.

Silva Sousa “[...] maltrapilhos, rasgados, sujos, destroçados, sem documento, sem nada, trapos de gente, não viviam, só trabalhavam”.⁸⁶²

Ainda quanto ao debate acerca da atuação CDVDH/CB no combate e enfrentamento a escravidão contemporânea, colocando em devido relevo com a culminância de atividades realizadas no período de 17 a 19 de novembro de 2016, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán CDVDH/CB promoveu diversas atividades alusivas aos vinte anos de existência da organização tais como: jornadas sociojurídicas populares desenvolvidas no primeiro dia pelas equipes do CDVDH/CB, com atendimento e orientação social e jurídica em quatro bairros populares de Açailândia/MA contando com a atuação de diferentes profissionais vinculados e voluntários da instituição como psicólogo, assistentes sociais e advogados. Para além dos atendimentos, foram realizadas apresentações culturais teatrais, danças de matriz africana e capoeira. Durante o segundo dia realizou-se uma coletiva de imprensa, somada a uma exposição afrocultural museográfica aberta ao público, fazendo alusão ao trabalho da organização, valorizando e reconhecendo o contributo do povo negro na construção da identidade brasileira; a partir de um mural foi exposta a linha do tempo do CDVDH/CB, trazendo a trajetória histórica da instituição, com uma exposição contendo painéis com fotografias, camisetas, publicações, figurinos, elementos cenográficos, dentre outros. Durante a noite cultural, ocorreu em praça pública, a estreia do *Espetáculo Centro 20 Anos* e entre outras apresentações culturais, e o lançamento e exibição do documentário *A Força dos Pequenos*,⁸⁶³ reexibido no último dia de celebração na sede da instituição durante a abertura das mesas redondas temáticas cujo mote central foi apresentado através das histórias de lutas do CDVDH/CB por seus agentes sociais e beneficiários. Trazemos aqui a fala de uma ex-beneficiária do CDVDH/CB, hoje militante dos direitos humanos e educadora sociocultural na instituição, Leidiane Souza Silva, também bailarina do grupo de dança afro Afixirê, que em tom emocionado afirmou, num excerto do documentário, sobre sua chegada ao CDVDH/CB aos 14 anos

entrei naquele lugar pela primeira vez, e hoje depois de dezesseis anos não consegui ainda me desligar desse caminho, mudei de endereço, mudei de vida, mudei de rotina, mudei de rota, mais não mudei o paradeiro [risos] continuo firme e forte [...] Adiante sempre não é mesmo Carmen Bascarán Collantes. O prédio mudou, a estrutura mudou, muitas pessoas mudaram, e alguns foram outras vieram, e eu continuo lá dia após dia, não sei até quando! Mais ainda inteira. E hoje recebo de Deus e das forças

⁸⁶²SOUSA. Ivanete Silva. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia. 28. jan., 2009.

⁸⁶³Documentário narra a história do CDVDH/CB pelos seus militantes, dirigido pela jornalista espanhola Patrícia Simón Carrasco com apoio da Asociación Derechos, Paz y Libertad – ADEPAL, lançado no Brasil em 2016, por ocasião da comemoração dos 20 anos de fundação do CDVDH/CB.

que me regem o presente de celebrar 20 anos de história, luta e resistência da minha casa, do meu lar, do meu abrigo. É aqui que eu me construo diariamente como ser humana, mulher, militante, negra, defensora de direitos! É aqui que eu descubro dia após dia o valor dos/as meus semelhantes. Foi aqui que encontrei as pessoas mais importantes da minha trajetória depois das que deixei em casa obviamente. É aqui que eu sou feliz! A magia desse lugar deu sentido a minha vida. E hoje eu tento retribuir tudo que esse Centro de Defesa já fez e faz por mim! Eu sou Centro de Defesa. Eu sou fruto da arte a serviço de uma cultura libertadora. Eu sou uma adolescente de projetos sociais. Obrigada Centro de Defesa por me fazer tão forte, por me preparar para o mundo. E por me permitir defender a vida. É com grande carinho que eu convido você a celebrar conosco o aniversário da minha casa e de várias pessoas que assim como eu festejam a vida dessa entidade.⁸⁶⁴

Nestes termos, destacamos o debate da mesa redonda realizada no dia 19 de novembro de 2016, cujo mote era “*20 anos de CDVDH/CB: Contexto de Açailândia em 1996 e o nascimento de um sonho de luta e resistência: Avanços e desafios desta caminhada*” compuseram esta mesa de debate os[as] sócios[as] da entidade como Carmen Bascarán, Ivanete da Silva Sousa, Antonio José Ferreira Filho, José Vágner Mesquita Mendes, Milton Teixeira Santos Filho, a atual secretária executiva da instituição Fabrícia Carvalho da Silva, o missionário comboniano Pe. Dário Bossi e o trabalhador rural Miguel Cavalcante Alexandre, representando os[as] trabalhadores[as] resgatados[as] do trabalho escravo contemporâneo. Na ocasião, Carmen Bascarán fez um breve e contundente histórico dos vinte anos de atuação da entidade, destacando que o município de “Açailândia era uma desesperança, começamos a idealizar o que hoje é o Centro. Nós queríamos trabalhar com o povo e para o povo, mas, sobretudo, como povo [...] Este Centro é a conspiração da esperança”.⁸⁶⁵ Os membros da mesa destacaram, entre outras questões, a importância das Conferências Interparticipativas realizadas pela instituição em parceria com outras entidades, colocando a temática da escravidão contemporânea na agenda dos Direitos Humanos no Brasil. Em outra passagem Ivanete da Silva Sousa relatou em breves palavras o cenário quando da criação da instituição, e relembrou a obra *Meninas da Noite*⁸⁶⁶ do jornalista Gilberto Dimenstein, ao fazer referência aos leilões de virgens, meninas-escravizadas que ocorriam nas cidades maranhenses de Açailândia e Imperatriz no início da década 1990. Soma-se a esta a fala do sócio e ex-secretário executivo da instituição, Antonio José Ferreira Filho que pontua,

⁸⁶⁴ **A FORÇA DOS PEQUENOS.** Direção de Patricia Simón. Asociación Derechos, Paz y Libertad – ADEPAL Espanha: DVD, 2016, documentário, 48 min.

⁸⁶⁵ COLLANTES, Carmen Bascarán. **Mesa Redonda – 20 anos de CDVDH/CB:** contexto de Açailândia em 1996 e o nascimento de um sonho de lutas e resistência entre avanços e desafios da caminhada. Açailândia, 19. nov., 2016.

⁸⁶⁶ DIMENSTEIN, Gilberto. **Meninas da noite:** a prostituição de meninas-escravas no Brasil. São Paulo: Ática, 1992.

lembro-me da campanha do registro, por vezes, fazíamos mutirões de registro de nascimento em diversos bairros da cidade [...] havia toda uma simbologia da torre da Rádio ARCA no quintal do CDVDH/CB [...] Um dos momentos mais marcantes da nossa luta foi a greve de fome para denunciar a corrupção política e administrativa na cidade com o Movimento Salve Açailândia! Um grito por Açailândia e o Comitê 9.840 Que em nome da ética e moralidade na política, coíbia toda e qualquer tipo de compra e venda de votos, bem como práticas como o nepotismo e a ficha-limpa, o objetivo sempre foi combater a corrupção eleitoral [...]. Quero destacar que o CDVDH/CB embrionou outros Centros de Defesa como em Bom Jesus das Selvas e em Santa Luzia e até um bairro lá chamado Nova Conquista. Eu como advogado do Centro destaco as ações de danos morais, onde o trabalhador encontrava com o seu explorador na frente do juiz para reivindicar seus direitos, um momento histórico para o trabalhador.⁸⁶⁷

O debate dos componentes da mesa revelou-se um momento de falas emocionadas de trabalhadores e defensores e militantes dos direitos humanos, a exemplo da fala do trabalhador Miguel Cavalcante Alexandre, sobrevivente do trabalho escravo contemporâneo, da qual extraímos apenas um excerto: “se não fosse o Centro de Defesa não tinha como eu receber os meus direitos, meus direitos é a minha vida”.⁸⁶⁸ Também contundente foi a fala de um outro trabalhador que compôs a mesa de debate, ao falar da atuação do CDVDH/CB durante o seu resgate do trabalho escravo: “fui resgatado pelo Centro de Defesa daqui de Açailândia. Quando a gente vê alguém passando pelo que a gente passou temos que nos unir e denunciar porque só assim podemos combater o trabalho escravo”,⁸⁶⁹ afirmou de forma emocionante o trabalhador rural Marinaldo Soares Santos, um sobrevivente resgatado da senzala contemporânea, ganhador do Prêmio Direitos Humanos da Presidência da República na categoria Combate ao Trabalho Escravo 2016.

A foto seguinte traz a participação do trabalhador rural Miguel Cavalcante Alexandre durante o evento comemorativo dos vinte anos do CDVDH/CB ao lado da atual secretária executiva da organização, Fabrícia Carvalho da Silva. Segundo a equipe jurídica⁸⁷⁰

⁸⁶⁷FERREIRA FILHO, Antonio José. **Mesa Redonda – 20 anos e o CDVDH/CB**: contexto de Açailândia em 1996 e o nascimento de um sonho de lutas e resistência entre avanços e desafios da caminhada. Açailândia, 19. nov., 2016.

⁸⁶⁸ALEXANDRE, Miguel Cavalcante. **Mesa Redonda – 20 anos e o CDVDH/CB**: contexto de Açailândia em 1996 e o nascimento de um sonho de lutas e resistência entre avanços e desafios da caminhada. Açailândia, 19. nov., 2016. Para mais informações a este respeito, vide MENDES, José Vágner Mesquita. **Assistência judiciária gratuita**: a experiência do Projeto Balcão de Direitos do CDVDH/CB. 2011. 68 f. Monografia [Curso Bacharelado em Direito] – Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão, Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão – UNISULMA, Imperatriz, 2011. / FILHO, Antônio; MASSON, Nonato; COSTA, Reynaldo. [Orgs.]. **Atlas político-jurídico do trabalho escravo contemporâneo no Estado do Maranhão**. Imperatriz: Ética, CDVDH, 2011.

⁸⁶⁹SANTOS, Marinaldo Soares. **Mesa Redonda 2 Enfrentamento do trabalho escravo contemporâneo na Amazônia Maranhense**: avanços e desafios nos últimos 10 anos, Açailândia, 19. nov., 2016.

⁸⁷⁰A respeito da atuação jurídica do CDVDH/CB, vide: MENDES, José Vágner Mesquita. **Assistência judiciária gratuita**: a experiência do Projeto Balcão de direito do CDVDH/CB. 2011. 68 f. Monografia [Curso Bacharelado em Direito] – Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão, Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão – UNISULMA, Imperatriz, 2011. / FILHO, Antônio; MASSON, Nonato; COSTA, Reynaldo. [Orgs.]. **Atlas**

da instituição, este trabalhador foi resgatado da escravidão contemporânea em 2012, na fazenda Pôr do Sol, localizada no município maranhense de Bom Jardim, cujo proprietário é o juiz Marcelo Testa Baldochi,⁸⁷¹ da 4ª Vara Cível de Imperatriz/MA.

Foto 34: *De Escravizado a Militante*. Participação de Miguel Cavalcante nos 20 anos do CDVDH/CB.

Fonte: Acervo CDVDH/CB, 2016.

A segunda mesa redonda, cujo mote do debate trouxe em tela o “*Enfrentamento ao Trabalho Escravo na Amazônia Maranhense: Avanços e desafios dos últimos 10 anos*” contou

político-jurídico do trabalho escravo contemporâneo no Estado do Maranhão. Imperatriz: Ética, CDVDH, 2011.

⁸⁷¹O juiz Marcelo Testa Baldochi é um personagem controverso da magistratura maranhense, por envolver-se em inúmeras polêmicas, que vão desde abusos de poder ao trabalho escravo contemporâneo. Em 2007, a fiscalização do Grupo Movél do Ministério Público do Trabalho flagrou na Fazenda Pôr do Sol, de propriedade do magistrado, localizada no município de Bom Jardim/MA, 25 trabalhadores/as escravizados/as originários dos municípios maranhenses de Alto Alegre do Maranhão, Buriticupu e Codó. Dos trabalhadores rurais encontrados, destacamos a presença de um, adolescente de 15 anos, não-alfabetizado, que após três meses de trabalho no roço de juquirá receberam apenas R\$ 10,00 conforme expresso em cópias de processos e nos documentos encontrados no arquivo do CDVDH/CB, que descrevem as condições de alojamento e alimentação, sobre a qual um dos trabalhadores resgatados informa no relatório de fiscalização “a gente bebia água de tambor, onde até o cachorro bebia. O banho era no açude onde existia só lama. O ‘gato’, responsável pela fazenda, ia deixar a comida da gente dentro do mato, [...] era arroz com pimenta”. As muitas ameaças de morte sofridas por estes trabalhadores levaram-os à fuga, em que tiveram de andar mais 40 km até chegarem a pista, ao chegarem em Açailândia, fizeram a denúncia junto a assistência jurídica do CDVDH/CB, que formalizou e encaminhou aos órgãos competentes para realizarem a fiscalização e o resgate dos trabalhadores, como assim se fizeram. Vale destacar, que o magistrado a quem muitos trabalhadores chamam na região de o juiz-fazendeiro, empedrou uma ação pela procedência de ação anulatória da fiscalização realizada, com argumento de que os fiscais do trabalho agiram de má fé. O CDVDH/CB, protocolou uma reparação de dano moral individual de 6 trabalhadores. Ao final da ação, o juiz Baldochi foi condenado a indenizar todos/as os/as trabalhadores/as resgatados/as, por reparação pecuniária por dano moral e trabalhista. Mas até o presente momento, não havia realizado o pagamento os interessados/as.

com a participação do coordenador da Campanha Nacional da Comissão Pastoral da Terra – CPT “De Olho Aberto para não Virar Escravo” Frei Jean Marie Xavier Plassat; representantes do Ministério Público do Trabalho e da Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão; o ex-presidente da instituição e professor da Universidade Federal do Maranhão – UFMA Witembergue Gomes Zapparoli; o coordenador das atividades socioculturais do Centro e diretor do espetáculo *Centro 20 anos*, Xico Cruz; a representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – SINAIT, Patrícia Trindade Maranhão Costa; o Secretário Adjunto da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão – SEDIHPOP, Jonata Galvão; representante do Ministério Público do Trabalho do Maranhão – MPT/MA, Ítalo Ígo Ferreira Rodrigues; o representante do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão – TRT/MA, juiz Carlos Eduardo Evangelista Batista dos Santos; o pesquisador Fagno da Silva Soares e os trabalhadores rurais, Marinaldo Soares Santos e Gildásio Silva, sobreviventes do trabalho escravo contemporâneo.

Foto 35: *Enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo nos últimos anos. Mesa redonda II.*

Fonte: Acervo CDVDH/CB, 2016.

Durante essa mesa houve diversos depoimentos emocionantes, como o relato de Marinaldo Soares Santos, sobrevivente do trabalho escravo contemporâneo: “Eu fui resgatado pelo Centro de Defesa, unidos nós poderemos ajudar muitas pessoas para que não passem o que

eu passei. O Centro ainda terá muitas lutas e com muitas vitórias”.⁸⁷² Trabalhador rural e pescador, Marinaldo Soares Santos é casado, 44 anos, pai de três filhos/as conhecido como Negão, vítima do crime de trabalho escravo contemporâneo por três vezes entre 2009 e 2010; foi escravizado na Fazenda Terra Roxa, localizada no município de Marabá/PA, de onde foram resgatados 18 trabalhadores escravizados. Foi atendido e acompanhado pelo CDVDH/CB e tornou-se militante na defesa dos trabalhadores[as] e suas famílias em situação de vulnerabilidade social, contribuindo com práticas de prevenção e denúncia contra a escravização contemporânea na região do Vale do Pindaré/MA, mormente nos municípios maranhenses de Monção e Pindaré Mirim. Marinaldo Soares também atua como produtor cultural do grupo Boi Lameiro Grande de Monção que possui aproximadamente 330 brincantes de bumba-meu-boi, realiza apresentações em alguns municípios da microrregião da Baixada Maranhense, porção norte do Estado do Maranhão.

Nos últimos anos, enquanto liderança local, tem atuado na luta pela efetivação dos direitos trabalhistas, no combate ao tráfico humano e trabalho escravo em sua região, com especial atenção à comunidade que pertence, tendo exercido um importante papel de interlocutor local e regional junto ao CDVDH/CB, tornando-se uma referência na luta contra o trabalho escravo contemporâneo, o que lhe rendeu prêmio durante a 22ª Edição do Prêmio Direitos Humanos 2016 na categoria Combate e Erradicação ao Trabalho Escravo. Esta premiação é considerada a mais alta condecoração brasileira para instituições e pessoas de reconhecida atuação na defesa, enfrentamento e combate às violações dos direitos humanos no Brasil, com vista a gerar visibilidade e ampliação da sensibilização social à causa dos defensores dos direitos humanos, compreendendo-na como estratégia na luta contra a opressão e no enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil. Faz-se fundamentalmente oportuno trazer abaixo um excerto com uma breve descrição feita pelo CDVDH/CB sobre o trabalhador Marinaldo quanto a candidatura ao prêmio.

Sonhando em poder melhorar as condições de vida da família acreditou em promessas enganosas, e terminou em condições degradantes de trabalho, em barracões de lona e passando fome e sede, submetido a jornadas exaustivas, servidão por dívidas, mas conseguiu libertação para si e seus colegas, foi resgatado do trabalho escravo em fazendas no Maranhão e no Pará em 2009 e 2010, e após resolução dos casos e recebimento dos direitos por danos morais individuais, assumiu o compromisso de estar sempre alerta a lutar por seus direitos e de seus companheiros [...] Como também ajudou trabalhadores da cidade a resolverem conflitos de irregularidades trabalhistas. Nosso objetivo em indicar o trabalhador Marinaldo é reforçar o interesse dele nesse

⁸⁷²SANTOS, Marinaldo Soares. **Mesa Redonda 2 Enfrentamento do trabalho escravo contemporâneo na Amazônia Maranhense: avanços e desafios nos últimos 10 anos**, Açailândia, 19. nov. 2016.

compromisso para com ele e os/as companheiros/as, demonstrando que os trabalhadores/as são guerreiros/as e que somam com as instituições públicas e sociedade civil no combate ao trabalho escravo, assim como vai servir para atrair maior intervenção das mesmas em incentivar a superação e participação dos trabalhadores/as em todas as políticas de enfrentamento ao trabalho escravo.⁸⁷³

Em uma breve conversa informal que tivemos com Marinaldo Santos nas dependências do CDVDH/CB, no dia 13 de dezembro de 2016, na véspera do recebimento do Prêmio Nacional de Direitos Humanos 2016, relatou-nos que foi resgatado de uma fazenda no Pará, que havia caído na clássica armadilha das falsas promessas de trabalho, foram dois meses de trabalho sem nada, bebendo água suja, passando fome e dormindo em barracos de lona no meio da mata. Narrou, em poucas palavras, que dois de seus amigos, ao saírem da fazenda, buscaram ajuda junto ao CDVDH/CB, que os acolheu, encaminhou a denúncia, e acompanharam o resgate dos trabalhadores. E antes que nós o parabenizássemos, ele fez relevo à contribuição do Centro de Defesa a sua vida e de seus amigos e familiares, atribuindo importância ao reconhecimento da atuação da instituição, com a qual segundo ele, tem aprendido muito, e também por isso de beneficiário tornou-se um defensor dos direitos humanos, é uma liderança nos municípios maranhenses de Pindaré Mirim e Monção. Horas antes de nossa conversa e cumprimentos, Marinaldo esteve na companhia do coordenador de atividades socioculturais do CDVDH/CB, Xico Cruz, este diálogo foi transcrito da seguinte forma:

Em uma manhã banhada de chuva se deu nosso diálogo florido de anedotas, gargalhadas e reflexões. Considero que se houvesse uma ‘dose’ também beberíamos, para brindar a vida e a chuva que há três dias regava sua roça. “A chuva é vida”, disse ele. Marinaldo Soares Santos, 44 anos, aprendeu com o pai a contar “braças de terras” e tendo esse saber, sentia-se incomodado quando percebia que seus companheiros eram enganados pelos empregadores. “Às vezes eu chegava e perguntava: - Rapaz tu roçou quantas braças de terra? E o cara dizia: umas 50 braças. Eu olhava para a terra limpa e na verdade ele tinha roçado mais de 100, mas não sabia. Às vezes a gente tinha até medo de explicar pra eles”. Medo do patrão? Perguntei atento. “Isso mesmo e de ser até morto pelo patrão”, respondeu pensativo. Estar diante de um homem como Marinaldo, que passou por doze fazendas e em quase todas foi submetido às condições desumanas, chegando a ser resgatado três vezes da escravidão, ouvi-lo e olhar em seus olhos, é sentir na alma o reboço de nossas fraquezas diante de pequenos problemas e perceber-se ingrato perante à vida. Na fazenda Barbosa ele escutou quando Firmino, dono da Fazenda, falou para o cozinheiro salgar a comida. “Ele mandava salgar a comida, para a gente beber muita água, a gente comia só arroz branco com ovo, o ovo era cozido de manhã, quando a gente ia comer meio dia já tava roxo, e era um pra cada. Quando dava três da tarde eu estava me tremendo de fome”. Na fazenda Terra Roxa Marinaldo também lembra um fato sobre a comida. “De longe eu vi Maria mexendo umas coisas com o pé, cheguei bem perto e vi que ela estava espalhando o feijão com o pé, perguntei - Maria porque você está mexendo nossa comida com o pé? Ela respondeu que o pé dela era mais limpo do que aquele feijão e disse que tava

⁸⁷³CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. **Candidatura de Marinaldo Soares Santos ao 22ª Edição do Prêmio Direitos Humanos 2016**. Açailândia: 2016.

espalhando com o pé porque tava com nojo de usar a mão, quando olhei pro feijão não tinha mais massa, era só as cascas e os bichos, aqueles tapurus”.⁸⁷⁴

Ainda sobre o diálogo travado entre o sobrevivente da escravidão contemporânea, Marinaldo Santos, e Xico Cruz, este último descreve o trabalhador como “esperançoso, contemplativo e de sorriso largo. Ele permanecia na fazenda, enquanto os companheiros saíam para denunciar. Ficar na fazenda era também uma forma de proteger os amigos”,⁸⁷⁵ julgamos pertinaz a descrição narrativa a seguir, que trata das memórias de cativo, do trabalhador, que mesmo sob ameaças manteve-se resiliente, crente que havia outros caminhos para se fazer justiça.

De todas as fazendas que enfrentou, a Barbosa foi a que mais lhes deixou marcas, que ele expõe com tristeza, mas vez em quando não resiste a uma boa gargalhada. É nessa hora que percebo a força desse grande homem e sua gratidão pela vida. Ao lembrar-se de um fato sobre um rapaz que havia sido açoitado com uma vara pelo patrão, reforça-se o quanto há de senso de justiça dentro de seu Marinaldo. Ele enfrentou o carrasco. “Falei para ele, Seu Firmino não bata no rapaz não, se o senhor não quer mais os serviços dele, se não tá gostando dos serviços dele, manda ele ir embora, mas o senhor não pode bater nele não”. O rapaz foi embora da fazenda sem receber o pagamento, foi embora pegando carona e vendeu a capivara que criava de estimação, conta seu Marinaldo. Firmino além de escravocrata era traficante, tinha em suas terras plantação de maconha, abusava sexualmente de crianças e adolescentes, especificamente meninos, e tinha porte ilegal de armas. Ameaçava os trabalhadores, torturava, jurava de morte e os mantinha em suas terras alegando dívidas, além de serem obrigados ao trabalho forçado e sem direito a receber pagamento. Ele dizia para nós: “essa arma aqui é para dar tiro no joelho de peão, pra secar a baba, pra ver como é que anda”. Mesmo tendo consciência de toda crueldade desse típico coronel, Marinaldo, que parece carregar consigo o próprio machado de Xangô, não lhe desejava a morte “se matasse ele, estaria perdendo nosso direto”. O machado da Justiça conduzia suas mãos, seus pensamentos e por muitas vezes lhe deu forças para enfrentar o ódio e mais ainda, aconselhar com sabedoria o covarde patrão que ameaçou de morte os trabalhadores por ter ficado sabendo que alguns queriam lhe denunciar. “O senhor não pode sair por aí dizendo, ameaçando as pessoas de morte, sem saber a verdade, primeiro o senhor tem que perguntar para elas” [...]. Marinaldo é um homem destemido e protetor. Certa vez disse ao patrão: “não faça nada com nenhum dos meus parentes, é melhor me matar, porque se não...”. Os recados eram sempre claros e diretos e os fazendeiros de alguma forma temiam-no. Sobre o feijão com bichos chegou a chamar o patrão de porco e este, apesar de ter se estremecido de ódio, nada tentou contra a vida de Marinaldo.⁸⁷⁶

Quando de sua volta de Brasília e com o prêmio em mãos, foi enfático ao repetir as mesmas palavras que proferiu no momento do recebimento da honraria: “o prêmio é meu porque foi eu que fui lá e recebi, mas sinto que é nosso”.⁸⁷⁷ Segue na fotografia a seguir o momento da entrega do prêmio ao trabalhador Marinaldo Soares.

⁸⁷⁴SANTOS, Marinaldo Soares. Entrevista concedida a Xico Cruz. Açailândia. 13. dez., 2016.

⁸⁷⁵SANTOS, 2016.

⁸⁷⁶SANTOS, 2016.

⁸⁷⁷Durante diálogo informal com Fagno Soares nas dependências do CDVDH/CB, no dia 14 de dezembro de 2016.

Foto 36: *Prêmio Nacional de Direitos Humanos 2016. Trabalhador Marinaldo Soares.*

Fonte: Acervo CDVDH/CB, 2016.

Retomemos, para fins de fechamento, as atividades de encerramento da comemoração dos vinte anos do CDVDH/CB que ocorreu durante uma celebração ecumênica, também alusiva às comemorações do Dia da Consciência Negra em 20 de novembro, com a presença de representantes de diferentes religiões. Suas contribuições versaram num sentido da busca pela coesão e unidade em face ao respeito à diversidade e a diferença, que para além do tolerar, é preciso respeitar, no sentido mais genuíno, afirmaram os representantes religiosos presentes na celebração como: o pastor Rogério Apolinário da Igreja Descendentes de uma Herança; os padres combonianos Dário Bossi e Massimo Ramundo da Paróquia Santa Luzia de Piquiá; a yalorixá cingana Zazuléia D'Oxum e Tiago D'Ogum Xoroquê do Centro Espiritualista Filhos do Oriente Maior – Senzala dos Negros e Gorete Gerônimo do Centro Espírita Amor e Caridade de Açailândia. Assim a realização desta celebração, que contou com a presença de representantes de diferentes grupos religiosos, também possibilitou o estabelecimento de um diálogo inter-religioso, um momento de busca fraterna pelo respeito e cooperação mútuas, com vistas à superação das divergências religiosas, culturais e também históricas no contexto local, sob uma perspectiva macro ecumênica, uma vez que possibilitou a aproximação para além de religiões cristãs, como propõe o termo ecumenismo em suas aplicações primeiras quando da apropriação do credo niceno-constantinopolitano, enquanto declaração de fé cristã, que comunga as igrejas cristãs como a católica, anglicana, ortodoxas, e por um grande número de denominações protestantes.

Foto 37: *Todos contra a escravidão. Celebração Ecumênica.*

Fonte: Acervo CDVDH/CB, 2016. Da esquerda para a direita, o pastor Rogério Apolinário, o padre Massimo Ramundo, a yalorixá Zazuléia D'Oxum, Gorete Gerônimo, Tiago D'Ogum Xoroquê e o padre comboniano Dário Bossi.

Atualmente, a entidade possui reconhecimento junto a órgãos e entidades nacionais e internacionais de proteção aos direitos humanos, o que segundo Leonardo Sakamoto, “a luta contra a escravidão contemporânea em uma pequena cidade maranhense ajudou a transformar o Estado, a Amazônia Oriental – e a conectar Açailândia na luta global por justiça e trabalho digno”.⁸⁷⁸ Para o jornalista e defensor dos direitos humanos, o CDVDH/CB é uma referência na defesa à vida e os direitos humanos, ao enfatizar que a entidade

ajudou a transformar não apenas o Maranhão, mas a Amazônia Oriental nas suas duas décadas de existência. Seja no combate à escravidão contemporânea, no desenvolvimento do protagonismo de jovens através da arte, na mobilização comunitária em busca de direitos ou no atendimento jurídico gratuito [...] CDVDH/CB realiza diariamente um milagre. Milagre, palavra que me faltou há pouco – que eu – que não creio – reluto em escrever – mas que cabe perfeitamente aqui. Hoje aos vinte anos, o Centro é outro – mais estruturado, mais profissional, com maior capacidade de fazer frente aos desafios que virão. Com uma história que os orgulha e os fortalece [...] Segue insistindo em mudar o mundo, a partir do oeste do Maranhão.⁸⁷⁹

Segundo dados fornecidos pela Atendimento Psicossocial do CDVDH/CB,⁸⁸⁰ somente no ano de 2016 foram realizados 658 atendimentos psicossociais em que foram realizados escutas e acolhimentos dos casos, encaminhamento institucional de denúncias,

⁸⁷⁸SAKAMOTO, Leonardo. Como mudar o mundo a partir de Açailândia. **Brasil de Direitos**, 10 anos do Fundo Brasil de Direitos Humanos, dez., 2016, pp. 22-25.

⁸⁷⁹Ibid., 2016, pp. 22-25.

⁸⁸⁰Informações colhidas durante pesquisas de campo junto ao acervo documental do CDVDH/CB.

visitas domiciliares, orientações, consultas e monitoriamentos processuais. Foram registradas 12 denúncias de trabalho escravo com a presença de 73 trabalhadores[as] citados, destes 21 foram resgatados[as]. Soma-se a isto, o desenvolvimento e execução de sete projetos socioculturais com apoios financeiros nacionais e internacionais que beneficiaram 5.921 em atividade de formação, 1.161 em atividades de atendimentos psicossocial, 301 no atendimento da assessoria jurídica e 10.542 em atividade culturais, totalizando 17.925 beneficiários[as] oriundos de diversos estados da federação. Ademais, a instituição tem realizado a sistematização e atualização do cadastro socioeconômico dos trabalhadores vítimas do trabalho escravo para acompanhamento. Ao consultar seu organograma, vemos sua formação a partir dos Conselhos Diretor e Fiscal, ambos formados por três sócios da instituição, sendo que ao primeiro conselho cabe a escolha do/a presidente/a do CDVDH/CB. A Equipe Executiva por sua vez é formada pela Secretária Executiva, Secretária Administrativa, Coordenação da Assessoria Psicossocial, Coordenação da Assessoria Jurídica, Assessoria de Comunicação, Coordenação das Atividades Socioculturais, Coordenação do Centro Comunitário da Vila Ildemar, Coordenação do Centro Comunitário Vila Bom Jardim, Coordenação da Captação de Recursos, Coordenação da Formação Cidadã, educador de capoeira, educador de dança, advogados, auxiliar administrativo, assistente social e psicólogo.

Esses apontamentos supracitados sinalizam, portanto, que desde sua fundação, o CDVDH/CB tem como mote de atuação a intervenção social integrada, sobre a qual se desdobra em três eixos principais inteligidos anteriormente pormenorizados, a saber: a prevenção, a repressão e a inserção. No conjunto de suas ações de combate as violações dos direitos humanos com vistas à quebra do ciclo do trabalho escravo contemporâneo, sobretudo nas comunidades em situação de vulnerabilidade social, sobrelevar-se a formação de agentes comunitários protagonistas e ao emponderamento dos[as] trabalhadores[as] resgatados[as]; objetivando que sejam capazes de atuar na transformação social de suas respectivas comunidades e até mesmo, de modo propositivo, dentro da própria entidade em atividades de conscientização popular, formação cidadã, mobilização sociocultural e na capacitação profissional, ou ocupando inclusive, coordenações dentre outras atividades de emancipação social da organização.

3.3 A geografia do tempo, a história do espaço: territorialidades migratórias.

Os tempos se encontram, desencontram e se abraçam, se arranham, se enlaçam abrigando a torrente do heterogêneo existir. O espaço é

*testemunha dos tempos complexos e banais que se aproximam, se definem, se afetam, se alinham nas fronteiras relacionais. Os tempos se animam, ou afastam seus frontais, se encaixam, desencaixam, se alastram pelo mundo transpassando todos os portais. São, os espaços, descontínuos, seus regaços, nada formais, em figuras que se alargam se esfregam, se embargam sob formas desiguais.*⁸⁸¹

Luiz Carlos Flávio, *Geografia em poesias*, 2008.

*Corrente de migração, eu escutei o clamor! Corrente em oração, eu escutei o clamor! Corrente de liberdade, eu escutei o clamor! De paz e fraternidade, eu escutei o clamor! [...] Migrar forçado, jamais! Trabalho escravo, não mais.*⁸⁸²

Dom Pedro Brito Guimarães, *Um grito pela vida*, 2011.

As epígrafes supracitadas são o esteio sobre o qual fazemos as digressões finais ao longo desta terceira sessão do derradeiro capítulo/estação da tese, evocando a inextrincável relação entre o tempo e o espaço para o nosso objeto de estudo, que se vê reverberado nas territorialidades migratórias constituídas por nossos sujeitos geográficos. Na primeira temos, pois, introitos versegados e abreviados de uma geografia do tempo e uma história do espaço, seguido por um excerto de uma música em forma de litania,⁸⁸³ que evoca o clamor por uma corrente de libertação do ciclo da migração forçada e do trabalho escravo. Neste sentido, destacamos as contribuições expressas na noção conceitual de territórios de mobilidade na obra *Les territoires de la mobilité: migration et communautés transnationales entre le Mexique et les États-Unis*⁸⁸⁴ do geógrafo francês Laurent Faret ao propor a junção dos conceitos de território e migração suturada por Sara María Lara Flores⁸⁸⁵ e reapropriada ao caso brasileiro

⁸⁸¹FLÁVIO, Luiz Carlos. Tempos e espaços. In.: FLÁVIO, Luiz Carlos. **Geografia em poesias**: tempos, espaços, pensamentos. Francisco Beltrão: Grafisul, 2008, p. 17.

⁸⁸²GUIRAMÃES, Dom Pedro Brito. **Litania da Romaria**. In.: Um grito pela vida. Mutirão contra o trabalho escravo. Rio de Janeiro, Paulus, 2011, CD, faixa 2. 5: 12.

⁸⁸³O termo tem origem greco-latina, refere-se a um tipo de oração ou súplica cristã, também denominada de ladainha, são preces intercessórias breves, orquestradas entre as invocações do oficiante a com a responsiva de clamor do povo, capaz de produzir um efeito pitônico na prática litúrgica congregacional. Portanto, as litânias são súplicas, que se traduzem anseios e necessidades de um grupo de pessoas reunidas com um propósito em comum.

⁸⁸⁴FARET, Laurent. **Les territoires de la mobilité**: migration et communautés transnationales entre le Mexique et les États-Unis. Paris CNRS Ed., 2003. / FARET, Laurent. *Mobilité spatiale et territorialité: de la diversité de formes de construction du rapport aux lieux*. **Séminaire Prisma**, Toulouse, 10-11 maio, 2001.

⁸⁸⁵FLORES, Sara María Lara. Control del espacio y territorialidad en las migraciones rurales. In.: **Dilemas de la migración en la sociedad postindustrial**: Porrúa-UAEM-UAM/Iz. Ciudad del México: Miguel Ángel Porrúa/UAM-Iztapalapa/UAEM, 2008. / FLORES, Sara María Lara. **Migraciones de trabajo y movilidad territorial**. Ciudad del México: Miguel Ángel Porrúa, 2010. / FLORES, Sara María Lara. *Circulación territorial y encadenamientos migratorios de los jornaleros agrícolas en el Noroeste del México*. **Teoria e pesquisa**, n. 49, p. 13-34, jul./dez. 2006.

na forma de territórios migratórios pela socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva.⁸⁸⁶ Posteriormente desenvolvida na noção de territorialidades migratórias na tese *Territorialidades e Redes de Migração Maranhense nos Canaviais Paulistas*⁸⁸⁷ de André Eduardo Ribeiro. Ademais, consideramos o contributo das reflexões de Beatriz Medeiros de Melo,⁸⁸⁸ nos estudos de mestrado e doutorado, sob a orientação da pesquisadora Maria Aparecida de Moraes Silva. De posse da leitura destas obras e reflexões, nos foi possível identificar o adensamento conceitual da junção dos termos território e migração até chegarmos à expressão territorialidades migratórias passando pelas noções de territórios de mobilidade e territórios migratórios, cujo refinamento teórico caminha no sentido de expressar os processos de apropriação territorial no esteio da migração experimentada nas diferentes perspectivas do fazer socioespacial do *homo geographicus*.⁸⁸⁹ Desta forma, o território exsurge como categoria analítica dos estudos geográficos intensificado pela busca da compreensão dos processos de [re]produção de espaços enquanto palco dos enredos e conflitualidades sociais, como nos aponta Milton Santos, para quem a

Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar.⁸⁹⁰

⁸⁸⁶MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. **Cadernos CERU**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 165-180, junho, 2008.

⁸⁸⁷DA SILVA, André Eduardo Ribeiro. **Territorialidades e redes da migração maranhense nos canaviais paulistas**. 2012. 262p. Tese [Doutorado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012. Ver a respeito, dentre outros, sobre a política de reorganização territorial no Maranhão FERREIRA, Antônio José de Araújo. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 2008. 269p. Tese [Doutorado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

⁸⁸⁸A respeito das práticas dos fluxos migratórios e das práticas de resistência dos trabalhadores/as rurais nordestinos/as nos canaviais no interior do Estado de São Paulo, encontramos debate em MELO, Beatriz. Medeiros de. **História e memória na contramão da expansão canavieira**: um estudo das formas e resistências dos sitiantes do extremo noroeste paulista. 463p. Tese. [Doutorado em Sociologia] Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: 2013. / MELO, Beatriz. Medeiros de. **Migração, memória e território**: o trabalhador rural nordestino na Ibaté paulista. 221p. Dissertação. [Mestrado em Geografia] Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente. Universidade do Estado do São Paulo, Presidente Prudente: 2007.

⁸⁸⁹SACK, Robert David. **Homo geographicus**: a framework for action, awareness, and moral concern. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.

⁸⁹⁰SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In.: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha Koiffmann; SILVA, Carlos Alberto Franco da; et alii. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002, p. 09.

Desta forma, é no bojo das relações sociais que os sujeitos [re]produzem permanentemente seus próprios territórios em face de suas conflitualidades, como nos ensina Haesbaert, a “sociedade e espaço são dimensões gêmeas. Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, territorial”.⁸⁹¹ Contudo, para entendimento do contexto geográfico é preciso, segundo Saquet, “buscar no passado, a compreensão do território atual”⁸⁹² para compreender os processos de apropriação do espaço em suas diferentes territorializações. Assim, ao analisar a cartografia dos territórios migratórios forjados pelos trabalhadores maranhenses na *migração permanentemente temporária* aos canaviais paulistas, a autora Moraes Silva defende que os territórios migratórios são processos sociais contraditórios e historicamente espacializados, forjadores de marcas identitárias constituídas nas relações entre os espaços de origem e os espaços de destino, como constatamos em nossa pesquisa, os espaços de destino são em geral isolados e permanentemente vigiados. É sabido que entre as idas e vindas é que se constituem o fortalecimento das redes pessoais e coletivas, que por sua vez, constroem as territorialidades migratórias. Deste modo, o antes, o durante e o depois dos deslocamentos ocorrem em geral, no esteio de um amplo conjunto de relações socioespaciais fundamentadas nas redes de compartilhamento de informações, alicerçando e configurando, a experiência migratória⁸⁹³ que engloba diferentes agentes sociais, a exemplo de parentes, compadres, vizinhos, amigos dentre outros provedores de informações e apoio.

Muito embora os espaços de origem e os de destino estejam geograficamente separados, são coadunados pela dinâmica das redes e práticas sociais, ganhando novas significações e rearticulações possíveis. Destarte, territórios migratórios, nos termos da pesquisadora Maria Aparecida de Moraes Silva, são a união entre espaços e tempos, relação espaciotemporal, ao sublinhar que:

[...] Quando os narradores se acham separados e, ao contrário, se separam quando os narradores se unem. Essa é a dialética dos territórios migratórios [...] São eternos caminhantes, cujas vidas transitam por diferentes espaços, sem se fixarem em nenhum deles [...] As novas dinâmicas produzidas demonstram que se trata de uma unidade contraditória, marcada por muitas rupturas, perdas, doenças, mortes e também pela produção de novas representações sociais, novos sentidos, novas estratégias, originados do campo simbólico e imaginário. Todos os projetos de vida, tanto dos

⁸⁹¹HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade**. 7.^a ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 20.

⁸⁹²SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e dos territórios da colonização italiana: o desenvolvimento da Colônia Silveira Martins/RS**, Porto Alegre: Ed. EST, 2003, p.21.

⁸⁹³DA SILVA, André Eduardo Ribeiro. **Territorialidades e redes da migração maranhense para o trabalho escravo nos canaviais paulistas**. Curitiba: CRV, 2016.

que ficam como dos que partem, assentam-se sobre o desejo de retorno definitivo para o lugar de origem.⁸⁹⁴

No enlevo das considerações da autora nos foi possível identificar alguns elementos que denotam a existência de redes de informação e da construção dos territórios migratórios em entrevista realizada com um de nossos narradores, o trabalhador rural Josimo⁸⁹⁵, ao expressar que “eu só fui porque um amigo foi que ajuntamento [...] vivendo no trecho, eu dormia sobressaltado, tinha noites que acordava e não sabia se estava em casa ou no Parazão [...] vi gente quase morta de doente, isso aumentava minha vontade de voltar”.⁸⁹⁶ O registro oral de nosso narrador sinaliza a importância de seu amigo no compartilhamento de informações para efetivação do processo migratório. Notamos ainda uma confiabilidade quando ele acrescenta que “o meu amigo não tem culpa, o meu patrão que é ganancioso, só pensa em ganhar dinheiro e por isso explora os trabalhadores [...] se eu não arranjar emprego aqui, vou ter vir pro Parazão de novo”.⁸⁹⁷ Cabe ressaltar ainda elementos como a confiabilidade, a reciprocidade, a solidariedade entre os atores migrantes, bem como a importância da circulação das informações durante os processos migratórios, das redes sociais que já existem constituídas pelos laços de parentesco, compadrio, conterraneidade, ocupacionais e afetivos configurando-se em muitos casos em redes migratórias.⁸⁹⁸ Sublinhamos ainda que, no caso de nossos sujeitos geográficos, o processo migratório se desenha a partir de pequenos grupos de trabalhadores, em alguns casos, sozinho – embora o indivíduo nunca migra sozinho, pois sua ação é resultante de um movimento que os transcende. Afinal, “não são os indivíduos que emigram, mas sim a rede”.⁸⁹⁹ Do conjunto desta e de outras experiências migratórias para além de suas temporalidades e espacialidades que nos foram relatadas percebe-se com certa nitidez os processos de fiação social na urdidura e trama que os fios, laços, linhas, nós e redes destes trabalhadores entrecruzam-se cotidianamente, corroborando de modo decisivo a construção e [re]criação de territorialidades migratórias.

⁸⁹⁴Citação presente em dois artigos, MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Vidas transitórias: entre os cocais maranhenses e os canaviais paulistas. **Revista da ANPEGE**, [S.l.], v. 7, n. 1, número especial, out. 2011, pp. 174-177. / MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. **Cadernos CERU**, [S.l.], v. 19, n. 1, junho, 2008, pp. 177-179.

⁸⁹⁵Cognome por nós atribuído ao trabalhador, homenageando ao coordenador da Comissão Pastoral da Terra – CPT no Bico do Papagaio, Pe. Josimo Moraes Tavares, assassinado em 10 de maio de 1986, no município de Imperatriz/MA, tornou-se símbolo de luta na defesa dos direitos de trabalhadores rurais nos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins. Sobre sua vida, morte e legado, vide LE BRETON, Binka. **Todos sabiam**: a morte anunciada de Padre Josimo. São Paulo: Edições Loyola, 2000. ALDIGHIERI, Mário. **Josimo**: a terra, a vida São Paulo: Loyola, 1993.

⁸⁹⁶JOSIMO. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 10. jul., 2015.

⁸⁹⁷JOSIMO, 2015.

⁸⁹⁸TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social: Revista de Sociologia**, v. 20, n. 1, 2008, pp. 199-218.

⁸⁹⁹TILLY, Charles. Transplanted networks. In.: YANS-MCLAUGHLIN, Virginia [Org.]. **Immigration reconsidered**: history, sociology and politics. Oxford, Oxford University Press, 1990, pp. 79-95.

Nesta e noutras narrativas tem sido comum o uso do termo Parazão ao fazer referência ao Estado do Pará em sua abundante riqueza natural e dimensões territoriais, configurado como a segunda maior extensão territorial dentre as 27 unidades federativas do Brasil, sendo maior inclusive do que a Região Sudeste composta por quatro estados. Somente a título de exemplificação de quão oportuna é a cognomização dada pelos trabalhadores, no mundo somente onze países são territorialmente maiores que o Estado do Pará. De acordo com estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho – OIT em parceria com a Comissão Pastoral da Terra – CPT e Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, divulgados nos anos 2003 e 2015, apontaram o Estado do Pará como o líder do ranking do trabalho escravo contemporâneo; os dados revelam que 14% dos casos registrados no país, entre os anos 2008 e 2015, ocorreram em sua maior parte nos municípios paraenses de São Félix do Xingu, Marabá, Rondon do Pará, Novo Repartimento dentre outros, como revela a tabela abaixo.

Quadro 03: Municípios brasileiros com maior incidência de trabalho escravo no Brasil.

Nº	MUNICÍPIO	Nº DE CASOS	Nº TRABALHADORES
01	São Félix do Xingu/PA	129	882
02	Marabá/PA	86	575
03	Açailândia/MA	75	366
04	Rondon do Pará/PA	66	530
05	Novo Repartimento/PA	46	185
06	Goianésia/PA	44	554
07	Dom Eliseu/PA	43	380
08	Itupiranga/PA	43	342
09	Pacajá/PA	41	604
10	São Geraldo do Araguaia/PA	38	131
Total		611	4549

Fonte: CPT; MTE; Repórter Brasil, 2015.

Para Haesbaert “a rede nunca deve ser tomada como um “todo” homogêneo e ahistórico,⁹⁰⁰ é preciso mirar nas particularidades e, sobretudo, na historicidade do processo, a partir de uma análise geográfica. Diferentemente dos processos migratórios de maranhenses aos canaviais paulistas que se deslocam sazonalmente em grupos, e em alguns casos, famílias inteiras,⁹⁰¹ como nos informa o geógrafo André Eduardo, nossos atores geográficos migram em

⁹⁰⁰HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade. 7ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 296.

⁹⁰¹DA SILVA, André Eduardo Ribeiro. **Territorialidades e redes da migração maranhense para o trabalho escravo nos canaviais paulistas.** Curitiba: CRV, 2016.

pequenos grupos, arregimentados pelos gatos, são encaminhados para o trabalho nas fazendas onde chegam pelos contatos tecidos desde o seu território de origem. O gato também é parte deste processo, atua também como agente fomentador na troca de informações entre trabalhadores[as] em situação de vulnerabilidade social potenciais escravizados, operam com o intento de positivar condições de migração a estes trabalhadores.

Do conjunto da narrativa de Josimo, extraímos um excerto no qual é possível perceber a força que a rede exerce sob o indivíduo, afora o seu caráter cumulativo e condicionante, ao afirmar que “a minha coragem para ir trabalhar no Pará só veio mesmo porque já tivemos muitos amigos, até gente da minha família, que foi, sabia que não seria fácil, minha mãe e minha esposa não queriam, um amigo já tinha me falado do trabalho escravo”.⁹⁰² Desta narrativa ainda é possível perceber elementos de conflitualidade existentes na rede primária, ou seja, no contexto das relações familiares. Assim, fomos ao encontro da reflexão proposta por Saquet e Mondardo que toma a

migração como um processo social e em rede que, uma vez iniciado, torna-se cumulativo, mantido através das idas e vindas dos migrantes entre os territórios de origem e de destino. Esse movimento gera muitas relações e redes e é condicionado por elas. Compreendemos que, a partir da perspectiva geográfica aqui descrita, é necessário apreender e demonstrar as redes de interações, de complementaridades, de conflitualidades, de resistências e cooperações efetivadas e constantemente reconstruídas no cotidiano, durante as trajetórias e reterritorializações sustentadas por territórios reticulares. Assim, as estratégias migratórias e, sobretudo, as relações sociais [de apoio, de solidariedade e de estranhamento] produzem, na migração, as conexões, interações e sobreposições territoriais na construção do território em rede.⁹⁰³

Do universo de nossos pesquisados, concluímos que a maioria dos trabalhadores oriundos da Pré-Amazônia Maranhense escravizados no Pará já haviam passado por outras experiências migratórias; participaram ainda, de modo não consciente, de redes de recrutamento e aliciamento ao trabalho escravo, nas teias [re]tecidas pelos chamados gatos e capangas do latifundiário com suas falsas promessas de oportunidade de trabalho em longínquas matas para derrubada da cobertura vegetal no roço de juquira e outras atividade de lida na roça.

No contexto da territorialização das redes de relações, o que temos visto nas narrativas de nossos entrevistados é uma conflagrada migração forçada das territorialidades

⁹⁰²JOSIMO. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 10. jul., 2015.

⁹⁰³SAQUET, Marcos Aurelio; MONDARDO, Marcos Leandro. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. In.: **Revista NERA**. Presidente Prudente, n. 13, pp. 118-127, 2008, p. 127.

precárias,⁹⁰⁴ mormente as diversas formas de escravização em diferentes espaços da Amazônia, muito próximas da constatação feita por pesquisadores como Flávia Moura, José Carlos Aragão, André Eduardo Ribeiro e Fagno Soares que debruçaram-se na análise sociológica, histórica e geográfica da escravidão contemporânea no Maranhão⁹⁰⁵ – embora para este último não tenha como mote central a escravidão contemporânea em seu sentido *stricto sensu*. Assim compreendemos que o conjunto destas pesquisas perfaz um importante agrupado de contribuições reflexivas e permitem o avanço nos estudos da escravização contemporânea no Maranhão.

⁹⁰⁴DA SILVA, André Eduardo Ribeiro. **Territorialidades e redes da migração maranhense para o trabalho escravo nos canaviais paulistas**. Curitiba: CRV, 2016, p. 248.

⁹⁰⁵Trazemos aqui, um quadro amplo do conjunto das pesquisas cuja temática é o trabalho escravo contemporâneo no Maranhão, cabe registrarmos ainda que temos mantido relações de contato com estes pesquisadores e suas mais recentes atualizações. SILVA, José Carlos Aragão. **Conversa bonita: o trabalho escravo na agricultura contemporânea brasileira e o aliciamento de camponeses na Região dos Cocais, Maranhão**. Teresina, 2004. 163p. Dissertação [Mestrado em Políticas Públicas]. Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina: 2004. / SILVA, José Carlos Aragão. **Ser livre e ser escravo: memórias e identidades de trabalhadores maranhenses na região dos Cocais 1990-2007**. Brasília, 2009. 175p. Tese. [Doutorado em História Cultural]. Universidade de Brasília. Brasília: 2009. / SOARES, Fagno da Silva. **Escravidão do Carvão: historiando identidades e memórias em Açailândia-MA no tempo presente**. 2012. 300p. Dissertação. [Mestrado em História do Brasil], Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina: 2012. / SOUSA, Ubirajara do Pindaré Almeida. **A escravidão contemporânea na Amazônia maranhense: a questão dos direitos humanos na rota do capital**. 2004. 170p. Dissertação. [Mestrado em Políticas Públicas], Universidade Federal do Maranhão, São Luís: 2004. / DA SILVA, André Eduardo Ribeiro. **Territorialidades e redes da migração maranhense nos canaviais paulistas**. 2012. 262p. Tese [Doutorado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2012. / DA SILVA, André Eduardo Ribeiro. **Territorialidades e redes da migração maranhense para o trabalho escravo nos canaviais paulistas**. Curitiba: CRV, 2016. / RODRIGUES, Sávio José Dias. **Quem não tem é escravo de quem tem: migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo**. 2016. Fortaleza. 213p. Tese [Doutorado em Humana]. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: 2016, pp. 36-37. / PONTES, Sabrina Kelly. **Migrações de trabalhadores maranhenses para o corte da cana-de-açúcar no interior de São Paulo: o percurso da “precisão”**. 285p. Tese [Engenharia de Produção]. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: 2010. / MELO, Beatriz. Medeiros de. **História e memória na contramão da expansão canavieira: um estudo das formas e resistências dos sitiantes do extremo noroeste paulista**. 463p. Tese. [Doutorado em Sociologia] Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: 2013. / MELO, Beatriz. Medeiros de. **Migração, memória e território: o trabalhador rural nordestino na Ibaté paulista**. 221p. Dissertação. [Mestrado em Geografia] Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente. Universidade do Estado do São Paulo, Presidente Prudente: 2007. / MOURA, Flávia de Almeida. **Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó/MA**. São Luís, 2006. 121.p Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais]. Universidade Federal do Maranhão. São Luís: 2006. / MOURA, Flávia de Almeida. **Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó/MA**, São Luís, EdUFMA, 2009. / MOURA, Flávia de Almeida. **Representações do trabalho escravo a partir da mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses**. Porto Alegre, 2015. 245p. Tese. [Doutorado em Comunicação Social]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUC/RS. Porto Alegre: 2015. / MOURA, Flávia de Almeida. **Trabalho escravo e mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses**. São Luís, EdUFMA, 2016. / FILHO, Antônio; MASSON, Nonato; COSTA, Reynaldo. [Orgs.]. **Atlas político-jurídico do trabalho escravo contemporâneo no Estado do Maranhão**. Imperatriz: Ética, CDVDH, 2011. / ZAPAROLI, Witembergue Gomes; SILVA, Fabricia Carvalho da [Orgs.]. **Trabalho Escravo Contemporâneo: reflexões e militância do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos – Carmen Bascarán**. Imperatriz: Editora Ethos, 2015.

Gráfico 07: Casos de trabalho escravo rural por Estado 2003-2014.

Fonte: Banco de dados CPT; MTE; Repórter Brasil. Organizado por SOARES, Fagno, 2016.

Sabemos que como fenômeno mundial, rural e urbano, a escravidão contemporânea tem se constituído como atividade laboral mais que degradante, envolvendo cerceamento da liberdade, servidão por dívida, péssimas condições de trabalho, alojamento, saneamento, alimentação, segurança e saúde, somado ao do uso da violência física e psicológica cimentada pela coerção moral.

Os dados revelam que os Estados do Pará, Tocantins e Maranhão têm liderado os casos de trabalho escravo no Brasil, nos quais por sua vez o agronegócio tem seu grande *lócus*, como demonstrado no gráfico seguinte. Destarte, combater o latifúndio e defender a reforma agrária⁹⁰⁶ é também lutar contra as formas contemporâneas de trabalho escravo.

⁹⁰⁶A respeito das tendências interpretativas acerca do campo e, sobretudo, da reforma agrária no Brasil, vide: STÉDILE, João Pedro. [Org.] **A questão agrária hoje**. 3ª ed., Porto Alegre: EdUFRGS, 2002. / OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros [Orgs.]. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

Gráfico 08: Distribuição do trabalho escravo por atividade econômica na Amazônia.

Fonte: Banco de dados CPT; MTE; Repórter Brasil. Organizado por SOARES, Fagno, 2016.

Como demonstrado no gráfico acima, a pecuária é, de longe, a principal atividade econômica responsável pelo desmatamento, onde a floresta tem dado lugar a pastagem e à prática do trabalho escravo contemporâneo na Amazônia. De modo que a cada dez casos de trabalho escravo, sete estão ligados à pecuária na Amazônia brasileira. Como caso mais emblemático ressaltamos a desapropriação da Fazenda Cabaceiras, localizada no município de Marabá/PA, primeira propriedade rural do Brasil desapropriada em decorrência da presença reincidente de trabalho escravo contemporâneo, destinada à reforma agrária. Assim, o resultado da mobilização social e da luta pela terra em anos anteriores culminou em 2008 na criação do Assentamento 26 de Março.⁹⁰⁷

Destacamos ainda, que o termo “outros” no gráfico está relacionado às atividades de trabalho escravo desenvolvidas sobretudo na indústria da costura, do sexo e serviços domésticos desempenhados em sua grande maioria por mulheres de pouca idade e até crianças.

⁹⁰⁷A respeito da primeira desapropriação latifundiária, motivada pela existência do trabalho em *condições análogas à de escravo*, tipificado pelo Código Penal Brasileiro – CPB, temos o estudo de caso da Fazenda Cabaceiras, localizada no município de Marabá/PA, dando origem ao Assentamento 26 de Março, vide as reflexões de BARROS, Carlos Juliano. **O sonho se faz a mão e sem permissão:** escravidão temporária e reforma agrária no sudeste do Pará. 2011. 251p. Dissertação [Mestrado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2011.

Porém, sobre a persistência do trabalho escravo contemporâneo rural e urbano, o antropólogo Ricardo Rezende destaca uma série de fatores que, segundo ele, ensejam e perenizam a prática do trabalho escravo contemporâneo na Amazônia brasileira dentre as quais aponta como principal a omissão do Estado

que não tomou medidas preventivas para impedir o aliciamento de trabalhadores em seus locais de origem [...] omissão da legislação, que não definiu claramente o que compreende por escravo [...] cumplicidade das forças policiais locais e estaduais [...] cumplicidade de funcionários das DRTs e da Polícia Federal que não fiscalizaram os imóveis ou o fizeram de forma parcial, dificultando qualquer ação do poder judiciário; cumplicidade de outras autoridades do estado e da União [...] medo dos funcionários da DRT e da PF de se indispor com empreiteiros, gerentes e proprietários; corrupção de funcionários públicos; isolamento das fazendas [...] preconceito cultural: os peões eram preguiçosos, não trabalhavam senão mediante coação; silêncio da imprensa nacional; fraude nos encargos econômicos e sociais devidos ao governo e aos trabalhadores; escassez de mão de obra, por haver opções mais atraentes de trabalho na região, como o garimpo, as atividades madeireiras e as possibilidades de se tornar posseiro ou, mesmo, pequeno proprietário; desemprego e pobreza, tornando as pessoas mais vulneráveis ao aliciamento; vítimas que não fogem ou deixam de buscar socorro de autoridades, imaginando que, em função da dívida, a lei não as protegeria; essa mesma noção é compartilhada por parte da opinião pública.⁹⁰⁸

Ainda sobre os territórios migratórios, a autora Maria Aparecida de Moraes define que são contraditórios e transitórios, e que suas novas dinâmicas resultam dos papéis e das relações socioespaciais que pressupõem contiguidades geográficas e históricas desempenhados por homens e mulheres na configuração das tramas sociais, notadamente em seus lugares de origem e destino, cujos

contornos da mobilidade desses múltiplos territórios migratórios que são permanentemente temporários. São vidas marcadas pela incerteza, transitoriedade e também pelo desejo de conseguirem realizar o projeto de distinção social, quer seja por meio da compra de algumas mercadorias do mundo capitalista, quer seja pelo cumprimento dos padrões comportamentais relativos aos gêneros. Os homens jovens desejam o sucesso, subir na vida, por meio do trabalho; aqueles que possuem filhos querem dar-lhes condições para que possam estudar e ter melhores oportunidades laborais futuras. Cumprem, assim, os papéis de provedores responsáveis e de chefes-de-família. As mulheres, enquanto mães ou avós, ao cuidarem da prole, ratificam seus papéis reprodutivos [...] Dessa sorte, homens e mulheres de lá e de cá vivem a dialética do transitório e sonham com o permanente. É essa engrenagem que os move nesses territórios permanentemente temporários.⁹⁰⁹

⁹⁰⁸FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Por que o trabalho escravo? **Estudos Avançados**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. vol.14, n.38, jan/abr, São Paulo: 2000, p. 43.

⁹⁰⁹Citação presente em dois artigos, MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Vidas transitórias: entre os cocais maranhenses e os canavais paulistas. **Revista da ANPEGE**, [S.l.], v. 7, n. 1, número especial, p. 161-178, out. 2011, pp. 174-177. / MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. **Cadernos CERU**, [S.l.], v. 19, n. 1, pp. 165-180, junho, 2008, pp. 177-179.

Destacamos ainda, que nossos narradores de Atlas, embora sujeitos a condições subumanas de trabalho, não se vitimizam, “criam estratégias que visam diminuir as perdas sofridas e, em muitos casos, apesar da distância geográfica, os vínculos sociais e familiares são redefinidos e reforçados e pequenas resistências são produzidas”,⁹¹⁰ a exemplo do que foi historiado em entrevista realizada no dia 10 de julho de 2015 com Josimo, um dedicado trabalhador rural e entrevistado solícito, que de pronto trouxe a nós uma riqueza de detalhes em sua narração, pai de cinco filhos e residente na Vila Ildemar, bairro popular de singular crescimento populacional, quando perguntado sobre a família, enfaticamente respondeu

minha família tinha ficado no Maranhão, mas eu não abandonei eles em nenhum momento, não tinha um dia que eu não me lembrasse dos meus filhos e da minha esposa e até da minha mãe, tudo que eu faço é para eles, fui buscar uma vida melhor não foi só para mim, foi para eles também. Foi bem aí, que eu descobri o quanto eu amo eles de verdade, eu já sabia, mas às vezes ficar longe ensina à gente a valorizar mais, eles também ficaram triste quando eu fui e sofreram até eu chegar [...]. Aqui essa coisa de trabalhar no Pará é costume, todo mundo vai o tempo todo. Já fui muitas vezes buscar uma vida melhor para minha família que fica me esperando, mas nunca achei. Não sei se quero ir mais tentar a sorte.⁹¹¹

A partir destas perspectivas e referências, nesta sessão buscamos através da metodologia da história oral interfaciada à geografia oral como se dá o processo de formação das redes de relações pessoais, basilares a experiência migratória em suas [re]configurações sócio-territoriais, a partir do trânsito de informações entre os atores envolvidos nos processos que vão desde o recrutamento no lugar de origem até a chegada na fazenda-destino, passando pelo deslocamento. Desta forma, compreendemos, pois, que o processo de construção de territórios de migração se dá a partir da [re]construção de territorialidades precárias, experimentada ainda no Maranhão, e se estende ao lugar de destino, através das redes de relações sociais que geram condições e potencializam o processo migratório. Nestes termos constatamos, pois, a existência de uma rede de aliciamento que vai desde a rede de recrutadores com os sardônicos gatos até os capatazes das fazendas, passando pelo tomador de serviço, que em geral não é o fazendeiro, mas alguém de sua confiança, identificado popularmente como gerente da fazenda. Estes agentes fazem parte de uma rede de exploração, própria do encadeamento extremado e da precarização das relações de trabalho, cuja escravidão contemporânea, com toda sua superexploração e desrespeitos aos direitos humanos, representa

⁹¹⁰Excerto presente em duas publicações, a saber: MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. **Cadernos CERU**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 165-180, junho, 2008, pp. 179-180. / MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Vidas transitórias: entre os cocaís maranhenses e os canavais paulistas. **Revista da ANPEGE**, [S.l.], v. 7, n. 1, número especial, p. 161-178, out. 2011, pp. 177-178.

⁹¹¹JOSIMO. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 10. jul., 2015.

o ápice deste processo, reconhecidamente sintomático do movimento de reprodução do capitalismo na agricultura brasileira.

Consustanciamos, pois, a assertiva de Claude Raffestin, que a territorialidade experimentada é reflexo da multidimensionalidade do vivido⁹¹² operada a partir das relações socioespaciais e manifesta nas relações de poder, uma vez que a construção de territorialidades enquanto prática social se dá nas relações espacializadas pela vida das disputas sociais. Neste sentido, as redes de relações sociais forjam tramas nos processos de deslocamentos dos trabalhadores rurais do Maranhão ao Pará permitindo diferentes formas de apropriação dos espaços, sobretudo nas últimas duas décadas, impactando o processo de reprodução social de famílias em seu lugar de origem. Estes trabalhadores largados à própria sorte reinventam formas de resistência mesmo em face de todo tipo de violência impostas, como a coação moral quando um contratante, ou mesmo o gato, vale-se do elevado senso de honra do trabalhador ou de seus laços familiares e/ou de compadrio para aliciá-lo e submetê-lo ao processo engóxico de uma dívida ficcional e insidiosa. Somam-se a isto ainda as ameaças psicológicas e violência física com castigos e maus-tratos com o fito de manter o trabalhador submisso e cativo, o que força, na maioria dos casos, a criação de alternativas outras de formas e micro práticas de resistências para não sucumbir. Segundo Ricardo Rezende, trata-se da escravidão por dívida, amparada na coação moral, na qual o tomador de serviço vale-se da cobrança de uma dívida fraudulenta em que o trabalhador é encorajado ter sido contraída no “transporte até o local do trabalho e gastos na compra de alimentos e ferramentas de trabalho na cantina do próprio empreiteiro”.⁹¹³ A estes trabalhadores, como dito em outras passagens, são negados direitos básicos para o resguardo da dignidade do trabalhador como saúde do trabalho, alimentação e, sobretudo, a segurança no trabalho e o respeito, fazendo-nos rememorar a fala do trabalhador Josimo a respeito das condições de trabalho e alimentação na fazenda, onde foi resgatado junto com outros trabalhadores[as].

Na fazenda a gente trabalhava sem descanso, não tinha sossego nem na hora de dormir, por causa das ameaças, a gente só trabalha porque precisa, porque são tantas humilhações que ser humano nenhum merece. A comida é coisa feita pra cachorro, e tem cachorro que comia melhor que a gente. Foram os dois meses mais sofridos da minha vida, pensava que já tinha passado mais de um ano. O fazendeiro não tinha a

⁹¹²RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993, p. 158.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. **Cadernos CERU**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 165-180, junho, 2008, pp. 179-180.

⁹¹³FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Por que o trabalho escravo? **Estudos Avançados**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. vol.14, n.38, jan/abr., São Paulo: 2000, p. 35.

menor preocupação, teve gente mordido de cobra, gente com suspeita de malária. A pessoa sai de casa do Maranhão, e quando chega ao Pará, terra aonde o filho chora e a mãe não vê [...]. Eu vivo trabalhando longe de casa, já me acostumei, viver longe da família, tenho meus motivos. Mas não me acostumo com essa gente que só pensa em dinheiro e quer tirar o pouco que a gente tem, a nossa saúde e a nossa vida.⁹¹⁴

Ademais, importa-nos compreender o fenômeno da migração forçada pelos próprios agentes afetados, neste caso, os próprios trabalhadores rurais do Maranhão no Pará, cuja denominação genérica de migrantes⁹¹⁵ não nos permite o desvelamento das idiossincrasias destes sujeitos geográficos, mas as causas estruturais. Deste modo, estes sujeitos aparecem por eles mesmos, através de suas histórias, e não sob a égide do processo de assujeitamento do indivíduo ainda tão comum em outras reflexões que apenas matematizam o humano na tentativa de homogeneizá-lo acabam por ignorar suas subjetividades. Conquanto à gélida relação cartesiana, traduzível em números, pouco nos teria a dizer, mesmo muito, não nos seria o suficiente e tampouco o esperado. Estes trabalhadores ressignificam suas experiências em face das agruras cotidianas e aporias da vida, criando novas territorialidades clivadas pelo partir e o ficar, são territorialidades migratórias em constante mutação. A respeito disto, a pesquisadora Maria Aparecida de Moraes exorta que

partir e ficar são faces de uma mesma realidade social que, embora dividida no espaço, acha-se unida no tempo. Tempo de partir para uns é, simultaneamente, tempo de ficar para outros. Portanto, produz-se uma simbiose entre o tempo uno, cindido em dois espaços. É evidente que as relações produzidas neste contexto social não podem ser consideradas meramente como complementares, ou como estratégias de sobrevivência. Torna-se necessário compreender tais relações como contraditórias, onde conflitos, perdas, separações, mortes associam-se aos reencontros, às voltas, às reconstruções culturais etc.⁹¹⁶

Por conseguinte, assinalamos que a compreensão do fenômeno migratório depreende-se da análise de um quadro complexo e articulado de questões estruturais e conjunturais que atravessam os que partem e os que ficam, trata-se de uma rede complexa, para a qual, seguindo os conselhos de Maria Aparecida de Moraes para aproximarmos da compreensão da realidade social empreendida pelos processos migratórios, tivemos de adotar uma perspectiva de análise assentada na compreensão da “migração como um processo social, e os migrantes como agentes deste processo [...] O principal eixo das preocupações gira em torno da análise a partir da ótica dos sujeitos envolvidos nos processos migratórios”,⁹¹⁷ tanto da

⁹¹⁴JOSIMO. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 10. jul., 2015.

⁹¹⁵MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Contribuições Metodológicas para a análise das migrações. DEMARTINI, Zelia de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. [Orgs.]. **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: EdUFSCar, 2005, pp. 53-86, p. 54.

⁹¹⁶MORAES SILVA, 2005, pp. 53-86, p. 54.

⁹¹⁷MORAES SILVA, 2005, pp. 53-86, p. 54.

experiência dos que partem, quanto dos que ficam num giro de ressignificações e [re]tomadas de sentido ao ato de migrar.

Destarte, nossos sujeitos aqui são analisados como históricos e geográficos entendidos como agentes transformadores de seus tempos e espaços, portanto, inscritos na centralidade deste estudo. São, portanto, produtores de significações na multifacetada rede das relações socioespaciais que constroem territorialidades em face à migração, processo aqui denominado por territorialidades migratórias, nos termos aplicados por André Eduardo Ribeiro⁹¹⁸ em sua pesquisa de doutoramento sobre as territorialidades e redes de migração de trabalhadores oriundos do município maranhense de Timbiras que atuaram nos canaviais das cidades de Guariba e Pradópolis no nordeste do Estado de São Paulo nos anos 2000; utilizamos a referência para aferir a experiência migratória de nossos narradores, a partir da construção de territorialidades precárias constituídas de múltiplas redes de relações socioespaciais que vão desde a formação das redes de aliciamento dos trabalhadores no Maranhão [origem] e até o processo de escravização nas fazendas no Pará [destino] vividos por estes deserdados da terra que, depois de expulsos do campo, ainda tem negada sua cidadania no mundo do trabalho urbano. Depreende-se deste entendimento que são forçados a migrar em busca de dias melhores ou, ao menos, pela subsistência familiar, dadas as insuficientes condições para gerar permanência no Maranhão, também fazem de muitos destes trabalhadores migrantes por *devoir*.

No cerne dos movimentos migratórios podemos localizar o cenário dos territórios subalternizados, para além dos elementos macroestruturais historicamente conhecidos, sobre os quais trataremos nos parágrafos seguintes, que tem como consequências mais evidentes a pobreza extrema, a alta concentração fundiária e o desemprego. Nesta [con]figuração territorial, estar-se-á diante de um processo de desterritorialização dos indivíduos, potencializando, por sua vez, os processos migratórios. Apareceram durante as entrevistas fatores inter/subjetivos ou microsociais que pesam nas motivações declaradas para a migração, também responsáveis pelos descolamentos. Por conseguinte, para identificarmos isto, tivemos de nos posicionar em uma perspectiva analítica, trazendo à tona outras nuances do fenômeno que também mereceram atenção, sobretudo no âmbito dos estudos em história oral, que em geral busca desnudar a história dos subalternizados. Assim, chegaram até nós relatos de motivações diversas para a

⁹¹⁸DA SILVA, André Eduardo Ribeiro. **Territorialidades e redes da migração maranhense nos canaviais paulistas**. 2012. 262p. Tese [Doutorado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2012.

migração, além das estruturais, quase lacônicas, já conhecidas por nós, a pretexto de interesses não só econômicos, como fugir de brigas e desavenças familiares, ou mesmo o desejo por aventuras e desbravo por outras regiões do país para assegurar sua reprodução social.

Neste contexto, cumpre mencionarmos que a criação das redes de relações sociais se dá na relação familiar de parentela e no compadrio e, para além desta, estendem-se e servem como tentativas de legitimar a dominação, visto que as práticas de aliciamento para o trabalho escravo contemporâneo se dão, em geral, em meio a estas redes, mas não somente. Assim, os processos migratórios dos trabalhadores rurais no Maranhão e a escravidão por dívida no Pará geram dois graves problemas: de um lado a família que fica sem seu arrimo, e do outro lado, um trabalhador escravizado lançado à própria sorte, tendo seus direitos básicos negados. Neste sentido, o processo migratório em estudo não coaduna a concepção teórica da migração como estratégia de sobrevivência de unidade da produção familiar camponesa, uma vez que a larga maioria destes trabalhadores rurais já foram expropriados de suas terras, alguns inclusive há gerações, e forçados a ocuparem lugares em bairros da periferia de Açailândia, a exemplo da Vila Capeloza, Vila Ildemar, Vila Ipiranga, Plano da Serra, Piquiá e em alguns assentamentos no entorno da cidade, uma vez que tais processos de descolamento são resultantes de questões estruturais e fundiárias que afetam a região, a exemplo da pujante concentração fundiária no município de Açailândia, motivada pelo agronegócio e a pecuária extensiva, ainda muito praticadas na região. Neste sentido, destacamos que a região possui o maior rebanho bovino do Maranhão, por extensão, figurando com a maior bacia leiteira e produtora de carne bovina do Estado, conforme dados da Agência de Defesa Agropecuária do Maranhão – AGED, órgão vinculado à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Pesca do Maranhão – SAGRIMA em 2015.

Somam-se às informações supracitadas a expansão do monocultivo do eucalipto na região⁹¹⁹ para atender as demandas do complexo minero-metalúrgico do Polo Siderúrgico de

⁹¹⁹Para mais informações a respeito do avanço do agronegócio na Amazônia Maranhense e seus desdobramentos socioambientais, vide debate em: NÓBREGA, Mariana Leal Conceição. **Enfrentando a sucuri verde: resistência camponesa e o território de uso comum - o caso das comunidades agroextrativistas na Amazônia Maranhense**. 2015. 207p. Dissertação. [Mestrado em Geografia]. Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2015. / RIBEIRO JÚNIOR, José Arnaldo dos Santos. **O desenvolvimento geográfico desigual da Suzano Papel e Celulose no Maranhão**. 2014. 221p. Tese [Doutorado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2014. / ALVES, Vicente Eudes Lemos; NOBREGA, Mariana Leal Conceição. Do arroz para o eucalipto: caminhos e (des)caminhos do agroextrativismo na Amazônia maranhense – o caso da instalação da fábrica Suzano Papel e Celulose na microrregião de Imperatriz. In.: **VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária / VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ I Jornada de Geografia das Águas**, 2013, João Pessoa: 2013. pp. 01-21. / TAVEIRA, Marizangela Ribeiro. **O cerco da empresa Suzano no Assentamento Califórnia e na Vila Sudelândia: resistência frente ao agronegócio**. 2014. 164p. Dissertação. [Mestrado em Serviço Social]. Instituto

Carajás que já chegou a operar com quinze indústrias siderúrgicas instaladas no entorno dos municípios de Açailândia/MA e Marabá/PA e cuja necessidade é estimada em mais de 1 milhão de hectares com o plantio de eucalipto para alimentar a produção de ferro-gusa e, mais recentemente, de celulose, com a implantação de uma importante unidade do grupo Suzano, sediada no município vizinho de Imperatriz/MA. Temos, pois, a presença contundente e o avanço de três importantes agentes econômicos do agronegócio na região: a pecuária extensiva destinada ao corte e a produção leiteira, o monocultivo do eucalipto e o da soja em média e larga escala, na atual conjuntura da criação da nova fronteira agrícola, região geoeconômica chamada MATOPIBA,⁹²⁰ que tem impactado a retração de uma das principais atividades econômicas da região durante décadas, que fora a produção de alimentos através da agricultura familiar, que manteve-se fecunda até a chegada dos grandes grupos agroindustriais na região. Somam-se também os impactos socioambientais que impingem marcas à cidade, a exemplo do dado e das informações trazidas por Márcio Zonta

no assentamento Califórnia, comunidade de 268 famílias organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, cercado por plantações de eucaliptos, as terras ainda não foram tomadas pelas siderúrgicas ou pela Vale. Mas, segundo foi constatado pela Federação Internacional dos Direitos Humanos – FIDH, além do problema da poluição atmosférica, há queixa dos assentados em relação ao veneno utilizado no monocultivo. O vento traz parte do volume de pesticidas borrifados por tratores.⁹²¹

Enquanto escrevíamos este capítulo chegava até nós um sem-número de informações, através das tecnologias digitais de comunicação e informação, sobre libertações e denúncias de trabalho escravo contemporâneo no campo e na cidade em diversas partes do Brasil, uma em especial sinaliza um importante avanço no trabalho de combate a esta prática, foi a decisão inédita da Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão jurisdicional da Organização dos Estados Americanos – OEA, de condenar o Estado brasileiro pelo crime de trabalho escravo contemporâneo e tráfico de pessoas, com a indenização de cada um dos 127 trabalhadores e uma trabalhadora, sobreviventes do trabalho escravo contemporâneo e do

de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém: 2014. / AZAR, Zaira Sabry. **Relações de trabalho e resistência camponesa no desenvolvimento dependente no Maranhão:** o Assentamento Califórnia como uma expressão. 2013. 283p. Tese. [Doutorado em Políticas Públicas]. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

⁹²⁰Grande fronteira agrícola brasileira, cujo termo é resultante do acrônimo formado pelas iniciais dos estados que a compreende Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A região do MATOPIBA corresponde ao Estado do Tocantins e porções territoriais dos outros três estados, cuja delimitação territorial estratégica de governança engloba 32 microrregiões e 337 municípios, conforme o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa através do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica – GITE. Trata-se de uma região complexa do ponto de vista fundiário, em seus domínios, encontram-se Unidades de Conservação, terras indígenas, comunidades quilombolas e assentamentos de reforma agrária.

⁹²¹ZONTA, Márcio. Açailândia, região dominada por eucalipto. **Jornal Brasil de Fato**, 30 setembro, 2011, p.2.

tráfico de pessoas, resgatados durante fiscalizações do Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho na Fazenda Brasil Verde, do grupo pecuarista Irmãos Quagliato, localizada em Sapucaia, sul do Estado do Pará. Em face de sua condenação, caberá ao Estado brasileiro reiniciar as investigações do caso e, sobretudo, a reparação de danos materiais e imateriais sofridos pelas vítimas, com o pagamento de indenizações dentre outras sanções aos responsáveis. Somam-se a isto a adoção de medidas do governo para a não prescrição de crimes de escravidão contemporânea no Brasil. Deste modo, o Brasil tornou-se o primeiro país a ser condenado internacionalmente por um órgão supranacional de defesa dos direitos humanos, abrindo um precedente valioso ao declarar a imprescritibilidade do delito da escravidão contemporânea no Direito Internacional, jurisprudência para situações afins, para que outras denúncias sejam efetuadas e devidamente analisadas em diferentes partes do mundo, como sinalizou o frade dominicano Jean Marie Xavier Plassat, coordenador da Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra – CPT quanto à importância da condenação para as práticas de enfrentamento ao trabalho escravo no mundo.

Os parâmetros definidos neste julgamento inaugural se tornam referência e, no futuro, formarão jurisprudência para situações e contenciosos semelhantes, no Brasil e nas Américas, especialmente para a definição do que deve ser considerado como responsabilidade e dever do Estado no enfrentamento à escravidão moderna e ao tráfico de pessoas. A sentença publicada inclui um exame detalhado da doutrina internacional sobre o tema da escravidão contemporânea, feito à luz da jurisprudência das mais altas Cortes internacionais [entre elas a Corte Internacional de Justiça, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos e o Tribunal Penal Internacional], de maneira a chegar a uma formulação, atualizada e de amplo consenso, do que deve ser considerado como escravidão contemporânea.⁹²²

A sentença reacende velhas certezas anteriormente frustradas, alimentadas por aqueles que teimam em acreditar no fim da escravidão contemporânea no Brasil, assim como as Carmens, as Brígidas, as Ivonetes, as Fabrícias, as Marianas, os Xicos, os Antonios e como tantos outros defensores dos direitos humanos, espera-se que esta medida se desdobre de modo efetivo e prático, favorecendo a manutenção do conceitual trabalho análogo ao escravo, conforme previsto no artigo 149 do Código Penal Brasileiro, o que será fundamental para garantir o combate ao trabalho escravo neste Brasil soturno.

Com efeito, é necessário assinalar que as primeiras séries de denúncias apresentadas junto a Polícia Federal e o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH datam

⁹²²NECCHI, Vitor. Trabalho escravo contemporâneo é marcado por obstáculos e omissões dos poderes públicos. Entrevista com Xavier Plassat. **Revista IHU On-line**, São Leopoldo: Instituto Humanitas – Unisinos. 499, Ano XVI, 19, dez., ISSN 1981-8793, 2016. Acesso em: 19/01/2017.

de 1988, sobre a prática de escravidão contemporânea e o desaparecimento de dois jovens ao tentarem fugir do cativeiro. A sentença do Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil⁹²³ foi proferida 20 de outubro de 2016 e emitida em 15 de dezembro do mesmo ano pela Corte Interamericana de Direitos Humanos com grande repercussão internacional. A sentença Brasil Verde como tem sido chamada pelos operadores do direito como “*histórica e emblemática*”,⁹²⁴ ao reconhecer e condenar o governo brasileiro quanto à violação dos direitos humanos por trabalho escravo contemporâneo e tráfico de pessoas. Xavier Plassat enfaticamente asseverou que

se por um lado é lamentável ter que chegar a uma sentença condenatória para assegurar que a luta contra o trabalho escravo seja estimulada a continuar, por outro lado é muito oportuno, na conjuntura política que essa sentença é proferida, que o Brasil perceba que continuará sendo monitorado pela comunidade internacional para que não deixe de ser a referência à qual chegou a ser identificado – por várias instâncias da ONU, inclusive a OIT – no combate ao trabalho escravo [...] O caso Brasil Verde é justamente emblemático por demonstrar como a incidência da prática do trabalho escravo contemporâneo foi e continua sendo marcada por obstáculos e omissões dos poderes públicos na responsabilização dos envolvidos e na reparação das vítimas, persistindo ainda profundos entraves à erradicação dessa grave violação de direitos fundamentais.⁹²⁵

Ainda nestes termos, Plassat aponta que a condenação ocorre exatamente num momento de fragilização sociopolítica e de disputas pela redefinição conceitual e jurídica do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, ao descrever a emergência da temática no atual cenário político brasileiro: “é de gritante agravação da pressão dos setores que há anos procuram flexibilizar os direitos dos trabalhadores, eliminando tudo aquilo que consideram ser entrave à livre exploração e à maximização da rentabilidade de seus empreendimentos”.⁹²⁶ Ademais, Xavier disse-nos de sua compreensão sobre a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos

Constitui um avanço histórico a responsabilização internacional do Estado brasileiro, neste caso. Responsabilização focada nas seguintes condutas violatórias: - violação ao direito a não ser submetido a escravidão e a tráfico de pessoas; - violação às garantias judiciais de devida diligência e de prazo razoável; - violação ao direito à

⁹²³O texto integral da sentença proferida pode ser consultado, vide: <http://www.corteidh.or.cr/casos.cfm>

⁹²⁴Para utilizar, os dois termos aplicado por Xavier Plassat sobre a condenação do Estado brasileiro pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2016, durante entrevista NECCHI, Vitor. Trabalho escravo contemporâneo é marcado por obstáculos e omissões dos poderes públicos. Entrevista com Xavier Plassat. **Revista IHU On-line**, São Leopoldo: Instituto Humanitas – Unisinos. 499, Ano XVI, 19, dez., ISSN 1981-8793, 2016. Acesso em: 19/01/2017.

⁹²⁵NECCHI, 2016.

⁹²⁶NECCHI, Vitor. Trabalho escravo contemporâneo é marcado por obstáculos e omissões dos poderes públicos. Entrevista com Xavier Plassat. **Revista IHU On-line**, São Leopoldo: Instituto Humanitas – Unisinos. 499, Ano XVI, 19, dez., ISSN 1981-8793, 2016. Acesso em: 19/01/2017.

proteção judicial; - violação ocorrida no marco de uma situação de discriminação estrutural histórica em razão da posição econômica.⁹²⁷

Esses apontamentos sinalizam, portanto, um outro acontecimento de repercussão internacional, o Caso José Pereira. Trata-se de um adolescente de 17 anos escravizado na fazenda Espírito Santo junto com outros 60 trabalhadores, na época zona rural de Xinguara/PA, hoje parte do jovem município de Sapucaia, no sul do Pará. Em setembro de 1989, dois trabalhadores, José Pereira e Paraná, foram atingidos numa tentativa de fuga; o primeiro com um tiro na cabeça, fingiu-se de morto como estratégia para sobreviver, já o segundo faleceu numa emboscada realizada pelos jagunços e o gato da fazenda. José Pereira, mesmo sangrando e gravemente ferido, conseguiu socorro, sendo encaminhado à cidade de Belém, onde realizou a denúncia na Polícia Federal. Não obtendo efetiva resposta, buscou apoio junto à Comissão Pastoral da Terra, que conjuntamente com o *Human Rights Watch* e o Centro pela Justiça e o Direito Internacional – CEJIL, encaminharam a denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos – OEA. Sobre a repercussão internacional da condenação, Xavier destaca que

deu manchete no jornal *El País* já no dia 17 de dezembro: “*Eram escravos no Brasil e não sabiam, agora o mundo todo ficou sabendo*”; na *BBC*, no dia 22 de dezembro: “*Por que Brasil parou de divulgar 'lista suja' de trabalho escravo tida como modelo no mundo?*”; no *The Guardian*, neste 9 de janeiro: “*Brasil deverá pagar US\$ 5 milhões a trabalhadores mantidos escravos em fazenda de gado*”. Na mesma semana da publicação da sentença, apoiando-se na decisão da Corte Interamericana – a qual reconhece explicitamente o pioneirismo da legislação brasileira nesta área.⁹²⁸

O Caso José Pereira, representou, portanto, um marco na luta contra o trabalho escravo contemporâneo no Brasil. Neste contexto, vejamos alguns desdobramentos práticos deste, nas palavras de Xavier Plassat

Desde meados da década de 1990, em função da denúncia no Caso José Pereira e de várias cobranças dirigidas à OIT [Organização Internacional do Trabalho] e à ONU [Organização das Nações Unidas] pela CPT, pela OAB [Ordem dos Advogados do Brasil] e pela Contag [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura], o Brasil havia iniciado um processo de reconhecimento da escravidão moderna, passando a criar estruturas e mecanismos inovadores para a sua erradicação. Entre elas, podemos citar: a criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel em 1995, que atua de forma sigilosa e centralizada, apurando as denúncias de trabalho escravo; a atribuição do benefício do seguro-desemprego especial aos resgatados do trabalho escravo; o lançamento do 1º Plano Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e do 2º Plano em 2008; a instituição da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo – Conatrae em 2003, seguida pela criação sucessiva de várias

⁹²⁷NECCHI, Vitor. Trabalho escravo contemporâneo é marcado por obstáculos e omissões dos poderes públicos. Entrevista com Xavier Plassat. **Revista IHU On-line**, São Leopoldo: Instituto Humanitas – Unisinos. 499, Ano XVI, 19, dez., ISSN 1981-8793, 2016. Acesso em: 19/01/2017.

⁹²⁸NECCHI, 2016.

Coetrae [comissões estaduais; hoje já são 16]; a celebração do Pacto Nacional [das empresas] pela Erradicação do Trabalho Escravo, em 2005; a aprovação de instrumentos modernos adaptados à realidade do trabalho escravo, como o Cadastro de Empregadores flagrados com trabalho escravo “Lista Suja”; leis estaduais e federais vedando contratos e licitações públicas com empresas envolvidas em trabalho escravo; leis estaduais e até municipais cassando o registro de contribuinte de empregadores infratores etc.⁹²⁹

Bem se percebe, a partir das questões supracitadas, as reverberações do Caso José Pereira no Brasil. E para melhor compreender como se deu a fuga e as condições de trabalho de José Pereira quando este esteve escravizado numa fazenda no Pará, trazemos uma breve transcrição da narração contida no episódio *Relatos de escravidão, uma história real: José Pereira*.⁹³⁰

Me chamo José Pereira Ferreira, eu seria mais um dos milhares de brasileiros vítimas de trabalho escravo, não fosse o fato do meu caso ter sido denunciado em organismos internacionais e ajudado a combater este crime no Brasil, por isso vou contar uma parte da minha história. Tinha 17 anos quando fui trabalhar numa fazenda no Pará, a gente trabalhava do amanhecer a noite, mas não ganhava nada. Tudo era pra pagar a hospedagem e a alimentação, dizia o gato. A comida era só arroz e feijão. Carne, só quando um boi era atropelado. De noite a gente era trancado num barracão de lona e vigiado por capangas armados. Aquilo era insuportável, então decidir fugir. O Paraná que conheci lá na fazenda, me acompanhou. Aproveitamos a distração dos capangas e ganhamos o mato, a gente sabia que eles vinham atrás da gente e vieram. Vieram para matar e atiraram. Paraná caiu morto na hora. Mandaram eu andar e atiraram pelas costas, uma das balas saiu no meu olho direito. Me fingi de morto, nos enrolaram numa lona eu e o corpo do Paraná e desovaram na beira de uma estrada, consegui socorro e fui parar num hospital em Belém. Recuperado voltei com a Polícia Federal na fazenda, 60 trabalhadores que viviam naquele inferno foram resgatados. Eu perdi a visão do meu olho. Mas me libertei, e ajudei a libertar meus companheiros de desgraça. Mas o Paraná, não. Ele não teve indenização, nem liberdade, só uma cova rasa. Queria mesmo que ele tivesse aqui comigo.⁹³¹

Neste enlevo, trazemos um excerto da narrativa de um dos protagonistas deste estudo, o trabalhador rural maranhense de 32 anos que chamaremos aqui de Zé Pereira,⁹³² pelas

⁹²⁹NECCHI, Vitor. Trabalho escravo contemporâneo é marcado por obstáculos e omissões dos poderes públicos. Entrevista com Xavier Plassat. **Revista IHU On-line**, São Leopoldo: Instituto Humanitas – Unisinos. 499, Ano XVI, 19, dez., ISSN 1981-8793, 2016. Acesso em: 19/01/2017.

⁹³⁰Parte de uma série de 13 vídeos, criados para a campanha *Trabalho Escravo Nunca Mais! Relatos de Escravidão*, lançada em 2016, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS. É uma série de pequenas narrativas dramatizadas, a partir das histórias narradas pelos trabalhadores/as escravizados/as, cujo objetivo é sensibilização social, quanto à existência e persistência desta mácula social na sociedade contemporânea. Outro mote dos vídeos é a trajetória de combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil no 1995-2016. Segundo dados atualizados do MTPS, foram cerca de 50 mil trabalhadores/ras resgatados/as pela equipe de Auditores-Fiscais do Trabalho nas duas últimas décadas.

⁹³¹TRABALHO ESCRAVO NUNCA MAIS! RELATOS DE ESCRAVIDÃO, UMA HISTÓRIA REAL: **JOSÉ PEREIRA**. Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, Brasil: DVD, série, 13 episódios, 3 min.

⁹³²Cognome por nós atribuído ao trabalhador, homenageando, o jovem trabalhador rural, José Pereira Ferreira, escravizado aos 17 anos em uma fazenda, no estado do Pará, tendo sido ferido e seu companheiro de fuga morto em 1989. O reconhecimento público internacional do Estado brasileiro da existência do trabalho escravo contemporâneo em meados dos anos 1990, a criação da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE e, por extensão, o I e II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, o julgamento e a reparação de danos, fez deste caso, um símbolo de luta e evento catalizador, fez frente a ações e criações de

motivações já explicitadas. Narração na qual nos foi possível perceber elementos da existência de uma rede de solidariedade entre os trabalhadores e na composição de experiências e territórios migratórios, ao expressar:

Rapaz, depois que eu saí daquela fazenda com um grupo de amigos, sempre fico pensando como os outros ficaram, se estão vivos ou se já morreram. O que fizeram da vida deles? Nós que somos peão de trecho, nunca sabemos como será o nosso dia de amanhã, eu perco tudo, menos a fé em Deus e nosso senhor Jesus Cristo. É por isso que fazendo muitos amigos por todos os cantos que passamos, amigos de verdade, além do mais, meus amigos, primos, tios, compadres e alguns vizinhos também vivem no trecho. Sempre quem nos leva para essas fazendas são nossos amigos ou parentes. Eu já me acostumei tanto que não consigo viver dentro de casa, num mesmo lugar, gosto mesmo de viver no trecho. Na nossa família todos os homens da família foram peão mesmo, sempre vivemos no trecho, só meu avô que era lavrador e vivia na Baixa Maranhense. Daí uns iam conseguir trabalho na fazenda e depois mandava buscar o outro. Muitas vezes fui pro Pará de trem, eu tinha um vizinho que me emprestou o dinheiro, e a outra vizinha ficava ajudando minha mulher a cuidar das crianças, lá em casa. Quando cheguei em Marabá, fiquei na casa de um outro amigo, meio parente e no outro dia, o gato foi me pegar junto com um primo que foi comigo [...]. Na maioria das vezes o peão nem chega perto do dono da fazenda, nas fazendas grandes que já trabalhei nunca vem vi o dono, só ouvi falar [...] Seu moço, já ouvi tantas histórias de mortes, mortes matada, encomendada a pistoleiros e morte morrida. Nossa região ainda têm muitos pistoleiros, da época do garimpo de Serra Pelada. Meu pai conheceu, ele trabalhou em Serra Pelada, pense numa coisa triste, mas muita gente enricou. Também, foram muitos os filhos sem pai, as mães sem filhos e as mulheres sem marido. Eu mesmo tenho o meu irmão mais velho que saiu pro garimpo e nunca mais voltou.⁹³³

Temos pois, na narrativa supracitada a demonstração da existência de uma rede de relações pessoais que foram substanciais à construção e efetivação de uma experiência migratória que se [re]configura sustentada nas trocas simbólicas e/ou práticas dos que migraram, aos que irão migrar, dos que foram aos que ficaram, de modo a formar um enredado processo migratório pautado nas memórias e experiências coletivas, interfaceando diferentes nichos sociais que compõem a cadeia do trabalho escravo contemporâneo, que vai desde o recrutamento realizado com o gato em geral, parte de sua rede familiar, passando pelos agentes e suas práticas de deslocamento, até chegar aos capangas e capatazes nos lugares de destino, ou seja, nas fazendas. Em muitos casos, o trabalhador sequer chega a conhecer o verdadeiro dono da fazenda, a exemplo do que afirmou nosso narrador Zé Pereira. Vale lembrar que ao narrar muitos fatos, o narratário o faz baseando-se não somente nas experiências vividas individualmente, mas também nas experiências herdadas do grupo social ao qual pertence.

políticas públicas de monitoramento, combate, prevenção ao trabalho escravo contemporâneo, enquanto grave violação dos direitos humanos no Brasil. Estes certamente foram alguns dos contributos, advindos das recomendações destinadas à República Federativa do Brasil, no Relatório de Solução Amistosa do Caso José Pereira, emitido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 2003.

⁹³³ ZÉ PEREIRA. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 10. jul., 2015.

Desta forma, suas lembranças em geral, são resultado do desfiamento de experiências socialmente compartilhadas.

Diante do conjunto exposto, compreendemos, pois, a existência de uma teia de experiências migratórias construídas no bojo do partilhamento de territorialidades experimentadas para além das regiões de origem e de destino,⁹³⁴ auxiliares na formação dos territórios migratórios destes trabalhadores migrantes, oriundos de diversas partes do Nordeste do Brasil que tentam a sorte na Amazônia Paraense. Pois entre o lugar de origem e o lugar de destino existem verdadeiros mundos experienciados por estes trabalhadores, que em meio a táticas e estratégias, muitas vezes em sentido certauniano, recriam formas possíveis de sobrevivência, forjando outras relações simbólicas e identitárias com seus novos mundos e territórios, em meio às adversidades provenientes da exclusão social e da exploração do trabalho humano, a escravidão humana em sua face mais vil.

Em outro vídeo da série *Relatos de escravidão, uma história real*, trazemos a narrativa transcrita do episódio *Mártires de Unaí*, que conta a história de Aílton Pereira de Oliveira, motorista do Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS que acompanhava os Auditores-Fiscais do Trabalho na Chacina de Unaí,⁹³⁵ apesar de ter conseguido buscar ajuda mesmo baleado, faleceu horas depois. Atentemos à contundente descrição feita por um dos colegas de trabalho dos auditores-fiscais assassinados na chacina.

Meu nome é Aílton Pereira de Oliveira. Com muito orgulho, fiz parte da equipe de fiscalização do trabalho escravo em Minas Gerais. No dia 28 de janeiro de 2004, eu, o Eratóstenes e o João Batista estávamos em Unaí para mais uma ação de fiscalização: a denúncia do trabalho escravo em uma lavoura de feijão. Cedo da manhã, saímos do hotel, lá também estavam hospedados dois homens que ainda não sabíamos. Mas mudaria para sempre as nossas vidas. Passamos na casa do Nelson, que também era fiscal da nossa equipe. Apesar das ameaças que recebia ele nunca quis sair de Unaí. Sempre foi corajoso, o Nelson. Perto das 8 da manhã, na estrada de acesso à Fazenda Bocaína, os dois homens que estavam no hotel nos abordaram. Primeiro pediram informações, depois anunciaram um assalto. E, por fim, atiraram contra nós a sangue frio. Me deram por morto e se foram, recobrei os sentidos e com duas balas na cabeça, dirigi vários quilômetros. Vista escurecendo, gosto de sangue na boca, vi os meus

⁹³⁴Traz uma exegese das experiências, lutas e resistências dos trabalhadores migrantes maranhenses nos canaviais paulistas, recupera para a geografia, sobretudo, a maranhense, análises e abre caminho de pesquisas no campo da geografia agrária na obra DA SILVA, André Eduardo Ribeiro. **Territorialidades e redes da migração maranhense para o trabalho escravo nos canaviais paulistas**. Curitiba: CRV, 2016.

⁹³⁵Ocorreu na zona rural do município de Unaí em Minas Gerais, no dia 28 de janeiro de 2004. Acusados como mandantes da chacina, Antério e Norberto Mânica teriam contratado três pistoleiros que já foram condenados por júri popular em 31 de agosto de 2013, pelo assassinato de quatro servidores públicos do Ministério do Trabalho e Emprego Aílton Pereira de Oliveira, Eratóstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva. Desde a oficialização em 2009, o dia 28 de janeiro passou a ser celebrado, o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo no Brasil, desde então, a data nos remete à reflexão e, sobretudo, a luta contra a exploração aviltante da dignidade da pessoa humana. É também, comemorado o Dia dos Auditores-Fiscais.

companheiros sangrando. Alguns já nem se moviam. Eu fui socorrido. A quem me socorreu eu falei o que aconteceu e desamei. Às 12 horas do mesmo dia no Hospital de Base, eu morri. Eu não posso mais falar, ou acusar os assassinos ou lutar contra o trabalho escravo. Dependo da memória para que não se esqueçam. Da justiça para que nunca se repita. E de cada um de vocês para que se diga sempre: Trabalho escravo, nunca mais!⁹³⁶

Ainda no contexto dos termos descritos acima, trazemos um fragmento da entrevista que realizamos com um outro protagonista desta pesquisa, desta vez um trabalhador rural mais experiente, hoje com 58 anos, que por motivos de sigilo chamaremos aqui de Aílton.⁹³⁷ Sua narrativa evidencia-nos uma compreensão do processo de formação das territorialidades e redes migratórias em suas mediações e articulações teórico-conceituais e práticas no que podemos denominar como territórios migratórios.

Na fazenda era assim, os trabalhadores dormiam debaixo de umas lonas, quase no relento, quando chovia a gente ficava era doente de frio todo molhado, banhava no rio no final do dia. Nossa alimentação era péssima e descontada nos salários. Sem nenhum dia de descanso, tinha época que eu nem sabia se era dia de semana ou final de semana, a gente se perdia no tempo. Muitos colegas ficavam eram doentes de tanto que passa mal tipo galinha pra tirar o choco, sem comer direito e trabalhando demais. Isso sem falar que a gente era maltratado, ofendido feito cachorro velho.⁹³⁸

Este é mais um caso clássico de escravização contemporânea, em que o trabalhador em isolamento geográfico é mantido cativo e seus documentos retidos, com horas extenuantes de trabalho em condições insalubres sob ameaças e vigilância armada. Neste caso em específico foi realizada a fiscalização e interposta ação civil pública perante a justiça do trabalho contra o latifundiário, conforme informações colhidas junto a cópias de processos cedidos pelo CDVDH/CB, onde verificamos em relatórios que a equipe de fiscalização descreveu que, na fazenda em questão, os trabalhadores eram mantidos em sistema de cárcere privado em condições degradantes, alguns inclusive, acometidos de doenças, no que classificaram como

⁹³⁶TRABALHO ESCRAVO NUNCA MAIS! RELATOS DE ESCRAVIDÃO, UMA HISTÓRIA REAL: **MÁRTIRES DE UNAÍ**. Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, Brasil: DVD, série, 13 episódios, 3 min. Neste contexto, destacamos a reportagem realizada em 2007, pela jornalista Ana Paula Padrão, da qual participamos como mobilizador comunitário na execução da oficina especial Todos contra o Trabalho Escravo, realizada na Estação Ferroviária de Açailândia/MA no âmbito do Programa Educação nos Trilhos, uma parceira da Fundação Roberto Marinho, a época Fundação Vale do Rio Doce e Cia Vale do Rio Doce. **ESCRAVOS DA AMAZÔNIA**. SBT REALIDADE. Roteiro, Direção, Reportagem e Apresentação de Ana Paula Padrão. Produção de Monica Gugliano. Edição Beatriz Alessi e Léo Freitas, 2007, 46 min. A reportagem recebeu Menção Honrosa do XXIX - Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog Anistia e Direitos Humanos, em 2007.

⁹³⁷Nome escolhido, para referirmos ao trabalhador, como forma de homenagear o motorista Aílton Pereira de Oliveira, assassinado durante, a Chacina de Unaí em Minas Gerais em 2004, quando estava a serviço do Ministério do Trabalho e Emprego numa atividade de fiscalização motivada por denúncia de trabalho escravo.

⁹³⁸AÍLTON. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 04. dez. 2015.

trabalho em regime análogo à escravidão, como costumeiramente os operadores dos direitos tratam o que denominamos de escravidão contemporânea.

Para compreendermos sua narrativa na relação com território, a partir do entendimento emprestado de Haesbaert, para quem o território é “o produto de uma relação desigual de forças”⁹³⁹ multifacetado, conflituoso, integrador e, por extensão complexo. É preciso cruzar este sentido com o de construção de territórios em Raffestin, o território compreendido como prática social do indivíduo espacializado, que constrói territórios [re]experenciando-os em suas relações de poder, conflagrando-se as territorialidades que por sua vez, manifestam-se não somente em escalas espaciais, mas também sociais para quem ela “é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder”.⁹⁴⁰ Um dos contributos mais pertinentes de Raffestin acerca do debate sobre território é sua abordagem relacional com o poder, apresentando-os como indissociáveis, o qual comungamos e utilizamos como caminho de entendimento para compreender as relações socioterritoriais estabelecidas por nossos sujeitos geográficos na construção de seus territórios, o que pressupõe o entendimento da dimensão material/imaterial do território como as estratégias dos sujeitos territoriais reverberadas em ação e representações socioespaciais, os discursos, os comportamentos, as manifestações, etc. Neste sentido, as redes são elementos configurativos para criação de territórios e, portanto, basilares à compreensão dos territórios no que tem se nominado de território-rede e frequentemente colocado nos estudos de Eliseu Sposito, Rogério Haesbaert e Marcelo Lopes de Souza.

Neste sentido, as territorialidades tratam-se, portanto, de relações cotidianas dos seres geográficos com seus territórios enquanto espaços disputados.⁹⁴¹ Do conjunto das relações das reflexões teórico-empíricas empreendidas por Raffestin, Saquet e Haesbaert no tocante à relação entre território e territorialidade sinalizam a multidimensionalidade destes conceitos, os quais podemos compreender na lógica de como se dão nas relações socioterritoriais cotidianas dos nossos trabalhadores rurais; foi certamente um esforço intelectual que não se encerra por aqui. E para acessar essas relações através da memória, tivemos como mote a migração enquanto fenômeno histórico-social, mas também individual. Portanto, só é possível compreender o processo migratório destes trabalhadores rurais à Amazônia Paraense sob o viés das territorialidades por eles construídas em face das múltiplas redes de relações estabelecidas

⁹³⁹HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 3ª ed., São Paulo: Contexto, 2012, p. 212.

⁹⁴⁰RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993, p. 162.

⁹⁴¹SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. 4ª ed., São Paulo: Outras Expressões, 2015, p. 129.

antes, durante e depois da migração. Faz-se mister destacarmos que tais processos não podem ser pensados fora do contexto das relações entre a inclusão e a exclusão. Neste sentido, buscamos, à luz das constatações feitas por José de Souza Martins,

[...] as novas categorias sociais geradas pela exclusão degradam o ser humano, retiram-lhe o que lhe é historicamente próprio [...]. Estamos em face de uma nova mentalidade, a mentalidade do moderno colonizado, do homem que já não sabe querer ser um verdadeiro igual, mas que se sente suficientemente feliz porque pode imitar, mimetizar, os ricos e poderosos, confundindo, portanto, o falso com o verdadeiro. E pensa que nisso está a igualdade.⁹⁴²

Numa mesma narrativa, ainda que breve, identificamos um cipoal de sentimentos emaranhados a tristezas, alegrias, sonhos e frustrações a um só tempo, ao narrar os mesmos em que esteve distante de seus filhos, dividido entre o ficar no destino, na tentativa de oferecer dias melhores aos seus, ou voltar ao seu lugar de origem e amargar o dessabor da pobreza que ainda se faz maior do que o monstro da escravidão, assustando menos que a precisão. Trata-se de um processo social e também histórico de desterritorialização, que na dimensão das relações familiares, afeta todos os envolvidos. Pois de um lado temos, em geral, uma família desamparada no lugar de origem e do outro o seu arrimo lançado à própria sorte no lugar de destino, sofrendo as agruras da escravização contemporânea. Não pudemos deixar de observar e fazer o devido registro quanto às linhas traçadas no raciocínio de nosso narrador Aílton, para quem suas redes sociais de sobrevivência, sobretudo a familiar, foi a grande responsável pela escravização que veio a sofrer, sua fala evoca um tom profundamente ressentido. São pontos, fluxos e nós, que ele mesmo parece desejar resolver. Não por acaso, o território em sua vasta polissemia,⁹⁴³ funciona como locus privilegiado de experimentação e construção social, rompendo com o entendimento ratzeliano clássico da geografia política, mas permeado, por e a partir das relações de poder. Desta forma, as redes de sociabilidade laboral e sobrevivência “se tornam tanto mais desterritorializantes quanto mais elas são [...]”⁹⁴⁴ traumatizantes, como no caso exposto. Ainda sobre as redes, trazendo uma definição pertinente ao nosso estudo, desenvolvida por Haesbaert, para quem

As redes do tráfico humano, relacionadas ao comércio de bebês, de órgãos, à prostituição e especialmente à migração clandestina, geralmente vinculada à rede

⁹⁴²MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 2005, pp. 22-23.

⁹⁴³SAQUET, Marcos Aurelio. Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em geografia agrária. In.: SAQUET, Marcos Aurélio; SUZUKI, Júlio César; MARAFON, Glaucio José [Org.]. **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011, pp. 209-226.

⁹⁴⁴HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In.: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. [Org.]. **Geografia: conceitos e temas**. 15ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, pp. 165-202, p. 183.

econômica legal, como no recente caso dos chineses levados praticamente como mão-de-obra escrava para fábricas dos Estados Unidos [...] Muitos mergulhamos na confusão de redes e territórios ou totalmente deles excluídos, acabam por partilhar da desterritorialização mais radical, a dos “aglomerados” de exclusão.⁹⁴⁵

Não pretendemos aqui aprofundar o debate acerca da noção de aglomerados de exclusão nos termos propostos por Rogério Haesbaert. Aqui nos interessa somente as relações das redes com os territórios e os aglomerados de exclusão, enquanto componentes da produção de espaço e, por extensão, a compreensão de que a desterritorialização é um processo de exclusão socioespacial. Importa-nos a multidimensionalidade do conceito de território, construída na perspectiva do debate geográfico de Marcos Aurélio Saquet com os contributos de Jean Gottmann, Claude Raffestin e Giuseppe Dematteis. Neste sentido, Saquet, sob a influência do pensamento raffestiniiano de território, advoga em favor de uma geografia das territorialidades e das temporalidades pautadas na justiça social.⁹⁴⁶ Em que “cristalizam-se territorialidades e interesses predominantemente econômicos e/ou políticos e/ou culturais e/ou ambientais que dão significados pluridimensionais aos territórios”.⁹⁴⁷ Os tempos concretizam-se em variados ritmos e intensidades, em face dos territórios. Os tempos e territórios de migrações fragmentadas, mas contínuas, de trabalhadores. Desta forma, o território “é compreendido como espaço de mobilização, organização, luta e resistência política. A territorialidade como práxis de transformação do território, na tentativa de conseguir autonomia e justiça social”.⁹⁴⁸

Por fim, trazemos uma última descrição do vídeo *Relatos de escravidão, uma história real: a ferro e fogo*, que narra a história de um trabalhador escravizado numa fazenda de gado no Estado do Pará, liberto em 2008, descrevendo as condições de trabalho e os maus-tratos sofridos pelo trabalhador, que ao reclamar das condições de trabalho teve o seu corpo marcado com ferro em brasa, deixando cerca de 60 cicatrizes espalhadas pelo corpo. O nome do trabalhador se mantém em segredo de justiça.

Eu tinha 30 anos quando fui trabalhar numa fazenda no Pará. Achava que podia fazer o meu futuro com meu trabalho. Mas aquele trabalho se revelou a minha danação. Os capatazes da fazenda colocaram a mim e a mais de trinta companheiros em um curral abandonado. O curral não servia mais pros bichos, mas servia para ser nossa casa. As fezes se misturavam com a nossa comida, nossa roupa. Trabalhávamos como bichos, e como bichos dormíamos. Só para acordar no outro dia e, de novo, trabalhar como

⁹⁴⁵HAESBAERT, p. 184.

⁹⁴⁶SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ª ed., Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 123.

⁹⁴⁷SAQUET, 2015, p. 45.

⁹⁴⁸SAQUET, 2015, p. 103.

bicho. Nossa comida eram restos de carne, pulmões e tetas de vacas. Tudo que não conseguiam vender, e junto com alguma farinha e óleo, seriam descontados do nosso salário. E como nunca recebíamos salário, fui reclamar com o dono da fazenda. Falei que a gente não era animal para se tratado daquela maneira. Ele e dois capangas me pegaram, me amarraram e esquentaram um ferro de marcar gado no fogo. – Tu acha que não é bicho? E me queimaram. Senti o cheiro de carne queimada e uma dor que nunca vou esquecer. – Quem não é bicho agora? Outra marca. Agora, no meu rosto. E outra no meu peito. Outra na minha barriga. Quando me largaram, eu tinha 60 cicatrizes em carne viva de ferro em brasa. Consegui fugir e denunciar o fazendeiro, 35 companheiros meus foram libertados. Hoje trago todas as cicatrizes no corpo. Não há dia que não queira esquecer o que aconteceu. Mas elas não deixam. Talvez seja melhor assim. Não esquecer é não deixar se repetir.⁹⁴⁹

Em efeito, as redes,⁹⁵⁰ por seu potencial heurístico, podem ser a um só tempo, ação e produto [i]material das relações sociais dispersamente orientadas ou não, sugerindo uma trama social das relações como em um mosaico de redes sociais e territorialidades humanas,⁹⁵¹ perpassadas pelas relações de disputa e poder como prefere Robert David Sack.

Há redes de territórios e territórios em redes, território nas redes e redes no território, num único movimento; territórios e territorialidades nas redes de interconexões e estas nos territórios e territorialidades, em movimento e no movimento, no trabalho, na família, no lazer, na associação, enfim, há vida nas tramas.⁹⁵²

Partindo do entendimento que o território é, antes de mais nada, um constructo das relações sociais, temos intentado articular o conceito de território ao de redes, para clarear o movimento migratório dos trabalhadores ao Pará e seus desdobramentos simbólicos que nelas se materializam sobretudo no âmbito das relações de solidariedade dos trabalhadores migrantes, útil ao entendimento de que o estreitamento destas relações fortalece o indivíduo no conjunto do grupo e o grupo na relação com o indivíduo, extrapolando o próprio grupo em suas relações interindividuais, entendimento usual entre os geógrafos. Nesse sentido, tomando emprestado o entendimento de Saquet⁹⁵³ para quem os territórios são constructos de processos histórico-

⁹⁴⁹TRABALHO ESCRAVO NUNCA MAIS! RELATOS DE ESCRAVIDÃO, UMA HISTÓRIA REAL: A FERRO E FOGO. Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, Brasil: DVD, série, 13 episódios, 3 min.

⁹⁵⁰A despeito do debate conceitual acerca das territorialidades humanas e construção das redes socioespaciais, destacamos duas coletâneas, a saber: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela. [Orgs.]. **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2013. / DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da [Orgs.]. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. Do conjunto destas produções, um capítulo em particular despertou grande atenção, trata-se das reflexões de DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In.: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 15ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, pp.141-162. Somamos ainda dois artigos, PÓVOA NETO, Helion. Migrantes, garimpeiros e seu lugar no território nacional: itinerância e mobilidade espacial do trabalho. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 43-49, 1997. / COSTA, Maria Cristina Silva. Nós das Redes. **Travessia: Revista do migrante**. N°. 40, p. 25-27, maio/ago. 2001.

⁹⁵¹SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In.: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela. [Orgs.]. **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2013, pp. 63-90.

⁹⁵²DOS SANTOS, Brígida Rocha. Entrevista concedida a Carmen Bascarán. Açailândia. 19. nov., 2016.

⁹⁵³SAQUET, Marcos Aurelio. **Estudos territoriais na ciência geográfica**. [Org.]. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

sociais de apropriação espaciotemporal, apesar de sua indissociabilidade, espaço e território possuem idiossincrasias, por isso é preciso compreendê-los a propósito das reflexões da ciência geográfica acerca das relações entre os territórios e as redes que o compõe. É nesta perspectiva em que opera a noção de redes como basilar à compreensão dos processos migratórios, facilmente incorporada e desenvolvida pelos geógrafos e não somente por eles, mas iluminadas por demógrafos, sociólogos e antropólogos. Estes últimos tiveram um importante papel na constituição desta noção através da Escola de Manchester.⁹⁵⁴

Não se faz tarde pontuarmos ainda que os conceitos de territórios e redes, nos últimos anos, estiveram na tela dos estudos geográficos no Brasil, detiveram a cena na academia e, não por acaso, “o conceito de território tornou-se, no Brasil, uma coqueluche, com várias características de um modismo”,⁹⁵⁵ como nos alerta Marcelo Souza, sobre o qual ele acrescenta que existem dois estágios, quanto à *hipertrofia da capacidade explicativa do conceito* sendo o primeiro, o *momento da embriaguez* e por fim, o *momento de ressaca conceitual*.⁹⁵⁶ Apesar de reconhecermos traços de um certo modismo conceitual nos usos acadêmicos da noção de território, advogamos que a fecundidade e a robustez adquirida ao longo dos últimos anos, sobretudo nos aportes teóricos adensados por autores como Claude Raffestin, Giuseppe Dematteis, Jean Gottmann, Marcos Aurélio Saquet, Massimo Quaini, Rogério Haesbaert, Robert Sack e Marcelo Lopes de Souza converteram-na em “categoria analítica de primeira ordem para a Geografia”,⁹⁵⁷ dando provas de sua capacidade teórica enquanto ferramenta intelectual para compreensão e desnudamento das relações socioespaciais, quando bem operacionalizada. Há de se dizer também que, enquanto tal, a categoria território não concorre com outras, como espaço, e nem é complementar a ela, tem na centralidade as relações do

⁹⁵⁴MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In.: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antônio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana. [Orgs.]. **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 31. Em 1947, Max Gluckman iniciou os trabalhos acadêmicos no Departamento de Antropologia Social da Universidade de Manchester, no que veio a ser conhecido anos depois, como Escola de Antropologia de Manchester, cujo grande destaque para além dos estudos de caso e dos estudos urbanos na África, seja o desenvolvimento teórico-empírico das redes sociais na antropologia, associada às outras ciências humanas e sociais com nomes como John Barnes, Elizabeth Bott, Clyde Mitchell, Victor Turner e dentre outros.

⁹⁵⁵SOUZA, Marcelo Lopes de. “**Território**” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In.: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. [Orgs.]. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Consequência, 2015, pp. 53-68, p. 54.

⁹⁵⁶SOUZA, 2015, p. 54.

⁹⁵⁷SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Prefácio. In.: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. [Orgs.]. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Consequência, 2015, pp. 07-09, p. 07.

homem espacializado, e como tal, não podemos desassociar território de espaço, exceto em suas abordagens.

Para adensarmos o debate, pontuamos a abordagem relacional de território proposta por Raffestin, para quem o território é forjado por múltiplas territorialidades, do qual é produto/produtor destas relações imbrincadas com os atores geográficos, “são esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço [...] se traduzem por malhas, redes e centralidades”.⁹⁵⁸ E é em face desta territorialidade humana, enredadas pelas relações de [des]continuidade e originárias da tríade dimensional sociedade-espaço-tempo,⁹⁵⁹ constituída no cotidiano da vida em sociedade, que exsurtem ainda mais encorpadas e grafadas pelo primado, as relações sociais de poder constituídas na relação destes atores sociais com o território. Logo “a abordagem territorial consubstancia-se numa das formas para se compreender a miríade de processos, redes, rearranjos, a heterogeneidade, contradições, os tempos e os territórios, de maneira a contemplar a [i]materialidade do mundo da vida”.⁹⁶⁰ Notamos, pois, que a cada migração vivenciada e no movimento de suas práticas culturais, nossos atores geográficos forjavam territorialidades através das diferentes formas de apropriação e produção do espaço, gerando identidades necessárias e possíveis, são, pois, trabalhadores oriundos do Maranhão, se já se concebem como parte do Pará, conforme dizemos alhures.

Os estudos das redes são centrais para a compreensão das sociabilidades dos indivíduos, pensadas como uma morfologia social das figurações coletivas de poder e das dinâmicas de resistências e lutas, como advoga Castells em *A Sociedade em Rede*,⁹⁶¹ trata-se de uma labiríntica teia de relações e práticas sociais tecidas na esteira da experiência cotidiana dos sujeitos socialmente constituídos no conjunto de apoios, colaborações, conselhos, e disputas, como em um sistema de normas prescritivas das relações interindividuais que entretêm o controle do outro através da proteção de si. Neste sentido, conhecer as semânticas de um conceito é trazer à baila o conjunto deste para compreendê-lo na forma atual, considerando todo o conjunto lexical e o sentido interpretativo das sentenças por ele enunciado. O que no caso da

⁹⁵⁸RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993, pp. 07-08.

⁹⁵⁹RAFFESTIN, 1993, p. 160.

⁹⁶⁰SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste Paranaense. In.: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. [Orgs.]. **Cidade e campo: relações de contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 157-186, p.183.

⁹⁶¹CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 497.

disputa conceitual, em torno da significação sócio-jurídica de trabalho escravo contemporâneo⁹⁶² tem incitados inúmeros e fleumáticos debates.

Em sentido semelhante, com as devidas reservas de ordem essencialmente acadêmica, compreendemos, pois, que a categoria conceitual território, é nodal,⁹⁶³ a compreensão das territorialidades, é que, via de regra, se confaz da interação social com o território, numa dimensão relacional, plural e contínua, em que coexiste tempos-espacos-territórios, atravessado pelas [des]continuidades, singularidades e multiplicidades, confazendo em “temporalidades e territorialidades vividas, sentidas, percebidas e representadas [...] do movimento do tempo [com temporalidades] no território e, deste, no tempo [com territorialidades]!”⁹⁶⁴ Trata-se do que Saquet denomina como abordagem territorial multidimensional, que pensa os territórios como heterogêneos e sobrepostos, também

multiescalar, multitemporal e multidimensional, pois envolve diferentes níveis temporais e espaciais, imbricados pelas relações, articulações, combinações, enfim, pelas contradições e pelo movimento que está na base de sua unidade, tanto no agrário-rural como na cidade-urbano e nas relações sociais [e naturais] que estão presentes entre esses espaços.⁹⁶⁵

Não por acaso é na força social em que “os sujeitos produzem historicamente o território conforme seus objetivos, metas, recursos financeiros, técnicas, tecnologias, ideologias, apropriações etc.”.⁹⁶⁶ Nos termos de José de Souza Martins, temos, no cotidiano do processo migratório, uma agenda de exclusão, de um capitalismo desenraizador que quando confrontada com uma perspectiva que aspira reflexões acerca do incluir e do excluir, torna-se ainda socialmente brutalizante como nos alerta o autor, para quem a inclusão é parte constitutiva do sistema capitalista, é uma expressão da condição do desenvolvimento da sociedade capitalista. Em grande medida, o que temos visto como inclusão nada mais é do que a produção de uma inclusão degradante, para uma população que vive no limite e na marginalidade social

⁹⁶²SOARES, Fagno da Silva; FERRERAS, Norberto Osvaldo. Por um outro conceito de escravidão contemporâneo: reflexões historiográficas acerca dos conceitos. **Revista Santo Agostinho**. Teresina, v. 13, n. 4, jul./ago. 2016, pp. 161-186.

⁹⁶³DOS SANTOS, Gislene Aparecida. Redes e territórios: reflexões sobre a migração. In.: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da [Orgs.]. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, pp. 51-78.

⁹⁶⁴SAQUET, Marcos Aurelio. Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em geografia agrária. In.: SAQUET, Marcos Aurélio; SUZUKI, Júlio César; MARAFON, Glaucio José [Org.]. **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011, pp. 209-226, pp. 222-223.

⁹⁶⁵SAQUET, 2011, pp. 209-226, p. 219.

⁹⁶⁶SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 129.

com feixos de desintegração moral e degradância humana que tenta inocentar a elite e culpabilizar os sujeitos por sua condição social, responsabilizando-os por tal situação, seja ela qual for. Perseguindo essa concepção, José de Souza Martins conclui que:

o capitalismo na verdade desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio dessa lógica de exclusão e inclusão. A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica.⁹⁶⁷

Ao concluir este último capítulo/estação sob a rubrica da inscrição entre a geografia humana e a história social, fomos levados a crer por Suertegaray que a pesquisa de campo em geografia nos revela enquanto fulcro balizador do essencialmente humano, e faz emergir à consciência de ser e estar no mundo, é isto que chamaremos aqui de consciência geográfica do pesquisador. Diante disto, resta-nos parafrasear Yves Lacoste, transformando em indagação o que ele fez em contundente assertiva: mas afinal, para que serve a pesquisa geográfica?⁹⁶⁸ Uma resposta para tão densa pergunta certamente resultaria noutra seção, o que não é o caso. Restando-nos para tão complexa tarefa afirmar que a geografia serve conhecer quem fomos, saber quem somos e projetar quem seremos no espaço com engajamento social, tarefa que inquieta e desafia em face da grande profusão de temas, objetos, problemas e abordagens, que os dias atuais propõem ao atelier do geógrafo, como fica parcialmente demonstrado no excerto, a seguir:

A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.⁹⁶⁹

No ritmo destas pegadas, e diante da derradeira reflexão acerca dos territórios em suas múltiplas desinências⁹⁷⁰ desdobradas aqui em territorialidades migratórias e as ações de

⁹⁶⁷MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 2005, p. 32.

⁹⁶⁸LACOSTE, Yves. **A geografia** - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988. p. 255.

⁹⁶⁹SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em geografia. **Revista GEOgraphia**. Ano IV, Nº 7. Niterói, 2002, p. 94.

⁹⁷⁰SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Prefácio. In.: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. [Orgs.]. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Consequência, 2015, pp. 07-09, p. 07. Nesta passagem, a autora exorta que do avanço dos debates em torno da categoria analítico-geográfica

enfrentamento ao combate ao trabalho escravo surgiram convicções. Mas também de incertezas cabendo-nos o relevo das ressalvas apresentadas por Geertz, a quem invocamos em suas palavras⁹⁷¹ que, em certa medida, coadunam com nosso estudo e com o *devoir* do geógrafo, ao aduzir que a vocação de uma pesquisa interpretativa,

não é responder às nossas questões mais profundas, mas colocar à nossa disposição as respostas que outros deram – apascentando outros carneiros em outros vales – e assim incluí-las no registro de consultas sobre o que o homem falou.⁹⁷²

E assim por entre um espectro de perguntas, respostas e reflexões haverá sempre geógrafos e historiadores sob o afã de espacializá-las⁹⁷³ e temporalizá-las amiúde, como fazem os antropólogos em suas descrições densas, e aqui há um novo geógrafo, a pretexto de novas territorialidades acadêmicas, em sua reflexão geográfica consciente e conclusa, ainda que por certo inacabada, por seu caráter caminhante. Pois a escravidão é um fenômeno histórico-social que irrompeu tempos e espaços, também por isso, e em face de suas idiossincrasias, carece de contínuas implicações, alterações e revitalizações conceituais, como aqui propusemos, ao sistematicamente colocarmos ainda que, em última análise à prova empírica, o conceito de escravização contemporânea, ao advogarmos que

os conceitos só podem, entretanto, ser revitalizados, bem como seus conteúdos ampliados ou alterados, se colocados à prova empírica. É preciso que o novo, tal como se apresenta ao pesquisador, inicialmente em sua forma aparente, seja visitado, investigado, decomposto e recomposto, de modo a que a síntese explicativa seja algo além da soma das partes. É preciso que a busca da essência desse novo, realize-se a partir de um movimento dialético entre teoria e empiria.⁹⁷⁴

Por fim, permitindo-nos parafrasear Soares,⁹⁷⁵ a arte de geografar nunca foi tão complexa como hoje, devendo ser continuamente revisitada por outros estudiosos. Afinal, a geografia que aqui praticamos é também uma história do tempo presente à revelia dos que

de território, emergiram algumas desinências e correlatos, tais como: territorialidades, territorializar, reterritorialidade e desterritorializar. Acrescentamos ainda, multiterritorialidade e transterritorialidades.

⁹⁷¹WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez [Orgs.]. **História falada:** memória, rede e mudança social. São Paulo: SESC; Museu da Pessoa; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

⁹⁷²GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In.: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989, pág. 3-21, p. 21.

⁹⁷³Livro coletânea reúne contribuições de geógrafos e historiadores com pesquisas que versam sobre aspectos sócio-históricos e também antropológicos que configuram na formação socioespacial da região Noroeste do Estado de São Paulo, utilizando-se de variados objetos, métodos, teorias e abordagens. PERINELLI NETO, Humberto; NARDOQUE, Sedeval; MOREIRA, Vagner José [Org.]. **Nas margens da boiadeira:** territorialidades, espacialidades, técnicas e produções no noroeste paulista. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

⁹⁷⁴SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Prefácio. In.: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. [Orgs.]. **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Consequência, 2015, pp. 07-09, p. 08.

⁹⁷⁵SOARES, Fagno da Silva. Por uma história do tempo presente: historiando para além das relações entre história oral, memória e micro-história. Revista **Em Perspectiva**. [On Line]. v. 2, n. 1. 2015, pp. 06-48, p. 48.

pensam equivocadamente que história é só passado e que geografia é só espaço. E ao solapar a cronologia-narrativa, compreendendo a tensão do movimento temporal é possível romper com lógica do presente para o presente [*presentismo*], do presente para o passado [*magistra vitae*], por uma história e geografia do presente pelo futuro que articula e confronta o passado, presente e futuro na perspectiva do que chamaremos aqui de *regimes de geograficidade*, tomando emprestado os já conhecidos *regimes de historicidade*,⁹⁷⁶ proposto por François Hartog. Nesta senda-campo, é possível, assim como semeou o geógrafo André Eduardo em suas pesquisas e reflexões acerca das territorialidades e redes da migração maranhense para o trabalho escravizante nos canaviais de São Paulo, chegar à conclusão fértil de que “o grande desafio de nossas reflexões é estabelecer um diálogo fecundo que permita desvendar, nessas idas e vindas, o significado e a continuidade destas territorialidades migratórias”,⁹⁷⁷ tais inflexões, nos ajudou a chegar às ilações, esperadas com êxito neste último capítulo, que dentre as muitas reflexões caminhou pelas trilhas da territorialidade migratória cerzida entre o lugar de origem – nem sempre corresponde ao de nascimento – e o lugar de destino, para isto nos deixamos guiar pelas narrativas mnemônicas dos/as trabalhadores [as] que deram-nos a ver uma geografia do tempo e uma história do espaço. Depois de feitas muitas reflexões, seguimos agora rumo à última parada, cujo título um tanto filosófico, nascera das próprias conversações com os nossos protagonistas, a saber: “*O devir, o tornar-se o que se é: escravizados sim, escravos nunca!*”, compreendendo o ser escravo como circunstância e não como definição.

⁹⁷⁶HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**, Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2013.

⁹⁷⁷DA SILVA, André Eduardo Ribeiro. **Territorialidades e redes da migração maranhense para o trabalho escravo nos canaviais paulistas**. Curitiba: CRV, 2016, p. 249.

Água, terra, ar, ser humano!
Já se escuta além fronteiras, o fim da impunidade está chegando.
Forcemos juntos, as últimas cercas!

Carmen Bascarán

***O Dever, o tornar-se o que se é:
Escravizados sim, escravos nunca!***

Fonte: Escravo Nem Pensar, 2012.

ÚLTIMA PARADA:

**O DEVIR, O TORNAR-SE O QUE SE É.
Escravizados sim, escravos nunca!**

*Sou o que sou pelo que nós somos. Uma pessoa com ubuntu está aberta e disponível aos outros, não-preocupada em julgar os outros como bons ou maus, e tem consciência de que faz parte de algo maior e que é tão diminuída quanto seus semelhantes que são diminuídos ou humilhados, torturados ou oprimidos.*⁹⁷⁸

Arcebispo Desmond Tutu.

A epígrafe supracitada serve de mote inicial para epilogar nosso estudo, fazendo referência ao conceito africano *ubuntu*,⁹⁷⁹ que remete à consciência do indivíduo como parte indivisível da comunidade numa perspectiva que chamaremos aqui de glocal, em que o local não se separa do global. Para o anglicano Desmond Tutu, somos parte de um todo que nos faz ser o que somos, uma prática altruísta de partilha, tornando-nos humanos. Na África do Sul, este conceito esteve diretamente ligado à luta contra o Apartheid, capitaneada por Nelson Mandela, que teve em Desmond Tutu aguerrido apoio na luta pela igualdade entre os sul-africanos, rendendo-lhe o prêmio Nobel da Paz de 1984. Quando prática altruísta, *ubuntu*, é também uma postura, enquanto valor positivo de alteridade, fundada na capacidade de compreender o outro e, por conseguinte, humanizar-se, fazendo emergir o indivíduo-coletivo, sem o qual não existiríamos enquanto humanidade. Dito isto, esta pesquisa também o foi para o seu autor, um exercício de alteridade, um momento de privilegiado aprendizado de um historiador que, singrando pelo mar de Gaia se fez/faz

⁹⁷⁸TUTU, Desmond; TUTU, Mpho. **O livro do perdão - para curarmos a nós mesmos e o nosso mundo**. Rio de Janeiro: Valetina, 2014, p.83.

⁹⁷⁹Termo sul-africano, traduzível em 'humanidade com os outros' refere-se ao respeito e do indivíduo a sua comunidade, elemento da cultura dos *ngúni* da África Subsaariana, que compreende a dimensão de humanidade. É também nome dado a um sistema operacional de código aberto.

geógrafo ao geografar recortes da história de sua região de origem. Somente de posse de um bom aparato documental, somado a um profícuo diálogo teórico-metodológico, nos foi possível trazer à lume as territorialidades migratórias através das experiências narradas por estes sujeitos e fazê-las geografia.

Destarte, as concepções atuais do saber geográfico sugerem a este pesquisador um diálogo com novas possibilidades de leituras de mundo, incorporando novos objetos, outras abordagens, compartilhando conceitos e uso de fontes com suportes e linguagens diversas, buscando, assim, alargar as possibilidades, ampliando os horizontes da pesquisa numa perspectiva essencialmente interdisciplinar, na confluência da história com a geografia. Nesse sentido, a relação interdisciplinar se faz cara nesse trabalho, especificamente durante a escolha dos aportes epistêmicos e metodológicos que operassem adequadamente sob nossas fontes. Nesta análise, partimos da premissa de que todo estudo “[...] se articula com um lugar de produção socioeconômica, política e cultural”.⁹⁸⁰ Outrossim, nossa tese partiu do *lugar social* de um historiador de formação e geógrafo em construção, flertando com a geografia humana, mais especificamente com as chamadas geografias agrária e social. Parafraseando obtusamente Michel de Certeau, realizamos uma *operação geográfica*,⁹⁸¹ ao coadunar as categorias tempo e espaço nesta reflexão, como um *devoir* de pesquisa, por entender que tais categorias gravitam permanentemente como nos propõe Certeau, para quem “o espaço é um lugar praticado”,⁹⁸² e suas práticas reverberam-se numa temporalidade circunscritamente espacializada.

Desta forma, ao circunscrevermos o tema, fomos imersos na necessidade de convertê-lo numa atividade de interconexões e confluências filigranadas entre a história social e a geografia humana interseccionada pela oralidade, considerando o caráter interdisciplinar deste objeto de estudo que exige um diálogo profundo entre os diferentes campos do saber, como extensamente procuramos demonstrar alhures, para permitir-nos compreender a emergencial complexidade de nosso objeto de estudo. Para este estudo, as categorias analisadas foram território e migração, considerados basilares à geografia, assim como identidade à antropologia e memória à história, todas devidamente esquadrihadas à luz da abordagem geográfica. Desta sorte, empenhamo-nos na tarefa de capturar uma realidade fugidia, através

⁹⁸⁰CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 62.

⁹⁸¹Faz alusão à expressão operação historiográfica cunhada por Certeau para quem “[...] operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas ‘científicas’ e de uma escrita”. Proposição encontrada, a saber: CERTEAU. A operação historiográfica. In.: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 66.

⁹⁸²CERTEAU, 1994, p. 202.

dos lampejos de memória de nossos protagonistas e submeter ao escrutínio, os fragmentos do processo de construção dos territórios identitários, construídos nos espaços de origem e de destino destes migrantes.

Ademais, o contato com esta temática remonta há aproximados 10 anos, tempo em que enveredamos enquanto pesquisador, e por vezes militante, junto à equipe do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán de Açailândia-MA, nosso centro de referência e endereçamento, grandes interlocutores que nos oportunizaram conhecer acompanhando muitos destes sujeitos investigados, o que viabilizou sobremaneira a realização exitosa deste estudo. Faz-se mister sobrelevar que a realização de muitas das entrevistas aqui analisadas, demandou-nos um esforço *sui generis*, levando-nos a construir, na medida do possível, uma relação de alteridade com estes trabalhadores migrantes com os quais mantivemos contatos continuados, e assim construímos uma relação de confiança e respeito, do contrário, gestada e circunscrita nas relações cotidianas consorciadas, sem as quais não teríamos conseguido concluir esta pesquisa a contento.

Reiteramos que a opção por um número relativamente pequeno de entrevistados se fez por concordarmos com a assertiva de Sônia Maria de Freitas que nos alerta que devemos ter verdadeira atenção “[...] com a qualidade e não com a quantidade de entrevistas a serem realizadas”.⁹⁸³ Nestes termos, ressaltamos ainda que, muitas outras entrevistas realizadas não foram utilizadas face à delimitação espacial que propusemos aqui. Deste modo, esperamos por outra oportunidade para devidamente analisá-las. Neste sentido, para a escolha de nossos narradores nos valem da assertiva de José de Souza Martins para quem devemos “[...] tomar o que é liminar, marginal e anômalo como referência da compreensão sociológica. É nos limites, nos extremos, na periferia da realidade social [...] O relevante está também no ínfimo. É na vida cotidiana que a história se revela ou se oculta”.⁹⁸⁴ Utilizamos a metodologia da história oral aplicada à geografia social, no que convencionamos chamar de com algumas reservas de geografia oral. Para tanto, amealhamos fontes orais e escritas em busca que *feelings* que nos permitissem “devolver às pessoas que vivenciaram a história, um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras”,⁹⁸⁵ oportunizando-lhes a visibilidade e o protagonismo dos

⁹⁸³FREITAS, Sônia Maria. **História oral:** possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas, 2006, p. 86.

⁹⁸⁴MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2008, pp.11-12.

⁹⁸⁵THOMPSON, Paul. História e comunidade. In.: **A voz do passado:** história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 22.

quais são merecedores. Suas narrativas entretecidas por memórias traumáticas, por vezes, aparecem quase uníssonas em alguns aspectos, noutros emergem versões díspares de um mesmo acontecimento, o que revela a heterogenia do fino tecido dos discursos e reflete o fluxo das redes de solidariedade com suas tensões e conflitos do viver migrante.⁹⁸⁶ São camponeses da/na fronteira maranhense, que tiveram seus corpos e sonhos aprisionados e, por vezes, mortos e mutilados em cativeiro, vocábulo que se faz profundo, dado sua intrínseca relação a um passado escravocrata e senhorial de um Brasil recente.

Conforme se evidenciou durante a análise dos dados desta pesquisa, nossos protagonistas, trabalhadores rurais migrantes da fronteira maranhense têm, dentre outros aspectos em comum, a origem campesina maranhense expropriada pelo avanço estratégico do capital através da implantação de ‘grandes projetos de desenvolvimento’, mormente, do agronegócio, siderurgia e mineração, sobretudo, a partir dos anos 1980, que resultou no êxodo rural destes trabalhadores, em geral com numerosa prole, representando ser mais um dos graves exemplos dos impactos socioambientais gerados a partir da implantação do Programa Grande Carajás nos Estados do Pará e Maranhão. A um só tempo seus efeitos foram exponencialmente sentidos no município de Parauapebas/PA, com a extração do minério de ferro nas jazidas de Serra dos Carajás e nos municípios de Açailândia/MA e Marabá/PA com a instalação das guseiras, responsáveis pela transformação do minério de ferro em ferro gusa, destinado à exportação. Do conjunto destes fatores, passaram a chegar à cidade, trabalhadores de diferentes partes do país e refugiram-se em espaços periféricos de Açailândia, sem a menor infraestrutura de moradia e despreparados para o novo mundo do trabalho do qual sequer conseguem ser inseridos, restando a estas classes subalternizadas migrarem para o Estado do Pará, um processo migratório herdado, pois muitos aprenderam com seus pais que o Pará era uma terra de oportunidades, um *eldorado* do trabalho, uma vida de peregrinação em busca da sobrevivência de suas famílias, através da migração forçada. Nas palavras do poeta Hélio Bráz, membro da Academia Açailandense de Letras – AAL, ainda persiste o imaginário popular da relação entre desenvolvimento econômico enquanto sinônimo de crescimento social e humano, ao versar que “este conjunto de riquezas / Eu digo com toda certeza / São manchetes de jornais, / Já é o orgulho do Maranhão / Açailândia é mesmo coração / Do Projeto Grande Carajás”.⁹⁸⁷ Vista por

⁹⁸⁶A despeito do viver dos camponeses-migrantes e da constituição de redes nos espaços de reprodução camponesa, indicamos o debate contido em: MENEZES, Marilda Aparecida. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

⁹⁸⁷BRÁZ, Hélio Rodrigues. Açailândia e o Projeto Carajás. In.: ACADEMIA AÇAILANDENSE DE LETRAS – AAL, **Sodalício Acadêmico**. 2012.

estes, as fronteiras e portais da Amazônia, como alternativa última de melhoria das condições de vida na derradeira fronteira do Brasil, como temos visto em muitos estudos e nas nossas fontes escritas e orais.

Neste sentido, a migração camponesa no Brasil é um processo em curso que irrompe em regiões onde necessitam de força de trabalho abundante, processo que não se dá sem conflito, configurado nos termos da pesquisa como uma migração forçada e não espontânea que ocorre há pelo menos duas gerações. Está ligada intrinsecamente ao modo de produção capitalista com suas contradições orquestradas, operando como estratégia de sobrevivência das populações menos abastadas, como no caso de nossos entrevistados ao migrarem rumo à Amazônia na derrubada da floresta para a pecuária extensiva. Parte significativa destes trabalhadores rurais sofrem um movimento expansivo de expropriação de suas terras como aparece nas fontes orais e escritas, o que levou a uma considerável diminuição da agricultura familiar no Maranhão, frente às precariedades na reprodução social familiar. Para chegarmos nesta compreensão no caso maranhense, buscamos compreender sob as lentes de Russel Scott os modos e formas como o campesinato brasileiro se concebe socialmente, cuja matriz reverbera-se, tomada da realidade constituída coletivamente e historicamente demarcada pelas diferentes e apropriações da/na terra no campo, constatemente [re]configuradas pelas estratégias de reprodução social dos camponeses. Desde os primeiros anos da década de 1980, a região, objeto desde estudo, figurou como muitas outras do Estado do Maranhão com importantes, mas espaçados fluxos migratórios interregionais, foram levas de trabalhadores rurais maranhenses ou oriundos do Maranhão que migram e/ou migraram, parte de uma conhecida rede de migração geracional, adensada pelos antigos projetos integrados de colonização da Amazônia durante a Ditadura Militar no que convencionou-se chamar de Operação Amazônia sob os slogans *integrar para não entregar e terra sem homens para homens sem terras*, a exemplo das malfadadas políticas empreendidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, criada em 1966, extinta em 2001 e recriada em 2003.

Como sabemos, estes fluxos migratórios têm diretas implicações advindas das contradições emanantes das condições estruturais locorregionais de poder, e por extensão, motivadas pelas intensificações da expansão do agronegócio nesta região do país. Neste contexto, os camponeses expropriados, enquanto migrantes sazonais estabelecem redes de contatos intermigrante e inter/intrafamiliar, como estratégias de ajuda mútua em suas práticas migratórias. Embora estes fluxos migratórios tenham apresentado alguns sinais de esgotamento,

foram reacendidos em suas proporções a face da crise político-econômica de 2016. Logo, a impossibilidade de se fixar em terras maranhenses, para estes camponeses ligados à fronteira, a migração se torna alternativa possível para escapar das teias da pobreza locais e de suas precariedades nos espaços subalternizados pelas elites locais e atraídos por falsas promessas, “expulsos de áreas onde antigamente plantavam, eles vêm-se perseguidos pelas próprias condições às que fogem”,⁹⁸⁸ acabam caindo nas redes da exploração e na cadeia do trabalho escravo contemporâneo noutros Estados, numa migração interregional, vigorosamente circular, como aparecem nas vozes migrantes que realizamos escuta.

Os dados apresentados pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE permitiram-nos mostrar que nos últimos vinte anos de combate à escravidão por dívida no Brasil, cerca de 50 mil trabalhadores foram libertos em várias partes do país, com mais de duas mil operações de resgate de trabalhadores. Amealhados aos dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, a Comissão Pastoral da Terra – CPT e Repórter Brasil, fica evidente que a grande maioria dos casos dos trabalhadores escravizados na Amazônia continua sendo motivada pela derrubada da floresta em atividades como capina, roçagem, realização de aceiros, coivara, feitura de cerca e limpeza de pasto para formação de fazendas destinadas ao agronegócio e, um menor número de trabalhadores, aparecem na produção de carvão vegetal para as siderúrgicas de Açailândia/MA e de Marabá/PA, no chamado Polo Carajás, isto também aparece na leitura interpretativa das fontes orais, que nos deram pistas para a compreensão das características deste fenômeno na região.

O horizonte de perspectiva e análise de nossa *démarche* teórica, somada às evidências empíricas encontradas na pesquisa têm demonstrado que o trabalho escravo contemporâneo, enquanto fenômeno social e econômico, convive com antigas e novas práticas. É sintomático do próprio capitalismo moderno que admite formas não capitalistas, embora muitos sejam contrários, para assegurar sua acumulação e asseverar sua expansão, ou seja, é uma acumulação primitiva no contexto da reprodução ampliada do capital na Amazônia brasileira. Assim, como demonstramos no corpo deste estudo, o trabalho escravo

⁹⁸⁸O autor faz uma análise do mundo camponês, tomando a migração como estratégia de reprodução social dos camponeses na agricultura familiar em Garanhuns/PE e Santa Inês/MA, este segundo, assemelha-se muito ao caso de Açailândia/MA, separadas por 318 km. SCOTT, Russell Parry. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste entre o cativo e o meio do mundo. In.: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. [Orgs]. **Diversidade do campesinato expressões e categorias v.2: estratégias de reprodução social**. EdUNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: 2009, pp. 245-267, p. 263.

contemporâneo é parte atual do modelo capitalista, em que as forças produtivas assenhoreiam-se da espoliação do trabalho para a acumulação capitalista da produção que avança na fronteira amazônica. Marcadamente, o isolamento geográfico, a escassez da mão de obra e sobretudo, a discriminação estrutural e históricas dos trabalhadores rurais brasileiros, são ingredientes que combinados resultam na escravização por dívida.

Nestes termos, Martins assevera que “[...] é na fronteira que encontramos o humano no seu limite histórico”,⁹⁸⁹ materializando-se no desencontro dos se avizinham face ao encontro que já estão conflagrando um palco de conflitos, [in]subordinação e resistências. Neste ensejo, nos interessou as narrativas dos homens simples, não se consideram protagonistas da história embora sejam. Vivem no limite e estão à margem, a estas populações chamamos de liminares.⁹⁹⁰ Em geral, a fronteira tende a reunir elementos que lhes são particulares, como formação de grandes propriedades, o isolamento geográfico, dentre outras condições, que favorecem sobremaneira, a prática da escravidão nestes rincões. Assim, o que vemos é o processo de reprodução ampliada do capital excluindo e expropriando o trabalhador, acentuando as desigualdades socioeconômicas. Nesta lógica do capitalismo moderno, restam aos trabalhadores a miséria e espoliação extrema, relegando-nos “à terceira margem do rio”,⁹⁹¹ aqui compreendida como rio de força profunda, rompendo com aspecto binário, margem direita e esquerda de tudo, há sempre um terceiro lado, um entremargens, que nos possibilita compreender a partir de novas perspectivas a in/exclusão social. Não se chega à outra margem sem riscos, mas entre ganhos e perdas, é no percurso, na força do nado ou do remo que se promove a mudança, rendundando em crescimento.

A base de nossas reflexões sobre fronteira se desenvolve a esteira dos estudos de José de Souza Martins que se fazem presentes no corpo desta tese, foram fundantes às nossas análises iniciais, finais e continuadas deste estudo. Sobre as múltiplas significações do termo

⁹⁸⁹MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009, p.11.

⁹⁹⁰MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Contexto, 2008.

⁹⁹¹ROSA, João Guimarães. A terceira margem do rio. In.: ROSA, João Guimarães. **Ficção completa: volume II**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, pp. 409-413. Conto de Guimarães Rosa presente em sua obra, Primeiras Estórias de 1962, narra a história de um homem que abandona o convívio familiar e social para viver recluso singrando o rio com sua canoa em meio à solidão. Neste sentido, a poética rosiana, nos serve como reflexão quanto à importância de ler os fenômenos, a partir de uma terceira margem possível de interpretação.

fronteira, que perpassam a visão clássica superando-a, operamos pelo sentido conferido por José de Sousa Martins para quem

[...] fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização [demarcada pela barbárie que nela se oculta], fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano*.⁹⁹²

Neste sentido, comungamo-nos da assertiva de Martins quando confere a fronteira um sentido do humano, um processo resultante do constructo das relações estabelecidas entre os diferentes, enquanto fato social. Neste sentido, a fronteira é palco singular de conflitos. Um dos eixos centrais das discussões aqui apresentados para empreendermos as relações dos migrantes em seu lugar de destino foi acessando o conceito de fronteira de Martins, nos termos do autor “a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular [...] como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro”.⁹⁹³ É também na fronteira, lugar de todos e de ninguém que os conflitos e a lutas se confrontam e se afinam o coro de vozes dos migrantes, na busca pelo direito de ser migrante e ter sua cidadania respeitada no *in* e *out* da sociedade de destino, e também, na sociedade de origem.

Já dos imbricamentos entre a história e geografia durante as leituras e escritura do texto, certas questões ganharam a maturação necessária, nos permitindo afirmar de que não existem pessoas desterritorializadas, porque não existem pessoas sem territórios, mesmo os nossos trabalhadores submetidos à escravização, levados aos confins de fazendas na Amazônia paraense, continuam entre idas e vindas a constituir territorialidades conflitantes e precárias na luta por territórios mínimos de que nos fala Rogério Haesbaert, para quem a desterritorialização se constitui num mito.⁹⁹⁴ Neste sentido, compreendemos, pois, que nossos protagonistas, segregados socioespacialmente, acabam por experienciar outra prática de territorialização, os territórios-rede. Ao experienciar síncrono e assincronamente diferentes territórios, reinventando-se na arte da sobrevivência, nossos narradores reconstroem para si, multiterritorialidades em face das territorialidades precárias a que são submetidos em suas

⁹⁹²MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009, p.11.

⁹⁹³Ibid., 2009, p.150.

⁹⁹⁴Este debate é encontrado, dentre outras publicações do mesmo autor, em HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade**. 7ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. / HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo: 2005, p. 6791.

práticas sociais cotidianas, fortemente arraigadas por relações de poder entre sujeitos escravizadores e sujeitos escravizados.

Sobre isto, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em pesquisas realizadas entre 2005-2015, concluiu que o agronegócio na Amazônia segue avançando com o desmatamento e derrubada da floresta para dar lugar a grandes pastos destinados à pecuária extensiva e monocultura, no que venha a ser os maiores latifúndios do mundo, atingindo as populações tradicionais amazônidas. Logo, a expansão da grande propriedade e a expropriação dos camponeses culminam na geração de pobreza que, por sua vez, promovem a migração e neste caso, por conseguinte, resulta no processo de escravização por dívida, como constatamos nesta pesquisa. Nestes termos, nos é possível advogar que a combinação de elementos como a má distribuição de renda e a facciosa estrutura fundiária brasileira, favorece a expansão e manutenção desta aviltante prática, que afronta direitos básicos à dignidade da pessoa humana.

Neste contexto exsurge, como horizonte de perspectiva possível para a erradicação do trabalho escravo, a formulação e execução de políticas públicas efetivas como a reforma agrária⁹⁹⁵ com condições que favoreçam a permanência e reprodução social destas populações no campo, no bojo da agricultura familiar e camponesa. Valemo-nos de Bernardo Mançano, para quem “a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês”,⁹⁹⁶ neste sentido, temos no agronegócio um dos principais entraves nesta questão. Na tentativa de perceber estes trabalhadores como sujeitos ordinários, em suas formas simples e ambíguas de ser, e também de suas complexas relações do viver migrante, não reduzindo-os a vítimas colocadas na condição de derrotados do processo, mas como sobreviventes prontos a recomençar. Para isso, foi preciso [des]construir posições, reaver perspectivas, [re]avaliar atitudes e até tomar partido, reconhecemos que isto possa incorrer a inúmeras críticas no campo acadêmico, para as quais assumimos de pronto.

Para o combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil para além da reforma agrária, faz-se necessário arregimentar esforços num conjunto articulado de ações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel de Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo

⁹⁹⁵STÉDILE, João Pedro. [Org.] **A questão agrária hoje**. 3ª ed., Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

⁹⁹⁶FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001, pp. 29-30. Para adensar o debate acerca do conceito de camponês, segue: MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA** (UNESP), v. 11, pp. 57-67, 2008.

– GEFM no resgate dos trabalhadores e a efetivação de propostas de combate e prevenção contempladas já nos Planos Nacionais para Erradicação do Trabalho Escravo de 2003 e 2008 e nos Planos Estaduais em de 2007 e 2012. Soma-se a estes, a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE, que articula representantes dos trabalhadores, sociedade civil e governo para o monitoramento dos planos nacionais. Diante da letargia de alguns setores do governo no enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo, levantam-se instituições outras que atuam em âmbito regional, nacional e internacional com importante atuação no combate ao trabalho escravo contemporâneo a exemplo do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB, importante interlocutora institucional na região, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, a Repórter Brasil e a Organização Internacional do Trabalho – OIT dentre outras. Neste sentido, o desafio do combate à escravização contemporânea é, pois, uma responsabilidade de todos e de cada um.

Pudemos verificar também, conforme avançávamos nas fontes primárias, o perfil dos trabalhadores rurais escravizados no Pará, em sua maioria homens, negros, pardos, analfabetos, semianalfabetos, analfabetos funcionais, sem qualquer qualificação profissional para o mundo do trabalho urbano. Tais informações foram ratificadas durante a realização das entrevistas, assim como nos foi confidenciado a estigmatização a que estes trabalhadores são submetidos no Estado do Pará, como parte do processo de exploração. Na cadeia de exploração da escravidão por dívida no Brasil, exsurtem aqueles que, na condição de aliciadores e receptores, se beneficiam do produto da atividade desempenhada mediante trabalho escravizante, quais sejam respectivamente, o gato e o proprietário de terra que se torna um escravocrata contemporâneo. Estas informações aparecem nos dados do CDVDH/CB, a Comissão Pastoral da Terra – CPT e Repórter Brasil, conforme demonstramos através de tabelas e gráficos.

Nestes termos, Neide Esterici afirma que o que classificamos de escravidão contemporânea pode “[...] não corresponder nem mesmo ao entendimento que as vítimas têm das relações que vivenciam”.⁹⁹⁷ Ademais, assinalamos que ao longo da pesquisa, nos foi possível tomar nota, que quase a totalidade dos nossos entrevistados se colocavam na condição de sujeitos escravizados, moradores das ilhas de pobreza na *cidade do ferro*, cognome dado por alguns deles, à cidade de Açailândia/MA, o que nos foi facilmente compreendido, uma vez que

⁹⁹⁷ESTERCI, Neide. **Escravos da desigualdade**: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: CEDI, Koinonia, 1994, p.33.

todos foram endereçados pelo CDVDH/CB, ou seja, tratam-se de trabalhadores em geral reincidentes, acolhidos pelos programas de acompanhamento jurídico-social desenvolvidos pela instituição de defesa dos Direitos Humanos, politizando-os. Nestes termos, também julgamos útil entendermos que para alguns de nossos sujeitos geográficos, o trabalho forçado a que foram submetidos é, em grande medida, por eles naturalizado por estarem acostumados a uma vida simples e a jornadas de trabalho extenuantes, num passado recente. Este aparente processo de naturalização do trabalho escravo é contumaz entre os trabalhadores do campo, constituído no esteio dos homens do poder, segue como prática ignominiosa amplamente difundida para aturdir os trabalhadores[as] rurais de seus direitos, ainda tão mal alcançados pela justiça brasileira. Trata-se de relações fundantes de dominação da vida cotidiana no mundo do trabalho, atravessada por múltiplos interesses das classes dominantes, que intentam construir formas estruturantes de exploração interpenetradas, pelas micro e macrorrelações de poder.

Nossos dados apontaram que estes homens migrantes deixaram suas mulheres em Açailândia/MA com a guarda de seus filhos/as e em alguns casos até de netos/as, o que tem forçado muitas destas aguerridas mulheres a trabalharem como domésticas sem quaisquer direitos trabalhistas assegurados para obter o sustento mínimo dos familiares que ficaram, tendo de deixar os filhos mais novos aos cuidados dos irmãos mais velhos. Também por isso, atribuímos a estas, a expressão *mulheres de atenas*⁹⁹⁸ também chamadas de viúvas de maridos vivos,⁹⁹⁹ que “[...] com sangue, suor, lágrimas e coragem vencem, dia após dia, a dura batalha de sustentar uma família numerosa sem ao menos, ter o domínio básico da leitura e escrita em uma sociedade dominada pela cultura letrada”.¹⁰⁰⁰ A exemplo do caso de uma trabalhadora

⁹⁹⁸Atribuímos significado correspondente ao desenvolvido por José Carlos Aragão para quem estas mulheres destemidas, também vítimas do trabalho escravo contemporâneo “[...] dada a solidão, o abandono e o sofrimento a que estavam sujeitas após a partida de seus maridos”,⁹⁹⁸ Cf. SILVA, 2009, p. 155. Ambos referenciados ao excerto da música de BUARQUE, Chico, BOAL, Augusto. In.: **Chico Buarque** – letra e música. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 144. Sobre a atuação das mulheres trabalhadoras, mães e esposas dos trabalhadores, publicamos um artigo em livro internacional, SOARES, Fagno da Silva; FERRERAS, Norberto Osvaldo. *Mulheres de Atenas da Amazônia Maranhense: breves narrativas de esposas e/de trabalhadores submetidos à escravidão contemporânea*. In.: BARBOSA, Maria do Socorro; SILVEIRA, Thiago Coelho; FERREIRA, Vinícius. **Estudos de gênero: uma perspectiva multidisciplinar**. New York: Mr. Wilson Publishing, 2016, p. 131-154.

⁹⁹⁹Incisiva expressão empregada pela socióloga MORAIS, Maria Dione Carvalho de. **Memória de um sertão desencantado: modernização, agrícola, narrativa e atores sociais nos cerrados do sudoeste do piauiense**. Campinas, 2000, 481p. Tese [Doutorado em Ciências Sociais] Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 2000, p. 352. Posteriormente reapropriada por SILVA, 2009, p. 155. / SOARES, 2012, p. 90.

¹⁰⁰⁰Trecho da música de BUARQUE, Chico, BOAL, Augusto. In.: **Chico Buarque**: letra e música. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 144.

rural, entrevistada durante a pesquisa de mestrado em 2011, afirmou que esteve durante anos a espera do marido escravizado no Pará,

ao falar sobre sua trajetória ela se emociona, com palavras deveras contundentes, esta mulher de Atenas revela que acumulou as atribuições de ser mãe e pai de 4 filhos, árdua tarefa que, quando somada à labuta para o sustento da família, vê-se que se trata de uma legítima heroína para os seus. Sem opção, acaba, pelos desígnios da vida, tendo de trabalhar, quando encontra emprego para não ver sua prole ‘morrer de fome’, como ela mesma diz, ou ainda como dizem os poetas da música Mulheres de Atenas ‘elas não têm gosto ou vontade, nem defeito, nem qualidade, têm medo apenas, não têm sonhos, só têm presságios’. Exauridas pelo sofrimento e dilaceradas pela dor, estas mulheres fazem-se fortes para continuar vivendo e educando seus filhos para que estes não caíam nas armadilhas do submundo do trabalho. A música ‘Mulheres de Atenas’ do poeta Chico Buarque de Holanda e do dramaturgo Augusto Boal faz alusão à sociedade ateniense durante a Guerra de Tróia, narrada nos épicos *Iliada* e *Odisseia* atribuídos ao também poeta Homero. Temos pois, a bela Penélope, mulher devotada e fiel ao marido Ulisses, que durante vinte anos esteve longe de casa, crente de que o mesmo não havia morrido. Mantinha-se casta a sua espera e rogava aos deuses pelo seu regresso. Esta referência data de mais de cinco séculos antes de Cristo sob a releitura de pouco mais de três décadas. Vale-nos para representar as mulheres que, abandonadas por seus maridos escravizados pelo carvoejamento, sentem-se angustiadas, porém, obstinadas a sua espera e no cuidado com sua prole. Embora os autores estejam ironizando o comportamento das mulheres atuais e não fazendo apologia à submissão feminina, o nosso interesse aqui, é pelo comportamento de retidão aos seus maridos, descrito por Homero no período clássico da história grega.¹⁰⁰¹

Temos, pois, os *homens de esparta* que seguem em busca do *eldorado* no Pará, uma construção mítica de um Parazão, como eles costumam chamar, ao se referirem às riquezas naturais do Estado do Pará, advindos dos idos na década de 1940, quando mais 55 mil trabalhadores, em sua maioria nordestinos, foram enviados pelo governo para extração da borracha na Amazônia, chamados de soldados da borracha, adensada pela corrida do ouro em Serra Pelada nos anos de 1980. Estes movimentos migratórios favoreceram, sobremaneira, para a construção imaginária de uma terra abundante e repleta de riquezas. Assim, tanto os movimentos migratórios como as práticas neoescravagistas no Brasil tem se atualizado, sob a égide do capital, refuncionalizando-se. A respeito dos homens de espírito espartano compelidos, por distintas razões, a migrar do Maranhão em direção ao Pará, Soares assevera que

aos homens de Esparta, corajosos guerreiros que não temem qualquer batalha, embrutecidos pela dureza do labor a que são submetidos nas fazendas e carvoarias, com a lassidão dos corpos enegrecidos pelo carvão e os pulmões já antracosiados lutam para continuarem vivos e suportarem as fortes dores na coluna, fadiga muscular ou miastenia, cefaleia, fraqueza generalizada motivada pela carência nutricional e vitamínica como a ausência de vitamina C e falta de potássio e magnésio, podendo

¹⁰⁰¹ SOARES, Fagno da Silva. **Escravizados do carvão: historiando identidades e memórias em Açailândia-MA no tempo presente**. 2012. 300p. Dissertação. [Mestrado em História do Brasil], Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012, pp. 90-91.

ocasionar desde uma simples cãibra até levar a óbito. Somam-se a isto, a baixa imunidade, doenças músculo-esqueléticas e cardiovasculares, aumento da pressão arterial e outras descritas por nossos narradores [...] Eis os homens de Esparta que com destemor saem em busca de trabalho e dignidade na Amazônia e encontram um mar de exploração. Sem, contudo, saberem nadar neste mar, muitos sucumbem em suas águas, outros, no entanto, as conhecem tão bem que voltam para salvar seus companheiros. Como foi o caso narrado pelo Sr. Antonio Gomes, que afirma ter fugido e retornado para salvar um amigo “depois que eu fugi da fazenda voltei para buscar o meu amigo Nego, que estava doente de malária [...] fomos caçados como animais pelos jagunços, mas conseguimos escapar”. O relato, repleto de atitudes corajosas nos possibilitou compreender a importância do fazer-se forte frente às agruras próprias de sua atividade laboriosa e das intempéries a que são submetidos. E neste enlevo ele, vocifera “eu nunca carreguei uma desfeita, nunca deixei o cara beber o sangue de um meu, olhe que são 33 irmãos espalhados pra eu não me vingar. Ainda hoje eu tenho isso comigo. Eu não nego pra ninguém, nem pra autoridade, pra ninguém. Eu tenho nove crimes no espinhaço”. Assim, nosso narrador confaz uma quase épica narrativa ancorada no misto entre memória e imaginação, história e ficção.

1002

Não é raro entre os narradores autocelebrações com relatos de intensa bravura e coragem, sobretudo, nas práticas notadamente de solidariedade como ratificamos alhures, as quais interpretamos como táticas e estratégias de sobrevivência à baila das reflexões de Certeau. Destacamos ainda, que em história oral, mais importante do que identificar os possíveis falseamentos ou abstrações de um narrador, é buscar as motivações destas pelo narratário, como bem definido por Meihy a quem “[...] as mentiras, esquecimentos e deformações são matéria da boa história oral, que, mais que identificá-los, deve também explicar”.¹⁰⁰³ Desta feita, o mote da história oral é o instante impregnante da experiência.

Corroborando com as afirmações supracitadas, cabe sublinhar uma constatação observável durante as entrevistas, trata-se das formações de laços de solidariedade constituídas pelos trabalhadores rurais no lugar de destino com seus conterrâneos de diferentes partes dos Estados do Maranhão e Piauí como estratégias de sobrevivência, mas não comum a todos os trabalhadores entrevistados. Alguns se apresentaram, vivendo enclausurados em trabalho cativo, num processo de *ilhamento socioespacial estratégico* por parte de seus algozes e aliciadores, com os quais não haviam estabelecido nenhuma relação social anterior ao recrutamento e cativo. Outra constatação foi à participação de familiares atuando como ‘gatos’ nos processos de aliciamento de alguns destes trabalhadores, assim como o estabelecimento, em alguns casos, de relações de parentela com os ‘gatos’, quer seja como prática de resistência por parte dos trabalhadores e/ou estratégias de dominação pelo gato, é

¹⁰⁰²SOARES, 2012, pp. 90-91.

¹⁰⁰³MEIHY, 2005, p. 57.

uma prática ainda muito comum na região o tráfico humano para a escravidão, inclusive de mulheres e crianças para a exploração sexual noutras regiões do país e até no exterior.

Não raro, apareceram entre os nossos narradores aqueles que declaram terem sido brutalmente escravizados e revelam diferentes formas de resistências por eles praticadas durante o cativeiro nas fazendas. Destarte, estes sujeitos forjam identidades para além da submissão e solapam micro dominações. Tais práticas se mostraram mais comuns do que se imaginava no transcurso da pesquisa, tendo sido fundamental, para esta compreensão, o diálogo da bibliografia com a empiria, à medida que se tornou possível o cotejo com outras realidades, a exemplo do estudo realizado pelo geógrafo Alberto Lopes, que categoricamente nos informa que a “desqualificação profissional, a falta de escolaridade e a pobreza são ingredientes que se combinam para os trabalhadores se tornarem vítimas [...] com suas vidas fora do compasso”.¹⁰⁰⁴ De sorte que somos contrários, a assertiva de Guimarães Rosa para quem “o real não está na saída e nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”,¹⁰⁰⁵ advogamos que a saída e a partida são elemento parte da travessia, portanto, valorosos para a compreensão do processo migratório. Muito embora reconheçamos que vivemos efermérides, numa travessia *ad aeternum* ‘entre’, o ficar e o partir, do nascer ao morrer, temos a sensação de estarmos sempre no meio, em face dos tempos efêmeros. Também por isso, a experiência humana não se permite capsular. Dito isto, importa-nos aqui, para além da travessia, compreender o lugar de origem traduzível pelo partir; o lugar de destino pela chegada e estadia; e o retorno. Deste conjunto, temos, pois, o sentido da experiência migratória de nossos camponeses-trabalhadores migrantes,¹⁰⁰⁶ para utilizar a mesma expressão aplicada por Marilda Aparecida de Menezes, são sujeitos de direitos e como tal, lhes são imputados certos deveres, mas ao que parece, nada isonômicos, a vista da inimputabilidade dos empregadores, quer por omissão voluntária, negligência, morosidade ou mesmo imperícia do judiciário brasileiro, que não alcança a todos do mesmo modo.

Outrossim, as narrativas somadas à documentação consultada evidenciam elementos outros de uma classe migrante que sofre processos de hierarquização

¹⁰⁰⁴LOPES, Alberto Pereira. **Escravidão por dívida no norte do Estado do Tocantins**: vidas fora do compasso. 2009. 317p. Tese [Doutorado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009, pp. 277-280.

¹⁰⁰⁵ROSA, João Guimarães. **Grande sertão**: Veredas. 19ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 86.

¹⁰⁰⁶Expressão desenvolvida conceitualmente, na obra MENEZES, Marilda Aparecida. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 19.

socioeconômica e de subalternização, que na dimensão certauniana forjam práticas e estratégias cotidianas de sobrevivência, unidas por experiências que lhes são comuns em face às tidas como classes hegemônicas, conceito tão bem formulado por Antonio Gramsci. Neste enlevo, não consideramos estes trabalhadores rurais como passivos e nem tampouco vítimas, são sujeitos sociais que, apesar de suas limitações, agem com suas táticas e estratégias de sobrevivência. Nos termos de Canclini, os processos de hierarquização socioeconômica e de subalternização se dão a partir das “[...] interações entre hegemônicos e subalternos. São cenários de luta, mas também espaços onde uns e outros dramatizam as experiências da alteridade e do reconhecimento”.¹⁰⁰⁷ Assim, fez-se mister, lembrarmos do provocativo título da obra de Gayatri Spivak *Pode o Subalterno Falar?*¹⁰⁰⁸ Neste sentido, o desafio que se colocou foi, portanto: analisar as memórias e identidades forjadas por estes trabalhadores rurais em mobilidade, enquanto sujeitos geográficos em suas intrínsecas relações com o território, a fronteira e o processo migracional, enquanto produções geográficas e históricas.

Ao consultarmos os dados correspondentes ao período que elegemos para este estudo, podemos afirmar que os resíduos do passado ainda se inscrevem nas rubricas do presente, como num feixe de temporalidades, visto que o número de trabalhadores nordestinos, especialmente maranhenses, piauienses e cearenses resgatados no Pará ainda é uma constante, conforme verificamos nos bancos de dados da Comissão Pastoral da Terra – CPT e ratificado pela documentação do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán de Açailândia/MA – CDVDH/CB.¹⁰⁰⁹ Neste sentido, nos foi possível constatar que, apesar de muitos escaparem do aprisionamento e da escravização, a grande maioria destes trabalhadores, não conseguem fugir do flagelo da fome e da miséria. Conquanto, outros sequer rompem o ciclo do trabalho escravo contemporâneo, caindo de modo recorrente, nas redes e armadilhas criadas pelos gatos em sua ‘teatralidade das promessas’,¹⁰¹⁰ traficantes de pessoas da atual escravização. Assim, estes trabalhadores voltam a ser extorquidos, e novamente, passam a

¹⁰⁰⁷CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ª edição. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 279.

¹⁰⁰⁸SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 23.

¹⁰⁰⁹Cabi aqui expressarmos, um especial agradecimento à gentileza e solicitude com as quais sempre fomos recebidos no CDVDH/CB, por seus colaboradores, mormente, a Fabrícia Silva Carvalho, Brígida Rocha dos Santos e Mariana de la Fuente por compartilharem informações e experiências, permitindo-nos elementos para realização e conclusão desta pesquisa.

¹⁰¹⁰DA SILVA, Moisés Pereira. **O trabalho escravo contemporâneo e a atuação da CPT no campo (1970-1995)**. 2016. 245p. Tese [Doutorado em História Social]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 2016, p. 58.

sofrer coação física e psicológica, cujo intuito é, o de imprimir medo nos trabalhadores[as], para evitar fugas. Passam assim, por toda sorte de privação de direitos humanos e trabalhistas.

No decurso da pesquisa, o processo de reflexão sob as fontes ajudou-nos a perceber elementos muitos que corroboraram para responder, ainda que parcialmente, a questão que circundou todo o nosso trabalho e que nos trouxe até aqui, o mesmo se aplica às hipóteses levantadas que foram parcialmente ratificadas ao término da pesquisa. Neste sentido, retomamos, portanto, duas categorias basilares à pesquisa, quais sejam, a memória e a identidade de nossos investigados, uma vez que a memória apareceu como elemento construtor de identidades suturadas e de territorialidades, marco teórico deste estudo, o que permitiu aos nossos narradores apropriarem-se de seus ‘espaços’ entre o lugar de origem e o lugar de destino. Outrossim, compreendemos o quão reveladora pode ser a experiência vivida do indivíduo, esta foi o substrato teórico do qual precisávamos para dar sustentação “aos argumentos aqui expressos, pois, a indelével marca dos que fazem a geografia é a criticidade, condição primeira do ofício”,¹⁰¹¹ para que não sejamos um historiador-avestruz,¹⁰¹² tampouco um geógrafo-taumaturgo,¹⁰¹³ mas que, o compromisso social seja nosso horizonte maior, ao pensar as questões mais prementes de nosso tempo.

Compreender a experiência vivida de nossos narradores demandou uma escuta sensível das narrativas destes sujeitos geográficos que desvelavam suas estratégias de sobrevivência. Tivemos ouvidos atentos para capturar o dito e os olhos fitos no não-dito nas falas, mas expresso nos gestos e nas emoções evocadas a cada rememoração que aparecem como imagens espiraladas da polifonia das vivências. Ademais, lançamos olhar arguto nos documentos e nos lugares de origem e destino, como pistas, assim nos indica Cristiana Rocha, é algo como seguir “[...] os rastros de suas andanças desenhados em suas falas [...]”,¹⁰¹⁴ assim

¹⁰¹¹Parafraseando Soares, ao estabelecer que criticidade como *sine qua non*, ao ofício do historiador em SOARES, 2012, p.115.

¹⁰¹²Palavra composta, com efeito de expressão proferida, pelo historiador Ciro Flamarion Cardoso para designar os profissionais da história que preferem refletir acerca de temáticas com grandes recuos temporais, e, por conseguinte, negligenciando as emergentes temáticas que atravessam a sociedade tempo presente. Vide, **HISTÓRIA AGORA**, Entrevista com o professor François Dosse, v. 7, Nº 3, jun., 2008. Disponível em: <<http://www.historiagora.com/revistas-antiores/historia-agora-no7/39>> Acesso em 20 de abr. 2015.

¹⁰¹³Palavra-expressão que trazemos ao referenciar às limitações do fazer geográfico durante uma pesquisa, cujo objetivo primeiro não é a exatamente a interferência, mas, a reflexão sobre a problemática, que se deseja base para futuras intervenções sociais. Neste sentido, fizemos alusão ao que Marc Bloch descreve na obra *Os Reis Taumaturgos*, a ‘crença’ na capacidade dos reis em operar cura, através de um simples toque de mãos em seus súditos. Vide: BLOCH, Marc. **Os reis Taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

¹⁰¹⁴ROCHA, Cristiana Costa da. **A vida da lei, e a lei da vida: conflitos pela terra, família e trabalho no tempo presente**. 2015. 270f. Tese. [Doutorado em História Social]. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, p. 256.

o fizemos para compreender as dimensões subjetivas das práticas cotidianas, que só foram possíveis através da metodologia da história oral. Desta forma, cabe pontuarmos a importância da metodologia da história oral, aplicada às pesquisas e estudos sobre a migração,¹⁰¹⁵ o que vai ao confronto da perspectiva tradicionalmente macroestruturalista, que tende a visões deterministas e economicizantes da migração, enquanto fenômeno demográfico. Ao contrário, advogamos uma compreensão de que o fenômeno da migração é um processo histórico-social e demográfico complexo, cuja oralidade opera no sentido de trazer à tona as diferentes nuances e subjetividades, colocando, no centro de sua análise, os sujeitos migrantes, que durante anos ficaram diluídos nas interpretações estatístico-matemáticas, que invisibilizavam as motivações outras do processo migratório. Destarte, os estudos migratórios, têm avançado e ganhado porosidades, aderindo novas perspectivas metodológicas e contornos, desde que centraram sua atenção ao papel e as subjetividades do sujeito em suas análises. Compreendendo o sujeito em suas multiplicidades identitárias, pautadas por relações de trocas e negociações culturais, tencionadas por força da precisão, estes sujeitos operam na elaboração de performances para garantir a sobrevivência.

Para tratar de uma temática de natureza tão árida, tivemos de nos valer nalguns momentos de reflexões um tanto estilísticas na escrita com uma certa licença poética para aliviar um pouco da austeridade ABNTiana nesta tese, para isto, inspiramo-nos no amplo espectro da geografia cultural. Consubstanciamos assim, uma narrativa que buscou em toda a sua construção liar rijeza teórica à acuidade metodológica no trato com as fontes, alinhavando-as com um estilo textual não muito comum em textos acadêmicos, apesar de um certo formalismo, muito desta escrita da geografia reflete seu autor que doravante imprimirá noutras publicações. Reiteramos que, assim como na pesquisa de mestrado, esta tese advoga “que é possível fazer ciência desencastelada e menos aristocrática e mais acessível para além dos muros da academia, porém não menos comprometida com o rigor próprio do fazer científico”.¹⁰¹⁶ Logo, esta pesquisa carrega o tônus do compromisso político e social, para com seus pesquisados, dadas as reservas, se é que é possível, ao passo que, não tem a pretensão de que este seja uma evocação memorialística ou mesmo histórica da verdade. Mas é de todo modo, um libelo em defesa do respeito ao outro, sobretudo, o outro oprimido e explorado. Logo, a produção de saberes reflexivos e propositivos, fruto das problematização teórico-conceitual-interpretativa e análise

¹⁰¹⁵Contribuições da história oral aos estudos das migrações na Grã-Bretanha e na Austrália temos a revisão realizada por THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**. 2002, vol.22, no. 44, p.341-364.

¹⁰¹⁶SOARES, 2012, p.237.

quanto às engrenagens estruturais que movem o trabalho escravo contemporâneo no Maranhão são, em grande medida, o cumprimento do papel social de um historiador-geógrafo e educador, num esforço intelectual analítico de pensar academicamente uma questão que move e visibiliza o lugar social de sua comunidade em suas lutas cotidianas, transportando este debate à universidade. A qual compreendemos, para além de um espaço de problematização, criação, produção e circulação do saber, mas também, da construção da cidadania daqueles sujeitos ordinários de direitos, que tiveram seus direitos básicos, orquestradamente vilipendiados ao longo da história, em tempos prementes, com ventos e ondas cada vez mais conservadores. Eis o papel social deste estudo.

Em termos finais, sobrelevamos ainda que, um dos mais destacados imbróglis que se fez presente no decurso desta pesquisa foi encontrarmos bases referenciais, no que tem sido chamado de humanidades digitais aplicadas à geografia. Neste sentido, compreendemos as humanidades digitais como uma zona interdisciplinar de interseção das tecnologias digitais com as ciências humanas relacionadas quanto aos usos e reflexões o que tem demandado a operacionalização de ferramentas e métodos digitais, no atendimento às novas demandas de pesquisa no campo das humanidades, posto que, trata-se de um campo em franco debate que tem sido colocado à prova, na tentativa de se forjar um instrumental teórico-metodológico e conceitual que contemple as diretrizes neste novo campo de reflexão e análises das ciências humanas tão desafiadores aos profissionais da área, sobretudo naquilo que aqui chamamos de Geografia Digital,¹⁰¹⁷ conceito que aparece para além dos usos de mapas digitais e interativos. Mas que abrange arquivos digitais e análises diversas, a exemplo de jogos virtuais, objetos de aprendizagem em geografia, blogs, redes sociais, portais, realidade virtual e acervos digitais em geral e dentre outras práticas que caracterizam o campo desta nova e pujante geografia, envolvendo um leque de possibilidade metodológicas que a caracterizam, diante de um movimento crescente. O que temos chamado de Geografia Digital em grande medida, é parte do movimento da atual História Digital no Brasil¹⁰¹⁸ para a qual é preciso considerar como

¹⁰¹⁷Em que pense, a complexa e ambiciosa tarefa de definição conceitual da Geografia Digital, cujas implicações epistemológicas, metodológicas e prático-empíricas estão em curso, maturando-se, o que demandará aos profissionais do porvir, aprofundamento epistemológico acerca das Humanidades Digitais que ao incorporar diferentes linguagens e tecnologias combinam matizes da história, museologia, geografia, literatura, arte, computação social na forma de curadorias colaborativas em museus digitais, cidades virtuais, atlas interativos, hemerotecas digitais e dentre outras possibilidades de experiências digitais no cyberspaço, operacionalizadas por ferramentas computacionais que permitem o armazenamento, a publicação e a visualização de dados estatísticos e acervos cartográficos na web. O conjunto deste, chamamos nesta tese de Geografia Digital.

¹⁰¹⁸A respeito do movimento da História Digital no Brasil, indicamos a seguinte entrevista: SOARES, Fagno da Silva. Clio entre a Digital History e a Storiografia Digitale: a oficina historiográfica de Anita Lucchesi e suas contribuições à história digital no Brasil. **Revista Observatório**, [S.l.], v. 3, n. 5, pp. 669-715, ago. 2017.

marco, a publicação da Edição Especial da Revista Observatório, cujo dossiê denominado *História Digital: Perspectivas, Experiências e Tendências*,¹⁰¹⁹ apresenta-se como seminal, constituindo-se como primeiro conjunto de publicações científicas realizada no *métier* da história no país.

Historicamente, nos termos do contexto em que tais reflexões têm florescido é o de um Estado com altos índices de reprodução da pobreza, sobretudo no campo, fruto da expropriação geracional de terras historicamente incrustado no Maranhão, Estado brasileiro notadamente conhecido por sua concentração fundiária e disparidades sociais, e das mazelas decorrentes destes elementos combinados. Neste sentido, os estudos sobre as disputas pela posse da terra no Maranhão contemporâneo nos foram deveras úteis e reveladores para compreendermos os processos migratórios destes camponeses rumo ao Estado do Pará, foram vitimadas por práticas que descambaram na degradância das relações de trabalho. Assim, ao levarmos em conta estes aspectos da reprodução ampliada do capital no campo foi possível sumariar alguns itens descritos do corpo da tese que julgamos importante à nossa análise. Deste modo, a exploração da mão de obra serve como prática escusa do desenvolvimento do capital, aprofundando as desigualdades. Urge destacarmos, não por acaso, que a segunda parte da clássica obra de Eduardo Galeano, chama-se “o desenvolvimento é uma viagem com muitos naufragos e poucos tripulantes”,¹⁰²⁰ em sua análise crítica acerca da história da América Latina, referindo-se a violência e a espoliação sofrida durante séculos, sob o manto do dito desenvolvimento, a serviço dos interesses das nações imperialistas e a revelia dos povos latino-americanos.

Destarte, pudemos constatar outro dado relevante confirmado através das fontes escritas, diz respeito à atenção quanto à definição de trabalho escravo contemporâneo, por isso nos servimos da assertiva de que todo trabalho escravo é degradante, mas nem todo trabalho árduo e pesado é escravo, ratificado pelas fontes orais que nos informou que o trabalho escravo por dívida está para além de uma atividade exaustiva no qual adere-se a sua porosidade

¹⁰¹⁹A organização do dossiê temática ficou por conta de Fagno da Silva Soares CLIO & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisas em História Oral e Memória IFMA e NEHO/USP; Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Núcleo de Estudos em História Oral – NEHO/USP, Rede Brasileira de História Pública e Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL; e Bruno Leal Pastor de Carvalho, Rede Brasileira de História Pública, Café História e Professor da Universidade Federal Fluminense – UFF. SOARES, Fagno da Silva; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. *História Digital: perspectivas, experiências e tendências. Revista Observatório*, [S.l.], v. 3, n. 5, p. 25-37, ago. 2017.

¹⁰²⁰GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 49ª ed., Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2009, p. 122.

conceitual, a privação da liberdade e não têm sido raros, os casos, onde ocorreram a presença de castigos físicos e até a assassinatos. Assim cumpre reafirmarmos, de forma conclusiva, que a escravidão contemporânea se faz tão mais truculenta do que sua forma clássica e colonial, uma vez que estes trabalhadores tinham valor de mercado, apesar dos castigos físicos a que eram submetidos, geralmente muitos, e que funcionavam como estratégias para amedrontá-los, minimizando fugas e revoltas. Seus proprietários evitavam machucá-los de morte, pois seria um prejuízo a morte de um escravo ao seu dono, devido ao alto valor de investimento na compra de escravos. Atualmente, a dinâmica tem operado noutro sentido, com a sistemática discriminação estrutural e histórica que tem se consolidado e reverberado, na grande oferta de trabalhadores em situação de vulnerabilidade, os neo-escravocratas tratam-nos como *gente descartável*,¹⁰²¹ são tomados como mercadoria sem qualquer valor, podendo inclusive ser assassinado.¹⁰²² Em nosso socorro, Certeau argumenta que em meio às práticas cotidianas, os dominados encontram mecanismos de resistência, criam táticas, buscam estratégias para forjam suas liberdades, Certeau, alerta às classes dominadoras que “sempre é bom recordar que não se deve tomar os outros por idiotas”.¹⁰²³

A indubitável busca pela compreensão da realidade próxima se impõe dada a necessidade de problematizar e entender a lógica das práticas recentes. Neste sentido, trazemos Chartier para quem “[...] os historiadores sempre foram os piores profetas, mas têm um papel na compreensão das heranças acumuladas que nos fazem ser como somos hoje”,¹⁰²⁴ e, por conseguinte, lembramos Eduardo Galeano na máxima que “a história é um profeta com o olhar voltado para trás, pelo que foi e contra o que foi e anuncia o que será”.¹⁰²⁵ E neste elã, trazemos o contributo da história para este estudo, iluminando as relações de temporalidade que estes nossos sujeitos exercem ao narrarem suas experiências, o que indubitavelmente evoca uma tensão entre o passado e o presente, entremeando narrativas que ultrapassam a verossimilhança. Neste sentido, fomos socorridos e mobilizados pelas reflexões encontradas em Janaína Amado,¹⁰²⁶ para compreendermos o contumaz papel do pesquisador ao lidar com

¹⁰²¹BALES, Kevin. **Gente descartável**: a nova escravatura na economia global. Lisboa: Editorial Caminho, 2001, p. 23. Nesta obra, o autor explicita a engrenagem e o funcionamento da escravidão contemporânea no mundo globalizado com estudos de casos em países como Índia, Brasil, Mauritânia, Paquistão e Tailândia, e, mais esparsamente em partes da Europa e dos Estados Unidos. Tratados como mercadoria no submundo do capitalismo, os escravos contemporâneos são deste modo, tidos como *gente descartável*.

¹⁰²²SOARES, 2012, p. 62.

¹⁰²³CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. a arte de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, p.19.

¹⁰²⁴CHARTIER, Roger. **La historia o la lectura del tiempo**. Barcelona: Gedisa, 2007, pp. 16-17.

¹⁰²⁵GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p.19.

¹⁰²⁶AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, UNESP, São Paulo, n.14, 1995. Ainda da mesma autora, e em sentido próximo e complementar, sugerimos a leitura do

as ‘múltiplas verdades’ construídas pelos entrevistados, a exemplo do que fizemos durante a pesquisa de mestrado.¹⁰²⁷ Diante disso, valemo-nos de Norbert Elias para quem “o tempo não se deixa, ver, tocar, ouvir, saborear, nem respirar como um odor”,¹⁰²⁸ e por esse motivo nossos narradores, tomados de sentimentos, não conseguem demarcar o seu tempo, o que não alija ou mutila o relevo de um estudo geográfico rubricado, graças à “capacidade da memória de transitar livremente entre os diversos tempos”,¹⁰²⁹ como o quer Janaina Amado.

Mesmo em face ao simulacro da pós-modernidade, em que alguns declaram o fim da ciência geográfica e da história, posto o ápice da economia com o capitalismo, da sociedade com o consumismo, e economia dos signos e da política com o neoliberalismo e a democracia. Será um presente eterno? Mas, eis que temos uma nova centralidade, a cultural que avança sem desconsiderar o econômico, político e social, ressurgue sintomaticamente para tentar compreender as dinâmicas sociais mais emergentes da sociedade contemporânea. Para Habermas,¹⁰³⁰ ferrenho opositor da pós-modernidade, defende que o projeto iluminista não fracassou, pois ainda não triunfou. Será o fim da história e da geografia? Isso só o tempo e os espaços nos dirão. Não por acaso, percorrermos múltiplos caminhos e por vezes, descaminhos da história, para então cruzar suas fronteiras e alcançar a geografia, em diálogos possíveis. Afinal, a arte de geografar e historiar nunca foram tão complexas quanto hoje, decifrar o homem no tempo e no espaço, com os códigos do presente nos parece o melhor caminho para compreendermos como estes que aqui operamos, a partir de suas memórias que transitaram na tessitura de enredos movediços entre tempos e espaços que se atravessam, reconfigurando-se continuamente.

Entre as proposições dispostas nestas derradeiras reflexões, faz-se mister ainda destacarmos que, procuramos durante toda construção deste estudo, assumirmos a geografia para além de uma atividade intelectual de produção de sentido acerca da experiência do homem espaço-temporalizado. Pois colocamo-nos através das opções teóricas, metodológicas e também políticas, eleições que em muito nos apraz nestas nada exíguas reflexões finais, às quais não demos um sentido finalístico, pois continuaremos a mergulhar por sendas nesta e em outras

seguinte artigo: AMADO, Janaina. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História**, n.º 15, São Paulo, Abr., 1997, pp. 146-153.

¹⁰²⁷SOARES, 2012, pp. 216-224.

¹⁰²⁸ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 7.

¹⁰²⁹AMADO, Janaina. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, UNESP, São Paulo, n. 14, 1995, p. 132.

¹⁰³⁰HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp. 50-90.

searas que se façam necessárias, em busca de outras respostas. Foi neste cipoal de perguntas e respostas que erigimos este estudo, atraídos por uma demanda latente que sobreveio em nosso entorno social, a partir da qual tivemos que nos submergir neste universo de incursões teórico-empíricas. Assim, fomos capturados pela geografia e tivemos de sair da zona de conforto da qual considerávamos a história, pois era chegado o *tempo da travessia*¹⁰³¹ inicial de um historiador aprendiz de geógrafo que ao cumprir seu rito de passagem com este estudo, debuta na sociedade dos herdeiros de Gaia. Afinal, como também dizem os halterofilistas estadunidenses *no pain, no gain*, traduzível em ‘sem dor, não há ganho’, para chegarmos às reflexões epilogares aqui expressas, tivemos que superar inúmeros gargalos no decurso desta pesquisa, mas que nos ajudaram a fortalecer sua musculatura epistêmica e empírica ao redimensionar as práticas frente aos desafios que, em grande medida, demandaram um considerável esforço que agora se finda, a saber: lidar com os riscos que são inerentes a temáticas tão embaraçosas quanto estas, em meio das forças de poder, levando-nos a tornar anônimos alguns de nossos narradores por se tratar de processos *sob judice*, fugir de análises reducionistas por um deslocamento de olhar, desconstruindo cronologias pela valoração das espacialidades constituídas e suas múltiplas temporalidades, narrativas portadoras de fluxos temporais próprios, sem linearidades, conectadas a outros tempos, o tempo da experiência social em seus pontos e linhas inteligíveis, muito mais temática do que cronológica.

Sinalizamos também que, a construção a muitas mãos deste estudo, tem uma conotação para além da exigência acadêmica, mas um compromisso social e a consciência de que este porta em si, em certa medida, um posicionamento político e um valor social de relevância para a história e a geografia regional. Que não se encerram aqui, pois tem um longo caminho investigativo a trilhar nesta e em outras searas correlatas. Afinal, este tema pede, há muito, aprofundamentos teóricos e empíricos. Posto na busca por respostas a nossa problemática inicial de pesquisa, emergiram novas perguntas que nos permitiram chegar à seguinte conclusão, um trabalho de pesquisa nunca se encerra, o que se esvai são os prazos. Assim deixamos a outros momentos de pesquisa e aprofundamentos futuros, que aqui não

¹⁰³¹Expressão utilizada por Fernando Pessoa que refere-se à necessidade de mudança, aqui utilizamos para caracterizar o percurso de desconstrução do historiador profissional, para fazer-se também geógrafo. Vide o livro de Bernardo Soares heterônimo de PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego**. Richard Zenith [Org.] 3ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Sob a influência desta obra, Fernando Teixeira de Andrade escreveu “Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos”. A este respeito, indicamos as reflexões de TEIXEIRA, Fernando. **O medo**: o maior gigante da alma. [S.l.: s.n.], 2011.

propusemos, por questões de ordem metodológica. Nos meandros desse entendimento, nos encontramos convictos de que este é um prelúdio das muitas pesquisas que ainda estão por vir, portando ainda, muito mais consciência geográfica com aqueles que, assim como nós, ocupam-se do fazer ciência, pautado na ética, sem contudo, perder de vista o indextricável compromisso social.

E assim, compreendemos, pois, que ao chegarmos às ilações de uma pesquisa, abrimos um caleidoscópio de outras com infinitas possibilidades de reflexão e análise. E assim, reiteramos que este estudo, que se propõe ser uma discussão de relevo à geografia regional, possa grassar outros caminhos de reflexão quanto à construção de um novo conceito à escravidão contemporânea no porvir, que melhor contemple suas idiossincrasias teóricas e empíricas. Neste enlevo, subjace o extrato de uma canção pop-rock, que diz “queira / basta ser sincero e desejar profundo / você será capaz de sacudir o mundo, vai / tente outra vez [...] tente / e não diga que a vitória está perdida / se é de batalhas que se vive a vida / tente outra vez”,¹⁰³² revivemos as emoções de nossos sujeitos geográficos ao cerzirmos com os fios tramados pela urdidura da memória e [re]tecidos para fazê-los uma tessitura narrativa. A isto se referem os autores nestes poucos, mas contundentes, versos musicados que evocam a perseverança, a coragem, a fé e a força para lutar por dias melhores, uma práxis possível sobre a qual esta pesquisa deitou preocupações.

Neste estudo, submergimos em águas aparentemente turvas e rasas, mas que se fizeram claras e profundas, e ao emergir à superfície fomos banhados por uma profusão de conhecimentos e experiências, reconhecendo tal como o que reluz no excerto da música ao versejar que “nada do que foi será / de novo do jeito que já foi um dia / tudo passa / tudo sempre / passará [...] Tudo que se vê não é / igual ao que a gente / viu há um segundo / tudo muda o tempo todo/no mundo”,¹⁰³³ vivemos tempos cambiantes, onde a velocidade dos acontecimentos altera nossa percepção da realidade, tornando-se necessário um mergulho com acurácia na realidade para desvelar os fatos. Neste sentido, trazemos um último fragmento de memória de um dos nossos narradores, analisado na conjunção entre as notas de campo e a entrevista, trata-se da narrativa oral de um trabalhador, realizada na presença observadora de sua esposa, que

¹⁰³²SEIXAS, Raul; COELHO, Paulo; MOTA, Marcelo. **Tente outra vez**. In.: Novo Aeon. Raul Seixas. Rio de Janeiro, WEA Records, 1975, LP, faixa 1. 2: 20.

¹⁰³³Um bolero pop moderno de autoria de Lulu Santos em parceria com Nelson Motta, gravada em 1983, inspirada nos pensadores Jorge Luis Borges e Eugen Herrigel. SANTOS, Lulu; MOTTA, Nelson. **Como uma onda [zensurismo]**. In.: O ritmo do momento. Lulu Santos. Rio de Janeiro, WEA Records, 1983, LP, faixa 4. 3:37.

atuou por vezes indicando, ponderando, e até censurando com olhares, sinais e gestos, sua narrativa, os quais, tomamos como notas no caderno de campo, dada às reservas, ela tornou-se copartícipe do processo, conforme nos recobrou as notações realizadas no diário de pesquisa.

Essa chapa [prótese dentária móvel] aqui tá toda esculhambada, toda remendada. Eu só vou mandar botar uma nova quando eu tirar o sangue do [...]. Eu passei foi seis dias de hospital botando sangue pela boca de tanto eles me machucaram futucando com o cano da espingarda, fiquei todo quebrado até hoje tenho marcas no corpo e na alma. Mas um dia vou me vingar desta humilhação, quando eu receber o derradeiro dinheiro que a justiça vai liberar, eu acerto as contas com ele e boto minha chapa nova. Mais depois eu paro e penso, me livrei dessa escravidão, tenho uma vida nova **o que já foi não será mais**. Já passou, mas ainda estou tentando me acostumar com essa ideia, deve ser por isso que dizem que tem três coisas na vida que nunca voltam atrás à flecha lançada, a palavra falada e a oportunidade perdida, com a idade tudo muda, não foi à tona meu filho que cheguei aos 80 anos, não é minha velha?¹⁰³⁴

Avançando nas proposições últimas, nos é possível afirmar que os objetivos da pesquisa foram contemplados em larga medida, mas alertamos que os mesmos foram sendo paulatinamente realinhados ao gosto dos contornos, delineados pela própria pesquisa e tomados a ver a partir da ampliação das fontes escritas e, sobretudo, o contato com as fontes orais. Haja vista que o uso da metodologia da história oral deu a tônica da análise e construção desta narrativa, possibilitando-nos acessar e ler um todo social, circunscrito na dimensão das “trajetórias individuais, que assim como toda memória é coletiva, toda história individual, apesar de subjetiva e pessoal também o é”.¹⁰³⁵ Somam-se a isto, a adoção da expressão *escravização contemporânea*, a qual defendemos desde o mestrado, aqui nos foi possível maturá-la. Isto posto, a tese traz, por conseguinte, como contribuição a proposição de que nos estudos e análises realizados, balizados pelos clássicos da historiografia da escravidão no Brasil, o que temos chamado de trabalho escravo contemporâneo é na verdade um processo historicamente complexo, certamente não residual, de escravização contemporânea. Eis um de nossos contributos, que em linhas gerais porta certa originalidade, ao evidenciar o *lôcus* de análise entrecruzada e os imbricamentos das vivências singulares dos sujeitos histórico-geográficos, ao lugar social do pesquisador, compondo um quadro locorregional peculiar, ainda pouco historicizado, apesar de conectado ao global, ajudou-nos a pensar o trabalho escravo contemporâneo, fora das lógicas e visões, que se insistem homogeneizadoras.

Como em uma viagem de trem, estruturamos este estudo entre [des]embarques, chegadas, paradas e partidas regadas de falas e audições, que assim, como a vida, são repletas

¹⁰³⁴GOMES, 2012, grifo nosso.

¹⁰³⁵SOARES, 2012, pp. 216-224.

de tristezas, alegrias, despedidas e de uma miríade de outros [res]sentimentos no vai e vem das travessias migratórias se fazem a cada caminho percorrido, roteiro traçado, itinerário trilhado e percurso realizado nos embarques e desembarques do trem da vida. Assim são nossos narradores, como vagões de um trem carregado de [des]esperança e com muitos sonhos na bagagem puxados pela locomotiva, ora da esperança, ora da sobrevivência, ambas descarriladas nos trilhos do *capitalismo predatório* transmutando sonhos em pesadelos. Cada capítulo fez alusão a uma estação ferroviária, uma viagem da qual os transeuntes, mártires da resistência, na busca por um alento, não sabem ao certo a parada final, restando-lhes, somente, a crença de que dias melhores virão. Neste enlevo, muitos se fazem *jumpers*,¹⁰³⁶ se teletransportando imaginariamente ao Maranhão para ficar com os seus. Como num *déjà vu*, inesperadamente, são tomados por uma súbita e aparentemente inexplicável sensação de já terem vivido tais momentos, uma vez que nossos narradores migrantes, em grande parte, são reincidentes nesta cadeia de exploração, algo ainda muito comum no expediente do trabalho escravo rural no Brasil contemporâneo, como demonstram os estudos e os relatos apresentados e analisados. Rememoramos aqui, um trecho de um documentário *Escravos da Amazônia*¹⁰³⁷ sobre a Estrada de Ferro Carajás e o trem da Vale, utilizados por recrutadores para o transporte de maranhenses ao Pará para fins de trabalho escravo, realizado há dez anos, nas cidades e nas estações de São Luís/MA, Santa Inês/MA, Açailândia/MA, Marabá/PA e Parauapebas/PA do qual participamos nos bastidores como interlocutores regionais, e que serviu-nos de inspiração para dar título a esta tese, que sintetizamos na seguinte chamada da reportagem-documentário “o trem que leva trabalhadores do Maranhão cheios de esperança e sonhos que vão tentar a sorte no Pará, acabam virando escravos na Amazônia”.¹⁰³⁸

Consoante, ao mergulharmos no desafio desta pesquisa, nos fizemos interlocutores, adentrando o universo mnemônico, por vezes traumático, de nossos narradores. Lançamos mão de um fragmento da música que se tornou célebre *Admirável Gado Novo*,¹⁰³⁹ de Zé Ramalho

¹⁰³⁶Vocábulo tem o mesmo sentido que o empregado pelo escritor, Steven Gould em obra publicada em 1992, nos Estados Unidos, cujo enredo versa a odisseia moderna de um jovem capaz de se teletransportar, perseguido por uma organização secreta que tenta matá-lo.

¹⁰³⁷**ESCRAVOS DA AMAZÔNIA.** SBT-REALIDADE. Roteiro, Direção, Reportagem e Apresentação de Ana Paula Padrão. Produção de Mônica Gugliano. Edição Beatriz Alessi e Léo Freitas, 2007, 46 min.

¹⁰³⁸Idem., 2007.

¹⁰³⁹Música do long-play ‘A Peleja do Diabo com o Dono do Céu’, lançada em 1979 no auge do Regime Militar no Brasil [1964-1965], o título é uma metáfora à obra futurista de Aldous Huxley *Admirável Mundo Novo*, publicada em 1932, narra o cotidiano de uma sociedade organizada em castas, condicionada às leis e regras sociais, cujo controle se faz pela ingestão de uma droga denominada *soma*. A música também evoca elementos de 1984, *magnum opus* de George Orwell. Ver, HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo.** Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Divulgação do Livro, 1968. / ORWELL, George. **1984.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

“[...] *eh, oô, vida de gado, povo marcado, eh, povo feliz*”,¹⁰⁴⁰ como elemento suscitador de reflexão, que embora tratados como animais e tendo seus direitos básicos negados,¹⁰⁴¹ optaram por não se resignar, forjando inúmeras formas de resistência, como vimos no decurso dos capítulos/estações desta tese que privilegia os pequenos e singulares acontecimentos, à revelia das grandes conjunturas e longas durações,¹⁰⁴² solapando linearidades e cronologias. Também por isso, ratificamos a opção, como ressaltado na introdução, de não seguir, amiúde, os itinerários migratórios dos nossos sujeitos históricos; mas escolhemos atentar às memórias e territorialidades migrantes, e o modo de como estes se movem em face das engrenagens impostas pelo grande capital. Desta forma, interessou-nos as falas e os fragmentos destas, muitas vezes indizíveis e intraduzíveis a primeira escuta, pois tamanha dor e sofrimento, que evocam discursos, por vezes, dissonantes e marginalizados pela história e geografia sob a rubrica positivista. Estas narrativas, tão pouco visitadas pela historiografia oficial, nos permitiu que chegássemos à conclusão em tela, de uma cruel realidade vivenciada, repleta de injustiças, atrocidades e carregada de [res]sentimentos, dores, humilhações, mas também, de sonhos, desejos e muita coragem. E por vezes, assume tons vitimistas, e por outras nuances de épicos com descrições de feitos repletos de heroísmos, são subterfúgios da memória para lidar com os estranhamentos e negações, criam resistências e formas outras de reinvenção de práticas, táticas e estratégias no cotidiano, para usar termos empregados por Certeau.¹⁰⁴³

Ainda nos termos das práticas de resistência, empreendidas por nossos narradores, é preciso compreender que assim como no passado, não apenas fugas e confrontos físicos devem ser entendidos como resistência, há também outras formas aparentemente sutis, mas não menos importantes, visto que estas são fundamentais para a culminância de outras, a exemplo dos laços de solidariedade que são formados entre os trabalhadores, e suas diferentes formas de negociação como escravagistas, como assinalam alguns de historiadores brasileiros,¹⁰⁴⁴ já nos

¹⁰⁴⁰RAMALHO, Zé. **Admirável gado novo**. In.: A peleja do diabo com o dono do céu. Zé Ramalho. Rio de Janeiro, Epic Records, 1975, LP, faixa 2. 4: 53.

¹⁰⁴¹ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

¹⁰⁴²Conceito cunhado pelo historiador Fernand Braudel, aparece em sua tese *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* em 1949. Anos mais tarde, ele teorizou a longa duração como sendo uma abordagem necessária para a melhor compreensão dos fatos históricos. Para mais informações: BRAUDEL, Fernand. *A Longa Duração*. In.: **Escritos sobre a história**. Lisboa: Perspectiva, 1992.

¹⁰⁴³CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

¹⁰⁴⁴MACHADO, Maria Helena Toledo. **Crime e escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. / GENOVESE, Eugene. **A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. / LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. / CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

anos de 1980, propondo uma revisão historiográfica, a respeito dos estudos em escravidão negra no Brasil, ao advogarem em favor da ampliação do conceito de resistência, como prática de permanente negociação entre o escravizado e o escravizador. Entendendo, que nem sempre tais relações foram marcadas por violência e confrontos físicos, mas também com formas outras de resistência. Para muitos destes revisionistas, por mais brutal e violenta que fosse a escravidão negra, como de fato sabe-se que era e ainda é, não torna o escravo passivo, há sempre estratégias traduzidas em múltiplas práticas de resistências, como também existem no contexto da escravidão contemporânea. Não raro de encontrar casos onde os trabalhadores escravizados tornaram-se gatos, ou seja, recrutadores de outros trabalhadores, como forma de alterarem a lógica das relações através de negociações e barganhas internas. Esta perspectiva, nega a teoria da coisificação do escravo, tão propalada por sociólogos como Florestan Fernandes¹⁰⁴⁵ e Fernando Henrique Cardoso,¹⁰⁴⁶ pautada na visão do escravo, como agente passivo na engrenagem do sistema de escravatura, cujo escravo era tomado como coisa, uma simples mercadoria, anulando-o numa quase total inércia, em um estado de anomia e desumanização.

A compilação dos documentos, sobretudo, o compulsar dos relatórios institucionais, visto que não levamos a cabo na pesquisa as fontes judiciais, embora estas apareçam implicitamente pela natureza do nosso objeto, intentamos uma análise em que se fizessem emergir o indivíduo, apesar da imersão no coletivo, donde as fontes judiciais também tiveram o seu lugar. Sem, contudo, ser necessário expô-lo ou mesmo nomeá-lo, quando desnecessário. Somos confessos da profusão de autores, categorias analíticas e notas de rodapé que aparecem, sejam como notas de referência ou notas explicativas. Estas últimas têm a finalidade de apoiar, ampliar e mesmo recuperar interpretações, apontando caminhos de aprofundamento e reflexão. Neste sentido, faz-se mister pontuarmos ainda, que arregimentamos esforços para fugir de uma escrita padrão e autômata, mesmo reconhecendo os riscos de ser traído por esta outra escrita, ao tentar fazer da escrita um instrumento de luta contra o esquecimento, como demonstrado desde a introdução deste estudo.

Do alto da terra, com visão arguta Gaia, a deusa da geografia, compartilha com seu neto Atlas, que segura o mundo com a força dos ombros, a tarefa de representar a terra. Mas,

/ REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito:** a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

¹⁰⁴⁵FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Ática, 1978.

¹⁰⁴⁶CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional:** o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

cabe a Clio o dever de tornar históricas as leituras geográficas que realizamos durante todo o estudo, ao perseguirmos detidamente os objetivos inicialmente traçados. Chegamos, através das evidências constatadas, às redes de migrantes subalternizados, que funcionaram como chaves explicativas, ajudando-nos a compreender a cadeia de exploração e as práticas de resistências dos trabalhadores. Neste sentido, levamos a cabo a interpretação das narrativas dos trabalhadores suturando as memórias e identidades de migrantes à baila doutras constatações realizadas em estudos anteriores que, somados a estas, nos deixam convictos de que este estudo, embora concluso em nossos propósitos, suscita novas sendas inconclusas, posto a complexidade do fenômeno, a serem retomadas e aprofundadas por este e por outros estudiosos interessados. Neste sentido, recorremos à máxima de Clifford Geertz para quem “examinar dragões, não domesticá-los ou abominá-los, nem afogá-los em barris de teoria [...] tranquilizar é a tarefa dos outros, a nossa é inquietar”,¹⁰⁴⁷ questões essas que reverberam, já elas próprias, fez-se sentir na nossa prática social e também acadêmica.

Na propositura das supracitadas conclusões, buscamos suscitar novas reflexões acerca da escravidão por dívida e demais temáticas que gravitam no entorno destes labirínticos, bifurcados, enviesados e sinuosos caminhos apontados pela *Geografia do Diabo*,¹⁰⁴⁸ coadunada pela *Geografia da Fome*,¹⁰⁴⁹ que são evidenciados neste estudo. O que nos traz como rememoração a máxima de Josué de Castro, asseverando que “enquanto metade da humanidade não come, a outra metade não dorme, com medo da que não come”.¹⁰⁵⁰ Com efeito, esta célebre frase do autor, presente na obra *Geopolítica da Fome*, coloca no centro do debate as disputas sociais e as contradições do capitalismo moderno. Se temos como certo que a temática da escravidão contemporânea se impõe cada vez mais na academia, confrontando inexoravelmente as atuais práticas do capitalismo, faz-se necessário pensar num projeto de sociedade que nos conduza à construção de um novo tempo em que pese outras formas mais justas e igualitárias do viver em sociedade, em que os desafios aqui sublinhados não se

¹⁰⁴⁷GEERTZ, Clifford. Anti relativismo. In.: **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 65.

¹⁰⁴⁸Expressão cunhada pelo geógrafo Sávio José, referindo-se à geografia do funcionamento do modo de produção do capital, no processo de [re]criação de espaços subalternos, com a clara funcionalidade ao sistema de abastecer de mão de obra barata, pronta para a exploração da mais-valia. Deste modo, a pobreza, a miséria, a fome, são mazelas decorrentes desta articulação espacial com a reprodução do capital.

¹⁰⁴⁹CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10ª ed., Rio de Janeiro: Antares, 1983. 361p. Obra publicada em 1946, realiza uma análise do espectro da fome no Brasil, o autor conceitua e mapeia a fome no país, indicando caminhos possíveis para o seu combate e erradicação. Esta temática passa a constituir o mote de suas obras, a exemplo de CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1951.

¹⁰⁵⁰CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10ª ed., Rio de Janeiro: Antares, 1983, p. 20.

mantenham mais vigorosos no mundo contemporâneo. Neste sentido, valemo-nos de Haesbaert para quem “pensar multiterritorialmente é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecedora das diferenças humanas”.¹⁰⁵¹ Nesta jornada, há um longo e intrincado caminho a percorrer no trem da vida e da sociedade, é preciso como nos alerta Bertolt Brecht no poema *Nada é Impossível de Mudar* desconfiar do trivial e do aparente singelo, urge examinar

o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.¹⁰⁵²

À guisa das reflexões finais, com o excerto abaixo do poema *A Ilusão do Migrante* de Carlos Drummond de Andrade, que trata da condição espaço-temporal de um migrante, o poeta como um artesão, cuja principal ferramenta para seu labor é o cinzel, com o qual, o autor recorta camadas de memória depositadas pela ação inexorável do tempo, fazendo aparecer sulcos, por onde ecoam as vozes dissipadas do passado, com as quais ele apetedidamente sovela e entalha, para esculpir suas próprias verdades no presente. Com este poema drummondiano, findamos esta tese, não como um *réquiem*, mas como um libelo em defesa de todos os trabalhadores nordestinos forçados a migrar, que mesmo diante dos infortúnios da vida se fazem timoneiros de sua própria história; e os familiares destes trabalhadores rurais do Maranhão, que se fazem resilientes aos percalços da vida e não sucumbiram à escravidão. Que esta tese chegue a estes e alcance senão a si, aos seus. Ode a estes bravos *homens de esparta e mulheres de atenas* de espírito nordestino, que têm na esperança seu último alento, que dias melhores virão. Assim, atentemos ao contundente fragmento abaixo, *Ilusão do Migrante* do poeta Carlos Drummond de Andrade, que diz:

*Quando vim da minha terra, / não vim, perdi-me no espaço, / Na
ilusão de ter saído. / Ai de mim, nunca saí. / Lá estou eu, enterrado
/ Por baixo de falas mansas, / Por baixo de negras sombras, / Por
baixo de lavras de ouro, / Por baixo de gerações, / Por baixo, eu sei,
de mim mesmo, / este vivente, enganado, enganoso.*¹⁰⁵³

¹⁰⁵¹HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à Multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo: 2005, p. 6791.

¹⁰⁵²BRECHT, Bertolt. **Antologias poéticas**. [S.l.: S.n.], 2000, p. 16.

¹⁰⁵³ANDRADE, Carlos Drummond de. **Farewell**. 8ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2002, p.26. O poeta Drummond de Andrade escreveu *A Ilusão do Migrante* no final da vida, como numa espécie de digressão de um testamento literário, portando em si, elementos autobiográficos. O migrante de Drummond na última estrofe tem como mote central, o desengano, que aparece como desfecho no último verso, revelando que fora enganado e seus sonhos roubados, tal como os narradores de nosso estudo.

Em nossa maior epifania acadêmica, seguimos as pistas deixadas por outros geógrafos. E assim, alcançamos esta estação, última parada no trem da geografia do trabalho escravo contemporâneo nos/dos rincões do Maranhão e Pará, com um gravador na mão e na cabeça um sonho, de que um outro mundo ainda é possível! Chegamos aqui, convencidos de que foi uma/um grande aventura/privilégio navegarmos e mergulharmos nas profundezas abissais da geografia humana e nas renovadoras águas da geografia social que encontrarmos a geografia oral com sua bioluminescência. E por fim, eis que vos digo: É neste *grande sertão veredas*,¹⁰⁵⁴ que fazemos a nossa *sagarana*,¹⁰⁵⁵ uma insurgência imperiosa, o devir de nossos *homo geographicus*,¹⁰⁵⁶ leia-se, o tornar-se o que se é, escravizados sim, mas...

¹⁰⁵⁴ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 19ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. Fazemos referência à importante obra da literatura brasileira para nos remeter as dificuldades pelas quais atravessaram nossos narradores durante a escravidão.

¹⁰⁵⁵Apropriamo-nos do termo *sagarana* para expressar a luta, é também um brado em defesa daqueles trabalhadores nordestinos que acreditam e lutam pela vida e por dias melhores. Aplicamos aqui o neologismo em sentido sinônimo ao proposto por Guimarães Rosa para quando da criação de seu primeiro rebento literário em 1946, que conforme Soares [2012, p. 243.]. “[...] é resultante do hidridismo do prefixo, *saga* que significa ‘canto heroico’ e *rana* vocábulo de origem tupi remete à maneira de/que exprime”.

¹⁰⁵⁶SACK, Robert David. **Homo geographicus: a framework for action, awareness, and moral concern**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.

CORPUS DOCUMENTAL

1. FONTES IMPRESSAS

a) Anais, relatórios, documentos institucionais e outros

ALVES, Vicente Eudes Lemos; NOBREGA, Mariana Leal Conceição. Do arroz para o eucalipto: caminhos e [des] caminhos do agroextrativismo na Amazônia maranhense – o caso da instalação da fábrica Suzano Papel e Celulose na microrregião de Imperatriz. In.: **VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária/ VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ I Jornada de Geografia das Águas**, 2013, João Pessoa: 2013. pp. 01-21.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Perfil do Município de Açailândia**. Indicadores Socioeconômicos e Demográficos, 2015.

ATLAS DO MARANHÃO. **Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico**. Laboratório de Geoprocessamento. UEMA, São Luís: GEPLAN, 2002.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria de Fiscalização do Trabalho. Equipe de Fiscalização Móvel – Região 04. **Relatório de fiscalização no Estado do Maranhão**. [S. l], 23 jun/06 jul 1997. 100 p.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN – CDVDH/CB. **Relatório de atividades desenvolvidas 1997-2007**, Açailândia, 1997.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. **Estatuto 1996 e sua atualização em 2016**. Açailândia: 2016.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. **Quilombagem**. Açailândia: 2007, p. 02.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Regiões de Planejamento do Estado do Maranhão**. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: SEPLAN, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Relatório das ações de enfrentamento ao trabalho escravo no Maranhão 2014**. São Luís: 2015.

HAESBAERT, Rogério Costa. O mito da desterritorialização e as “regiões rede”. In.: Congresso Brasileiro de Geografia, 5. 1994, Curitiba. **Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia**. Curitiba: AGB, 1994, p.214.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo: 2005, p. 6791.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais**. 1 de julho de 2008. Consultado em 22 de março de 2016.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS – IMESC. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão: nova série 2007 a 2011**. São Luís, 2012.

LOPES, Alberto Pereira. A mulher na cadeia do trabalho escravo por dívida no norte do Tocantins. In.: **XV Encontro de Grupos de Pesquisa Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais**. UFSM, Santa Maria, 2009, pp. 01-21.

MADEIRA FILHO, Wilson. **Já não dá mais para respirar: o caso da comunidade do Piquiá de Baixo, em Açailândia/MA**. VI Encontro Nacional de ANPPAS, 18 a 21 de setembro de 2012. Belém: 2012.

MARANHÃO. Delegacia Regional do Trabalho. **Relatório de inspeção das relações e condições de trabalho nas carvoarias e siderúrgicas do Estado do Maranhão**. São Luís, 1998.

OBSERVATÓRIO DIGITAL DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL. **Smart Lab de Trabalho Decente MPT - OIT. 2017**. Dados acessados em 2017. Disponível em: <http://observatorioescravo.mpt.mp.br/>

b) Artigos em revistas e outros periódicos

ALBERTI, Verena. **Diálogos sobre história oral**. 2014. Mini-curso. XII Encontro Nacional de História Oral Política, Ética e Conhecimento, Teresina: ABHO/UFPI, 2014.

AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História**, n.º 15, São Paulo, Abr., 1997, pp. 146-153.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, UNESP, São Paulo, n.14, 1995, pp.145-155.

ARAGÓN, Luís Eduardo. 1986. Uso potencial das redes de parentesco como alternativa metodológica para o estudo da migração. In.: ARAGÓN, Luís Eduardo; MOUGEOT, Luc J.A. [Orgs.]. Migrações Internas na Amazônia: contribuições teóricas e metodológicas. **Cadernos –**

NAEA. Belém: UFPA/NAEA/CNPq. 1986, pp. 15-27.

AREND, Silvia Maria Fávero; MACEDO, Fábio. Sobre a história do tempo presente: Entrevista com o historiador Henry Rousso. **Tempo e argumento.** Revista do Programa de Pós-graduação em História da UDESC, v. 1, n. 1, p. 201-216, jan./jun. 2009, p. 202.

BECKER, Bertha Koiffmann. A fronteira no final do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia brasileira. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 3, p. 59-73, 1984.

BECKER, Bertha Koiffmann. A implantação da rodovia Belém-Brasília e o desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: **Anuário do Instituto de Geociências**, UFRJ, 1977, pp. 32-46.

BESSE, Jean-Marc. **Totalidades e dispersão.** O Atlas geográfico e as figuras da racionalidade. Tradução Eliane Kuvasney. São Paulo: 2014. [No prelo.], p. 05.

BOSSI, Dário. Impactos e resistências em Açailândia, profundo interior do Maranhão. In.: **Forum Carajás** [Org.]. Mineração da Amazônia: estado, empresas e movimentos sociais. São Luís: Fórum Carajás, 2010, pp. 22- 32.

BRÁZ, Hélio Rodrigues. Açailândia e o Projeto Carajás. In.: ACADEMIA AÇAILANDENSE DE LETRAS-AAL. **Sodalício Acadêmico.** 2012.

CALDAS, Alberto Lins A noção de cápsula narrativa. **Revista Caderno de Criação.** Porto Velho: ano VI, nº 20, outubro, 1999.

CALDAS, Alberto Lins. Espaço e experiência: história oral e geografia humana. **Revista Online Zona de Impacto**, ISSN 1982-9108: Vol.8, Ano VIII, 2006.

CALDAS, Alberto Lins. Geografia oral. **Oralidades.** São Paulo, v. 5, n. 10, jul/dez/2011, pp.173-186.

CANCELA, Cristina Donza. Estação Piquiá: um novo quilômetro na fronteira amazônica. **Desenvolvimento & Cidadania**, São Luis, ano 2, nº 6, dez/jan.,1992.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Crítica social e responsabilização empresarial: análise das estratégias para legitimação da produção siderúrgica na Amazônia Oriental. **Caderno CRH.** Salvador: v. 21, n. 53. 2008, pp. 323-336.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Trabalhadores em carvoarias na Amazônia Oriental: distantes da cidadania além da mera exclusão. **Sociedade em Debate.** Pelotas, v. 8, n. 02, 2002, pp.153-183.

CARTENSEN, Lisa; SOARES, Fagno da Silva. Tráfico de pessoas e trabalho escravo contemporâneo: contextualizando o caso brasileiro no debate internacional. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales.** Universidad de Málaga, Espanha, abril-junio, 2016, pp. 1-22.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos – NAEA**, v. 08, n°2, 5-39, Belém, 2005.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Grande Carajás: Nascimento de um Polo Guseiro em Açailândia, Maranhão. **Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social [CEAS]**, Salvador, n° 142, pp. 74-85, Novembro/dezembro. 1992, p. 76.

CHARTIER, Roger. Le regard d'un historien moderniste. In.: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. **Ecrire l'histoire du temps présent**. Paris: CNRS Editions, 1993.

COSTA, Maria Cristina Silva. Nós das Redes. **Travessia: Revista do migrante**. n°. 40, p. 25-27, maio/ago. 2001.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. In.: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, vol. 13, n. 25/26, pp. 97-103, set. 1992/ago. 1993, p.97.

DA SILVA, Idelma Santiago. Fronteiras culturais: alteridades de migrantes nordestinos e sulistas na região de Marabá. **Espaço Plural**. Marechal Cândido Rondon, n° 15, pp. 21-24, 2006.

DORNELAS, S.M. Migração de retorno. O que é isso? **Travessia - Revista do Migrante**, p. 57, maio-ago. 1995.

FARET, Laurent. Mobilité spatiale et territorialité: de la diversité de formes de construction du rapport aux lieux. **Séminaire Prisma**, Toulouse, 10-11 maio, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, n° 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**. dez. 2002, pp. 314-332.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Por que o trabalho escravo? **Estudos Avançados**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. vol.14, n.38, jan/abr., São Paulo: 2000, pp. 31-50.

FLÁVIO, Luiz Carlos. A geografia e os territórios de memória: as representações de memória do território. **Revista Faz Ciência**. v. 15, n. 21, 2013, pp. 123-142., p. 140.

FLORES, Sara María Lara. Circulación territorial y encadenamientos migratorios de los jornaleros agrícolas en el Noroeste del México. **Teoria e Pesquisa**, n. 49, p. 13-34, jul./dez. 2006.

FRANCO, Maria Ciavatta. A fotografia como fonte histórica: introdução a uma coleção de fotos sobre a Escola do Trabalho. **Educação em Revista**. [online]. 1993, n.18-19, pp. 27-38. Disponível em: < <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur> > Acesso em: 22 de mar. 2015.

GOMES, Angela de Castro. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. In.: História oral: **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, v.11, n.1-2, jan/dez. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2008, pp. 167-184, p.12.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Expatriados dentro da própria pátria: a migração nordestina para a Amazônia. **Travessia**. São Paulo: CEM, n. 37, p. 31-35, mai-ago., 2000.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. O trabalho de Sísifo: escravidão por dívida na indústria extrativa da erva-mate [Mato Grosso, 1890-1945]. **Varia História** [online]. 2007, vol.23, n.38, pp. 615-636.

HISTÓRIA AGORA, Entrevista com o professor François Dosse, v. 7, nº 3, jun., 2008. Disponível em: <<http://www.historiagora.com/revistas-antiores/historia-agora-no7/39>> Acesso em 20 de abr. 2015.

HISTÓRIA AGORA, Revista de História do Tempo Presente. Entrevista com o professor Ciro Flamarion Cardoso, v. 1, nº 1, mar., 2007.

HOBSBAWM, Eric. Presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. In.: **Revista Novos Estudos**. São Paulo; CEBRAP, Novembro/95 nº 43. pp.103-112.

HOBSBAWM, Eric. Un histoire et son temps présent. In.: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. **Ecrire l'histoire du temps présent**. Paris: CNRS Editions, 1993.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Trabalho escravo no Brasil atual: **Revista de História**. São Paulo: USP, n.120, p.109-119, jan/jul.1989.

JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. O objeto em fuga: algumas metamorfoses do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados: v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

KAELBLE, Hartmut. La *Zeitgeschichte*, l'histoire allemande et l'histoire internationale du temps présent. In.: **Institut d'Histoire du Temps Présent**. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris, CNRS Editions, 1993.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da História Social. In.: **Projeto História**, PUC-SP, São Paulo, junho de 2001, nº 22, p. 84.

KOSSOY, Boris. O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, nº 49, p. 35-42, 2005, p. 39.

MARANDOLA, Eduardo; GALLO, Priscila Marchiori Dal. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do conceito de camponês. **Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa: 2002.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA** [UNESP], v. 11, pp. 57-67, 2008.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. In.: **Tempo Social: Revista de Sociologia USP**, 6, 1-2. São Paulo: 1995, p.01.

MARTINS, José de Souza. Migrações temporárias: problema para quem? **Travessia - Revista do Migrante**. São Paulo, v. 1, p. 5-8, maio/ago. 1988.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, nº 8, v. 1, p. 25-70, 1996.

MEDEIROS, Júlia. A força das cidades médias. **Veja**, Editora Abril, São Paulo: 2180ª ed., ano. 43. nº 35, 1 set. 2010, pp. 106-107.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. A vez da história oral. **Revista Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança Ltda, ano 17, n. 664, set. 2011, pp. 72-73.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo; n.34, p.9-23, 1992, p. 18.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Questionamentos às categorias migrante de retorno e migrante. **Cadernos de Ciências Sociais**, n. 3, pp. 47-51, 1992.

MONDARDO, Marcos Leandro; GOETTERT, Jones Dari. Frente de expansão e frente pioneira no Brasil: espaços e tempos da migração, do conflito e da alteridade **OKARA: Geografia em debate**, v.1, n.2, João Pessoa: 2007, pp. 38-61, p. 45.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. A terra no imaginário dos migrantes temporários. **Revista História Oral**, 4, 2001, pp. 103-120.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. **Cadernos CERU**, [S.l.], v. 19, n. 1, pp. 165-180, junho, 2008.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Vidas transitórias: entre os cocais maranhenses e os canavais paulistas. **Revista da ANPEGE**, [S.l.], v. 7, n. 1, número especial, p. 161-178, out. 2011, pp. 174-177.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de; MARTINS, Rodrigo Constante; OCADA, Fábio Kazuo; GODOI, Stela; MELO, Beatriz Medeiros; VETTORACCI, Andréia; BUENO, Juliana Dourado; RIBEIRO, Damião Jadir. [Orgs.] Do karoshi no Japão, à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. **Revista Nera**. Ano 9, n. 8, 2006, pp. 74-108.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de; MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrantes temporários: fim dos narradores? **Neho-história**, n. 1, nov. 1999, pp. 11-48.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de; MENEZES, Marilda Aparecida. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. Brasília: **Revista Eletrônica do NEAD**, 2006.

MORAES SILVA, Maria Aparecida. As andorinhas, nem lá, nem cá. **Cadernos CERU**. São Paulo, série 2, nº. 9, pp. 69-80, 1998.

MORAES, Maria José Souza. **Trabalho Escravo**: da omissão do Estado a CONATRAE passando pela bicicleta do Padre Canuto. 2007. Disponível em: <<http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br>> Acesso em: 11 mar. 2014.

NECCHI, Vitor. Trabalho escravo contemporâneo é marcado por obstáculos e omissões dos poderes públicos. Entrevista com Xavier Plassat. **Revista IHU On-line**, São Leopoldo: Instituto Humanitas – Unisinos. 499, Ano XVI, 19, dez., ISSN 1981-8793, 2016. Acesso em: 19/01/2017.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In.: **Projeto História – História & Cultura**. nº 10. Revista da Pós-Graduação em História da PUC-SP. São Paulo. Brasil, 1993.

PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, pp. 190-223, jan./dez. 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In.: Dossiê Cidades. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol.27, n.53, 2007, pp. 11-23.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In.: **Esboços** Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFSC. vol. 11. Florianópolis: UFSC/Gráfica Universitária, nº 11, 2004. p. 26.

PINHEIRO, Áurea da Paz. SOARES, Fagno da Silva. Fotografia, entre memória e documento. **Revista Mundo Jovem**. Disponível em: <<http://www.mundojovem.com.br/artigo-fotografia-entre-memoria-e-documento>> Acesso em: 23 de mar. 2015.

PINTO, Lúcio Flávio. Conflitos de terras no Sul do Pará. **Reforma Agrária**, Campinas, v.12, nº. 02, mar./abr., 1982, pp.03-12.

PLASSAT, Xavier. **Erradicação do trabalho escravo?** Ficou para outra vez. In.: Comissão Pastoral da Terra, Conflitos no Campo, Brasil-2005, CPT, Goiânia, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.10, CPDOC/FGV, 1992, pp. 200-215.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, 1989, pp. 03-15.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, significados e interpretação nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro: vol.1, n. 2, 1996, pp. 59-72.

PORTELLI, Alessandro. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, n. 29, São Paulo: 1995, pp. 9-27.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significação na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**. Cultura e Representação. PUC-SP, São Paulo: PUC, n. 14, 1997, pp. 07-24.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. In.: **Revista Projeto História**, nº 22, São Paulo, junho de 2001, p. 24.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? **Projeto História**. Cultura e Representação. PUC-SP, São Paulo: PUC, n. 14, 1997, pp. 25-39.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memória e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**. Cultura e Cultura. PUC-SP, São Paulo: n. 10, 1993, pp. 41-58.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**. Ética e História Oral. PUC-SP, São Paulo: n. 15, 1997, pp. 13-49.

ROCHA, Cristiana Costa da. **Os retornados: reflexões sobre condições sociais e sobrevivência de trabalhadores rurais migrantes escravizados no tempo presente**. **Revista Brasileira de História** [online]. 2012, vol.32, n.64, pp. 149-165.

SADER, Maria Regina Cunha de Toledo. Migração e violência: o caso da pré-amazônia Maranhense. **Terra Livre**, n. 6, p. 65-76, 1989.

SAKAMOTO, Leonardo. Como mudar o mundo a partir de Açailândia. **Brasil de Direitos**, 10 anos do Fundo Brasil de Direitos Humanos, dez., 2016, pp. 22-25.

SANTOS, Milton. Mestre Milton: entrevista. **Revista Caros Amigos**. n. 17, p. 13, ago., 1998.

SAQUET, Marcos Aurelio; MONDARDO, Marcos Leandro. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. In.: **Revista NERA**. Presidente Prudente, n. 13, pp. 118-127, jul/dez de 2008, p. 127.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia - Revista do Migrante**. São Paulo. Edição especial. Ano XIII, v. 13, 2000, pp. 07-32.

SCHWARCZ, Lilia K. História e Etnologia. Lévi-Strauss e os embates em região de fronteira. **Revista de Antropologia**, v.42 n.1-2 São Paulo, 1999, pp. 199-222.

SCOTT, Russell Parry. Estratégias familiares de emigração e retorno no Nordeste. **Travessia - Revista do Migrante**. São Paulo. São Paulo. Ano VIII, nº 21, maio/agosto, 1995, pp. 23-27.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista. **CEBRAP**. São Paulo: Brasileira de Ciências, nº. 26, 1980.

SOARES, Fagno da Silva Soares. Por uma história do tempo presente: historiando para além das relações entre história oral, memória e micro-história. **Revista Em Perspectiva**. [On Line]. v. 2, n. 1. 2015, pp. 06-48.

SOARES, Fagno da Silva. CASTELO BRANCO, Edwar. Da modernidade sólida à sociedade líquida. **Revista Mundo Jovem**. Porto Alegre; v. 426, p. 15, 01 maio, 2012.

SOARES, Fagno da Silva. Clio entre a Digital History e a Storiografia Digitale: a oficina historiográfica de Anita Lucchesi e suas contribuições à história digital no Brasil. **Revista Observatório**, [S.l.], v. 3, n. 5, pp. 669-715, ago. 2017.

SOARES, Fagno da Silva. Para que serve a história? **Revista Mundo Jovem**. Porto Alegre: v. 413, p. 09, 01 fev., 2011.

SOARES, Fagno da Silva. Ser ou não ser escravo? Eis a questão: dimensões identitárias de um trabalhador submetido à condição análoga de escravo. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**. Universidad de Málaga, Espanha, abril-junio, 2016, pp. 1-20.

SOARES, Fagno da Silva; CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. Desenvolvimento e economia local. **Revista Mundo Jovem**. Porto Alegre; v. 468, p. 22, 01 julho, 2016.

SOARES, Fagno da Silva; FERRERAS, Norberto Osvaldo. Por um outro conceito de escravidão contemporâneo: reflexões historiográficas acerca dos conceitos. **Revista Santo Agostinho**. Teresina, v. 13, n. 4, jul./ago. 2016, pp. 161-186.

SOARES, Fagno da Silva; OLIVEIRA, Vera Lúcia Silva. Historiar a escravidão, grafitar a liberdade. **Revista Mundo Jovem**. Porto Alegre: v. 452, p. 08, nov., 2014.

SOARES, Fagno da Silva; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Digital: perspectivas, experiências e tendências. **Revista Observatório**, [S.l.], v. 3, n. 5, p. 25-37, ago. 2017.

SOUSA, Francisco das Chagas; VACOVSKI, Eduardo; SOARES, Fagno da Silva. Piquiá da Conquista: vitória dos de baixo contra os gigantes de ferro. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 2, pp. 417-453, abr./jun. 2017.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em geografia. **Revista GEOgraphia**. Ano IV, nº 7. Niterói: 2002, p. 94.

SUZUKI, Júlio César. Histórias orais: relato de experiência em pesquisas geográficas. **Oralidades**. São Paulo, v. 5, n. 10, jul/dez/2011, pp.75-88.

SUZUKI, Júlio César. Histórias orais: relato de experiência em pesquisas geográficas. **Oralidades**. São Paulo, v. 5, n. 10, jul/dez/2011, pp.75-88.

THOMSON, Alistair. Histórias [co] movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**. 2002, vol.22, no. 44, p.341-364.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. In.: **Projeto História**. São Paulo. n. 15, abril/1997, p.67.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 20, n. 1, 2008, pp. 199-218.

VELHO, Otávio. Por que se migra na Amazônia. **Ciência Hoje**. SBPC, v. 2, n. 10, p. 34-38, jan. / fev., 1984.

VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves. [Orgs.]. **Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação**. São Paulo: LTR, 2006.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**. jan/jul., 1990, pp. 35-51.

YÁZIGI, Eduardo. A criatividade científica em geografia. **Revista do Departamento de Geografia - USP**, São Paulo: nº 11, 1997, pp. 29-39.

- c) Censos, caderno de campo, filmes, músicas, e-mails, palestras, mesas redondas e dados estatísticos.

13 MAIO. Direção de Cícero Silva. Fórum de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão. São Luís: FOREM, VHS, 2005, documentário, 18 min.

A FORÇA DOS PEQUENOS. Direção de Patrícia Simón. Asociación Derechos, Paz y Libertad - ADEPAL Espanha: DVD, 2016, documentário, 48 min.

A PELEJA DO POVO CONTRA O DRAGÃO. Roteiro, direção e câmera de Murilo Santos, Edição Marcos Camilo. São Luís: Justiça nos Trilhos, DVD, 2014, documentário, 68 min.

ALEXANDRE, Miguel Cavalcante. **Mesa Redonda – 20 anos e o CDVDH/CB:** contexto de Açailândia em 1996 e o nascimento de um sonho de lutas e resistência entre avanços e desafios da caminhada. Açailândia, 19. nov., 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho escravo contemporâneo parte da morfologia do capitalismo.** [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <jose38@uol.com.br>. em: 21 nov. 2015.

APRISIONADOS POR PROMESSAS: A ESCRAVIDÃO RURAL CONTEMPORÂNEA NO BRASIL. Produzido pela Comissão Pastoral da Terra, Centro pela Justiça e o Direito Internacional, WITNESS, 2006, documentário, 17 min.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Os 20 anos de lutas, conquistas e resistências.** [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <cdvdhcb@cdvdhacai.org.br>. em: 18 nov. 2016.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS/CARMEN BASCARÁN. CDVDH/CB. Relatório das atividades desenvolvidas no período 1997-2006, Açailândia: 2012.

COLLANTES, Carmen Bascarán. **Mesa Redonda – 20 anos e o CDVDH/CB:** contexto de Açailândia em 1996 e o nascimento de um sonho de lutas e resistência entre avanços e desafios da caminhada. Açailândia, 19. nov., 2016.

CORRENTES. Direção de Caio Cavechini e Ivan Paganotti. São Paulo: DVD, 2005, documentário, 58 min.

COSTA, Wagner Cabral da. **Maranhão rural:** conflitos no campo de 1985-2016. [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <wagner-cabral@uol.com.br>. em: 28 dez. 2016.

DA SILVA, Fabrícia Carvalho. **O CDVDH/CB em constante avaliação institucional.** [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <fabricia49@hotmail.com>. em: 05 maio. 2015.

DESCALÇO SOBRE A TERRA VERMELHA. Direção de Oriol Ferrer, roteiro de Marcos Bernstein e Maria Jaén, 2012, 156 min.

ESCRAVOS DA AMAZÔNIA. SBT REALIDADE. Roteiro, Direção, Reportagem e Apresentação de Ana Paula Padrão. Produção de Monica Gugliano. Edição Beatriz Alessi e Léo Freitas, 2007, 46 min.

ESSE HOMEM VAI MORRER – UM FAROESTE CABOCLO. Direção e produção de Emilio Galo. Roteiro de Luciana Lopes e Emilio Galo. Produção associada de Dira Paes. Rio de Janeiro, 2011, documentário, 75 min.

EZEQUIEL RAMIN: O MÁRTIR DA OPÇÃO PELOS POBRES. Direção Missionários Combonianos. Verbo Filmes/Editora Sem Fronteiras, São Paulo: DVD, 2015, documentário, 49 min.

FERREIRA FILHO, Antonio José. **Mesa Redonda – 20 anos e o CDVDH/CB:** contexto de Açailândia em 1996 e o nascimento de um sonho de lutas e resistência entre avanços e desafios da caminhada. Açailândia, 19. nov., 2016.

FILHO, Milton Teixeira Santos. **Subsídios para o PROALF.** [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <miltinhotexsan@yahoo.com.br>. em: 16 out. 2016.

FRENTES DE TRABALHO. Direção de Caio Cavechini. Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, São Paulo: DVD, 2009, documentário, 23 min.

GUIRAMÃES, Dom Pedro Brito. **Litania da romaria.** In.: Um grito pela vida. Mutirão contra o trabalho escravo. Rio de Janeiro, Paulus, 2011, CD, faixa 2. 5: 12.

KOLLING, Miria T. **Um grito pela vida!** In.: Um grito pela vida. Mutirão contra o trabalho escravo. Rio de Janeiro, Paulus, 2011, CD, faixa 1. 3: 35.

MALVEZZI, Roberto. **Arribeação.** In.: Um grito pela vida. Mutirão contra o trabalho escravo. Rio de Janeiro, Paulus, 2011, CD, faixa 4. 2: 32.

MARANHÃO. Delegacia Regional do Trabalho. **Relatório de inspeção das relações e condições de trabalho nas carvoarias e siderúrgicas do estado do Maranhão.** São Luís, 1998. 50 p.

MARTINS, José de Souza. **Escravidão por dívida na Amazônia Maranhense.** [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <jose38@uol.com.br>. em: 01 jan. 2014.

MATARAM IRMÃ DOROTHY/THEY KILLED SISTER DOROTHY. Direção de Daniel Junge. Just Media. Estados Unidos: DVD, 2008, documentário, 94 min.

MIGRANTES. Direção de Beto Novais, Francisco Alves e Cleisson Vidal. São Paulo: DVD, 2007, documentário, 46 min.

O ANEL DE TUCUM. Direção, roteiro e produção de Conrado Berning, Verbo Filmes, Rio de Janeiro: DVD, 1994, filme, 68 min.

OSVALDO. Direção de Ana Petta, André Michiles, Fabio Bardella e Vandrê Fernandes. Clementina Filmes e Criação. Rio de Janeiro: DVD, 2014, documentário, 80 min.

PERFIL DOS PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS NO TRABALHO ESCRAVO RURAL NO BRASIL. Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

PRADO, Adonia. **O combate a escravidão contemporânea e educação.** [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <adoniaprado@hotmail.com>. em: 03 mar. 2016.

PULMÕES DE AÇO: RESISTÊNCIAS LOCAIS FRENTE A INJUSTIÇAS GLOBAIS. Direção de Paolo Annechini e Andrea Sperotti. Justiça nos Trilhos, Brasil/Itália: DVD, 2014, documentário, 31 min.

QUE TRABALHO É ESSE? Direção de Rodrigo Portela, Produção Casa de Cinema de Porto Alegre, Fundação Vale/Organização Internacional do Trabalho/Fundação Roberto Marinho/Canal Futura. Rio de Janeiro: DVD, 2006, série, 8 episódios, 56 min.

RAMALHO, Zé. **Admirável gado novo.** In.: A peleja do diabo com o dono do céu. Zé Ramalho. Rio de Janeiro, Epic Records, 1975, LP, faixa 2. 4: 53.

RATOS DO PORÃO. **Expresso escravidão.** In.: Homem inimigo do homem. Rio de Janeiro, Deckdisc, 2006, CD, faixa 3. 2: 45.

REPÓRTER BRASIL. **Programa Escravo Nem Pensar em Açailândia.** [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <escravonempensar@reporterbrasil.org.br>. em: 10 dez. 2016.

REPÓRTER BRASIL. **Programa Escravo Nem Pensar no Maranhão.** [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <escravonempensar@reporterbrasil.org.br>. em: 10 dez. 2016.

REPÓRTER BRASIL. **Programa Escravo Nem Pensar! e os projetos desenvolvidos em Açailândia.** [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <escravonempensar@reporterbrasil.org.br>. em: 26 mar. 2014.

REPÓRTER BRASIL. Relatórios das atividades desenvolvidas no período de 2010-2016. São Paulo: 2017.

ROVAI, Marta. **20 anos de ABHO: fontes orais, ética e conhecimento.** 2014. Mesa redonda. XII Encontro Nacional de História Oral Política, Ética e Conhecimento, Teresina: ABHO/UFPI, 2014.

SAMPAIO, Marcelo Carneiro. **O trabalho escravo nas carvoarias da Pré-Amazônia e o CDVDH/CB.** [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <marcelosc@uol.com.br>. em: 12 dez. 2016.

SANTOS, Lulu; MOTTA, Nelson. **Como uma onda [zen-surfismo].** In.: O ritmo do momento. Lulu Santos. Rio de Janeiro, WEA Records, 1983, LP, faixa 4. 3: 37.

SANTOS, Marinaldo Soares. **Mesa Redonda 2 Enfrentamento do trabalho escravo contemporâneo na Amazônia Maranhense: avanços e desafios nos últimos 10 anos**, Açailândia, 19. nov., 2016.

SEIXAS, Raul. Meu amigo Pedro. In.: SEIXAS, Raul. **Há 10 mil anos atrás**. São Paulo, Philips - Phonogram, 1976, LP, Lado A, faixa 2. 4: 49.

SEIXAS, Raul; COELHO, Paulo; MOTA, Marcelo. **Tente outra vez**. In.: Novo Aeon. Raul Seixas. Rio de Janeiro, WEA Records, 1975, LP, faixa 1. 2: 20.

SOARES, Fagno da Silva. **Caderno de campo**. Açailândia; 2012.

SOARES, Fagno da Silva. **Caderno de campo**. Açailândia; 2016.

SOUSÁ, Magnu; OLIVEIRA, Maurílio de. **Migração**. In.: Jair Rodrigues em preto e branco. São Paulo, Trama, 2008, CD, faixa 5. 4: 36.

TERRAS DO BEM VIRÁ. Direção de Alexandre Rampazzo, roteiro de Tatiana Polastri e Alexandre Rampazzo, produção de Tatiana Polastri, edição de Fernando Dourado. São Paulo: DVD, 2009, filme, 68 min.

TRABALHO ESCRAVO NUNCA MAIS! RELATOS DE ESCRAVIDÃO, UMA HISTÓRIA REAL: **JOSÉ PEREIRA**. Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, Brasil: DVD, 2016, série, 13 episódios, 3 min.

TRABALHO ESCRAVO NUNCA MAIS! RELATOS DE ESCRAVIDÃO, UMA HISTÓRIA REAL: **MÁRTIRES DE UNAÍ**. Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, Brasil: DVD, série, 13 episódios, 3 min.

TRABALHO ESCRAVO NUNCA MAIS! RELATOS DE ESCRAVIDÃO, UMA HISTÓRIA REAL: **A FERRO E FOGO**. Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, Brasil: DVD, série, 13 episódios, 3 min.

d) Estudos monográficos de graduação e especialização

MENDES, José Vágner Mesquita. **Assistência judiciária gratuita: a experiência do Projeto Balcão de direito do CDVDH/CB-CB**. 2011. 68f. Monografia [Curso Bacharelado em Direito] – Unidade de Ensino Superior do Maranhão, Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão, Imperatriz, 2011.

OLIVI, Nilva Nogueira Fernandes. **Migração, identidade e conflito: um estudo sobre a discriminação contras os maranhenses em Marabá/Pará**. 78f. Monografia [Graduação em

Ciências Sociais] Campus Universitário de Marabá, Universidade Federal do Pará, Marabá, 2007.

PARENTE, Izabel Cavalcanti Ibiapina. **A escravidão contemporânea no Brasil e o desmatamento da Floresta Amazônica:** impactos socioambientais provocados pelas carvoarias em Açailândia/MA. 2008. 103p. Monografia [Graduação em Ciências Sociais/antropologia] Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

PARENTE, Izabel Cavalcanti Ibiapina. **A escravidão por dívidas nas carvoarias da Amazônia.** 2009. 101p. Monografia [Graduação em Ciências Sociais/Sociologia] Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

SOARES, Fagno da Silva. **A história política de Açailândia no despertar do Século XXI:** a cidade dos desprefeitos. 2005. 98p. Monografia [Graduação em História] Centro de Estudos Superiores de Imperatriz - CESI, Universidade Estadual do Maranhão, Imperatriz, 2005.

SOARES, Fagno da Silva. **Escravos do aço:** trabalho escravo contemporâneo em Açailândia/MA no século XXI. 102f. Monografia [Especialização em Metodologia da Pesquisa em História e Geografia do Brasil]. Centro Universitário das Faculdades Integradas de Amparo-UNIFIA, Amparo, 2007.

SOARES, Fagno da Silva. **Ser ou não ser escravo? Eis a questão:** escravização contemporânea em Açailândia-MA. 110f. Monografia [Especialização em Direitos Humanos]. Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

VIEIRA, Silvio. **A influência do pólo guseiro no desenvolvimento de Açailândia.** 2002. 68p. Monografia [Graduação em história]. Centro de Estudos Superiores de Imperatriz - CESI, Universidade Estadual do Maranhão, Imperatriz, 2002.

e) Dissertações e teses

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O engenho anti-moderno:** a invenção do Nordeste e outras artes. 1994, 507p. Tese [Doutorado em História], Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas: 1994.

ALMEIDA LOPES, Desni. **Os trilhos do desenvolvimento na Amazônia Maranhense conflitos e contrates:** o caso Piquiá de Baixo Açailândia/MA. 2012. 145p. Dissertação [Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional]. Universidade Estadual do Maranhão, Centro de Ciências Humanas e Aplicadas, São Luís: 2012.

ALMEIDA, Rogério Henrique. **Territorialização do campesinato no Sudeste do Pará.** Belém: UFPA, Dissertação [Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento], Belém: Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA, 2006.

ALMEIDA, Rutileia Lima. **A formação regional do Bico do Papagaio:** regionalização e polarização. 2010. 125p. Dissertação. [Mestrado em Geografia]. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal do Goiás, Goiânia: 2010.

ARAÚJO, Eliane Costa. **Níveis de trans, trans-mucônico na urina como biomarcador de exposição ao benzeno e alterações hematológicas na população do bairro Piquiá de Cima, Açailândia-MA.** 2015. 89p. Dissertação [Mestrado em Saúde Pública e Meio Ambiente], Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro: 2015.

AZAR, Zaira Sabry. **Relações de trabalho e resistência camponesa no desenvolvimento dependente no Maranhão:** o Assentamento Califórnia como uma expressão. 2013. 283p. Tese. [Doutorado em Políticas Públicas]. Universidade Federal do Maranhão, São Luís: 2013.

BARROS, Carlos Juliano. **O sonho se faz a mão e sem permissão:** escravidão temporária e reforma agrária no sudeste do Pará. 2011. 251p. Dissertação [Mestrado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2011.

CALDAS, Alberto Lins. **Calama:** uma comunidade no Rio Madeira. 2000. 206p. Tese [Doutorado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2000.

CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **História e repressão:** fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o Regime Militar em Teresina. Dissertação [Mestrado em História do Brasil], Departamento de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina: 2006, p. 227.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Experiências de seringueiros de Xapuri no Estado do Acre e outras histórias.** 2014. 396p. Tese [Doutorado em História Social]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2014.

CASTRAVECHI, Luciene Aparecida. **Correntes do Araguaia:** a exploração de trabalhadores migrantes no nordeste mato-grossense durante a década de 1970. 2012. 132p. Dissertação [Mestrado em História], Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

DA SILVA, André Eduardo Ribeiro. **Territorialidades e redes da migração maranhense nos canaviais paulistas.** 2012. 262p. Tese [Doutorado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2012.

DA SILVA, Idelma Santiago. **Fronteira cultural: A alteridade maranhense no sudeste do Pará [1970-2008]**. 2010. 230f. Tese [Doutorado em História]. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2010.

DA SILVA, Idelma Santiago. **Migração e cultura no sudeste do Pará: Marabá [1968-1988]**. 2006. 188f. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2006.

DA SILVA, Moíses Pereira. **O trabalho escravo contemporâneo e a atuação da CPT no campo [1970-1995]**. 2016. 245p. Tese [Doutorado em História Social]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 2016.

DOS SANTOS, Rodrigo Salles Pereira. **A forja de Vulcano: siderurgia e desenvolvimento na Amazônia Oriental e no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2010, 245.p. Tese [Doutorado em Sociologia e Antropologia], Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2010.

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa**. São Paulo, 1985. 290p. Tese. [Doutorado em Ciências Sociais]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo: 1985.

EVANGELISTA, Leonardo Nunes. **A cidade da fumaça: a constituição do grupo operário do bairro do Piquiá no município de Açailândia/MA**. 2008. 101p. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais]. Universidade Federal do Maranhão, São Luís: 2008.

FEITOSA, Terezinha Cavalcante. **Questão agrária, violência e poder público na Amazônia brasileira: o assassinato do líder sindical João Canuto de Oliveira**. 2011. 300p. Tese [Doutorado em Ciências Sociais], Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro: 2011.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 2008. 269p. Tese [Doutorado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2008.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida**. Rio de Janeiro, 2003. 340p. Tese. [Doutorado em Sociologia e Antropologia]. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, Rio de Janeiro: 2003.

FIGUEIREDO, Roberta Maria Batista de. **Fronteira e identidade: um estudo sobre os deslocamentos de “maranhenses” para o sudeste do Pará como estratégia de manutenção da condição camponesa**. São Luís, 2000, 111p. Dissertação [Mestrado em Políticas Públicas]. Universidade Federal do Maranhão, São Luís: 2000.

FLÁVIO, Luiz Carlos. **Memória[s] e território: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão/PR**. 2011. 386 f. Tese. [Doutorado em Geografia]. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente: 2011.

LACERDA, Franciane Gama Lacerda. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência. [1889-1916].** 2006. 191p. Tese [Doutorado em História Social]. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

LOIOLA, Edney. **Diferenciações na produção siderúrgica e implicações para o desenvolvimento na Amazônia Oriental brasileira.** 2010. 304p. Tese [Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido]. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém: 2010.

LOIOLA, Edney. **Vantagens competitivas espúrias e limites para o desenvolvimento local: o caso da indústria siderúrgica de Açailândia.** 2002. 190p. Dissertação [Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento], Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém: 2005.

LOPES, Alberto Pereira. **Escravidão por dívida no norte do Estado do Tocantins: vidas fora do compasso.** 2009. 317p. Tese [Doutorado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2009.

MACIEL, Suzenilde Costa. **Prevalência de sintomas de asma, rinite e eczema atópico e fatores associados em crianças e adolescentes no bairro Piquiá de Cima, área industrial de Açailândia-MA.** 2015. 146p. Dissertação [Mestrado em Saúde Pública e Meio Ambiente], Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro: 2015.

MANCINI, Roberto. Martins. **Siderurgia e mercado de trabalho na Amazônia maranhense: as dimensões socioeconômicas da estruturação do território produtivo de Açailândia.** São Luís, 2015, 123p. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais], Universidade Federal do Maranhão, São Luís: 2015.

MARQUES, Marta Inez M. **De sem-terra a ‘posseiro’, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velho – GO.** 2000, 289p. Tese [Doutorado em Geografia Humana], Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2000.

MELO, Beatriz. Medeiros de. **História e memória na contramão da expansão canavieira: um estudo das formas e resistências dos sitiantes do extremo noroeste paulista.** 463p. Tese. [Doutorado em Sociologia] Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: 2013.

MELO, Beatriz. Medeiros de. **Migração, memória e território: o trabalhador rural nordestino na Ibaté paulista.** 221p. Dissertação. [Mestrado em Geografia] Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente. Universidade do Estado do São Paulo, Presidente Prudente: 2007.

MENEZES, Marilda Aparecida. **Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba: migração, família e reprodução da força-de-trabalho.** 221p. Dissertação. [Mestrado em Sociologia Rural] Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1985.

MOURA, Flávia de Almeida. **Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó/MA.** São Luís, 2006. 121.p Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais]. Universidade Federal do Maranhão. São Luís: 2006.

MOURA, Flávia de Almeida. **Representações do trabalho escravo a partir da mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses.** Porto Alegre, 2015. 245p. Tese. [Doutorado em Comunicação Social]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUC/RS. Porto Alegre: 2015.

NEVES, Débora Maria Ribeiro. **Trabalho escravo e aliciamento: proposta para a regularização da relação jurídica de emprego, Pará.** 2011. 248 f. Dissertação [Mestrado em Direito]. Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Belém: 2011.

NÓBREGA, Mariana Leal Conceição. **Enfrentando a sucuri verde: resistência camponesa e o território de uso comum - o caso das comunidades agroextrativistas na Amazônia Maranhense.** 2015. 207p. Dissertação. [Mestrado em Geografia]. Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2015.

OLIVEIRA SILVA, Marcelo. **A contribuição do Centro de Defesa da Vida de dos Direitos Humanos Carmen Bascarán de Açailândia/MA e a Promoção de Desenvolvimento Humano: uma análise a partir da abordagem das capacitações.** 2014, 154p. Dissertação, [Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento], Lajeado: Centro Universitário Univates, 2014, p. 92-93.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo.** 2013. 278p. Tese [Doutorado em História]. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2013.

PEREIRA, Gladyson Stelio Brito. **A escravização capitalista no Brasil contemporâneo: a denúncia, os conflitos, as mediações e a lei – Itatiaia/Resende-RJ [1993-1994].** 2007. 127p. Dissertação. [Mestrado em História], Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2007.

PESTANA, Thiago Vale. **Os impactos socioambientais decorrentes da atividade siderúrgica na comunidade de Piquiá de Baixo em Açailândia/MA.** 2013. 133p. Dissertação. [Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento]. Centro Universitário Univates, Lajeado: 2013.

PITOMBEIRA, Karla Suzy Andrade. **A construção da responsabilidade social empresarial no pólo siderúrgico de Carajás: o caso do Instituto Carvão Cidadão [ICC]** 2011. 123p. Dissertação. [Mestrado em Ciências Sociais]. Universidade Federal do Maranhão, São Luís: 2011, p. 22.

POBLET, Maria Del Mar Ferrer Jordá. **A dimensão espaço-temporal em Fernand Braudel: aportes teóricos para a geografia.** 165f. Dissertação [Mestrado em Geografia]. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2011.

PONTES, Sabrina Kelly. **Migrações de trabalhadores maranhenses para o corte da cana-de-açúcar no interior de São Paulo: o percurso da “precisão”**. 285p. Tese [Engenharia de Produção]. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: 2010.

RIBEIRO JÚNIOR, José Arnaldo dos Santos. **O desenvolvimento geográfico desigual da Suzano Papel e Celulose no Maranhão**. 2014. 221p. Tese [Doutorado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2014.

RIZZO, Felipe Alexandre. **Níveis de metais no solo e na água da microbacia do distrito Industrial do Pequiá, município de Açailândia, MA**. 2015. 98p. Dissertação [Mestrado em Saúde Pública e Meio Ambiente], Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro: 2015.

ROCHA, Cristiana Costa da. **A vida da lei, e a lei da vida: conflitos pela terra, família e trabalho no tempo presente**. 2015. 270f. Tese. [Doutorado em História Social]. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2015, p. 256.

ROCHA, Cristiana Costa. **Memória migrante: A experiência do trabalho escravo no tempo presente Barras/PI**. 2010. Fortaleza. 196p. Dissertação. [Mestrado em História Social]. Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: 2010.

RODRIGUES, Sávio José Dias. **Quem não tem é escravo de quem tem: migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo**. 2016. Fortaleza. 213p. Tese [Doutorado em Humana]. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: 2016, pp. 36-37.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e Gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista**. 1988. 365p. Tese de Livre-Docência. [Livre-Docência em Geografia]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 1988.

SADER, Maria Regina Cunha de Toledo. **Espaço e luta no Bico do Papagaio**. 1986. 427p. Tese [Doutorado em Geografia Humana]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1986.

SANTOS, Raimundo Lima dos. **O Projeto Grande Carajás e seus reflexos para as quebradeiras de coco de Imperatriz-MA**. 2010. Goiânia, 2010. 193p. Dissertação [Mestrado em História]. Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia: 2010.

SANTOS, Sheila Castro dos. **Experiência e lugar: geografia oral com judeus**. Dissertação [Mestrado em Geografia] 2012. 247p. Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho: 2012.

SAKAMOTO, Leonardo Moretti. **Os acionistas da casa-grande: a reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. 2007. 256p. Tese [Doutorado em Ciência Política].

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2007.

SILVA CARVALHO, Fabrícia. **O enfrentamento do trabalho escravo na Amazônia Maranhense:** uma análise da atuação do CDVDH/CB no município de Açailândia/MA. 2013. Belém. 100p. Dissertação [Programa de Pós-Graduação em Serviço Social]. Universidade Federal do Pará/UFPA, Belém: 2013.

SILVA, José Carlos Aragão. **Conversa bonita:** o trabalho escravo na agricultura contemporânea brasileira e o aliciamento de camponeses na Região dos Cocais, Maranhão. Teresina, 2004. 163p. Dissertação [Mestrado em Políticas Públicas]. Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina: 2004.

SILVA, José Carlos Aragão. **Ser livre e ser escravo:** memórias e identidades de trabalhadores maranhenses na região dos Cocais 1990-2007. Brasília, 2009. 175p. Tese. [Doutorado em História Cultural]. Universidade de Brasília. Brasília: 2009.

SOARES, Fagno da Silva. **Escravizados do carvão:** historiando identidades e memórias em Açailândia-MA no tempo presente. 2012. 300p. Dissertação. [Mestrado em História do Brasil], Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina: 2012.

SOUSA, Jailson de Macedo. **Enredos da dinâmica urbano-regional sulmaranhense:** reflexões da centralidade econômica de Açailândia, Balsas e Imperatriz. 2015. Uberlândia. 557p. Tese. [Doutorado em Geografia]. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia: 2015.

SOUSA, Ubirajara do Pindaré Almeida. **A escravidão contemporânea na Amazônia maranhense:** a questão dos direitos humanos na rota do capital. 2004. 170p. Dissertação. [Mestrado em Políticas Públicas], Universidade Federal do Maranhão, São Luís: 2004.

SOUZA, Maria Aparecida A. Martins. **Retalhos de vidas:** escravidão contemporânea nas agropecuárias do Araguaia [1970-2005]. Dissertação [Mestrado em História], Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá: 2009.

TAVEIRA, Marizangela Ribeiro. **O cerco da empresa Suzano no Assentamento Califórnia e na Vila Sudelândia:** resistência frente ao agronegócio. 2014. 164p. Dissertação. [Mestrado em Serviço Social]. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém: 2014.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos. **Os saltos do “canguru” nos canaviais alagoanos:** um estudo sobre trabalho e saúde. 2016. 209p. Tese. [Doutorado em Sociologia], Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos: 2016.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos. **Trabalhadores nos canaviais de Alagoas:** um estudo sobre as condições de trabalho e resistência. 2012. 151p. Dissertação. [Mestrado em Sociologia],

Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos: 2012.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **À procura das bandeiras verdes: viagem, missão e romaria - movimento sócio-religioso na Amazônia Oriental.** Tese [Doutorado em Ciências Sociais], São Paulo, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2001.

f) Jornais

BOLETIM DA VIDA. **13 de maio dia da abolição da escravatura?** Açailândia: Gráfica GDL, Edição Especial, maio., 2015.

BOLETIM DA VIDA. **20 anos do CDVDH/CB.** Açailândia: Gráfica GDL, Edição Especial, maio., nov., 2016.

BOLETIM DA VIDA. CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. Açailândia: Gráfica Universo, ano V, n. 53, out., 2004.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. **Trabalho escravo é crime: desenvolvimento sustentável é crime.** Gráfica Açailândia, Maranhão, 2007.

FOLHÃO. **Ministério do Trabalho encontram homens em regime de escravidão no Maranhão e Pará:** miséria, malária, abandono e débitos. Açailândia: 19 a 25 de março de 2004, p. 05.

AÇAIFOLHA. **Combatendo o trabalho escravo em fazendas e carvoarias.** Açailândia: out., Ano XXIV, 2015, p. 05.

O ESTADO DO MARANHÃO. **O trabalho escravo contemporâneo no Maranhão.** São Luís: 2015, p. 07.

JORNAL DO MARANHÃO. **CDVDH/CB 20 anos de lutas e conquistas.** Açailândia: nov., 2015, p. 05.

JORNAL BRASIL DE FATO. In.: ZONTA, Márcio. **Açailândia, região dominada por eucalipto.** 30 setembro, 2011, p. 2.

WORTHINGTON, Tony. **Child charcoal makers in the Amazon.** The Independent, 7 de junho de 1993.

g) Leis, decretos e documentos institucionais

AÇAILÂNDIA. **Plano diretor participativo de Açaílândia:** leitura técnica e comunitária. Açaílândia: Prefeitura Municipal de Açaílândia. 2010.

ARQUIVO NACIONAL. **Coordenação de Documentos Escritos.** Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça: Inventário dos dossiês avulsos da série Movimentos Contestatórios/Equipe de Documentos do Executivo e Legislativo, 2ª. ed., Rio de Janeiro: Arquivo, 2013.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN – CDVDH/CB. **Relatório de atividades desenvolvidas 1997-2007,** Açaílândia, 1997.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN / COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Relatório final da II fase de implantação do Projeto Rede de Ação Integrada de Combate à Escravidão RAICE/MA,** Açaílândia: 2017.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. **Candidatura de Marinaldo Soares Santos ao 22ª Edição do Prêmio Direitos Humanos 2016.** Açaílândia: 2016.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. **Relatório Encontro Inter-regional de Trabalhadores/as Resgatados/as do Trabalho Escravo Contemporâneo.** Açaílândia: 2014.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. **Relatório II Encontro Inter-regional de Trabalhadores/as Resgatados/as do Trabalho Escravo Contemporâneo.** Açaílândia: 2015, p. 02.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. **Relatório III Encontro Inter-regional de Trabalhadores/as Resgatados/as do Trabalho Escravo Contemporâneo.** Açaílândia: 2016, p. 02.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. **Horizonte.** Açaílândia: 2010, p. 02.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. **Uma contribuição para erradicar o trabalho escravo, atuando na prevenção, repressão e inserção:** informe anual para Manos Unidas. Açaílândia: 2009, p. 02.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. **Relatório do Projeto Trilhas da Liberdade,** Açaílândia: 2007, p. 03.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. **Celebração de 20 anos de lutas, conquistas e resistência popular.** Açaílândia: 2016, p.05.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS/CARMEN BASCARÁN. **Estatuto do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán.** Açailândia: 2009.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. CRDHA. **Relatório dos projetos e ações desenvolvidas.** Açailândia: 2011.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS DE AÇAILÂNDIA. CRDHA. **Relatório dos projetos e ações desenvolvidas.** Açailândia: 2011.

INSTITUTO CARVÃO CIDADÃO. **Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 25.05.2010,** Brasília/DF, 2010.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Responsabilidade social das empresas siderúrgicas na cadeia produtiva do ferro-gusa na região de Carajás:** os produtores de carvão vegetal - Relatório Geral. Rio de Janeiro: Instituto Observatório Social, mar. 2006.

MARANHÃO. **Balanço das ações de enfrentamento ao trabalho escravo no Maranhão – 2015.** Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular do Estado do Maranhão, SEDIHPOP, 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Ministério do Trabalho. Secretaria de Fiscalização do Trabalho. Equipe de Fiscalização Móvel – Região 04. **Relatório de fiscalização no Estado do Maranhão.** [S. l], 23 jun/06 jul 1997. 100 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Presidência da República. **Plano nacional para a erradicação do trabalho escravo.** Brasília, DF, 11 mar. 2003. Brasília: OIT, 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Presidência da República. **Segundo plano nacional pela erradicação do trabalho escravo.** Brasília: OIT, 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; SAKAMOTO, Leonardo [coord.] **Trabalho escravo no Brasil do Século XXI.** Brasília, OIT, 2006.

REPÓRTER BRASIL. **Escravo, Nem Pensar! no Maranhão 2015/2016.** São Paulo: 2016.

2. FONTES ORAIS

a) Entrevistas gravadas

- AÍLTON. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 04. dez., 2015.
- CARVOEIRO, A.S. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 24. mar., 2012.
- COLLANTES. Carmen Bascarán. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia. 10. out., 2007.
- COSME. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 21. jul., 2014.
- CRUZ, Marcelo. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. maio, 2012.
- DA SILVA, Fabrícia Carvalho. Entrevista concedida a Carmen Bascarán. Açailândia. 19. nov., 2016.
- DOS SANTOS, Brígida Rocha. Entrevista concedida a Carmen Bascarán. Açailândia. 19. nov., 2016.
- EZEQUIEL. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 14. dez., 2015.
- FERNANDES, Elenilde Dias. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia. 28. jan., 2009.
- FILHO, Antonio José Ferreira. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 24. fev., 2012.
- GOMES, Antonio. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. mar., 2012.
- JOÃO. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 12. dez., 2014.
- JOSÉ MARIA. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 23. jan., 2015.
- JOSIMO. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 10. jul., 2015.
- MANOEL. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 03. ago., 2014.
- MENDES. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 30. jul., 2014.
- OSVALDO. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 25. jul., 2014.
- OZIEL. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 11. dez., 2015.
- SAKAMOTO, Leonardo. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia. 24. mar., 2008.

SANTOS FILHO, Milton Teixeira. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia. 17. abr., 2008.

SANTOS, Marinaldo Soares. Entrevista concedida a Xico Cruz. Açailândia. 13. dez., 2016.

SOUZA, José Alves de. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia. 10. out., 2007.

SOUZA, Ivanete Silva. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia. 28. jan., 2009.

ZÉ PEREIRA. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. Açailândia. 10. jul., 2015.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **Amazônia**: do discurso à práxis. São Paulo: Edusp, 1996.

ADAMS, Ansel. **A câmera**. São Paulo: SENAC, 2000.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In.: Carla Bassanezi Pinsky. [Org.]. **Fontes históricas**. 1ª ed., São Paulo: Contexto, 2005, v. 1, pp. 155-202.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª ed., Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBORNOS, Suzana. **O que é trabalho?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nos destinos de fronteira**: história, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Mundo e imundos de[o] trabalho: por uma crítica histórica da categoria trabalho. In.: ACIOLI, Vera Lúcia Costa. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. MONTENEGRO, Antonio Torres. [Orgs.]. **História, cultura, trabalho**: questões da contemporaneidade. Recife: EdUFPE, 2011, p. 57.

ALDIGHERI, Mário. **Josimo: a terra, a vida** São Paulo: Loyola, 1993.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: a Guerra dos Mapas.** Belém: Editora Falangola, 1994.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo. [Org.]. **História e movimento social: narrativas públicas.** Coleção História Oral e Dimensões do Público. São Paulo: Letra e Voz/LABHOI, 2016.

ALVES, Castro. **Os melhores poemas de Castro Alves.** São Paulo: Global, 1983, p. 96.

ALVES, Francisco. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: Será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In.: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. [Orgs.]. **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro** [os heróis do agronegócio brasileiro]. São Carlos: EdUFSCar, 2007, pp. 21-54.

ALVES, Giovanni Alves; SANTOS, João Bosco Feitosa dos. [Orgs.]. **Métodos e Técnicas de Pesquisa sobre o Mundo do Trabalho.** Bauru: Canal 6, 2014.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Farewell.** 8ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2002.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In.: BRESCIANI, Maria Stella. NAXARA, Márcia. [Org.]. **Memória e [res]sentimento: indagações sobre uma questão sensível.** Campinas: UNICAMP, 2004.

ANTUNES, Ricardo [Org.]. **Riqueza e Miséria do Mundo do Trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo [Org.]. **Riqueza e Miséria do Mundo do Trabalho no Brasil II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, Ricardo [Org.]. **Riqueza e Miséria do Mundo do Trabalho no Brasil III.** São Paulo: Boitempo, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005, pp. 12-69.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 11ª ed., São Paulo: Cortez, 2006, pp. 47-63.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAGÓN, Luís Eduardo. [Org.]. **Migrações internacional na Pan-Amazônia.** Belém:

NAEA/UFPA, 2009.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Memória, mediação e campesinato:** as representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da Pré-Amazônia maranhense. Coleção Memória e História dos Movimentos Sociais da Amazônia e Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Manaus: UEA Edições, 2010.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** 10ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi [Org.]. **Fontes históricas.** 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2008.

BALES, Kevin. **Gente descartável:** a nova escravatura na economia global. Lisboa: Editorial Caminho, 2001.

BALLER, Leandro. **Fronteira e fronteiriços:** a construção das relações socioculturais entre brasileiros e paraguaios [1954-2014]. Curitiba: CRV, 2014.

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. In.: BARBOSA, Joaquim [Coord.]. **Multirreferencialidade nas ciências e na educação.** São Carlos: Editora da UFSCar, 1998. pp.168-199.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação.** Brasília: Plano, 2002. Série Pesquisa em Educação, v.3. 2002.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história.** da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005.

BARROS, José D'Assunção. **Os conceitos:** seus usos nas ciências humanas. Petrópolis: Vozes, 2016.

BARROS, José D'Assunção. **História, Espaço e Geografia:** diálogos interdisciplinares. Petrópolis: Vozes, 2017.

BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade:** O pintor da vida moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido:** sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.c

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida em fragmentos:** sobre ética pós-moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas para o consumo**: transformando as pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.b

BECKER, Bertha Koiffmann. A fronteira em fins do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. In.: BECKER, Bertha Koiffmann; MIRANDA, Mariana Helena; MACHADO, Lia Osório. [Orgs.] **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora UnB; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990, pp. 15-28.

BECKER, Bertha Koiffmann. Apropriação do espaço na Amazônia Legal: alocação de capital subsidiado para projetos agropecuários. In.: BECKER, Bertha Koiffmann; MIRANDA, Mariana Helena; MACHADO, Lia Osório. [Orgs.] **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora UnB; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990, pp. 29-32.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Jorge Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1982.

BECKER, Bertha Koiffmann. Migração e mudança ocupacional na fronteira amazônica brasileira: estratégia, trajetória, conflitos e alternativas. In.: BECKER, Bertha Koiffmann; MIRANDA, Mariana Helena; MACHADO, Lia Osório. [Orgs.] **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora UnB; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990, pp. 89-109.

BECKER, Bertha Koiffmann; MIRANDA, Mariana Helena; MACHADO, Lia Osório. [Orgs.] **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora UnB; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990.

BÉDARIDA, François. Tempo Presente e Presença da História. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. [orgs.] **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 8ª ed., 2006, pp. 217-229, p. 221.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. 3ª ed., Obras escolhidas. Vol. III. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In.: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 197-221.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BERTIN, Jacques. **Sémiologie Graphique**: les diagrammes, les réseaux, les cartes. Paris: Gauthier-Villars, 1967.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

BLOCH, Marc. **Os reis Taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOBBIO, Norberto. **O tempo da memória**: de senectude e outros escritos autobiográficos. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.30.

BOFF, Leonardo. A causa dos pobres. In.: FORCANO, Benjamin; LALLANA, Eduardo; CONCEPCIÓN, José Maria; CEREZO, Maximino. [Org.]. **Pedro Casaldáliga**: as causas que imprimem sentido à sua vida – retrato de uma personalidade. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2008, pp. 109-116.

BORGES, Jóina Freitas. Sob os areais, histórias de vida. In.: CASTELO BRANCO, Julinete Vieira. SOLON. Daniel Vasconcelos. [Org.] **Histórias em poliedros**: cidade, cultura e memória. Teresina: EdUFPI, 2008, p. 93.

BORGES, Jorge Luís. Funes, o memorioso. In.: BORGES, Jorge Luís. **Ficções**. São Paulo: Globo, 1982, pp. 89-97.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 25.

BORGES, Paulo César Correa. [Org.]. **Formas contemporâneas de trabalho escravo**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2015.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In.: NOVAES, Adauto [org.]. **Tempo e história**. São Paulo: Cia das Letras. 1992.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. 3ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia geral. 2ª ed., São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, pp. 65-66.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

BRAGA, Elizabeth dos Santos. **A constituição social da memória**: Uma perspectiva histórico-cultural. Ijuí, Ed. Unijuí, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Prefácio. In.: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. [Orgs.]. **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

BRAUDEL, Fernand. A Longa Duração. In.: **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Lisboa: Perspectiva, 1992.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

BRAZ, Ademir. **Rebanho de pedras & esta terra**. Poesias. 2ª ed., Marabá: Grafecort, 2003.

BRECHT, Bertolt. **Antologias poéticas**. [S.l.: S.n.], 2000, p. 16.

BRECHT, Bertolt. **Poemas**: 1913-1956. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 09.

BRELAZ, Waldir. **Os sobreviventes do Massacre de Eldorado do Carajás**. Belém: Editora Promev, 2007.

BRITO FILHO, José Claudio Monteiro. **Trabalho decente**: análise jurídica da exploração do trabalho, trabalho escravo e outras formas de trabalho indigno. 2ª ed., São Paulo: LTR, 2010.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EdUSC, 2004, p. 101.

CALDAS FILHO, Alberto Frederico Lins. **Espaço e experiência**: história oral e geografia humana. Caderno de Criação. Centro de Hermenêutica do Presente, Porto Velho, 2001.

CALDAS, Alberto Lins. **Espaço e oralidade**. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

CALDAS, Alberto Lins. **Experiência e narrativa**: uma introdução à história oral. Maceió: EdUFAL, 2013.

CALDAS, Alberto Lins. **Nas águas do texto palavra, experiência e leitura em história oral**. Porto Velho: EdUFRO, 2001.

CALDAS, Marconi. **Açailândia, sentinela da fronteira**. 1ª ed., [s.l.: s.n.], 1976.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. 2ª ed., São Paulo: Cia das Letras, 2006.

CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**: lições americanas. 3ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 107.

CAMPOS, Ademar da Silva; **O confronto em Eldorado do Carajás**: trágica consequência do processo histórico da concentração de terras no Brasil. Belém: Editora Promev, 2002.

CAMPOS, M. G. A política nacional para erradicação do trabalho escravo. In.: Brasil. **Direitos Humanos no Brasil 2004**: Relatório da rede social de justiça e direitos humanos. São Paulo, 2004.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4ª ed., São Paulo: EDUSP, 2003.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Do latifúndio agropecuário à empresa latifundiária carvoeira. In.: COELHO, M.C.N.: COTA, R. G. [Org.]. **Dez anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Estado e empreendimentos guseiros no Programa Grande Carajás: as políticas públicas a serviço da industrialização. In.: CASTRO Edna; MARIN, Rosa E. A. [Org.]. **Amazônia em tempo de transição**. Belém: UFPA-NAEA, 1989, pp.151- 191.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. O desenvolvimento da certificação sócio-ambiental e a nova dinâmica da ação empresarial na Amazônia. In.: FERRETTI, Sergio Figueiredo. RAMALHO. José Ricardo. [Org.], **Amazônia**: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural. São Luís: EdUFMA, 2009, p. 32.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. O Programa Grande Carajás e a dinâmica política. In.: CASTRO, Edna Maria Ramos de; MOURA, Edila Arnaud Ferreira; MAIA, Maria Lúcia. **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: UFPA, 1995.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Relações de trabalho, propriedade da terra e poluição urbana nas atividades de carvoejamento para a produção de ferro gusa em Açailândia. In.: GONÇALVES, F. [Org.] **Carajás**: desenvolvimento ou destruição? São Luís: CPT, Estação Gráfica, 1995, pp. 107-134.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio; SOUSA, Andréa; MARINHO, Karlene. Migração, estrutura agrária e redes sociais: uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à

lavoura da cana em São Paulo. In.: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. [Orgs.]. **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro** [os heróis do agronegócio brasileiro]. São Carlos: EdUFSCar, 2007, pp. 215-232.

CARVALHO, Gilmar de. **Patativa poeta pássaro do Assaré**. Fortaleza: Omni, 2002, p. 54.

CARVALHO, Marcus. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo**, Recife: 1822-1850, Recife, EdUFPE, 1998.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. São Félix do Araguaia: 1971.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Edna Maria Ramos de; HÉBETTE, Jean [Orgs.]. **Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 1989.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. [Org.]. **Geografia: conceitos e temas**. 15ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro - pão ou aço**. 10ª ed., Rio de Janeiro: Antares, 1983.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1951.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CELAN, Paul. Fuga da morte [*Tagesfuge*]. Tradução de Modesto Carone. In.: GUINSBURG. J.; TAVARES. Zulmira Ribeiro. **Quatro mil anos de poesia**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1969.

CERQUEIRA, Gelba Cavalcante; FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; COSTA, Célia Maria Leite. [Org.]. **Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In.: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **La historia o la lectura del tiempo**. Barcelona: Gedisa, 2007.

CHARTIER, Roger. **A visão do historiador modernista**. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. [coords.]. Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CHAUVEAU, Agnes; TÊTART, Phillipe [orgs.]. **Questões para a história do presente**. Bauru, São Paulo: EdUSC, 1999.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

CLAVAL, Paul. **Terra dos homens**: a geografia. Paul Claval. São Paulo: Contexto, 2010.

CLIFFORD, Andrew Welch. et al [Orgs.]. **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas, v.1. Coleção História Social do Campesinato no Brasil. EdUNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: 2009.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **CPT**: 40 anos de fé, rebeledia e esperança. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebeca J. **Além da escravidão**: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região**: um conceito complexo. In.: Região e organização espacial. 7ª ed., São Paulo: Ática, 2000.

COSTA E SILVA, Alberto da. **A enxada e a lança**: a África antes dos portugueses. São Paulo: Rio de Janeiro: Nova Fronteira, EDUSP, 1992.

COSTA E SILVA, Alberto da. **A manilha e o libambo**: a África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

COSTA E SILVA, Alberto da. **Um rio chamado Atlântico**: a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e EdUFRJ, 2003.

COTA, Raymundo Garcia. **Carajás**: a invasão desarmada. Petrópolis: Vozes, 1984.

CUESTA, Josefina. **Historia del presente**. Madrid: Eudema, 1993.

CUNHA, Euclides. **À margem da história**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

DA SILVA, André Eduardo Ribeiro. **Territorialidades e redes da migração maranhense para o trabalho escravo nos canaviais paulistas**. Curitiba: CRV, 2016.

DAIX, Pierre. **Fernand Braudel**: uma biografia. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 267.

DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil 1850**. São Paulo: EDUSP, 1980.

DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo e identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta Moraes. [Orgs.]. **História do tempo presente**. RJ: FGV. 2014.

DIAS, Gonçalves. Canção do exílio. In.: BANDEIRA, Manuel. **Obras poéticas de Antonio Gonçalves Dias**. Rio de Janeiro: Nacional, 1944.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In.: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: conceitos e temas. 15ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, pp.141-162.

DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela. [Orgs.]. **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2013.

DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rógério Leandro Lima da. [Orgs.]. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Meninas da noite**: a prostituição de meninas-escravas no Brasil. São Paulo: Ática, 1992.

DOS SANTOS, Gislene Aparecida. Redes e territórios: reflexões sobre a migração. In.: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da [Orgs.]. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, pp. 51-78.

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**: um desafio para o historiador. São Paulo: EdUNESP, 2013.

DUMOULIN, Oliver. **O papel social do historiador**: da cátedra ao tribunal. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 24ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2012.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EMMI, Marília. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1987.

ESTERCI, Neide. A dívida que escraviza. In.: Comissão Pastoral da Terra. **Trabalho escravo no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 104.

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia**: peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes, 1987.

ESTERCI, Neide. **Escravos da desigualdade**: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: CEDI, Koinonia, 1994.

FALCÃO, Marina; OHARA, Gustavo; SUZUKI, Natália. **Experiências comunitárias de combate à escravidão 2012**. Catholic Relief Services e Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, São Paulo: 2012.

FARET, Laurent. **Les territoires de la mobilité**: migration et communautés transnationales entre le Mexique et les États-Unis. Paris CNRS Ed., 2003.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FENELON, Déa et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004, p. 300.

FERNANDES, Bernardo Mançano. et al [Orgs]. **Lutas camponesas contemporâneas a diversidade das formas das lutas no campo v. 2**: A diversidade das formas das lutas no campo. EdUNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. et al [Orgs]. **Lutas camponesas contemporâneas condições, dilemas e conquistas v. 1**: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. EdUNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, Ademir Pacelli; PÓVOA NETO, Helion; VAINER, Carlos; SANTOS, Miriam de Oliveira. [Org.]. **A experiência migrante**: entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, Faperj, 2010.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez; FERRERAS, Norberto Osvaldo; ROCHA, Cristiana Costa da. [Orgs.]. **Histórias sociais do trabalho:** usos da terra, controle e resistência. São Luís: Café & Lápis, Editora da UEMA, 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena [Orgs.]. **História Oral: desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – FGV, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes [coord.]. **Entre-vistas:** abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994.

FERRETI, Mundicarmo. Terecô, a linha de Codó. In.: PRANDI, Reginaldo. [Org.]. **Encantaria Brasileira:** o livro dos mestres, caboclos e encantados. Rio de Janeiro: Pallas, 2001, pp. 59-73.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. **Repensando o sincretismo:** estudo sobre a Casa das Minas. São Paulo: EDUSP, 1995.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **A Justiça do Lobo.** Petrópolis, Vozes, 1986.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Rio Maria:** canto da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; [Org.]. **Olhares sobre a escravidão contemporânea:** novas contribuições críticas. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna [Org.]. **Privação de Liberdade ou Atentado à Dignidade:** escravidão contemporânea. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna [Org.]. **A universidade discute a escravidão contemporânea:** práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna [Org.]. **Discussões contemporâneas sobre trabalho escravo:** teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. [Org.]. **Trabalho escravo contemporâneo:** um debate transdisciplinar. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

FILHO, Antônio; MASSON, Nonato; COSTA, Reynaldo. [Orgs.]. **Atlas político-jurídico do trabalho escravo contemporâneo no Estado do Maranhão**. Imperatriz: Ética, CDVDH, 2011.

FLÁVIO, Luiz Carlos. **Geografia em poesias: tempos, espaços, pensamentos**. Francisco Beltrão: Grafisul, 2008.

FLÁVIO, Luiz Carlos. Tempos e espaços. In.: FLÁVIO, Luiz Carlos. **Geografia em poesias: tempos, espaços, pensamentos**. Francisco Beltrão: Grafisul, 2008, p. 17.

FLORES, Sara María Lara. Control del espacio y territorialidad en las migraciones rurales. In.: **Dilemas de la migración en la sociedad postindustrial**: Porrúa-UAEM-UAM/Iz. Ciudad del México: Miguel Ángel Porrúa/UAM-Iztapalapa/UAEM, 2008.

FLORES, Sara María Lara. **Migraciones de trabajo y movilidad territorial**. Ciudad del México: Miguel Ángel Porrúa, 2010.

FORCANO, Benjamin; LALLANA, Eduardo; CONCEPCIÓN, José Maria; CEREZO, Maximino. [Org.]. **Pedro Casaldáliga: as causas que imprimem sentido à sua vida – retrato de uma personalidade**. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In.: **O que é um autor?** Lisboa: Passagens. 1992. pp. 129-160.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCO, Maria Ciavatta. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia com fonte histórica** [Rio de Janeiro, 1900-1930]. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 56.

FRANKLIN, Adalberto. **Manoel da Conceição: lutador das liberdades da classe trabalhadora**. Imperatriz: Ed. Ética, 2009.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. Editora Cortez, São Paulo: 1992, p.11

FREITAS, Sônia Maria. **História oral: possibilidades e procedimentos**. Humanitas, São Paulo: 2006.

FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 7: o chiste e sua relação com o inconsciente** [1905]. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994, p. 03.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 49ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2009.

GALEANO, Eduardo. **Os filhos dos dias**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba...** Cidades-beira 1850-1950. Teresina: EdUFPI, 2011.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Uruaçu**: cidade-beira, cidade-fronteira 1910 1960. Goiânia: EdUFG, 2004.

GAUDEMAR, Jean. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GAZOLA, Cristiane de Melo Mattos Sabino. **Do escravismo colonial ao trabalho forçado atual**: a supressão dos direitos sociais fundamentais. São Paulo: LTR, 2009.

GEERTZ, Clifford. Anti relativismo. In.: **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 65.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In.: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989, pp. 03-21.

GENOVESE, Eugene. **A Terra Prometida**: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2008, p. 49.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6ª ed., São Paulo: Atlas, 1999.

GIRARDI, Eduardo Paulon; THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida; HATO, Júlio Takahiro. Mapeamento do trabalho escravo contemporâneo no Brasil: dinâmicas recentes. In.: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna [Org.]. **A universidade discute a escravidão contemporânea**: práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015, pp. 301-334.

GISTELINCK, Frans. **Carajás, usinas e favelas**. São Luís: Minerva, 1988.

GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARTIN, Rosa Acevedo. [Orgs]. **Diversidade do campesinato expressões e categorias v.2**: estratégias de reprodução social. EdUNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: 2009.

GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARTIN, Rosa Acevedo. [Orgs.]. **Diversidade do campesinato expressões e categorias v.1:** construções identitárias e sociabilidades. EdUNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed., Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Angela de Castro [Org.]. **Escrita de si, escrita da história.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos:** mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil [Séculos XVII-XIX]. São Paulo: EdUNESP, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas:** mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX, São Paulo, Cia das Letras, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos; CUNHA, Olivia Maria Gomes da. [Orgs.]. **Quase-cidadão:** Histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2007.

GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. [Orgs.]. **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In.: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. [Org.]. **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, pp.49-76.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. [Orgs.]. **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada.** São Paulo: Ática, 1991.

GORENDER, Jacob. **Escravidão colonial.** São Paulo: Ática, 1978.

GUEDES, André Dumans. **O trecho, as mães e os papéis:** etnografia de movimentos e durações no norte de Goiás. São Paulo: Garamond, 2013.

GUERRA, Alexandre; POCHMANN, Marcio; SILVA, Ronnie Aldrin. **Atlas da exclusão social no Brasil:** dez anos depois. São Paulo: Cortez, 2014.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O posseiro da fronteira:** campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Errantes da selva:** histórias da migração nordestina para a Amazônia. Recife: EdUFPE, 2006.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde:** política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá: UNICEN / UNESCO, 2002.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História, trabalho e política de colonização no Brasil contemporâneo: discursos e práticas. Amazônia Legal. In.: ACIOLI, Vera Lúcia Costa. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. MONTENEGRO, Antonio Torres. [Orgs.]. **História, cultura, trabalho:** questões da contemporaneidade. Recife: EdUFPE, 2011, pp. 85-129.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Personagens e memórias: territórios de ocupação recente na Amazônia. In.: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. [Orgs.]. **História em cousas miúdas:** capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005, pp. 519-546.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade:** doze lições. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HAESBAERT, Rogério Haesbaert. **Regional-Global:** dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In.: SANTOS, Milton [Org.]. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. Niterói: PPGG/UFF, AGB, 2002, p. 36.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade:** a rede 'gaúcha' no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In.: Lopes, L. e Bastos, L. [org.]. **Identidades:** recortes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade. 7ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** 3ª ed., São Paulo: Contexto, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: 2006.

HALL, Anthony. **Amazônia:** desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10ª ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 11.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HARTOG, François. **Crer em História.** Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: ADUFPA, 2004 [Vol. I, II, III e IV].

HISSA, Cássio Eduardo Viana [Org.]. **Conversações**: de artes de ciências. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2001, p. 24.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

HOMERO. **Odisseia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Divulgação do Livro, 1968.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

IZQUIERDO, Iván. **A arte de esquecer**: cérebro, memória e esquecimento. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004.

IZQUIERDO, Iván. **Memória**. 2ª ed., rev. e ampl. Porto Alegre: ArtMed, 2011.

IZQUIERDO, Ivan. **Questões sobre memória**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

JADÃO, Paulo Bosco Rodrigues. **História de Marabá**. Editora Prefeitura de Marabá, 1984.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papirus, 2003.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina [Orgs.]. **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 43-62.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto / PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora PUC-Rio, 2006, pp. 97-118.

KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In.: **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora PUC-Rio, 2006, pp. 97-118.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 156.

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia**: efêmero e o perpétuo. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Ed., 1999, p. 140.

LA BOÉTIE, Etienne. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LACOSTE, Yves. **A geografia** - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

LACOSTE, Yves. Braudel geógrafo. In.: **Ler Braudel**. São Paulo: 1989.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In.: LE GOFF, Jacques [org.]. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LAGENEST, Barruel de. **Marabá**: cidade do diamante e da castanha. São Paulo: Editora Anhambi, 1958.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LE BRETON, Binka. **A dádiva maior**: a vida e a morte corajosas da irmã Doroty Stang. São Paulo: Editora Globo, 2008.

LE BRETON, Binka. **Todos sabiam**: a morte anunciada de Padre Josimo. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LE BRETON, Binka. **Vidas roubadas**: a escravidão moderna na Amazônia brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In.: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2003. pp. 525-539.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 09.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. São Paulo: EDUSP, 1970.

LOTO, Luciana Aparecida. **Ação civil pública trabalhista contra o trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: LTR, 2008.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: EdUSP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

MACHADO, Maria Helena Toledo. Crime e escravidão. **Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas [1830-1888]**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MACIEL, Luis Carlos. **Sartre vida e obra**. Editora Paz e Terra, 1986.

MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens: uma história de amor e ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo. [Orgs.]. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

MARTINS, José de Sousa. **A chegada do estrangeiro**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. A escravidão na sociedade contemporânea: a reprodução ampliada anômala do capital e a degradação das relações de trabalho. In.: MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 151-162.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão. In.: MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 71-100.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In.: **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes 1983, pp 151-177

MARTINS, José de Souza. A terceira escravidão no Brasil. In.: MARTINS, José de Souza. **Uma sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e Henri Lefebvre**. São Paulo: Contexto, 2014, pp. 203-210.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3ª edição, São Paulo: Hucitec, 1991, p. 61-83.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio. In.: **O fenômeno migratório no limiar do 3º milênio: desafios pastorais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, pp.19-34, p. 24.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2003.

MARTINS, José de Souza. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In.: MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1988.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes 1983.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da República Velha**. São Paulo, São Caetano do Sul: Hucitec, 1992.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 112.

MATTOS, Hebe [Org.]. **História oral e comunidade: reparações e culturas negras**. Coleção História Oral e Dimensões do Público. São Paulo: Letra e Voz/LABHOI, 2016.

MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia Gallotti; MAMIGONIAN, Beatriz. [Orgs.] **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 - a força do passado**. São Paulo: Alamenda, 2016.

MATTOS, Maria Virgínia Bastos de. **História de Marabá**. Marabá: Grafil, 1996.

MATTOS, Paulo Henrique Costa. **Agroescravidão: a degradação do humano e o avanço do agronegócio no Brasil Contemporâneo**. Gurupi: Editora Veloso, 2013.

MAUAD, Ana Maria [Org.]. **História oral e mídia: memórias em movimento**. Coleção História Oral e Dimensões do Público. São Paulo: Letra e Voz/LABHOI, 2016.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. [Org.]. **[Re]Introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996b.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5ª ed., revis. e ampl. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral:** como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SALGADO RIBEIRO, Suzana Lopes. **Guia prático de história oral:** para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MEILLASSOUX, Claude. **Antropologia da escravidão:** o ventre de ferro e dinheiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In.: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antônio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana. [Orgs.]. **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste. In.: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARTIN, Rosa Acevedo. [Orgs.]. **Diversidade do campesinato expressões e categorias v.2:** estratégias de reprodução social. EdUNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: 2009, pp. 269-287.

MENEZES, Marilda Aparecida. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes:** um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. **Trabalho escravo contemporâneo:** conceituação à luz do princípio da dignidade da pessoa humana. São Paulo: LTR, 2011.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória:** a cultura popular revisitada. 5ª ed., São Paulo: Contexto, 2003.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Contribuições Metodológicas para a análise das migrações. DEMARTINI, Zelia de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. [Orgs.]. **Estudos migratórios:** perspectivas metodológicas. São Carlos: EdUFSCar, 2005, pp. 53-86, p. 54.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. **Errantes do fim do século.** São Paulo: EdUNESP, 1999.

MORAES, Almir Queiroz de. **Pelas trilhas de Marabá.** Editora Chromo Arte, 1998.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia:** pequena história crítica. 21ª ed., São Paulo: 2007.

MORAIS, Tais de; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia:** os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico.** 2ª ed., São Paulo: Contexto.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo et al [Orgs]. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história vol.1:** Concepções de justiça e resistência nos Brasis. EdUNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: 2009.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo et al [Orgs]. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história vol.2:** concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado 1930-1960. EdUNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: 2009.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na senzala.** São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

MOURA, Flávia de Almeida. **Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó/MA,** São Luís, EdUFMA, 2009.

MOURA, Flávia de Almeida. **Trabalho escravo e mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses.** São Luís, EdUFMA, 2016.

MUNARI, João; COSTA, Alcides. **Daniel Comboni: mil vidas para a missão.** São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2015, pp. 05-25.

MURPHY, Roseanne. **Mártir da Amazônia: vida da irmã Dorothy Stang.** São Paulo: Paulus, 2008.

NASCIMENTO, Evangelista Mota. **Açailândia e sua história.** 1ª ed., Açailândia: Ética, 1998.

NEPOMUCENO, Eric. **O massacre - Eldorado do Carajás: uma história de impunidade.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

NETO, Vito Palo. **Conceito jurídico e combate ao trabalho escravo contemporâneo.** São Paulo: LTR, 2008.

NEVES, Débora Maria Ribeiro. **Trabalho escravo e aliciamento.** São Paulo: LTr, 2012.

NEVES, Delma Pessanha. et al [Orgs]. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil - Vol. 01:** formas tuteladas de condição camponesa EdUNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: 2009.

NEVES, Delma Pessanha. et al [Orgs]. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil - Vol. 02:** formas dirigidas de constituição do campesinato. EdUNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: 2009.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. **Documentos sobre a escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

NORA, Pierre [Org]. **Ensaio de ego-história**. Lisboa: Edições 70, 1989.

NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. [Org.]. **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro [os heróis do agronegócio brasileiro]**. São Carlos: EDUFSCar, 2007.

NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. [Orgs.]. **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro [os heróis do agronegócio brasileiro]**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros [Orgs.]. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Editora Nacional, 1996.

PATTERSON, Orlando. Escravidão como parasitismo humano. In.: **Escravidão e morte social: um estudo comparativo**. São Paulo: Edusp, 2008, pp. 457-472.

PATTERSON, Orlando. **Escravidão e morte social: um estudo comparativo**. São Paulo: Edusp, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: EdUNESP, 2006.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. Recife: EdUFPE, 2015.

PERINELLI NETO, Humberto; NARDOQUE, Sedeval; MOREIRA, Vagner José [Org.]. **Nas margens da boiadeira: territorialidades, espacialidades, técnicas e produções no noroeste paulista**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das Fronteiras. In.: MARTINS, Maria Helena [Org.]. **Fronteiras Culturais: Brasil-Uruguai-Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das Fronteiras. In.: MARTINS, Maria Helena [Org.]. **Fronteiras Culturais: Brasil-Uruguai-Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, pp. 35-36.

PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego**. Richard Zenith. [Org.]. 3ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PESSOA, Raimundo Moraes. **Fragmentos de minha vida**. 2ª ed., Açailândia; 1997.

PESSOA, Romualdo Campo Filho. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. Goiânia: Editora UFG, 1997.

PINSKY, Carla Bassanezi [Orgs.]. **Fontes históricas**. 2ª Edição, São Paulo: Contexto, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tânia Regina de. [Orgs.]. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1993.

PINTO, Diana Souza; FARIAS, Francisco Ramos de [Orgs.]. **Novos apontamentos em memória social**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

PINTO, Lúcio Flávio. **Carajás: um ataque ao coração da Amazônia**. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1982.

PITOMBEIRA, Karla Suzy Andrade. A siderurgia de Carajás e o enfrentamento ao trabalho escravo. In.: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna [Org.]. **Privação de liberdade ou atentado à dignidade: escravidão contemporânea**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013, pp. 181-198.

POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

PORTELLI, Alessandro. **A história oral como arte da escuta**. São Paulo; Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. **Biografia di una città**. Torino: Giulio Einaudi Editores, 1985.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In.: FENELON, Déa et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004, p. 296-313.

PORTO JR., Gilson. [Org.]. **História do tempo presente**. Bauru: EdUSC, 2007.

PÓVOA NETO, Helion. Migrantes, garimpeiros e seu lugar no território nacional: itinerância e mobilidade espacial do trabalho. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 43-49, 1997.

PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli. [Org.]. **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Revan, 2005.

PÓVOA NETO, Helion; SANTOS, Miriam de Oliveira; FERREIRA, Ademir Pacelli; VAINER, Carlos Bernardo [Org.]. **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Garamond, Faperj, 2010.

PÓVOA NETO, Helion; SANTOS, Miriam de Oliveira; PETRUS, Regina. [Org.]. **Migrações: rumos, tendências e desafios**. Rio de Janeiro: Polobooks, 2016.

PÓVOA NETO, Helion; SANTOS, Miriam de Oliveira; PETRUS, Regina; GOMES, Charles. [Org.]. **Caminhos da migração: memória, integração e conflitos**. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, Faperj, 2014.

PÓVOA NETO, Helion; SANTOS, Miriam de Oliveira; ZANINI, Maria Catarina; SEYFERTH, Giralda [Org.]. **Mundos em movimento: ensaios sobre migrações**. 1ª ed., Santa Maria: Universidade de Santa Maria, 2007.

PÓVOA NETO, Helion; SEYFERTH, Giralda; ZANINI, Maria Catarina; SANTOS, Miriam de Oliveira. [Org.]. **Mundos em movimento: ensaios sobre migrações**. Santa Maria: EdUFMS, 2007.

PRIMO, Ariel. **Panorâma histórico de Açailândia**. 1ª ed., [s.l: s.n.], 1978.

QUAINI, Massimo. **Riflessioni e ipotesi in tema di geografia storica**. Pubblicazioni dell'Istituto di Scienze Geografiche, Università di Genova, VII, 1968.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado [Org.]. **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: EdUFMS, 2005.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In.: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. [Orgs.]. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Consequência, 2015, pp. 13-32.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, José Ricardo Pereira; CARNEIRO, Marcelo Sampaio [Org.]. **Ações coletivas em complexos minero-metalúrgicos na Amazônia e no Sudeste brasileiro**. São Luis: EdUFMA, 2015.

RATOS DO PORÃO. **Expresso escravidão**. In.: Homem inimigo do homem. Rio de Janeiro, Deckdisc, 2006, CD, faixa 3. 2: 45.

REIS, Daniela Muradas; MIGRAGLIA, Livia Mendes Moreira; FINELLI, Lília Carvalho. **Trabalho escravo: estudos sob as perspectiva trabalhista e penal.** Belo Horizonte: Editora RTM, 2015.

REIS, João José **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do Século XIX.** São Paulo: Cia das Letras, 1992.

REIS, João José. **Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista.** São Paulo: Cia das Letras, 1989.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês [1835].** São Paulo: Cia das Letras, 2003.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro.** São Paulo: Cia das Letras, 2010.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: resistência negra no Brasil escravista.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RÉMOND, René. Uma história presente. In.: RÉMOND, René [Org.]. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003. pp. 13-36.

RICARDO, Antunes. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Unicamp, 2007.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas.** 19ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSA, João Guimarães. A terceira margem do rio. In.: ROSA, João Guimarães. **Ficção completa: volume II.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das idéias.** São Paulo: EdUNESP, 2010.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social.** Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962.

ROUSSO, Henry. **La hantise du passé.** Paris: Éditions Textuel, 1989.

SACK, Robert David. **Homo geographicus: a framework for action, awareness, and moral concern.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In.: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela. [Orgs.]. **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2013, pp. 63-90.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In.: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela. [Orgs.]. **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2013, pp. 63-90.

SAID, Edward Wadie. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995, pp. 37-38.

SALGADO, Sebastião. **Trabalhadores: uma arqueologia da era industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 29.

SANTAELLA, Lucia. Transcriar, transluzir, transluciferar: a teoria da tradução de Haroldo de Campos. In.: MOTTA, Leda Tenório da. **Céu acima: para um tombeau de Haroldo de Campos**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

SANTHIAGO, Ricardo [Org.]. **História oral e arte: narração e criatividade**. Coleção História Oral e Dimensões do Público. São Paulo: Letra e Voz/LABHOI, 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5ª ed., São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. **La nature de l'espace l'espace: technique et tempos, raison et emotion**. Paris, 1997.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In.: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha Koiffmann; SILVA, Carlos Alberto Franco da; et alii. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002, p. 09.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6ª edição. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. Região: globalização e identidade. In.: LIMA, Luiz Cruz [Org.]. **Conhecimento e reconhecimento: uma homenagem ao geógrafo cidadão do mundo**. Fortaleza: Eduece/LCR, 2003, p. 53-64.

SANTOS, Milton. **Testamento intelectual**. São Paulo: EdUNESP, 2004.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 4ª ed., São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio. Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em geografia agrária. In.: SAQUET, Marcos Aurélio; SUZUKI, Júlio César; MARAFON, Glaucio José [Org.]. **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011, pp. 209-226.

SAQUET, Marcos Aurélio. Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em geografia agrária. In.: SAQUET, Marcos Aurélio; SUZUKI, Júlio César; MARAFON, Glaucio José [Org.]. **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011, pp. 209-226.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Estudos territoriais na ciência geográfica**. [Org.]. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. O[s] tempo[s] e o[s] território[s] da imigração no sul do Brasil. In.: SPOSITO, Eliseu Savério; BOMTEMPO, Denise Cristina; SOUZA, Adriano Amaro de. [Orgs.]. **Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades**. São Paulo: Expressão. Popular, 2010. pp. 109-124.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins/RS**. Porto Alegre: EST Edições, 2003, pp. 73-94.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste Paranaense. In.: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. [Orgs.]. **Cidade e campo: relações de contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 157-186, p.183.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério [orgs.]. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**, São Paulo: Expressão Popular, EdUNESP, 2009.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado:** cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EDUSP, 1998.

SCHWARZ, Rodrigo Garcia. **Terra de trabalho, terra de negócio:** o trabalho escravo contemporâneo na perspectiva [da violação] dos direitos sociais. São Paulo: LTR, 2014.

SCHWARZ, Rodrigo Garcia. **Trabalho escravo:** a abolição necessária. São Paulo: LTR, 2008.

SCOTT, Russell Parry. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste entre o cativo e o meio do mundo. In.: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. [Orgs]. **Diversidade do campesinato expressões e categorias v.2:** estratégias de reprodução social. EdUNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: 2009, pp. 245-267, p. 263.

SECRETO, Verónica María. **Soldados da borracha:** trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In.: BRESCIANI, Maria Stella. NAXARA, Márcia. [Org.]. **Memória e [res]sentimento:** indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2004, p. 39.

SHOUMATOFF, Alex. **O mundo em chamas:** a devastação da Amazônia e a tragédia de Chico Mendes. São Paulo: Editora Best Seller, 1990.

SILVA, Gonçalo Ferreira da. **O massacre de Eldorado do Carajás.** Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras de Cordel, 1996.

SILVA, Sidney Antônio da [Org.]. **Migrações na Pan-Amazônia:** fluxos, fronteiras e processos socioculturais. São Paulo: Hucitec; Manaus: Fepeam, 2012.

SILVA, Vanderlei Kalina; SILVA, Maciel Henrique. Escravidão. In.: **Dicionário de conceitos históricos.** 3ª ed., São Paulo: Contexto, 2015, pp. 110-114.

SILVEIRA, Eder da Silva. História oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. In.: **Ensino de história, história oral e museologia:** reflexões para a sala de aula. São Leopoldo: Oikos, 2009, pp. 33-42.

SINGER, Paul. **Dinâmica populacional e desenvolvimento.** 3ª ed., São Paulo: Hucitec, 1998.

SIRINELLI, Jean-François. **Abrir a história:** novos olhares sobre o século XX francês. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p.10.

SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor**. Esperanças e recordações na formação da família escrava no sudeste do Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Fagno da Silva. Para além de uma disputa conceitual: trabalho, escravidão, escravização à guisa dos estudos históricos. In.: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna [Org.]. **Discussões contemporâneas sobre trabalho escravo**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, pp. 275-301.

SOARES, Fagno da Silva. Por um conceito de escravidão contemporânea: uma disputa conceitual à baila dos estudos históricos. In.: ZAPAROLI, Witembergue Gomes; SILVA, Fabrícia Carvalho da [Orgs.]. **Trabalho escravo contemporâneo**: reflexões e militância do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos – Carmen Bascarán. Imperatriz: Editora Ethos, 2015, pp. 21-51.

SOARES, Fagno da Silva; FERRERAS, Norberto Osvaldo. Mulheres de Atenas da Amazônia Maranhense: breves narrativas de esposas e/de trabalhadores submetidos à escravidão contemporânea. In.: BARBOSA, Maria do Socorro; SILVEIRA, Thiago Coelho; FERREIRA, Vinícius. **Estudos de gênero**: uma perspectiva multidisciplinar. New York: Mr. Wilson Publishing, 2016, p. 131-154.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Companhia das Letras, São Paulo, 2004, p. 33.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In.: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. [Org.]. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2012, pp.77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “**Território**” da divergência [e da confusão]: em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In.: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. [Orgs.]. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos teorias, processos e conflitos. São Paulo: Consequência, 2015, pp. 53-68, p. 54.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 23.

SPOSITO, Eliseu Savério; BOMTEMPO, Denise Cristina; SOUZA, Adriano Amaro de. [Orgs.]. **Geografia e migração**: movimentos, territórios e territorialidades. São Paulo: Expressão. Popular, 2010. pp. 109-124.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Prefácio. In.: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério [Orgs.]. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos teorias, processos e conflitos. São Paulo: Consequência, 2015, pp. 07-09, p. 08.

STÉDILE, João Pedro. [Org.] **A questão agrária hoje**. 3ª ed., Porto Alegre: EdUFRGS, 2002.

STÉDILE, João Pedro. A causa da terra. In.: FORCANO, Benjamin; LALLANA, Eduardo; CONCEPCIÓN, José Maria; CEREZO, Maximino. [Org.]. **Pedro Casaldáliga: as causas que imprimem sentido à sua vida – retrato de uma personalidade**. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2008, pp. 33-56.

SUTTON, Alison. **Trabalho escravo: um elo na cadeia da modernização no Brasil hoje**. São Paulo, CPT/Anti-Slavery International, 1994.

SUZUKI, Júlio César. Percursos teórico-metodológicos da geografia agrária brasileira: da formação à atunomia intelectual. In.: SAQUET, Marcos Aurélio; SUZUKI, Júlio César; MARAFON, Glaucio José [Org.]. **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011, pp. 23-40.

SUZUKI, Júlio César; COSTA, Everaldo Batista da; STEFANI, Eduardo Baider. **Espaço, sujeito e existência: diálogos espaço geográfico das artes** [Livro eletrônico]. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016.

SUZUKI, Júlio César; LIMA, Angelita Pereira de; CHAVEIRO, Eguimar Felício. [Orgs.]. **Geografia, literatura e arte: epistemologia, crítica e interlocuções**. [Livro eletrônico]. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016.

SUZUKI, Júlio César; SILVA, Adriana Carvalho. [Orgs.]. **Estética, poética e narrativa: entre a fluidez e permanência nas artes**. [Livro eletrônico]. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016.

SUZUKI, Júlio César; SILVA, Valéria Cristina Pereira da. [Orgs.]. **Imaginário, espaço e cultura: geografias poéticas e poéticas geografias**. [Livro eletrônico]. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016.

SUZUKI, Júlio César; SILVA, Valéria Cristina Pereira da; FERRAZ, Claudio Oliveira Benito. [Orgs.]. **Educação, arte e geografias: linguagens em [in]tens[ç]ões**. [Livro eletrônico]. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Servidão humana na selva: o aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia**. Manaus: Editora Valer/EDUA, 2009.

TEIXEIRA, Fernando. **O medo: o maior gigante da alma**. [S.l.: s.n.], 2011.

THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida; GIRARDI, Eduardo Paulon; HATO, Júlio Takahiro. **Atlas do trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra, 2012.

TILLY, Charles. Transplanted networks. In.: YANS-MCLAUGHLIN, Virginia [Org.]. **Immigration reconsidered: history, sociology and politics**. Oxford, Oxford University Press, 1990, pp. 79-95.

THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In.: **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras,

2010, pp. 150-202, p. 150.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa II: a maldição de Adão**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa III: a força dos trabalhadores**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 2010, pp. 150-202, p. 150.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 17.

THOMPSON, Paul. História e comunidade. In.: **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, pp. 20-45.

TREVISAM, Elisaide. **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo: entre as presas da clandestinidade e as garras da exclusão**. Curitiba: Juruá, 2015.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro; ROCHA, Gilberto de Miranda. [Orgs.]. **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

TUTU, Desmond; TUTU, Mpho. **O livro do perdão - para curarmos a nós mesmos e o nosso mundo**. Rio de Janeiro: Valetina, 2014.

VALDERDE, Orlando. **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás: planejamento da destruição**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Universidade de São Paulo e Fundação Universidade de Brasília, 1989.

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catarina Vergolino. **A rodovia Belém-Brasília: estudo de geografia regional**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia, Rio de Janeiro: 1967.

VENTURA, Zuenir. **Chico Mendes: crime e castigo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VILLA, Carlos Valencia; GIL, Tiago. **O retorno dos mapas: sistemas de informação geográfica em história**. [Orgs.]. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.

VOLTAIRE, François Marie Arouet. **Estraits des sentiments de Jean Meslier**. Paris: Gallimard, 1965.

WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez [Orgs.]. **História falada:** memória, rede e mudança social. São Paulo: SESC; Museu da Pessoa; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

YÁZIGI, Eduardo. **Deixe a sua estrela brilhar:** criatividade nas ciências humanas e no planejamento. São Paulo: Plêiade, 2005.

ZAPAROLI, Witembergue Gomes; SILVA, Fabrícia Carvalho da [Orgs.]. **Trabalho escravo contemporâneo:** reflexões e militância do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos – Carmen Bascarán. Imperatriz: Editora Ethos, 2015, pp. 91-101.

ZAPAROLI, Witembergue Gomes; SILVA, Fabrícia Carvalho da. Trabalho e economia solidária: um novo caminho no enfrentamento ao trabalho escravo. In.: ZAPAROLI, Witembergue Gomes; SILVA, Fabrícia Carvalho da [Orgs.]. **Trabalho escravo contemporâneo:** reflexões e militância do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos – Carmen Bascarán. Imperatriz: Editora Ethos, 2015.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Título da pesquisa: ESCRAVOS NA AMAZÔNIA: Geografando histórias de trabalhadores rurais do Maranhão no Pará.		
Pesquisador: Fagno da Silva Soares		Orientador: Prof. Dr. Júlio César Suzuki
TIPOLOGIA HISTÓRIA ORAL		
☒ História Oral Temática	☒ Trajetória de Vida	☐ Tradição Oral
TIPO DE ENTREVISTA		
☐ Dirigida	☒ Semi-dirigida	☐ Livre
DADOS DO COLABORADOR		
Data da entrevista:	Local:	Hora:
Colaborador:	Idade:	Estado civil:
Data de Nascimento:	Naturalidade:	
Endereço:	Nº:	
Bairro:	CEP:	Cidade: UF: Contato:

ALICIAMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO

- Fale um pouco de sua história de vida e de seus familiares até o aliciamento e migração.
- Relate os motivos que o levaram a migrar do Estado do Maranhão ao Estado do Pará.
- Como foi a abordagem do gato no aliciamento? Conhecia o gato antes? E as promessas?
- Quando você migrou para o Pará como ficou sua família? Casado? Quantos filhos?

FAZENDA NO ESTADO DO PARÁ

- Narre como era o cotidiano: atividades, horários, descanso, conversas, brigas e etc.
- Como foi a viagem para o Estado do Pará? Em que tipo de transporte foram levados?
- Qual foi a sua impressão ao chegar ao local de trabalho? Já haviam outros trabalhadores lá?
- Quais os tipos de atividades que desenvolvia na fazenda? Ocorriam acidentes?
- O que era vendido na fazenda e como e quando acontecia o acerto do trabalho?
- Qual era a alimentação oferecida aos trabalhadores? E a água? E as acomodações?
- O que era considerado proibido na fazenda? Utilizavam equipamentos de segurança?
- Que tipo mais comum de violência sofreu nas fazendas ou assistiu alguém sofrer?
- Era feito um acerto ao final de cada mês? Quanto tempo passou na fazenda?
- Durante esse período houve algum tipo de contato com a família?
- Quais lembranças você guarda dos tempos em que trabalhou na fazenda no Pará?

RESGATE/FUGA E DENÚNCIAS

- Como foi a sua saída da fazenda? Trata-se de um resgate ou fuga? Houveram denúncias?
- Quais sentimentos e ressentimentos você guarda da época? Quais as ameaças mais comuns?
- Havia pessoas armadas na fazenda para acompanhar o trabalho e evitar fugas?
- Conte-nos um pouco mais sobre o resgate. Você foi indenizado pelo empregador?
- Narre como você chegou ao CDVDH/CB. E o papel dele para você?

TÊTE-À-TÊTE

- Você acha que ainda existe trabalho escravo no Brasil? De quem você acha que é a culpa?
- Você considera que foi escravizado ou não? Qual o seu maior sonho? Deseja falar algo mais?

APÊNDICE B: Termo de cessão.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DA ENTREVISTA

Título do projeto: **“ESCRAVOS NA AMAZÔNIA: Geografando histórias de trabalhadores rurais do Maranhão no Pará.”**

Pesquisador responsável: **Fagno da Silva Soares**

Orientador: **Prof. Dr. Júlio César Suzuki**

Prezado[a] Senhor[a]:

- Você está sendo convidado [a] para participar, como colaborador, em uma pesquisa acadêmica. Após ser esclarecido[a] sobre as informações a seguir, no caso de aceite, assine ao final deste documento, que está em duas vias.

Eu, _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, portador de Cédula de Identidade nº _____ inscrito sob o Cadastro de Pessoa Física nº _____ - _____ domiciliado e residente _____ declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada as _____ horas do dia _____ de dezembro de 2014 concedida ao pesquisador Fagno da Silva Soares responsável pela pesquisa de doutorado **ESCRAVOS NA AMAZÔNIA: Geografando histórias de trabalhadores rurais do Maranhão no Pará**. Fui suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados seguindo a metodologia da história oral, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes.

OBJETO: Entrevista gravada exclusivamente para uso na pesquisa de mestrado de Fagno da Silva Soares e depositada no Centro de Estudos e Pesquisas em História Oral e Memória CLIO & MNEMÓSINE/IFMA.

DO USO: Declaro ceder ao CLIO & MNEMÓSINE/IFMA, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros a plena propriedade e os direitos autorais da entrevista de caráter histórico e documental que prestei ao pesquisador Fagno da Silva Soares na cidade de Açailândia/MA em _____ de dezembro de 2014, num total de 2 horas gravadas.

O Centro de Estudos e Pesquisas em História Oral e Memória CLIO & MNEMÓSINE/IFMA fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, a mencionada entrevista, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso para fins acadêmicos, segundo suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte.

Açailândia/MA _____ de _____ de 2014.

Assinatura do colaborador

Presenciei a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do colaborador em participar
Testemunha [não ligadas à equipe de pesquisadores]:

Nome: _____

RG: _____ Assinatura: _____

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste colaborador de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

Assinatura do pesquisador responsável

Observações complementares

O pesquisador Fagno da Silva Soares ficará responsável na devolutiva destas informações franqueadas ao colaborador em formato transcrito para o que o mesmo possa confirmar ou não a veracidade da transcrição. As informações prestadas pelos colaboradores serão devidamente arquivadas para usos exclusivamente acadêmicos.

APÊNDICE C: Lista dos entrevistados e descrição.

Nº	NOME DO COLABORADOR	DESCRIÇÃO
01	Antonio José Ferreira Filho	Ex-Secretário Executivo do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB, ganhador do Prêmio Nacional de Direitos Humanos de 2011. Entrevista concedida a Fagno Soares em 24 de fevereiro de 2012.
02	Antônio Gomes – Pedra	Primeiro trabalhador acolhido pelo do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB. Entrevista concedida a Fagno Soares em 24 de março de 2012.
03	Brígida Rocha dos Santos	Coordenadora do Atendimento Psicossocial do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB, ganhadora do Prêmio Nacional de Direitos Humanos de 2015. Entrevista concedida a Patricia Simón para o documentário <i>A Força dos Pequenos</i> em 2016.
04	Carmen Bascarán Collantes	Sócia-fundadora do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa em 10 de outubro de 2007.
05	Elenilde Dias Fernandes	Trabalhadora empoderada, ex-sócia cooperada do Núcleo de Produção de Brinquedos e Artefatos de Madeira Reciclada e ex-presidente da Cooperativa para Dignidade do Maranhão – CODIGMA. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa em 10 de outubro de 2007.
06	Fabírcia Carvalho da Silva	Secretária Executiva do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB. Entrevista concedida a Patricia Simón para o documentário <i>A Força dos Pequenos</i> em 2016.
07	Ivanete da Silva Sousa	Sócia-fundadora e secretária administrativa do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa em 10 de outubro de 2007.
08	José Alves de Souza	Trabalhador empoderado, oriundo da escravidão contemporânea, ex-cooperativado ocupou concomitantemente a chefia do Núcleo de Produção de Carvão Ecológico Reciclado e a vice-presidência da Cooperativa para Dignidade do Maranhão – CODIGMA. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa em 10 de outubro de 2007.
09	‘Zé’	Trabalhador escravizado aos 17 anos de idade, numa fazenda durante dois anos. Após fugir buscou acolhida no Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Açailândia, em 13 de outubro de 2008. Por motivos de segurança recebeu o pseudônimo de Zé.
10	Leonardo Moretti Sakamoto	Conselheiro do Fundo das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravidão. Fundador e diretor da ONG Repórter Brasil. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa em 24 de março de 2008.
11	Marinaldo Soares Santos	Ex-trabalhador rural escravizado, hoje militante e agente cultura na Microrregião da Baixada Maranhense, ganhador do Prêmio Nacional de Direitos Humanos de 2016. Entrevista concedida a Xico Cruz em 13 de dezembro de 2016.
12	Milton Teixeira Santos Filho	Educador e militante dos direitos humanos, ex-secretário executivo do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen

		Bascarán – CDVDH/CB. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa em 10 de outubro de 2007.
13	Xavier Jean Marie Plassat	Frade francês da ordem dos dominicanos, ganhador do Prêmio Nacional de Direitos Humanos de 2008. Atua na Comissão Pastoral da Terra – CPT/TO. Entrevista concedida a Revista IHU On-line, em 19 de janeiro de 2017.
14	Cosme	Trabalhador não empoderado, fugiu da escravidão contemporânea. Entrevista concedida a Fagno Soares em 21 de julho de 2014.
15	Osvaldo	Trabalhador empoderado, resgatado da escravidão contemporânea em fazenda. Entrevista concedida a Fagno Soares em 25 de julho de 2014.
16	Mendes	Trabalhador empoderado, resgatado da escravidão contemporânea em fazenda. Entrevista a Fagno Soares concedida em 30 de julho de 2014.
17	Manoel	Trabalhador empoderado, resgatado da escravidão contemporânea em fazenda. Entrevista concedida em 03 de agosto de 2014.
18	João	Trabalhador empoderado, resgatado da escravidão contemporânea em fazenda. Entrevista concedida a Fagno Soares em 12 de dezembro de 2014.
19	José Maria	Trabalhador empoderado, resgatado da escravidão contemporânea em fazenda. Entrevista concedida a Fagno Soares em 23 de janeiro de 2015.
20	Josimo	Trabalhador empoderado, resgatado da escravidão contemporânea em fazenda. Entrevista concedida a Fagno Soares em 10 de julho de 2015.
21	Zé Pereira	Trabalhador empoderado, resgatado da escravidão contemporânea em fazenda. Entrevista concedida a Fagno Soares em 10 de julho de 2015.
22	Aílton	Trabalhador empoderado, resgatado da escravidão contemporânea em fazenda. Entrevista concedida a Fagno Soares em 04 de dezembro de 2015.
23	Oziel	Trabalhador empoderado, resgatado da escravidão contemporânea em fazenda. Entrevista concedida a Fagno Soares em 11 de dezembro de 2015.
24	Ezequiel	Trabalhador empoderado, resgatado da escravidão contemporânea em fazenda. Entrevista concedida a Fagno Soares em 14 de dezembro de 2015.

APÊNDICE D: Lista de Transparência sobre Trabalho Escravo Contemporâneo no MA e PA.

Nº	ANO	UF	EMPREGADOR	ESTABELECIMENTO	DECISÃO ADMINISTRATIVA FINAL	TRAB. ENVOL.
2	2013	PA	A M Indústria e Comércio de Carvão Ltda	Fazenda Lacy - Rod. BR 222, Estrada Fazenda Lacy, zona rural, Rondon do Pará/PA	27/03/2015	2
3	2013	PA	Abimael Rocha de Araújo	Fazenda Boa Sorte - Lote 64, Estrada Vicinal Sereno, km 17, zona rural, Curionópolis/PA	02/02/2015	6
13	2008	PA	Agropecuária Boa Sorte S/A	Fazenda Agropecuária Boa Sorte - Rod. BR 010, km 132, zona rural, Paragominas/PA	23/07/2014	3
14	2006	PA	Agropecuária Castanhais Ltda	Fazenda Castanhais [Rio Fresco] - zona rural, Cumaru do Norte/PA	19/02/2015	47
15	2007	PA	Agropecuária Rio Arataú S/A	Fazenda Arataú - Rodovia Transamazônica, zona rural, Novo Repartimento/PA	23/07/2014	14
17	2008	PA	Aguinaldo Rodrigues Caldeira	Fazenda Tangará - Rod. BR 010, km 135, ramal Nascente do Uraim, km 6, Paragominas/PA	11/08/2014	13
19	2009	PA	Alberto Cardoso Nepomuceno	Fazenda Jatobá - Rod. PA 140, km 31, Ramal Santa Maria, zona rural, Tome Açu/PA	06/05/2015	5
21	2014	MA	Alexandre Vieira Lins	Fazenda Sara - Rod. BR 135, km 122, Miranda do Norte/MA	19/06/2015	4
24	2013	MA	Alonso Pereira Santos	Fazenda Baixa Verde - Estrada do Córrego do Surubiju, zona rural, Açailândia/MA	23/07/2014	1
25	2015	PA	Altemar Laignier de Souza	Fazenda Recanto Feliz - Rod. BR 230, km 40, Estrada do Travessão da 12, Brasil Novo/PA	07/03/2016	7
26	2012	PA	Altino Coelho de Miranda	Fazenda do Dedeco - Rod. PA 150, km 70, Médio Mojú, Mojú/PA	14/07/2014	10
27	2013	PA	Altino Fernandes da Silva	Fazenda Lagoa da Serra - Localidade de Lagoa Vermelha, zona rural, São Félix do Xingu/PA	18/08/2014	15
28	2010	PA	Alzira Praxedes da Costa	Fazenda Jaborandi - Rod. PA 279, estrada da Canópolis, região do Xadá, zona rural, São Félix do Xingu/PA	23/07/2014	4
30	2006	PA	Ana Maria da Silva	Fazenda Cajual - Rod. PA 150, km 143, vicinal Bom Jesus, km 18, Tailândia/PA	14/07/2014	27
34	2011	PA	Angelin Ório	Fazenda Campos Altos/Garimpo Casarão - Rod. PA 279, km 80, zona rural, Água Azul do Norte/PA	05/11/2015	13
36	2013	MA	Antônio Calixto dos Santos	Fazenda Grapia - Estrada de acesso à ferrovia de Carajás, linhão da Elettronorte, São Pedro da Água Branca/MA	21/08/2014	1
37	2010	PA	Antônio Cuzzuol Sobrinho	Fazenda Rio Branco Incobal - zona rural, Oeiras do Pará/PA	11/12/2014	32
38	2012	PA	Antônio Francisco Oliveira Rosa	Fazenda Três Irmãos - Rod. PA 150, km 65, zona rural, Conceição do Araguaia/PA	14/10/2014	2

Nº	ANO	UF	EMPREGADOR	ESTABELECIMENTO	DECISÃO ADMINISTRATIVA FINAL	TRAB. ENVOL.
39	2012	PA	Antônio Luiz Sanches Felipe	Fazenda Leandra - vicinal Lontrão, km 26, Gleba Empenho, Pacajá/PA	02/04/2015	2
40	2010	PA	Antônio Martins Ribeiro	Fazenda São Pedro - Rod. PA 287, zona rural, Conceição do Araguaia/PA	19/02/2015	7
41	2009	PA	Antônio Maurício Faria	Sítio Mineiro - Rod. PA 150, vicinal do Parola, km 38, zona rural, Moju/PA	04/08/2014	7
42	2013	MA	Antônio Richart	Fazenda Morro Alto - Rod. BR 222, km 86, adentro 18 km, Vila Nova dos Martírios/MA	15/10/2015	6
47	2012	PA	Arnaldo Borges de Freitas Neto	Retiro Boa Vista - Rod. PA 287, Colônia Volta Nova, zona rural, Conceição do Araguaia/PA	09/03/2016	6
50	2012	PA	Bonardi da Amazônia Ltda	Av. Otavio Onetta, setor industrial II, Novo Progresso/PA	23/07/2014	9
53	2009	PA	Carlos Batista Dadalt	Fazenda Cinco Estrelas - km 03 do travessão da Vila do 10, zona rural, Placas/PA	23/07/2014	5
55	2011	PA	Carlos Fernandes de Araújo	Carvoaria do Carlinhos - Rod. PA 150, Estrada Santo Antônio, km 21, Goianésia do Pará/PA	14/12/2015	11
56	2015	PA	Carlos Fernandes de Araújo	Fazenda Cancela Preta - Rod. PA 150, Vicinal Estrada do Santo Antônio, 18 km, zona rural, Goianésia do Pará/PA	07/12/2015	6
58	2013	MA	Carmel Construções Ltda	Av. Cafeteira, 35, Vila Bom Viver, Raposa/MA	19/05/2014	21
62	2014	PA	Celestino Alécio FuchinaFacco	Fazenda São Lucas - Rod. BR 010/PA 125, km 8, zona rural, Ulianópolis/PA	16/10/2015	14
63	2014	PA	Célio Luiz Martins	Fazenda Ouro Verde - Gleba Cabeceira do Rio Tiborna, São Felix do Xingu/PA	22/12/2014	5
65	2013	PA	César Campos da Silva	Fazenda Campos de Olinda - zona rural de Novo Repartimento/PA	20/11/2014	1
66	2005	PA	Cezar Augusto de Oliveira	Fazenda Pedra Azul/Pantaneira [Cariocas I] - zona rural, Rio Maria/PA	14/07/2014	22
68	2009	PA	Cleidimar Gama Rabelo	Fazenda Capanema - Vicinal da Colônia Paredão, Linha 06, km 18, zona rural, São Félix do Xingu/PA	07/08/2014	4
74	2008	PA	Coracy Machado Kern	Fazenda São Judas Tadeu - zona rural de São Félix do Xingu/PA	23/07/2014	5
75	2012	PA	Cristalino Dantas do Rego	Fazenda Serra Grande - Estrada São Félix, zona rural, São Felix do Xingu/PA	14/10/2014	1
76	2007	PA	De Déa Indústria Comércio e Pecuária Ltda	Fazenda São Sebastião - zona rural, Itupiranga/PA	02/02/2015	55
77	2010	PA	Décio José Barroso Nunes	Fazenda Patrizia I - Gleba Rondon A, lotes 44 e 45, zona rural, Rondon do Pará/PA	17/12/2015	10

Nº	ANO	UF	EMPREGADOR	ESTABELECIMENTO	DECISÃO ADMINISTRATIVA FINAL	TRAB. ENVOL.
78	2011	PA	Delfino Francisco Kehrval	Fazenda Água Limpa - zona rural, Santa Maria das Barreiras/PA	07/04/2015	4
80	2013	PA	Denys Farias de Brito	Sítio Sol - Gleba Pacajazinho, estrada do Chico Elias, zona rural, Pacajá/PA	25/02/2015	2
87	2014	MA	Domingos Moura Macedo	Fazenda São Francisco/ Fazenda Bela Vista - Rod. BR 316, km 384, estrada Bacabal a Alto Alegre, zona rural, Bacabal/MA	01/04/2015	8
89	2011	PA	Edilson Máximo do Rego	Carvoaria do Pezinho - Estrada da Cikel, Vila Rouxinol, Zona Rural, Goianésia/PA	01/09/2014	6
92	2012	PA	Edson Coelho dos Santos	Fazenda Flor da Mata - Estrada do Rio Preto, km 250, zona rural, São Felix do Xingu/PA	17/12/2014	3
93	2010	PA	Edson de Souza Ribeiro	Fazenda Riacho Doce - Estrada vicinal Itupiranga/Vila Viana, km 84, zona rural, Itupiranga/PA	12/11/2014	31
95	2012	PA	Egton de Oliveira Pajaro Júnior	Fazenda Eldorado - Rod. BR 153, km 40, gleba Andorinhas, lote 39, zona rural, São Geraldo do Araguaia/PA	11/08/2014	12
96	2011	PA	Eletrojúnior Serviços e Materiais Elétricos Ltda	Manutenção de rede elétrica - Rod. BR 230 [Transamazônica], km 250, zona rural, Pacajá/PA	01/12/2014	31
98	2012	PA	Elza Teresinha Vieira Lima	Fazenda Jerusalém - Estrada do Lago, km 25, Vicinal do Açaizal, km 20, Goianésia do Pará/PA	03/09/2014	1
102	2012	PA	Eraldo de Miranda Parente	Fazenda Vale do Axixá - Vicinal OP 03, km 15, Vila Santa Izabel, zona rural, Palestina do Pará/PA	23/11/2015	5
105	2013	MA	Euclides Mariano da Silva	Fazenda Alto do Bonito - Estrada do Brejão, km 13, zona rural de São Francisco do Brejão/MA	04/04/2014	8
106	2008	PA	Euclides Rocha de Oliveira	Fazenda Nova Esperança - Vila Central, zona rural, São Felix do Xingu/PA	11/12/2014	6
107	2006	PA	Euler Guimarães	Fazenda Ouro Preto - zona rural, Marabá/PA	08/05/2015	11
111	2014	PA	Fábio Santos de Oliveira	Fazenda Rancho Alegre - zona rural, Rondon do Pará/PA	18/06/2015	5
114	2012	MA	Francisco Andrade da Silva	Fazenda Cocal II - Rodovia MA 200, km 25, povoado Nova Caxias, zona rural de Turiaçu/MA	07/08/2014	1
116	2010	PA	Francisco Herbet Milfont Parente	Fazenda Rainha do Araguaia - zona rural, Brejo Grande do Araguaia/PA	13/11/2014	3
118	2012	PA	Francisco Roberto Oliveira de Carvalho	Sítio São Sebastião - Rodovia Transamazônica, BR 230, zona rural de Medicilândia/PA	07/08/2014	9
121	2011	PA	Geraldo Marques da Silva	Fazenda Monoporã - Vicinal de Serra Nova, zona rural de São Geraldo do Araguaia/PA	23/07/2014	3

Nº	ANO	UF	EMPREGADOR	ESTABELECIMENTO	DECISÃO ADMINISTRATIVA FINAL	TRAB. ENVOL.
123	2008	PA	Gilberto Andrade	Fazenda Bom Sucesso - Rod. PA 256, km 40, margem direita, Paragominas/PA	23/08/2015	35
124	2008	PA	Gilberto Antônio Telli	Fazenda Ipama - Rodovia PA 279, km 65, sentido Xinguara, zona rural de Água Azul do Norte/PA	08/09/2014	6
125	2014	PA	Gilberto Pereira dos Santos	Chácara Santa Luzia - Estrada Santa Rita, km 11, zona rural, Parauapebas/PA	29/06/2015	2
126	2011	MA	Gilson Freire de Santanna	Fazenda Santa Maria - Rod. BR 222, km 46, Açailândia/MA	02/06/2014	19
128	2014	PA	Gilson Simões de Lima	Fazenda Serra Azul - Estrada de Babaçu, zona rural de Rio Maria/PA	14/10/2014	7
130	2012	PA	Giovany Marcelino Pascoal	Glebas - Rod. BR 163, km 55, Vicinal Diamantino, e km 105, Vicinal Curuá, zona rural, Altamira/PA	21/12/2015	32
131	2012	PA	Gondim Madeireira Ltda	Área rural - Lote 6, zona rural de Prainha/PA	14/07/2014	11
139	2010	PA	Hildebrando Sisnando Pereira Lima	Fazenda Caetetê - zona rural, Água Azul do Norte/PA	24/11/2014	15
140	2014	MA	Humberto Dantas dos Santos	Fazenda Garraão - Antigo Povoado do Garraão, zona rural, Bom Jardim/MA	15/10/2015	6
143	2006	PA	Indústria e Comércio e Exportação de Madeira Mato Grosso Ltda	Fazenda Promissão - Rod. BR 163, km 950, Estrada de Jamanxim, km 60, Castelo de Sonhos, Altamira/PA	16/04/2015	8
144	2011	PA	Iron Rodrigues da Silva	Fazenda Indiaporã - Rod. PA 279, zona rural, Ourilândia do Pará/PA	12/11/2014	4
146	2013	PA	Ivan Gonçalves da Silva	Fazenda Indiana - Rod. PA 279, Vicinal Castanheira, km 10, Tucumã/PA	25/05/2015	21
147	2008	PA	Ivanete Lima da Silva	Fazenda Santa Maria IV - Brejo Grande do Araguaia/PA	03/08/2014	6
148	2012	PA	Jabes Sousa de Oliveira	L.A. Madeiras - Rod. Transassurini, km 5, zona rural, Altamira/PA	21/05/2015	40
149	2010	PA	Jamil Antônio Filho	Fazenda Capão da Onça - Rodovia PA 150, sentido Goianésia/Jacundá, KM 17, Goianésia do Pará/PA	23/07/2014	4
150	2013	PA	Jeanne Farias de Brito	Fazenda Escorpião - zona rural, Pacajá/PA	15/12/2014	2
151	2013	PA	Jeomar Ferreira de Góis	Fazenda São Geraldo - Rod. Transamazônica, Travessão 90, Medicilândia/PA	13/03/2015	3
152	2012	PA	João Alves Moreira	Fazenda Três Palmeiras - Vale do Iriri, zona rural de Santana do Araguaia/PA	03/09/2014	10
153	2010	MA	João Antônio Vilas Boas	Sítio - Assentamento Verona, BR 222, km 535, zona rural de Bom Jesus da Selva/MA	03/04/2014	7
156	2008	PA	João Caldas de Oliviera	Fazenda União - Rod. PA 150, Jacundá, Goianésia do Pará/PA	07/05/2015	10

Nº	ANO	UF	EMPREGADOR	ESTABELECIMENTO	DECISÃO ADMINISTRATIVA FINAL	TRAB. ENVOL.
160	2012	PA	João Franco da Silveira Bueno	Fazenda Capelinha - Estrada do Cebolinha, 22 km do retiro do Girassol, zona rural de São Félix do Xingu/PA	23/07/2014	6
162	2010	PA	João Pereira da Silva	Garimpo - Rodovia PA 279, km 146, Vicinal Dalva II, km 02, Maracajá, Ourilândia do Norte/PA	08/10/2014	4
163	2009	PA	João Vicente Ferreira do Vale	Fazenda Manelão - zona rural de Anapu/PA	07/08/2014	7
167	2012	MA	Joel Amélia de França	Madeira do Joelzão - Povoado Centro do Pedro, quadra 80, zona rural, Maranhãozinho/MA	22/12/2014	13
169	2011	PA	Jorge Nival Lopes Bispo	Fazenda Boa Vida - Rodovia Transamazônica, km 225, Vicinal do Sossego, zona rural de Novo Repartimento/PA	09/10/2014	2
174	2005	PA	José Carlos Ramires	Extração de madeira na reserva Riozinho do Anfrísio - Rod. BR 163, km 1418, zona rural, Altamira/PA	03/12/2014	10
175	2008	PA	José Carlos Rodrigues Paz	Carvoaria - Rodovia PA 140, km 03, setor industrial, Tomé-Açu/PA	04/09/2014	3
176	2012	PA	José da Mota Caetano	Fazenda São Benedito - Vicinal São Sebastião, km 56, zona rural de Itupiranga/PA	14/07/2014	2
177	2011	PA	José de Souza Veloso	Fazenda Vitória - Vicinal 04 da Reserva Parakanã, zona rural, Novo Repartimento/PA	12/11/2014	5
178	2010	PA	José Elvécio Vilarino	Fazenda Bambu - Vila Cruzeiro do Sul, zona rural de Itupiranga/PA	07/08/2014	1
180	2013	PA	José Gotardo	Rod. BR 230, km 81, lote 4, gleba 26, zona rural, Medicilândia/PA	02/07/2015	6
182	2010	PA	José Luciano Franco de Rezende	Fazenda Santa Marta do Vale Verde - Estrada do Cristalino, km 180, zona rural de Cumaru do Norte/PA	14/10/2014	7
186	2009	PA	José Mariano Primo	Fazenda Cedro - Vicinal km 22, à esquerda, sentido Marabá/Altamira, a 32 km da Rod. Transamazônica, Novo Repartimento/PA	07/09/2015	2
187	2010	PA	José Maurício Rodrigues Vieira	Carvoaria do Maurício - zona rural, Abel Figueiredo/PA	02/04/2015	7
188	2008	PA	José Pedro de Almeida	Fazenda Fortaleza Guanabara - Rodovia PA153, km 17, Gleba Sorozinho, zona rural de São Geraldo do Araguaia/PA	23/07/2014	5
189	2015	PA	José Pereira de Carvalho	Fazenda Boa Esperança - Vicinal Águas Claras, lote 43, gleba Luciana, zona rural, Ourilândia do Norte/PA	24/09/2015	1
191	2010	PA	José Simões dos Santos	Fazenda Santa Maria - Rodovia PA 279, estrada da Canópolis, região do Xadá, zona rural de São Félix do Xingu/PA	07/08/2014	1

Nº	ANO	UF	EMPREGADOR	ESTABELECIMENTO	DECISÃO ADMINISTRATIVA FINAL	TRAB. ENVOL.
194	2014	MA	José Wilson de Macedo	Fazenda Santa Luz - zona rural, Peitoró/MA	13/02/2015	12
199	2010	PA	Jurandi Oliveira da Silva	Assentamento Oziel Pereira - zona rural, Piçarras/PA	29/10/2014	4
204	2009	PA	L N do Nascimento Garcia Carvoaria	Carvoaria da LN - Rod. BR 222, km 95, zona rural, Rondon do Para/PA	12/11/2014	12
205	2010	PA	L N do Nascimento Garcia Carvoaria	Carvoaria da LN - Rod. BR 222, km 125, Abel Figueiredo/PA	03/09/2014	11
208	2010	PA	Lazir Soares de Castro	Fazenda Maguari - Rod. PA 279, vicinal da Igrejinha a 15 km, zona rural, São Félix do Xingu/PA	24/11/2014	3
209	2011	PA	Leal Comércio e Transporte Ltda [atual: Ambrósimo Comércio e Transportes Ltda]	Carvoaria do Ivaldo - Rod. A 151, km 17, vicinal da Fazenda Silvo Florestal, km 2, Moju/PA	02/04/2015	6
210	2012	PA	Leoni Lavagnoli	Fazenda Renascer [Gapó] - Rodovia Transamazônica, Vicinal São Luiz, km 38, zona rural de Pacajá/PA	23/07/2014	48
213	2012	PA	Lourinaldo Soares da Silva	Fazenda São Judas Tadeu - Rod. Rio Preto, km 24, vicinal Mumbuca, km 5, zona rural, Marabá/PA	02/02/2015	2
216	2012	PA	Luiz Batista Mariano	Fazenda Alô Brasil - Rod. PA Frutão, Gleba Buritirana II, zona rural, Marabá/PA	17/04/2015	8
217	2006	PA	Luiz Evaldo Glória	Fazenda Bela Vista - Rod. PA 256, km 93, zona rural, Tomé Açu/PA	28/11/2014	4
222	2012	PA	Madeira IllerLtda	Madeira - Estrada do Curuá/Una. km 120, Ramal Bandeira, zona rural de Santarém/PA	13/08/2014	31
223	2013	PA	Madeira ParicaLtda	Madeira Parica - estrada Fazenda Lacy, zona rural, Rondon do Pará/PA	11/05/2015	7
224	2010	PA	Maísa Moju Agroindustrial Ltda	Fazenda Maísa - Rod. PA 150, km 122, Estrada do Projeto Seringa, km 42, zona rural de Moju/PA	11/08/2014	11
226	2011	PA	Manoel Alves de Sousa	Fazenda Maria de Jesus - Estrada do Rio Preto, km 220, Estrada da Vicinal de Valência, zona rural, Marabá/PA	29/10/2014	6
229	2011	MA	Marcelo Testa Baldochi	Fazenda Vale do Ipanema - zona rural, Bom Jardim/MA	23/03/2015	4
235	2014	PA	Maria do Socorro Plácido Torres	Fazenda Próspera - Rod. PA Gameleira, s/n, zona rural, Marabá/PA	21/12/2015	10
237	2011	PA	Maria Lúcia Silveira Coelho Denipote	Fazenda Santa Lúcia - Vicinal Santa Lúcia, km 20, zona rural, Curionópolis/PA	15/03/2016	19
238	2008	PA	Maria Soares de Freitas	Fazenda Bom Sossego - Travessão do zero, Rod. Transamazônica, km 150, Uruará/PA	27/11/2014	4

Nº	ANO	UF	EMPREGADOR	ESTABELECIMENTO	DECISÃO ADMINISTRATIVA FINAL	TRAB. ENVOL.
241	2005	PA	Mário Tavares de Lira	Fazenda Boa Vista - Rod. PA 153, km 22, zona rural, São Domingos do Araguaia/PA	01/09/2014	11
242	2013	PA	Maurivan da Silva Nascimento	Fazenda do Sr. Jeguinho - vicinal do Ivan, km 8, Assentamento Montes Belos, zona rural, Pacajá/PA	02/04/2015	2
243	2010	PA	Mauro Zanette	Gleba São Benedito II, próximo ao Rio Cururu, Jacareacanga/PA	23/07/2014	3
244	2010	PA	Menegildo Rodrigues de Moura	Fazenda Paraíso - Rod. PA 279, região do Xadá, zona rural, São Félix do Xingú/PA	03/09/2014	4
246	2010	PA	Miguel Almeida de Macedo	Fazenda Boa Esperança - Vicinal Santa Lúcia, zona rural de Rondon do Pará/PA	23/07/2014	6
247	2014	MA	Miguel Almeida Murta	Fazenda Boa Esperança - Gleba Bambu, Povoado Córrego Novo, zona rural, Açailândia/MA	19/01/2015	5
248	2015	MA	Miguel de Souza Rezende	Fazenda Zonga - Rio dos Bois, Rod. BR 222, km 535, zona rural, Bom Jardim/MA	08/06/2015	1
249	2010	PA	Miguel Lourenço Lima Neto	Garimpo Maracajá - Rod. PA 279, km 146, Vicinal Dalva II, km 02, Assentamento Maria Preta, zona rural de Ourilândia do Norte/PA	23/07/2014	4
254	2013	PA	Minerkhon Extração, Comércio e Transporte Ltda	Fazenda Prainha - VC8, Vila Betel, Lote 17, zona rural, Eldorado dos Carajás/PA	18/06/2015	2
259	2011	PA	Mozar de Faria	Fazenda Beira Rio - Estrada Raimundo Eduardo, km 59, Lugarejo Parauna, São Geraldo do Araguaia/PA	03/09/2014	5
263	2015	PA	Naelci Vieira dos Santos	Sítio São José - Região da Chapada Vermelha, zona rural, Floresta do Araguaia/PA	08/02/2016	6
264	2011	PA	Nelson Alves Rocha	Carvoaria do Sheran - BR 222, km 12, Vicinal do Gavião, zona rural de Abel Figueiredo/PA	23/07/2014	2
266	2014	MA	Nilo Miranda Bezerra	Fazenda Palmeirinha/ Pau de Terra - Estrada de Carolina a Balsas, 5 km, à esquerda, 18 km, zona rural, Carolina/MA	14/05/2015	3
268	2012	PA	O S Indústria e Comércio de Conservas Ltda	Fazenda Nelore - Vicinal São João Batista, zona rural de Itupiranga/PA	19/09/2014	6
270	2012	PA	Oliveira Rodrigues dos Reis	Fazenda Rio Novo - Rod. PA 275, km 47, zona rural, Curionópolis/PA	11/12/2014	2
271	2012	PA	Onofre Barboza Gomes	Fazenda 2 Corações - Estrada do Rio Preto, km 3, zona rural, Marabá/PA	11/08/2014	1
274	2008	PA	Otávio Zapelini Filho	Fazenda Zapelini II - Rod. PA 140, km 200, ramal Areial, zona rural de Concórdia/PA	08/10/2014	15
276	2013	MA	Palmireno dos Santos Silva	Fazenda Victória - Estrada do Rio dos Bois, zona rural, Bom Jardim/MA	11/02/2016	11

Nº	ANO	UF	EMPREGADOR	ESTABELECIMENTO	DECISÃO ADMINISTRATIVA FINAL	TRAB. ENVOL.
278	2013	PA	Paulo de Sousa da Cruz	Fazenda Boi Preto/Fazenda Navarro - Rod. PA 449, km 52, atrás da Vila 8, zona rural, Conceição do Araguaia/PA	12/03/2015	5
284	2008	PA	Perfil Agroindústria Cacaueira S/A	Rod. BR 230, km 240, vicinal norte, km 10, Placas/PA	13/04/2015	88
288	2014	MA	Raimundo Nonato Alves Pereira	Fazenda Santa Cruz - zona rural, Santo Antônio do Lopes/MA	26/03/2015	3
289	2011	MA	Raimundo Nonato Oliveira Lima	Fazenda São Pedro - Rod. BR 316, Povoado São João das Neves, 11 km, zona rural, Peritoró/MA	28/03/2016	3
290	2011	PA	Raimundo Nunes Ferreira	Fazenda Alto Bonito - Rodovia Transamazônica, vicinal 225, nº 48, Novo Repartimento/PA	24/11/2014	6
292	2014	PA	Renato Resende Paulinelli	Fazenda Canto de Pedra - Rod. BR 155, 5 km de Rio Maria, sentido Redenção, Rio Maria/PA	20/04/2015	5
294	2011	PA	Roberto David de Souza	Carvoaria do Beto - Rod. BR 222, estrada do Casca Seca, loteamento Alto Bonito, zona rural de Abel Figueiredo/PA	14/07/2014	3
296	2011	PA	Roberto Rodrigues Ferreira	Fazenda Nova Aliança - Bela Vista, Floresta do Araguaia/PA	08/09/2014	29
297	2013	PA	Robson Alves de Carvalho	Fazenda Sul Carajás - Estrada do Itacaiunas, km 32, zona rural de Marabá/PA	18/08/2014	6
298	2015	PA	Rodrigo Melo de Sousa	Fazenda Cancela Preta - Rod. PA 150, vicinal Estrada do Santo Antônio, 18 km, zona rural, Goianésia do Pará/PA	10/08/2015	1
300	2013	PA	Ronaldo Araújo Costa	Fazenda São Gabriel - Rod. PA 150, km 35, s/n, Ramal do Divino, Tailândia/PA	20/11/2015	10
304	2010	PA	Ruy Pithon Brito Júnior	Fazenda Liberdade - Rod. PA 150, km 3, Vicinal Santo Antônio, zona rural, Goianésia do Pará/PA	11/06/2015	8
305	2010	PA	S Ladeira Carvoaria Ltda	Carvoaria Mata Verde - Rod. BR 230, km 216, s/n, Vila Maracajá, Novo Repartimento/PA	02/02/2015	4
308	2013	PA	Samuel Luiz de Oliveira	Fazenda Mundo Novo - Estrada do Araguaxim, km 35, zona rural de Redenção/PA	18/08/2014	2
310	2014	MA	Sebastião Lourenço Rodrigues	Fazenda Tamataí - Povoado Brejo do Piauí, zona rural, Santa Luiza/MA	17/04/2015	7
311	2010	PA	Sérgio Augusto de Almeida Braga	Fazenda União - Rod. PA 279, zona rural, Água Azul do Norte/PA	03/09/2014	32
312	2012	PA	Sidepar - Siderúrgica do Pará S/A	Carvoaria do Luiz Viana - Rod. Transamazônica, km 212, Vila Maracajá, Novo Repartimento/PA	23/11/2015	12
313	2006	PA	Siderúrgica do Maranhão S/A [atual: Guarany	Fazenda Turmalina - Rod. BR 222, km 56, Estrada Berbel, km 43, zona rural, Dom Eliseu/PA	28/09/2014	13

Nº	ANO	UF	EMPREGADOR	ESTABELECIMENTO	DECISÃO ADMINISTRATIVA FINAL	TRAB. ENVOL.
			Siderúrgica e Mineração S/A]			
315	2013	PA	Sônia Aparecida SegantinaAlcazas	Fazenda Alvorada - Zona rural de Novo Repartimento/PA	04/08/2014	2
316	2013	PA	Sônia Mara Catuxo Barbosa	Fazenda Catuxo - Colônia Paulo Fonteles, Estrada Santa Cruz, km 41, zona rural, Parauapebas/PA	29/10/2014	6
317	2009	PA	Sourcotech Química Ltda	Área de extração vegetal - Zona rural de São Félix do Xingu/PA	23/07/2014	46
319	2010	PA	Sued da Silva Santos	Serraria Madeçai - Vila Maracajá, Estrada do Tuerê, km 52, Vila Novo Horizonte, Novo Repartimento/PA	02/02/2015	8
326	2009	PA	V L de Sá Pecuária	Fazenda Tucunaré - Rod. BR 230, km 256, Vicinal São Vicente, zona rural de Pacajá/PA	23/07/2014	4
327	2013	PA	Valdelice Farias de Brito	Sítio Mansão Piabanha - Estrada do Chico Elias BR 230 [Transamazônica], km 18, zona rural, Pacajá/PA	29/10/2014	2
329	2014	PA	Valtênio José de Freitas	Fazenda Mutuca - Vicinal Casulo, km 5, ao lado da PA 279, Ourilândia / PA	01/05/2015	3
330	2010	PA	Valto Antônio de Carvalho	Fazenda Betel - Estrada Vicinal do Calumbi, zona rural, São Félix do Xingu/PA	12/11/2014	5
332	2012	PA	Vanderson Ayres da Silva	Fazenda Serra Dourada - Estrada da Cutia, vicinal da estrada Primavera, a 22 km da Vila Central, zona rural, São Felix do Xingu/PA	02/09/2015	11
333	2010	PA	Vicente de Paula Freitas	Fazenda Rancho Alegre - Proximidade da Estrada de Vila de Campo Alegre, zona rural, São Félix do Xingu/PA	11/12/2014	6
334	2011	PA	Vicente Garambone Filho	Fazenda São Vicente - Rod. PA 287, km 22, zona rural de Conceição do Araguaia/PA	18/08/2014	11
335	2013	PA	Vicente Gregório Monteiro	Fazenda Serra Verde - Vila Quatro Bocas, estrada da Vila Seca a Pedrolândia, km 10, zona rural, Itupiranga/PA	02/09/2015	1
337	2010	PA	Vilson João Schmidt	Garimpo Maracajá - Rodovia PA 279, km 146, Vicinal Dalva II, localidade de Maracajá, Ourilândia do Norte/PA	23/07/2014	3
339	2005	PA	Walderez Fernando Resende Barbosa	Fazenda Santa Maria - Rod. OP3, zona rural, Brejo Grande do Araguaia/PA	14/10/2014	79
340	2010	PA	Waldez Pires de Souza	Fazenda Onofre Pires - Rod. PA 279, km 70, zona rural de São Félix do Xingu/PA	23/07/2014	2
341	2013	PA	Waldez Pires de Souza Júnior	Fazenda Patos de Minas - Rod. PA 279, Vicinal Castanheira, zona rural, Tucumã/PA	09/03/2015	1
342	2009	PA	WaldoirArpini	Fazenda São Judas Tadeu I - Rod. PA 279, km 06, zona rural de Tucumã/PA	23/07/2014	4

Nº	ANO	UF	EMPREGADOR	ESTABELECIMENTO	DECISÃO ADMINISTRATIVA FINAL	TRAB. ENVOL.
344	2010	PA	Wellington Tomaz de Almeida	Garimpo Maracajá - Rod. PA 279, km 146, Vicinal Dalva II, km 02, Assentamento Maria Preta, zona rural de Ourilândia do Norte/PA	17/09/2014	18
350	2014	MA	Zurc - Saneamento e Construções Ltda	Obra da UFMA - Avenida da Universidade, Bom Jesus, Imperatriz/MA	28/08/2015	17

ANEXO A: Documento trabalho escravo em Conceição do Araguaia/PA, 1974.

CONFIDENCIAL

TT.O. QUF. RJU. 2. p. 7

(94)

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO Nº 05/SNI/GAB/74

Data: 05 Jun 74

Assunto: PROBLEMAS DE TERRAS EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA

Difusão: Ch SNI

1. Em CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA, o problema de terras assume crescente gravidade. O Governo do Estado é considerado como totalmente omissos, particularmente no que se refere à atuação da Secretaria de Segurança e da Justiça Estadual. A Secretaria de Segurança e o Judiciário são acusados de omissão e conivência com os autores de arbitrariedades na região.

2. Existem na área quatro grandes fazendas do Grupo BRADESCO. Através de "gateiros", os representantes do Grupo BRADESCO contratam trabalhadores para realizar as derrubadas, submetendo-os a um regime de trabalho escravo e a torturas. X

A Polícia Federal já realizou uma investigação que levou à conclusão que um dos administradores de uma dessas fazendas, de nome AIGO HUDSON PYLES, é responsável por torturas aplicadas aos trabalhadores. O nominado mantém sob suas ordens um grupo de cangaceiros e conta com a proteção do Delegado de Polícia local, do Juiz e do Promotor.

3. Em agosto de 1973, AIGO, perante professores e alunos do Colégio de CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, espancou uma criança que havia entrado em luta com um seu filho, criança essa que veio a falecer no hospital local. Tendo sido, sob pressão, decretada sua prisão preventiva, foi acobertado pela polícia e fugiu para GOIÂNIA, onde veio a ser preso em outubro de 1973.

continua

CONFIDENCIAL

ANEXO B: Documento de criação do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de 1996.

ATA DA ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO
DO CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS (CDVDH)
DE AÇAILÂNDIA

Aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro de 1996, no salão da Igreja de São João Batista, sito à rua Pedro Álvares Cabral, snº, bairro Jacu - Açailândia - Ma, às 19:00 (dezenove) horas, deu-se início à Assembléia de Fundação do Centro com a presença de 11 (onze) membros do mesmo, sob a coordenação do Sr. Danilo Volonté, para tratar da criação e instalação do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos - CDVDH - de Açailândia. Iniciada a sessão, o coordenador convidou a Srtª. Terezinha Soares do Nascimento para secretariar a mesma. O Sr. Danilo Volonté colocou imediatamente em discussão a necessidade da criação dessa Entidade para a defesa da vida e dos direitos humanos em Açailândia - Ma. Havendo a Assembléia se pronunciado de pleno acordo, decidiu-se sua imediata instalação. Em seguida, foi lido o projeto de Estatuto do Centro e, após ampla discussão, foi votado e aprovado por unanimidade. procedeu-se então, a eleição da primeira coordenação, que ficou assim constituída: coordenadora: EDNA MARIA ALVES DOS SANTOS; secretária: TEREZINHA SOARES DO NASCIMENTO; tesoureira: NEIDE MORAES NUNES; responsável pelas equipes de áreas: DANILO VOLONTÉ; responsável pelos núcleos locais: CARMEN BASCARAN COLLANTES. A seguir, deu-se a posse dos recém eleitos e o coordenador orientou os sócios para a assinatura da ata. Em seguida, a coordenação reuniu-se para planejar as atividades do Centro, ficando assim marcada a reunião de planejamento para o dia 21 (vinte e um) de novembro, às 18:00 (dezoito) horas, com a presença de todos os sócios fundadores, na sede do Centro. E nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Assembléia da qual, eu secretária ad hoc da mesma, lavrei a presente ata, que, após lida, discutida e aprovada, será assinada por mim e por todos os presentes.

Açailândia, 18 de novembro de 1996.

- REC. Terezinha Soares do Nascimento
REC. Danilo Volonté
REC. Edna Maria Alves dos Santos
4º Carmen Bascaran Collantes
5º LEONAR DASILVA MOTA
6º JUANETE DA SILVA SAUÃO
7º Neide Moraes Nunes
8º Conceição de Maria Delfino Romão
9º JOSE VAGNER M. MENDES
10º Raimunda Marques de Sousa
11º Maria Brasilina de Brito

RECONHECIMENTO A Presença

1º	Carvalho do T. C. -
2º	Esse R. de Sampaio
3º	Esse R. de Sampaio
4º	Esse R. de Sampaio
5º	Esse R. de Sampaio
6º	Esse R. de Sampaio
7º	Esse R. de Sampaio
8º	Esse R. de Sampaio
9º	Esse R. de Sampaio
10º	Esse R. de Sampaio
11º	Esse R. de Sampaio

ACAILÂNDIA - MA

REC. Terezinha Soares do Nascimento
REC. Danilo Volonté
REC. Edna Maria Alves dos Santos
REC. Carmen Bascaran Collantes
REC. LEONAR DASILVA MOTA
REC. JUANETE DA SILVA SAUÃO
REC. Neide Moraes Nunes
REC. Conceição de Maria Delfino Romão
REC. JOSE VAGNER M. MENDES
REC. Raimunda Marques de Sousa
REC. Maria Brasilina de Brito

ANEXO C: O CDVDH/CB contra o trabalho escravo e o tráfico de pessoas.

FOLHÃO

Página 5 - Açailândia 19 a 25 de março/2004

MT ENCONTRA HOMENS EM REGIME DE ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO E PARÁ

Miséria, malária, abandono e débitos. O saldo de longas jornadas de trabalho

Ao receber denúncias da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de que havia na região pessoas trabalhando em regime de escravidão, o Ministério do Trabalho e Emprego acionou o Grupo Móvel de Fiscalização e, numa ação conjunta com a Delegacia Regional do Trabalho (DRT/MA), conseguiu localizar 28 trabalhadores em condições de escravidão em duas carvoarias próximas a São Raimundo das Mangabeiras, a cerca de 100 quilômetros de Balsas, no Maranhão. No Pará, outro grupo de trabalhadores foi encontrado pela equipe coordenada pela Dra. Virna Damasceno na região de D. Eliseu. Além das péssimas condições de trabalho,

alimentação e alojamento, os trabalhadores estavam endividados e impedidos de sair do local. Alguns com febre provocada pela malária e sem receber qualquer assistência médica. A coordenadora afirmou que os contratos de trabalho eram fraudulentos e os trabalhadores não estavam recebendo os salários combinados. Também

assinavam recibos em branco para o encarregado da carvoaria. O carvão estava sendo produzido para a Siderúrgica Simasa que foi responsabilizada pelo acerto de contas dos trabalhadores. A ação, comandada pela doutora Virna Damasceno é composta de cinco auditores-fiscais, seis agentes da Polícia Federal, um dele-

gado e um procurador do Ministério Público do Trabalho. Os diretores da Ferro Gusa do Maranhão (Fergumar) concordaram em fazer o acerto de contas com os trabalhadores encontrados em situação de escravidão em carvoarias mas estão exigindo declaração que os eximam de vínculo com a carvoaria. Dra. Virna disse ainda que no primeiro contato com a representante da Fergumar houve tentativa de negar que todo o carvão produzido na Fazenda Aguilar, era vendido para a siderúrgica. Mas, no decorrer das investigações os fiscais constataram o vínculo e solicitaram providências da empresa. O acerto de contas começou na terça-feira à tarde e as

indenizações giram em torno de R\$ 100 mil. Nas carvoarias os trabalhadores estavam em situação de miséria, com jornada excessiva, salários atrasados e endividados com a cantina.

No alojamento coletivo coberto com lona preta não havia o mínimo de higiene e segurança. Como sempre, o agenciador, também conhecido por "gato", não foi encontrado.

A2

OPINIÃO

Encontro discute tráfico de trabalhadores em Açailândia

O objetivo foi dialogar com trabalhadores resgatados do trabalho escravo na sociedade contemporânea

Em nossa região a incidência é de casos de trabalhadores escravos em fazendas.

Dados alarmantes

Segundo a ONG Walk Free são 30 milhões de pessoas no mundo exploradas no tráfico humano. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), são 21 milhões de pessoas no mundo e 1,8 milhão na América Latina. As vítimas são 74% adultos (15,4 milhões) e 26% abaixo de 18 anos (5,6 milhões) e quanto ao gênero, 55% são mulheres e 45 % homens.

Aconteceu em Açailândia no último dia 13 de maio o II Encontro Inter-Regional de Trabalhadores Resgatados do Trabalho Escravo Contemporâneo.

Com o tema "13 de Maio Dia da Abolição da Escravidão?" o encontro teve como objetivo dialogar com trabalhadores/as resgatados/as do trabalho escravo na sociedade contemporânea, ampliar a prevenção do aliciamento e tráfico de pessoas para a exploração do trabalho e refletir sobre a falsa abolição da escravidão, analisando a conjuntura atual.

O encontro foi promovido pelo Centro de Defesa da Vida e dos

Adjunto de Direitos Humanos, ressaltando a importância da mobilização dos trabalhadores ex-escravos e de toda a sociedade quanto a esse tema, que após mais de 120 anos da abolição da escravidão, ainda ocorre de forma indiscriminada e covarde. "É uma chaga que o Maranhão, o Brasil e o mundo ainda têm, e que precisa ser articulado entre todos, pois a união é que fará com que sejam apresentadas as demandas do estado para monitorar e construir políticas públicas de defesa às vítimas" conclui.

O que é um escravo contemporâneo?

O Brasil tem 241 rotas de tráfico humano: maior concentração em regiões pobres. No Norte são 76, Nordeste 69, Sudeste 35, Centro-oeste 33 e Sul 28.

Para a erradicação algumas medidas foram adotadas: o Embaixador do Brasil na ONU reconhece o problema e o governo federal criou o Programa de Erradicação do Trabalho Forçado e do Aliciamento do Trabalhador (PERFOR), em 1992; a Criação da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAF); a criação da Lista Suja; as empresas assinam Pacto Nacional contra o TE

Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán

ANEXO D: Boletim da Vida do CDVDH/CB.

BOLETIM DA VIDA

CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS
DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN

BOLETIM INFORMATIVO DO CDVDH/CB
**DISTRIBUIÇÃO
GRATUITA**
EDIÇÃO ESPECIAL

13 de maio
Dia da abolição da escravidão?

ESTATÍSTICAS
Trabalho Escravo
Contemporâneo

ATIVIDADES
◦ 1º Jogos de Capoeira
do grupo 'Raízes do
Brasil

Entrevista
Secretário adjunto da
Secretaria de Direitos
Humanos do Maranhão,
Igor Almeida

ANEXO E: Boletim da Vida do CDVDH/CB II.

Ensaio **Fotográfico**

Mikaeli Carvalho

Doação do terreno para o reassentamento da comunidade de Piquiá de Baixo. Mais uma vitória da comunidade!

Daniela Souza

II Encontro de trabalhadores/as resgatados/as do Trabalho Escravo contemporâneo

Brigida Rocha

Movimento Rede Cidadania promoveu evento para relembrar o dia do trabalhador/a (1º de maio)

Marcelo Cruz

Grupo Afixirê e o espetáculo "A Run Bo Boia"

Daniela Souza

Homenagem ao trabalhador Antônio Pedra, por ser o primeiro a denunciar o trabalho escravo no CDVDH/CB.

Poema a Antônio Gomes

Não, eu não estou no Brasil de 500 anos atrás.
 Não, eu não cheguei aqui em um navio negreiro.
 Não, não fui raptado em uma tribo.
 Não, eu tenho corretes.
 Não, eu não conheço a princesa Isabel.
 Sou Antônio, Antônio Gomes, Antônio Pedra.
 Moro na periferia, nas margens da agonia,
 Perto do barulho do trem de ferro, trem de escuridão...
 Escravocratas não passarão.
 Pedi emprego e me algemaram
 Pedi salário e me jogaram em um curral
 Não tenho vergonha de dizer quem sou
 Não tenho vergonha de dizer que quero trabalhar
 Mas não na escravidão.
 Escravocratas não passarão.
 Venho do útero de um País capitalista
 Venho do seio de uma terra de latifundiários.
 Saí em jornais, nas TV's, Rádios...
 Não tenho rosto, tenho mãos calejadas, pés esfolados,
 olhos esbugalhados, meu rosto o tempo comeu,
 a ganância comeu, o forno comeu, a juquirá comeu,
 a construção civil comeu, a fábrica de costura comeu...
 Ninguém sabe quem sou. Escravo do mundo
 Poeira, lama, agulha e carvão.
 Escravocratas não passarão.
 Era teu Escravo. Tu meu patrão.
 Escravocratas não passarão.
 Queria direitos e recebi aflição
 Escravocratas não passarão.
 Quero dignidade e não teu perdão
 Escravocratas não passarão.

Autor: Xico Cruz

ANEXO F: Boletim da Vida do CDVDH/CB – Especial 20 anos.

EDIÇÃO ESPECIAL
AÇAILÂNDIA, NOVEMBRO 2016**BOLETIM DA VIDA**

3

2002

I Conferência interparticipativa

2003

Jornadas da cidadania

2004 Criação dos Centros Comunitários
da Vila Bom Jardim e Tancredo**2005**

Espetáculo Josimos

2006 Criação dos núcleos
na Vila Ildemar
e Capelloza **2007**

Início do projeto Codigma

2008

Espetáculo Quilombagem

2009

Projeto Mãe Terra

2010 Atlas
Político Jurídico do
Trabalho Escravo
Contemporâneo
no Maranhão **2011**

I Jornada Jurídica Popular

2012 Reinauguração do Centro Comunitário
da Vila Ildemar **2013** Visita da relatora
da ONU**2014** I Encontro Inter-regional de Trabalhadores/as
Resgatados/as do
Trabalho Escravo - Santa Luzia/MA **2015**Criação da
Rede de Ação Integrada
(RAICE) Criação do Centro de Defesa
da Vida e dos Direitos Humanos em Santa Luzia **2016**Montagem e
apresentação
do espetáculo
Centro 20 anos

ANEXO G: Decisão judicial republicação da Lista Suja.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
Gabinete da Presidência
SLAT 0000097-06.2017.5.10.0000
AUTOR: UNIÃO - PROCURADORIA REGIONAL DA UNIÃO DA 1ª REGIÃO
RÉU: MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO DA 10 REGIÃO

DECISÃO

A UNIÃO requer a suspensão de tutela provisória concedida na ação civil pública n.º 0001704-55.2016.5.10.0011.

O Juízo da 11ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, ratificando liminar anterior, ordenou à União e ao Ministro de Estado do Trabalho que publiquem, em trinta dias, o cadastro dos empregadores que possuam decisão administrativa proferida a partir de 1º/7/2014 referente ao art. 444 da CLT (trabalho escravo), bem como que, excepcionalmente, oportunizem a "*celebração de acordo judicial ou TAC*" com os administrados incluídos "*na primeira publicação*" do cadastro que possuam "*decisão administrativa final de procedência do auto de infração*" antes da edição da Portaria Interministerial n. 4/2016 (id d9af620).

A requerente alega que a decisão gera grave lesão à ordem pública, pois autoriza a divulgação de cadastro de empregadores que "*tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo*", sem conferir aos interessados a necessária segurança jurídica.

Informa, ainda, que a Portaria n.º 04/2016, que dispõe sobre os critérios a serem observados na elaboração do cadastro, está sendo revisada por grupo de trabalho instituído no âmbito do órgão ministerial, tendo em vista que foram constatadas falhas e imperfeições no documento.

Assim, conclui, a divulgação de lista construída sobre critérios que estão sendo questionados e reanalisados pelo próprio órgão que os editou seria temerária, máxime quando seria impossível divisar a extensão dos efeitos negativos e contundentes que, inevitavelmente, segundo seu entendimento, recairão sobre os envolvidos após a divulgação dos dados.

Pois bem.

Inicialmente, destaco que as ações que tratam de suspensão de liminar ou de tutela de urgência não visam discutir o mérito da ação principal, o que obsta o pronunciamento sobre as seguintes alegações: discricionariedade de ato administrativo; prerrogativas do Ministério do Trabalho; reformulação de políticas públicas e aprimoramento das relações de trabalho.

In casu, a União busca suspender a decisão que ordenou a divulgação do cadastro de empregadores ligados à prática de trabalho em condições análogas à de escravo, pois alega que a lista pode conter informações não fidedignas, uma vez ter sido elaborada com base em critérios falhos e imperfeitos ditados na Portaria Interministerial n.º 4/2016.

Segundo o ente público, é possível que o cadastro contenha "inscrição errônea" de administrados, pois a referida portaria não contém mecanismos que resguardam, de modo amplo, "os direitos do contraditório e ampla defesa dos autuados" (id 1de0823, páginas 5 e 6).

Como visto, a questão de fundo aventada pela União é referente à exatidão das informações contidas no cadastro do Ministério do Trabalho, perpassando, ainda, pela conveniência ou não da divulgação dos dados ali registrados.

Destaque-se que qualquer discussão referente às relações de trabalho sob os moldes da escravidão é complexa, sensível e de interesse de toda a sociedade brasileira.

A exploração de mão de obra gratuita ou com remuneração vil em relação aos valores de mercado, com sujeição do trabalhador a condições de trabalho degradantes e subumanas, caracteriza a escravidão moderna.

Embora ainda não tenham sido definidas todas as ações que norteiam uma política pública objetivando erradicar o trabalho análogo ao escravo no país, o Governo Federal, isoladamente ou em conjunto com entidades da sociedade civil, vem se organizando e despendendo esforços para combater a ilegalidade, editando medidas que visam prevenir, reprimir e punir a conduta abominável.

Numa dessas ações, o Ministério do Trabalho editou a Portaria Interministerial n.º 2/2011, já revogada, que foi então substituída pela atual Portaria Interministerial n.º 4/2016 que, aprimorando o normativo anterior, atualmente fixa as regras para a formulação do "*Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo*".

E a União busca, justamente, suspender a decisão que determinou a divulgação do cadastro sob a tese de que as regras aplicadas na sua elaboração, ditadas pela Portaria n.º 4/2016, estão sendo rediscutidas por comissão criada para este fim pelo próprio órgão que as instituiu (Ministério do Trabalho).

Assevera, ainda, que há dúvidas sobre a exatidão dos registros e que é possível que o direito de defesa não tenha sido amplamente conferido aos empregadores listados no documento.

De fato. Não se ignora a potencialidade nociva que a divulgação de dados errôneos, eventualmente existentes no cadastro, possam gerar ao ente público e aos administrados, pois a associação de empresas ao trabalho em condições análogas ao de escravo é situação que provoca efeitos negativos para a imagem dos envolvidos que, comumente, não são minorados ou esquecidos pela sociedade no decurso do tempo. Todavia, não há como conceber que a inclusão de nome de empresas no cadastro se dê de forma inconsequente. Fosse assim, o próprio agente público estaria reconhecendo gravíssimas falhas em sua mais legítima atuação de modo a tornar duvidoso o resultado das ações engendradas para a erradicação do trabalho escravo.

As atuações do órgão fiscalizador em relação à apuração do trabalho escravo são rígidas e os autos de infração somente são expedidos quando o processo administrativo de cada empregador foi analisado em todas as instâncias e possui decisão irrecurável (art. 2º, § 1º, do normativo).

Ou seja, a inclusão de um nome no cadastro constitui a etapa final de todo um procedimento fixado por normas específicas editadas, repita-se, pelo próprio Ministério do Trabalho, órgão da Administração Federal responsável e estruturado para apurar as denúncias de irregularidades e fiscalizar o trabalho em todo o território nacional.

Ademais, destaque-se que, no presente momento, os termos da Portaria Interministerial n.º 4/2016 estão vigentes. Como bem consignado pelo Juízo *a quo*, a criação de grupo de trabalho destinado a aperfeiçoar sua redação "*não suspende, expressa ou implicitamente, a vigência da Portaria atual*" (id 4ba2d98, pág. 6), até porque houve tempo suficiente - desde a sua edição - para que as citadas ações de aperfeiçoamento tivessem sido concretizadas.

A União também não aponta, especificamente, quais são os termos da Portaria n.º 4/2016 que seriam falhos, nem quais são os possíveis erros que ensejariam a inscrição equivocada de empresas no cadastro, tendo em vista que, destaque-se uma vez mais, a inclusão do empregador ocorre apenas com a decisão final desfavorável no processo administrativo.

Como já dito, embora a sociedade brasileira já esteja consciente da existência da situação aviltante e da necessidade de combate ao labor análogo ao escravo no país, pouco se tem avançado para se concretizar as medidas que, efetivamente, mostrem-se eficazes na coibição da conduta irregular.

A autorização da criação de cadastro dos empregadores ligados ao trabalho escravo, por si, não é suficiente para intimidar os praticantes da irregularidade, sendo essencial a divulgação dos dados, uma vez que ao Estado cabe, precipuamente, operacionalizar e concretizar as medidas repressivas destinadas à erradicação do trabalho irregular.

Não há, pois, como reconhecer que a divulgação do documento poderá ocasionar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas (Lei n.º 8.437/1992, art. 4º), inclusive para legitimar a própria ação do Ministério do Trabalho que enuncia ser um dos seus pilares de atuação a proteção do trabalhador, tendo em vista que a sociedade brasileira possui a necessidade premente de que o Estado adote medidas realmente eficazes que coibam a exploração desse tipo de mão de obra.

Impedir a divulgação do cadastro, como registrado na decisão id bf87826, "*acaba por esvaziar, dia a dia, a Política de Estado de combate ao trabalho análogo ao de escravo no Brasil*" (pág. 19).

Assim, com base nos fundamentos expostos, concluo que o cumprimento imediato da decisão de tutela de urgência não ocasionará prejuízos irreversíveis ao ente público e aos administrados, de modo que indefiro o pedido.

Por tais fundamentos, **INDEFIRO** o pedido de suspensão dos efeitos da tutela provisória concedida na decisão id 4ba2d98.

Custas processuais pela requerente, isenta, no importe de R\$ 20,00, calculadas sobre R\$ 1.000,00, valor atribuído à causa e aproveitado para esta finalidade.

Oficie-se a 11ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, encaminhando-se cópia da presente decisão.

Intimem-se as partes.

BRASILIA, 6 de Março de 2017

PEDRO LUÍS VICENTIN FOLTRAN
Desembargador do Trabalho